

N.º2 2011

# CEM

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

REVISTA DO CITCEM  
- CENTRO DE INVESTIGAÇÃO  
TRANSDISCIPLINAR  
«CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA»

## NESTE NÚMERO:

### DOSSIER TEMÁTICO

«**Memória Material  
e Materiais de Memória**»

(ed. José Ramiro Pimenta, Maria Manuela  
Martins e José Luís Meireles)

### RECENSÕES

### NOTÍCIAS



CITCEM  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

CEM N.º 2  
CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA



## CEM N.º 2

### CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

**Edição:** CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ /Universidade do Minho)/Edições Afrontamento

**Director:** Gaspar Martins Pereira

**Editores do dossier temático:** José Ramiro Pimenta  
Maria Manuela Martins  
José Luís Meireles

**Design gráfico:** [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

**Composição, impressão e acabamento:**  
Rainho & Neves, Lda.

**Distribuição:** Companhia das Artes

**Tiragem:** 500 exemplares

**Depósito Legal:** 321463/11

**ISSN:** 2182-1097-02

**Periodicidade:** Anual

Esta revista tem edição online que respeita os critérios do OA (*open access*).

Dezembro 2011

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2011



## EDITORIAL *pág. 5*

## APRESENTAÇÃO

MEMÓRIA MATERIAL  
E MATERIAIS DE MEMÓRIA

■ José Ramiro Pimenta, Maria Manuela  
Martins, José Luís Meireles *pág. 7*

## MEMÓRIA E PAISAGEM

A CONSTRUÇÃO DA REDE FERROVIÁRIA  
DO MINHO (1845-1892)

■ Hugo Silveira Pereira *pág. 11*

A JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE: UM  
PROJECTO REPUBLICANO DE  
REMEMORAÇÃO DA I GUERRA MUNDIAL  
EM PORTUGAL

■ Sílvia Correia *pág. 33*

CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS DA  
MEMÓRIA NA REGIÃO DEMARCADA DO  
DOURO: NARRATIVAS ORAIS DE ANTIGOS  
TRABALHADORES DA QUINTA DOS  
CANAIS

■ Maria Otilia Pereira Lage *pág. 51*

## CIDADE E ARTEFACTOS

UMA HISTÓRIA DE DOLIA – UMA  
PRIMEIRA ANÁLISE AOS RECIPIENTES  
CERÂMICOS DE ARMAZENAGEM DE VALE  
DO MOURO (CORISCADA, MEDA)

■ Pedro Pereira *pág. 75*

FRAGMENTOS DE VIDRO, FRAGMENTOS  
DA MEMÓRIA. APROXIMAÇÃO À  
ACTIVIDADE VIDREIRA EM BRACARA  
AUGUSTA

■ Mário da Cruz *pág. 83*

MEMÓRIA (I) MATERIAL DA PRAÇA DO  
INFANTE, PORTO

■ Carla Maria Braz Martins e Paula  
Barreira Abranches *pág. 95*

EM TEMPO DE CRISE: UMA MEMÓRIA  
DOCUMENTAL DA SOCIEDADE DOS  
ARTIFICES NA BAHIA OITOCENTISTA

■ Maria das Graças de Andrade Leal  
*pág. 121*

## ESPÍRITO DO TEXTO

AS BIBLIOTECAS NOS MOSTEIROS DA  
ANTIGA CONGREGAÇÃO BENEDITINA  
PORTUGUESA

■ José Amadeu Coelho Dias, OSB  
*pág. 137*

A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA MATERIAL  
NA SÉ DO PORTO (ENTRE A IDADE  
MÉDIA E A ÉPOCA CONTEMPORÂNEA)

■ Maria João Oliveira e Silva *pág. 151*

LETRAS DE CÂMBIO E  
CORRESPONDÊNCIA COMERCIAL COMO  
MATERIAIS DA HISTÓRIA: O ACTO DE  
COOPERAR SOB OLHARES DISTINTOS

■ Ana Sofia Ribeiro *pág. 159*

EPISTOLÁRIOS E PRESERVAÇÃO DA  
MEMÓRIA: A CORRESPONDÊNCIA DE  
JOÃO PENHA

■ Elsa Pereira *pág. 171*

O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO: DA  
MEDIÇÃO CULTURAL À MEDIÇÃO  
TÉCNICA

■ Maria do Carmo Serén *pág. 183*

PARA UMA ANÁLISE DO TEMA  
ELECTRICIDADE NA REVISTA DA  
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS CIVIS  
PORTUGUESES (1870-1945)

■ Cláudio Amaral *pág. 193*

RESGATAR A MEMÓRIA

■ Isabel Pereira Leite *pág. 219*

## MATÉRIA DO CORPO

O ROSTO MISTERIOSO: MEMÓRIA  
MATERIAL NUM OBJECTO ANÓNIMO DE  
UMA SACERDOTISA DE AMON (ATAÚDE  
A.4 DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE  
LISBOA)

■ Rogério Sousa *pág. 231*

O CÓDIGO D'HONRA E AS ALTERAÇÕES NA  
PRÁTICA DE DUELAR EM PORTUGAL NOS  
SÉCULOS XIX-XX

■ Danny Martins Rangel *pág. 245*

ALGUNS ASPECTOS DAS CAMPANHAS  
ANTITUBERCULOSAS EM PORTUGAL: OS  
CONGRESSOS DA LIGA NACIONAL  
CONTRA A TUBERCULOSE (1901-1907)

■ Ismael Cerqueira Vieira *pág. 265*

ESCREVENDO A HISTÓRIA DO CANCRO:  
DA SITUAÇÃO HISTORIOGRÁFICA  
INTERNACIONAL AO CAMINHO POR  
TRILHAR EM PORTUGAL

■ Rui Manuel Pinto Costa *pág. 281*

## RECENSÕES *pág. 295*

## NOTÍCIAS *pág. 299*



## **Conselho Redactorial**

Gaspar Martins Pereira  
Francisco Azevedo Mendes  
John Greenfield  
Carlota Santos  
Zulmira Coelho dos Santos  
Isabel Pereira Leite  
Paula Montes Leal  
Ana Paula Soares

## **Conselho Consultivo**

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade Nova de Lisboa)  
David Reher (Universidade Complutense de Madrid)  
Fátima Sequeira Dias (Universidade dos Açores)  
Fernando Rosas (Universidade Nova de Lisboa)  
Francisco Bettencourt (Universidade de Oxford)  
Hilario Casado Alonso (Universidade de Valladolid)  
Ingrid Kasten (Universidade de Berlim)  
Joaquim Ramos Carvalho (Universidade de Coimbra)  
Jochen Vogt (Universidade de Essen)  
Jorge Alves Osório (Universidade do Porto)  
José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra)  
José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra)  
José Portela (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)  
Maria Helena Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)  
Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra)  
Mathieu Poux (Universidade Lumière Lyon II)  
Mona Haggag (Universidade de Alexandria)  
Nuno Gonçalo Monteiro (Universidade Nova de Lisboa)  
Octávio de Medeiros (Universidade dos Açores)  
Philippe Braunstein (École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris)  
Ricardo Mar (Universidade Rovira i Virgil, Tarragona)  
Roberto Rusconi (Universidade Roma Tre)  
Vicente Fuster Siebert (Universidade Complutense de Madrid)  
Vítor Manuel de Aguiar e Silva (Universidade do Minho)  
Vittorio Parsi (Universidade Católica de Milão)

## **Secretariado**

Paula Montes Leal, Marlene Cruz

## **Contactos**

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Via Panorâmica, s.n. / 4150-564 PORTO – PORTUGAL  
Tel: 226077177; <http://www.citcem.org>; E-mail: [citcem@letras.up.pt](mailto:citcem@letras.up.pt)

Ou:

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»  
Dep. de História / ICS / Universidade do Minho / Campus de Gualtar / 4710-057 BRAGA – PORTUGAL  
Tel: 253 604 213; <http://www.citcem.org>; E-mail: [citcem.pfp@ics.uminho.pt](mailto:citcem.pfp@ics.uminho.pt)

Este segundo número da revista *CEM / cultura, espaço & memória* representa mais um pequeno mas significativo passo na ainda breve trajetória de vida do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» e na sua missão de estreitar o diálogo interdisciplinar na área das Humanidades, em especial da História, dos Estudos Culturais e Literários, das Ciências e Técnicas do Património, sem desprezar uma abertura franca a todos os domínios do conhecimento. Tal como anunciámos no primeiro número, a revista *CEM* assumiu o desafio de representar esse diálogo interdisciplinar, e também interuniversitário, que vimos prosseguindo, em articulação estreita com a formação avançada.

O dossiê temático sobre *Memória material e materiais de memória*, que cobre a maior parte deste número da revista *CEM / cultura, espaço & memória*, abre-se não só à noção plural de memória e à pluralidade de materiais de memória mas também à diversidade de perspectivas e interpretações disciplinares, aqui representadas pela História, pela Arqueologia e pela Literatura. Além disso, os artigos reunidos neste volume cobrem um longo arco temporal entre a Antiguidade e a Época Contemporânea, abarcando contextos muito diversos.

Neste tempo adverso às Humanidades, marcado por um exacerbado utilitarismo de duvidosa eficácia que tende a contaminar toda a sociedade, incluindo a vida universitária, impondo-lhe prioridades estranhas e uma racionalidade imediatista, a resvalar para o efémero, dificilmente aceitáveis em muitos senão na maioria dos ramos do saber, cremos que a única forma de resistência possível será a de proclamar a irredutibilidade do conhecimento (tal como da memória) a quaisquer fronteiras e de assumir que a sua natureza, incluindo a sua capacidade de intervenção transformadora, é a de ser livre e plural. Por isso, não desistimos, mesmo sabendo que não é fácil apostar numa nova revista de Humanidades nos tempos que correm. Se assumimos a aventura e o risco dessa decisão, em conjuntura crítica, só o fizemos com a cumplicidade e a colaboração activa de muitos colegas que, no país e no estrangeiro, nos estimularam a continuar, quer enviando um número crescente de artigos para publicação quer transmitindo uma opinião positiva que nos agrada registar. Cumpre-nos agradecer aqui esses gestos solidários. Dos autores dos artigos, em primeiro lugar. Dos colegas que integram os diversos órgãos da revista ou participaram no processo de revisão científica. E, em especial, dos colegas que assumiram a responsabilidade de coordenação do dossiê temático deste

segundo número da revista *CEM*, José Ramiro Pimenta, Maria Manuela Martins e José Luís Meireles. A nível institucional, a revista contou com o apoio financeiro da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. Não menos importante foi a cumplicidade da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que aceitou colaborar, através da Ana Paula Soares, no processo de arbitragem científica de todos os artigos e que se disponibilizou, ainda, para organizar a edição *on-line* e efectuar os procedimentos de indexação internacional da revista. E, claro, do Secretariado do CITCEM e da revista *CEM*, da Paula Montes Leal e da Marlene Cruz, que, com a dedicação de sempre, muito para lá dos seus deveres profissionais, estiveram sempre presentes e atentas a todos os pormenores.

**Gaspar Martins Pereira**  
(Coordenador do CITCEM)

## APRESENTAÇÃO

# MEMÓRIA MATERIAL E MATERIAIS DE MEMÓRIA

Conta-se a estória de um homem que, tendo sido ofendido pelos seus inimigos, cuidadosamente guardava, apertado entre duas folhas de um caderno, um pequeno ramo cortado de um arbusto que estava plantado no lugar em que ele havia sofrido a grave ofensa. Quando a memória desse momento parecia esbater-se, retirava o caderno da algibeira, palpava a planta ressequida – e de novo a história se tornava vívida e o antigo sentimento ressurgia inteiro. Esquecer-se não podia, porque equivaleria a perdoar.

Serve esta estória para apresentar o n.º 2 da revista *CEM / cultura, espaço & memória*, porque nela se associam as duas metades do tema a que esta se dedica – *Memória material e materiais da memória* – isto é, o poder de evocação do passado que os objectos possuem e o lugar que este ocupa na «imaginação epistemológica» das sociedades. Como a «cebola» de Günter Grass, também a humanidade se recobre de diversos estratos de memória que se concretizam e designam em distintos tipos de materiais.

A *paisagem*, encontro de ambiente e cultura, é o material mais imediato e mais *extenso* da relação dos seres humanos com o seu passado. Nela se associam a expressão criadora da natureza, os seus constrangimentos e determinações; dela se retiraram os materiais que permitiram aos primeiros seres humanos materializar a sua história (mesmo quando ainda «pré-histórica») e que constituem os primeiros fundamentos da memória colectiva. Nesta revista, a primeira secção pretende justamente dar conta deste poder que a paisagem possui de registar nos seus elementos morfológicos a história concreta das grandes colectividades sociais.

Quando a cultura se sobrepôs às determinações rigorosas do ambiente, o ser humano foi capaz de organizar, numa singularidade da superfície terrestre – uma acrópole, uma confluência de linhas de água ou o centro de uma vasta planície –, um aglomerado urbano, uma *cidade*. Preenchendo o espaço, por vezes exíguo, de edificações, pretendeu tornar evidente a subordinação da natureza à «civilização», mas esta é uma «dominação» que eventos passados e recentes, como Pompeia ou Nova Orleães, vêm confirmar não ser inequívoca mas, pelo contrário, demonstrar que (como Ratzel já defendia há mais de um século, apesar de injustamente acusado de afirmar o contrário) nunca o ser humano está tão dependente da natureza como quando mais progride na «escala da civilização». As ruínas de grandes cidades, recordando o passado ilustre de civilizações extintas, foram justamente um dos *mobiles* do surgimento da Ciência



arqueológica no século XIX e são, ainda hoje, um dos mais fortes apelos à curiosidade arqueológica entre o público não especializado. Nelas se revivem episódios repletos de humanidade e o seu oposto – a serena majestade de Salomão, a autoritária indiferença dos Paleólogos.

Aproximando a escala, tornam-se mais nítidos os materiais que concretizam a vivência diária de homens e mulheres. A *casa*, nas suas variadas expressões morfológicas, é um elemento central do resgate da memória, da evocação da felicidade e também da recusa do perdão e do esquecimento. Bachelard dedica uma grande parte da sua *poétique de l'espace* a elementos da casa e sua significação poética e fenomenológica – o «sótão», o «móvel», o «canto», a «casa-como-concha», etc..., porque a casa constitui o *limes* entre a individualidade (ainda que familiar) e a comunidade, nela se incarnando as formulações mais intensas da identidade. Aí também, como nas cidades e nas paisagens, se registam momentos de repleta humanidade ou desumanidade que a Arqueologia evoca e de que impede o esquecimento.

Se nos aproximarmos um pouco mais deste objecto que anima a compilação de estudos desta revista – o ser humano e as marcas materiais da sua condição no passado – e o pudermos observar com maior detalhe, descobriremos que se reveste de materiais que são como que parte integrante do seu corpo e espírito. Não apenas o vestuário com que se cobre ou os produtos de que se alimenta, mas também os *textos* que lê, que escreve e que arquiva numa acumulação impressionante e narcísica da própria voz. Uma vez inscrito, em suportes mais ou menos imperecíveis, esta voz é capaz de lances do maior valor, que nos evocam uma memória «eterna» da humanidade, ao mesmo tempo que, como nos inúmeros registos documentais da intolerância dos autos de fé, narra também a perene vergonha da desumanidade – para que não se esqueça... nem se perdoe.

O *corpo* é a escala última do *télescope* da humanidade, o mesmo que a Arqueologia resgata mumificado de desertos, fossilizado de depósitos sedimentares, calcinado de urnas cinerárias, respeitado em rituais de deposição, violentado em fossas de enterramento comum. É o testemunho, fragmentário, do que foi em tempos um ser repleto de vida, um ser humano ou desumano, e que afirma, na sua concreta escatologia, a derradeira recusa do esquecimento e a perene recordação da maior de todas as ofensas – que a Criação ou a Evolução o deixem elevar-se a tão altos cimos para no fim lhe negarem a imortalidade.

Tal como a Alquimia, também a Ciência e cada uma das suas disciplinas são a expressão faustiana de um pacto. Tal como o original dos séculos «pré-científicos», a Arqueologia, nos «materiais da memória» que persistentemente recolhe, é diabolicamente sedutora – e reaviva a recusa do perdão porque impede o esquecimento.

\*\*\*

A temática deste volume, memória e seus materiais, foi surpreendente e ecumenicamente (re)interpretada pelos autores que nele se propuseram participar, contribuindo com leituras assaz diversas para enriquecer o vasto território da memória. A diversificada interpretação do tema e as variadas perspectivas apresentadas exigiram um esforço de organização dos textos, em função das ideias centrais sugeridas pela abordagem deste

tema, antes enunciadas. Assim, destacaram-se quatro possíveis olhares sobre a memória, que se intitularam de *paisagem e memória*, *cidade e artefactos*, *o espírito do texto* e *a matéria do corpo*, dentro dos quais se alinharam os contributos deste volume. Sem qualquer pretensão de espalhar saberes ou encerrar narrativas, pretendeu-se apenas que esses olhares se constituíssem como possíveis ‘janelas de observação’ do carácter naturalmente fluido da memória e da natureza variada e sempre polissémica dos materiais que a evocam ou a constroem. É essa a leitura que se pretende oferecer ao leitor da colectânea de contribuições recolhidas neste volume, pese embora as hesitações em alinhar alguns dos textos, por se poderem enquadrar em diferentes olhares.

Em *Memória e paisagem* fornecem-se matéria e reflexões assaz heterogéneas. Hugo José Pereira fala-nos da construção da rede ferroviária no Minho, na segunda metade do século XIX, como que a lembrar-nos do carácter vertebrador do comboio na construção dos territórios da nossa modernidade, veículo indispensável no alargamento da memória. Já o artigo de Sílvia Correia transporta-nos para a institucionalização da memória colectiva, na circunstância da I Guerra Mundial, assumida pela Junta Patriótica Nacional, entidade a que coube celebrar a vitória e os seus heróis e projectar futuros lugares onde o evento fosse evocado. Por sua vez, Maria Otília Lage ajuda-nos a percorrer os sinuosos caminhos da Região Demarcada do Douro, para nos falar da importância da narrativa oral na construção de memórias e identidades diversas, sejam elas pessoais, locais, territoriais, usando como caso de estudo os trabalhadores da Quinta dos Canais.

*Cidade e artefactos* evocam a memória contida e interpretada nos objectos arqueológicos, mas também aquela que se pode extrair das materialidades escondidas sob os nossos pés ou dos documentos. O texto de Pedro Pereira, lembra-nos a importância da cerâmica de armazenagem, concretamente dos *dolia* romanos, exemplificando com o caso de estudo de Vale do Mouro, Coriscada, Meda. Também com um olhar arqueológico, Mário Cruz elabora sobre a produção secundária de vidro romano em Braga, em cujo processo se identifica vidro bruto importado ou material recolhido para reciclagem, usado, fragmentado, ou rejeitado. Já o artigo de Carla Maria Martins e Paula Abranches sobre a Praça do Infante remete-nos para a perda de memória dos lugares, quando estes se sujeitam a novos projectos e reutilizações que criam inevitavelmente novas memórias. Por sua vez, a memória documental da Sociedade Montepio dos Artífices da Baía oitocentista, em particular as suas atas, permitiu a Maria das Graças Leal analisar os confrontos entre grupos políticos rivais, mostrando a importância desse tipo de registos como elementos de memória.

*Espírito do texto* encerra numerosas contribuições onde a palavra escrita, o documento, o livro, os arquivos, as bibliotecas são abordados como diferentes materiais da memória. A importância dos arquivos e bibliotecas encontram expressão nos trabalhos de Fr. Geraldo Coelho Dias, que nos fala da Biblioteca do Mosteiro da antiga Congregação Beneditina Portuguesa, e de Maria João Oliveira e Silva, que se debruça sobre os fundos documentais da Sé do Porto para avaliar o pensamento e as práticas conservacionistas que estiveram na origem da organização desse arquivo desde a Idade Média. Por seu turno, Ana Sofia Ribeiro trata as letras de câmbio e a correspondência comercial como materiais comple-

mentares para a abordagem da história económica do Portugal quinhentista. Outros tipos de documentos, designadamente a literatura epistolar (Elsa Maria Pereira) e a fotografia (Maria do Carmo Serén), foram abordados e deram testemunho da sua importância enquanto materiais de memória. No primeiro caso, trata-se da correspondência de João Penha (1839-1919). Já a fotografia é perspectivada como documento, hoje necessariamente situado entre o registo e a manipulação, ou, nas palavras de Maria do Carmo Serén, entre a mediação técnica e cultural. Também a *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses* (1870-1945) se constituiu material de memória para Cláudio Amaral, permitindo-lhe a situar a electricidade como tema criador de memória escrita. A encerrar, Isabel Leite brinda-nos com a evocação da importância do registo escrito e do livro, situando-o como referencial da memória para além da forma, do tempo ou do lugar.

*Matéria do corpo* integra cinco colaborações que abordam diferentes aspectos da relação das sociedades com a morte, a postura, a doença. Da complexa relação com a morte e a sua representação fala-nos Rogério Paulo Nunes de Sousa que nos mostra como um anónimo ataúde egípcio (ataúde A4 da Sociedade de Geografia de Lisboa) constitui um imenso repositório de memória material, na circunstância milenar. Por sua vez, Danny Rangel aborda o código de honra português e a sua influência na transformação da arte dos duelos em Portugal entre os séculos XIX e XX. Pela escrita de Ismael Cerqueira Vieira e por via da análise do Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (1901-1907) ficamos a conhecer as opiniões e preocupações médicas e sanitárias para combater a grave doença que afligiu a sociedade portuguesa entre finais do oitocentos e a primeira metade do século XX. A rematar este olhar sobre o corpo enquanto memória, Rui Manuel Pinto Costa elabora sobre a historiografia do cancro, sintetizando os mais relevantes contributos sobre a temática.

**José Ramiro Pimenta**  
**Maria Manuela Martins**  
**José Luís Meireles**

(Editores da CEM 2011)

# A CONSTRUÇÃO DA REDE FERROVIÁRIA DO MINHO (1845-1892)

HUGO SILVEIRA PEREIRA\*

**Resumo:** Na segunda metade do século XIX, reuniram-se em Portugal condições de estabilidade para se iniciar uma política de obras públicas. Os primeiros carris começaram a ser assentes em 1852, mas só em 1867 se decreta a construção na província do Minho, apesar de as propostas neste sentido datarem do início do fontismo. Porém só em 1872 se iniciaria a construção. Recorrendo aos debates em ambas as câmaras do parlamento português, ao Dicionário Biográfico Parlamentar para caracterizar os tribunos e aos pareceres dos engenheiros portugueses e submetendo-os à técnica da análise de conteúdo, pretende-se com este texto explicar o desenvolvimento da rede minhota entre 1850 e os inícios da década de 1890 (o período dos grandes investimentos em obras públicas) e como esta ficou aquém do desejado pelos governantes nacionais.

**Palavras-chave:** Caminhos-de-ferro; transportes; Minho; Fontismo.

**Abstract:** In the second half of the nineteenth century, after 30 years of political turmoil, Portugal was finally able to build transport infrastructures on a large scale. The first rails were deployed in 1852, but it was not until 1867 that railways in Minho were decreed, even though this idea had been proposed to the government since the 1850s. However, only in the 1870s did construction actually begin. Based on the debates that took place in both houses of the Portuguese parliament (as well as the Dicionário Biográfico Parlamentar to identify the congressmen) and on the reports of the Portuguese engineers, to which content analysis was applied, this study aims to explain the development of the Minho railway network between the 1850s and the 1890s, a period of great investments in public works.

**Keywords:** Railways; transports; Minho; «Fontismo» (period of the government of Fontes Pereira de Melo).

## INTRODUÇÃO

Na primeira metade de Oitocentos, a instabilidade foi a característica que marcou a política portuguesa. Se «as principais reformas institucionais foram implementadas em meados da década de 1830, as obras públicas tiveram de esperar quase uma década pelas primeiras realizações práticas»<sup>1</sup>. A subida de Costa Cabral ao poder conseguiu trazer alguma estabilidade ao sistema ao ponto de possibilitar a assinatura do primeiro contrato para a construção de uma linha férrea em Portugal (1845)<sup>2</sup>. Apesar de nada ter resultado desse acordo e o reino ter permanecido sem caminhos-de-ferro, é com o cabralismo que se entra no campo do fomento e que se entende que «não basta que o espírito da mais severa economia presida aos actos do Governo (...). Não é menos essencialmente preciso que estes recursos procedam do mais pleno desenvolvimento das faculdades productivas»<sup>3</sup>.

\* Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Áreas de especialização: História ferroviária e dos transportes, história empresarial, história parlamentar.

<sup>1</sup> MATA & VALÉRIO, 1993: 142.

<sup>2</sup> FINO, 1883-1903, vol. 1: 3-5.

O golpe de 1-5-1851 deu início ao período da Regeneração, marcado não só por um espírito conciliador entre as diversas facções políticas, mas também pela colocação do progresso material como objectivo a atingir<sup>4</sup>. O grande propósito do programa de melhoramentos materiais era aproximar Portugal da Europa desenvolvida, em termos de tempo e distância e em termos económicos<sup>5</sup>. Em meados da década de 1850, o comércio mundial conhecia um grande desenvolvimento. Em países como Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha ou Estados Unidos da América, esse progresso era também acompanhado de um grande crescimento da rede ferroviária e era muito tentador ligar ambos os factores, muito embora outras condições estruturantes justificassem o adiamento daquelas nações<sup>6</sup>.

Ao mesmo tempo que avizinhava Portugal do estrangeiro, esperava-se também que o caminho-de-ferro estimulasse a actividade económica, fornecendo-lhe meios para escoar os produtos, e unificasse um país caracterizado por meios e vias de transportes e comunicações arcaicos e onde 30 a 40% do território continental não tinha acesso a vias fluviais navegáveis<sup>7</sup>. Nestes moldes, o Minho era decerto uma das províncias a servir de caminhos-de-ferro, tida que era como uma zona povoada, activa e com muitos interesses a explorar.

Nas páginas seguintes, procurar-se-á descrever e explicar o processo de construção de uma rede férrea no Minho (incluindo-se também a sua base no Porto) desde o início da aventura ferroviária nas décadas de 1840-1850 até à paralisação da construção após a bancarrota de 1892: que linhas foram construídas, quando (com que atraso em relação a outras linhas noutras partes do reino) e porquê; quais foram propostas, mas não realizadas; que planos foram idealizados para aquela província; em que medida as realizações coincidiram com o planeado. Para tal, recorrer-se-á aos testemunhos dos homens directamente responsáveis pelo assunto: os engenheiros (do COPM, da JCOPM e da AECP) que traçavam as directrizes e os políticos (no parlamento e no governo) que as discutiam e as decretavam.

## PRIMEIROS PROJECTOS E IDEIAS (1845-1866)

As primeiras ideias para dotar o Minho de caminhos-de-ferro datam do tempo de Costa Cabral, num período marcado por uma intensa especulação ferroviária, com muitas propostas e poucas realizações. Nesta altura, Hardy Hislop propõe-se construir uma linha entre o Porto e Valença, mas, como tantos outros empresários destes anos, nada realizaria<sup>8</sup>.

No início da década de 1850, o engenheiro Albino de Figueiredo idealizava várias ligações, uma delas atravessando o Minho pelo interior da província (por Braga e Guima-

---

3 SANTOS, 1884, n.º 174: 1.

4 BONIFÁCIO, 1992: 96-98. PINHEIRO, 1983: 53.

5 PINHEIRO, 1986.

6 BAIROCH, 1976: 33-36. CIPOLLA, 1976: 789-790. PEREIRA, 2010: 5.

7 GUILLEMOIS, 1995. JUSTINO, 1988-1989: 189-190.

8 VIEIRA, 1983: 84-88. VIEIRA, 1985.

rões) como continuação da via-férrea entre Porto e Lisboa<sup>9</sup>. No governo, Fontes antecipava a mesma via-férrea, ordenando em 1852 aos engenheiros encarregados do estudo do caminho-de-ferro do norte que o fizessem no sentido de essa ferrovia poder ser prolongada pelo Minho<sup>10</sup>. Anos depois, John Rennie, ao estudar um porto em Leixões, propõe a sua ligação ao Porto e o seu prolongamento pela costa até ao rio Minho, com ramais até Guimarães, Braga, Barcelos, Ponte de Lima e Valença<sup>11</sup>. Watier, no seu exame sobre o caminho-de-ferro do norte, concordava com Rennie quanto ao traçado da linha para norte do Porto, embora se revelasse pessimista quanto a uma rede baseada na Invicta<sup>12</sup>.

Apesar de todos estes alvitreiros, propostas concretas só surgiriam no segundo lustro da década de 1850. Em 1857, o conde de Reus requer autorização ao governo para estudar um caminho-de-ferro desde o Porto através do Minho até à fronteira. O governo aceita na condição de ser Nunes de Aguiar o chefe da comissão e de os estudos estarem prontos em seis meses<sup>13</sup>. Contudo, o COPM mostrava-se contrário à intenção do conde de levar o caminho-de-ferro pelo litoral e de pedir subvenção quilométrica numa linha que se esperava de alto rendimento, que, portanto, deveria ser subsidiada com uma garantia de juro<sup>14</sup>. Esta opinião parece ter arrefecido os ânimos dos interessados, já que nada mais se registaria sobre esta proposta. No ano seguinte, é o barão de Lagos que se mostra interessado na ligação entre o Porto e a Galiza (também aconselhada no parlamento pelo engenheiro Belchior Garcês), mas, tal como a anterior, não saíria do papel<sup>15</sup>.

Finda a primeira década da Regeneração, o Minho estava ainda muito longe de poder contar com caminhos-de-ferro. A sul, algumas localidades gozavam já deste grande melhoramento<sup>16</sup>, pelo que os parlamentares nortenhos pressionavam o governo no sentido de igual benfeitoria ter lugar no norte. Em 1862, a comissão de Obras Públicas da Câmara dos Deputados incluía as linhas do Minho e Douro na lista de caminhos-de-ferro a construir. No entanto, a pressão dos durienses seria mais forte<sup>17</sup>, a ponto de convencer o governo a ordenar a realização de estudos para uma via pelo vale do Douro (portaria de 17-7-1862)<sup>18</sup>. Em resposta, os adversários políticos Plácido Abreu e Meneses Pita punham as suas diferenças de parte e uniam-se em nome dos seus representantes (ambos eram eleitos por círculos minhotos), para fazer ver ao governo a necessidade de uma ligação através do Minho, que era, segundo os dois oradores, a província mais populosa do reino e uma das mais ricas e que devolveria, por isso, o investimento realizado<sup>19</sup>.

<sup>9</sup> ALMEIDA, 1851: 21-23.

<sup>10</sup> COLP, 1852: 628-630.

<sup>11</sup> RENNIE, 1856.

<sup>12</sup> WATIER, 1860: 110 e ss.

<sup>13</sup> COLP, 1857: 408.

<sup>14</sup> BMOP, 1863, n.º 11: 429-432. A subvenção quilométrica concedida pelo governo a uma empresa era um apoio à construção. O Estado assumia uma parte (normalmente metade) dos custos da construção. A garantia de juro era um apoio à exploração. O governo garantia à companhia um determinado rendimento anual (normalmente 6% sobre o custo total da obra).

<sup>15</sup> DG, 1859, n.º 61: 332-333. PEREIRA, 2008: 127.

<sup>16</sup> PEREIRA, 2008: 86-91 e 138-139.

<sup>17</sup> DL, sessões da Câmara dos Deputados de 17-1-1862, 7-3-1862, 12-6-1862 e 26-6-1862: 182, 727, 1638 e 1775-1776.

<sup>18</sup> COLP, 1862: 217. AHMOP. COPM. Liv. 19 (1864): 53-54.

<sup>19</sup> DL, sessão da Câmara dos Deputados de 12-6-1862: 1637 e ss.

Estes homens tinham um poderoso aliado na iniciativa privada, que parecia mais interessada neste caminho-de-ferro: em 13-11-1862, 10-12-1862 e 25-8-1863, são apresentadas propostas por Grouselle & Companhia, José de Salamanca (empreiteiro da CRCFP) e Mare de la Caine. Todos pediam uma subvenção por cada quilómetro construído e por isso todos foram rejeitados pelo COPM, que preferia a aplicação de garantia de rendimento<sup>20</sup>. Entusiasmado por estas manifestações de vontade, em 1863 e 1864, Sá Nogueira, curiosamente um deputado sem qualquer ligação privilegiada ao Minho, propõe no parlamento a concessão de uma garantia de juro de 6% à companhia que se propusesse construir a linha do Porto a Braga, convicto de que o Estado nada pagaria, pois os lucros seriam superiores àquele valor<sup>21</sup>. Colocada a hipótese na Câmara dos Deputados, inicia-se uma guerra entre o deputado vianense Pereira da Cunha e o bracarense Torres e Almeida a propósito da directriz a tomar, apesar de nenhum deles possuir formação académica para fazer traçados (um era escritor de relevo, o outro, advogado). O primeiro defendia um traçado pelo litoral e pela sua cidade, seguindo depois pela margem do Minho até Valença. O segundo preferia um traçado pelo interior da província, mais rico e produtivo que o litoral, na sua opinião<sup>22</sup>.

Entretanto, o interesse de vários capitalistas ia reforçando a proposta de Sá Nogueira. Em 28-3-1864, surge uma proposta de G. Roccae e Piombino & Companhia, para estudar uma via entre o Porto e Braga, passando por Vila do Conde, que é desprezada pelo COPM pela sua falta de credibilidade<sup>23</sup>. Ainda neste ano, uma nova proposta de José de Salamanca, ligada à passagem da linha do norte sobre o Douro em moldes semelhantes à de 1862, terá sido aceite pelo governo, mas não decretada legalmente<sup>24</sup>. Depois de várias insistências de Sá Nogueira, o seu projecto de lei é colocado em ordem do dia (9-5-1864). Entre os deputados a ideia é muito elogiada e aprovada, mas nunca transitaria para os Pares, ficando sem qualquer efeito prático<sup>25</sup>.

Por seu lado os deputados durienses e transmontanos faziam também pressão em prol da *sua* ferrovia<sup>26</sup>, de modo que o governo acabaria por tomar uma decisão salomónica ordenando a Sousa Brandão o estudo das vias-férreas do Douro até à fronteira e de Porto a Braga (portarias de 30-8-1864 e 21-10-1864)<sup>27</sup>. Em Abril do ano seguinte, a linha do Minho ainda atraía o interesse da CRCFP, que renovava a proposição do seu empreiteiro. No COPM, só o engenheiro minhoto Plácido Abreu votava a favor, chocando contra a opinião de todos os seus colegas, para quem a subvenção quilométrica solicitada e a falta de estudos no enlaçamento com a rede espanhola eram razões inequívocas para o chumbo da proposta<sup>28</sup>. O problema era com a proposta e não com a

20 AHMOP. COPM. Liv. 19 (1864): 366-370. A CRCFP era a concessionária das linhas de Lisboa ao Porto (norte) e a Badajoz (leste).

21 DL, sessões da Câmara dos Deputados de 30-5-1863 e 8-3-1864: 1698 e 718.

22 DL, sessões da Câmara dos Deputados de 9-3-1864 e 12-3-1864: 734-736 e 778-779.

23 AHMOP. COPM. Liv. 19 (1864): 361-364.

24 TEIXEIRA, 1938.

25 DL, sessões da Câmara dos Deputados de 9-5-1864 e 10-5-1864: 1474-1476 e 1484.

26 DL, sessões da Câmara dos Deputados de 19-4-1864 e 25-4-1864: 1207 e 1295.

27 COLP, 1864: 602-603. BMOP, 1864, n.º 11: 589.

28 AHMOP. COPM. Liv. 21 (1865): 186v-193v.

linha que, tempos depois, seria incluída pelo COPM (e por Sá da Bandeira<sup>29</sup>) no conjunto de vias internacionais a construir: deveria seguir até à Galiza preferencialmente pelo interior do Minho, onde se encontravam os principais centros industriais. A ligação pelo litoral era possível desde que incluísse um ramal até Braga. Quanto à alegada ameaça de Vigo sobre o Porto não era preocupante, quando se pensava em Leixões (onde se esperava construir um novo porto), na tradição comercial da Invicta ou nos vinhos do Douro<sup>30</sup>.

De qualquer modo, chegados a 1866, nada estava feito ou previsto e o norte impacientava-se. Neste ano, agremiações portuenses e deputados vimaranenses fazem pressão sobre o governo no sentido de dar andamento à questão<sup>31</sup>.

## A LEI DE 2-7-1867 E O DECRETO DE 14-6-1872

Às insistências fora das cortes juntavam-se as instâncias em ambas as câmaras<sup>32</sup>, até que em 27-3-1867 o governo propõe ao parlamento a imediata construção por conta do Estado (mediante emissão de obrigações do Tesouro) dos caminhos-de-ferro que do Porto seguissem por Braga e Viana até à Galiza e pelo vale do Sousa e proximidades de Penafiel até ao Pinhão. Apesar de a preferência governamental ir para linhas internacionais que ligassem o mais directamente possível o porto de Lisboa com Madrid e com a Europa, a conjuntura não permitia grandes investimentos. No entanto, uma vez que parar o investimento também não era opção, o governo procurou continuar a construção em condições modestas e custos teoricamente mais reduzidos e suportáveis pela Fazenda Pública<sup>33</sup>.

A discussão ficaria marcada pelo descontentamento dos deputados da Beira e de Guimarães, que não viam atendidas as suas pretensões de disporem de um caminho-de-ferro. Outros desconfiavam das qualidades de empreiteiro do Estado e da sua capacidade de pagar linhas de rendimento duvidoso. O próprio Sousa Brandão votava contra o projecto por prever uma directriz que fugia aos seus estudos e previa condições de tracção demasiado restritivas, que redundariam no futuro numa fraca exploração e em avultadas despesas de manutenção a troco da poupança de alguns contos de réis no presente<sup>34</sup>. Contudo, a maioria aprovava o projecto do qual se esperava uma facilitação das relações comerciais na província, um serviço à activa indústria, florescente engorda

<sup>29</sup> DL, sessões da Câmara dos Pares de 23-12-1865 e 21-6-1867: 3004-3005 e 2010-2011.

<sup>30</sup> AHMOP. COPM. Liv. 22 (1865): 18-29v. Com a construção desta linha, grande parte do Minho ficaria directamente ligada ao porto de Vigo, que dispunha de muito melhores condições que a barra do Douro. Deste modo, temia-se que o Porto fosse sangrado de movimento em proveito daquele ancoradouro espanhol. Por esta altura, a construção de uma nova infra-estrutura em Leixões não passava ainda de um projecto.

<sup>31</sup> FONSECA, 1975. SILVA, 2004. SILVA & SILVA, 2004.

<sup>32</sup> DL, sessões da Câmara dos Pares de 15-3-1865 e 26-1-1866: 731-732 e 278-279; sessão da Câmara dos Deputados de 26-1-1867: 233.

<sup>33</sup> Não se deveriam empregar luxos na construção de estações e a linha deveria adaptar-se aos caprichos do terreno, mesmo que isso implicasse um traçado mais curvilíneo e acidentado (em termos de subidas e descidas). De facto, os raios das curvas poderiam descer aos 250 metros e os declives poderiam ascender aos 20 milímetros por metro. Para se ter uma ideia da modéstia destas condições, em França, na década de 1840, o governo exigia raios de curva de 700 metros e declives até 5 milímetros por metro e mesmo assim alguns engenheiros criticavam a largueza destas condições (CARON, 1997-2005, vol. 1: 133 e 251).

<sup>34</sup> DL, sessões da Câmara dos Deputados de 7-5-1867, 10-5-1867 e 15-6-1867: 1426-1428, 1472 e 1951-1952.



do gado e intenso movimento terrestre e portuário (de Porto, Viana, Vila do Conde, Caminha e Esposende) e um desenvolvimento da riqueza em geral<sup>35</sup> – esperanças, de resto, comuns às propostas anteriores. O projecto transformar-se-ia na lei de 2-7-1867<sup>36</sup> e seis dias depois, Brito Taborda era encarregado do estudo e da construção da linha do Porto (Campo do Cirne) a Braga. Todavia, o período não se propiciava a grandes investimentos, pelo que o caminho-de-ferro ficaria adiado até ao início da década seguinte. A directriz do engenheiro Taborda (desde o Porto até Nine, onde se bifurcava para Braga e Barcelos, seguindo depois desde Viana pelo litoral até à Galiza) seria aprovada pela JCOPM em Junho de 1871. O traçado proposto era o mais barato, de mais fácil construção e o que permitia um maior troço comum com a linha do Douro<sup>37</sup>. As outras possibilidades de tornar a ferrovia ainda mais litoral (desde a Trofa ou Travagem a Vila do Conde) são rejeitadas<sup>38</sup>.

O início da década de 1870 foi marcado pelo regresso de um clima favorável ao investimento. Numa altura em que o francês Léonce de Lavergne considerava a província do Minho uma das mais ricas e cultivadas da Europa<sup>39</sup>, vários empresários mostravam interesse em ali assentar vias-férreas.

Por decreto de 11-7-1871, Simão Gattai obtém autorização para construir um caminho-de-ferro americano (com tracção animal e sobre o leito das estradas) entre o Porto e Braga por Trofa e Guimarães, sem encargos para o Estado<sup>40</sup>. Ainda neste mês, Alberto Meister pede também licença para estabelecer americanos entre o Porto, Vila do Conde, Braga, Viana, Valença e em direcção à Galiza, sem qualquer subsídio a não ser a isenção de direitos alfandegários sobre o material de construção e exploração. A JCOPM só seria ouvida sobre a segunda proposta, mostrando-se contrária a qualquer ferrovia que concorresse com a linha do Minho a ser construída pelo Estado, sugerindo ainda alterações ao regime de isenções, às ligações a construir e à natureza jurídica do construtor, acabando a proposta por cair no esquecimento. Por esta mesma razão seria também recusada a proposta do inglês Charles E. Austin, noticiada em Julho de 1872, para a construção de um caminho-de-ferro de 1 metro de bitola (distância entre faces internas dos carris) entre o Porto e a Póvoa com ramal para Vila do Conde e prolongamento até Famalicão e Guimarães<sup>41</sup>.

Receando que se ponderasse construir as linhas a norte do Douro neste sistema de americanos, os vogais da JCOPM Caetano Alberto Maia e João Crisóstomo de Abreu e Sousa alertam contra esse propósito, pelo menos nas que deveriam ir a Espanha<sup>42</sup>. Não era porém essa a intenção do governo, que pretendia mesmo executar a lei de 2-7-1867. A 14-6-1872, saía o decreto que ordenava a construção pelo Estado do caminho-de-ferro

---

<sup>35</sup> DCD, 4-5-1867 a 13-5-1867.

<sup>36</sup> COLP, 1867: 441 e ss.

<sup>37</sup> AHMOP. JCOPM. Liv. 32 (1871): 198-205v.

<sup>38</sup> BRANDÃO, 1878: 154-155.

<sup>39</sup> LAINS & SILVA, 2005: 91.

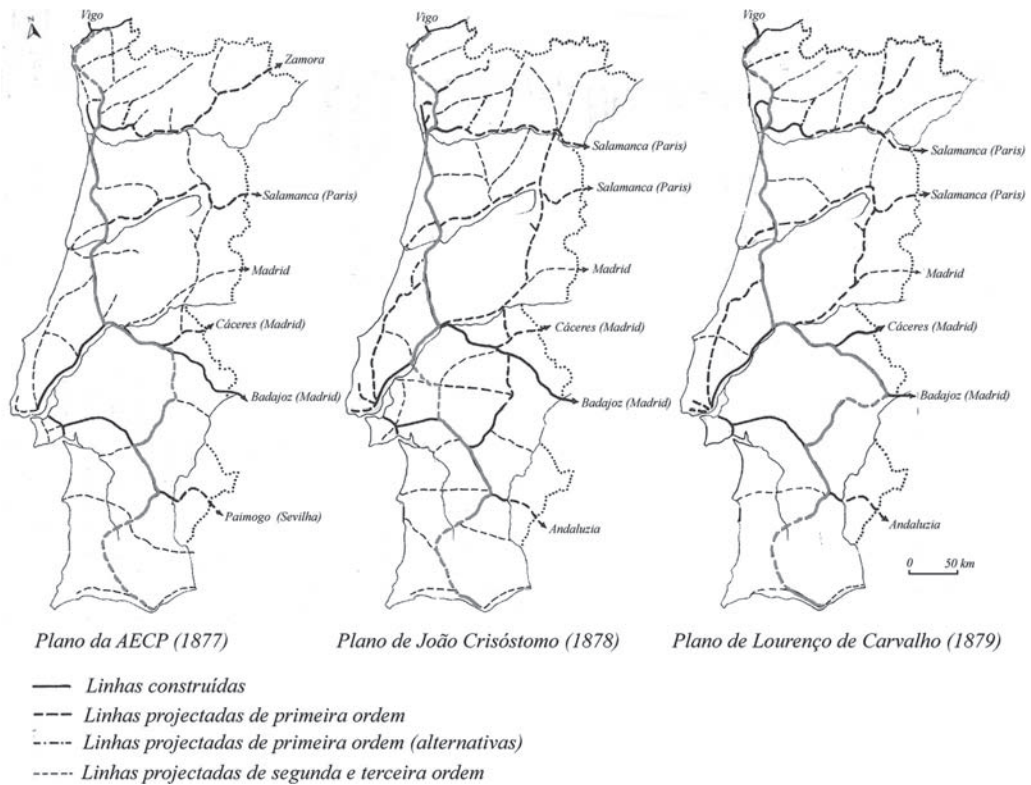
<sup>40</sup> COLP, 1871: 210.

<sup>41</sup> FONSECA, 1975.

<sup>42</sup> AHMOP. JCOPM. Liv. 32 (1871): 280-299. Liv. 32-A (1871): 1-8v.

do Minho, depois de se ter garantido o apoio dos bancos do Porto, Braga e Guimarães, que então se formavam<sup>43</sup>. A construção iniciou-se em Julho seguindo o projecto de Brito Taborda, chegando o comboio a Braga em 1875, a Barcelos em 1877, a Darque e Caminha em 1878 e a São Pedro da Torre em 1879. Por esta altura já o montante previsto de obrigações a emitir se tinha mostrado insuficiente, sendo necessário emitir mais títulos deste género (leis de 7-4-1877 e 3-5-1878)<sup>44</sup>.

Por estes anos (1875-1879) iniciara-se na AACP um debate sobre a definição da rede férrea nacional, na qual a linha do Minho assumia uma enorme importância como parte da grande transversal que deveria cruzar Portugal de sul a norte, de Faro a Valença<sup>45</sup>.



A linha do Minho na rede nacional (algumas propostas de rede em 1877, 1878 e 1879)<sup>46</sup>.

A chegada do caminho-de-ferro a esta cidade ocorreria em 1882, embora a ligação a Espanha só se fizesse quatro anos depois, apesar de as negociações com Espanha já datarem de 11 anos antes e o projecto da ponte ter sido aprovado pela JCOPM em Março

<sup>43</sup> COLP, 1872: 150-151. SILVA & SILVA, 2004. VALÉRIO, 2006: 132.

<sup>44</sup> COLP, 1877: 59; 1878: 62.

<sup>45</sup> ROPM, 1878, n.º 97: 1-8, 9-35; n.º 99: 148-171; n.ºs 100-101: 181-244; n.ºs 102-103: 256-304; n.ºs 104-105: 317-335. DG, 1878, n.º 210: 2260-2266. DCD, 7-2-1879: 345-353.

<sup>46</sup> ALEGRIA, 1990: 287.

de 1880<sup>47</sup>. O atraso ficou-se a dever a dificuldades na construção da ponte e a receios de que a ligação a Vigo prejudicasse o Porto, que continuava sem uma infra-estrutura portuária de qualidade e sem ligações a Espanha. Na realidade, os espanhóis, de entre todas as ligações a Portugal, sempre preferiram a do noroeste<sup>48</sup>. No parlamento português, chegou-se ao ponto de pedir a suspensão dos trabalhos no Minho para que a via-férrea não se ligasse à Galiza antes de o Porto ter um caminho-de-ferro até Salamanca pelo vale do Douro<sup>49</sup>.

A linha do Minho seria a espinha dorsal da viação acelerada naquela província, a partir da qual entroncariam outras vias. Nas linhas seguintes, explicitar-se-ão os projectos elaborados nesse sentido, bem como os seus sucessos e fracassos.

## O DESENVOLVIMENTO DA REDE MINHOTA: A FALHADA LINHA DE GUIMARÃES (1871-1879)

A expansão da rede minhota começaria meses depois do início das obras da via do Porto a Valença. Já vimos que em 1871 Simão Gattai tinha obtido autorização para assentar americanos entre o Porto e o Minho. Mais tarde, o concessionário pedia autorização para lhes aplicar tracção a vapor. Depois da anuência da JCOPM, o governo e o concessionário assinam novo acordo para uma ferrovia de 1 metro de bitola (via reduzida) entre a linha do Minho junto ao rio Ave, Guimarães e Taipas com ramais para Fafe e Vizela (decreto de 28-12-1872)<sup>50</sup>. Para executar a obra, Gattai endossa a concessão à MDRCL (28-10-1874), uma empresa inglesa dirigida por nomes sonantes do panorama financeiro e ferroviário britânico<sup>51</sup>. No entanto, o projecto apresentado era muito diferente da directriz proposta (partia de Bougado, só ia até Guimarães e passava directamente por Vizela, sem necessidade de ramal), se bem que igualmente útil, pelo que a JCOPM e o governo o aceitam por decreto de 18-2-1875, que também alarga a bitola para 1,67 metros, igual à da linha do Minho<sup>52</sup>.

A construção é entregue a Sandiforth Griffin que só consegue assentar 6 quilómetros de carris, retirando-se falido para Londres, apesar de ter recebido 420 contos da companhia e só ter gasto 32. É substituído no cargo por John Dixon, que completa a primeira secção da linha, mas com muito fraca qualidade e com custos excessivos. Tendo exigido o pagamento do seu trabalho e não tendo sido pago, pois a MDRCL não tinha dinheiro, Dixon pede a falência da companhia, que é reconhecida pelo Tribunal do Comércio do Porto em 1-1-1879. Em virtude da liquidação da empresa, o governo revoga todos os decretos que haviam concedido a obra<sup>53</sup>.

<sup>47</sup> FINO, 1883-1903, vol. 1: 262, 301, 306, 310, 374, 497. PAGE ALBAREDA, 1877. AHD. Caminhos de ferro de Portugal e Hespanha. Cx. 28 (1055), mc. 23. AHMOP. JCOPM. Cx. 23 (1880), parecer 8644 (1-3-1880).

<sup>48</sup> CHATO GONZALO, 2004, vol. 1: 274-287.

<sup>49</sup> DCD, 2-6-1881: 1194-1195. DDP, 31-5-1881: 337-339.

<sup>50</sup> AHMOP. JCOPM. Liv. 33 (1872): 120v-122. COLP, 1872: 352-353.

<sup>51</sup> FINO, 1883-1903, vol. 1: 254-255. COLP, 1875: 17. VIEIRA, 1983: 242-252.

<sup>52</sup> AHMOP. JCOPM. Liv. 35 (1874): 45-48. FINO, 1883-1903, vol. 1: 257.

<sup>53</sup> VIEIRA, 1983: 242-252.

## ACOMPANHANDO A LINHA DO MINHO: CAMINHO-DE-FERRO DO PORTO À PÓVOA (1873-1875)

Mais a sul, uma outra via acompanhava a construção do caminho-de-ferro do Minho. Em 1873, Temple Ellicot e o barão de Kessler pedem autorização para construir uma linha em bitola de 90 centímetros entre o Porto e a Póvoa de Varzim. A JCOPM louva a proposta, mas sugere que esta se adapte melhor (em termos de bitola) à concedida a Gattai de modo a constituir no futuro um todo uniforme<sup>54</sup>. Por muito acertado que fosse este parecer, de nada valeu, pois o decreto de 19-6-1873 adjudica àqueles empresários a obra tal como a haviam pedido<sup>55</sup>.

As obras começaram a 2-9-1873 (o que não impediu a concessão de uma linha americana entre a Póvoa e Vila do Conde por decreto de 22-1-1874<sup>56</sup>) e, não conhecendo dificuldades de maior, chegaram à Póvoa em 1-10-1875<sup>57</sup>. Entretanto, já a concessão tinha sido trespassada à CPP, após autorização do governo de 9-4-1874<sup>58</sup>.

## PROJECTOS DE EXPANSÃO A PARTIR DE BRAGA E VIANA DO CASTELO (1874-1886)

Voltando ao coração do Minho, ainda o caminho-de-ferro não chegara a Braga e já se pedia o seu prolongamento até Trás-os-Montes e à fronteira. A ideia surgira em 1875 pela boca de Luís de Campos (deputado de Viseu) e de Alves Passos (deputado eleito por Vila Verde). Segundo aqueles tribunos, passava pela região do Barroso, aumentava o rendimento da linha do Minho e podia forçar a sua continuação pelo interior e não pelo litoral<sup>59</sup>. Certo é que quando os carris chegaram a Braga a estação ficaria colocada ao lado da via e anos depois, em 1886, as propostas para o seu alargamento mantêm-na à margem e não à cabeceira, prevendo-se pois a sua continuação<sup>60</sup>. O que realmente se fez foi somente prolongar a ferrovia por meio de americanos ao centro da cidade, ao santuário do Bom Jesus e ao lugar de Prado<sup>61</sup>, apesar dos esforços do bracarense Penha Fortuna no parlamento<sup>62</sup>.

Antes, em 1874, estando a linha do Minho ainda longe de Viana, Albert Meister volta-se para um caminho-de-ferro de via reduzida entre aquela cidade e o Lindoso, pelo vale do Lima, sem qualquer subvenção (decreto de 18-6-1874). Apesar de ter merecido a aprovação da JCOPM, nunca se realizou<sup>63</sup>. Caducando a concessão de Meister, é feita

<sup>54</sup> AHMOP. JCOPM. Liv. 34 (1873): 97v-100v.

<sup>55</sup> COLP, 1873: 184-185

<sup>56</sup> COLP, 1874, 269-270.

<sup>57</sup> FINO, 1883-1903, vol. 1: 266.

<sup>58</sup> FINO, 1883-1903, vol. 2: 3.

<sup>59</sup> DCD, 9-3-1875 e 10-3-1875: 826-831 e 772-773.

<sup>60</sup> CNDP. CFE. Justino Teixeira – *Pedido de obras na estação de Braga. 8-6-1886*. Cx. 22 (1804), proc. 2. GOMES, 2002.

<sup>61</sup> CORDEIRO *et al.*, 2001: 21-22. CNDP. CFE. *Caminho de ferro americano de Braga. Caminhos cuja concessão era sollicitada do Governo*. Cx. 23 (1805), proc. 6, pst. 32; AHMOP. JCOPM. Cx. 33 (1887), parecer 14546 (28-7-1887). COLP, 1883: 332-333; 1888: 75-77; 1889: 515-516.

<sup>62</sup> DCD, 28-5-1880: 2358-2359.

<sup>63</sup> COLP, 1874: 101-102. AHMOP. JCOPM. Liv. 34-A (1873): 89v-90v.

uma nova adjudicação a Damião António Pereira Pinto (decreto de 27-7-1875) para uma linha com a mesma origem mas com término em Ponte da Barca<sup>64</sup>. Só em 1879 a JCOPM se pronunciaria não reprovando a ideia (que aliás constava também de grande parte dos planos de rede entretanto propostos), mas sim o projecto em si, que era apresentado sem muitos detalhes e com erros de palmatória. Mesmo assim, o apoio de Plácido Abreu na JCOPM mantinha-se firme<sup>65</sup>. Apesar da rejeição da proposta, a ideia de uma linha pelo vale do Lima vingou, de tal modo que a estação de Viana foi construída com tamanho suficiente para receber esse caminho-de-ferro<sup>66</sup>. Em todo o caso, Pereira Pinto não conseguiria realizar aquilo a que se propusera e, em 16-2-1881, a concessão seria trespassada por alvará a George Barchay Bruce Júnior, que conheceria a mesma falta de sucesso<sup>67</sup>.

## LIGAÇÃO ENTRE A PÓVOA, A LINHA DO MINHO E TRÁS-OS-MONTES (1875-1889)

Como vimos, a Póvoa de Varzim estava servida de comboios desde 1875. No final do ano seguinte, o governo autoriza o prolongamento do caminho-de-ferro até Famalicão (decreto de 19-12-1876)<sup>68</sup>. Era uma solução aceitável mas não consensual no debate que decorria na AECP. Em todo o caso, tratava-se de uma linha de diminuta importância, pelo que o seu prolongamento não teria grande relevo. À medida que a construção ia avançando, a empresa solicita (12-10-1877) autorização para a prolongar desde Famalicão a Trás-os-Montes, por Guimarães e Chaves, descendo depois pelo Corgo até à Régua. Além de aumentar a rede da companhia, esperava-se desbloquear as riquezas agrícolas, mineiras e termais da região, aumentar o movimento das linhas do Minho e Douro, ligar Chaves ao Douro e desenvolver a actividade balnear da Apúlia e da Póvoa de Varzim. Desta vez, porém, a empresa pedia um subsídio de 7 contos por cada quilómetro construído, dado o escasso povoamento e o acidentado do território<sup>69</sup>.

Por esta altura, a discussão na AECP apontava para uma solução algo diferente: a linha não se devia ligar a Famalicão, mas sim a Darque com ramais para Nine e Bougado, onde começava o caminho-de-ferro adjudicado a Gattai, o qual deveria seguir até Trás-os-Montes<sup>70</sup>. Em todo o caso a JCOPM (onde se contavam engenheiros membros da AECP, como Caetano Alberto Maia, Augusto César de Sousa Teles e Morais, Carlos Ribeiro, o conde de Valbom, Hermenegildo Gomes da Palma, João Crisóstomo de Abreu e Sousa e Plácido António da Cunha Abreu) não apreciava planos de rede, mas apenas os pedidos que lhe iam parar às mãos. O primeiro esboço da CPP não satisfaz este corpo

---

<sup>64</sup> COLP, 1875: 401-402.

<sup>65</sup> AHMOP. JCOPM. Cx. 22 (1879), parecer 8312 (1-8-1879).

<sup>66</sup> AHMOP. JCOPM. Cx. 21 (1878), parecer 7692 (20-2-1878).

<sup>67</sup> COLP, 1881: 18-19.

<sup>68</sup> FINO, 1883-1903, vol. 1: 282-284.

<sup>69</sup> SILVA & SILVA, 2004. OLIVEIRA, 1979: 7.

<sup>70</sup> GUERREIRO, 1878.

consultivo, que talvez procurasse ganhar tempo até à definição pelo parlamento do plano de rede geral<sup>71</sup>. À segunda tentativa, a CPP propõe um traçado por Guimarães, Fafe, Vila Pouca de Aguiar e Chaves. De Vila Pouca partiria a via até à Régua, numa distância de 235 quilómetros. Em 24-3-1879, quando se percebera que a rede definida por lei não seria uma realidade (a proposta apresentada pelo ministro das Obras Públicas, Lourenço de Carvalho, não seria discutida nem sequer apreciada pelas comissões parlamentares), a JCOPM aprova o projecto na condição de a bitola ser de 1 metro (a CPPF propusera 90 centímetros) e de se reduzir o número de curvas com o raio mínimo de 50 metros<sup>72</sup>. Neste mesmo dia é o projecto apresentado à Câmara dos Deputados, uma vez que se tratava de uma proposta que implicava uma despesa para o Estado. O tipo de subsídio passava a ser uma garantia de juro de 6%. As comissões de Obras Públicas e Fazenda dariam o seu aval positivo, mas o parecer nunca seria discutido<sup>73</sup>.

Entretanto, a construção ia decorrendo sem dificuldades de maior, chegando a Famalicão em 12-6-1881<sup>74</sup>. A companhia exploradora passava então a designar-se CPPF. Embora o seu rendimento líquido entre 1882 e 1888 tenha oscilado entre os 260 e os 470 mil réis, beneficiando das obras do porto de Leixões e de iluminação da Póvoa de Varzim<sup>75</sup>, nunca foi suficiente para cobrir os custos do capital empregue na construção (nunca ultrapassou 5% do custo total da obra), de modo que em 1889 surgem no parlamento algumas propostas (do vila-condense Júlio Graça e de Mariano de Carvalho) para auxiliar a CPPF, que contudo nunca seriam votadas<sup>76</sup>.

## PROPOSTAS DE PLANOS REGIONAIS DE REDE (1880-1881)

No início da década de 1880, surgem duas propostas de rede em via reduzida para o norte do Douro, uma para toda a região, outra limitando-se ao Minho. Tratavam-se de malhas de segunda ordem, ou seja, que não eram de fulcral importância, mas que deveriam complementar e alimentar as linhas principais. Não se destinando a um tráfego muito avultado, poderiam ser construídas em condições mais modestas (daí a via reduzida), que não implicassem um elevado custo.

O primeiro, da autoria de Sousa Brandão a pedido do governo, dava maior importância a Trás-os-Montes que praticamente não contava com nenhum caminho-de-ferro. A ferrovia até Guimarães deveria ser construída pela CPPF, de acordo com o projecto por ela apresentado anteriormente. A linha original de Guimarães, entretanto já trespassada a um novo concessionário, como veremos, estacaria em Santo Tirso, onde aliás já tinha chegado. Uma outra ligação se estabeleceria entre Braga e Ruivães. Para um tempo mais

<sup>71</sup> AHMOP. JCOPM. Cx. 20 (1876-1877), parecer 7635 (24-12-1877).

<sup>72</sup> AHMOP. JCOPM. Cx. 22 (1879), parecer 8156 (24-3-1879).

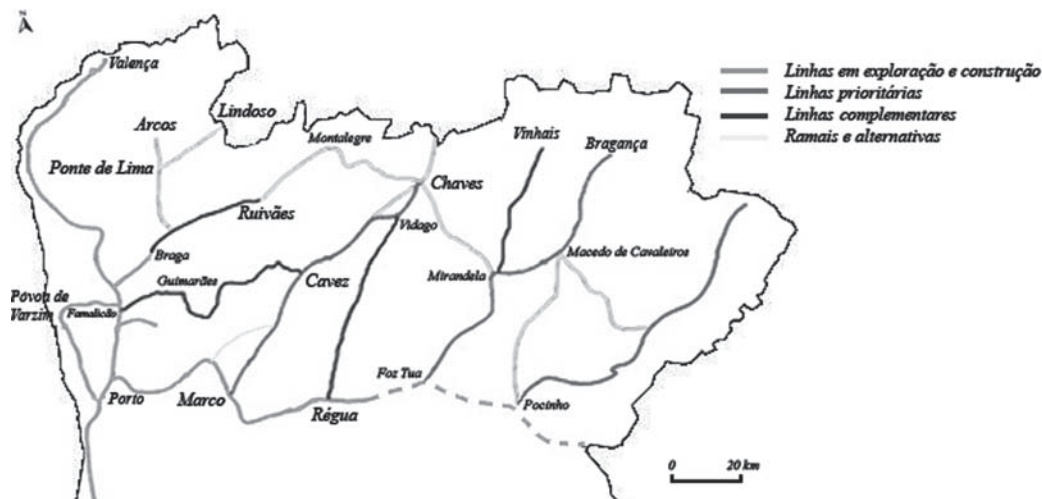
<sup>73</sup> SANTOS, 1884, [Parecer das comissões de Obras Públicas e Fazenda sobre o prolongamento da linha do Porto à Póvoa e Famalicão].

<sup>74</sup> FINO, 1883-1903, vol. 1: 419.

<sup>75</sup> ROPM, 1890, est. 3. PIMENTEL, 1890. PIMENTEL, 1892.

<sup>76</sup> DCD, 4-6-1889 e 10-6-1889: 1022 e 1147-1148.

longínquo era deixada aquela que de Ruivães seguisse para Chaves e a que de Braga buscasse Arcos de Valdevez e a zona de Lindoso. O caminho-de-ferro do vale do Lima era assim abandonado no troço entre Viana e Ponte de Lima. Num extremo da província passaria parte da linha que de Chaves pelo Tâmega se dirigisse a Marco de Canaveses.

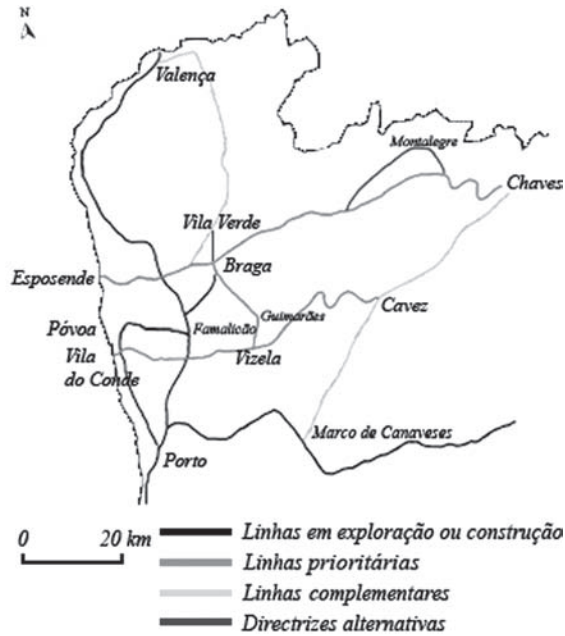


Rede de via reduzida ao norte do Douro (1880)<sup>77</sup>.

Um ano depois de Sousa Brandão, é o seu colega Pereira Dias que apresenta a sua proposta, a pedido da câmara de Esposende. Acompanhava Sousa Brandão no caminho-de-ferro do Tâmega e no de Braga a Chaves, mas este último seria prolongado para o sentido oposto até Esposende. Concordava também com a ligação de Braga a Arcos de Valdevez, mas prolongada até Valença por Monção, o que para Sousa Brandão era um erro. Discordava quanto à linha da Guimarães, que deveria manter a sua origem e prolongar-se para este e oeste até Cavez e Vila do Conde. A ligação a Guimarães seria feita por ramal que se prolongaria até Braga.

Ambos os engenheiros tinham como objectivo, obviamente, levar a viação acelerada às regiões que dela não dispunham e que assim estavam em desvantagem em relação às áreas já abençoadas por caminhos-de-ferro. Esperavam não só que interesses económicos já instalados (como a indústria de Braga ou termas espalhadas pela região) tivessem uma maior afluência e maiores possibilidades de escoamento, mas também que graças ao desenvolvimento das comunicações surgissem novas actividades para explorar.

<sup>77</sup> BRANDÃO, 1880.



Os caminhos-de-ferro secundários no distrito de Braga (1881)<sup>78</sup>.

## A EXECUÇÃO DA LINHA DE GUIMARÃES (1879-1888)

Como vimos, em 1879, a MDRCL falia e perdia todos os direitos sobre a adjudicação. O governo, considerando que o caminho-de-ferro era de domínio público e que importava continuar a sua construção, transfere a concessão a Soares Veloso e ao visconde da Ermida, na condição de estes se associarem em sociedade anónima, adquirirem em leilão as obras realizadas e responderem em tribunal português por qualquer reclamação sobre os actos da MDRCL (decretos de 16-4-1879)<sup>79</sup>. No parlamento, rapidamente se procurou atribuir aos concessionários as mesmas isenções fiscais que outras companhias usufruíam (proposta de lei de 16-5-1879), mas o processo não avançou, porque o empreiteiro Dixon arrogava-se direitos de propriedade sobre a obra, exigindo nesse sentido uma indemnização.

Na sequência da falência da MDRCL, a concessão foi colocada em hasta pública por quatro vezes, sendo arrematada por 31 contos pela CCFG (companhia entretanto formado pelos novos concessionários), um preço baixo que não cobria o crédito de Dixon sobre a MDRCL<sup>80</sup>.

<sup>78</sup> DIAS, 1881.

<sup>79</sup> FINO, 1883-1903, vol. 1: 393-395.

<sup>80</sup> DIXON, 1882. CCFG, 1882. CCFG, 1883.



Arrematada a linha, a proposta de isenção alfandegária sobre o material de construção e exploração seria renovada em Maio de 1880 (pelo deputado de Santo Tirso, Rodrigues Ferreira), mas continuaria por aprovar na Câmara dos Pares, mais uma vez por causa da questão com Dixon, que acusava os deputados de conluio com a empresa portuguesa<sup>81</sup>. Entretanto, a CCFG cumpre as condições do decreto de 16-4-1879 e a concessão torna-se definitiva (18-8-1880), sendo porém alterada na determinação da bitola que passava a ter 1 metro, de forma a apressar a construção e facilitar a exploração (decreto de 5-8-1880)<sup>82</sup>. Ao mesmo tempo, decorriam negociações entre Estado e CCFG tendo em vista a exploração conjunta do troço entre Lousado e a Trofa<sup>83</sup>, mas sem o privilégio alfandegário, a construção não avança.

Em 6-2-1882 a isenção aduaneira volta à ordem do dia pela mão do banqueiro portuense Pinto Leite, sendo finalmente aprovada pelos deputados (15-4-1882) e Pares (16-5-1882) e transformada em lei a 2-6-1882<sup>84</sup>. A construção iniciava-se finalmente, o que levou Dixon a solicitar auxílio oficial ao seu governo, que lembrou a António de Serpa, ministro dos Estrangeiros, «the bad effect a denial of justice to a British subject who had spent his capital in Portugal would have in England»<sup>85</sup>, sugerindo que a questão fosse resolvida administrativamente pelo executivo. Porém, Hintze Ribeiro, ministro das Obras Públicas, antepunha que só os tribunais podiam fixar o crédito de Dixon<sup>86</sup>. Entretanto, a construção aproximava-se do seu fim, mas a abertura da linha era adiada pela pressão britânica. O governo ficava mal visto perante a sociedade portuguesa, mas os ingleses «could not understand why, because a certain number of persons [sic] was raising a clamour, Mr. Dixon should be deprived of his just rights». Apesar da insistência, o governo preparava-se para a inauguração, descontentando os britânicos que pediam pressão sobre a CCFG no sentido de esta pagar extrajudicialmente, pressão essa que seria «perfectly legitimate»<sup>87</sup>. A mudança de ministro nos Estrangeiros (Barbosa du Bocage rende António de Serpa) nada altera e a inauguração até Vizela ocorre em 31-12-1883<sup>88</sup>. Apesar dos protestos, o embaixador inglês acaba por confessar que nada mais havia a fazer. Só os tribunais poderiam quantificar o direito de Dixon, o que deixa o empreiteiro desiludido, pois estava a par da lentidão dos processos judiciais portugueses. De facto, só sete anos depois veria o empreiteiro o seu crédito pago, mas sem juros<sup>89</sup>.

<sup>81</sup> DCD, 8-5-1880: 1919. CCFG, 1882.

<sup>82</sup> FINO, 1883-1903, vol. 1: 411. AHMOP. JCOMPM. Cx. 23 (1880), parecer 8736 (14-6-1880).

<sup>83</sup> CNDP. *Offício da Companhia de Guimarães ao Director-geral do Ministério das Obras Públicas*, cx. 77 (1859), proc. 3, mç. 143. *Contratos entre a Direcção de Exploração dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro e a Companhia de Guimarães*, cx. 77 (1859), proc. 3, mç. 143.

<sup>84</sup> DCD, 6-2-1882: 221. FINO, 1883-1903, vol. 1: 431.

<sup>85</sup> AHD. *Caminho de Ferro do Bougado a Guimarães. Papeis que dizem respeito à questão com John Dixon 1881-1883. Further correspondence respecting Mr. John Dixon's claim against the Guimarães Railway Company*, cx. 1051, mç. 2: 1.

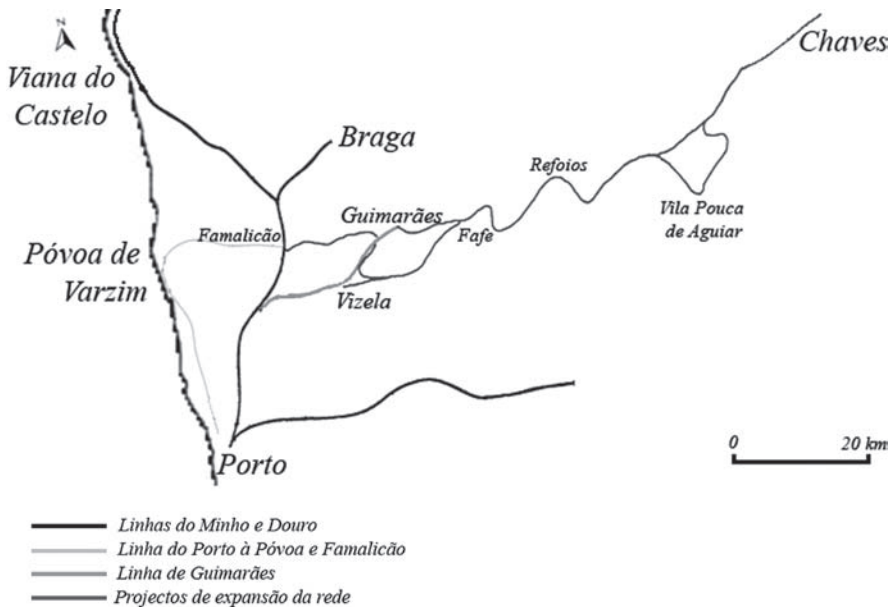
<sup>86</sup> COLP, 1883: 71.

<sup>87</sup> AHD. *Caminho de Ferro do Bougado a Guimarães...*: 22-23; cartas de 14-9-1883 e 19-9-1883.

<sup>88</sup> SILVA, 2004. SILVA & SILVA, 2004.

<sup>89</sup> AHD. *Caminho de Ferro do Bougado a Guimarães...*, carta de 6-2-1884. VIEIRA, 1983: 256-257.

Resolvida a questão com Dixon e acordada a exploração conjunta com o Estado (portaria de 24-1-1882 e contrato de 20-12-1883)<sup>90</sup>, a linha até Guimarães é aberta a 5-4-1884<sup>91</sup>. Cedo a CCFG começou a ponderar o seu prolongamento até Chaves (por Fafe, Ribeira de Pena e Vila Pouca), recuperando o projecto da CPPE.



Proposta da CCFG (década de 1880)<sup>92</sup>.

A proposta da CCFG é reforçada no parlamento em 1886 por um grupo de deputados da região que àquela via juntava o seu prolongamento pelo vale do Corgo até à Régua, numa tentativa de aproximar Trás-os-Montes do Porto e de dar saída às alegadamente abundantes produções da região, mediante a entrega por parte do Estado de uma garantia de juro de 5,5%<sup>93</sup>.

A ideia manteve-se em suspenso até ser incluída (juntamente com a ligação a Braga) no plano de 1888 do governo progressista de complemento da rede a norte do Mondego, que não se concretizou malgrado as renovações de iniciativa de que foi alvo<sup>94</sup>.

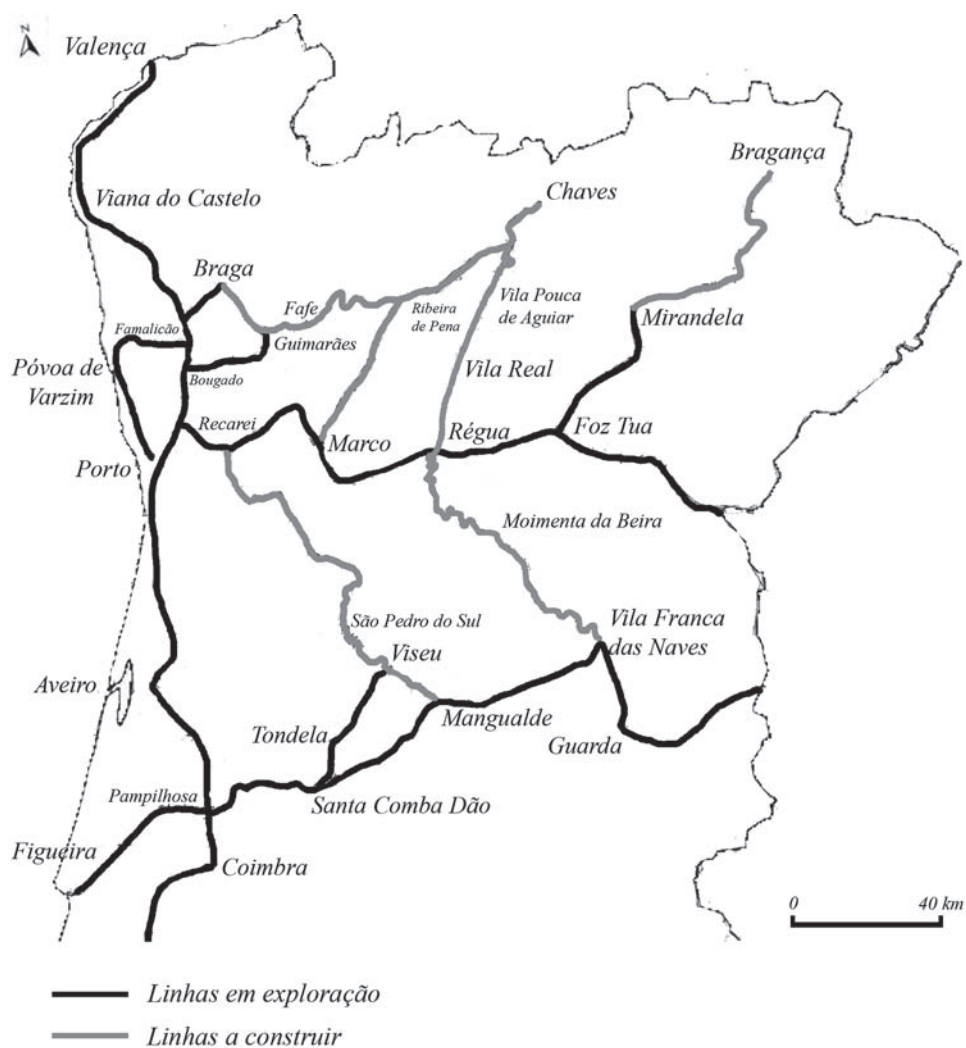
<sup>90</sup> CNDP. CFE. Lousado. Portaria aprovando o entroncamento da Linha de Guimarães na Linha do Minho em Lousado. Cx. 77 (1859), proc. 3, pst. 30867, doc. 180. Parecer da JCOPM. 16-7-1883, cx. 77 (1859), proc. 3, doc. 75. AHMOP. JCOPM. Cx. 24 (1882), parecer 9707 (9-1-1882). FINO, 1883-1903, vol. 3: 1-10.

<sup>91</sup> FINO, 1883-1903, vol. 2: 62.

<sup>92</sup> AHD. Caminhos-de-ferro Ligações por intermédio de pontes. Cx. 38, mç. 8, doc. 281 (adaptado).

<sup>93</sup> DCD, 20-3-1886: 660-661.

<sup>94</sup> DCD, 1-6-1888, 26-6-1890 e 21-7-1890: 1813-1819, 883-888 e 1413. DDP, 6-8-1890: 800-801.



Rede a norte do Mondego (1888)<sup>95</sup>.

O governo apenas concederia a extensão até Fafe (alvará de 2-4-1891), após pedido da CCFG três anos antes (28-11-1888), na condição de permitir a mais conveniente ligação com Braga<sup>96</sup>. Contra este prolongamento protestou esta cidade que se pretendia ligar ela própria a Fafe e à projectada linha do Corgo<sup>97</sup>. A CCFG apresentaria o seu projecto, que seria rejeitado precisamente por não prever um entroncamento em boas condições técnicas com o caminho-de-ferro desde Braga<sup>98</sup>. Por iniciativa do governo, um

<sup>95</sup> AHMOP. Mapas. C-32-7-B.

<sup>96</sup> COLP, 1891: 113 e ss.

<sup>97</sup> PIMENTEL, 1891.

<sup>98</sup> AHMOP. JCOPM. Cx. 37 (1891), parecer 21008 (16-11-1891).

novo projecto é elaborado e aprovado, colocando a via-férrea de Guimarães a entroncar na linha de Fafe a Braga em Campelos (onde se montava uma grande fábrica de fição), a oeste de Guimarães<sup>99</sup>. No entanto, o prolongamento de Guimarães a Fafe seria colocado em espera até inícios do século XX. A ligação da cidade-berço a Braga nunca seria construída<sup>100</sup>.

## CONCLUSÃO

O assentamento de carris no Minho fez-se com um atraso de vinte anos em relação ao início do fomento fontista, embora os primeiros projectos e vontades datassem também da década de 1850. Contudo, os objectivos principais dos governos passavam por ligar Lisboa à Europa e ao Porto. Só quando o comboio chegasse a esta cidade faria sentido pensar concretamente numa rede a norte do Douro. Esta regra poderia ser quebrada no caso de aparecerem interessados em condições favoráveis ao Estado ou com influência suficiente junto do poder. Foi o que aconteceu a sul com a linha do Barreiro às Vendas Novas, sugerida por dois Pares do Reino, ricos proprietários alentejanos, contratada com uma subvenção quilométrica relativamente reduzida (7,9 contos). Foi também o que sucedeu com o caminho-de-ferro de Sintra concedido a Claranges Lucotte sem qualquer tipo de encargo para o Estado<sup>101</sup>. A norte, apareceram também interessados, mas o facto de exigirem uma subvenção quilométrica aconselhou a sua rejeição, pois esperava-se um grande rendimento de exploração, o que recomendava a adopção de uma garantia de juro.

Por outro lado, a construção da ferrovia entre Lisboa e Porto sofreu vários atrasos, o que adiou também um projecto de fundo para vias-férreas no Minho. Só em 1864 Lisboa e Gaia ficariam ligadas por caminho-de-ferro e a chegada ao Porto só se faria em 1877<sup>102</sup>. No entanto, em 1866 é assinado um acordo com a CRCFP para a construção do troço sobre o Douro, o que permite ao governo no ano seguinte decretar novas linhas desde a estação terminal do caminho-de-ferro do norte (no Campo do Cirne). Todavia, a situação económico-financeira não se propiciava a grandes investimentos, quer do Estado, quer de privados. Ultrapassadas essas dificuldades no início da década de 1870, o governo iniciou a construção da ligação Porto – Valença com ramal para Braga. Ao mesmo tempo, surgiram propostas privadas em condições de serem aceites pelo governo, uma vez que não implicavam nenhuma despesa, tendo-se assim iniciado a expansão das estradas de ferro no Minho.

Todavia, os fracos resultados operacionais (o lucro nunca ultrapassou 3,5%<sup>103</sup>) desincentivaram o investimento privado (a linha do Lima estava concedida mas tardava em realizar-se). Além disso, as propostas de rede regionais que surgiram em 1880-1881

---

<sup>99</sup> AHMOP. JCOPM. Cx. 38 (1892), parecer 21770 (15-6-1892).

<sup>100</sup> SILVA, 2004

<sup>101</sup> PEREIRA, 2008.

<sup>102</sup> ABAGÃO, 1956.

<sup>103</sup> ROPM, 1890, est. 3.

sugeriam uma construção financiada pelo Estado com uma garantia de juro, o que desviaria fundos do grande objectivo da política ferroviária nacional, que era a construção de vias internacionais<sup>104</sup>. Por outro lado, o Estado estava com o encargo da conclusão do caminho-de-ferro até ao Algarve e tinha de financiar outros em regiões que ainda não estavam servidas de vias-férreas, casos do Douro, de Trás-os-Montes e da Beira Baixa (contratadas desde 1882-1883)<sup>105</sup>. Assim, em 1884 a rede minhota atingia a sua extensão máxima no século XIX com as linhas-férreas do Minho, Porto à Póvoa e Famalicão e Guimarães.



A rede construída no Minho no fim do romantismo (1892).

## SIGLAS

AECP – Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses

AHD – Arquivo Histórico-Diplomático

AHMOP – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

BAR – Biblioteca da Assembleia da República

BMOP – Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

CCFG – Companhia do Caminho de Ferro de Guimarães

CFE – Caminhos de Ferro do Estado (Construção)

<sup>104</sup> PEREIRA, 2011.

<sup>105</sup> TORRES, 1936.

CNDF – Centro Nacional de Documentação Ferroviária  
COLP – Coleção Oficial de Legislação Portuguesa  
COPM – Conselho de Obras Públicas e Minas  
CPP(F) – Companhia do Caminho de Ferro do Porto à Póvoa (e Famalicão)  
CRCFP – Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses  
DCD – Diário da Câmara dos Deputados  
DDPR – Diário dos Dignos Pares do Reino  
DG – Diário do Governo  
DL – Diário de Lisboa  
JCOPM – Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas  
MDRCL – Minho District Railway Company Limited  
ROPM – Revista de Obras Públicas e Minas

## FONTES MANUSCRITAS

AHD. Vários processos

AHMOP. COPM. Livs. 19, 21-22, 29 (1864-1865, 1869). JCOPM. Livs. 32-35 (1871-1875) e cxs. 20-25, 33, 38 (1876-1880, 1882, 1887, 1891-1892).

CNDF. Caminhos de Ferro do Estado. Construção, cxs. 22, 23 e 77.

## FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, Albino de Figueiredo e (1851) – *Vias de comunicação*. Lisboa: Revista Popular.

BRANDÃO, Francisco Sousa (1878) – *A rede dos caminhos de ferro em Portugal*. «ROPM», t. 9, n.º 99. Lisboa: IN, p. 148-171.

\_\_\_\_ (1880) – *Estudos de caminhos de ferro de via reduzida ao Norte do Douro*. «ROPM», t. 11, n.º 125-126. Lisboa: IN, p. 145-183.

CCFG (1882) – *Caminho de ferro do Bougado a Guimarães*. [S. l.]: [s. n.].

CCFG (1883) – *A companhia do caminho de ferro de Guimarães e John Dixon*. Porto: Tipografia Lusitana.

DIAS, João José Pereira (1881) – *Memória ácerca dos caminhos de ferro de segunda ordem no districto de Braga*. Lisboa: IN.

DIXON, John (1882) – *Resposta de John Dixon ao folheto publicado e distribuido com o titulo de Caminho de ferro de Bougado a Guimarães*. Lisboa: IN.

GUERREIRO, João Veríssimo Mendes (1878) – *Esboço da rede geral dos caminhos de ferro em Portugal*. «ROPM», t. 9, n.º 100-101. Lisboa: IN, p. 194-244.

RENNIE, John (1856) – *Relatorio ácerca do melhoramento da barra do Douro, e da construcção de um porto artificial defronte de Leça*. «BMOP», n.º 1. Lisboa: IN, p. 23-28.

WATIER, F. (1860) – *Relatorio sobre a construcção dos caminhos de ferro em Portugal*. «BMOP», n.º 1. Lisboa: IN, p. 76-131.

## PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

BMOP (1863-1864). Portugal. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, ed. Lisboa: IN.

DCD (1860, 1875, 1880-1882, 1886, 1888-1890). Portugal. Câmara dos Deputados, ed. Lisboa: IN.

DDPR (1881 e 1890). Portugal. Câmara dos Pares do Reino, ed. Lisboa: IN.

DG (1859). Portugal. Governo, ed. Lisboa: IN.

DL (1862-1867). Portugal. Governo, ed. Lisboa: IN.

ROPM (1878, 1890). AECP, ed. Lisboa: IN.

## COMPILAÇÕES

- COLP (1852, 1857, 1860-1862, 1864, 1867, 1871-1875, 1877, 1881, 1883, 1888-1889, 1891). Lisboa: IN.
- FINO, Gaspar Correia, compil. (1883-1903) – *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro*. Lisboa: IN. 3 vols.
- SANTOS, Clemente, compil. (1884) – *Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884*. BAR, 226/1910. 3233-3234.

## BIBLIOGRAFIA

- ABAGÃO, Frederico de Quadros (1956) – *Caminhos de ferro portugueses. Esboço da sua história*. [s.l.]: C. P.
- ALEGRIA, Maria Fernanda (1990) – *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910). As vias e o tráfego*. Lisboa: Memórias do Centro de Estudos Geográficos, n.º 12.
- BAIROCH, Paul (1976) – *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- BONIFÁCIO, Fátima (1992) – *A guerra de todos contra todos (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)*. «Análise Social», vol. 27, n.º 115. Lisboa: GIS, p. 91-134.
- CARON, François (1997-2005) – *Histoire des chemins de fer en France*. Paris: Fayard. 2 vols.
- CHATO GONZALO, Ignacio (2004) – *Las relaciones entre España y Portugal a través de la diplomacia (1846-1910)*. Mérida: Junta de Extremadura. 2 vols.
- CIPOLLA, Carlo, ed. (1976) – *The Fontana Economic History of Europe*. 4.<sup>a</sup> ed. Glasgow: Fontana/Collins, vol. 4.
- CORDEIRO, José Lopes; MENDES, Fernando; VASCONCELOS, António (2001) – *O Elevador do Bom Jesus do Monte*. Braga: Ordem dos Engenheiros.
- FONSECA, Corregedor da (1975) – *No primeiro Centenário das linhas do Caminho de Ferro a norte do rio Douro*. Lisboa: CP.
- GOMES, Joaquim (2002b) – *Braga e os caminhos-de-ferro*. Braga: Parque de Exposições.
- GUILLEMOIS, Isabelle (1995) – *Les transports au Portugal au XIX siècle (de 1843 à 1899) à travers les Viagens na Minha Terra de Almeida Garrett et As Farpas de Ramalho Ortigão*. Bordéus: Université Michel de Montaigne.
- JUSTINO, David (1988-1989) – *A formação do espaço económico nacional, 1810-1913*. Lisboa: Vega.
- LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da, org. (2005) – *O século XIX*. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da, org. – *História económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: ICS, vol. 2.
- MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno (1993) – *História económica de Portugal*. Lisboa: Presença.
- MÓNICA, Filomena, dir. (2005-2006) – *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Lisboa: ICS.
- OLIVEIRA, Manuel (1979) – *Uma gorada ligação ferroviária da Póvoa de Varzim a Trás-os-Montes*. «Boletim Cultural Póvoa de Varzim», vol. 18, n.º 1. Póvoa de Varzim: [s. n.].
- PAGE ALBAREDA, Eusébio (1877) – *Caminhos de ferro internacionaes em Hespanha. Linhas para a fronteira de Portugal*. «ROPM», t. 8, n.º 95. Lisboa: IN, p. 421-432.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2008) – *Caminhos-de-ferro nos debates parlamentares (1845-1860)*. Porto: FLUP. Tese de mestrado.
- \_\_\_\_ (2010) – *Caminhos-de-ferro entre Técnica, Estratégia, Economia e Política (1845-1892)*. «XXX Encontro da APHES». Disponível em <[www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/Hugo\\_Silveira\\_Pereira.pdf](http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/Hugo_Silveira_Pereira.pdf)>. [Consulta realizada em 1-12-2010].
- \_\_\_\_ (2011) – *A doorway to Europe. The dream of the Portuguese railways (1845-1892)*. «9<sup>th</sup> International Conference of the International Association for the History of Transport, Traffic and Mobility (T2M)». Disponível em <[t2m.org/wp-content/uploads/2011/09/Pereira\\_Hugo\\_Paper.pdf](http://t2m.org/wp-content/uploads/2011/09/Pereira_Hugo_Paper.pdf)>. [Consulta realizada em 20-12-2011].
- PIMENTEL, Frederico (1890) – *Caminhos de ferro. Apontamentos para calcular o rendimento inicial provável de uma linha férrea*. Lisboa: IN.

- \_\_\_\_ (1891) – *Caminho de ferro de Bougado a Fafe*. «ROPM», t. 22, n.º 257-258. Lisboa: IN, p. 165-166.
- \_\_\_\_ (1892) – *Apontamentos para a historia dos caminhos de ferro portuguezes*. Lisboa: Tipografia Universal.
- PINHEIRO, Magda (1983) – *Reflexões sobre a história das finanças públicas portuguesas no séc. XIX*. «Ler História», n.º 1. Lisboa: A Regra do Jogo, p. 47-67.
- \_\_\_\_ (1986) – *Chemins de fer, structure financiere de l' État et dependance extérieure au Portugal: 1850-1890*. Paris: Université de Paris. Tese de doutoramento.
- SILVA, Casimiro; SILVA Samuel (2004) – *Memórias do comboio de Guimarães*. Guimarães: Ideal.
- SILVA, José Ribeiro da (2004) – *Os comboios em Portugal*. Queluz: Mensagem.
- TEIXEIRA, Jorge (1938) – *Origens, fundação e evolução da C. P.* Lisboa: CP.
- TORRES, Carlos Manitto (1936) – *Caminhos de ferro*. Lisboa: [s.n.].
- VALÉRIO, Nuno (2006) – *História do Sistema Bancário Português*. Lisboa: Banco de Portugal.
- VIEIRA, António Lopes (1983) – *The role of Britain and France in the finance of portuguese railways 1850-1890*. Leicester: Leicester University. Tese de doutoramento.
- \_\_\_\_ (1985) – *Os caminhos de ferro antes dos caminhos de ferro: a especulação ferroviária em Portugal em 1845-46*. «Revista de Histórica Económica e Social», n.º 15. Lisboa: Sá da Costa, p. 123-134.





# A JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE

## UM PROJECTO REPUBLICANO DE REMEMORAÇÃO DA I GUERRA MUNDIAL EM PORTUGAL

SÍLVIA CORREIA\*

**Resumo:** *A Junta Patriótica do Norte constituiu-se passado um mês da declaração de guerra da Alemanha, determinando que a sua actividade acompanharia o conflito. Porém, o seu esforço prolongou-se e acentuou-se no pós-guerra, nomeadamente no que diz respeito à assistência aos órfãos de guerra, às comemorações das efemérides e, por fim, mas não menos importante, à divulgação e concretização de manifestações artísticas de homenagem aos homens mortos. Neste artigo procura-se, num primeiro momento, para além do entendimento orgânico da instituição, analisar o seu papel na mobilização para o conflito e, numa segunda fase, estudar, em estreita dialéctica com os processos rememorativos oficiais, o seu lugar na delineação – material e imaterial – da memória da I Guerra Mundial em Portugal.*

**Palavras-chave:** Guerra; assistência; propaganda; rememoração.

**Abstract:** *The Junta Patriótica do Norte (JPN) was created a month after Germany's declaration of war, stating that one of its purposes would be to follow the conflict. However, its efforts were extended and intensified in the postwar period, particularly with respect to assistance to war orphans, the organization of war commemorations, and last but not least, the dissemination and implementation of artistic tributes to the war's fallen men. This article intends, besides the organic understanding of the institution, to first explore the Junta's role in the conflict's mobilization efforts and, second, its role in how the memory – material and immaterial – of World War I in Portugal has been shaped.*

**Keywords:** War; assistance; propaganda; remembrance.

A I Guerra Mundial galgou as fronteiras temporais e espaciais dos confrontos que decorreram entre 1914 e 1918, implicando um conjunto de mobilizações, transformações e/ou, persistências políticas, sociais e culturais nos países intervenientes cujo efeito perdurou muito para lá do fim da guerra.

Precoce no contexto português, a Junta Patriótica do Norte (JPN) destacou-se na assistência e propaganda exercidas no âmbito da intervenção portuguesa na I Guerra Mundial. Além da criação da sua própria obra de assistência aos soldados em campanha, no retorno e na subsequente reintegração e do apoio às vítimas da guerra – onde se destaca a sua acção, de que é exemplo a Casa dos Filhos dos Soldados (CFS) –, a JPN teve um papel importante na projecção, difusão e consolidação de processos de rememoração da experiência de guerra.

Neste artigo procura-se, num primeiro momento, para além do entendimento orgânico da instituição, analisar o seu papel na mobilização para o conflito, entre a propaganda e a assistência e, numa segunda fase, estudar, em estreita dialéctica com os processos rememorativos oficiais, o seu lugar na delineação – material e imaterial – da memória da I Guerra Mundial em Portugal.

Lamenta-se o desaparecimento, mesmo depois de uma larga procura nos arquivos

---

\* Instituto de História Contemporânea, FCSH – UNL. Email: sabcorreia@gmail.com.

Municipal e Distrital da cidade do Porto, na delegação da Liga dos Combatentes do Porto e no Lar dos Filhos dos Combatentes (antiga Casa dos Filhos dos Soldados), do fundo documental da Junta Patriótica do Norte, dificultando assim a possibilidade de uma análise sistemática da organização.

## A JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE: PROPAGANDA E ASSISTÊNCIA

Face à inevitável declaração de guerra da Alemanha, vários cidadãos da cidade do Porto juntaram-se numa iniciativa de apoio à República e à participação na guerra, homens das letras, como professores universitários, médicos, advogados e artistas, nomeadamente: Santos Silva, Vasco de Oliveira, Barbosa de Castro, Adriano Gomes Pimenta, Belchior de Figueiredo, Aarão de Lacerda, Mário de Vasconcelos, Oliveira Ramos, Almeida Garrett.

O objectivo da Junta, de carácter cívico, seria «despertar na população do Norte as energias latentes de patriotismo, de dedicação e de fé e a confiança na Vitória» e «esclarecendo a situação de Portugal na Guerra a que fomos arrastados pelo idealismo das nossas almas, pela consciência da nossa situação e pela defesa do nosso património colonial, as cruzadas patrióticas da Junta, percorrendo a grande maioria das terras portuguesas do Norte, pregando a União Sagrada, que, numa só fé, numa só vontade deviam reunir as forças dominantes da República»<sup>1</sup>.

A Junta Patriótica do Norte (JPN) constituiu-se passado um mês da declaração de guerra da Alemanha, no dia 15 de Março de 1916, e foi oficializada em sessão plenária a 8 de Abril do mesmo ano, com a aprovação dos seus estatutos, determinando-se que a sua actividade acompanharia o conflito e passaria por «propaganda patriótica», «assistência e socorro às vítimas portuguesas da guerra», «prestar o seu auxílio e concurso para defesa nacional», e «contribuir para a resolução do sistema de subsistências»<sup>2</sup>.

Para além de uma intensa actividade filantrópica, a Junta protagonizou uma propaganda consistente à República, à intervenção na guerra e ao esforço dos soldados portugueses, através da organização e realização de conferências, campanhas de subscrição, recurso junto das entidades competentes para a obtenção de direitos e regalias<sup>3</sup>, comemorações, e delineação de processos memoriais<sup>4</sup>. Dirigida por Alberto de Aguiar<sup>5</sup>, trata-se de uma instituição de reconhecida acção e prestígio na cidade, muito em função da colocação social e profissional privilegiada dos seus membros, reunindo-se nos Paços do Concelho e mantendo ligação estreita com os poderes locais.

---

1 AGUIAR, 1932.

2 Cf. Junta Patriótica do Norte, 1934.

3 *Diário da Câmara dos Deputados*, 14 de Junho de 1923, p. 3 – Ofício da Junta Patriótica do Norte pedindo melhoria da situação dos mutilados de guerra.

4 Cf. AGUIAR, 1932.

5 Alberto Pereira Pinto de Aguiar, diplomado em filosofia, farmácia e medicina, e professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, onde ingressou no respectivo corpo docente em 1896. Alberto de Aguiar, que viria a ser director daquela escola no ano da sua jubilação, em 1935, era uma figura de referência da sua época, tendo pertencido a inúmeras sociedades científicas e sendo justamente conhecido como o «patriarca da bioquímica portuguesa».

A sua acção era regulada e coordenada essencialmente por dois órgãos centrais – Comissão Executiva e Mesa das Reuniões Plenárias – em colaboração com outras comissões e subcomissões. A saber: *Comissão Económica*, composta essencialmente por proprietários industriais; *Comissão de Imprensa*, responsável pela divulgação das actividades da instituição junto da imprensa local e nacional, integrando um largo núcleo de jornalistas e membros da imprensa de referência no Porto (*O Norte*; *O Primeiro de Janeiro*; *Jornal de Notícias*, entre outros), sendo presidida por Bento Carqueja; *Comissão de Propaganda*, composta por homens provenientes do ensino oficial e do meio médico militar, à qual cabia a concretização de diversas conferências de propaganda e informação das causas da participação na guerra; *Comissão Artística*, que comportava homens de destaque do mundo das artes, responsável pela elaboração de modelos que suportassem a actividade da Junta.

As suas receitas provinham, segundo relatórios de 1917 a 1937, por ordem decrescente e com as devidas variações temporais, de: cotizações e donativos voluntários de militares e particulares; subsídio de assistência pública distrital e nacional; subsídio camarário; subsídio de Estado (oriundo do Serviço de Seguros Sociais Obrigatórios ou de verbas excepcionais do Ministério da Guerra e do Trabalho); pensões (destinadas totalmente a ser capitalizadas em favor dos internados, não entram em percentagem no cômputo da receita); por fim, juros, festas, peditórios, venda de produtos, espectáculos, etc.

De ressaltar aquele que seria o recurso mais frequente – os «selos» da JPN (1917) e o selo dos Padrões da Grande Guerra (1925), parte do qual reverteria a favor da JPN. Várias foram as providências, principalmente junto das entidades oficiais, para que o selo da assistência fosse apostado à respectiva correspondência<sup>6</sup>. Importantes ainda para a melhoria das condições económicas da JPN foram algumas das conquistas legais obtidas<sup>7</sup>.



**Imagem 1** – Selo de assistência da Junta Patriótica do Norte, cuja primeira emissão data de 7 de Maio de 1917 (Fonte: Lar dos Filhos dos Combatentes).

<sup>6</sup> Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, Maço 75, Caixa 45, Livro 67 – Documentos 1 a 3, Porto 1917. Correspondência com o Ministério do Interior para a aposição do Selo de Assistência, tendo anexadas as «Normas gerais da utilização do selo de Assistência da Junta Patriótica do Norte».

<sup>7</sup> Cf. Portaria n.º 1.100 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 171, 2 de Outubro de 1917; Portaria n.º 1.263 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 57, 21 de Março de 1918; Portaria n.º 2.037 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 221, 30 de Outubro de 1919.

Às actividades referidas, podem ainda agregar-se outras que decorrem deste conjunto rememorativo e filantrópico, mas que interessa destacar pela sua importância no quadro nacional do pós-guerra. Ainda durante o conflito assume um serviço de expedição de encomendas para a frente (propaganda, tabaco, jornais, etc.); durante, mas sobretudo findo o conflito, inicia uma campanha e responsabiliza-se, sem encargos, pela obtenção de pensões de sangue e pela equiparação dos serviços em França e África (inaugura a procuradoria das pensões de sangue no primeiro aniversário do Armistício).

## A CASA DOS FILHOS DOS SOLDADOS: ASSISTÊNCIA

Ultrapassada a fase preparatória, dedicada à organização e angariação de membros e fundos, procedeu-se à concretização do seu objectivo maior – prestar assistência aos soldados e órfãos da guerra.

Associando-se à iniciativa da Junta, constituiu-se a 30 de Agosto de 1916 o Núcleo Feminino de Assistência Infantil (NFAI), presidido por Filomena Nogueira de Oliveira e Maria Gonçalves no cargo de directora e ainda o contributo de 20 mulheres, entre outras, Ernestina dos Santos Silva, Narcisa Mariani Romariz, Rosette Bonneville de Oliveira, Adelina Lhama Mariani, Laura Alves de Veiga de Oliveira, Áurea Cardoso Sampaio Lima, Marie Louise Brondel.

Estas duas agremiações, a JPN e o NFAI, na sua clara interdependência, e apesar do baixo rédito da primeira subscrição, inauguraram a 25 de Julho de 1917 a Casa dos Filhos dos Soldados (CFS), com sede definitiva na Rua da Cedofeita (n.º 458), onde se receberá imediatamente e sem formalidades todos os órfãos de mãe cujos pais portugueses estivessem combatendo em França e na África, sendo ocupada por 42 órfãos de menos de 7 anos e alguns com apenas poucos meses, logo no primeiro mês. Segundo o regulamento da CFS, esta fora criada «com o fim imediato de assistência de guerra» e «destinava-se a recolher os filhos dos soldados em campanha, de harmonia com os recursos que a Junta disponha para esse fim». As crianças poderiam ser admitidas «desde o nascimento, não podendo permanecer no internato depois dos 7 anos, salvo se a junta possa criar as suas escolas profissionais, entendendo a sua assistência até aos 14 anos» (art. 7.º)<sup>8</sup>. Os grandes objectivos passariam por proporcionar às crianças uma educação moral e técnica<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Cf. AGUIAR, 1932.

<sup>9</sup> Segundo os estatutos, a educação passaria pelos seguintes parâmetros (AGUIAR, 1932): a) «Ministrar a todos, além da obrigatória instrução elementar e primária, uma educação essencialmente caseira, nomeadamente às meninas: para tal fim se lhes criou uma Escola de rendas e trabalhos femininos, uma Escola de Culinária e Estágio em todos os amanhos da casa; b) Promover a educação técnica, tanto quanto possível dos internados masculinos; c) Cuidar da sua educação moral e cívica por visitas, exemplos, práticas do bem e do bom trabalho: assistem a todas as homenagens patrióticas e prestam culto à memória dos seus, depondo todos os domingos no seu Monumento, à Praça de Carlos Alberto, um ramo de flores; d) Constituir a todos um pequeno dote de previdência à maioridade, [...]; f) Procurar a colocação dos seus internados, ficando sempre em relação com eles para lhes acudir no desemprego, na doença, ou em acidentes, procurando devolver-lhes o espírito de economia e previdência; g) Preencher as vagas que se vão dando aos filhos dos antigos combatentes que a morte lança na orfandade e que por tal facto são tão dignos de protecção como os daqueles que morreram combatendo; h) Proporcionar aos seus associados aquele quantum de distrações, divertimentos ou bem-estar higiénico, indispensável para a alegria da sua vida, saúde do seu corpo e satisfação do seu espírito. [...] i) Devolver-lhes o espírito de solidariedade, união e utilidade social [...].»

Acrescente-se que o esforço da CFS passava por uma ocupação a tempo completo das crianças; daí a criação da escola primária dentro da própria CFS<sup>10</sup> ou da primeira colónia senatorial marítima da CFS a 16 de Agosto de 1919. Desenvolveu igualmente iniciativas de reivindicação dos direitos dos filhos dos soldados mortos na guerra<sup>11</sup>.

### «À GRANDE CAUSA DO SACRIFÍCIO NACIONAL»: PROPAGANDA

A Grande Guerra seria o primeiro conflito a gerar celebrações mesmo antes do seu término, mais necessárias em tempo de guerra do que de paz, face ao seu imprevisto prolongamento e à necessidade de mobilizar a população no apoio ao esforço nacional. Poucas seriam, no entanto, as iniciativas oficiais. Ressalve-se as homenagens ao Exército num aproveitamento do calendário comemorativo oficial já existente.

Antes do término da contenda e da oficialização da cronologia comemorativa, as diligências partiam de associações, maioritariamente republicanas (algumas já existentes, outras criadas resultado da intervenção portuguesa). Dinamizavam, essencialmente, acções de sensibilização para as razões da entrada de Portugal na guerra; apoio e assistência aos soldados mobilizados e respectivas famílias; debates em torno do conflito e formalidades com representantes diplomáticos aliados. Eram iniciativas centradas na celebração da pátria e na «homenagem» aos combatentes mobilizados, aos inválidos e aos órfãos de guerra, cumprindo objectivos assistenciais e propagandísticos. Os programas das homenagens eram consideravelmente homogéneos: peditórios realizados à saída dos serviços fúnebres ou religiosos (garantindo de uma forma geral o seu carácter civil); «concertos patrióticos» de orfeões ou de crianças a que, muitas vezes, podia juntar-se uma conferência; exhibições cinematográficas; venda de flores por senhoras; em suma, todo um conjunto de actos que permitissem auferir alguns fundos.

*Estas jornadas, 'meios de propaganda aos quais é necessário conferir muita importância', foram precursores do 11 de Novembro. Os temas dolorosos, a compaixão, a união nacional e a omnipresença dos combatentes vangloriam-se por métodos tanto originais (o cinema) como clássicos (os ramos de flores, as bandeiras) darão algumas indicações aos promotores das comemorações em tempo de paz<sup>12</sup>.*

<sup>10</sup> Decreto n.º 13.762 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 120, 11 de Junho de 1927. Esta mesma escola é extinta no ano de 1928 (Decreto n.º 15.758 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 165, 20 de Julho de 1928).

<sup>11</sup> Cf. AHM – *Corpo Expedicionário Português*, 1ª Divisão, 36ª Secção, Caixa 36 (n.º 22) e Caixa 32 (n.º 30) – Correspondência trocada entre o Ministério da Guerra e a Junta Patriótica do Norte, 1921. Os documentos 22 e 30 são referentes à possibilidade dos órfãos de guerra usufruírem do direito de ser portadores das insígnias concedidas aos seus pais, «Podendo haver entre os órfãos de guerra que acarinhámos na nossa Casa dos Filhos dos Soldados, alguns que tenham direito a usar as insígnias com que seus pais tivessem sido galardoados, em consequência dos seus feitos heróicos, peço a V. Exa. o favor de nos mandar informar se, da lista junta, haverá alguns que estejam nas condições indicadas» (n.º 30, Porto, 6 de Setembro de 1921).

<sup>12</sup> DALISSON, 1998: 11: «Ces journées, 'moyens de propagande auxquels il faut accorder beaucoup d'importance', furent les précurseurs des 11 Novembre. Les thèmes doloristes, la compassion, l'Union nationale et l'omniprésence des combattants vantés par des méthodes aussi originales (le cinéma) que classiques (les gerbes, les drapeaux) donnèrent quelques indications aux promoteurs des anniversaires des temps de paix».

A JPN veio a revelar-se como um dos melhores exemplos de associação republicana de assistência e filantropia à *grande causa do sacrifício nacional*, exercendo para isso, tal como já foi referido, uma intensa campanha de propaganda, imediatamente a seguir à sua consagração estatutária. Lança o manifesto *Razões históricas dos antecedentes da Guerra declarada pela Alemanha a Portugal*. Inaugura várias conferências educativas para incitar os portugueses para o ressurgimento nacional (Março de 1917). São, ainda, exemplo disso, os muitos cartazes de propaganda da autoria de alguns dos homens mais destacados das letras da época, numa clara apologia à intervenção e ao heroísmo militar. Guerra Junqueiro seria o autor de um desses panfletos que sintetizaria os valores da JPN, que se desejavam generalizar e que a União Sagrada encarnava, mas, acima de tudo, que alimentaram o imaginário dos voluntários de guerra,

*Vós ides combater pela Humanidade e pela Pátria, por nós e pelo Mundo. Joana d'Arc e Nun'Alvares abraçam-se e fraternizam. Caminhai óvantes, caminhai alegres, sem hesitação e sem temor. Fitai a morte impávidos, com olhos de imortalidade e vitória. Quem morre pela Justiça e pela Pátria, inunda-se de luz, ergue-se a Deus. Custa-vos deixar a vossa casa, os vossos amores, os vossos pais, os vossos filhos, a terra adorada e boa de Portugal. As lágrimas saudosas que verteis são estrelas de amor que nos alumiam. Chorais à despedida como crianças, mas partis, cantando como heróis. O dever dos que ficam é cuidar dos que partem, tornando-os para modelo e para exemplo. O heroísmo dos que dão a vida por nós todos reclama a unidade heróica da nação inteira. Quando a alma portuguesa se levanta no mundo, não pode amesquinhar-se, nem degradar-se em Portugal. Quando os nossos soldados valorosos fraternalmente se conjugam no amor da Pátria, não podemos nós vilipendia-la e desonrá-la com a baixaza tórva do nosso egoísmo, com o furor demente dos nossos ódios. Banhemos em luz os corações, estremo as almas, magnifiquemos as vontades!*

Mais do que isso, exortava-se a criação da *verdadeira* religião civil que alimentasse a esperança em tempo de guerra,

*Queimemos os nossos farrapos e misérias em labaredas de ideal, que nos sublimem!  
Comunguemos e ajoelhemos de mãos postas ante a imagem da Pátria idolatrada, e sob o esplendor augusto do seu olhar rezemos todos, cheios de fé, uma oração unânime, ei-la:  
Pátria divina de Camões e de Nun'Álvares, santificada seja o vosso nome.  
Venha a nós o vosso valor e a vossa glória.  
Seja feita a vossa vontade em nossas almas.  
Dai-nos em cada dia o pão imortal da vossa esperança, e perdoais, senhora, os nossos erros.  
Para nos livrar de todas as fraquezas e de todo o crime, encheremos os corações do vosso amor. Amen<sup>13</sup>.*

---

13 AHM – *Corpo Expedicionário Português*, 1ª Divisão, 36ª Secção, Caixa 34, n.º 27 – Junta Patriótica do Norte («Junta Nacional de Propaganda Patriótica»), 1916.

Estas e muitas outras iniciativas partiram da JPN, evidenciando a campanha realizada na imprensa e a distribuição de propaganda.

## A JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE: RITOS E LUGARES DE MEMÓRIA

Procurar-se-á identificar, agora, as responsabilidades da Junta Patriótica do Norte no embasamento dos processos rememorativos da Grande Guerra, delineando novos locais de culto da religião cívica republicana. A análise incidirá, primeiro, no recorte dos marcos temporais que pautaram a construção de um calendário específico, dos seus ritos e símbolos, para depois surpreender a figuração dos lugares de memória.

Interessa perceber, neste contexto, o trabalho de camuflagem da morte e do drama da experiência de guerra, inscrevendo-a e anulando-a no desejo nacional de superação. Além de político, a comemoração é, insiste-se, um exercício cultural: escreve um conjunto de códigos simbólicos, ordenando raciocínios e narrativas dominantes de acontecimentos recentes com poder de ruptura e transformação; reescreve a sua própria história do acontecimento e confere à sociedade uma narrativa sobre ela mesma. A eficácia destes processos rememorativos está na capacidade de convencer a população que o discurso construído fora das suas memórias, também pode ser constituído como «memória», o que revela as linhas de força política, social e cultural que lhe são contemporâneas e a sua versatilidade<sup>14</sup>.

Em 1977, Antoine Prost apresenta as comemorações à Grande Guerra e, principalmente, os monumentos aos mortos de guerra como lugares de memória criadores de novos rituais cívicos de renovação do culto secular, servindo a «(re)escrever» valores republicanos<sup>15</sup>. Numa abordagem introdutória da obra colectiva *Les lieux de mémoire*, um pouco mais tarde, Pierre Nora explana o que se entende por lugares de memória: qualquer identidade significativa, de tipo material ou ideal, resultante da vontade humana num determinado tempo, torna-se um elemento simbólico do património memorial de uma comunidade<sup>16</sup>.

A necessidade de celebrar a guerra parte de comunidades, grupos e famílias mais próximos dos combatentes, levando à formulação de «estruturas de sociabilidade»

<sup>14</sup> Cf. SHERMAN, 1999: 7-10. A partir da análise da construção da memória na França do entre-guerras, Daniel Sherman estabelece uma importante definição de conceitos a ter em consideração. *Comemoração*, entendida como uma «variedade de discursos e práticas na representação de um evento ou época». Esta definição contém no seu seio uma visão cultural e social relacionada com a memória do evento comemorado. *Discurso*, um grupo de declarações ligadas pelo seu objecto. *Representação*, uma operação e os seus artefactos, que causa sinais ou mostras do referente que está ausente, um lento processo de produção de um significado. Discurso e representação estarão no cerne da compreensão das componentes da memória da guerra, «forjando uma versão consensual de um acontecimento ou uma série de acontecimentos relacionados que perturbaram a estabilidade da comunidade ou trataram de o fazer», SHERMAN, 1999: 7.

<sup>15</sup> A mesma ideia de *Les anciens combattants et la société française 1914-1939* é apresentada em *Les Lieux de mémoire*, no capítulo «Les monuments aux morts. Culte républicain? Culte civique? Culte patriotique», in NORA, 1984:195-228.

<sup>16</sup> Obra que delinea um conjunto de perspectivas e interpretações no quadro da história cultural, mas que, não se centrando na Grande Guerra, apenas nos serve de referência, sendo que as alusões à Grande Guerra são escassas e encaradas como auge das comemorações, no universo da III República, com a propagação e consumação de valores do Estado-nação. Veja-se NORA, 1984.



destinadas a ajudar os sobreviventes, como se constata no empenho da JPN. A rememoração das perdas pela família, comunidade ou Estado – através de representações locais ou nacionais e onde liturgias políticas e de lutos privados são complementares – instaura diversos formatos comemorativos, isto é, os tais *lugares de memória*<sup>17</sup>.

De facto, o esforço da Junta Patriótica do Norte (JPN) prolongou-se e acentuou-se no pós-guerra, nomeadamente no que diz respeito à assistência aos órfãos de guerra, às comemorações das efemérides dos dias 14 de Julho, 9 de Abril e 11 de Novembro e, por fim, mas não menos importante, à divulgação e concretização de manifestações artísticas de homenagem aos homens mortos.

Na perpetuação memorial do esforço de guerra, desempenham um papel imprescindível as comissões que dela fazem parte, que comportavam nomes consideráveis do universo cultural nacional. Destaque-se o trabalho levado a cabo pela comissão artística, já referida, que integrava João Marques de Oliveira (seu presidente e professor da Escola de Belas Artes), e os artistas plásticos Acácio Lino, Cândido Cunha, Júlio Ramos, Almeida Coquet, António Teixeira Lopes e Diogo de Macedo, responsáveis pela elaboração de desenhos, panfletos, esculturas, que projectassem a actividade da Junta, bem como a importante campanha de monumentos concelhios em homenagem aos mortos da guerra<sup>18</sup>. Alguns destes artistas seriam futuramente responsáveis por parte dos projectos escultóricos e arquitectónicos mais notáveis.

A JPN foi responsável pela concretização contínua de actos fundadores do processo de rememoração nacional, como o agradecimento formal à cidade de Lille pelo tratamento prestado aos prisioneiros depois de 9 de Abril de 1918; a importante campanha local e, posteriormente, a delineação nacional e subscrição dos projectos de monumentos concelhios de homenagem aos mortos da Grande Guerra no Norte do país, no qual se insere o primeiro monumento do Porto na Praça Carlos Alberto (11 de Novembro de 1924), mais tarde demolido devido à polémica em que se viu envolvido; a *consagração dos heróis da Pátria* pela introdução do ritual dos dois minutos de silêncio (9 de Abril de 1920); a realização das *Festas da Paz e Liberdade* (14 de Julho de 1919); a comemoração do 15.º aniversário com a Semana da Junta Patriótica (de 22 a 27 de Julho de 1931); entre outras actividades de natureza comemorativa e/ou humanitária em estreita relação com várias comissões/associações fora do país, a destacar a Comissão Portuguesa Pró-Pátria<sup>19</sup> no Brasil, e, dentro de fronteiras, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG) ou a Comissão dos Padrões da Grande Guerra. A Junta assume, ainda, protagonismo na organização e

---

<sup>17</sup> «Através de representações locais e manifestações nacionais [...] as palavras pronunciadas nas cerimónias, as imagens oferecidas sobre forma de inscrição e dos monumentos comemorativos, vitrais, cemitérios, ossários, perduram até aos nossos dias, permite-nos também evocar essas comemorações infinitas ou liturgias políticas e de lutos privados são complementares [...] as referências a Deus, ao Estado, à propaganda, encontram-se inexoravelmente agregadas à imensa confusão», BECKER & AUDOIN-ROUZEAU, 2000: 246.

<sup>18</sup> Cf. AGUIAR, 1932; Junta Patriótica do Norte, 1934.

<sup>19</sup> Cf. AHM – *Corpo Expedicionário Português*, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 714, n.º 4-9. Correspondência relativa a assuntos referentes à JPN.

concretização das actividades comemorativas à guerra no Porto, mas também a nível nacional; ao Dia da França – 14 de Julho; à consagração de Camões; ao movimento revolucionário de 31 de Janeiro; e ao 1.º Centenário de 1820.

Vejamos com mais precisão.

## AS COMEMORAÇÕES DA GRANDE GUERRA: RITOS

A JPN assumirá um papel central na delineação dos primeiros formatos comemorativos da Grande Guerra.

No ano de 1918, antes mesmo do fim do conflito, uma das maiores campanhas de propaganda e apoio ao esforço de guerra foi levada a cabo pela JPN no Porto – *Homenagem do Povo do Porto à França heróica e gloriosa*<sup>20</sup>.

A 14 de Julho 1919, a Junta iria garantir mais uma vez, agora com «cobertura internacional», a realização das homenagens aliadas – as Festa da Paz e da Liberdade – em estreita colaboração com a comunidade francesa residente na cidade e a presença do Ministro do Trabalho<sup>21</sup>. Esta celebração teve impacto nacional e internacional, como se pode constatar no tom laudatório da correspondência da Legação Francesa – «as festas da vitória foram celebradas no Porto, com muita solenidade. A organização foi confiada à Junta Patriótica do Norte que fez esforços louváveis para dar o máximo brilhantismo possível»<sup>22</sup>. Assim, à parte da consagração dos Soldados Desconhecidos (1921), coube ao Porto realizar a mais internacional das comemorações realizadas em Portugal. O avançar dos anos diminuiria a centralidade desta data, sendo apenas mantida, em Portugal, pela JPN, e comemorada pela comunidade francesa residente em território português<sup>23</sup>. Em 1921, ela perderá mesmo a importância e centralidade comemorativa, em virtude de um afunilamento a favor do 9 de Abril e do 11 de Novembro.

Depois da primeira normalização do 9 de Abril, reclamada pela JPN (1919)<sup>24</sup>, no ano

<sup>20</sup> Cf. AGUIAR, 1932.

<sup>21</sup> O programa definiria as linhas formais e cronológicas a ser repetidas nos seguintes anos: *Alvorada* (das 6 às 9 horas em todas as freguesias por girândolas de foguetes e por bandas de música percorrendo as linhas da cidade em zorras engalanadas); *exercício – parada de bombeiros* (às 11 horas na casa-escola dos mesmos); *bodo e distribuição de esmolas aos pobres* (das 12 às 14 horas, em todas as freguesias pelas respectivas juntas); *festa infantil no Palácio de Cristal* (das 15 às 19 horas, para as crianças das escolas e da CFS, com música, cinema, *marionettes*, diversões e merenda dada pela Junta a 4 000 crianças); *cortejo da Paz e da Liberdade* (às 16 horas); *saudação à Paz e aos Expedicionários* (às 19h, na tribuna a eles destinada no Palácio de Cristal); *sessão de recepção do Triângulo Vermelho*; *conferência patriótica pelo poeta-soldado Augusto Casimiro*; *festa nocturna no Palácio e popular no Jardim da Cordoaria* (promovida pela Câmara Municipal do Porto – *Arraial popular livre na Serra do Pilar*). (Cf. AGUIAR, 1932).

<sup>22</sup> AMAE – *Correspondance Politique et commerciale*, T. 1. 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z, Corps Diplomatique Français, 1 – Légation, Consuls et Attachés de France, 1 Juin 1918 a 31 de Décembre 29, 528-1-7).

<sup>23</sup> Cf. AMAE – *Correspondance Politique et commerciale*, T. 1 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z, Corps Diplomatique Français, 1 – Légation, Consuls et Attachés de France, 1 Juin 1918 a 31 de Décembre 29, 528, 9-10. Monsieur Tinayre, Consul de France à Porto, 3 décembre 1918: «Voulant honorer la mémoire des français de Porto tombés au champ d'honneur la colonne française a fait célébrer hier, 2 décembre, à l'église Trinité, une messe suivie, d'un Te deum glorifiant la victoire».

<sup>24</sup> Na capital foi largamente publicitado, concretizando-se com a grandiosidade desejada (destaque-se a presença do Presidente da República). No Porto, verificou-se uma «*sessão solene* às 20h30, no Teatro Águia de Ouro, sob a presidência do Dr. Barbosa de Castro e Dr. José Domingues dos Santos, representando o Governo. Além destes são oradores nesta brilhante sessão os Srs. Drs. Santos Silva e Bernardino Ribeiro, cap. Guilherme Terrio, Alfredo Gouveia, Ten. Cor. Freiria, Ten.

de 1920 dar-se-iam importantes passos para a sua oficialização, decretando-se tolerância de ponte nas secretarias de estado e estabelecimentos dependentes e feriado oficial nas escolas<sup>25</sup>. Mais uma vez, coube à Junta Patriótica do Norte, secundada pela Câmara Municipal de Lisboa, a criação de um programa de comemorações cuidadosamente elaborado para o dia. Seria ainda concedida amnistia aos presos por crimes militares, cometidos por oficiais ou praças de pré do Exército ou da Armada em África ou em França durante a Grande Guerra, prática que se tornou recorrente nestes aniversários<sup>26</sup>.

Um ritmo e uma tendência começam a desenhar-se. Anualmente, segue-se a ordem comemorativa, inserem-se novidades e regulamentam-se programas<sup>27</sup>. Mas, a inicial tutela do Ministério da Guerra, em que também não se pode ignorar, apesar de tudo, a precocidade das iniciativas da JPN, desagua num contexto de gradual omissão dos órgãos de poder, cuja diligência seria alargada a associações criadas durante ou depois da guerra, como a Junta Patriótica do Norte, e que passam a controlar, à parte da instabilidade política nacional, os processos nacionais de rememoração da guerra.

## OS MONUMENTOS AOS MORTOS DA GRANDE GUERRA: LUGARES DE MEMÓRIA

A compreensão dos monumentos como parte integrante da religião civil é central. Estes não são um fenómeno exclusivo da I Guerra Mundial. A sua natureza tem origem na formação dos Estados-nação e na concomitante necessidade de criação de «exércitos nacionais»: a legitimação pública das novas ordens políticas emergentes exigia que ao exército de cidadãos fosse dada a merecida homenagem, sobretudo aos seus destacados heróis (hierarquicamente identificados).

Em Portugal, o primeiro alento no sentido da projecção de lugares de memória da Grande Guerra surge em 1919, quando a Junta Patriótica do Norte procura definir um modelo de padrão a ser divulgado pelos concelhos do país. Um dos últimos ofícios de divulgação é feito a 10 de Janeiro de 1923. Dado o quantitativo de construções desta natureza verificadas já nos finais dos anos 20, a campanha foi extremamente bem

---

Pina de Morais, Mem Verdial, Emílio Donnée (como cidadão francês), cor. Diocleciano Martins, Dr. Alberto de Aguiar e o académico Alexandre Córdova. [...] Inicia-se o movimento de gratidão à cidade de Lille pelo carinhoso acolhimento da sua população aos prisioneiros que a atravessaram sobre a rude vigilância teutónica, após a batalha de 9 de Abril de 1918. Sob o título *Homenagem à cidade de Lille*, lança-se um apelo para uma subscrição destinada à compra de uma *bandeira do Exército Português* à heróica e martirizada cidade, criando-se núcleos de adesão em vários concelhos, escolas e unidades militares» (Cf. AGUIAR, 1932).

<sup>25</sup> Cf. *O Século*, 9 de Abril de 1920, p. 4: «Em comemoração do 1º aniversário da Batalha de La Lys, em que as nossas tropas do C.E.P. se portaram brilhantemente, há hoje tolerância de ponte nas secretarias de Estado e estabelecimentos que lhe são dependentes. O ministro da Instrução determinou que o dia de hoje seja considerado feriado oficial nas escolas dependentes do seu ministério. [...] Nos Institutos dos Mutilados da Guerra. Promovida pela Federação Académica de Lisboa, realiza-se hoje uma festa no Instituto Militar de Arroios para Reeducação dos Mutilados de Guerra, de que é director o Sr. Dr. Tovar de Lemos. [...] No Instituto dos Mutilados de Santa Izaabel estará também patente ao público por determinação do Ministro da Guerra, das 12 às 18 horas, não obstante encontrar-se em obras. Récita de Gala [...] Hoje pelas 12 horas deve celebrar-se na igreja de S. Domingos uma missa de sufrágio pelos soldados portugueses mortos na guerra».

<sup>26</sup> Cf. Lei n.º 1.146 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 73, 9 de Abril de 1920.

<sup>27</sup> Cf. «O 9 de Abril», *O Século*, 9 de Abril de 1922, p. 4; «O 9 de Abril», *O Dia*, 8 de Abril de 1922, p. 1.

sucedida, consumando-se como um dos formatos de memorial à Grande Guerra mais comum em Portugal.

O início da *Propaganda de Homenagem Nacional aos Mortos da Grande Guerra* deu-se a 30 de Julho de 1919, com o envio de uma circular aconselhando que cada concelho afixasse uma lápide, padrão ou monumento com o nome dos seus mortos na Grande Guerra:

*Em nome da JPN, parcela mínima da alma portuguesa que aspira à dignificação da Pátria e à sua nobilitação pelo culto dos seus heróis, chamo a vossa atenção pela ideia que à Junta é sugerida pelo poeta-soldado e grande patriota, capitão Augusto Casimiro de fixar uma lápide ou outro monumento, em cada sede de concelho, os nomes dos mortos da Grande Guerra. Deixo em toda a sua singeleza à vossa ponderação esta consagração simples, mas altamente significativa, convicto de que a Junta que a perfilha e vivifica, imprimindo-lhe unanimidade, vai receber imediatamente a adesão de todas as câmaras e com ela a forma como procurarão efectivá-la no mais curto prazo de tempo. A Pátria nobilita-se perpetuando o nome daqueles que grandes ou humildes por ela se bateram ou morreram<sup>28</sup>.*

Esta primeira circular seria renovada a 15 de Agosto, confirmando e reforçando as instruções, até que a 28 de Janeiro do ano seguinte se expede a terceira circular com o projecto do padrão comemorativo, o processo de execução, as legendas e todos os esclarecimentos necessários à realização de tão elevado empreendimento. O projecto simples de um monumento padrão servirá como exemplo de base, que a própria JPN irá concretizar, procedendo à inauguração do seu modelo (o primeiro neste formato) a 11 de Novembro de 1924.

Quando o apelo da JPN estava já largamente propagado, e localmente crescia o desejo de se homenagear os mortos, dá-se a primeira referência no parlamento à necessária concretização dos padrões e ao esforço levado a cabo pela Junta. O senador Pedro Chaves alertava

*para o movimento, extremamente simpático, que se está operando no nosso País, e cuja iniciativa se deve à Junta Patriótica do Norte. Refiro-me à construção de monumentos em cada sede de concelho para perpetuar o nome dos soldados que, pertencendo a esse concelho, morreram na guerra. A ideia é tão simpática e está tanto no espírito, de todos que todos os corpos administrativos pensam em dar-lhe execução, embora alguns lutem com dificuldades financeiras<sup>29</sup>.*

A ideia teve claro impacto nacional. Numa alocução proferida no I Congresso de Combatentes Portugueses em Janeiro de 1929, o representante da JPN referia que

*até hoje 39 concelhos honraram os seus sentimentos de gratidão, levantando padrões, monumentos ou placas comemorativas à Memória dos Soldados mortos na Grande Guerra, 7*

<sup>28</sup> «Homenagem aos Mortos da Grande Guerra. Tese apresentada ao 1.º Congresso dos Combatentes», *A Guerra*, ano 4, n.º 44, Agosto de 1929, p. 4 [texto adaptado da circular emitida pela JPN].

<sup>29</sup> Pedro Chaves, *Diário do Senado*, 11 de Maio de 1920, p. 11.

deram a ruas ou praças o nome de ‘Combatentes da Grande Guerra’ e 40 projectaram erigir padrões ou placas comemorativos, tendo já alguns deles, como Lisboa, Sintra, Santarém, Espinho, Barcelos, etc., inaugurado a primeira pedra, seguramente com o intuito de não limitarem as suas homenagens a este primeiro e muitas vezes, infelizmente, definitivo acto<sup>30</sup>.



**Imagem 2** – Padrão aos mortos da Grande Guerra de Penafiel (modelo da Junta Patriótica do Norte), 11 de Novembro de 1927 (Fonte: LC).

seguirem esta linha, outros, consideravelmente em menor número, assumem duas outras formas: a cruz de guerra, agigantada e verticalizada, e a coluna quadrada e alta, a que no topo se adossa o escudo.

Em 1921, aparecem as primeiras reproduções em Condeixa-a-Nova, Penamacor e Cartaxo<sup>33</sup>. Salvaguardando a minoria dos padrões com alguma importância estética, os

No ano de 1920, o dia 10 de Junho «será considerado feriado nacional e dedicado à inauguração dos monumentos concelhios em homenagem aos portugueses mortos pela Pátria na Grande Guerra, em África, em França e no mar»<sup>31</sup>. A proposta lançada nas *Ordens do Exército* no dia 4 de Junho teve os devidos resultados.

O modelo lançado pela JPN em Janeiro de 1920 assumiu-se como a forma mais comum em Portugal, com cerca de vinte e cinco exemplares espalhados pelo país, maioritária, mas não exclusivamente, no Norte do país, a que numa fase mais avançada poderia ser adossado um serrano. A simplicidade dos padrões leva à sua desconsideração. Com desenho muito fraco, seguiram um esquema mais ou menos uniforme, traduzido numa coluna ou pilar assente em base de configuração e dimensões variáveis e com o inevitável coroamento de Cruz de Cristo ou Esfera Armilar<sup>32</sup> – a inevitável simbologia cívica e patriótica. Apesar da maioria de exemplos

<sup>30</sup> «Homenagem aos Mortos da Grande Guerra. Tese apresentada ao 1.º Congresso dos Combatentes», *A Guerra*, ano 4, n.º 44, Agosto de 1929, p. 4; Cf. LC, CPGG, Pasta 5 – Correspondência com a Junta Patriótica do Norte, Porto, 30 de Outubro de 1932, contando-se: «25 concelhos que levantaram Padrões ou Monumentos de gratidão e consagração à Memória dos seus Mortos da grande Guerra; 24 concelhos em cujos Edifícios ou Quartéis existem placas com os nomes dos soldados Mortos; 37 concelhos que projectam erguerem Monumentos ou Padrões alguns com maquettes já aprovadas ou com inauguração da primeira pedra».

<sup>31</sup> Lei n.º 983 – *Ordem do Exército*, 1.ª Série, 4 de Junho de 1920, p. 267.

<sup>32</sup> Cf. SAIAL, 1991: 23.

<sup>33</sup> Anadia, Arruda dos Vinhos, Barcelos, Braga, Condeixa-a-Nova, Estarreja, Ílhavo, Marco de Canavezes, Monte Redondo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Penafiel, Penela, Vagos, Vendas Novas, Viana do Castelo. Existem ainda

demais são estruturas imitativas de modelos anteriormente concebidos sob determinação central, interessando sobretudo pelo valor simbólico a ser esmiuçado.

Pensar-se que o modelo-padrão, pela sua generalizada simplicidade, seria desprovido de polémicas seria um erro. O exemplar da JPN para o Porto – projecto de José de Oliveira Pereira, inaugurado a 11 de Novembro de 1924 após longa exibição pública da maqueta (1922), seria destruído em 1925 por não agradar à população do Porto. Na sequência deste acontecimento a JPN iria gradualmente afastar-se desta empreitada.

*Não agradou na sua concepção e proporções, embora tivesse a sanção muda do público, perante o qual foi largamente exposta a sua maquette, e saísse incólume das repartições camarárias por onde transitou o seu projecto, sem o que não poderia ser construído. Uma atmosfera pesada o envolveu, como pronuncio de tempestade próxima, e eu, com o Dr. Mário de Vasconcelos e Sá, então ainda meu dedicado e nunca esquecido auxiliar [...] pressentimos no silêncio com que o acolheram e no vago descontentamento que já durante a execução do Monumento tínhamos feito sentir verbalmente ao artista, a aproximação da borrasca. Estalou neste dia o raio destruidor da crítica feroz, sob a forma de um artigo violento e mordaz em que o monumento foi ridicularizado com bonecos caricaturais, sem respeito algum pelos artistas e pelos sentimentos da Junta, no propósito firme de o arrasar. Seguiu-se uma polémica nos jornais, em que entrevistamos, não para salvar o Monumento, mas para que fosse modificado pelo artista que o executou, como era de direito e de justiça [...]. Não o consegui; o Monumento foi demolido, depois de vedado ao público durante algum tempo<sup>34</sup>.*

Não obstante a simplicidade e o significado histórico que envergavam, numa alusão aos tempos idos dos Descobrimentos, estas construções não se eximiram de crítica (a destruição do padrão do Porto foi um claro exemplo). Criticada ou não, esta é uma tipologia visivelmente dominante. Cerca de metade memoriais são de natureza cívica, maioritariamente erguidos ou iniciados na década 20, logo que a Junta Patriótica do Norte lança o «modelo-padrão» (adoptado oficialmente)<sup>35</sup>, distribuindo-se maioritariamente pelo Norte do país.

---

outras variantes do padrão como Almeida, Elvas e Lagos que apresentam uma forma onde o padrão é essencialmente constituído de uma Cruz de Guerra em tamanho grande. Espinho, Vila do Conde e Marinha Grande apresentam forma de padrão em paralelepípedo disposto na vertical, no topo, esculpido ou adossado, o escudo local. Exemplos particulares de padrão: Mira (padrão que termina num busto de República); Mondim de Basto (padrão de formas fortes constituído por uma Cruz de Guerra e escudo); Tavira (padrão difícil de compreender se é uma chama ou um fascio); por fim, Seixal (uma forma de pedra mal acabada termina no topo com a esfera armilar). Guarda (o projecto de Júlio Vaz Júnior não foi realizado, apenas um padrão em 31 de Julho de 1940); Figueira da Foz (António Varela e Luís Fernandes, Setembro de 1928 e 3 de Abril de 1932); Seia (Costa Mota Sobrinho, 17 de Agosto de 1926).

<sup>34</sup> AGUIAR, 1932.

<sup>35</sup> Cf. LC, CPGG, Pasta VI – Monumentos Concelhios aos Mortos da Grande Guerra, 31 de Agosto de 1936: «Ílhavo. Monumento aos mortos da Grande Guerra, erecto por subscrição pública iniciada pelo jornal 'O Ilhavense' e com o auxílio valioso da Câmara Municipal. Foi inaugurado a 9 de Abril de 1924. O modelo é uma estilização do modelo fornecido às câmaras pela Comissão dos Padrões. É construído em mármore e feito pelo escultor António da Silva Fidalgo de Lisboa. Está colocado no centro do parque da Vila».

## CONCLUSÃO

Em cerca de 21 anos de existência, a actividade da JPN foi reconhecida, quer no Norte do país, quer a nível nacional, uma vez que protagonizou a organização e realização de algumas das mais importantes iniciativas de assistência, propaganda e rememoração da participação portuguesa na guerra, recebendo recorrentemente a visita das mais altas entidades políticas nacionais. No ano de 1921 foi condecorada com a Ordem de Torre e Espada.

Em ofício ao Ministério do Interior do ano de 1937, a JPN apresenta a decisão de encerrar actividade, face à crise de recursos e ao fim da razão central que a fez nascer, decidindo entregar a tutela da Casa dos Filhos dos Soldados (CFS) à Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG), o que veio a acontecer em Janeiro do ano de 1938<sup>36</sup>.

*[U]ma Obra particular de Assistência Militar para os órfãos dos combatentes pobres da Grande Guerra. Ela tem cumprido até hoje, sem vacilações, sem desânimos, com elevado e puro sentimento pátrio, louvor da população e reconhecida simpatia, da 1.ª Região Militar, cuja oficialidade para ela contribuiu espontânea e generosamente com quotas voluntárias mensais desde 1930, o compromisso estatutário de proteger os Órfãos de Guerra e honrar a memória dos seus pais, dignificando o glorioso Exército Português. Entre as várias finalidades ou destinos desta instituição, tendentes pelo menos a aproveitar o dinamismo da sua actividade<sup>37</sup>.*

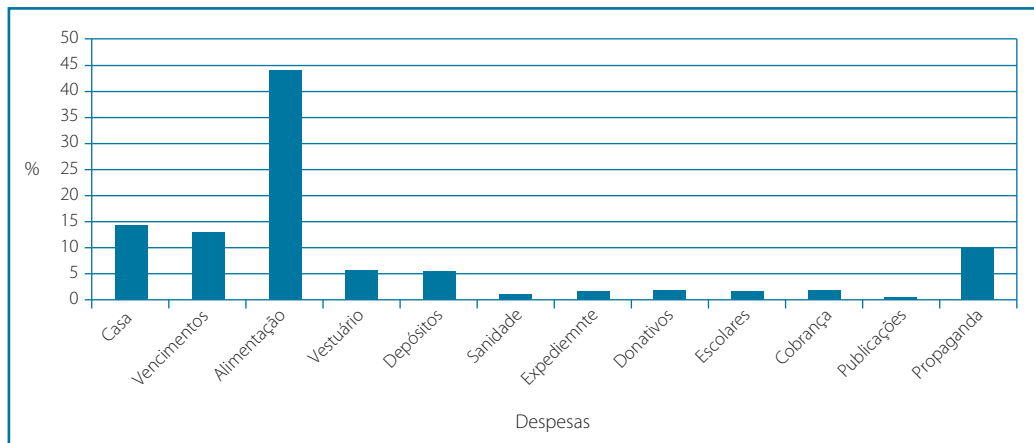
A actividade da JPN divide-se, assim, em duas fases. A primeira entre 1916 e a oficialização dos seus estatutos a 2 de Maio de 1934. A segunda, deste ano até que solicita a suspensão de actividade (1937). Suspensão que é fruto do desaparecimento das razões de assistência em campanha, de propaganda patriótica, mas, acima de tudo, tal como se pode verificar nas contas de 1934 a 1936, de um grande valor de despesas a que a JPN já não pode responder.

Com efeito, a Casa dos Filhos dos Soldados atravessou uma grave crise financeira, provocada pela aquisição necessária do espaço onde se situava, devendo lançar mão de um empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, além do dinheiro que possuía no seu fundo. Para resolver a situação, decidiu-se solicitar ajuda de várias instituições, entre elas a LCGG, a qual comunicou, em Junho de 1934, que contribuiria com cinco contos, mas dispondo-se a poder fornecer um donativo compatível com as necessidades daquela casa. Assim, no mesmo mês, comunicava o presidente da JPN que a Liga colaboraria com a

<sup>36</sup> A LCGG teria um momento central de transição nos primeiros anos da década 30, marcados por uma diminuição das suas actividades, mas também por uma concentração de espólio e funções de instituições como a Junta Patriótica do Norte, a Cruzada das Mulheres Portuguesas e a Comissão dos Padrões da Grande Guerra. A partir da nova ordem constitucional que o Estado Novo cria em 1933, num ano de definições importantes do modelo corporativo, além daqueles formatos criados de raiz, outros se estabelecem, nos quais se insere a intervenção ao nível das associações existentes. Procura-se definir o essencial dos seus estatutos, fiscalizá-las e reestruturá-las, controlando-as através de organismos sobre os quais o Estado tem controlo directo, promovendo a sua concentração (Cf. LUCENA, 1976: 207-227).

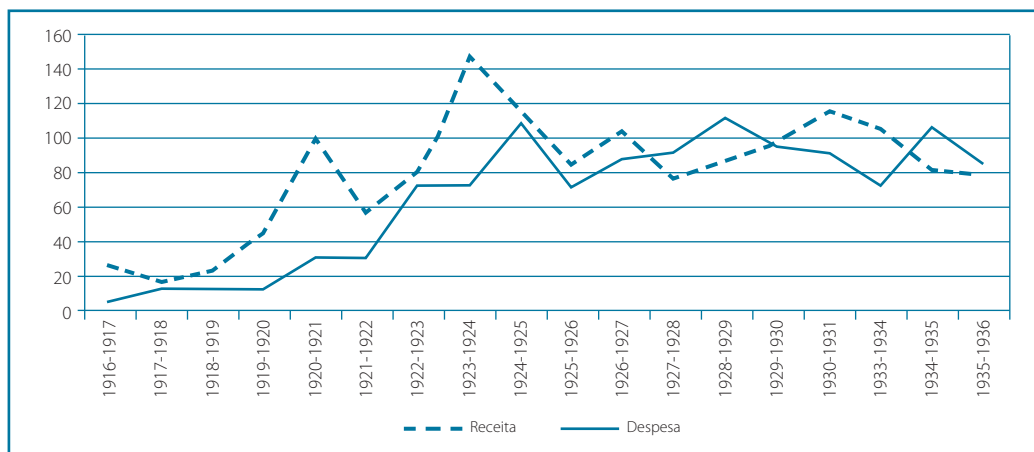
<sup>37</sup> AHM – *Fundo Orgânico*, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 7 – Ministério do Interior e Direcção Geral de Assistência, 12 de Agosto de 1937. Comunica que a JPN pretende dissolver-se e entregar a Casa dos Filhos dos Soldados à LCGG, solicitando o parecer sobre o assunto.

**Gráfico 1:** Distribuição média da percentagem do correspondente no conjunto das despesas da JPN (1916-1931)



Fonte: (Gráfico realizado pela autora a partir de) AGUIAR, 1932.

**Gráfico 2:** Valor de receitas e despesas da JPN de 1916-1931 e 1933-1936



Fonte: (Gráfico realizado pela autora a partir de) Ano económico de 1916-1931 em AGUIAR, 1932; ano económico de 1933-1936 em AHM – *Fundo Orgânico*, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 7, ofício 3331 de 19 de Janeiro de 1938.

importância anual de 1.500\$00, pagando dez anos em avanço, solicitando em contrapartida que a CFS recebesse alguns órfãos enviados pela Liga<sup>38</sup>. No ano de 1935, a capacidade da CFS foi aumentada para 60 órfãos, colocando-se assim à disposição da Liga uma vaga existente. Apesar deste alargamento, a CFS continuava com graves problemas financeiros.

Necessitando a Liga de possuir um orfanato onde pudesse internar os órfãos dos combatentes da guerra, sem privilégios regionais, pensou a Comissão Central Adminis-

<sup>38</sup> Cf. LCGG, 1936: 22-26.



trativa da LCGG propor a fusão com a JPN, já que partilham objectivos e finalidades. Depois de uma primeira proposta não acordada, em ofício de 10 de Agosto de 1937, a JPN solicita junto do Ministério do Interior autorização para que se dissolva e entregue a CFS à LCGG, uma vez que aquela está sob a tutela do Ministério da Guerra.

Sendo a única instituição criada durante a guerra para receber os órfãos, conseguiu manter-se à custa de apoios particulares e de dedicação de um grupo de beneméritos. Em Junho de 1937, Hernâni Cidade, presidente da LCGG, receberá uma carta do presidente da JPN, onde Alberto de Aguiar expõe a imperatividade desta transição

*hoje, quase só, perdidos, dispersos, desalentados todos aqueles que me animaram e entusiasmarem, inculcando-me o brio de não abandonar esta Obra, esgotadas as passadas energias, perpassa-me a ideia de ver perdido tanto esforço, com a mágoa de não ter podido ou sabido assegurar uma sucessão que muitas vezes tentei sem êxito, vivera, sentira e por ele se sacrificara. Tinha de ir até ao final, e na preocupação de ver liquidar, ingloria e lentamente uma obra que entendo não pode soçobrar, porque não ultimou toda a sua missão – há ainda centenas de Órfãos de Combatentes que a Casa dos Filhos dos Soldados tem o dever moral de proteger por honra sua e memória dos que em vida depunham suas esperanças – e repugnando-se a deserção pura e simples, deixando aos devotados auxiliares que me cercam, as responsabilidades com que não querem ou não podem arcar, e que a manutenção do orfanato continuamente levanta, volto-me para a única entidade capaz de continuar, passados 20 anos, a obra de protecção aos Órfãos da Grande Guerra que a Junta Patriótica do Norte iniciou em 1916<sup>39</sup>.*

Na continuação deste documento, a JPN solicita, com um *projecto-apelo*, a transição da CFS para a LCGG, depois de discussão e aprovação das condições estabelecidas:

*a) Conservar a denominação: ‘Casa dos Filhos dos Soldados’, fundada pela ‘Junta Patriótica do Norte’ em 1917 (por ela administrada até à sua passagem para a posse da ‘Liga dos Combatentes da Grande Guerra’). b) Conservação com a mesma ou outra designação (tal como Núcleo da FIDAC auxiliar feminina) do Núcleo de Senhoras que superintendem na direcção interna moral e disciplinar do simpático Orfanato da Guerra. c) Conservação do seu pessoal regente e sem o qual a Instituição não poderá funcionar, tal a dedicação, actividade, zelo e carinho com que a têm servido; ele resume-se a uma regente com um vencimento anual de 4.800\$00 escudos e a uma sub-regente com o vencimento anual de 3.000\$00 escudos. [...] e) Compromisso moral de manter até ao final a ‘Casa dos Filhos dos Soldados’, isto é, até ser agasalhado o último órfão de guerra que a ela tenha direito moral e regulamentar, [...] g) Conservar a cada internado, abrindo outras aos futuros admitidos, a sua caderneta de depósito na Caixa Geral de Depósitos, como pequeno e útil dote de previdência; nelas serão consignados donativos privativos, ou percentagem de trabalhos ou prémios que conquistem, assim como disponibilidades da Liga, a exemplo do praticado pela ‘Junta Patriótica do Norte’<sup>40</sup>.*

<sup>39</sup> AHM – Fundo Orgânico, 006, L52, Caixa 906, n.º 7, Lisboa, 10 de Agosto de 1937.

<sup>40</sup> LCGG, 1938.

Apesar de programada, a transição não se efectuou a 11 de Novembro de 1937, mas no início do ano seguinte<sup>41</sup>.

Desde a sua fundação, a Junta Patriótica do Norte (JPN) assumiu lugar de destaque na propaganda patriótica e na assistência e socorro às vítimas portuguesas da guerra. Por iniciativa de alguns dos mais importantes e convictos republicanos do Norte do país inseridos nas suas comissões, a Junta desempenhou uma das mais eficazes campanhas de propaganda à República e à intervenção na guerra, através da organização e realização de conferências, campanhas de subscrição e comemorações, cuja centralidade na definição de linhas memoriais teve o seu auge no pós-guerra.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IAN/TT)  
Ministério do Interior (MI), Direcção Geral de Administração Política e Civil (DGAPC)  
Arquivo Histórico Militar (AHM)  
Corpo Expedicionário Português  
Fundo Orgânico  
Archives du ministère des Affaires Étrangères (AMAE)  
Correspondance politique et commerciale T. 1. 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z  
Liga dos Combatentes (LC)  
Comissão dos Padrões da Grande Guerra (CPGG)

*Diário da Câmara dos Deputados*

*Diário de Governo*

*Diário do Senado*

*Guerra (A)*

*Ordens do Exército*

*Século (O)*

AGUIAR, Alberto de (1932) – *Junta Patriótica do Norte: 15 anos de Benemerência 1916-1931. Relato geral da sua obra e da Casa dos Filhos dos Soldados*. Porto: [s.n.], [sem paginação].

BECKER, Annette; AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane (2000) – *14-18 Retrouver la Guerre*. Paris: Gallimard.

DALISSON, Rémi (1998) – *La célébration du 11 novembre ou l'enjeu de la mémoire combattante dans l'entre-deux-guerres (1918-1939)*. «Guerres mondiales et conflits contemporaines: revue d'histoire», n.º 192, p. 5-24.

Junta Patriótica do Norte (1934) – *Estatutos da Junta Patriótica do Norte: aprovados por alvará de 2 de Maio de 1934*. Porto: Emp. Industrial Gráfica do Porto.

Junta Patriótica do Norte (1917) – *Projecto de organização dos núcleos concelhos da Junta Patriótica do Norte*. Porto: Tipografia Mendonça.

Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1938) – *Relatório da Gerência de 1937*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

— (1936) – *Relatório da Gerência de 1934 a 1935*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

---

<sup>41</sup> Cf. AHM – *Fundo Orgânico*, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 7, ofício 3232 de 19 de Janeiro de 1938. Solicita que o Presidente da LCGG, General Daniel Rodrigues de Sousa, vá ao Porto no próximo dia 27 e 28 para assistir a outorga da Casa dos Filhos dos Soldados.

- LUCENA, Manuel de (1976) – *A evolução do sistema corporativo português. Salazarismo*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, vol. I.
- NORA, Pierre, dir. (1984) – *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, vol. I. *République*.
- SHERMAN, Daniel (1999) – *The construction of the memory in interwar France*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SAIAL, Joaquim (1991) – *Estatuária portuguesa dos anos 30 (1926-1940)*. Mirandela: Bertrand Editora.

# CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS DA MEMÓRIA NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

## NARRATIVAS ORAIS DE ANTIGOS TRABALHADORES DA QUINTA DOS CANAIS

MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE\*

**Resumo:** Este artigo apresenta alguns materiais e reflexões obtidas num processo de investigação sócio-histórica sobre uma quinta do Douro, a Quinta dos Canais, com recurso a fontes directas compiladas no âmbito de um estudo de caso alargado sobre Carrazeda de Ansiães, produtor de Vinho do Porto, concelho de fronteira na Região Demarcada do Douro. Com base em testemunhos e narrativas, reflecte-se sobre os conceitos de identidade conjuntural/contextual, história oral e memória histórica, fontes e representações sociais, para a interpretação de sentidos e significados múltiplos das condições materiais de vida e de trabalho na quinta e a mudança social, num presente-passado. Os actores sociais tornam-se sujeitos de memória social e histórica, história vivida e territórios identitários que se inscrevem na quinta por modos específicos do fazer história.

**Palavras-chave:** Memórias; quinta do Douro; mundo rural; identidades.

**Abstract:** This article presents some ideas and materials obtained from a socio-historical study on a farm of the Douro Region, Quinta dos Canais, using direct sources compiled during an extended case study on Carrazeda de Ansiães, a Port wine producer and a border county in the Douro Demarcated Region. Based on testimonies and narratives, the concepts of cyclical/contextual identity, historical memory and oral history, sources and social representations, are explored in this study, as a means to interpret the multiple meanings of the material conditions of life and work on a Douro farm and social change in a present-past. The social actors become subjects of the social and historical memory, of living history and territories of identity which are inscribed in the quinta by specific ways of making history.

**Keywords:** Memories; Douro quinta; countryside; identities.

## INTRODUÇÃO

*Não nos devemos jamais esquecer que tudo começa pelo testemunho, e não pelos arquivos, e que, seja o que for que possa faltar à sua fiabilidade, não dispomos, em última análise, de nada melhor do que o próprio testemunho para asseverar que alguma coisa se passou, ... face ao que, para além do recurso a outro tipo de documentos, nos resta sempre a confrontação entre diferentes testemunhos<sup>1</sup>.*

Esta perspectiva de Ricoeur assume relevância operatória neste estudo, cujo objecto central consiste na reconstituição e análise de materiais de memória da Quinta dos Canais, a maior quinta produtora de Vinho do Porto, no concelho de Carrazeda. A investigação que lhe subjaz enquadra-se num estudo de caso alargado sobre Carrazeda enquanto concelho produtor de Vinho do Porto, na fronteira da sub-região do Cima Corgo e a do Douro Superior, e parte integrante da Região Demarcada do Douro e do Douro Património Mundial.

---

\* Investigadora do CITCEM e docente da Universidade Lusófona do Porto.

1 RICOEUR, Paul – *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000, p. 182.

São objectivos do presente artigo:

- Reconstituir uma dimensão de história oral dessa quinta duriense através de testemunhos e narrativas sobre as condições de vida e de trabalho, colhidas em entrevistas semi-directivas, realizadas na quinta e numa das aldeias mais próximas, Lavandeira, que lhe forneceu, ao longo do século XX, o essencial da mão de obra, em actividade regular ou sazonal, situação que ainda hoje se verifica, através das redes familiares de trabalhadores permanentes da Quinta, agentes informais de angariação de mão de obra sazonal no seio das populações a que pertencem.
- Analisar os resultados do trabalho de campo realizado nos dois últimos anos, sobre os Canais, interpretando registos e materiais de memórias, experiências, trajetórias e histórias de vida e de trabalho de populações anónimas, tornados fontes de história rural contemporânea e estratos de um património (i)material e cultural a preservar.

A micro-história desta unidade vitivinícola permite reconfigurar espaços-tempos específicos em que se revive o passado recente, reconstruindo-lhe uma história vivida feita de recordações e esquecimentos, através de trajectos biográficos corporizados em equipamentos habitacionais, objectos, artefactos e ferramentas de trabalho, contribuindo, pela instância da memória, para a apreensão de identidades singulares que se produzem e (re)negociam, social e historicamente, por referência estreita a expectativas de vida e experiências de trabalho.

Vai-se progredindo na análise que se orienta por uma leitura dos vários tempos incrustados em materiais de memória e processos de construção identitária, através de três rubricas centrais: uma primeira de ordem metodológica e conceptual da pesquisa social de testemunhos e história oral, uma segunda de natureza analítico-descritiva da Quinta empresa vitivinícola e microcosmo social, mediante a apresentação interpretativa de fragmentos de narrativas e memórias para, finalmente, se proceder à análise numa perspectiva sócio-histórica da Quinta dos Canais (anos 1920-2010) em que se mobilizam dados do estudo empírico à luz da sociologia histórica, quadro teórico adoptado.

## 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO

Partindo de nossa experiência e investigação anterior em que, parcialmente, se mobilizou a história oral<sup>2</sup>, problematizamos a produção, pesquisa e análise de materiais de memória na sua relação com a construção de «identidades conjunturais», contextuais ou relacionais que (des)aparecem, em função de interesses circunstanciais, evidenciando factores

---

<sup>2</sup> Cfr. LAGE, Maria Otília Pereira – *Comunidade e Fábrica: Na linha de fronteira tradição/ inovação. Um caso no modo de industrialização portuguesa*. Braga: UM-ICS, 1995. Tese de mestrado, policopiada; LAGE, Maria Otília Pereira – *Wolfram=Volfrâmio: Terra revolvida, memória revolta. Para uma análise transversal da sociedade portuguesa (1930-1960)*. Guimarães: UM-NEPS, 2002.

comuns, neste caso, à Região do Douro. Referimo-nos, aqui a uma base de identificação com vivências do trabalho, expressão da força subterrânea de uma produção identitária com forte componente social e socializadora ligada a dificuldades comuns experienciadas por jornaleiros e pequenos proprietários, base social determinante da produção do Vinho do Porto, num concelho em que a proporção de quintas e propriedades de grandes e médios proprietários é muito inferior à grande maioria de pequenos lavradores que não possuem em média, mais de 0,5 ha de vinhedos não voltados directamente para a agricultura comercial.

A análise desta realidade sócio-histórica tem de ser polarizada socialmente, pelo que optamos por uma perspectiva transdisciplinar não unilinear e capaz de operar uma transdução de alguns princípios da Teoria Actor-Rede, método de pesquisa científica, segundo o qual as regiões são constituídas por redes e o regionalismo um mundo de áreas com suas próprias regras topológicas. Assim, identidades e subjectividades são entendidas como conceitos muito próximos da noção de translação, processo em que a identidade é (re)negociada dentro de redes heterogéneas, pelo que o estudo da formação da identidade dos indivíduos, é feito em função de diferentes papéis que podem assumir em seus interesses e aspirações.

Este entendimento, que se relaciona com outra dimensão da problemática das identidades, ligada às tradições e territorialidades diferenciadas e ao conceito de fronteira, como espaço de interacção cultural com tendências contraditórias que se complementam, permite mapear analiticamente a heterogeneidade dinâmica das zonas de contacto que dividem e unem indivíduos e grupos, na interacção do local, através do trabalho e inter-relações entre quinta e comunidade populacional envolvente.

## 1.1. TESTEMUNHO E HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIAS E IDENTIDADES

Sem ignorar o debate travado na historiografia sobre testemunhos orais, abordam-se, num registo reflexivo, as potencialidades e limites dos discursos da história e da memória, que, mediante representações, criam imaginários de sentido e significados múltiplos e possibilitam reconfigurar o passado. A memória, matéria principal da história<sup>3</sup>, ao construir laços de pertença ao passado posiciona-se de modo análogo e patrimonializa as lembranças, levando os grupos à coesão social e a uma comunidade simbólica de sentido partilhada. Evoca actividades de referência imaginária que situam os indivíduos no mundo, gerando em tal processo, identidades construídas e não falsas.

Neste plano se situa a história oral, instância de registo e resgate de memórias, testemunhos, depoimentos e outros textos e fontes, domínio recente da história que evoca espaciotemporalidades e experiências do vivido<sup>4</sup>. Os discursos da história e da memória são portadores de uma «verdade do acontecido e do vivido» de uma autoridade

<sup>3</sup> HALBWACHS, Maurice – *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994 e NORA, Pierre – *Les lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

<sup>4</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína – *Usos e Abusos da História Oral*. Rio Janeiro: FGV, 2002.

do passado, de representações e produção de sentidos que o historiador interpreta a partir da enunciação de seus autores, num processo que supõe a instância da sua recepção em redes de conexões vastas que por sua vez recriam intertextualmente os discursos materializados nos textos<sup>5</sup>.

No complexo e fluído processo de construção identitária, a relação com o passado e configuração de memórias é um elemento central. Comunidades e indivíduos ao construir as suas narrativas de auto-definição, produzem sentidos diversificados de pertença, identificação e exclusão, em função de fronteiras...; «a noção de identidade depende da ideia de memória e vice-versa. O sentido essencial de qualquer identidade... é sustentado pela recordação...» (GILLIS, 1994: 4).

Assim, a produção identitária pode ser vista como uma filiação simbólica que demarca os que ficam de um ou de outro lado de uma fronteira imaginária percebida a partir do que vivemos e/ou nos foi transmitido.

## 1.2. IDENTIDADES CONJUNTURAI/CONTEXTUAIS E «IDENTIDADE REGIONAL»<sup>6</sup>

A reconstituição micro-histórica de uma quinta duriense paradigmática como esta, é aqui composta de um *dossier* denso de narrativas, testemunhos e memória enquanto «...*instância construtora e solidificadora de identidades...*»<sup>7</sup> que permite retrair o local como instância de articulação de escalas, em que se ancora uma abordagem sócio-histórica multiperspectivada, capaz de apreender a complexidade desse microcosmo, permitindo dilucidar algumas problemáticas pertinentes na complexa sócio-história do «Vinho do Porto» produto de exportação de significado na cadeia das mercadorias.

A articulação das identidades com a questão da territorialidade implica o conceito de interação dos membros de grupos, designadamente em ambientes institucionais, cujo funcionamento evidencia dificuldades várias desde as ambiguidades das leis sobre o Douro, geradoras de conflitos e emergência de construções identitárias. Neste horizonte mais vasto de referência/pertença, tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, identidades individuais e sociais por mecanismos de identificação a dois níveis: produção de identidades concorrentes – identidade local e regional – que coexistem sem se anular; e consolidação da identidade social, pelo acesso a um mercado de trabalho na quinta por contraposição ao trabalho no planalto, dualidade que condiciona a vida das populações das aldeias vinhateiras do concelho de Carrazeda. Este, na sua posição de fronteira entre duas sub-regiões da RDD e, em si próprio, composto de áreas distintas: a frieira e a ribeira, entre as quais se movimentam, sazonalmente, as populações rurais, surge-nos no

<sup>5</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy – *Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do pasado*. «Nuevo Mundo Mundos Nuevos», Debates, 2006. [On line]. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/1499>>. [Consulta realizada em 8 de Abril de 2011]. CRUZEIRO, Maria Manuela – «Pela História Oral». *Passado/Presente: a construção da memória no período contemporâneo*. Disponível em <<http://ppresente.wordpress.com/textos/pela-historia-oral/>>. [Consulta realizada em 8 de Abril de 2011].

<sup>6</sup> PEREIRA, Gaspar Martins – *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera*. «Revista da Faculdade de Letras – História», II série, 1989, vol. VI. Porto: FLUP, p. 332.

<sup>7</sup> CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 55.

plano das identidades, num quadro de diferenciação/identificação que são as relações de trabalho<sup>8</sup> e mobilidades, em que os mais afastados das instituições do poder político se identificam com as pertenças locais/regionais. Idêntica posição de fronteira se pode verificar em relação à Quinta e sua envolvimento rural populacional.

Neste contexto, em constante refiguração, constroem-se «identidades conjunturais, contextuais e relacionais», num processo cambiante, construído, plural e relacional, as quais (des)aparecem em função de interesses circunstanciais, evidenciando factores comuns à Região. As identidades são conjunturais e não essenciais (CLIFFORD), como evidencia o relato do actual caseiro<sup>9</sup> ao enfatizar a relação de maior proximidade entre o pessoal da quinta e representantes da actual firma proprietária, por contraste com os anteriores representantes da empresa exportadora de Vinho do Porto, com ligações bem mais antigas à quinta.

Essa localização na fronteira possibilita a análise de processos utilizados para recriar a Região, entre e além de suas várias fronteiras. O que é perfeitamente perceptível nas representações sociais da quinta, em diacronia.

A especificidade do nosso objecto mais amplo de estudo reside então no que pode dar a perceber da tensão que se estabelece entre o estudo da Quinta dos Canais como objecto de fronteira e a sua relação com o espaço histórico convencionalmente demarcado que a quinta sempre bordejou. Ainda o Douro Superior não estava integrado na RDD e já a Quinta dos Canais era referenciada na «Carta Douro Português e Paíz Adjacente» de 1848, onde aparece como uma das únicas 4 quintas assinaladas na margem Norte do Douro Superior<sup>10</sup>.

## 2. A QUINTA DOS CANAIS: EMPRESA VITIVINÍCOLA E MICROCOSMO SOCIAL

O estudo descritivo das quintas durienses centra-se em torno de três eixos definidores da mesma enquanto entidade socioeconómica: construções, produção e pessoal<sup>11</sup>.

Esta Quinta, uma das maiores do Douro Superior, perto do histórico Cachão da Valeira, na margem norte do rio, constituiu-se como propriedade única, com a actual configuração territorial, na viragem do século XIX para o século XX, através da integração de 5 antigas quintas: Síbio ou Forneiras, junto ao rio, referida no mapa do Barão de Forrester (1852), Carvalho, Mariz de Cima e de Baixo, Alexandre, e Samorinha, a que se juntou, ao longo do século XX, a compra de pequenos casais e as mudanças sucessivas de confrontações.

Com cerca de 300 ha, em 1989, actualmente «é a maior quinta do Douro do concelho de Carraceda... com 100 ha de vinha... quase toda nova... e produz 500 pipas de vinho

<sup>8</sup> PARKHURST, Shawn – *Identidade e contextos de identificação regional na zona do Vinho do Porto*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, CES, 16 a 18 de Setembro de 2004.

<sup>9</sup> Entrevista a Sr. O., em Agosto de 2010, realizada na Quinta dos Canais.

<sup>10</sup> PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) – *História do Douro e do Vinho do Porto: Crise e Reconstrução. O Douro e o Vinho do Porto no séc. XIX*. Porto: Edições Afrontamento, 2010, vol. IV, p. 33.

<sup>11</sup> Cfr. LIDDELL, Alex; PRICE, Janet, phot. – *Port Wine Quintas of the Douro*. Lisboa: Quetzal Editores, 1992. Ver também LAGE, Maria Otília Pereira – ob. cit.



generoso por ano»<sup>12</sup>. Possui água em abundância de 5 nascentes existentes na propriedade e de uma queda de água do ribeiro do Síbio, que a atravessa na longitudinal, manancial drenado para rega, através de 1 km de canais construídos no lado norte da Quinta e que lhe terá dado o nome, o que lhe confere memorável individualidade entre as quintas do Alto Douro Vinhateiro de que é considerada uma das quintas mais singulares e inesquecíveis<sup>13</sup>.

Significativo exemplar do Alto Douro Vinhateiro, a Quinta dos Canais, propriedade vitivinícola, com uma história, valor patrimonial e posição destacada dos seus vinhos na produção e mercado do Vinho do Porto, é um caso paradigmático do valioso património que são as quintas do Douro. Desde logo, pela amostragem que a sua história, ao nível da sucessiva mudança de mãos<sup>14</sup>, permite compreender, na vertente política e económica, da história nacional, desde o século XIX até à actualidade.

Outras dimensões em que é representativa das quintas durienses é a da intensa concentração, visível na sua constituição, e na mobilidade da propriedade que passa de proprietários individuais a firmas exportadoras de Vinho do Porto.

É ainda evidente a sua representatividade, à escala local e regional, quer na estrutura, ambiência e dinâmica funcional, quer ao nível das construções, produção e condições de vida e de trabalho do pessoal. Estas dimensões que a caracterizam, configuram o essencial do processo polimórfico de construção social e histórica desta entidade vitivinícola, que na Primeira República ganhou nova dimensão como fenómeno económico, social e cultural<sup>15</sup>.

A Quinta dispõe hoje de um corpo de pessoal fixo (engenheiro, caseiro, trabalhadores rurais, tractorista, motorista) de 18 pessoas e 3 funcionários do quadro que aí vivem permanentemente e continua a contratar para trabalhos sazonais como as vindimas e a apanha da azeitona, trabalhadores locais sobretudo das aldeias mais próximas da Beira Grande, Lavandeira, Marzagão e Selores, recrutados através de redes familiares a partir dos trabalhadores fixos<sup>16</sup>. A estes recursos humanos alocados às necessidades locais do cultivo e produção, com uma situação económico-social distinta da dos trabalhadores de há 50/60 anos, soma-se o *staff* da empresa em Gaia que se ocupa dos determinantes aspectos da dinâmica mercantil da quinta, designadamente os relativos ao transporte, exportação e comercialização dos vinhos.

## 2.1. MICROCOSMO SOCIAL EM MEIO RURAL: MEMÓRIAS E MATERIAIS DE MEMÓRIA

Para além de uma topografia fotográfica construída sobre a quinta: terrenos, produção, edifícios e construções, tecnologias de viticultura e vinificação, objectos e artefactos de

<sup>12</sup> Entrevista ao engenheiro C. responsável da Quinta, realizada em Maio de 2010.

<sup>13</sup> LIDDELL, Alex; PRICE, Janet, phot. – *Port Wine Quintas of the Douro*. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p. 163.

<sup>14</sup> Conclusões retiradas do estudo e descrição historiográfica da Quinta dos Canais in LAGE, Maria Otília Pereira – *A Quinta dos Canais, no Douro Património Mundial*. Comunicação ao I Encontro do CITCEM. Guimarães, CITCEM/UM, Novembro 2010.

<sup>15</sup> MONTEIRO, Manuel – *O Douro: principais quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes*. Porto: Emílio Biel & C.ª, E., 1911, p. 15-16.

<sup>16</sup> Entrevista a Eng. C., responsável da Quinta, Maio de 2010.

produção e domésticos, aqui apenas evocada – o nosso estudo empírico desenvolveu-se junto de um subuniverso de homens e mulheres, de idades e situações socioprofissionais diversificadas. Esses actores sociais estiveram ou ainda estão implicados em experiências vividas individualmente ou em grupo, no processo de granjeio e produção da Quinta dos Canais que, por esta via, se reconstitui como microcosmo social, por aí também procurando pistas de análise da sociedade rural envolvente.

O estudo desse complexo processo exige que, para além das actividades desenvolvidas pela Quinta, se suponha o que a transborda, mas com ela mantém intrincada relação, como a actividade de exportação e se analise o trabalho das populações nela envolvidas. Excluir esse trabalho corresponderia a privar-nos de um tipo de fontes imprescindíveis à compreensão do objecto, na sua complexidade. A análise circunscrever-se-ia a uma «economia restrita», tendo como consequência impedir o acesso à «economia geral» da quinta, quadro absolutamente necessário para dar conta da movimentação social que teve nela o seu dínamo local/regional/nacional.

Cruzando pontos de vista do historiador com indagações sociológicas, trabalha-se um material heterogéneo (entrevistas informais, sujeitas a guiões prévios mas de adaptação contingencial, testemunhos, histórias de vida e observações fragmentárias), contextualizado no passado/presente. Esta opção metodológica serve não tanto para fabricar um tecido de provas, mas, sobretudo para pôr em acção o entrelaçar de redes de identidades, interações, estratégias e estruturas diversas, organização e mudança social, indivíduos, sociedade e relações recíprocas, com audácia e imaginação exigidas pelo trabalho de terreno sobre objectos históricos, «sem deixar de fazer surgir a evidência do documento e experimentar pesquisas originais».

Esta forma de *conhecimento situado* construído na mobilização de uma rede de actores, abre, por sua vez, múltiplas potencialidades para outras linhas de pesquisa designadamente no âmbito dos estudos rurais contemporâneos<sup>17</sup>.

O acervo de narrativas, parte significativa da infraestrutura informacional mobilizada, permite traçar uma cartografia<sup>18</sup> de representações sociais da vida e do trabalho na Quinta, assente num «arquivo de palavras» construído, mediante procedimentos e princípios da etnometodologia e do interaccionismo simbólico, sobre o registo áudio e escrito de testemunhos orais em vias de extinguir-se.

Sete mapas, todos de grande escala (porque representam uma área circunscrita, a propriedade rural, realidade pouco reduzida e com bastantes pormenores), compõem a cartografia das representações sociais e colectivas da Quinta dos Canais e do contexto local de inserção. Esta cartografia construída sobre «configurações e reportórios»,

---

<sup>17</sup> LAGE, Maria Otilia Pereira – *A Quinta dos Canais na Região Demarcada do Douro*. Comunicação ao Encontro RuralRePort (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Ed. ID, S. Multiusos 2, 6 e 7 de Maio 2011).

<sup>18</sup> Sobre a linguagem cartográfica sociológica que releva noções como espaço-tempo, escala, simbologia, projecção e cuja tradução livre e esquemática se operou, veja-se por exemplo, SANTOS, Boaventura Sousa – *Uma cartografia simbólica das representações sociais...* «Revista Crítica das Ciências Sociais». 24 (1988), p. 193-172; Nunes, João Arriscado – *Erving Goffman, A Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana*. «Revista Crítica das Ciências Sociais». 37 (1993).

reconfigurando espaços-tempos, saberes e memórias, dá a ver, por entre uma multiplicidade de práticas, experiências e protagonismos, a pluralidade de significados do objecto sócio-histórico Quinta dos Canais, também por este meio esta se revelando enquanto «objecto de fronteira» local.

Evidencia-se quer a representação local da Quinta dos Canais nos seus diversos tempos e modos de designação, diferentes e sucessivas produções (olival/vinho) por que se tornou familiar das populações envolvidas, diferentes confrontações e mobilidades, quer a sua representação geral nas modalidades de sua apropriação cognitiva e sócio-histórica, assim se mapeando, na linha descontínua da grande escala, os trabalhos agrícolas e rurais d(n)a quinta, os comportamentos sociais diferenciados, as vivências e recordações de miséria ou alegria, as estratégias de adaptação e as memórias individuais, familiares, ou de grupo. Deste modo se torna «completa», para os efeitos pretendidos, a representação social da Quinta que nas suas componentes básicas se analisa, através de «nossos pontos de vista».

Com este modelo de análise<sup>19</sup> procede-se ao estudo da designada «metamemória, conceito que define as representações que o indivíduo faz do que viveu... e que acentua as características inerentes à chamada memória colectiva e histórica»<sup>20</sup>.

## 2.2. CARTOGRAFIA DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais) em permanente construção devido ...às consequentes alterações ocorridas no campo das representações do presente*<sup>21</sup>.

Com base no pressuposto de que o bom discurso de história é performativo, ou seja, toma o lugar do passado, substituindo-se a ele, e faz acreditar porque faz o que diz, pomos em acto trajectórias de vida, estratégias e memórias do trabalho (*pessoais, familiares, grupais*) e das condições de vida dos trabalhadores, acomodações, salários e alimentação, na Quinta dos Canais em diferentes momentos históricos, coincidentes com quatro etapas definidas em função dos sucessivos proprietários da quinta, ao longo do século XX, conforme se evidencia na diversidade de narrativas/depoimentos/testemunhos<sup>22</sup> que cobrem um arco temporal desde os anos 1930 à actualidade.

Recorre-se então à traçagem de «mapas» – construções mentais elaboradas a partir do real cuja interpretação e reelaboração objectivam; através das trocas interpessoais, em

<sup>19</sup> Esta metodologia foi por nós já posta em prática em LAGE, Maria Otilia Pereira – *Wolfram=Volfrâmio: Terra revolvida memória revolta. Para uma análise transversal da sociedade portuguesa (1930-1960)*. Guimarães: UM-CIS/NEPS, 2002. Rubrica 2.3., p. 172-278.

<sup>20</sup> CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 15.

<sup>21</sup> CATROGA, ob. cit., 2001: 16.

<sup>22</sup> Doze entrevistas informais realizadas em 2010 e 2011 com antigos e actuais trabalhadores da Quinta sobre a história desta que muitos deles testemunharam durante uma vida inteira.

especial da fala, opera-se a sua construção sujeita à influência das relações sociais e da realidade material social e imaginária sobre a qual também interfere<sup>23</sup>.

Procede-se assim à (re)construção de algumas dessas narrativas de um tempo e de um espaço determinado, (re)lidas com um olhar distanciado e crítico, capaz de tecer algo mais do que apenas a história dos indivíduos, e de entendê-los em suas inter-relações complexas.

Começamos por uma narrativa referente ao conjunto das quintas na linha de fronteira entre a sub-região do Alto Corgo e do Douro Superior, onde a Quinta dos Canais se localiza em que se descreve o «modus vivendi» e «modus operandi» na Quinta<sup>24</sup>.

## MAPA I – OS CANAIS, QUINTA DOS INGLESES, 1970-1980. (O COBRADOR DA LUZ ELÉCTRICA)

Faz-se aqui uma contextualização impressiva da Quinta dos Canais e evidencia-se a tradicional e regular mobilidade de mão de obra entre as diferentes sub-regiões da RDD, em que se observa a movimentação de pessoal agrícola especializado das terras do Baixo Corgo, de integração mais antiga na RDD, para as quintas de Cima Corgo e Douro Superior. Este mapa, traçado a partir de uma narrativa de visão exterior da quinta, assinala ainda as motivações específicas da opção pelo trabalho na quinta, por aí se acentuando também a natureza de *objecto de fronteira* da quinta.

*... as quintas dão a volta ao termo do concelho de Carrazeda do lado do Douro... o consumo da luz era grande mais quando faziam a lota do vinho e do azeite... tinham no meio da quinta, no regato, no vale, um lagar de azeite... ali era quase tudo olival... o consumo da luz nos Canais era maior do que o da Franqueira (quinta Bartol, ao lado)... para as vindimas, o pessoal ia lá ter, em rancho, tudo a pé pelos caminhos e carreiros... levavam de casa uma tigela de litro que era para a sopa de feijão bichoso... às vezes, ao meio dia davam 2 sardinhas a cada um que assavam nas pedras de lousa, com aquele calor para cima de 40º... o pessoal dormia lá nas tarimbas numas faixas de palha... encostados uns aos outros... com o 25 de Abril tiveram de modificar parte das coisas... os cardanhos tinham as tarimbas á face do chão... uns 50 cm distante do chão... eram umas tábuas... nesses cardanhos eram candeias a azeite que tinham... e de petróleo... a electricidade era só para a casa dos patrões e do caseiro... nas vindimas estavam lá 15 a 20 dias... sem virem a casa... às vezes na azeitona era 1 mês... faziam uma fogueira no cardanho onde enxugavam a roupa...*

*... o trabalho por aí, era só cavar e assim, mas só um dia por outro, e sem terem nada de comer em casa... nas quintas, não, trabalhavam seguido e ainda lhes davam de comer e dormir... ganhavam 5 ou 6 escudos por dia... só de 1980 em diante é que passou para 12 escudos e tinham de trabalhar de sol a sol... na frieira ganhavam 10 escudos a cavar todo o dia e sem comida. ... das quintas, traziam aqueles 100 ou 200 escudos que naquela altura era muito dinheiro...*

<sup>23</sup> MOYSES, 1994, cit. em SEEMANN, Jörn – *Metáforas espaciais na geografia: cartografias, mapas e mapeamentos*. «Anais do X Congresso de Geógrafos da América Latina». Universidade de S. Paulo, 2005. Disponível em <<http://observatoriogeográfico.americallatina.org.mx/egal10/teoriaemetodo/conceptuales/37.pdf>>. [Consulta realizada em 6 de Março 2011].

<sup>24</sup> Entrevista feita em Agosto, 2010, a Sr. M., funcionário da EDP reformado, com 78 anos e bom conhecedor das quintas do Douro do concelho de Carrazeda que visitou durante anos como contador e cobrador da luz eléctrica.

Nos mapas seguintes, cronologicamente ordenados, materializam-se recordações e memórias individuais internas à quinta, sucessivas ou justapostas no tempo, que permitem cartografar representações sociais multifacetadas da Quinta dos Canais numa linha diacrónica, e registar indícios e traços de uma memória histórica e identidade cultural que embebem todas as narrativas.

## MAPA II – A QUINTA DO COSTA, 1930. (A AJUDANTE NA COZINHA DO PESSOAL...)

Os fragmentos desta outra narrativa<sup>25</sup> bem ilustrativa do trabalho das mulheres e das crianças na quinta mas também da cultura e ambiência popular local, são expressão nítida de experiências e protagonismos, mundividências e solidariedades femininas, de comportamentos populares e trabalhos agrícolas, para além de uma descrição pormenorizada, profundamente afectiva e com densidade vivencial do ambiente do dia-a-dia na quinta que assim se torna bem perceptível enquanto microcosmos natural, social e cultural fechado sobre as suas dinâmicas, funcionalidades e idiossincrasias internas.

*Fui para lá para a quinta do Costa... era assim que chamávamos aos Canais... com 12 anos, a arrastar potes de um almude... 25 litros... o pessoal que lá trabalhava na altura era muito...*

*... as mulheres ganhavam 2.50 escudos ao dia e 3.00/4.00 escudos, o homem...*

*... nunca fui à escola... fui para a cozinha... a governanta era a Joaquina, da Beira Grande que era muito má... morreu na miséria... foi amante do Costa... o patrão que a enganou com 14 anos... por isso ninguém lá parava... aquilo que se fazia na cozinha do pessoal eram as viandas [comida dos porcos]... batatas com casca e tudo... um dia estavam lá umas tigelas com batata miudinha para o pote e eu deitei-as na canastra... ela disse-me: agora vais lá apanhá-las e deitá-las no pote... então fugi-lhe... um dia peguei o fogo à casa, mas sem querer, porque punha muita lenha e o fogo foi à trave e pegou-se... o Costa disse-me: vai depressa cá chamar o Bernardo, que era na altura o feitor... era de Vila Marim... que venha apagar o fogo... encheu um caldeiro de água e apagou-o logo...*

*... o Costa falava com todos... era de Custóias do Douro... foi para o Brasil onde casou com a viúva de um embaixador que lhe deu o ser... veio para cá e comprou a Quinta dos Canais junto à quinta da espanhola... depois é que comprou a quinta da Samorinha, as Forneiras e o Carvalho... o antigo dono que vendeu ao Costa acho que era um tal Valente...*

*... ele vivia na quinta e enganou essa Joaquina que era filha dos caseiros da quinta do Mariz, dos Marizes de Marzagão... esta quinta foi comprada pelo Costa aí por 1935/36.*

*... andei lá a trabalhar bastante tempo... o pessoal comia uma tigela de caldo de manhã e ao meio dia, feijão cozido, massa de feijão... o pão era à nossa conta... quando íamos para a quinta, levávamos a colher para comer... só davam água-pé... era o tempo da miséria...*

*... estávamos lá toda a semana e aos sábados à noite, já com as estrelas vínhamos a casa... á segunda tínhamos de lá estar ao romper do dia...*

---

<sup>25</sup> Entrevista feita em Abril de 2011, na sua casa, a C. D., mulher de 88 anos, natural da Lavandeira onde reside e que viveu muitos anos em Lisboa e Angola.

... depois fui para a corte dos animais... e andava no campo a tirar vides, a apanhar as amêndoas, a azeitona, na vindima... amanhávamos a lenha das amendoeiras e das oliveiras... cartava lá muita urtiga...

... era uma quinta que dava muito trabalho... andávamos meses à azeitona e a vindima também era mais de um mês... era a maior que havia por aí... era em Setembro, depois da festa da Lavandeira de 15 para 16... depois de recolher a Santa Eufémia, íamos lá dormir...

... andávamos muitas mulheres... cartavam as uvas para o lagar... não entravam dentro... no lagar tocavam harmónio quando outros pisavam... «Ó morena cor de cana/Teu amor é o que me engana/És do meu gosto, és da minha opinião/ Hei-de amar a moreninha, da raiz do coração (...)

... eram os homens que cantavam assim quando as moças entravam com os cestos das uvas... enversavam aquilo de muitas maneiras...

... iam para lá de outras quintas dançar porque tinham lá as namoradas...

... Também vinham para ali trabalhar aquelas raparigas de Custóias e Foz Côa... Olas é da freguesia de Vale da Figueira... Carrazeda é fronteira... ali na Quinta pega com três distritos... Guarda, Viseu e Bragança... ia muita gente do concelho de Carrazeda, mas só na azeitona e na vindima... os Canais são a 3ª maior quinta do Douro...

... essa história do incêndio na quinta... o Costa combinou com o guarda e pegaram o fogo para enganar o seguro... foram presos para Moncorvo... nessa altura havia mais oliveiras... agora já não há lá nenhuma... havia laranjas, figos, amêndoas...

... diziam que o Costa era maçónico... nessa altura, a capela no Mariz funcionava... mas ele mandou deitar os santos ao rio... dizia que os santos eram de pau... a embaixadora era brasileira e ele dava-lhe maus tratos e desprezava-a... um dia deixou-a fechada... o pessoal tirou-a pela janela com uns lençóis e ela atravessou o Douro e desapareceu... o Costa era político e tinha inimigos... um dia veio uma porção deles dalém do rio para o matar... a quinta ainda era o que valia à pobreza, por aqui...

Nesta entrevista de evidente significado para a história da Quinta e preservação de elementos de património cultural imaterial local, acentua-se a natureza de fronteira da Quinta face à sua localização geográfica, o que confirma o nosso argumento sobre identidades e territorialidade, historicamente produzidas.

### MAPA III – OS CANAIS NOS ANOS 1940-1980. (O CASEIRO)

Relativamente às condições salariais, alimentares, situações de trabalho, lazer e vida social na quinta é bem ilustrativo o testemunho do antigo *caseiro* que a vivenciou directamente durante meio século, desde o início da década de 1940 até ao final da década de 1980, primeiro como *despenseiro*, depois como *feitor*, a seguir como *caseiro* e *administrador*:

... os salários variavam de mês para mês e de ano para ano... houve tempos que era de sol a sol... 8 escudos por dia os homens, 4 escudos por dia as mulheres... 20 escudos por dia era na azeitona em 1959... o que já era uma admiração... e depois passou a ser também na vindima... a azeitona era mais cara porque era a seco...

*... havia 3 refeições: o pequeno almoço, às 8/9 h, o almoço ao meio dia e o jantar quando o sol se punha... de manhã era sopa de feijão, arroz e massa, ao almoço, sopa e apresigo e à noite sopa e apresigo... o apresigo era arroz, feijão, massa e batata... nas vindimas havia uma sardinha de barrica ao meio dia ou à noite e à meia noite, no lagar...*

*o vinho ia todo para Gaia e depois para Inglaterra... ultimamente também já ia muito para França... nos armazéns só havia pipas e tonéis... cubas não.*

*... só mais recentemente é que começaram a trabalhar até às 2 horas e iam com o dia ganho porque madrugavam... já depois do 25 de Abril...*

*... havia desentendimentos entre os empregados... havia muitos ciúmes e invejas... a quinta tinha um guarda que era severo e meteu-se-lhe na cabeça que havia de ficar de caseiro e então corria com todos... era das redondezas do Pinhão... esse guarda intrigava junto do engenheiro... estava lá um feitor já do tempo do Costa que se virou a ele «quem vem dar aqui os dias santos sou eu»...*

*... caseiro é uma profissão boa mas muito invejada...*

*... os melhores momentos que guardo da quinta são os bailaricos... ia gente de outras quintas perto para lá dançar... tocavam muito realejo...*

*... a quinta tinha dois barcos, um para o pessoal e outro para os animais... havia 2 machos de trabalho, 2 juntas de bois, 2 cavalos de regalo, 1 para o patrão e outro para a patroa...*

*... quando havia muito pessoal, fazia de feitor... tomar conta do pessoal, dizer o que se havia de fazer... o rogador era o que fazia de feitor junto do pessoal e relacionava-se bem com o feitor da quinta... ia vigiar o trabalho do pessoal... quando não trabalhavam eram castigados com multas... como quando fossem apanhar fruta... se fosse apanhado a pegar um figo pagava 10 escudos... se calhar não ganhava isso por dia... e se fosse apanhado a pegar outra fruta a multa era mais cara... as multas e o valor delas era por hábito, costume...*

*... dos Canais vendiam tudo para os armazéns do Porto... mandavam os bidões do Porto e enchiam-se na quinta de azeite... mandavam os cascos de Gaia para a Quinta onde se enchiam de vinho e iam depois no comboio... a aguardente vínica para fazer o Vinho do Porto vinha da empresa de Gaia para a Quinta... a aguardente e figos secos ao mata bicho era só para os empregados, os feitores... na quinta havia 2 feitores, um para os homens e outro para as mulheres...*

## MAPA IV – A QUINTA DO ENGENHEIRO, 1940/1950. (O HOMEM DE TODO O TRABALHO)

Este depoimento<sup>26</sup>, típico de um ex-trabalhador filho de pequeno proprietário rural que, na Quinta, exerceu múltiplos trabalhos, é expressão da identidade cultural local do pessoal trabalhador das quintas durienses, e da ambiência geral da Quinta dos Canais em seu quotidiano de trabalho e lazer, mormente, nas décadas de 1940 e 1950, período em que o olival e produção do azeite se sobrepunham à cultura da vinha e produção vitivinícola. É ainda elucidativo das condições de trabalho infantil na quinta, das diferenciadas formas de

<sup>26</sup> Entrevista feita em Março de 2011, na Lavandeira ao Sr. A. S., 75 anos, em sua casa. Largos anos trabalhador permanente e sazonal da Quinta dos Canais, desde os 11 anos de idade este entrevistado, trabalhou vários anos em Moçambique, donde regressou em 1975, tendo depois trabalhado até se reformar como cantoneiro da Câmara Municipal de Carrzeda de Ansiães.

pagamento, das mobilidades geográficas e sociais, das modalidades e áreas geográficas de recrutamento do pessoal rural, «as ranchadas» que a quinta ocupava nos diversos trabalhos igualmente descritos com os meios de seu desempenho e controlo.

*... Fui para lá... para nós era a quinta do engenheiro... com 11 anos... trabalhava diariamente nos Invernos e Primaveras até Abril/Maio. O Fausto era o despenseiro e o irmão, era o administrador que depois foi para uma empresa do Eng. Ramiro na Guiné ...*

*Há 30 ou 50 anos atrás todos os da Lavandeira lá trabalhavam.*

*... Como tínhamos uns bocadinhos, tirávamos uns dias para ir trabalhar para a quinta... quando íamos lá para baixo tínhamos de levar o pão, a colher e o garfo... tigela eles davam... de chapa ou zinco... o almoço, às 9 horas da manhã, era 1 tigela de sopa... batata, berças, feijão bichoso; o almoço ao meio dia eram 2 tigelas, 1 de sopa e outra de aprezigo que era massa e migas, tudo solteiro... a única carne era o bicho dos feijões... O arroz vinha para a quinta em sacos de 100 kg e o feijão e as pessoas tiravam-no dos sacos e ia directo para os potes de ferro de 60 e 70 litros...*

*.... andava na frente do boi de paquete – esse foi o meu primeiro serviço. Os mais novinhos iam para ao pé das mulheres apanhar vides e ervas... andávamos à azeitona, mas isso quando já tinha 16 anos e ganhava ao preço de um homem, 25 tostões por jorna.*

*... Na azeitona eram 60 a 70 pessoas... 2 camaradas da azeitona... 10 ou 6, 15 ou 8 pessoas... e 2 juntas de bois... 2 ranchadas para a azeitona e outra na vindima... Nessa altura era mais azeitona... depois arrancaram o olival quase todo...*

*... De 1947, quando fui para a quinta, até aos 22 anos, em 1957/1958 ou mais, havia na quinta sempre trabalho diário... por aí à jeira era trabalho de biscates e não se arranjava dinheiro... então íamos até à quinta para comprarmos um saco de pão e às vezes até pedíamos abono... pagamento adiantado. As jeiras eram a 12... quando fui para lá os homens ganhavam 7 escudos e as mulheres era sempre metade... os do Seixo iam para a Quinta da Sr.<sup>a</sup> da Ribeira... os da Beira Grande para a Quinta do Espanhol ou do Bartol,... às vezes trocávamos de quinta, mas era por causa das raparigas...*

*.... Na capela da Quinta quando fui para lá tinham um palheiro ao lado onde o pessoal na azeitona dormia... depois o Eng. mandou compor aquilo... também comprou a quinta do Carvalho onde estavam os Caralhetos de Besteiros e que era dos Carvalhos aqui da Lavandeira... venderam aos Canais os lugares da Forneira... mais modernamente, os ingleses compraram aos filhos do Moura, um ricoço daqui, a Quinta da Barreira que juntaram aos Canais... custou 30 ou 40 mil contos.*

*Quando lá trabalhava ainda pequeno nem podia erguer o cântaro do sulfato que caia por cima de mim... como paquete andava à frente dos machos, e a tigela era só meia... esperavam até ao fim para serem servidos... «deixa aqui que é para um homem»... ainda agora uso esta expressão... depois fui para ajudante da cozinha... levava as tigelas aos homens, ajudava a lavar a louça e fazia o que era preciso... hoje aquilo já mudou muito... fizeram obras, melhorias...*

*A partir dos 16 anos passei a receber como homem e fazia todo o trabalho.*

*Cumpri lá o meu serviço militar e a caneta com que aprendi a escrever era a enxada... Muitas cantigas daqui lá cantávamos... «Nós somos da Beira Alta / Onde a broa não nos falta / Viemos para o Alto Douro / Enfiados em cantigas / O diabo das formigas / Roeram a pele ao couro (...).»*

*... vinham p'ra lá trabalhadores de Viseu... e de Vila Marim... a estes chamávamos «os foleiros», por causa da pronúncia... falavam axim... alguns casaram por cá... ou eram pedreiros ou hortelãos...*



*Nas quintas aprendia-se de tudo um pouco... no cardanho falavam alto, contavam anedotas e malandrices... era o que havia para nos distrairmos... primeiro as camas eram só palha, mas depois já havia tarimbas e umas camitas... quando era da azeitona dormiam mulheres a um lado e homens a outro... às vezes havia um casal ou dois primos que ficavam ao meio a separar...*

*... nos Canais era uma miséria... só pulgas... uma porcaria... às vezes os homens compravam metade de um trigo, partiam uma lasquinha e punham em cima do pão centeio, duro, a fazer de peguinho, como se fosse queijo ou outra coisa...*

*... nos Canais, andávamos do nascer do sol até as estrelas piscarem... a azeitona era a partir dos 10 de Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro e 2 ou 3 semanas de Mar... na azenha eram aqueles moinhos puxados com bois... a gente na frente dos bois descansava os braços nos cornos dos bois, a assobiar... um dia, o engenheiro veio a cavalo, ao pé de mim e disse zangado «com que então andas a dar senha aos outros que eu venho aqui?...»*

*... Todos os anos se faziam lá batidas de caça... iam muitos convidados... faziam fila os paquetes e os caçadores faziam batidas... a cria fugia para o lugar do Judas, ao fundo da quinta, ... havia muitas perdzices... ainda há...*

*...Tantos trabalhos que lá passei... mas era uma festa quando nos juntávamos a cantar e a contar aquelas façanhas...*

## MAPA V – OS CANAIS, 1960/1970.

### (O AJUDANTE DE TRACTORISTA E BARQUEIRO)

Os fragmentos desta narrativa<sup>27</sup> ilustram saberes leigos e antigos trabalhos rurais exigidos pela cultura da vinha, e narram recordações, experiências individuais, ocupações e características da vida e do trabalho na Quinta e suas diferenças nas várias épocas.

Constitui, com o testemunho seguinte, um exemplo dos frequentes namoros e casamentos entre os trabalhadores da quinta como local de encontro e espaço de convivialidade relevado pelos actores sociais.

*... Fui pedir trabalho ao Fausto que era o caseiro... estive entregue aos animais, à cria... eram 2 juntas, 4 bois, 2 machos e 1 burro... andava sempre no tractor com o Sebastião que ainda lá está... lá namorisei com esta... e lá casámos...*

*... trabalhei lá na quinta do engenheiro até ir para a tropa... andava com os animais, depois com os atomizadores... 2 ou 3 ao princípio... eram pulverizadores com um motor atrás para fazer ar... e é mais rápido... eram precisas 2 mulheres para acarretar água para eles... deitávamos primeiro o enxofre e depois o sulfato quando as videiras já tinham grãos de chumbo... quando lá trabalhei a quinta já tinha muito vinho... sulfatar era no princípio de Abril/Maio... era sempre 1 ou 2 homens, durante 1 mês ou mais... 2 ou 3 voltas... Também lavava os tonéis... nós não bebíamos o vinho... fazia-se água pé e era o que se dava ao pessoal... o Fausto às vezes ainda dava um copito de vinho aos lavradores quando andavam a lavar...*

<sup>27</sup> Entrevista feita em Março de 2011, na Lavandeira ao Sr. I. A. L., 61 anos, trabalhador na quinta dos Canais durante alguns anos, onde casou com uma trabalhadora filha do pastor da quinta. Fez a guerra colonial em Angola e Moçambique, como comando, e emigrou com a família, para França onde esteve 36 anos e foi dirigente de uma Associação Cultural Portuguesa, perto de Estrasburgo.

*... sabe porque é que há tantas roseiras no meio dos bardos?... é que as roseiras apanham mais depressa o mildio... quando víamos que a roseira estava a ser atacada era sinal que se tinha de tratar a vinha... o sulfato é para o mildio e o enxofre para a farinhota ou oídio...  
... o barqueiro ia todos os dias...*

## MAPA VI – Os CANAIS, 1960/1970. (A PASTORA)

A narrativa feminina de que se extraíram os excertos que se seguem<sup>28</sup> indicia vários aspectos de demografia e história das populações pouco referenciados na história das quintas durienses: práticas frequentes de nupcialidade entre trabalhadores, exemplos da vaga migratória portuguesa clandestina para a Europa nos anos 1960 e da guerra colonial em África, factores decisivos de transformação da oferta de mão de obra local disponível para os trabalhos da quinta. São de realçar os materiais de memória viva do pastoreio na Quinta, actividade pouco frequente nas clássicas quintas durienses, e a descrição dos trabalhos agrícolas em que se ocupavam as mulheres, com salários idênticos aos das crianças, «os paquetes», inferiores aos dos homens.

*Fui para os Canais com 15 anos... o meu pai sempre foi pastor e tinha gado... éramos da Lavandeira... e então o Fausto propôs-lhe ir para lá, a meias... tínhamos casa, terrenos e eu andava lá à jeira e quando era preciso separar os cordeiros das mães eu ia ajudar o meu pai... andávamos com os rebanhos na quinta toda... metiam-se nas vinhas quando já não havia uvas... comiam as ervas ... tirávamos o leite... o curral ficava no Mariz, perto da capela... os animais também serviam, para estrumar... o rebanho tinha para aí 150 ou mais cabeças... vendiam-se todos os que nasciam... afastávamos as ovelhas das crias, um mês e meio, para tirar o leite e vender... «redolhos» eram os do tarde... e havia os do cedo... o leite ia todo para a quinta... a Sr.<sup>a</sup> Maximina, mulher do Fausto, é que o media... fazia queijo e vendia para fora... ordenhava de manhã e à noite... andei nos Canais dos 15 aos 18 anos... lá o conheci (indica o marido, Sr. I.) namorámos e casámos em 6 meses*

*... na quinta... fazia tudo... apanhava as vides na altura da poda... apanhava e britava amêndoa... acarretava o sulfato... apanhava as azedas das paredes para fazer salada...*

*... aqui o I. com o Sr. S. que ainda está lá na... iam no jipe que já tinha os travões fracos prendiam-lhe uma corda... no atrelado transportavam as uvas nos cestos vindimos... para os carregar os homens usavam a trouxa, uma correia que prendia na testa com uma espécie de lona e nas costas tinha uma espécie de lona com palha... era um traveseiro comprido que parecia uma almofada...*

*... o Fausto dizia às mulheres...: «ó besta quadrada»... quando britavam amêndoas para comer...*

*... trabalhávamos nos Canais às vezes 30, 40, 50 e mais... na vindima era mais gente... iam muitos daqui da Lavandeira... e de Baião, Mesão Frio, Vila Marim... talvez porque eram mais sofisticados para essas podas... a «descava» era tudo à enxada... a videira estava desenterrada... a «redra» fazia-se para enxertar... para cortar as raízes na moquilha... onde é o enxerto... para cima*

<sup>28</sup> Entrevista feita em Março de 2011, a D. M. J., esposa de I., anterior entrevistado, em sua casa, na Lavandeira.

*é o manso... para baixo a moquinha... a «redra» fazia crescer a vinha... quantas mais redras mais a uva cresce... o pó da terra é tipo enxofre... lavrava-se ao toro para tapar a descava... fazia-se em Fevereiro, Março... a redra era em Junho, Julho... hoje estas operações já não se fazem porque não há mão-de-obra... hoje usam-se os herbicidas... só podem ser postos junto aos toros das videiras e no meio para o tractor passar com as alfaias (ganchos...)... hoje fazem a redra os tractores... agricultura integrada... hoje também as enxertias ficam mais no ar e já se fazem pouco... compram as vides enxertadas... as vides botam as folhas para baixo por causa da filoxera...*

## MAPA VII – A QUINTA DOS CANAIS, 1970. (O PAQUETE)

O testemunho<sup>29</sup> que compõe este último mapa, alusivo ao trabalho infantil, narra «uma aventura na Quinta dos Canais» de um «paquete», moço que andava à frente dos animais, mondava as ervas na vinha e levava à cabeça, a comida ao pessoal, na faina agrícola.

Representa uma iniciação à idade adulta e mundo do trabalho das crianças que só depois faziam todo o trabalho de um homem:

*... para os miúdos... a Quinta dos Canais era uma aventura... havia lá laranjas, via-se passar o comboio, havia baile, andavam rapazes e raparigas... na altura da Páscoa fui e estive lá 3 semanas... tinha 11 anos...*

*... nesse tempo os paquetes como eu era ganhavam 10\$00 ao dia, que era o mesmo preço das mulheres... os homens ganhavam 15 e 20\$00... nos dias que lá andei ganhei 220\$00...*

*... quando vim de lá tive de ir ao médico... vinha quase tísico... as comidas eram fracas... e o calor muito... depois das 10h já ninguém aguentava... o que lá ganhei foi todo para o doutor e xaropes na farmácia...*

Em síntese, todas estas vozes, como muitas outras de que são exemplo, confluem, em seu dialogismo, na construção de uma memória social incontornável para um conhecimento mais «por dentro» e profundo desta singular Quinta representativa do Alto Douro Vinhateiro.

### 3. ANÁLISE NA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

*Do ponto de vista da abordagem cartográfica, o preceito comum ...de seguir os actores, implica não só localizar a escala em que estes constroem e representam os fenómenos relevantes para a sua actividade, mas também o modo como reduzem as outras escalas a objectos à mesma escala, manipuláveis, recombináveis e transformáveis<sup>30</sup>.*

<sup>29</sup> Entrevista feita em Abril de 2011, na Lavandeira, a R., Presidente da Junta de Freguesia, reformado como agente da Guarda Nacional Republicana, em Lisboa, 54 anos, a residir na Lavandeira, sua terra natal e meu informante privilegiado junto das populações da sua aldeia que trabalharam nos Canais, muitos ainda por entrevistar.

<sup>30</sup> Nunes, João Arriscado – *Escala, heterogeneidade e representação...* «Revista Crítica das Ciências Sociais». 46 (1996), p. 28.

A abordagem cartográfica que se veio fazendo e aqui se analisa, mais especificamente, permite e exige uma leitura não linear do exposto nos pontos anteriores, o que se fará segundo dois vectores, ambos reportados à quinta e às memórias da sua história que, simultaneamente, as iluminam e a seu propósito se constroem.

Num primeiro nível da análise, verifica-se que a complexidade e densidade do estudo das memórias, dos processos sociais, das identidades, motivações, escolhas e estratégias não exclusivamente económicas e políticas dos agentes sociais, concorre para desocultar actores sociais que têm permanecido na obscuridade e que são tão ou mais esclarecedores que os grandes e afamados proprietários. As suas memórias individuais, não isoladas e com referência frequente a pontos externos ao sujeito, tendo na quinta a matriz referencial estruturante, encontram-se relacionadas, em seu suporte, às percepções produzidas pela memória colectiva e pela memória histórica.

Pode intuir-se que a quinta tem segregado as suas elites e categorias de trabalhadores (mapa IV) cujas trajectórias, identidades, representações e comportamentos sociais importa estudar em todas as suas singularidades e diversidade.

No que respeita às populações anónimas em observação, as suas experiências, trajectórias e histórias de vida e de trabalho tornam-se, pelo seu registo e interpretação, fontes de história rural contemporânea e estratos de um património (i)material e cultural a preservar, já que neles se ancora uma importante dimensão de história oral desta quinta duriense.

Ressalta a importância decisiva que essas vivências e trabalho desde cedo em relação estreita com a quinta têm na formação identitária de todos os actores sociais, apreensível nas suas memórias e narrativas (mapas I a VII), do mesmo passo que é da memória social e colectiva desse trabalho relevante para a identidade de cada um, que se pode construir parte significativa da nossa compreensão da própria quinta enquanto entidade económica e social nuclear no tecido sócio-histórico do Alto Douro Vinhateiro.

Decorre daí o segundo vector de análise que, focalizado agora na própria quinta, possibilita em primeiro lugar dar conta de como se opera a sua reconstituição social e histórica através de memórias individuais e sociais, identidades conjunturais e representações sociais referentes a seus diversos espaços-tempos. A percepção dessa espaciotemporalidade que evidencia a dinâmica caleidoscópica da Quinta dos Canais, característica marcante desta, é-nos dada pela leitura geral dos anteriores mapas simbólicos, os quais estabelecem as necessárias coordenadas para a sua identificação.

Prosseguindo com a aplicação da teoria mobilizada ao material empírico seleccionado e introduzido no conjunto de narrativas/recordações múltiplas e fragmentadas, surge-nos a possibilidade de observar a inscrição aí sempre presente da ideia de redes, fluxos e interações que nos permite a apreensão das continuidades e mutações, trajectórias biográficas, ambiências vivenciais, estratégias de sobrevivência, condições e relações de trabalho (mapa III) que caracterizam a quinta dos Canais, ao mesmo tempo que documentam e ilustram aspectos marcantes da sua história social, em larga medida representativa das quintas durienses.

Podemos ainda compreender como a quinta, enquanto exploração em meio rural, é um microcosmo socioeconómico e cultural de ancoragem de uma pluralidade de tradições e oportunidades (mapa II), tensões e solidariedades, interesses conflitantes e opções polémicas de exploração olival/vinha, e perceber como com os seus processos de *viticultura*, parte activa da agricultura rural local, estreitamente interligados aos processos de *vitivinicultura* típicos de uma exploração comercial multi-escalar (regional-nacional-global) ela se configura enquanto unidade empresarial capitalista.

Mais difícil de apreender do que as simples estruturas de propriedade, conhecidas através de sucessivos cadastros, mas cujos indícios vimos emergir nalguns dos anteriores mapas de memórias e representações sociais (mapa IV), o processo histórico e social desta estrutura de exploração agro-comercial, cujo estudo assim se viabiliza, é essencial ao entendimento da sociedade e economia rural em que se integra, embora como unidade à parte. Permite ainda observar as mudanças sociais que foram ocorrendo no seu interior e na comunidade local, indiciadas nas narrativas das trajectórias individuais e familiares das populações entretecidas nas memórias dos actores sociais entrevistados.

A realidade de exploração rural da quinta marcada pela adaptação às variações do mercado, está ligada a opções proto-industriais da região do Douro, mobilidades sociais e formas de pluri-actividade visível nas modalidades de trabalho e mobilidades sazonais, dimensão que igualmente se pode depreender, do presente estudo empírico e sua análise. Observe-se no entanto que, como se pode, igualmente, deduzir das narrativas dos trabalhadores da quinta, nas relações de trabalho que aí se estabelecem e, designadamente, no recrutamento, o princípio de grandeza é, de forma marcante, o da confiança, próprio de uma lógica doméstica, exercida de forma mediada através do caseiro, do feitor ou de quem permanece fixo ao seu serviço. Este aspecto é tanto mais de realçar quanto ao longo dos últimos anos a Quinta dos Canais tem vivido períodos de transformação tecnológica relevando da lógica industrial em que o princípio de grandeza é o da eficácia que se mantém a par do aprofundamento da lógica mercantil em que, por sua vez, o princípio é o da oportunidade.

Na verdade, algumas outras vertentes essenciais à construção da sócio-história da quinta se não podem porém tratar aqui o que limita a execução e o alcance desta análise preliminar e da investigação que lhe subjaz, que se encontra ainda em curso. Assim, por exemplo, a metodologia adoptada só cobra todo o seu alcance heurístico quando puder ser feita a articulação dos mapas das representações sociais de grande escala como os atrás apresentados, com os de pequena e média escala que possibilitem dar conta, quer das análises ampelográficas (apenas indirecta e localmente referenciadas pelo caseiro actual dos Canais, ao salientar a mais recente plantação dos milheiros e as enxertias de castas novas), quer da observação dos indicadores de controlo de qualidade do produto. Só então se tornará possível tirar outro rendimento do dispositivo analítico adoptado.

Por outro lado, numa abordagem por produtos e mercados, poderá ver-se como a inserção da quinta no mercado abre fileiras que podem induzir desenvolvimento, reconversões e especializações regionais e locais de produtos e culturas tradicionais. Ao

nível dos «produtos», mesmo sendo a especialização quase total, permitirá o estudo de parcerias com empresas, instituições reguladoras da produção e comércio do Vinho do Porto e outras entidades ligadas ao sector vitivinícola do Douro.

Em matéria de modernização técnica, tecnológica e inovações, várias interrogações continuam a carecer de resposta. Quais os dispositivos de modernidade técnica e agrícola do desenvolvimento da quinta? Em que consiste a modernização agrícola agida pela quinta, também recordada nas narrativas (mapa VI), ao nível técnico – mecanização, novos métodos de plantação e preparação de cepas...? Há, para além dos indícios detectáveis em alguns dos mapas traçados outras formas (e quais) de in(ter)comunicabilidade entre a quinta, outras quintas, comunidades rurais envolventes e entidades ligadas ao sector da exportação e de formação? Como se equilibram e equilibraram as lógicas económica, social e cultural próprias desta e de outras quintas durienses?

Ora, se os materiais de memória aqui analisados não permitem responder a estas questões importantes para o estudo sócio-histórico da Quinta dos Canais que, em última instância, nos propomos, podem no entanto ajudar ainda a estabelecer uma relação entre o que é lembrado e/ou esquecido na inteligibilidade do passado histórico.

Trata-se, em suma, de toda uma história social que é preciso continuar a fazer sobre as quintas do Douro, para o que concorre o seu conhecimento social denso que as narrativas e memórias do trabalho permitem apreender.

## CONCLUSÃO

Nesta abordagem destacamos conteúdos do espaço-tempo, registados no mundo material ou vividos, transmitidos e reinterpretados pelos próprios actores sociais, agentes de uma história vivida<sup>31</sup>.

Trabalharam-se elementos constitutivos materiais e simbolicamente de memórias e identidades, em torno da Quinta dos Canais em seu contexto local/regional e conjunturas históricas. Evidenciaram-se os elos de ligação entre memórias, materiais de memória e identidades por referência às condições de vida e de trabalho nesta paradigmática quinta duriense, ao longo do século XX. Mobilizaram-se «metodologias do tempo presente», potenciadoras da dinâmica do conhecimento da memória individual – social e da experiência vivida e discursiva da identidade individual, local, regional e colectiva.

A conjugação pluridisciplinar de métodos possibilitou a reconstrução reflexiva do acontecimento histórico e a «reposição» de elementos indiciários e des(re)construtivos de eventos em sua possibilidade de re-escrita susceptível de conferir inteligibilidades mais vivas do passado.

No tópico da(s) memória(s) e identidade(s), noções de filiação simbólica, não estáticas nem essencialistas, mas efeito de intersecções históricas e relações sociais estratégicas, constantemente (re)negociadas, nos discursos e narrativas de autodefinição que as

---

<sup>31</sup> Esta noção de história vivida (Pomian) encontra-se explicitada para o Douro Vinhateiro em LAGE, Maria Otília Pereira; LAGE, Jorge – *SABER SEVER: Geios de escrita e história (St.º Adrião de Sever, 1950-1960)*. Porto: GEHVID-FLUP, 2005.

produzem, ao dizê-las, ensaiámos aproximações complexas que no âmbito específico da análise histórica e sociológica, nos impuseram precauções para evitar os efeitos enviesados de concepções simplistas.

A análise sócio-histórica feita teve em atenção que o que se incrusta na memória não são os acontecimentos mas a sua representação complexa e ambivalente, do que e da forma como *aconteceu*. A memória e a identidade são representações da realidade resultantes de elaborações subjectivas, mantendo entre si relações próximas mas não se equivalendo nunca. Dessas relações faz parte, por exemplo, a forma como a história é interpretada e apropriada pela memória – produção retroactiva.



**Imagem 1** – Panorâmica da encosta do Douro de localização da Quinta. Fotografia de João Silva.

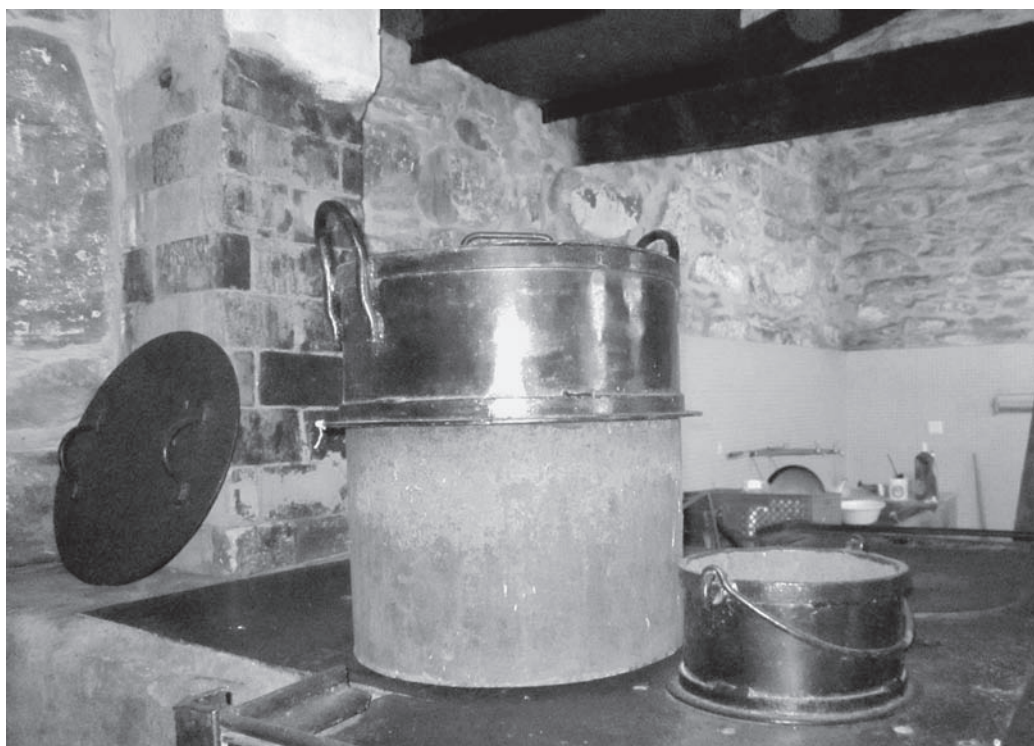


**Imagem 2** – Fachada principal da capela da Quinta. Fotografia de João Silva.



**Imagem 3** – Casa principal da Quinta. Fotografia de João Silva.





**Imagem 4** – Cozinha do pessoal. Panelas antigas. Fotografia de João Silva.



**Imagem 5** – Antiga salgadeira. Fotografia de João Silva.



**Imagem 6** – Cardenho dos homens. Fotografia de João Silva.

## BIBLIOGRAFIA

- CATROGA, Fernando (2001) – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto.
- CLIFFORD, James (1988) – *The Predicament of Culture. Twentieth Century Ethnography, Literature and Art*. Cambridge: Harvard University Press.
- CRUZEIRO, Maria Manuela – «Pela História Oral» *Passado/Presente: a construção da memória no período contemporâneo*. Disponível em <<http://ppresente.wordpress.com/textos/pela-historia-oral/>>. [Consulta realizada em 8 de Abril de 2011].
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (2002) – *Usos e Abusos da História Oral*. Rio Janeiro: FGV.
- GILLIS, John (1994) – *Memory and identity: the history of a relationship*. «Commemorations. The Politics of National Identity». New Jersey: Princeton University Press.
- HALBWACHS, Maurice (1994) – *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Albin Michel.
- LAGE, Maria Otilia Pereira Lage (2011) – *A Quinta dos Canais, na Região Demarcada do Douro*. Comunicação ao I Encontro RuralRePort. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa, 6 e 7 de Maio 2011.
- (2010) – *A Quinta dos Canais, no Douro Património Mundial*. Comunicação ao I Encontro do CITCEM. Guimarães, CITCEM/UM.
- (2009) – *De vinho fino a 'Port Wine'... Representações e identidades conjunturais, na Primeira República*. Comunicação ao XXIX Encontro da APHES - Associação Portuguesa de História Económica e Social. Porto, FLUP.

- (2005) LAGE, Jorge – ‘SABER SEVER’: *Geios de escrita e história (St.º Adrião de Sever, 1950-1960)*. Actas do II Encontro Internacional da História do Vinho e da Vinha. Porto: GEHVID-FLUP.
- (2002) – *Wolfram=Volfrâmio: Terra revolvida, memória revolta. Para uma análise transversal da sociedade portuguesa (1930-1960)*. Guimarães: UM-CIS/NEPS.
- MONTEIRO, Manuel (1911) – *O Douro: principais quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes*. Porto: Emílio Biel & C.ª, E.
- NORA, Pierre (1984) – *Les lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard.
- NUNES, João Arriscado (1993) – *Erving Goffman. A Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana*. «Revista Crítica das Ciências Sociais». 37, p. 22-49.
- (1996) – *Escala, heterogeneidade e representação...* «Revista Crítica das Ciências Sociais». 46, p. 9-46.
- PARKHURST, Shawn (2004) – *Identidade e contextos de identificação regional na zona do Vinho do Porto*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, CES.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (2006) – *Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do pasado*. «Nuevo Mundo Mundos Nuevos». Debates. [On line]. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/1499>>. [Consulta realizada em 8 de Abril de 2011].
- PEREIRA, Gaspar Martins (1989) – *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera*. «Revista da Faculdade de Letras – História», II série, vol. VI. Porto: FLUP, p. 311-353.
- (2002) – *Quintas do Douro – Arquivos e Investigação Histórica*. Régua.
- , coord. (2010) – *História do Douro e do Vinho do Porto: Crise e Reconstrução. O Douro e o Vinho do Porto no século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, vol. IV.
- RICOEUR, Paul (2000) – *La Mémoire, l’Histoire, l’Oubli*. Paris: Éditions du Seuil.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1988) – *Uma cartografia simbólica das representações sociais...* «Revista Crítica das Ciências Sociais». 24, p. 193-172.
- SEEMANN, Jörn (2005) – *Metáforas espaciais na geografia: cartografias, mapas e mapeamentos*. «Anais do X Congresso de Geógrafos da América Latina». Universidade de S. Paulo. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/teoriaemeto/conceptuales/37.pdf>>. [Consulta realizada em 6 de Março de 2011].

# UMA HISTÓRIA DE *DOLIA*

UMA PRIMEIRA ANÁLISE AOS RECIPIENTES CERÂMICOS DE  
ARMAZENAGEM DE VALE DO MOURO (CORISCADA, MEDA)

PEDRO PEREIRA\*

**Resumo:** O *dolium* ou a talha, como é vulgarmente designado nos nossos dias, é muito provavelmente um dos tipos cerâmicos com maior pervivência ao longo da História da cerâmica em Portugal. É também um dos tipos de cerâmica menos estudados no nosso território.

A história da cerâmica romana em Portugal tem-se centrado, essencialmente, nas cerâmicas de luxo e de importação, como as *sigillatae* ou as ânforas, ou em produções locais representativas de uma determinada zona, como as cerâmicas finas cinzentas. Os *dolia* têm representado, frequentemente, um caso a parte. Muitas vezes, os vestígios descobertos não chegam a ser estudados, mesmo quando as escavações arqueológicas revelam uma predominância deste tipo de peças.

O seguinte trabalho insere-se num estudo mais global, que temos vindo a desenvolver, das peças de tipo *dolium* presentes no Vale do Douro e na Beira Interior, em contextos arqueológicos datáveis dos séculos II a IV. Tomámos, aqui, como ponto de partida o trabalho realizado por Tony Silvino e Guillaume Mazza sobre a estrutura de produção de *dolia* em Rumansil (Mós do Douro, Vila Nova de Foz Côa).

Neste artigo, apresentamos os resultados preliminares da análise dos vestígios de *dolia* provenientes da villa de Vale do Mouro (Coriscada, Mêda), escavado entre 2003 e 2010, onde nos foi possível realizar um levantamento e estudo sistemático dessas cerâmicas.

**Palavras-chave:** *Dolium*, villa, Vale do Mouro, vinho.

**Abstract:** The *dolium* or vase, as it is commonly called in our days, is in all probability one of the most prevalent types of pottery in the history of ceramics in Portugal. It is also one of the least studied types at national level.

The history of Roman ceramics in Portugal has essentially focused on high-quality, imported pottery, such as the *sigillatae* or *amphorae*, or on local productions representative of a certain area, such as the fine grey pottery. The *dolia* are usually considered in a class on their own. The remains found are often not studied, even when the archaeological digs yield a significant amount of these objects.

This article results from a more extended study we have been developing, on the *dolium* type pieces of pottery found in the Douro valley and Beira Interior region, in archaeological settings dating from the 2<sup>nd</sup> to the 4<sup>th</sup> centuries. The work of Tony Silvino and Guillaume Mazza on the production structure of the *dolia* in Rumansil (Mós do Douro, Vila Nova de Foz Côa) is here taken as a starting point of analysis.

In this paper, we present the preliminary results of the analysis of *dolia* fragments found at the town of Vale do Mouro, (Coriscada, Mêda), excavated between 2003 and 2010, which enabled the systematic survey and study of this type of pottery.

**Keywords:** *Dolium*, villa, Vale do Mouro, wine.

## INTRODUÇÃO

O *dolium* ou a talha, como é vulgarmente designado nos nossos dias, é muito provavelmente um dos tipos cerâmicos com maior pervivência ao longo da nossa História. É também um dos tipos de cerâmica menos estudados no nosso território.

A história da cerâmica romana em Portugal tem-se centrado, essencialmente, nas cerâmicas de luxo e de importação, como as *sigillatae* ou as ânforas, ou em produções locais representativas de uma determinada zona, como as cerâmicas finas cinzentas. Os

\* Colaborador do CITCEM (FLUP/FCT) e do UMR 5138 *Archeologie et Archeometrie* (UL II/CNRS).

*dolia* têm representado, frequentemente, um caso à parte. Muitas vezes, os vestígios descobertos não chegam a ser estudados, mesmo quando as escavações arqueológicas revelam uma predominância deste tipo de peças.

O seguinte trabalho insere-se num estudo mais global, que temos vindo a desenvolver, das peças de tipo *dolium* presentes no Vale do Douro e na Beira Interior, em contextos arqueológicos datáveis dos séculos II a IV. Tomamos, aqui, como ponto de partida o trabalho realizado por António Sá Coixão, Tony Silvino e Guillaume Mazza sobre a estrutura de produção de *dolia* em Rumansil (Mós do Douro, Vila Nova de Foz Côa)<sup>1</sup> e o capítulo da tese de Inês Vaz Pinto sobre este tipo cerâmico no sítio de São Cucufate (Vidigueira, Beja)<sup>2</sup>.

## O CONTEXTO: A VILLA ROMANA DE VALE DE MOURO

Neste artigo, apresentamos os resultados preliminares da análise dos vestígios de *dolia* provenientes da *villa* de Vale do Mouro (Coriscada, Mêda), onde decorreram escavações entre 2003 e 2010 e onde nos foi possível realizar um levantamento e estudo sistemático dessas cerâmicas.

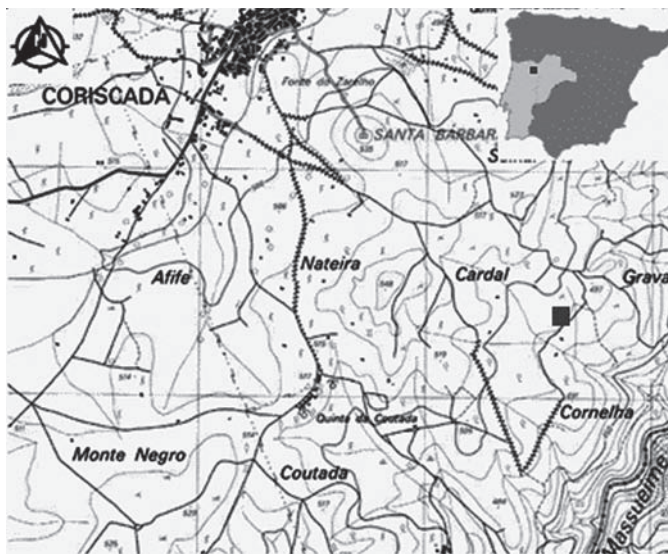


Ilustração 1 – Sítio Vale do Mouro.

O sítio de Vale do Mouro localiza-se no extremo Sudeste do concelho da Meda, na freguesia da Coriscada. Situada a meia encosta de um pequeno vale, a Norte da ribeira de Massueime, esta *villa* foi alvo de uma intervenção arqueológica entre 2002 e 2009. O terreno onde o sítio se encontra implantado está delimitado, a Norte e Oeste, por um muro de propriedade que assenta directamente, ao longo da maior parte do seu traçado, sobre estruturas romanas. O acesso actual ao sítio é feito a

partir do lado Este, embora, durante a ocupação romana, o acesso se fizesse, muito provavelmente, pelo Sul e Norte.

A equipa luso-francesa que escavou o sítio descobriu algo que contrariava as teorias normalmente aceites para a ocupação romana do interior Norte de Portugal: uma *villa* romana, de dimensões consideráveis (cerca de 4 ha de dispersão material à superfície), com produção de, entre outros elementos, vinho, azeite e cereal.

<sup>1</sup> COIXÃO, MAZZA e SILVINO, 2003.

<sup>2</sup> PINTO, 2003.

A estrutura arquitectónica de Vale do Mouro segue o modelo de *villa* de peristilo. A *pars urbana* desenvolve-se em torno de um pátio central, com jardim e um reservatório de água. Este tanque abastecia de água as termas, localizadas a Sul. Envolvendo a *pars urbana* a Norte, Este e Sul, encontra-se a *pars rustica*. Esta zona era onde a maioria das transformações de matérias-primas em produtos decorria. É também aqui que os trabalhadores rurais habitavam e onde quase todas as produções da *villa* eram armazenadas, pelo menos durante a primeira fase de funcionamento do sítio.

Embora não tenha sido possível proceder à escavação de zonas potencialmente interessantes, como a zona directamente a Oeste da *pars urbana* ou a zona Norte do sítio, localizada num terreno pertencente a outro proprietário, a quantidade de dados obtidos nas campanhas realizadas permite-nos desde já estabelecer uma perspectiva clara sobre a cerâmica de armazenamento de tipo *dolium*.

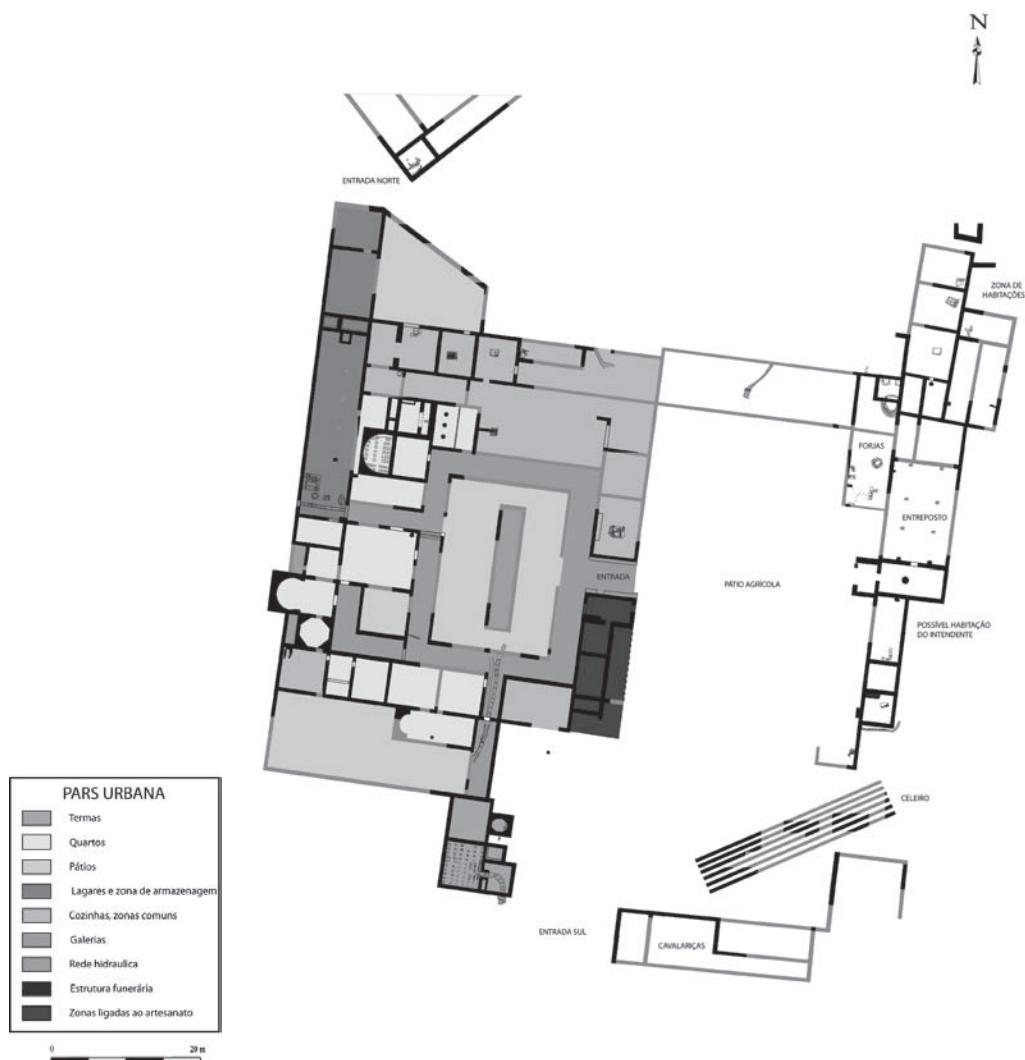


Ilustração 2 – Planta de Vale do Mouro.

A *cella vinaria* de Vale do Mouro, localizada no lado Oeste da *pars urbana*, foi o único local onde se descobriu um *dolium in situ*. Foi também nesta zona que se encontraram vestígios possíveis de armazenamento de vinho em *cupae*.

Durante a escavação do sítio de Vale do Mouro foram inúmeros os elementos da vida quotidiana descobertos na *villa*. A grande maioria dos vestígios descobertos é constituída por fragmentos de cerâmicas de cozinha e armazenamento e, dentro deste último grupo, encontram-se os *dolia*. Embora este tipo de recipiente pudesse ter outras utilizações, como armazenar cereais ou azeite, a grande maioria dos *dolia* seria para guarda de vinho. Esta constatação provém de vários factores, como a análise tipológica e de pastas e a análise dos revestimentos dos *dolia*.

Para além de *dolia*, encontramos em Vale do Mouro outros tipos de recipientes de armazenamentos, como ânforas, tanto de importação<sup>3</sup> como de produção local, de cronologia tardia<sup>4</sup>. Também podemos discernir outros tipos de recipientes, como potes de cozinha, cerâmica doméstica ou mesmo um balde<sup>5</sup>. Todavia, o elemento de armazenamento mais comum e que ocorre mais frequentemente no registo de escavação é o *dolium*, representado na larga maioria das divisões e compartimentos do estabelecimento.

## PARA UMA TIPOLOGIA DOS *DOLLIA* DE VALE DE MOURO

Os fragmentos de *dolia* de Vale do Mouro constituem cerca de 10% do espólio cerâmico estudado, com cerca de 1900 fragmentos descobertos entre 2003 e 2009. A partir destes elementos, podemos discernir seis tipos base de *dolia*, a partir dos bordos e pastas. Embora este tipo de estudo não seja totalmente inovador no contexto da Lusitânia<sup>6</sup>, constitui uma achega para o estudo de um tipo de peça que tem sido, na esmagadora maioria dos sítios, descurada<sup>7</sup>.

A partir dos estudos feitos por Tony Silvino e Guillaume Mazza sobre o forno e *dolia* de Rumansil I, em 2005, e do estudo que temos vindo a realizar do espólio de outras estações arqueológicas na zona, é-nos possível falar de cinco grandes tipos de *dolia*. Embora a definição de *dolia* seja algo ambígua, nos estudos que temos realizado temos feito a distinção entre cerâmicas de armazenamento de líquidos (vinho, azeite, água...) e de elementos sólidos (cereais, carne, peixe...). Devido ao tamanho das peças e ao facto de, na zona do Douro, não se proceder ao enterramento total dos *dolia* durante a sua utilização activa, a descoberta de elementos completos tem, até ao momento, sido extremamente limitada<sup>8</sup>.

<sup>3</sup> Como um fragmento de ânfora de tipo Dressel 5.

<sup>4</sup> Como os dois colos com arranque de bojo descobertos durante a escavação da *cella vinaria*, que se inserem na tipologia Dressel 14b.

<sup>5</sup> O estudo deste objecto encontra-se publicado por RAULT, 2008.

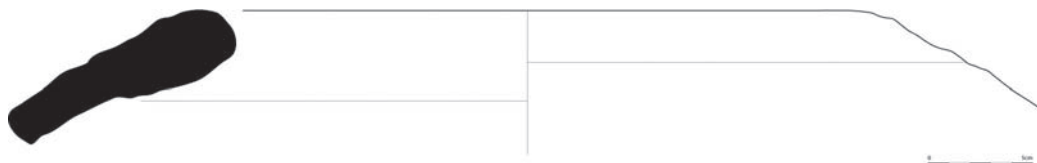
<sup>6</sup> Vide MAZZA, COIXÃO e SILVINO, 2006 ou PEREIRA, 2010.

<sup>7</sup> O estudo dos *dolia* lusitanos tem-se cingido a pequenos estudos locais, na sua maioria no âmbito de trabalhos universitários, embora alguns investigadores tenham levado esses mesmos estudos a níveis de rigor mais elevados, como podemos ver pelo interessante trabalho de Inês Vaz Pinto sobre as cerâmicas comuns de São Cucufate (PINTO, 2003).

<sup>8</sup> Casos raros destas descobertas são testemunhados pela peça presente na exposição permanente do Museu da Casa Grande, Freixo de Numão, procedente de Rumansil I, ou peça encontrada, mais recentemente, em Vale do Mouro, Coriscada, na zona da *cella olearia*.

Assim, adoptámos o modelo utilizado no estudo ceramológico de Rumansil I: a análise das pastas, mas, mais intrinsecamente, a análise dos bordos, estabelecendo macro-tipologias a partir destes dados. No caso de Vale do Mouro, a nossa análise centra-se nos *dolia* utilizados, ou cujo objectivo seria serem utilizados, para conter líquidos. Além disso, as peças a que nos referimos aqui foram todas aquelas em que foi possível observar a presença de pez no seu interior. A relevância deste dado é o facto de o pez ser apenas utilizado para revestir recipientes vinários<sup>9</sup>. Para revestir *dolia* de armazenamento de azeite, seria utilizado um revestimento em argamassa de cal.

Os vários tipos presentes em Vale do Mouro podem ser directamente co-relacionados com os tipos presentes em Rumansil I, uma vez que as tipologias são mais ou menos constantes. Encontramos também paralelos de quase todos os tipos no Alto da Fonte do Milho e no Zimbro. Alguns paralelos estão também presentes nos *dolia* descobertos em Tongóbriga e mesmo em outras zonas da Lusitânia, como é o caso de São Cucufate<sup>10</sup>. Assim, a tipologia estabelecida para os *dolia* de Vale do Mouro obedece à numeração estabelecida para Rumansil I (tipos R2 I, II, III e IV) e o quinto tipo para o tipo V do Alto da Fonte do Milho. O sexto tipo de *dolium* foi apenas descoberto em Vale do Mouro, num contexto singular, que descreveremos mais tarde.



**Ilustração 3** – Tipo I.

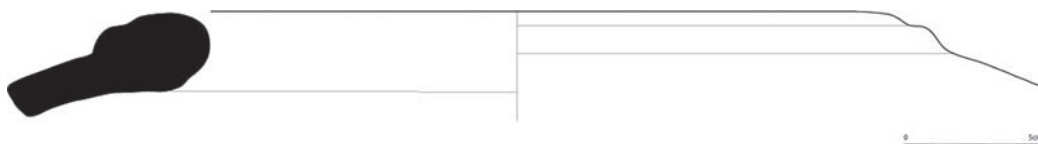
O tipo I possui uma pasta heterogénea, com uma grande quantidade de inclusões de desengordurantes (mica, feldspato e quartzo), além de uma grande quantidade de fragmentos de cerâmica moída, visível na pasta<sup>11</sup>. A coloração da pasta varia entre o laranja destoadado, 2.5YR3/8, e uma graduação cinzenta, 7.5YR3/2 (escala de Munsell). Em termos de forma, os bordos desta tipologia caracterizam-se por serem rectilíneos, sem que exista uma grande transição em relação à pança. A poucos centímetros da sua extremidade superior, denota-se um ressaltar da pasta, demonstrando o bordo, e podemos observar a base de apoio a uma cobertura. Os diâmetros de bordo destas peças variam entre os 30 e 34 cm.

<sup>9</sup> Como, aliás, ainda hoje se faz nas zonas em que as talhas, descendentes directos dos *dolia*, são utilizadas no armazenamento de vinho.

<sup>10</sup> PINTO, 2002.

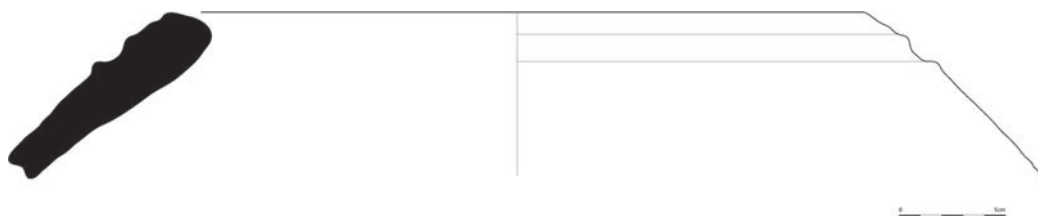
<sup>11</sup> Este tipo encontra paralelos com o tipo XIII-A-1 dos *dolia* de São Cucufate. Também foram encontrados paralelos deste tipo noutras estações do Sul de Portugal, como no caso dos fornos de Arapouca, em Alcácer do Sal.





**Ilustração 4** – Tipo II.

O tipo II<sup>12</sup> demonstra uma maior inclinação do bordo em relação ao interior das peças. O bordo possui uma canelura dupla, sendo que existe uma distinção óbvia entre a pança e o bordo. O lábio é praticamente paralelo ao plano de cobertura e o diâmetro tem uma média de 25 cm. Em termos de cor, estas peças caracterizam-se por serem de uma coloração beije, 2.5Y7/6 (escala de Munsell).



**Ilustração 5** – Tipo III.

O tipo III possui uma enorme verticalidade relativamente aos outros tipos. Denota-se uma canelura, bem demarcada, a uma distância de 5 a 7 centímetros do limite do bordo. O diâmetro de abertura varia entre os 34 e 36 cm. A nível da pasta, estas peças distinguem-se por possuírem uma cor que varia entre o laranja, 2.5YR4/10, e um avermelhado destoado, 10R2/8 (escala de Munsell).

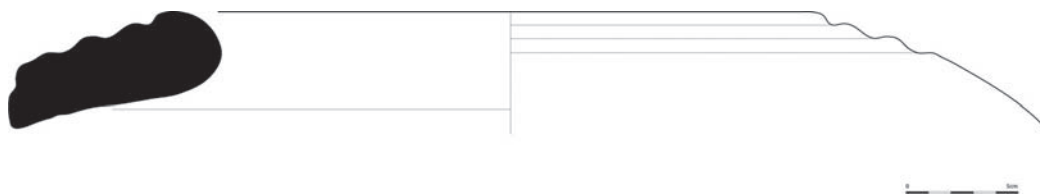


**Ilustração 6** – Tipo IV.

O tipo IV<sup>13</sup> consiste em peças com bordo totalmente liso, com uma garganta residual interior. O diâmetro destas peças varia entre os 28 e 32 cm. Relativamente à coloração da pasta, varia entre um amarelo pálido, 5Y8/6, e o beije, 2.5Y7/6 (escala de Munsell).

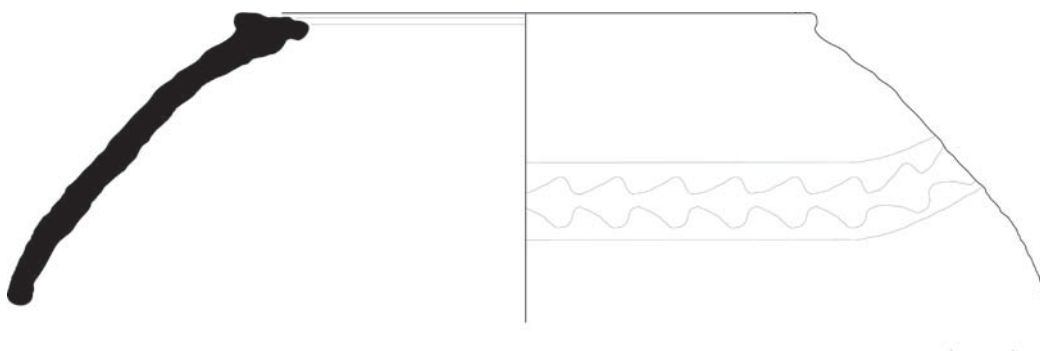
<sup>12</sup> Esta tipologia encontra igualmente paralelo com os tipos presentes em São Cucufate, inserindo-se no grupo XIII-A-1-a. Embora os elementos que se encontram no sítio da Vidigueira tenham também presentes pequenas asas verticais, nos *dolia* presentes em Vale do Mouro não nos foi possível detectar este elemento. Todavia, ele existe em outras estações próximas, como no Alto da Fonte do Milho, Canelas.

<sup>13</sup> Tipo semelhante à forma XIII – A – 1 – b de São Cucufate.



**Ilustração 7** – Tipo V.

O tipo V define-se como uma variedade de peças com três caneluras exteriores, consecutivas, sendo o remate do bordo constituído pelas mesmas características formais do tipo I de RII (ressaltar da pasta, demonstrando o bordo, com uma saliência para suporte de cobertura). O diâmetro desta tipologia varia entre os 26 e 28 cm. A nível da coloração, varia entre um amarelo destoado, 4/5 Hue10YR, e um laranja pálido, 6/5 Hue5YR (escala de Munsell).



**Ilustração 8** – Tipo VI.

O tipo VI estabelece-se como o único tipo que não é pré-existente nos *dolia* descobertos na Lusitânia. A peça foi descoberta numa divisão interior do pátio de peristilo da *pars urbana* da *villa*. Este espaço, com um solo revestido a *opus signinum* e com três aberturas centrais, formando uma linha equidistante, aparenta ter funcionado como uma zona de prova ou *degustatio*. Os fragmentos da peça foram descobertos concentrados a Sul deste espaço. A partir do desenho, podemos observar que nos deparamos com uma peça diferente dos restantes tipos, embora com paralelos, por exemplo, com o tipo II de R2. Com um diâmetro de cerca de 32 cm e com um perfil próximo do tipo III, o tipo VI difere por possuir uma menor horizontalidade do que o tipo III. Também é possível observar uma depressão no interior da peça, para que fosse possível colocar uma tampa. A única peça conhecida desta tipologia possui uma pasta heterogénea com uma cozedura redutora, de tom ocre (5YR1/4 na escala de Munsell). Possui também uma decoração em banda.

Os recipientes de tipo *dolia* encontram-se dispersos um pouco por toda a área de ocupação. Todavia, existem zonas onde a pervivência de grandes concentrações de *dolia*, sobretudo na terceira camada estratigráfica geral, ou seja, sob a camada dois,

correspondente à última fase de destruição. Também se denota uma grande concentração de fragmentos de *dolia* na *pars urbana*.

Na última fase de ocupação da *villa*, entre os séculos III e IV d.C., a ocupação humana aparenta conter-se na zona Nordeste do sítio, sendo a *pars urbana* quase totalmente abandonada. Todavia, a nível estrutural, os edifícios são mantidos, embora tal cuidado não seja a nível do equipamento geral, apenas nas zonas de trabalho e transformação.

Uma das teorias avançadas seria que o proprietário da *villa* desse período, que já não habitaria aí, utilizaria o sítio apenas como uma estrutura de produção<sup>14</sup>. Assim, a transformação de matérias-primas seria o único propósito da *villa*, deixando cair em desuso as estruturas de maior luxo da *pars urbana*.

## NOTA FINAL

O *dolium* enquanto recipiente de eleição, tanto para o armazenamento como para o transporte, tem sido constantemente descuidado em território lusitano. O facto de a sua presença ter sido muitas vezes interpretada como apenas mais cerâmica comum, muitas vezes contabilizada, mas raramente estudada, faz com que seja necessária a sua categorização e estudo.

Na nossa perspectiva, os recipientes de tipo *dolium*, embora não tenham substituído total e irreversivelmente as ânforas no processo económico e sem querer descuidar esta forma cerâmica, a partir do século II d. C., verifica-se uma clara decadência deste último tipo, principalmente em zonas afastadas da orla marítima, como é o caso de Vale do Mouro.

Consideramos, por isso, que os dados relativos a este tipo de recipiente são essenciais para compreender não só como é que a lógica produtiva romana funcionaria no interior da Lusitânia como para entender como é que se procederia ao comércio de vinho e azeite no interior Norte desta província, onde as ânforas descobertas, de fabrico local ou importadas, são escassas.

## BIBLIOGRAFIA

- BELTRÁN LLORIS, M. (1994) – *Guia de cerâmicas romanas*. Zaragoza: Pórtico.
- COIXÃO, A. N. S.; MAZZA, G.; SILVINO, T. (2003) – *Os fornos de cerâmica de Rumansil I – Murça do Douro (Vila Nova de Foz Côa) – estudo preliminar*. «Côavisão», n.º 5. Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO, A. N. S.; SILVINO, T. (2006) – *O sítio arqueológico de Rumansil I*. «Côavisão», n.º 8. Vila Nova de Foz Côa.
- (2009) – *Coriscada, une grande villa romaine du Portugal*. «Archéologia», n.º 464. Lyon.
- PEREIRA, Pedro (2010) – *Materiais esquecidos – o espólio cerâmico de armazenamento (dolia) do Alto da Fonte do Milho, Peso da Régua*. «Al-madan», 2ª série, n.º 17. Almada (no prelo).
- RAULT, V. (2009) – *Etude de l'instrumentum du site de Vale do Mouro (Coriscada), Portugal*. Memoire de Master I dans l'Université Lyon II, sous la direction de M. Poux.
- PINTO, I. Vaz (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.

<sup>14</sup> Proposta apresentada por Pierre André e Elsa Dias (ANDRÉ e DIAS, 2011).

# FRAGMENTOS DE VIDRO, FRAGMENTOS DA MEMÓRIA

## APROXIMAÇÃO À ACTIVIDADE VIDREIRA EM BRACARA AUGUSTA

MÁRIO DA CRUZ\*

**Resumo:** Com o avançar da investigação arqueológica torna-se finalmente possível apresentar uma primeira visão panorâmica da actividade vidreira em Braga nos primeiros seis séculos da nossa era, não só em termos de impacto da produção e comercialização de objectos de vidro na economia local como também em termos de relações socioeconómicas que essa actividade veio gerar. Sabemos agora que a produção secundária de vidro, feita em pequenas oficinas a partir de vidro bruto importado ou de vidro reciclado, estava mais difundida e vulgarizada do que se supunha, disputando espaço e estatuto com as olarias, ferrarias e demais actividades artesanais. Bracara Augusta, com as suas três oficinas de vidreiro até agora identificadas, é mais um exemplo paradigmático da redescoberta do vidro e da sua importância na economia e no quotidiano das populações romanas.

**Palavras-chave:** Bracara Augusta; vidro romano; produção local; arqueologia urbana.

**Abstract:** With the progress of the archaeological research we are conducting, it is finally possible to present a first overview of Braga's glassmaking activity in the first six centuries of our era, not only in terms of the impact of glassware production and marketing on the local economy but also regarding the socioeconomic relations generated by this activity. We now know that secondary glass production, made in small workshops from imported raw glass or cullet, was more pervasive and widespread than previously thought, competing for space and status with potteries, blacksmiths and other handicrafts. Bracara Augusta, with its three glass workshops identified so far, is another perfect example of the rediscovery of glass and its importance in the economy and daily life of the Roman people.

**Keywords:** Bracara Augusta; Roman glass; local production; urban archaeology.

## O QUADRO GERAL DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE VIDRO NO MUNDO ROMANO

A primeira década do século XXI conheceu uma autêntica revolução ao nível dos pressupostos teóricos em que a investigação arqueológica, relacionada com o vidro romano, se movia. Se até aqui dominava a visão do ciclo produtivo integrado, representado pelas oficinas medievais e pela indústria vidreira moderna, a partir de agora teremos de olhar para a produção de vidro romano como um ciclo produtivo com duas etapas perfeitamente separadas. Uma primeira etapa designada por produção primária, em que as matérias-primas (essencialmente areia e natrão) dão origem a vidro bruto, e uma segunda etapa, designada por produção secundária, em que esse mesmo vidro bruto é fundido e dá origem a copos, taças, garrafas e outros objectos de vidro. Esta distinção

---

\* Mário da Cruz é natural de Coimbra onde se licenciou em História, variante de Arqueologia, no ano de 1994. De 1997 a 2001 exerceu a actividade de arqueólogo na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Em 2001 obtém o grau de mestre em arqueologia pela UM com a tese «Vidros romanos de Bracara Augusta». Em 2009 conclui o doutoramento em arqueologia com a tese «O vidro romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta». É actualmente bolseiro de pós-doutoramento da FCT; investigador VICARTE, unidade de I&D com sede na Universidade Nova de Lisboa e colaborador CITCEM.

entre produção primária e secundária, parecendo um pormenor de somenos, teve enormes implicações ao nível da democratização e vulgarização do vidro no mundo romano, só comparável à revolução tecnológica que representou a descoberta do vidro soprado em meados do século I a.C. (ISRAEL, 1991). Se a produção primária de vidro necessita de conhecimentos tecnológicos especializados, instalações próprias e matérias-primas que praticamente só se encontram no Mediterrâneo Oriental; a produção secundária, pelo contrário, possui poucos constrangimentos à sua difusão e implantação (FOY, 2003a). De facto, o carácter ligeiro das oficinas de produção secundária e a simplicidade da tecnologia envolvida levou à sua expansão por todo o Império Romano, onde quer que o comércio de vidro bruto conseguisse chegar e onde existisse mercado para os objectos de vidro. Poderemos mesmo dizer que a «indústria» vidreira nasceu e cresceu com o Império. Esta nova visão de uma oficina de produção secundária romana tem mais semelhanças com as actuais oficinas de vidreiro artesanais (*Hot shop* em inglês), ou mesmo com as antigas ferrarias e ourivesarias, do que com a moderna indústria vidreira.

Ao nível da investigação arqueológica, as implicações são igualmente importantes. Uma coisa é contarmos com a probabilidade de vir a encontrar meia dúzia de produções vidreiras, oriundas de outros tantos centros produtores bem identificados (à imagem do que acontece com a cerâmica fina), outra coisa, bem diferente, é admitir que todas as principais cidades romanas possuam uma ou mais oficinas de vidreiro. No século IV, a produção secundária de vidro chegou mesmo a instalar-se em meio rural e em aglomerados urbanos secundários, como foi o caso de Tui e Vigo (CRUZ, 2009b: vol. I, 244-251). Ainda que na realidade possamos continuar a identificar formas «internacionais», comuns a todo o Império, a variabilidade e originalidade regional é tal que torna a identificação de produções e a tipificação de formas numa tarefa ingrata e avassaladora. Se a isto juntarmos o facto de a produção local não ter eliminado por completo a importação, ficamos com um quadro bastante complexo. Já para não falar do papel da reciclagem que ora faz «desaparecer» o vidro dos sítios arqueológicos ora mistura vidro de diferentes origens numa mesma oficina.

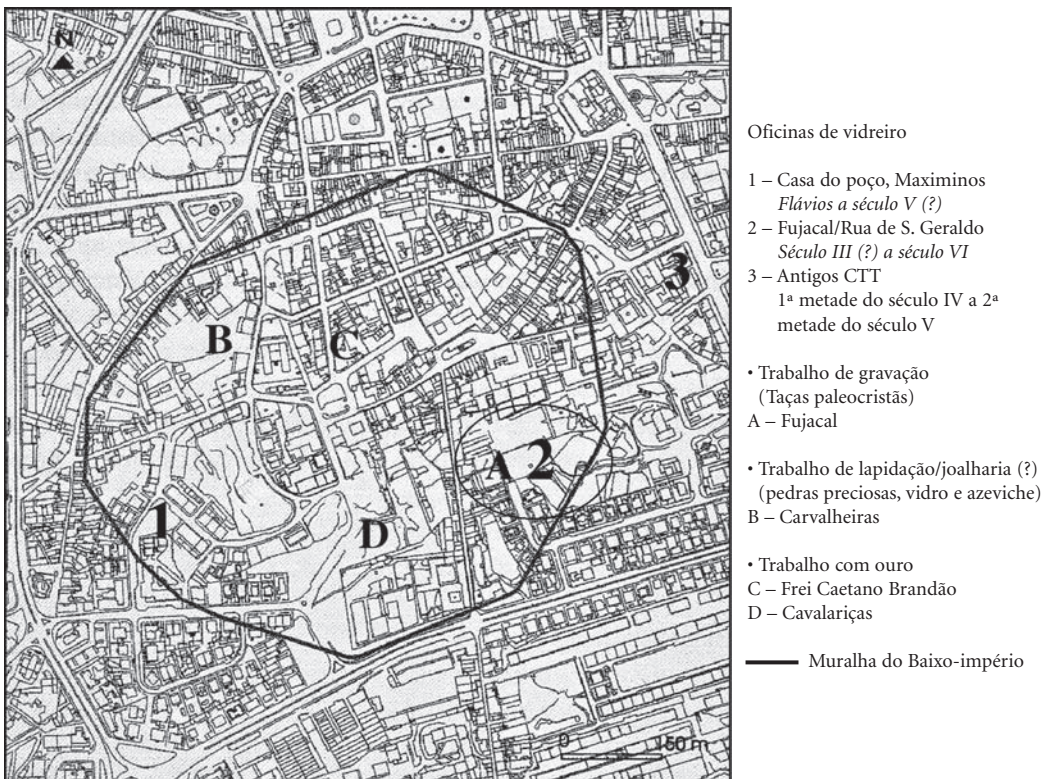
Esta revolução na maneira como olhamos para a actividade vidreira romana foi basicamente liderada pela arqueologia subaquática, com a descoberta de navios naufragados carregados de vidro bruto<sup>1</sup>, e pela arqueometria, com a constatação de que a esmagadora maioria do vidro romano encontrado no Ocidente pertencia a apenas quatro grandes grupos de composição química, todos eles com origem no Mediterrâneo Oriental (PICON & VICHY, 2003). A arqueologia clássica tem dado o seu contributo com a escavação e «reescavação» de inúmeros locais de produção secundária, um pouco por todo o Império Romano<sup>2</sup>, mas também com a escavação de alguns locais de produção primária, em Israel e no Egipto (FOY & NENNA, 2001: 35-39), o que vem comprovar a existência de uma indústria especializada virada para a produção de vidro bruto em larga escala.

<sup>1</sup> Veja-se por exemplo o naufrágio ao largo da ilha de Embiez, no sul de França (FOY & JÉZÉGOU, 2003).

<sup>2</sup> Para França ver sobretudo a obra de Danièle Foy e Marie-Dominique Nenna (FOY & NENNA, 2001: 40-46), para Inglaterra a obra de Jennifer Price (PRICE, 2005 e 2006).

## O QUE SABEMOS DA ACTIVIDADE VIDREIRA EM BRACARA AUGUSTA. OS FRAGMENTOS DA MEMÓRIA

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, a pressão urbanística levou a que se efectuassem os primeiros salvamentos arqueológicos em Braga, nem sempre sob as melhores condições de registo e salvaguarda dos vestígios encontrados. Logo numa das primeiras intervenções foram detectados indícios de produção de vidro, no que viria a ser conhecido como o sítio da «casa do poço», na freguesia de Maximinos (SOUSA & OLIVEIRA, 1982). Infelizmente as estruturas da provável oficina e forno de vidreiro não chegaram até aos nossos dias<sup>3</sup>. O que restou, porém, é mais que suficiente para podermos assinalar a existência de uma oficina de vidreiro no quadrante sudoeste da cidade (fig. 1, n.º 1), não muito distante da porta oeste que ligava *Bracara Augusta* ao litoral, através da via XX. Entre outros indícios figuram restos de fabrico, vidro bruto e peças deformadas. A avaliar pela cronologia dos materiais encontrados, nomeadamente vidros e cerâmica bracarense, deveremos estar perante a oficina de vidreiro mais antiga da cidade, construída provavelmente durante a segunda metade do século I d.C.



**Figura 1** – Oficinas de vidroiro de *Bracara Augusta* e actividades relacionadas.

<sup>3</sup> Apesar de não ter sido possível encontrar os respectivos cadernos de campo, Rigaud de Sousa, o arqueólogo responsável pelas escavações à altura, garante ter sido encontrado um forno de vidroiro, uma estrutura circular com tijolos com vidro verde azulado agarrado.

Nas décadas de 80 e 90, a continuação da pressão urbanística fez estender as intervenções arqueológicas ao quadrante sudeste da cidade romana, correspondendo aos terrenos da antiga quinta do Fujacal (fig. 1, n.º 2). Aqui foram sendo trazidos à luz do dia diversos indícios de produção local. Até ao momento não foi possível identificar com precisão as estruturas da oficina, tendo em conta que os referidos indícios surgem em níveis de entulho não directamente associados a estruturas. No entanto, atendendo à dispersão dos indícios de produção e à grande diversidade de formas e cronologias encontradas é provável que estejamos perante mais que uma oficina (CRUZ, 2009a: 24), talvez mesmo um bairro de vidrarias, parcialmente desafectado com a construção da muralha tardia nos finais do século III. Assim o parece indicar o facto de terem surgido núcleos de restos de produção em sítios tão distantes como o n.º 27-31 da Rua de São Geraldo e junto ao troço da muralha tardia que cruza os terrenos do Fujacal. Pouco se poderá dizer quanto ao período de funcionamento desta oficina, no entanto sabemos que seguramente já existiria no século III e que se manteve em actividade na segunda metade do século VI, ou que uma nova foi entretanto construída, a avaliar pelas formas bastante tardias aí encontradas.

Já no ano de 2008 surgiu finalmente aquele que é até agora o exemplo mais bem preservado de uma oficina de vidreiro em solo bracarense (fig. 2, n.º 3): a oficina do quarteirão dos antigos CTT<sup>4</sup>. Embora o estudo não esteja ainda concluído, é possível adiantar que esta oficina de vidreiro terá sido construída durante a primeira metade do século IV, remodelada em finais do século IV/inícios do V e desmantelada na segunda metade do século V.

Ao contrário das duas oficinas anteriores, a oficina de vidreiro dos CTT foi instalada num espaço extramuros, sobre uma parte da necrópole alto-imperial da via XVII, entretanto desafectada. Esta prática de instalar as actividades artesanais em áreas extramuros, junto às principais portas ou vias de acesso às cidades, passou a ser recorrente no século IV, em parte devido a pressão exercida pelo crescimento e adensamento das áreas residenciais intramuros. O risco de incêndio, inerente a todas as actividades ligadas ao fogo, poderá ser outro dos motivos a explicar a instalação da oficina dos CTT fora da cidade. O facto de a oficina ter sido construída nesta data e com esta localização, revela, uma vez mais, a pujança económica e urbanística de *Bracara Augusta* tardo-romana.

## AS PRODUÇÕES. TRÊS EXEMPLOS EMBLEMÁTICOS

Se a produção secundária de vidro em *Bracara Augusta* é um dado objectivo irrefutável, já a identificação e caracterização das suas produções é um processo difícil e complexo que dá agora os primeiros passos. Difícil, em primeiro lugar, porque os estudos arqueométricos, baseados nas análises químicas, são ainda de pouca ajuda no que toca a identificar

<sup>4</sup> Numa anterior publicação dedicada ao vidro antigo em Portugal (CRUZ 2009a: 25), é apresentado um forno como sendo «Alto-imperial», cronologia proposta durante a frase inicial da escavação que estudos cerâmicos posteriores vieram infirmar. Trata-se, na realidade, de um forno construído na primeira metade do século IV.

produções locais<sup>5</sup>. Relembremos que a esmagadora maioria dos vidros usados no Ocidente do Império Romano pertencem a apenas quatro grandes grupos de composição química e é sobretudo isso que as análises químicas permitem por enquanto determinar. Difícil, em segundo lugar, porque, à imagem da cerâmica fina, a circulação de artesãos e de modelos torna quase inextricável o que é importado e original do que é cópia ou inspiração local. Difícil, em terceiro lugar, porque a prática da reciclagem introduz mais um elemento de perturbação ao misturar, numa mesma oficina, produções de oficinas distintas.

Ficamos deste modo quase que unicamente limitados aos estudos estatísticos e estilísticos. O predomínio de uma determinada forma ou estilo decorativo entre o conjunto do espólio vítreo de uma oficina leva-nos a supor que essa mesma forma ou estilo decorativo seja fabricado nessa mesma oficina. Do mesmo modo que o predomínio de uma determinada forma ou estilo decorativo numa determinada cidade ou região nos leva a supor que essa forma ou estilo decorativo provenha de um centro produtor próximo. As peças rejeitadas e os exemplares de refugo, encontrados em contextos de produção local, poderão ser um bom indicador de produções locais, embora sejam normalmente de difícil identificação e em quantidade muito reduzida.

Em *Bracara Augusta* foi possível desde já identificar e caracterizar três produções vidreiras que poderemos afirmar com segurança serem locais, o que não quer dizer que não existam outros centros produtores com produções iguais ou idênticas. São estas: as taças paleocristãs, as taças campanuladas e os objectos de adorno em vidro negro (fig. 2).



**Figura 2** – Três produções emblemáticas de *Bracara Augusta*. Alguns exemplos (taças à escala 1/3, jóias à escala 1/2).

As taças paleocristãs são taças arqueadas de bordo em aresta viva, tipo Isings 116, bastante comuns nos séculos IV e V. Dada a instabilidade destas taças (não são mais que uma simples calote hemisférica), é de supor que se trate de lâmpadas ou lamparinas para suspensão e não de verdadeiras taças para o serviço de mesa. De qualquer forma, o que

<sup>5</sup> Ver, a propósito, o capítulo 2.1 da tese de doutoramento «O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de *Bracara Augusta*» (CRUZ, 2009b: vol. I, p. 37).



melhor define a produção bracarense é a sua decoração, que junta a técnica da gravação com a da abrasão (CRUZ, no prelo). Os motivos decorativos distribuem-se em três bandas, sendo que a banda junto ao bordo é a mais simples e esquemática, constituída por ziguezagues ou volutas; a banda intermédia é a mais elaborada, constituída por motivos vegetalistas ou cenas figurativas, e a base, sendo o centro da peça, é normalmente ocupada pelos símbolos cristãos, como a cruz ou o crísmo. Dada a sua raridade e uniformidade estilística, podemos afirmar estar perante a obra de um mesmo artista ou artífice gravador, que terá exercido a sua actividade numa oficina do Fujacal em meados do século IV (fig. 1. A). É possível que este artífice pertencesse à própria oficina de vidreiro do Fujacal porque uma boa parte dos fragmentos encontrados estavam misturados com o seu casco de vidro. No entanto, a especificidade da actividade de gravador/lapidador e a perícia necessária para trabalhar com uma roda de esmeril levam a pensar que poderia não ser o mesmo artífice que soprava vidro.

As taças campanuladas são simultaneamente as formas tardias mais abundantes em *Bracara Augusta* e as que apresentam maior variabilidade de formas e estilos decorativos (CRUZ, 2009a: vol. II, 159). As quatro principais variantes formais, correspondendo a quatro tamanhos e provavelmente a quatro usos distintos, desdobram-se em inúmeras variantes decorativas, predominando os fios aplicados e as caneluras dilatadas. São taças com características bastante distintas e, por isso mesmo, de fácil identificação, até a partir de pequenos fragmentos. Destaca-se o bordo engrossado ao fogo e ligeiramente esvasado, em «cabeça de fósforo», o perfil em forma de sino ou campânula invertida, que lhe dá o nome, e a base reentrante com marca de pontel. Se as variantes amplas e baixas se inscrevem facilmente nas produções dos séculos V e VI, comuns a todo o Império Romano, a variante funda é uma originalidade local que não possui paralelos exactos fora do ambiente do Noroeste Peninsular.

Quanto aos adornos de vidro negro, a confirmação da sua produção local é feita desde logo pela existência de inúmeros indícios de produção, como sejam: vidro bruto negro opaco, pequenos cadinhos tronco-cónicos com restos de vidro negro agarrado, jóias deformadas ou com defeito e restos de fabrico como cordões, pingos etc. Esta produção situa-se entre a segunda metade do século IV e o século V e é constituída maioritariamente por braceletes. Entre os objectos mais curiosos e raros figuram os anéis, com ou sem mesa, as contas quadrangulares de dois furos, os pendentos/amuletos, as contas de colar e as falsas gemas.

## A ACTIVIDADE VIDREIRA COMO REFLEXO DO PALPITAR ECONÓMICO E SOCIAL DA CIDADE

Com o avanço da investigação arqueológica, *Bracara Augusta* impõe-se definitivamente como um importante centro vidreiro do Noroeste Peninsular, senão mesmo o mais importante, pelo menos no que toca aos séculos IV e V, o período áureo da sua produção vidreira. Este estatuto de capital vidreira tardo-antiga está em consonância com o seu estatuto político-administrativo. Primeiro, como capital provincial da *Gallaecia*,

confirmada pelo imperador Diocleciano nos finais do século III, e depois como capital do reino suevo durante o século V e grande parte do VI.

Até ao momento, foram detectados indícios de produção vidreira em 9 escavações urbanas, correspondendo a pelo menos 3 oficinas de vidreiro, sendo que os restos de produção de Maximinos e dos CTT se restringem às respectivas escavações enquanto os do Fujacal se repartem por 7 escavações, por vezes muito afastadas entre si<sup>6</sup>.

Podem parecer surpreendente a existência de três oficinas de vidreiro a laborar em simultâneo, sobretudo para quem ainda pensa neste canto da Península Ibérica como uma «finisterra» atlântica, mas a verdade é que este não é um caso isolado entre as grandes cidades antigas do Ocidente, nem mesmo o mais impressionante. Na Londres romana foram até agora detectados 12 locais com indícios de produção de vidro, correspondendo a, pelo menos, 5 oficinas de vidreiro (SHEPHERD & HEYWORTH, 1991: 14), sendo que a mais antiga é datada do terceiro quartel do século I d.C. e a mais recente não ultrapassa o século III. A avaliar pela sobreposição de datas é de supor que Londres terá tido entre duas a três oficinas de vidreiro a laborar em simultâneo. Em França, em 2003, tinham já sido assinaladas 75 oficinas de produção secundária, sendo que Lyon e Marselha possuíam mais de 4 oficinas cada (FOY, 2003b: 36). Em Roma, chegou mesmo a existir um *vicus vetrarius*, um bairro de vidreiros, junto à Porta Capena (STERN, 2004: 38). Mais perto de Braga temos o exemplo de Mérida com 3 oficinas detectadas, uma de cronologia indeterminada e duas do século IV (CALDERA DE CASTRO, 1983: 69). Curiosamente, a oficina n.º 2 foi construída sobre uma necrópole do século II, um pouco à imagem da oficina bracarense dos CTT.

Para determinar com precisão o impacto socioeconómico da actividade vidreira em *Bracara Augusta* necessitaríamos, em primeiro lugar, de quantificar essa mesma actividade, ao nível das dimensões médias das oficinas, do investimento necessário à sua instalação e laboração, do número de trabalhadores envolvidos, etc. Tarefa quase impossível de realizar, nesta fase da investigação, dada a escassez de estudos sobre a matéria. Marianne Stern (STERN, 2004: 48) tenta uma aproximação à produção média de um vidreiro romano por comparação com a produção média de um vidreiro actual, laborando em moldes artesanais «primitivos». No exemplo usado, um vidreiro de Herat, no Afeganistão, conclui-se que esse vidreiro produz uma média de 100 objectos de vidro por dia. Considerando que o forno só pode funcionar em dias alternados, dada a necessidade de arrefecimento das fornadas, e que o calendário laboral romano é de 220 dias, chegamos a um total de 110 dias úteis para sopragem de vidro, o que perfaz 11 000 objectos de vidro por ano. Continuando com o raciocínio, aplicado agora ao caso bracarense, a produção anual das 3 oficinas rondaria os 33 000 objectos de vidro, o que daria 3 300 000 no decurso de um século. Apesar da grandiosidade destes números, tudo aponta para que as oficinas de vidreiro da Antiguidade fossem relativamente modestas,

<sup>6</sup> São elas as diversas intervenções nos terrenos da Quinta do Fujacal (BRA93-00FUJ); Quinta do Fujacal/ Garchy (BRA78AeC); Quinta do Fujacal/Rua 25 de Abril (BRA82-83/25AB); Rua de S. Geraldo/Misericórdia A (BRA99MIS); Rua de São Geraldo/Misericórdia B (BRA01MIS-B); Colégio da Sagrada Família (BRA96CSF) e Rua de São Geraldo n.º 27-31 (BRA00SG).

condicionadas como estavam pela reduzida capacidade de fusão dos seus fornos. Estamos a falar, na maioria dos casos, de oficinas artesanais de carácter familiar, envolvendo um a dois mestres vidreiros com os respectivos aprendizes e ajudantes.

Perante uma tão esmagadora produção de objectos de vidro, maioritariamente recipientes de uso corrente, impõem-se duas perguntas: quem comprava tanto vidro e porque não encontramos mais fragmentos de vidro nos sítios arqueológicos de habitat? As respostas a estas questões encontram-se, logo à partida, condicionadas pela prática generalizada da reciclagem e pela distorção da realidade arqueológica que ela introduz: não encontramos mais fragmentos de vidro nas escavações pela mesma razão por que não encontramos mais objectos de metal, porque tanto uns como outros não eram jogados fora quando se rompiam ou partiam mas sim reparados ou guardados para venda ou troca. A reciclagem condiciona igualmente a resposta à primeira pergunta. Só em sítios como Pompeia ou Herculano, em que o quotidiano dos habitantes ficou plasmado no tempo, é que os estudos comparativos são inteiramente fiáveis. Esse estudo existe para algumas casas de Herculano, sepultadas que foram pelas cinzas do Vesúvio em 79 d.C. (CAROLIS, 2004: 71-79). Verificou-se nestes casos que os recipientes de vidro são dos mais abundantes (exceptuando a cerâmica comum), chegando a ser duas a três vezes mais numerosos que as cerâmicas finas. Uma prova extra da sua popularidade e acessibilidade está no facto surpreendente de os recipientes de vidro serem mais abundantes nas casas mais pobres do que nas casas ricas. O vidro só perde para os recipientes de metal (como o bronze e a prata) nas casas mais ricas.

Relativamente aos investimentos e lucros obtidos com a actividade vidreira, é possível recorrer às fontes clássicas, nomeadamente ao Édito de Diocleciano, datado do ano de 301, que fixa os preços máximos para o vidro (STERN, 2004: 50), tanto na forma de vidro bruto como na forma de «vasos» de vidro ou ainda de painéis de vidraça. O édito distingue entre vidro «alexandrino» (o vidro incolor mais apreciado e valorizado) e o vidro «judaico» (o vidro corrente de cor natural, verde-azulado): o vidro bruto alexandrino custava 24 denários a libra e o vidro bruto judaico 13 denários. Os recipientes lisos de vidro alexandrino, por sua vez, deveriam ser vendidos a 30 denários a libra e os recipientes lisos de vidro judaico a 20 denários. As margens de lucro não seriam muito elevadas e as perdas de matéria-prima durante o processo de fabrico seriam assinaláveis, o que leva a pensar que esta não seria uma actividade muito lucrativa, obrigando os vidreiros a limitar o mais possível as perdas e a recorrer ao vidro reciclado mais barato. Indo um pouco mais longe nos cálculos, chega-se à conclusão que dois recipientes médios em vidro judaico ou um em vidro alexandrino equivalem a um dia de salário de um trabalhador indiferenciado (PRICE, 2005: 179).

Para melhor compreendermos o quadro das relações económicas geradas por uma oficina de vidreiro tomemos como exemplo a oficina do Fujacal, aquela que aparenta ter tido uma maior diversidade de produções e, por conseguinte, um quadro de relações económicas mais complexa (fig. 3). Para poder laborar uma oficina de vidreiro necessitaria obrigatoriamente de estabelecer relações comerciais de longa distância, ainda

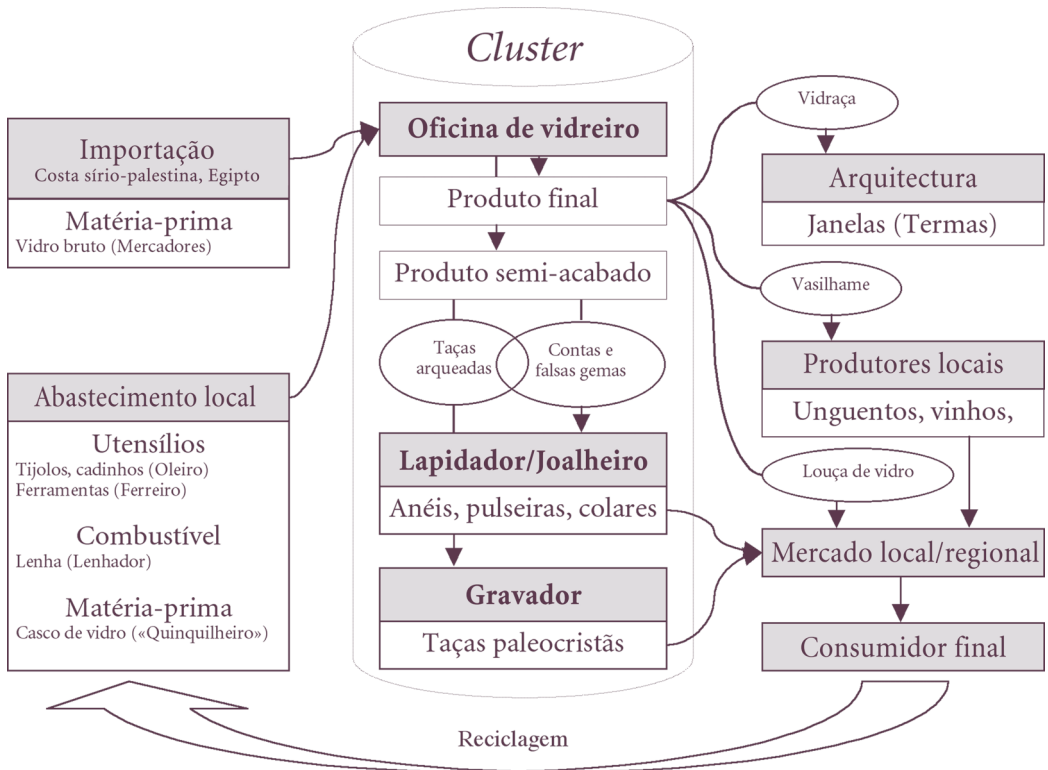
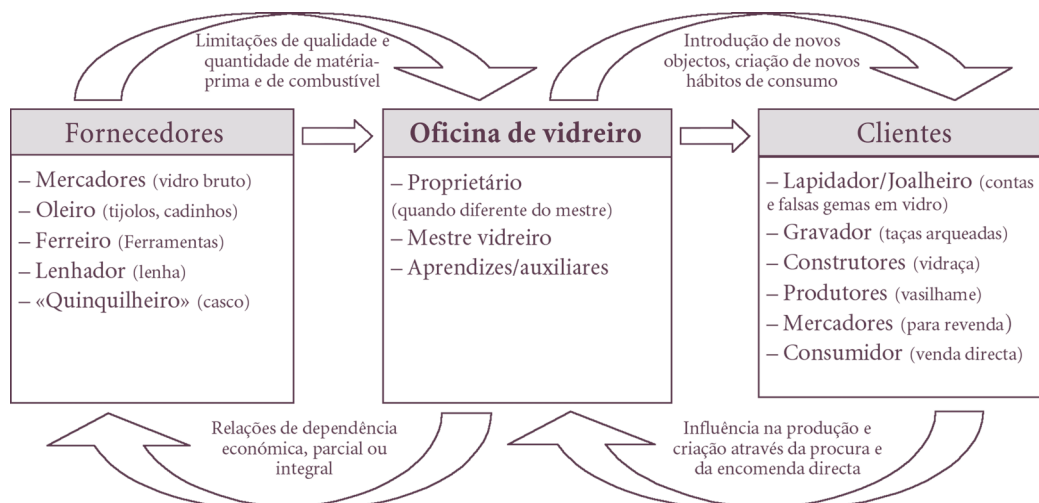


Figura 3 – Quadro das relações económicas.

que de forma indirecta, para a obtenção de matéria-prima (o vidro bruto produzido nos centros de produção primária da Costa sírio-palestina ou do Egipto). Necessitaria igualmente de estabelecer relações comerciais a nível local ou regional, onde se poderia abastecer de ferramentas e utensílios necessários à sua actividade (junto dos ferreiros e oleiros); de combustível para os fornos (junto dos lenhadores) e ainda de casco de vidro (junto dos «quinquilheiros» ou mercadores locais). Necessitaria, por último, de estabelecer relações comerciais a nível local ou regional para escoar o produto final, quer através da venda directa quer através da revenda a mercadores.

Neste sentido, é legítimo pensar-se que, a partir do momento em que as oficinas de vidroiro se instalam em *Bracara Augusta* (no decurso do século I d.C.), a esmagadora maioria dos vidros comercializados na cidade e região são necessariamente de produção local. Esta constatação não implica, porém, que a importação de objectos de vidro se interrompa, sobretudo no caso dos vidros de luxo e de algum vasilhame de vidro. Só para dar um exemplo, em Braga, ao lado dos vidros paleocristãos de produção local surgiram também outros vidros gravados, claramente de importação, nos quais a produção de Braga parece ter-se inspirado.



**Figura 4** – Quadro das relações sociais.

No caso das oficinas que se dedicam à produção de vasilhame de vidro, tal como unguentários e garrafas quadrangulares, a relação comercial poderia ser directamente estabelecida com os produtores (de unguentos, perfumes, vinhos finos, condimentos, etc.), por exemplo através de encomendas. Neste caso, é o conteúdo e não o contentor a determinar o acesso final aos mercados. O mesmo se poderá dizer das oficinas que produzem vidraça. Atendendo a que o seu uso está praticamente confinado aos edifícios termais é de supor que a sua produção seja feita por encomenda directa.

Relativamente aos objectos de adorno de vidro negro da oficina do Fujacal, o quadro poderá ser ainda mais complexo. Se pensarmos na joalharia romana que junta vidro com metais preciosos, rapidamente chegamos à conclusão que nela poderão intervir pelo menos três diferentes artífices: o ourives que trabalha o ouro<sup>7</sup>, o vidreiro que produz as contas e as falsas gemas e o lapidador que as lapida e grava. Pode haver ainda um quarto artífice envolvido: o joalheiro que monta as jóias. Cada uma destas actividades requer conhecimentos, equipamentos e perícias específicas, não sendo de esperar que coabitem todas numa mesma oficina. No caso das contas de vidro negro e das gemas imitando Nícolo<sup>8</sup>, a separação entre vidreiro e lapidador/gravador não poderia ser mais clara. O Fujacal concentra a esmagadora maioria das contas de colar, soltas, encontradas até agora em Braga. Quase todas elas exemplares únicos, sendo que duas destas contas se encontram ainda unidas, numa prova incontestável que estamos perante um produto semi-acabado. O caso da gema ou pedra de anel imitando Nícolo é deveras paradigmático: o Fujacal forneceu o único exemplar em bruto, um verdadeiro «elo perdido», enquanto as Carvalheiras forneceram os três únicos exemplares trabalhados e

<sup>7</sup> Rui Morais identifica dois sítios relacionados com o trabalho de metais, e mais especificamente com o ouro, na Rua de Frei Caetano Brandão e nas Cavalariças onde surgiram cadinhos com contaminação de ouro (MORAIS, 2005: 95).

<sup>8</sup> Um tipo de ágata de cor negra e azul-claro.

não incrustados em anéis<sup>9</sup>. Estes factos são mais que simples coincidências, eles revelam uma complementaridade entre a oficina de vidreiro do Fujacal e uma possível oficina de gravador/lapidador localizada nas Carvalheiras (fig. 1. B), dedicada à lapidação de pedras preciosas, vidro e possivelmente também de azeviche, material semi-precioso bastante apreciado localmente e que o vidro negro tenta no fundo «falsear».

O sector de produção de jóias em *Bracara Augusta* conseguiu gerar aquilo que hoje em dia chamaríamos de «cluster», uma concentração de artesãos trabalhando em distintas oficinas, com diferentes materiais, mas economicamente interdependentes<sup>10</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- CALDERA DE CASTRO, M. Pilar (1983) – *El vidrio romano emeritense*. In CALDERA DE CASTRO, M. Pilar; VELÁZQUEZ JIMÉNES, Agustín, coord. – *Augusta Emerita I*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 7-75.
- CAROLIS, Ernesto de (2004) – *Il vetro nella vita quotidiana*. In BERETTA, Marco; PASQUALE, Giovanni Di, coord. – *Vitrum. Il vetro fra arte e scienza nel mondo romano*. Florença: Giunti, p. 71-80.
- CRUZ, Mário da (2001) – *Os vidros romanos de Bracara Augusta*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de mestrado.
- (2008) – *Black glass jewellery from Bracara Augusta*. «Analles du 17e congrès de l’AIHV». Antuérpia: AIHV, p. 96-102.
- (2009a) – *Vita Vitri. O Vidro Antigo em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa.
- (2009b) – *O Vidro Romano do Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- (no prelo) – *Vidros Paleocristãos de Bracara Augusta. Decoração por gravação e abrasão*. «Jornadas sobre el Vidrio de la Alta Edad Media y Andalusí». La Granja: Fundación Centro Nacional del Vidrio.
- FOY, Danièle (2003a) – *Une chaîne de fabrication segmentée*. In FOY, Danièle, ed. – *Cœur de verre. Production et diffusion du verre antique*. Golion: Infolio éditions, p. 26-27.
- (2003b) – *Les ateliers secondaires en Gaul*. In FOY, Danièle, ed. – *Cœur de verre. Production et diffusion du verre antique*. Golion: Infolio éditions, p. 26-27.
- FOY, Danièle ; NENNA, Marie-Dominique (2001) – *Tout feu tout sable. Mille ans de verre antique dans le Midi de la France*. Aix-en-Provence: Musées de Marseille/Éditions Édisud.
- FOY, Danièle; JÉZÉGOU, Marie-Pierre (2003) – *Sous les vagues, le verre*. In FOY, Danièle, ed. – *Cœur de verre. Production et diffusion du verre antique*. Golion: Infolio éditions, p. 150-165.
- ISINGS, Clasina (1957) – *Roman Glass from dated Finds*. Jakarta: Archaeologica Traiectina.
- ISRAEL, Yael (1991) – *The Invention of Blowing*. In NEWBY, Martine; PAINTER, Kenneth, ed. – *Roman Glass: Two Centuries of Art and Invention*. London: The Society of Antiquaries of London, p. 46-55.
- MORAIS, Rui M. L. S. (2005) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta*. Braga: Unidade de Arqueologia da UM.
- PICON, Maurice; VICHY, Michèle (2003) – *D’Orient en Occident: l’origine du verre à l’époque romaine et durant le haut Moyen Âge*. In *Échanges et commerce du verre dans le monde antique*. Montagnac: Éditions Monique Mergoil, p. 17-31.

<sup>9</sup> Na realidade existem mais dois exemplares no Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, procedentes de Braga, dos quais se desconhece a proveniência exacta. Sobre os adornos de vidro negro ver CRUZ, 2008.

<sup>10</sup> Cluster in Wikipedia: «A business cluster is a geographic concentration of interconnected businesses, suppliers, and associated institutions in a particular field. Clusters are considered to increase the productivity with which companies can compete, nationally and globally».

- PRICE, Jennifer (2005) – *Glass-working and glassworkers in cities and towns*. In MAHON, Ardle Mac; PRICE, Jennifer, ed. – *Roman Working Lives and Urban Living*. London: Oxbow Books, p. 167-190.
- (2006) – *Glass in settlements and burials in Roman Britain*. In *Roman Glass in Germania Inferior. Interregional Comparisons and Recent Results*. Tongeren: Provincial Gallo-Romeins Museum Tongeren, p. 42-48.
- SHEPHERD, John; HEYWORTH, Michael (1991) – *Le travail du Verre dans Londres Romain (Londinium): un Etat de la Question*. In *Ateliers de Verriers. De l'Antiquité à la Période Pré-industrielle*. Rouen: AFAV, p. 13-22.
- SOUSA, J. J. Rigaud de; OLIVEIRA, Eduardo (1982) – *Subsídios para o estudo das olarias de Bracara Augusta*. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 359-370.
- STERN, E. Marianne (2004) – *I vetrai dell'antica Roma*. In BERETTA, Marco; PASQUALE, Giovanni Di – *Vitrum. Il vetro fra arte e scienza nel mondo romano*. Florença: Giunti, p. 37-59.

# MEMÓRIA (I) MATERIAL DA PRAÇA DO INFANTE, PORTO

CARLA MARIA BRAZ MARTINS\*  
PAULA BARREIRA ABRANCHES\*\*

**Resumo:** Este artigo pretende dar a conhecer o enquadramento histórico e arqueológico da Praça do Infante, situada na freguesia de S. Nicolau no Porto, proporcionado pela construção de um parque de estacionamento subterrâneo.

Esta praça insere-se no espaço urbano da Zona Histórica do Porto, tendo-se considerado relevante a coordenação de trabalhos de prospecção geofísica com os arqueológicos. Assim, os primeiros condicionaram a localização das sondagens arqueológicas, que uma vez concluídas nos revelaram uma sequência ocupacional desde o século XVII ao século XX, apesar dos vestígios materiais remontarem à época romana. Hoje, esta praça é um reflexo frustrado do outrora fervilhar comercial e humano que as memórias materiais não conseguem glorificar.

**Palavras-chave:** Intervenção arqueológica; espaço urbano; época moderna contemporânea; Porto.

**Abstract:** This paper intends to present the historical and archaeological background of the Praça do Infante, located in the parish of S. Nicolau, Porto, based on elements provided by the construction of an underground car park.

This square is part of the urban area of Porto's historical zone, in which the coordination of the works of geophysical prospecting with archaeological ones was considered relevant. Thus, the former determined the location of the archaeological surveys, which, once completed, revealed a settlement sequence going from the 17<sup>th</sup> century to the 20<sup>th</sup> century, despite material remains dating back to Roman times.

Today, this square is a mere flicker of the commercial and human bustle which the material memories cannot glorify.

**Keywords:** Archaeological surveys; urban space; Early Modern/Modern times; Porto.

## 1. INTRODUÇÃO

O projecto de construção do actual parque de estacionamento subterrâneo na Praça do Infante D. Henrique (freguesia de S. Nicolau, Porto) motivou e possibilitou a execução de trabalhos arqueológicos, com vista a identificar e salvaguardar eventuais vestígios da anterior organização espacial urbana desta área da cidade do Porto (Figura 1).

Após uma prévia avaliação documental da responsabilidade do Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto (1997), uma equipa da Universidade de Aveiro realizou um estudo de prospecção geofísica (1998) cujos radargramas impuseram uma implantação de sondagens arqueológicas de avaliação (1998). Os resultados destas tiveram como consequência um alargamento da área intervencionada (1999) que, por sua vez, levou ao acompanhamento arqueológico da empreitada de construção do referido parque no período 2000-2001.

---

\* CITCEM, UM; bolsista da FCT (BPD); Colaboradora externa da FEUP.

\*\* CITCEM; Archeo'Estudos, Lda.





Figura 1 – Praça do Infante D. Henrique em 1998.

## 2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O local onde se inseriram os trabalhos arqueológicos – Zona Histórica do Porto – tem uma longa ocupação humana e está abrangido no perímetro da área *non aedificandi* da Casa do Infante, Monumento Nacional<sup>1</sup>.

De longa tradição histórica, as suas origens estão pelo menos documentadas em tempos medievos, com importantes construções religiosas, tais como o Convento dos Frades Observantes de S. Francisco, cuja construção se iniciou em 1233<sup>2</sup>, e o Convento de S. Domingos, fundado entre 1239 e 1245, que se localizaria entre a Rua das Congostas e a da Ferraria de Baixo<sup>3</sup> (Figura 2).

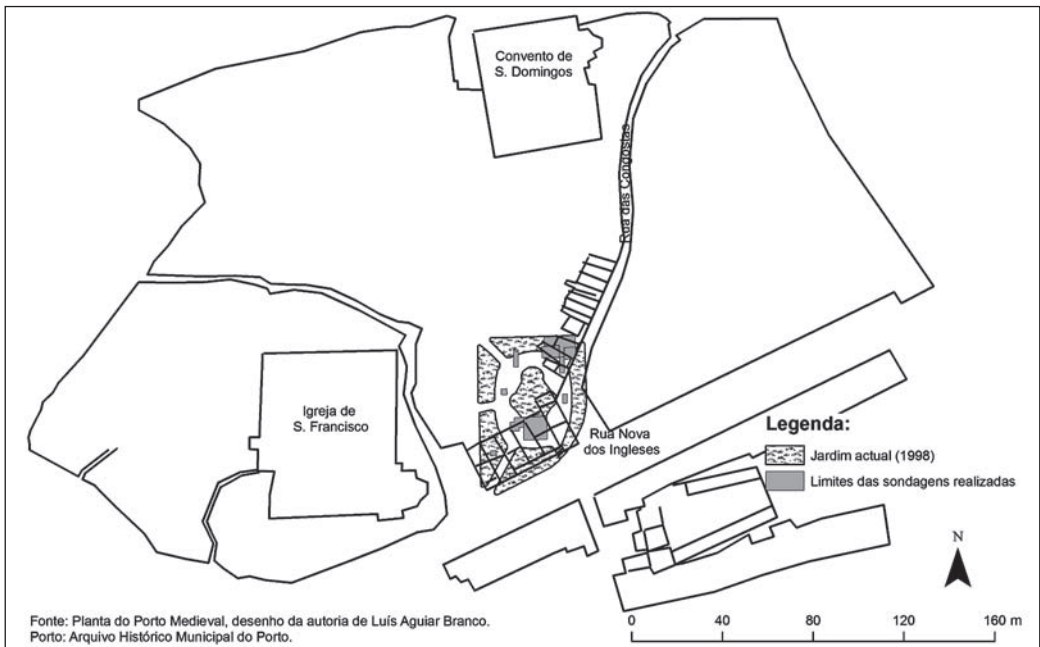
Os terrenos pertencentes ao Convento de S. Domingos estender-se-iam até ao rio Douro, existindo uma conduta de água que não adviria propriamente do referido rio, mas sim de uma mina de água não mui longínqua. O cano condutor destas águas atravessava várias propriedades privadas e como tal frequentemente danificado por animais. Assim, as águas eram facilmente conspurcadas, inclusive com os dejectos resultantes de actividades artesanais que aí se desenvolviam, como o atesta um documento de 1402 relativo à tanoaria de Afonso Martins<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> CMPGAU, 1997.

<sup>2</sup> ALMEIDA, 1988: 453; a igreja é de construção mais tardia, 1383-1410.

<sup>3</sup> MORENO, 1985: 57-58. A sua localização é identificada numa planta de Georges Balck de 1813 in REAL, 1992.

<sup>4</sup> MORENO, 1985: 59-61.



**Figura 2** – Planta do local da intervenção na época medieval.

Este local central sempre foi alvo de um grande fervilhar religioso, social e de actividades artesanais e comerciais, merecendo por isso a atenção de diversos monarcas, como é o caso de D. João I, que em finais do século XIV promoveu a construção da Rua Nova, também chamada de Rua Formosa<sup>5</sup>.

A própria rede viária intramuros, em finais do século XIV estruturava-se em torno de dois percursos: um que ligava a Praça da Ribeira à Porta do Cimo de Vila, compreendendo as ruas dos Mercadores, Bainharia, Escura, Chã das Eiras e Cimo de Vila; e o outro unia a Reboleira à Porta do Olival, englobando as ruas da Alfândega, Congostas, Bainharia, Souto e Ferraria de Cima<sup>6</sup>.

Interessa salientar a Rua das Congostas, como sendo uma rua densamente povoada e na qual ainda no século XVII se poderiam ver azenhas aproveitando as águas do rio da Vila<sup>7</sup>.

De facto, no cruzamento desta rua com a Rua Nova, poder-se-ia encontrar também um chafariz de cariz renascentista datado do século XVII que segundo Pedro Vitorino<sup>8</sup>:

*(...) o alçado constava de um corpo central com uma forte cimalha apoiada em colunas caneladas, com capitéis de inspiração coríntia, sobrepujado por um frontão de remate circular, onde se encontravam na frente e aos lados três golfinhos de bocas hiantes; lateralmente, pequenos corpos, com tímpanos curvos de ligação, limitados por pilastras. As bicas eram rasgadas no meio*

<sup>5</sup> SOUSA, 1994: 146; a Rua Nova terá demorado cerca de 100 anos a concluir.

<sup>6</sup> SOUSA, 1994: 143.

<sup>7</sup> SILVA, 1994: 259 e 266.

<sup>8</sup> VITORINO, 1931: 132.

*de cartelas exuberantes, com contornos de feição flamenga. Conjunto de linhas muito equilibradas e de formoso aspecto.*

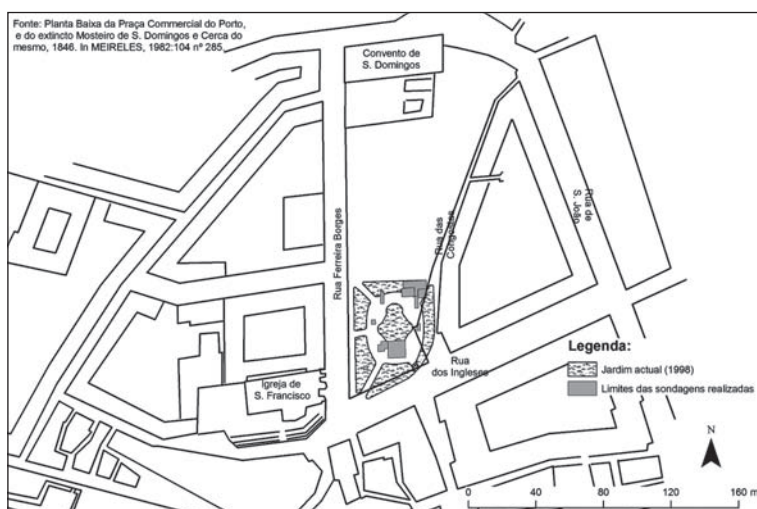
No local desta formosa fonte, destruída aquando da abertura da Rua de Mousinho da Silveira (1882-1883), já anteriormente existia uma outra com mina privativa, ostentando no pináculo do espaldar o escudo real adoptado por D. João II (1481-1495), tendo este servido posteriormente como adorno da fonte das Congostas<sup>9</sup>.

Na realidade, desde o século XVI que se dá uma grande importância ao encanamento de águas e à construção de aquedutos e fontes, como o demonstra o alvará de 1597, onde se refere que a água do manancial de Paranhos seria conduzida para a cidade do Porto, através de aquedutos subterrâneos<sup>10</sup>; o chafariz da Rua das Congostas recebia as águas da Arca do Anjo, fusão das do manancial de Paranhos e Salgueiro, que também alimentavam o chafariz do Mercado Ferreira Borges<sup>11</sup>, reforçadas pelas que vinham do chafariz de S. Domingos (união das águas de Paranhos e Laranjal)<sup>12</sup> e cujos encanamentos se dirigiam para o rio Douro<sup>13</sup>.

Desde inícios do século XVIII que estão documentadas várias actividades nesta rua, como sejam sapateiros, picheleiros (1702), mercadores de ferro e ourives (1780).

O Convento de S. Francisco foi consumido por um incêndio provocado pelas lutas liberais, e de imediato o local foi alvo de remodelações e reconstruções, local preferido para a instalação de bancos, seguros e sedes de empresas comerciais<sup>14</sup>.

No mesmo seguimento, em 1838 iniciou-se a construção da Rua Ferreira Borges e em 1842 o Palácio da Bolsa (Figura 3).



**Figura 3** – Planta do local da intervenção em 1846.

<sup>9</sup> MARÇAL, 1968: 4.

<sup>10</sup> GARRETT, 1961: 198.

<sup>11</sup> MARÇAL, 1968: 14-16.

<sup>12</sup> FONTES, 1908: 36; 1669, documentação relativa a este facto.

<sup>13</sup> Descrição histórica das arcas, aquedutos e fontes do Porto ... em 1838. «Tripeiro». 104 (1913), p. 507.

<sup>14</sup> SERÉN & PEREIRA, 1994: 384.

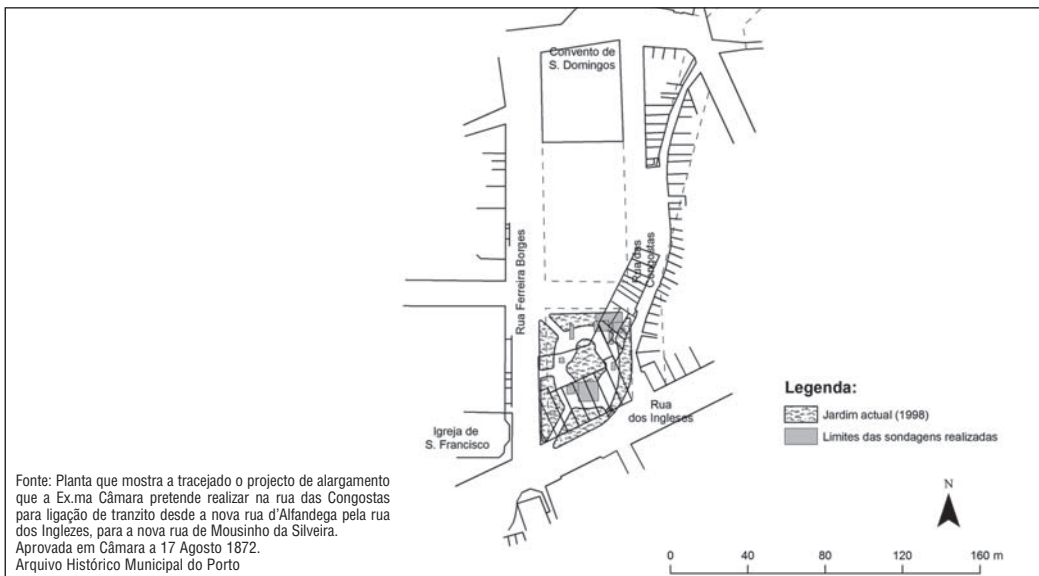
Mas foi com a abertura da Rua Mouzinho da Silveira, que esta zona de alma comercial perdeu as características que durante séculos abrilhantaram este local ribeirinho, estabelecendo-se lojas especializadas de maquinarias e alfaias agrícolas.

A sua abertura foi autorizada em Fevereiro de 1870 e desenvolveu-se essencialmente sobre o Rio da Vila, ocupando parte das vielas da Biquinha e das Congostas, bem como o Largo de S. Roque<sup>15</sup>.

Com a destruição da Rua das Congostas, famosa pelas oficinas de trabalhos em barro, desapareceram alguns bons ceramistas na tradição de Francisco de Pinho, autor de estatuetas de barro cozido, religiosas e profanas: «Officina de escultura e pintura em barro com imagens e figuras de costumes de Portugal Joaquim da Rocha Gonçalves sucessor de Francisco de Pinho Rua das Congostas 23 Porto» (anúncio de 1862-63)<sup>16</sup>. Existe também a informação de que estas peças de barro seriam cozidas em fornos de pão.

Esta actividade aparece-nos comprovada pela grande quantidade de moldes cerâmicos que se encontraram na sondagem F, em local correspondente ao n.º 23.

Em Agosto de 1872 a segunda fase da Rua Mouzinho da Silveira, que desce à Praça do Infante (Figura 4), foi aprovada e como tal, a 1 de Janeiro de 1873 os inquilinos foram desalojados, e em 23 de Janeiro de 1873 iniciam-se as consequentes expropriações. João Filipe de Magalhães Brandão, procurador de sua mulher, Maria Teresa da Conceição Peixoto Brandão, possuidora de quatro residências na Rua das Congostas, assinou um termo de expropriação, por utilidade pública, de parte de três prédios com os n.ºs 21-23, 25-31 e 33-37, ao mesmo tempo que adquiriu uma pequena parcela em frente dos prédios com os n.ºs 17-19 e 21-23, para ir com as frontarias até ao alinhamento.



**Figura 4** – Planta do local da intervenção em 1872.

<sup>15</sup> SERÉN & PEREIRA, 1994: 387.

<sup>16</sup> PACHECO, 1984: 92.

Apesar da construção deste segundo troço da rua em questão se iniciar em 1876, a 7 de Outubro de 1877 ainda foi concedida licença para edificar uma casa com dois andares e águas furtadas no ângulo da Rua Dom Fernando (n.º 1) com a Rua das Congostas (n.º 17-25). Este imponente prédio, cujos alicerces foram postos a descoberto nesta intervenção arqueológica (sondagem F), esteve em funcionamento durante curto espaço de tempo, já que a 5 de Dezembro de 1883 foi expropriado para a construção da Praça do Infante<sup>17</sup>.

Efectivamente, a Rua de Mouzinho da Silveira terminava com uma elegante praça ajardinada – Praça do Infante D. Henrique (1885), na qual se ergueria em 1894 a estátua do Infante de autoria de Tomás Costa. Em complemento, a construção do Mercado Ferreira Borges iniciou-se em 1888<sup>18</sup>.

### 3. OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Metodologicamente, nesta intervenção arqueológica procedeu-se à decapagem por camadas arqueológicas, segundo a matriz de Harris, tendo-se levado cada uma das sondagens até à rocha base, ou estrutura que justificasse preservar. Na segunda fase dos trabalhos houve necessidade de desentulhar as sondagens anteriormente intervencionadas, nomeadamente as sondagens C e F, pelo que foram requisitados à Câmara Municipal do Porto os meios necessários para proceder à limpeza das mesmas.

Na totalidade, a área aberta foi de 306,45 m<sup>2</sup> distribuídos pelas diferentes sondagens: a sondagem A com 5 m<sup>2</sup>, a B com 5 m<sup>2</sup>, a C com 129 m<sup>2</sup>, a D com 8 m<sup>2</sup>, a E com 14 m<sup>2</sup>, a F com 126,45 m<sup>2</sup>, a G com 14 m<sup>2</sup>, e finalmente a H com 5 m<sup>2</sup> (Figura 5).

A estratigrafia em cada uma das sondagens é de sucessivos entulhamentos e revolvimentos de terras, o que se justifica devido às numerosas alterações ao longo dos tempos, quer para a abertura de novas ruas e novos espaços, quer para introdução de melhoramentos nas condições de vida das populações.

O intuito das intervenções realizadas seria encontrar vestígios dessas metamorfoses; no entanto, pelo que se verificou, o espaço em causa alterou-se irremediavelmente aquando da construção do jardim, e também pela introdução de canalizações e tubagens para a iluminação a gás (tubagens em ferro bem vedadas, que surgem nas sondagens C, D, E e G) e canalização de águas pluviais.

Nos anos de 1854-55, o Eng. Charles Duckers, ao serviço da Companhia de Gás, desenhou uma planta do terreno da Companhia<sup>19</sup>, e Hardy Hislop, empresário da Companhia de Gás, desenhou em 1854 a planta dos candelabros e das consolas<sup>20</sup> (Figura 6).

Em 1882 a Companhia Geral das Águas do Porto iniciou as obras para a distribuição de água, tendo a rede de canalização entrado em funcionamento em 1887<sup>21</sup>.

<sup>17</sup> Nesta altura a sua proprietária é Maria Joaquina de Pinho e Costa, viúva.

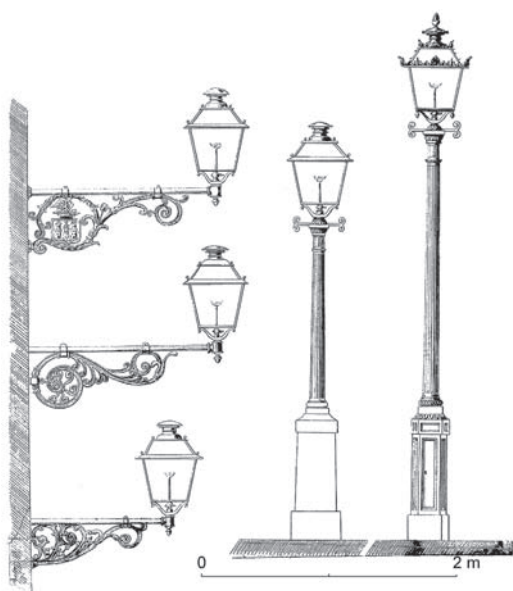
<sup>18</sup> SERÉN & PEREIRA, 1994: 387.

<sup>19</sup> AHMP – Catálogo dos livros de plantas, 1982, p. 20.

<sup>20</sup> AHMP – Catálogo dos livros de plantas, 1982, p. 24.

<sup>21</sup> SERÉN & PEREIRA, 1994: 392.





Candelabros e Consolas para servir á iluminação a Gás da Cidade do Porto, Hardy Hislop 1854. In *Catálogo dos Livros de Plantas n.º 326* (AHMP, L 3 n.º 60)

**Figura 6** – Esquemas de consolas e candeeiros para a iluminação a gás.

De salientar que relativamente às reconstruções de canalizações efectuadas nessa altura, existiam queixas da Companhia de Gás (ofício de 15 de Maio de 1884) referindo danos ao material e canalizações da iluminação pública, e lembrando a conveniência de que os trabalhos da Companhia das Águas deveriam ser fiscalizados por um empregado da Companhia de Gás<sup>22</sup>.

Na Praça do Infante não foram reconstruídas as canalizações, no entanto, a sondagem A apresenta uma sem a caixa colectora, colocando-se a hipótese de que tenha havido uma verificação do seu estado de conservação e remoção das pedras da caixa colectora para outras estruturas com o mesmo fim.

Os encanamentos em pedra que surgiram nas sondagens são bem estruturados, capeados e revestidos a argamassa e assentes em rocha base e/ou alteados com terra. Alguns estarão relacionados com a construção do jardim, outros mais antigos poderão ter sido aproveitados no decurso dos tempos.

É relativamente interessante verificar, que apesar de tudo, se salvaram os alicerces do prédio construído na antiga Rua das Congostas n.º 23, e a um nível inferior, os vestígios de uma oficina cerâmica (sondagem F) (Figura 7), assim como uma espécie de saguão, devidamente lajeado, pertencente aos edifícios da fachada Sul da Praça (sondagem C) (Figura 8).

Todas estas reestruturações explicam as perturbações estratigráficas detectadas, com uma simultaneidade de materiais que vão desde a época romana (raros) ao século XX.

Durante a fase de acompanhamento arqueológico, constatou-se que as áreas das sondagens C e F eram efectivamente aquelas que melhor preservaram a sequência crono estratigráfica, principalmente no que diz respeito às estruturas conectadas com o quarteirão de habitações. No entanto, os dados arqueológicos não nos permitem recuar a datação das edificações para além do século XVII, ainda que esta zona esteja documentada, pelo menos, desde a época medieval. A comprovar materialmente esta ocupação mais antiga temos algum espólio cerâmico e numismático medieval, encontrado descontextualizado durante a intervenção, e possivelmente, os ténues alinhamentos localizados no limite Sudeste da sondagem C (1999), cuja continuidade não foi possível comprovar em fase de acompanhamento.

<sup>22</sup> AHMP – Livro de Próprias, 165, Fl. 130, e Livro das Actas das Vereações, 130, Fl. 104v.





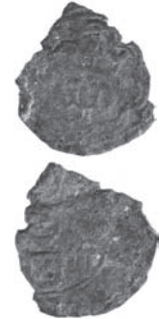


**Figura 7** – Estruturas identificadas na sondagem F, destacando-se o interface na rocha base, relacionado com a Oficina Cerâmica.




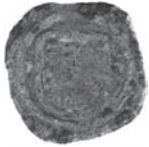
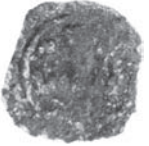


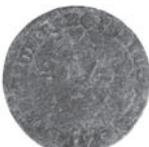
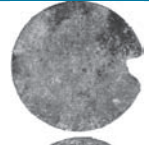



**Figura 8** – Compartimento lajeado e com escoamento na sondagem C.




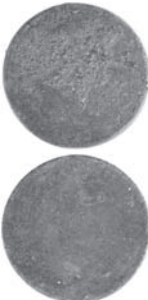
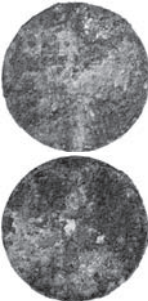


**Quadro 1:** Espólio numismático (classificação realizada por Isabel Lopes)

<p>Zona: PIF 00 C Identificação: Cronologia: Anverso: Reverso: Eixo: Peso: Diâmetro maior: Bibliografia:</p>	<p>U.E.: 1002 Providentia Caess 325-326 d.C. CONSTANTINVS IVN NOBC Busto laureado de Constantino voltado à esquerda. PROVIDEN-TIAE CAESS Campo de batalha com duas torres sem porta. Estrela sobre as torres. 5 2,20 g 16,73 mm RIC VII, 123; L.R.B.C., p. 26 n.º 1097.</p>	<p>N.º: 37  Suporte: Bronze   Centro emissor: Nicomédia Espessura: 1,52 mm Diâmetro menor: 16,68 mm</p>	
<p>Zona: PIF 98 D Identificação: Cronologia: Anverso: Reverso: Eixo: Peso: Diâmetro maior: Bibliografia:</p>	<p>U.E.: 312 Muito fragmentada o que impossibilita a classificação. Medieval Impossível a sua classificação. Impossível a sua classificação. - 0,43 g 18,69 mm -</p>	<p>N.º: 4  Suporte: Cobre   Centro emissor: - Espessura: 0,97 mm Diâmetro menor: 9,41 mm</p>	
<p>Zona: PIF 98 F Identificação: Cronologia: Anverso: Reverso: Eixo: Peso: Diâmetro maior: Bibliografia:</p>	<p>U.E.: 06 Ceitil D. Duarte (1433-1438) (...) Ao centro encontram-se as letras monográficas E D coroadas e envoltas por uma cercadura formada por pequenos arcos. (...) DVS + R (...) Ao centro encontram-se as quinas em forma de cruz cantonadas por castelos. 1 0,77 g 17,45 mm VAZ &amp; SALGADO, 1984: 123, Du.16-17.</p>	<p>N.º: 22  Suporte: Cobre   Centro emissor: Lisboa Espessura: 0,91 mm Diâmetro menor: 14,61 mm</p>	
<p>Zona: PIF 98 C Identificação: Cronologia: Anverso: Reverso: Eixo: Peso: Diâmetro maior: Bibliografia:</p>	<p>U.E.: 705 Real Preto D. Afonso V (1438-1481) AD (...) U Ao centro encontra-se a letra monográfica A coroada. + A (...) X . POR (...) Ao centro escudos em forma de cruz. 2 0,75 g 18,04 mm VAZ &amp; SALGADO, 1984: 149, A5.127.</p>	<p>N.º: 39  Suporte: Cobre   Centro emissor: Lisboa Espessura: 0,81 mm Diâmetro menor: 17,52 mm</p>	
<p>Zona: PIF 98 C Identificação: Cronologia: Anverso: Reverso: Eixo: Peso: Diâmetro maior: Bibliografia:</p>	<p>U.E.: 900 Ceitil D. Afonso V (1438-1481) (...) Q (...) Ao centro muralha comprida e baixa com torres que tocam na muralha, e mar de ondas contínuas. (...) E + E Escudo ladeado e encimado por cruzes. 11 1,57 g 20,64 mm MAGRO, 1986: 66, n.º 1.3.4</p>	<p>N.º: 27  Suporte: Cobre   Centro emissor: Lisboa Espessura: 1,02 mm Diâmetro menor: 19,67 mm</p>	

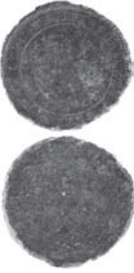
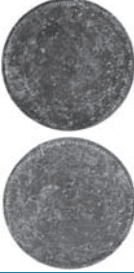



**Quadro 1:** Espólio numismático (classificação realizada por Isabel Lopes) (continuação)

<i>Zona:</i> PIF 98 G	<i>U.E.:</i> 105	<i>N.º:</i> 24	
<i>Identificação:</i> Ceitil			
<i>Cronologia:</i> D. Manuel I / D. João III (1495-1557)		<i>Suporte:</i> Cobre	
<i>Anverso:</i> (...) N (...) Ao centro castelo com torres junto à muralha com porta central; mar de ondas soltas.			
<i>Reverso:</i> (...) Escudo rodeado por aneletes, com escudetes cantonados por quatro castelos.			
<i>Eixo:</i> 11		<i>Centro emissor:</i> Lisboa (?)	
<i>Peso:</i> 1,45 g		<i>Espessura:</i> 1,10 mm	
<i>Diâmetro maior:</i> 16,08 mm		<i>Diâmetro menor:</i> 15,87 mm	
<i>Bibliografia:</i> MAGRO, 1986: 189, n.º 2.1.8 ou p. 215, n.º 2.1.5.			
<i>Zona:</i> PIF 98 D	<i>U.E.:</i> 312	<i>N.º:</i> 3	
<i>Identificação:</i> Ceitil			
<i>Cronologia:</i> D. João III (1521-1557)		<i>Suporte:</i> Cobre	
<i>Anverso:</i> (...) Castelo com muralha bipartida e mar de ondas soltas.			
<i>Reverso:</i> 1 (O) (...) Escudo do quarto tipo rodeado por aneletes, e escudetes com bezantes incusos.			
<i>Eixo:</i> 2		<i>Centro emissor:</i> Lisboa (?)	
<i>Peso:</i> 0,89 g		<i>Espessura:</i> 0,77 mm	
<i>Diâmetro maior:</i> 19,66 mm		<i>Diâmetro menor:</i> 18,36 mm	
<i>Bibliografia:</i> MAGRO, 1986: 215, n.º 2.1.5.			
<i>Zona:</i> PIF 00 C	<i>U.E.:</i> 1002	<i>N.º:</i> 1	
<i>Identificação:</i> V Réis			
<i>Cronologia:</i> D. João V (1737-1746)		<i>Suporte:</i> Cobre	
<i>Anverso:</i> IOANNES . V (...) EI (...) RATIA Ao centro escudo português coroado.			
<i>Reverso:</i> PORTUGALIAE . ET . ALGARBIORUM . REX Ao centro V ladeado por duas rosetas sobre a data. Todos estes elementos encontram-se envoltos por uma grinalda.			
<i>Eixo:</i> 12		<i>Centro emissor:</i> Lisboa	
<i>Peso:</i> 5,83 g		<i>Espessura:</i> 1,35 mm	
<i>Diâmetro maior:</i> 28,58 mm		<i>Diâmetro menor:</i> 28,42 mm	
<i>Bibliografia:</i> VAZ & SALGADO, 1984: 379, n.º J5.492-497			
<i>Zona:</i> PIF 00 C	<i>U.E.:</i> 1002	<i>N.º:</i> 29	
<i>Identificação:</i> X Réis			
<i>Cronologia:</i> D. José I (1738-1765)		<i>Suporte:</i> Cobre	
<i>Anverso:</i> IOSE (...) HUS . DE (...) RAT (...) Ao centro escudo português coroado.			
<i>Reverso:</i> (...)			
<i>Eixo:</i> -		<i>Centro emissor:</i> Lisboa	
<i>Peso:</i> 9,32 g		<i>Espessura:</i> 1,36 mm	
<i>Diâmetro maior:</i> 34,02 mm		<i>Diâmetro menor:</i> 33,54 mm	
<i>Bibliografia:</i> VAZ & SALGADO, 1984: 396, n.º Jo.169 A - 180A.			
<i>Zona:</i> PIF 00 C	<i>U.E.:</i> 1002	<i>N.º:</i> 28	
<i>Identificação:</i> V Réis			
<i>Cronologia:</i> D. José I (1764)		<i>Suporte:</i> Cobre	
<i>Anverso:</i> JOSEPHUS . DEI . GRATIA Ao centro escudo português coroado.			
<i>Reverso:</i> PORTUGALIAE . ET . ALGARBIORUM . REX Ao centro V ladeado por duas rosetas sobre a data. Todos estes elementos encontram-se envoltos por uma grinalda.			
<i>Eixo:</i> 12		<i>Centro emissor:</i> Lisboa	
<i>Peso:</i> 5,91 g		<i>Espessura:</i> 1,34 mm	
<i>Diâmetro maior:</i> 29,67 mm		<i>Diâmetro menor:</i> 29,51 mm	
<i>Bibliografia:</i> VAZ & SALGADO, 1984.			








**Quadro 1:** Espólio numismático (classificação realizada por Isabel Lopes) (continuação)

<p>Zona: PIF 98 E                      Identificação: X Réis                      Cronologia: D. José I (1764)                      Anverso: (...)EPHU(...)                      Escudo português.                      Reverso: . (R)EX +PORTUGALIAE . ET . ALGARBIORUM                      Ao centro X ladeado por duas flores sobre 1764, envolto numa coroa de louros.</p>	<p>U.E.: 202                      X Réis                      D. José I (1764)                      (...)EPHU(...)                      ?                      9,89 g                      33,31 mm                      VAZ &amp; SALGADO, 1984: 396, Jo.179 A</p>	<p>N.º: 71                      Suporte: Cobre                      Centro emissor: Lisboa                      Espessura: 1,46 mm                      Diâmetro menor: 33,30 mm</p>	
<p>Zona: PIF 98 C                      Identificação: Pataco                      Cronologia: D. João VI (1822)                      Anverso: (...)                      Busto de D. João VI voltado à direita.                      Reverso: (...) PUBLICA (...)                      Ao centro escudo português redondo coroado.</p>	<p>U.E.: 706                      Pataco                      D. João VI (1822)                      (...)                      -                      35,96 g                      35,61 mm                      VAZ &amp; SALGADO, 1984: 433.</p>	<p>N.º: 7                      Suporte: Bronze                      Centro emissor: Lisboa                      Espessura: 4,91 mm                      Diâmetro menor: 35,34 mm</p>	
<p>Zona: PIF 98 C                      Identificação: III Réis                      Cronologia: D. Luís (1874)                      Anverso: (...)                      Reverso: Ao centro escudo português coroado.                      (...) RTUGALAE (...)ORUM (...) 874                      Ao centro III dentro de uma coroa de louros.</p>	<p>U.E.: 904                      III Réis                      D. Luís (1874)                      (...)                      -                      2,53 g                      23,62 mm                      VAZ &amp; SALGADO, 1984: 475, n.º LU.152.</p>	<p>N.º: 36                      Suporte: Cobre                      Centro emissor: Lisboa                      Espessura: 1,13 mm                      Diâmetro menor: 23,45 mm</p>	
<p>Zona: PIF 98 F                      Identificação: XX Réis                      Cronologia: D. Luís (1884)                      Anverso: D. Luiz . I . REI . DE . PORTUGAL                      Busto de D. Luís voltado à esquerda.                      Reverso: Ao centro XX réis; 1884 envolto por uma coroa de louros.</p>	<p>U.E.: 09                      XX Réis                      D. Luís (1884)                      D. Luiz . I . REI . DE . PORTUGAL                      Busto de D. Luís voltado à esquerda.                      Ao centro XX réis; 1884 envolto por uma coroa de louros.</p>	<p>N.º: 7                      Suporte: Cobre                      Centro emissor: Lisboa                      Espessura: 2,17 mm                      Diâmetro menor: 30,00 mm</p>	
<p>Zona: PIF 98 C                      Identificação: Pfenning alemão                      Cronologia: 1888                      Anverso: PFENNING . DEUTSCHES REICH 1888 .                      Ao centro 1.                      Reverso: Águia coroada com asas pequenas.</p>	<p>U.E.: 704                      Pfenning alemão                      1888                      PFENNING . DEUTSCHES REICH 1888 .                      Ao centro 1.                      6                      1,97 g                      17,77 mm                      CUHAJ, 2009: 533.</p>	<p>N.º: 10                      Suporte: Cobre                      Centro emissor: Berlim                      Espessura: 1,14 mm                      Diâmetro menor: 17,74 mm</p>	

**Quadro 1:** Espólio numismático (classificação realizada por Isabel Lopes) (continuação)

Zona: PIF 98 F	U.E.: 09	N.º: 5	
Identificação:	5 REIS	Suporte: Cobre	
Cronologia:	D. Carlos I (1892)		
Anverso:	CARLOS I REI DE PORTUGAL . 1892 Busto de D. Carlos voltado à direita.		
Reverso:	5 REIS envolto por coroa de louros.		
Eixo:	6	Centro emissor: Lisboa	
Peso:	2,09 g	Espessura: 1,25 mm	
Diâmetro maior:	19,84 mm	Diâmetro menor: 19,81 mm	
Bibliografia:	VAZ & SALGADO, 1984: 486, Ca.45		
Zona: PIF 98 G	U.E.: 105	N.º: 1	
Identificação:	5 Réis	Suporte: Cobre	
Cronologia:	D. Carlos I (1905)		
Anverso:	. CARLOS I REI DE PORTUGAL . 1905 Busto de D. Carlos voltado à direita.		
Reverso:	5 REIS envolto por coroa de louros.		
Eixo:	5	Centro emissor: Lisboa	
Peso:	2,85 g	Espessura: 1,31 mm	
Diâmetro maior:	20,67 mm	Diâmetro menor: 20,63 mm	
Bibliografia:	VAZ & SALGADO, 1984: 486, Ca.53.		
Zona: PIF 98 A	U.E.: 500	N.º: 8	
Identificação:	X Centavos	Suporte: Bronze	
Cronologia:	1949		
Anverso:	+ REPUBLICA . PORTVGUESA + 1949 Ao centro as cinco quinas em forma de cruz.		
Reverso:	Ao centro X centavos sobre ramagens.		
Eixo:	6	Centro emissor: Lisboa	
Peso:	1,86 g	Espessura: 1,03 mm	
Diâmetro maior:	17,63 mm	Diâmetro menor: 17,44 mm	
Bibliografia:	VAZ & SALGADO, 1984: 511, R2.61		
Zona: PIF 98 F	U.E.: 000	N.º: 12	
Identificação:	X centavos	Suporte: Bronze	
Cronologia:	1956		
Anverso:	+ REPUBLICA PORTUGUESA + 1956 Ao centro as cinco quinas em forma de cruz.		
Reverso:	Ao centro X centavos sobre ramagens.		
Eixo:	6	Centro emissor: Lisboa	
Peso:	1,99 g	Espessura: 1,19 mm	
Diâmetro maior:	17,45 mm	Diâmetro menor: 17,43 mm	
Bibliografia:	VAZ & SALGADO, 1984: 511, R2.68.		
Zona: PIF 98 F	U.E.: 800	N.º: 8	
Identificação:	20 Centavos	Suporte: Bronze	
Cronologia:	1972		
Anverso:	+ REPUBLICA PORTUGUESA + 1972 Ao centro as cinco quinas em forma de cruz.		
Reverso:	Ao centro 20 centavos sobre ramagens.		
Eixo:	6	Centro emissor: Lisboa	
Peso:	1,75 g	Espessura: 1,33 mm	
Diâmetro maior:	16,20 mm	Diâmetro menor: 16,13 mm	
Bibliografia:	VAZ & SALGADO, 1984: 513.		

**Quadro 1:** Espólio numismático (classificação realizada por Isabel Lopes)

Zona: PIF 98 A	U.E.: 500	N.º: 7	
Identificação:	2\$50		
Cronologia:	1977	Suporte: Cuproníquel	
Anverso:	REPUBLICA PORTUGUESA 1977 Ao centro caravela portuguesa.		
Reverso:	Ao centro escudo português ladeado por 2 asteriscos.		
Eixo:	6	Centro emissor: Lisboa	
Peso:	3,38 g	Espessura: 1,47 mm	
Diâmetro maior:	20,09 mm	Diâmetro menor: 19,79 mm	
Bibliografia:	VAZ & SALGADO, 1984: 519, R2.85 H.		
Zona: PIF 98 A	U.E.: 500	N.º: 9	
Identificação:	50 Centavos		
Cronologia:	1979	Suporte: Bronze	
Anverso:	+ REPUBLICA . PORTUGUESA + 1979 Ao centro as cinco quinas em forma de cruz.		
Reverso:	Ao centro 50 centavos sobre cinco espigas de trigo.		
Eixo:	6	Centro emissor: Lisboa	
Peso:	4,38 g	Espessura: 1,69 mm	
Diâmetro maior:	22,53 mm	Diâmetro menor: 22,30 mm	
Bibliografia:	VAZ & SALGADO, 1984: 519, R287J.		
Zona: PIF 98 F	U.E.: 000	N.º: 1	
Identificação:	2\$50		
Cronologia:	1981	Suporte: Cuproníquel	
Anverso:	REPUBLICA PORTUGUESA 1981 Ao centro caravela portuguesa.		
Reverso:	Ao centro escudo português ladeado por dois asteriscos,		
Eixo:	6	Centro emissor: Lisboa	
Peso:	3,45 g	Espessura: 1,52 mm	
Diâmetro maior:	19,97 mm	Diâmetro menor: 19,85 mm	
Bibliografia:	VAZ & SALGADO, 1984: 519, R2.84 L.		

## 4. O ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

Entre cerâmicas comuns, faianças e porcelanas datadas da época moderna e contemporânea, assim como azulejos e vidros, apareceu uma grande quantidade de pregos, escórias, placas e aros em ferro.

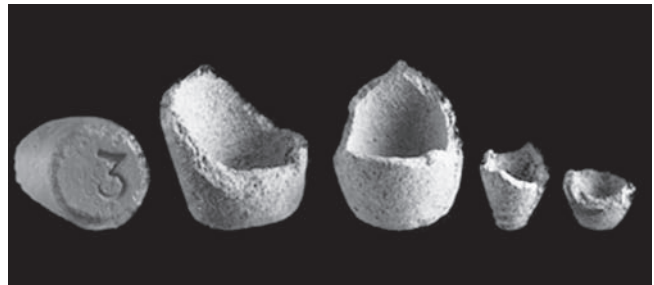
Os aros de ferro surgiram na sondagem C, sendo alguns de grandes dimensões, podendo-se colocar a hipótese de tratar-se de vestígios de uma actividade artesanal, como seja a tanoaria, já que a tipologia dos aros para isso aponta, e já que existem também registos bibliográficos que nos referem tal actividade. Não obstante, temos sempre que contar que estamos perante níveis de revolvimento e entulho, o que dificulta a interpretação.

Foram ainda exumados materiais cerâmicos interessantes do século XVIII/XIX, como sejam garrafas em grés, importadas de Amesterdão, uma das quais com a inscrição [WYNAND F]OCKINK / [AMEST]ERDAM; fragmentos cerâmicos de cachimbos, um deles com a inscrição 73 W. WHITE / GLASGOW; um dedal em bronze; alfinetes em cobre; um botão de punho com o monograma F. Quanto às faianças identificaram-se cerâmicas da Fábrica de Massarelos no Porto, fragmentos cerâmicos (sem marca)

possivelmente do século XIX da Fábrica de Sacavém, e com a marca DAVENPORT (Longport, Inglaterra). No que diz respeito às porcelanas, alguns dos fragmentos exumados são provenientes da Fábrica Vista Alegre, Ílhavo (Aveiro), referindo-se ainda uma bonita tampa de recipiente de um produto de beleza com a seguinte inscrição: CHERR...PATR... / PREPARED FOR BEAUTIFYNG...(S. C).

De salientar a presença de cerâmica comum vermelha de Aveiro e Ovar e comum preta de Coimbrões, assim como provenientes dos centros oleiros do Prado ou Bisalhães.

A sondagem F revelou materiais notáveis, como azulejos atribuíveis à Fábrica de Massarelos, sem marca, do século XIX; grande quantidade de moldes de peças cerâmicas em cerâmica; um molde de arrecada (Figura 9); um Santo pintado; cadinhos para solda (Figura 10); e garrafas em grés com marca de Amesterdão. Nesta sondagem, registou-se igualmente o aparecimento de tijolos queimados e algumas pedras de xisto com restos de fundição. Como existem registos bibliográficos referindo que as peças cerâmicas eram cozidas em fornos de pão, e a avaliar pelos fragmentos obtidos, poderemos colocar a hipótese de neste local ter existido um.



**Figura 9** – Molde de arrecada exumado da sondagem F. **Figura 10** – Cadinhos exumados da sondagem F.

Os fragmentos de material de construção encontrados foram tijolos. No material de revestimento evidenciam-se fragmentos de azulejos (sem marca) atribuíveis às produções da Fábrica de Massarelos datados de meados do século XIX, bem como outros fragmentos provenientes da Fábrica das Devesas, Vila Nova de Gaia, provavelmente de finais século XIX / inícios do século XX.

De referir que também foram exumados, embora descontextualizados, materiais de épocas anteriores. Nomeadamente, da época romana surgiram duas tesselas (sondagem A), um fundo de ânfora (sondagem G), um fundo de *sigillata* hispânica (sondagem D) e uma moeda (sondagem C) datada do século IV (*Providentia caess / Constantinus*, 325-326 d.C.); e da medieval identificaram-se cerâmicas, quer na sondagem D, quer na C, onde foi

encontrado um bico de Pichel datado do século XIII. Com cronologia do século XVI foram exumados três fragmentos de azulejos Hispano-Árabes provenientes das sondagens C e H.

## 5. OFICINA DE OLARIA


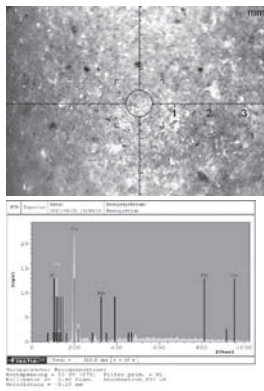
O conjunto de moldes, dado o interesse que suscitou, principalmente por ser invulgar um tão grande número (Quadro 2), foi cuidadosamente estudado.

**Quadro 2:** Contabilização dos moldes e figuras existentes

IDENTIFICAÇÃO	MOLDES	FIGURAS CERÁMICAS	TOTAL
PIF 98 F UE0014	76	11	87
PIF 98 F UE0019	45	117	162
PIF 98 F UE0034	-	13	13
PIF 98 F UE0800	70	5	75
PIF 98 F UE0802	14	5	19
PIF 98 F UE0806	291	54	345
PIF 99 F UE2000	1	-	1
PIF 00 F UEAA	3	-	3
<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>204</b>	<b>704</b>

As argilas utilizadas para a produção dos moldes detêm características idênticas, nomeadamente a tonalidade avermelhada e pastas muito depuradas ao nível de desengor-durantes, ou seja a quase ausência de micas, feldspatos e outros, comumente presentes noutro tipo de cerâmicas. No entanto, mantêm um elemento – o ferro, que por questões tecnológicas não foi passível de extracção, sendo os seus teores consideravelmente elevados, mormente acima dos 50% (Quadro 3).

**Quadro 3:** Identificação dos elementos químicos dominantes através do método de fluorescência de raios X (XRF). As análises foram realizadas na Contrastaria do Porto, utilizando-se o Spectro X-Test com uma profundidade de campo de 3 µm

REVERSO DE UM MOLDE	ELEMENTOS QUÍMICOS DETECTADOS	ESPECTRO
	59,89% Fe 14,82 % K 0,81 % Ti 3,44 % Ca 4,69 % Pb 4,27 % Cs 5,69 % Ba 6,38% Sb	

Os tamanhos das peças são muito diversificados, dependendo da sua funcionalidade, particularmente no que diz respeito à criação de um objecto, ou parte dele, ou à elaboração de apenas um elemento decorativo para posterior aplicação (Quadro 4).

**Quadro 4:** Motivos decorativos

IDENTIFICAÇÃO	ELEMENTOS DECORATIVOS	PROFUNDIDADE MÉDIA DO TRAÇO (MM)	ESQUEMA
Aplicação 1	- reticulado	0,75 mm	
Aplicação 2	- caneluras verticais - estrias e arestas vivas	1,03 mm	
		1,83 mm	
		2,17 mm	
		2,32 mm	
Aplicação 3	- gomos	1,36 mm	
		2,09 mm	
		2,80 mm	
Aplicação 4	- escamas	1,13 mm	
		1,31 mm	
Aplicação 5	- folha de acanto	1,56 mm	
Aplicação 6	- motivos fitomórficos	1,76 mm	
		1,94 mm	
		2,32 mm	
Aplicação 7	- modilhão - perfil S invertido	3,00 mm	
		3,24 mm	
Aplicação 8	- roseta - floreta	1,98 mm	
		2,20 mm	
		2,69 mm	
		3,38 mm	



**Quadro 4:** Motivos decorativos (continuação)

IDENTIFICAÇÃO	ELEMENTOS DECORATIVOS	PROFUNDIDADE MÉDIA DO TRAÇO (MM)	ESQUEMA
Aplicação 9	- motivos ondulantes	0,88 mm	
		1,58 mm	
		1,99 mm	
		2,24 mm	
Composição 1	- florão	1,40 mm	
	- folhas	1,25 mm	
	- festão	2,02 mm	
	- reticulado		
Composição 2	- gomos	0,98 mm	
	- estrias	1,39 mm	
	- caneluras	2,36 mm	
Composição 3	- fitomórficos	1,02 mm	
	- estrias	1,81 mm	
	- caneluras	2,34 mm	
	- festão	0,95 mm	
Composição 4	- caneluras	1,44 mm	
		2,63 mm	
		3,02 mm	
Composição 5	- fitomórficos	0,52 mm	
		0,99 mm	
		1,21 mm	
Composição 6	- festões	1,50 mm	
	- fitomórficos	1,61 mm	
	2,10 mm		
	2,69 mm		

O registo bibliográfico, como já referido, aponta para a existência de uma olaria, o que de facto se consubstanciou quer nos fragmentos de estatuetas exumados, quer nos moldes para a sua produção. Persiste um domínio da temática religiosa, encontrando-se também patente a histórica e a zoológica (Quadro 5).

**Quadro 5:** Moldes para pequenas peças pertencentes a outros objectos de maiores dimensões

IDENTIFICAÇÃO	ELEMENTOS DECORATIVOS	ESQUEMA / FOTO
Espingarda	1,45 mm; 2,07 mm; 2,45 mm; 2,91 mm.	
Bastão	1,87 mm; 2,07 mm; 2,32 mm; 2,72 mm; 3,51 mm.	
Pendente espiralado	1,93 mm; 2,00 mm; 3,21 mm.	
Imagens religiosas, históricas, militares, mitológicas e zoomórficas	0,58 mm; 0,90 mm; 1,27 mm; 1,37 mm; 1,76 mm; 2,09 mm; 2,31 mm; 2,70 mm; 3,03 mm; 4,66 mm; 10,47 mm.	

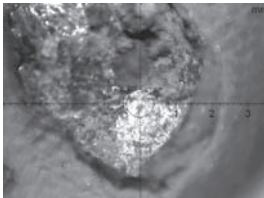
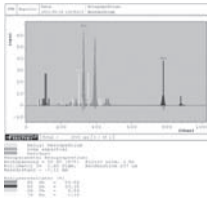
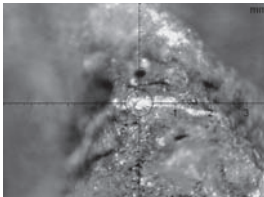
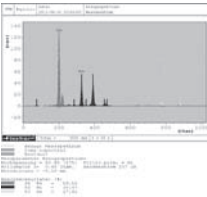

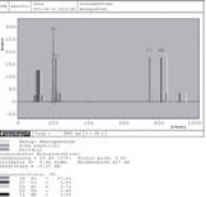
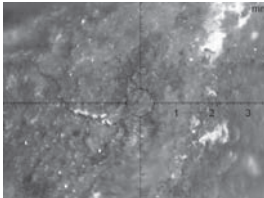
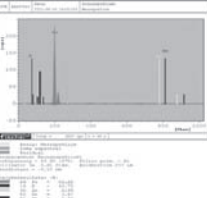
A criação destas estatuetas passaria por um processo de moldagem, ou seja, pressionando o barro contra o molde previamente isolado com pó de talco por exemplo, para evitar a fusão das argilas. Após um compasso de espera, o barro seria cuidadosamente removido do molde, montando-se o objecto pretendido, que poderia ser constituído por diversos elementos. Uma vez a peça colada, então seria submetida ao forno, bastando apenas uma temperatura de 800/900° C<sup>23</sup>. A peça finalizada seria pintada.

Não obstante o trabalho de olaria, alguns dos moldes também foram utilizados para a laboração do metal, facto que não é inédito encontrando-se também presente numa oficina de oleiro em Guimarães (FERNANDES *et al.*, 2009: 150, nota 53).

Nas análises efectuadas a alguns moldes (peças 4 e 5) e não tomando em consideração o ferro, verifica-se que se está na presença de uma liga de chumbo e estanho (Quadro 6). Tendo em atenção o diagrama de fases destas ligas, poder-se-á alvittrar uma liga de chumbo e estanho com um intervalo de fusão entre os 183° C e os 255° C.






<sup>23</sup> Agradecem-se as preciosas informações e a disponibilidade do Sr. Rangel, Cerâmica de Valadares.

**Quadro 6:** Identificação dos elementos químicos dominantes em moldes através do método de fluorescência de raios X (XRF). As análises foram realizadas na Contrastaria do Porto, utilizando-se o Spectro X-Test com uma profundidade de campo de 3 µm

N.º PEÇA	FOTOGRAFIA DA PEÇA ANALISADA	ELEMENTOS QUÍMICOS DETECTADOS	ESPECTRO
Peça 4		59,82% Pb 33,15% Sn 6,86% Fe 0,18% Au	
Peça 5		52,12% Fe 30,47% Pb 17,41% Sn	
Peça 11		97,31% Fe 0,50% Co 0,71% Sn 0,48% Te 0,55% Sb 0,45% In	
Peça 14		52,22% Fe 43,72% S 2,99% Zn 0,67% Sn 0,40% Sb	

A junção de cada uma das peças varia, podendo ser utilizados diversos métodos, sendo que a junção dos moldes selados com barro e os que apresentam jitos de vazamento serão utilizados para o metal (Quadro 7).

**Quadro 7:** Encaixe e vazamento

	Junção de partes trabalhadas em moldes separados		
Encaixe	Junção dos moldes com cerâmica		Peça com uma junção de positivo / negativo, que foi selado com cerâmica
	Marcação dos moldes com sistema de positivo/negativo		
	Marcação dos moldes por incisão		
Vazamento	Jito		Os jitos apresentam as seguintes profundidades: 0,79 mm; 1,30 mm; 2,05 mm

Este método ainda hoje é utilizado por oleiros.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta todos os dados compilados ao longo das diferentes fases de trabalho, é possível propor uma sequência de ocupação para a Praça do Infante.

A ocupação em época medieval está comprovada documentalmente com a construção dos Conventos de S. Francisco em 1233 e de S. Domingos em 1239, cujas cercas se estenderiam até à Praça. Como já referido, não foram identificadas estruturas para esta época, apesar de existir espólio de cronologia medieval e mesmo romano<sup>24</sup>. A construção do quarteirão e posteriormente da Praça, parece ter irremediavelmente destruído os registos mais antigos. Por outro lado, a importância desta zona reflecte-se na decisão régia durante o século XIV de construir a Alfândega e a Rua Nova<sup>25</sup>, que começava na Rua dos Mercadores e terminava junto a S. Francisco. Ainda nesta época, regista-se já a existência da Rua das Congostas que se desenvolvia desde o Largo de S. Domingos até à Rua da Alfândega.

Na época moderna, pelo menos no século XVII, podemos enquadrar as estruturas de edifícios na sondagem C, visto que nos negativos do lajeado foi recolhida uma moeda do século XVII, assim como os vestígios da oficina cerâmica detectada na sondagem F e ainda os lajeados e muros identificados durante o acompanhamento arqueológico. De

<sup>24</sup> Não podemos esquecer que, aqui próximo, na Casa do Infante, foram identificados importantes vestígios romanos.

<sup>25</sup> AMARAL & DUARTE, 1985.

acordo com os dados documentais, o quarteirão estender-se-ia desde o limite Nordeste da Praça até ao Sudoeste, sendo o restante espaço ocupado por quintais. Efectivamente, as intervenções e acompanhamento arqueológicos apenas detectaram nesta área a existência de canalizações relacionadas já com a construção da Praça.

Em 1838, a construção da Rua Ferreira Borges provocou a destruição de algumas das casas no limite Sudoeste da Praça, e em 1876 iniciou-se a construção do segundo troço da Mouzinho da Silveira que motivaria a destruição da Rua das Congostas até à Rua Nova. Apesar de os terrenos já estarem em fase de desalojamento, foi ainda autorizada em 1877 a construção do edifício identificado na sondagem F, posteriormente expropriado em 1883 para construção da Praça do Infante D. Henrique inaugurada em 1885. Terá sido neste intervalo de dois anos que foi demolido todo o quarteirão e reorganizadas todas as infra-estruturas que serviriam o futuro Jardim. Desta fase são grande parte das canalizações identificadas.

Construída a Praça com o seu Jardim em 1894 foi inaugurada a estátua do Infante D. Henrique, cuja sapata assenta sobre um complexo de canalizações que estariam relacionadas com o antigo quarteirão.

Em finais do século XIX/inícios do século XX terá sido introduzida a canalização para a iluminação a gás da Praça. Dado que alguns dos seus tubos aproveitam as canalizações de águas, estas já estariam desactivadas. Posteriormente, estas mesmas canalizações pétreas foram aproveitadas para a introdução de cabos eléctricos.

A Praça permaneceu praticamente inalterada ao longo do século XX, até 1998 altura em que se iniciaram as sondagens arqueológicas de avaliação, tendo a construção do parque de estacionamento subterrâneo início em Maio de 2000 e sendo inaugurado em finais de 2001.

Da organização original da Praça, hoje apenas se mantém a área ocupada e a estátua do Infante (Figura 11), assim como a memória material do que foi exumado nas intervenções arqueológicas e a memória imaterial dos que naquela praça passaram e dela fizeram seu abrigo, até mesmo ao período das intervenções arqueológicas. Curiosamente, o arqueólogo busca incessantemente a cultura material resultado de um passado remoto ou não, com o suposto objectivo de retratar a presença humana de então, ou seja, como um modo de melhor compreender as diferentes formas de viver de outrora; no entanto, parece continuar sempre presente a demanda pelos tão afamados «cacos» ou estruturas, quase relegando para um segundo plano a vivência humana sem a qual nunca a primeira seria possível.

Este trabalho teve como móbil apresentar as rápidas e sucessivas mudanças que ocorreram num pequeno espaço, Praça do Infante, principalmente a partir do século XIX, século de um profundo fervilhar humano, cultural e comercial, o que de facto se reflectiu na tão exímia cultura material detectada.



**Figura 11** – Aspecto actual da Praça D. Infante Henrique.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Paula Barreira; SOUSA, Ana (2002) – *Relatório Final do Acompanhamento Arqueológico da construção do Parque de estacionamento Subterrâneo da Praça do Infante*. Porto: Archeo´Estudos, Lda. Relatório policopiado.
- AFPIUA (1998) – *Relatório final: parques de estacionamento – avaliação preliminar do potencial arqueológico do Subsolo da Praça do Infante*. Aveiro: Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro.
- ALMEIDA, José António Ferreira de, coord. (1988) – *Tesouros artísticos de Portugal*. 3ª reimp., Lisboa: Selecções do Reader's Digest.
- ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (1988) – *O Porto na época dos Almadás*. Porto: Câmara Municipal do Porto, vol. 1.
- AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel (1986) – *Os homens que pagaram a Rua Nova. Fiscalidade, Sociedade e Ordenamento territorial no Porto Quatrocentista*. «Revista História», vol. VI. Porto: Centro de História da Universidade do Porto.
- AMORIM, Alexandra Agra; PINTO, João Neves (2001) – *Porto d'agoa*. Porto: Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto.
- ASSUNÇÃO, Ana Paula (1997) – *Fábrica de Louça de Sacavém*. Lisboa: Edições INAPA.
- BALDAQUE, Mónica, coord. (1998) – *Fábrica de Massarelos*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis.
- BRUUN, Patrick M. (1966) – *The roman imperial coinage (RIC). Vol. VII Constantine and Licinius*. London: Spink and Son Ltd.
- CATÁLOGO do III Leilão Vista Alegre. Lisboa: Estar Editora, 1998.

- CMPGAU (1997) – *Relatório de avaliação documental prévia do potencial arqueológico da Praça do Infante D. Henrique*. Porto: Câmara Municipal do Porto/Gabinete de Arqueologia Urbana. Relatório policopiado.
- CUHAJ, George (2009) – *Standard Catalog of World Coins 1801-1900*. Iola: Krause Publications.
- DESCRICÃO histórica das arcas, aquedutos e fontes do Porto ... em 1838. «Tripeiro» (1913), ano 3 (103), p. 484 e 104, p. 507.
- FERNANDES, Isabel Maria; MOSCOSO, Patrícia; SILVA, João Ribeiro da; MILHAZES, Maria Cláudia (2009) – *A louça preta de Bisalhães (Mondrões, Vila Real)*. Vila Real / Barcelos: Museu de Arqueologia e de Numística de Vila Real / Museu da Olaria.
- FONTES, Adriano (1908) – *Contribuição para a Higiene do Porto. Analyse Sanitária do seu Abastecimento em Água Potável*. I. Porto.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e (1999) – *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea Editora.
- GARRETT, Antão de Almeida (1961) – *Aquedutos, Fontes e Chafarizes do Velho Porto*. «Boletim Cultural», 24 (1/2). Porto: Câmara Municipal do Porto, p. 197-203.
- ITINERÁRIO da Faiança do Porto e Gaia. Porto: Museu Nacional Soares dos Reis, Instituto Português de Museus, 2001.
- MAGRO, Francisco A. Costa (1986) – *Ceitis*. Sintra: Inst. Sintra.
- MARÇAL, Horácio (1968) – *O abastecimento de água à Cidade do Porto e à Vila de Matosinhos*. «Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos», n.º 15. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos.
- MARTINS, Carla Maria Braz (1999) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica realizada na Praça do Infante D. Henrique (S. Nicolau, Porto)*. Porto: Archeo´Estudos, Lda. Relatório policopiado.
- MARTINS, Carla Maria Braz (2000) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica em área na Praça do Infante, Porto*. Porto: Archeo´Estudos, Lda. Relatório policopiado.
- MORENO, Humberto Baquero (1985) – *O fornecimento de água ao Convento de S. Domingos nos séculos XIV e XV*. «Boletim do Arquivo Distrital», n.º 2. Porto: Câmara Municipal do Porto, p. 57-70.
- PACHECO, Helder (1984) – *Porto*. Lisboa: Editorial Presença, p. 91-92.
- REAL, Manuel Luís, coord. (1992) – *Uma cartografia exemplar, o Porto em 1892*. Porto: C. M. P. / AHMP.
- SERÉN, Maria do Carmo; Pereira, Gaspar Martins (1994) – *O Porto Oitocentista*. In RAMOS, L. A. de O., dir. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p. 376-521.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1994) – *Tempos Modernos*. In RAMOS, L. A. de O., dir. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p. 254-375.
- SILVA, Germano (2000) – *Fontes e Chafarizes do Porto*. Porto: Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto.
- SIMAS, Filomena; ISIDRO, Sónia (1996) – *Dicionário de Marcas de Faiança e Porcelana Portuguesas*. Lisboa: Estar Editora.
- SOUSA, Armindo (1994) – *Tempos Medievais*. In RAMOS, L. A. de O., dir. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p. 118-253.
- VASCONCELOS, Maria João, coord. (1996) – *Azulejos no Porto*. Porto: Edições ASA.
- VAZ, J. Ferraro; SALGADO, Javier (1984) – *Livro das moedas de Portugal*. Braga: Barbosa & Xavier.
- VELASQUES, Gabriel Pedro (2001) – *Memórias d'Água. Fontes, Fontanários e Chafarizes*. Matosinhos: Contemporânea Editora.
- VITORINO, Pedro (1931) – *A fonte das Congostas*. «Tripeiro», 4ª série, n.º 7. Porto: Associação Comercial do Porto, p. 98-99 e 102-103.

## FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP):  
*Catálogo dos livros de plantas*, 1982, p. 20 e 24.  
*Expropriações*, livro 53, f. 1 e livro 61, p. 292.

*Lançamento da Décima da Cidade*, f. 267-279, n.º ref. 1416, e n.º ref. 4458 (1), 2870.

*Obras no abastecimento*. «Próprias», livro 2, f. 59.

*Plantas de casas*, livro 62, f. 10-12.

*Planta indicando os aquedutos a reconstruir*, in «Documentação da Carta da Cidade», estudos, caixa 2, v. 8 (2).

*Termos diversos*, livro 7, f. 148.

*Livro de Próprias*, 165, Fl. 130.

*Livro das Actas das Vereações*, 130, Fl. 104v.





# EM TEMPO DE CRISE

## UMA MEMÓRIA DOCUMENTAL DA SOCIEDADE DOS ARTÍFICES NA BAHIA OITOCENTISTA\*

MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE LEAL\*\*

**Resumo:** Os documentos existentes na Sociedade Montepio dos Artífices da Bahia, fundada em 1832, representam valor patrimonial de relevância, enquanto materiais de memória para os estudos sobre o mutualismo e a história social e cultural do trabalho. As Atas de 1852 serão analisadas com os objetivos de revelar os processos de embates entre grupos rivais, representantes de forças políticas tradicionais e emergentes no seio societário, e a preocupação por parte dos artífices com o estilo de escrita adotado, o que se transformou em matéria de discussão. Por se tratar de um contexto de crise política interna, estas Atas demonstram uma elaboração intencional, aqui considerada herança documental transformada em monumento destinado à rememoração.

**Palavras-Chave:** Mutualismo; memória e patrimônio documental; história social do trabalho da Bahia; Sociedade dos Artífices.

**Abstract:** The documents held by the Sociedade Montepio dos Artífices da Bahia (Mutual Society of Bahia Craftsmen), founded in 1832, represent a significant heritage value, as materials of memory for studies on mutualism and the social and cultural history of work. The Society's minutes of 1852 will be analyzed in order to better understand the processes of clashes between rival groups, representatives of traditional and emerging political forces within the Society, and the concern of the craftsmen with the style of writing adopted, which became a controversial motive of dispute. Since this is a context of internal political crisis, these minutes reveal an intentional preparation, here considered as documentary heritage transformed into a monument for remembrance.

**Keywords:** Mutualism; memory and documentary heritage; social history of work in Bahia; Society of Craftsmen.

## INTRODUÇÃO

Os acervos documentais existentes em arquivos de sociedades mutuárias de trabalhadores, fundadas durante a monarquia brasileira (1822-1889), são fontes raras e preciosas para estudos sobre o mutualismo e a história social e cultural do trabalho. Especialmente por se tratar de acervos sobreviventes ao período republicano e que hoje representam valor patrimonial de relevância histórica e cultural. Na Bahia, das poucas sociedades mutuárias existentes e em funcionamento, a Sociedade Montepio dos Artífices, fundada a 16 de Dezembro de 1832, possui um importante conjunto de documentos escritos, considerados materiais de memória, que refletem os processos de organização interna e articulações

---

\* Neste artigo estão apresentados resultados parciais do projeto de pesquisa de pós-doutoramento, realizado na Universidade do Porto-Portugal, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB.

\*\* Nota Biográfica: Doutora em História Social e Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia. Como bolsista FAPESB, desenvolve pós-doutorado na Universidade do Porto / Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», com o projeto «Mutualismo: experiência associativa de trabalhadores livres no Brasil oitocentista». Realiza pesquisas no campo da história social e cultural do trabalho sobre o que tem publicado artigos e os livros «A Arte de ter um Ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Baía – 1872-1996» e «Manuel Querino entre Letras e Lutas – Bahia: 1851-1923».

externas de artífices, ao inaugurarem, de forma pioneira, uma associação de auxílio-mútuo na Bahia no pós-independência.

Dos documentos analisados neste artigo estão as atas das sessões realizadas em um momento de crise política interna, no ano de 1852. Estas revelam os processos de embates entre forças políticas tradicionais e emergentes no seio societário, bem como as formas de articulação externa, através do abrigo dos poderes intelectuais e político-policiais envolvidos nos episódios que se sucederam. Deste conjunto de atas, a relevância também se encontra nas condições de produção da sua escrita, enquanto fabricação de materiais de memória, que passaram a ser objeto de debate entre os grupos rivais. As atas se transformavam em registros intencionais, enquanto herança documental destinada à rememoração, por se constituírem em referência documentada e fonte que retratavam, ou ainda interpretavam, um importante acontecimento vinculado a interesses de grupos que protagonizaram ações e reflexões sobre os destinos de cada um em um contexto de transformações mais amplas que atingiram o império brasileiro no seu ideário liberal, cujo marco político-econômico esteve associado à extinção do tráfico de escravos (1850), cujos desdobramentos movimentaram o mundo do trabalho nas suas diversas dimensões.

Le Goff, ao refletir sobre a relação entre documento e monumento, considera que a memória, ao ser caracterizada monumento, deve ser visitada pelo historiador partindo do princípio de que «todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta»<sup>1</sup>, pois ela é sempre lapidada pelo contingenciamento da lembrança, pela distância temporal e social, entre outras distâncias. Assim, o monumento tem o sentido de fazer recordar, instruir, emitir sinais do passado. Ou seja, evoca o passado para perpetuar a recordação, voluntária ou involuntária, como legado à memória coletiva. Como estímulo da memória para a recordação, o monumento ou os diferentes documentos e todos os bens culturais de comunidades representam, para pessoas ou para uma sociedade, elos significativos de continuidade entre o que foi e o que é, ganhando, assim, *status* de Patrimônio. Desta forma, o que pode merecer significado social ao patrimônio seria, justamente, o interesse pelo presente e, portanto, como meio de ligação com o passado, deve fazer sentido no nosso cotidiano. Portanto, é no coletivo, no social, que o monumento, ou os documentos na sua expressão mais larga, se configuram em patrimônio de um povo, conforme Mariuzzo<sup>2</sup>.

Neste aspecto, os documentos da Sociedade dos Artífices, considerados patrimônio histórico-cultural de relevância para os estudos sobre experiências associativas de trabalhadores na Bahia monárquica, são monumentos erigidos numa dinâmica particular de escrita relacionada a um contexto de crise interna, cujo teor foi fortemente debatido pelos associados nas assembleias. As atas, elaboradas sob a responsabilidade do então 2.º Secretário da Mesa, o ferreiro Luiz Lopes Ribeiro, teriam gerado incômodos para alguns dos envolvidos, por pretenderem revelar os acontecimentos numa escrita

---

<sup>1</sup> LE GOFF, 1996: 433.

<sup>2</sup> MARIUZZO, 2004.

considerada «verdadeira», o que caracteriza a intencionalidade sobre a produção de uma herança documental que passaria a integrar a história institucional. Portanto, são materiais de memória que compõem uma escrita autoral, por nelas estarem registradas posições, estratégias, atitudes, daqueles que vivenciaram um complexo momento de confrontação no seio da classe trabalhadora na disputa pelo lugar da cidadania prometida pela Constituição de 1824. São «vozes» inscritas por artífices, artistas, trabalhadores manuais que legaram uma experiência no processo de arrumação das forças políticas, econômicas, sociais, que se desenharam a partir dos anos de 1850 em particular.

Durante a segunda metade do século XIX, diversas sociedades mutuárias foram fundadas, quando se observou a sua expansão não somente na Bahia, mas no Brasil. Na Bahia, reinou soberana a Sociedade dos Artífices durante 20 anos<sup>3</sup>. Neste período, teve a oportunidade de acumular experiências, conquistando espaço social, político e econômico entre os trabalhadores da cidade, e expandindo seu prestígio nas formas de negociação e de condução das práticas associativas com autoridades e trabalhadores. Os artífices teriam testado e comprovado a eficácia associativa, o que motivaria outros grupos a aderirem à forma mutualista moderna e fundarem suas associações no complexo campo de forças políticas que se desenhou entre as diferentes categorias de trabalhadores.

Em 1852 ocorreu uma importante cisão no interior da Sociedade dos Artífices, gerada por um movimento de repúdio à política dos dirigentes que hegemonizavam as Mesas administrativas, ligados ao grupo fundador. O grupo denominado «dissidente», ou «turbulento», ou ainda «exaltado», não concordava com o método de gerenciamento das «operações do cofre», cujo conteúdo financeiro e econômico resultava do acúmulo das jóias de entrada de novos sócios, mensalidades e, mais fortemente, dos rendimentos dos penhores. A Sociedade se estruturou financeiramente sobre os penhores que serviam para garantir juros e mais rendimentos, a fim de se fazer frente às demandas dos associados. Dentre tais demandas estavam os empréstimos que se multiplicaram e se tornaram uma das questões de desavenças internas.

A Sociedade passou a viver experiências políticas delicadas, as quais definiram incompatibilidades entre associados e os rumos subsequentes, configurados na formação de dois «partidos» – um «moderado» e outro «exaltado». Tratava-se de um tema estratégico para a consolidação do mutualismo no contexto de configuração das forças liberais que se expandiam no Brasil a partir de 1850. Especialmente em se tratando do processo crescente de urbanização, de institucionalização das casas bancárias, e seus desdobramentos econômicos, políticos, sociais e culturais que impactaram, particularmente, os destinos de trabalhadores descapitalizados. A cultura associativa, vinculada às formas corporativas de organização do trabalho, se transformava.

---

<sup>3</sup> De 1832 a 1852 existiam em Salvador três associações de auxílio mútuo de trabalhadores: Sociedade dos Artífices (1832); Sociedade Protetora dos Desvalidos, que migrou da condição de Irmandade para Sociedade em 1.º de Novembro de 1851; e a Sociedade Médico-Pharmaceutica de Beneficência Mútua, cujas notícias datam de 1841.

## RUMOS DA DISCÓRDIA

A Sessão de 2 de maio de 1852 foi a detonadora das divergências internas, conforme as Atas as descrevem. Após a apresentação do relatório da administração anterior à Mesa eleita para o ano de 1852, sob a presidência do chapeleiro Manoel Ladisláo Soeiro<sup>4</sup>, sobre as «operações do cofre», e diante dos prejuízos apontados pelos empréstimos via penhores, foi proposto, pelo Presidente, que se adotasse medidas urgentes e alternativas para aplicação dos fundos sociais. A Mesa aprovou tal proposta e, após grande debate «pró e contra», foi deliberado «que se não desse mais sob penhores ... sem que se tratasse de liquidar o cofre a fim de se recolher o seu capital a algum dos estabelecimentos bancaes....»<sup>5</sup>. O grupo que votou contra, liderado pelos sócios fundadores, como os carpinteiros João Izidoro Pereira (1.º Presidente da Sociedade em 1832) e Francisco Anastácio Santos Mangabeira, inconformados, reagiram e se organizaram a fim de derrubar tal medida.

A prática de empréstimos era uma tradição advinda das irmandades religiosas, consideradas espaços de amparo espiritual e proteção sócio-econômica aos membros. Estas atuavam, em grande medida, como agências de crédito que movimentavam as economias locais, especialmente no meio urbano. Na Bahia, como no Rio de Janeiro, o processo de «autofinanciamento colonial», com a interferência de irmandades religiosas, apontava para uma vasta rede creditícia voltada para a produção e o comércio<sup>6</sup>. No caso particular de financiamento de atividades artesanais, este mecanismo viabilizou certa dinamização produtiva, o que teria garantido sobrevivência, autonomia, independência econômica e ascensão social de uma mão-de-obra livre qualificada<sup>7</sup>. Para Barreto<sup>8</sup>, a presença de artesãos, na condição de devedores, caracteriza uma importante dinamização creditícia, na qual o artesanato está vinculado a um valioso «setor orgânico e vivo da atividade econômica»<sup>9</sup>. Neste caso, importante é ressaltar o papel da Santa Casa de Misericórdia, considerada uma das instituições «das mais ativas no mercado de dinheiro e das mais rigorosas na execução dos credores»<sup>10</sup>. No cofre estavam guardadas as riquezas

<sup>4</sup> Manoel Ladisláo Soeiro foi admitido na Sociedade dos Artífices a 17 de Junho de 1849 e demitido a 12 de Dezembro de 1852. Liderou o grupo dissidente, participando da fundação da Sociedade Montepio dos Artistas em 2 de Fevereiro de 1853.

<sup>5</sup> ASMPA, Ata de 2 de Maio de 1852.

<sup>6</sup> FRAGOSO, 1998.

<sup>7</sup> Estudos acerca da atuação sócio-econômica de irmandades leigas no período colonial apontam para uma vitalidade importante de reprodução econômica através do financiamento e crédito para as atividades artesanais. Ver DIAS, Maria Odila da Silva – *A interiorização da metrópole*. In MOTTA, Carlos Guilherme, org. (1972) – *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva; BOSCHI, Caio César (1986) – *Os leigos e o poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática; LOBO, Maria Eulália (1973) – *Estudos das categorias sócio-profissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820-1930*. «Revista Brasileira de Economia», n.º 27 (Outubro), p. 133-135; BARRETO, Daniela Santos (2002) – *A despeito do defeito. Artesãos na cidade do Rio de Janeiro, c. 1690-c.1750*. «Acervo». Rio de Janeiro, v. 5, n.º 2 (Jul./Dez.), p. 69-86; BARRETO, Daniela Santos (2002) – *A qualidade do artesão: contribuição ao estudo da estrutura social e mercado interno na cidade do Rio de Janeiro, c. 1690-c.1750*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS; MARTINS, Mônica de Souza N. (2008) – *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamound; RUSSELL-WOOD, A. J. R. (2005) – *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

<sup>8</sup> BARRETO apud MARTINS, 2008: 138-139.

<sup>9</sup> MARTINS, 2008: 139

<sup>10</sup> BARRETO apud MARTINS: 140.

dos irmãos e, portanto, ali estava depositada a esperança de muitos atingirem seus objetivos terrenos e celestiais<sup>11</sup>.

Tal prática foi mantida na cultura associativa durante a monarquia. Para a Sociedade dos Artífices, o Cofre, neste aspecto, protagonizou, simbolicamente, decisões, combates, intrigas, dissidências. No Cofre Social estava guardado o capital da instituição, composto de ouro, cobre, prata, dinheiros, para o atendimento dos seus propósitos mutualistas. Para garantir rentabilidade dos recursos provenientes de jóias de entrada e mensalidades e fortalecer a capacidade financeira, foi adotado o método de empréstimos via penhores, com juros estipulados e arbitrados em reuniões<sup>12</sup>. Os sócios recorriam à instituição em busca de numerários. Para assegurar o crédito, o penhor, representado por qualquer objeto móvel ou imóvel de valor relativo à soma pleiteada, se constituiu em garantia para o credor. É importante ressaltar que a busca pelo crescimento do patrimônio institucional se tornou rotina dos dirigentes, os quais apelavam para diversas estratégias como subscrições, rifas, empréstimos internos, loterias e penhores a juros, tendo em vista a fragilidade no cumprimento dos deveres dos associados em pagarem suas mensalidades e até as jóias de entrada.

Os empréstimos eram concedidos mediante requisição do associado à Mesa Administrativa que, por sua vez, analisava o pedido e negociava os juros e a forma de pagamento em reunião entre a Mesa e os associados. Em Dezembro de 1834 ficou deliberado em reunião de que, a partir de então, precisando qualquer sócio de empréstimo, só sairia dinheiro do cofre com seu respectivo penhor. Na ocasião, o sócio Raimundo de Santa Roza apresentou um penhor de ouro com 13 oitavas para o cofre lhe emprestar 25 mil reis com seus juros competentes no prazo de dois meses. Na oportunidade, o Presidente alertou aos associados para a necessidade de «cuidar [dos] nossos mensais que estamos atrasados»<sup>13</sup>. A irregularidade e falta de cumprimento das responsabilidades sociais, especialmente aquelas relativas aos pagamentos das mensalidades, bem como das dívidas contraídas, ficaram cada vez mais problemáticas, causando instabilidade institucional, tensão entre associados, desconfiças e inviabilidade no cumprimento das obrigações estatutárias, especialmente aquelas relativas aos socorros solicitados. Alguns desses penhores eram raramente resgatados conforme acordos firmados. A maioria, contudo, era negociada pela Sociedade e, muitas vezes, arrematada por valores inferiores aos empréstimos concedidos.

Em Sessão de 2 de Novembro de 1851, o então 1.º Secretário, Manoel Ladislau Soeiro, informava que seriam postos à venda os penhores existentes no cofre, por ter

---

<sup>11</sup> Tais mecanismos também foram adotados pelas irmandades de negros. Sobre o funcionamento e organização da Irmandade do Rosário dos Pretos em Salvador, ver FARIAS, Oliveira Farias (1997) – *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX*. Salvador-Ba: Faculdade de Filosofia da Ufba. Dissertação de Mestrado em História.

<sup>12</sup> Sobre os índices dos juros aplicados sobre os empréstimos, as Atas informam apenas, em linhas gerais, que eram estipulados nas reuniões, sem indicação precisa dos valores. O que sugere que os casos eram tratados individualmente sem regras claras e objetivas.

<sup>13</sup> ASMPA, Ata de 21 de Dezembro de 1834. O sócio Raimundo de Santa Roza foi suspenso no ano de 1835 e, a 12 de Setembro de 1841, foi demitido por estar devendo 15\$000 de mensais. ASMPA, Livro de Termo de Admissão e Demissão de Sócios de 1832 a 1845.

expirado o prazo anunciado para as remissões dos mesmos<sup>14</sup>. Segundo a Ata de 2 de maio do ano seguinte, o mesmo Soeiro, eleito Presidente, apresentou o relatório sobre as operações do cofre e rendimento

*dos penhores de diferentes pessoas abonados pelas quantias tomadas sendo os seguintes de Bonifácio José da Cunha uma cruz com crucifixo por doze mil réis; um anel de carolina por seis mil réis; cinco padres nossos enfeitados por sete mil réis; um anel de (...) por quatro mil réis; de Firmino da Silva Serva pela quantia tomada de noventa mil réis vendeu-se um par de brincos por (...) cinco mil réis; dos penhores de João Nepomuceno Carneiro da quantia de dezenove mil e quatro vendeu-se um par de poleeiras de 'filagrama' por vinte mil réis; de José Domingues Galdino de penhores tomados por vinte mil réis, vendeu-se um de botões por cinco mil e duzentos e cinquenta. Forão para D. Anna Ritta de S. Miguel diversas peças que precisou no valor de cinquenta e um seis centos e quarenta<sup>15</sup>.*

É ilustrativo o exemplo do penhor de Firmino Serva. Este havia tomado noventa mil réis e, deste montante, apenas cinco mil fora recuperado com a venda de um objeto. Observa-se, portanto, que os valores emprestados não eram recuperados pela Sociedade, que, por sua vez, teria que investir na venda dos objetos penhorados, o que significava mais esforço por parte de comissões responsáveis para este trabalho, cujos resultados eram insatisfatórios. Assim, a Sociedade experimentava, dia a dia, prejuízos financeiros.

Com as avaliações negativas sobre operações de penhores e as decisões de encerrar tal «negócio», o grupo, considerado «moderado», liderado por Izidoro Pereira, por ser minoria, logo procurou, através de uma estratégia que desrespeitava os Estatutos, o retorno de alguns membros demitidos pela falta de pagamentos. Assim, os «moderados» conseguiram maioria e os protestos contra a deliberação da retirada dos fundos sociais para um banco foram veementes, chegando a violentos. Em nova sessão de 20 de junho, presidida por Mangabeira, a medida foi derrubada após nova votação sobre a mesma proposta. Esta sessão, bastante conturbada, «com diversos intervalos para acalmar os ânimos»<sup>16</sup>, definiu os rumos da separação interna. Foi uma arrumação de forças que não só defendia a matéria em si, mas o que ela representava – quebra da tradição com a substituição dos penhores por uma nova forma de rendimento vinculada ao banco, instituição desconhecida e nova para os associados, retirando-lhe a liberdade e autonomia de administrá-los; disputa pelo poder por parte de novos associados e consequente perda de hegemonia do grupo fundador; mobilização política em defesa do modelo associativo configurado no mutualismo, ao se constatar a força social, política e econômica que representava para os trabalhadores.

A Sessão seguinte (18 de Julho), presidida por Soeiro, considerada a mais concorrida dos últimos tempos, teve uma presença de 45 sócios, além da participação do Chefe de Polícia, chamado pelo Presidente. Pela descrição da Ata, teria sido uma Sessão «controlada»,

<sup>14</sup> ASMPA, Ata de 2 de Novembro de 1851.

<sup>15</sup> ASMPA, Ata de 2 de Maio de 1852.

<sup>16</sup> ASMPA, Ata de 20 de Junho de 1852.

quando novamente foi votada a matéria sobre a transferência ou não dos fundos sociais para um banco. Reconhecido legalmente pelos associados, o resultado foi favorável à não saída dos «dinheiros» e manutenção do sistema de penhores. Novamente a autoridade policial se fazia presente na Sessão subsequente (1.º de agosto). Desta vez representada pelo Sub-delegado, a pedido de alguns sócios. Com a presença de 30 sócios, a Sessão também pareceu controlada, apesar de ter sido a que melhor resumiu os antagonismos gerados no interior da Sociedade e as estratégias políticas utilizadas pelos grupos, na correlação de forças estabelecida entre seus pares.

Em consequência da vitória dos «moderados», a Mesa composta pelos «exaltados», em protesto, pediu demissão. Seguiu-se a apresentação de um «Nós-abaixo» requerendo «que em virtude da desarmonia que reina na Sociedade nós queremos desligar, recebendo cada um dos que quiserem sair tudo quanto tem contribuído até o dia de sua retirada...»<sup>17</sup>, além da exoneração apresentada pelo então Procurador da Sociedade. Realizou-se nova eleição da Mesa e assumiram a presidência Francisco Anastácio Santos Mangabeira e os Secretários Antônio Faustino de Jesus (1.º) e Luiz Lopes Ribeiro (2.º) – todos vinculados aos «moderados». Após várias discussões, o Presidente pôs em votação o requerimento apresentado, o qual não passou. Logo em seguida, o sócio Izidoro Pereira declarava sobre a necessidade de convidar os Sócios Protetores para assistir à próxima sessão. São elementos que apontam sobre o apelo dos artífices à proteção da polícia, como forma de conter os ânimos e disciplinar as reuniões, por ser autoridade reconhecida e legitimada, além da importância das presenças dos sócios protetores para atuarem como árbitros diante das «desinteligências» que surgiam entre seus membros, enquanto opiniões autorizadas que, em nome da lei, informavam e esclareciam sobre os destinos legais da Sociedade.

A principal polêmica que se sucedeu em torno do «Nós-abaixo» não estava vinculada à demissão dos 17 signatários<sup>18</sup>, mas sobre as condições impostas para se retirarem da Sociedade. Requeriam o recebimento das jóias e mensalidades pagas desde o dia das suas entradas. Para eles, além de ser um direito que acreditavam possuir, também precisavam daquele capital para realizarem o plano de fundar uma outra associação.

Após longas e intermináveis discussões, sob o árbitro dos Sócios Protetores, o Lente de Medicina Francisco Pereira de Almeida Sebrão e o pintor José Rodrigues Nunes, que buscaram contemporizar as violentas discussões, ficou constatado que, pelos Estatutos vigentes, os requerentes não podiam retirar quaisquer valores da Sociedade. «Esta é a Casa da intriga», assim foi definida, pelo 2.º Secretário Luiz Lopes Ribeiro, redator das extensas Atas, a situação em que se encontrava a Sociedade dos Artífices. Polêmicas, discussões,

<sup>17</sup> ASMPA, Ata de 1.º de Agosto de 1852

<sup>18</sup> Foram os signatários do Abaixo Assinado: Bento José da França Vanique (escultor), Carlos da Silva Cunha (carpinteiro), Felix José Argos Pereira (alfaiate), Felipe Paulino de Santa Anna, Francisco de Paula Martins (alfaiate), João Francisco Coelho, Joaquim Gervásio de Santa Anna, José Gerônimo da Silva, José Jorge Lucas Pinto (espingardeiro), José Maria da Purificação (carpinteiro – «crioulo» livre), José Maria de Souza (carpinteiro), José Themoteo de Mello (marceneiro), Manoel Cassiano Rocha Passos, Manoel Ladisláwo Soeiro (chapeleiro – pardo), Manoel Patricio da Silva, Roberto José Corrêa (sapateiro), Thiago das Neves (alfaiate). Fontes: Querino, Silva, Freire, documentos diversos.



intrigas turbulências, desarmonias, estratégias de conturbar as sessões por parte dos sócios dissidentes, difamações, sarcasmos, insultos, afrontas, reinaram ao longo de sete meses.

## «ATA MONSTRO» E POLÍTICA: CRISE, DIVERGÊNCIAS E RUPTURA

As dissensões se acirraram quando chegava-se à conclusão, tanto por parte dos dissidentes, quanto dos «moderados», sobre a inviabilidade de manutenção das boas relações entre os grupos ou «partidos». A fim de documentar passo a passo as discussões, o então 2.º Secretário, Luiz Lopes Ribeiro, passou a descrever detalhadamente os acontecimentos, conforme o seu ponto de vista e o dos «moderados». Neste sentido, as Atas passavam a refletir um cenário composto de dois blocos antagônicos que discutiam, inicialmente, sobre os destinos dos «dinheiros» da Sociedade e, no desenrolar dos acontecimentos, sobre os direitos e deveres dos associados, ao apontar elementos relacionados à moral, lealdade, respeito, honestidade, desembocando em conflitos pessoais e focando em intrigas que ultrapassavam as portas da Sociedade.

A centralidade das Atas nas preocupações dos associados foi explicitada na sessão de 29 de agosto, que transcorreu com o espírito de embate e combate, especialmente ao se discutir sobre a aprovação da Ata de 15 de agosto, logo ao ser posta em votação. O sócio dissidente Bento da França Vanique se manifestou contrário, apesar de saber que o seu voto não alteraria os rumos «naturais» da sua aprovação, por ser minoria ou voz isolada. Contudo, sustentava a sua opinião por considerar impossível

*que o Sr. 2.º Secretário redigisse uma ata tão extensa narrando tudo quanto se passou na Casa, e que se admirava; porque não tinha visto outra igual, apesar de ter algumas coisas demais, e outras de menos que as não mencionou, mas que louvava o trabalho a que se deu, e para fazer uma ata de semelhante natureza seria preciso que o Sr. 2.º Secretário fosse Taquígrafo para poder fazê-la assim, e não sendo necessário uma tal redação, ele aconselhava ao 2.º Secretário que fosse mais moderado nas suas atas, por isso que certas coisas se não faziam preciso escrever, e a bem de outras observações que fez ultimou dizendo que não podia aprovar uma ata monstro, e portanto votava contra, embora seu voto de nada valesse<sup>19</sup>.*

Retrucando a opinião do sócio Vanique, Antonio Faustino de Jesus (1.º Secretário), considerou que toda a «minuciosidade» presente na ata retratava o quanto se havia passado na Casa e que, ao lê-la,

*estava gostando da pachorra que teve o 2.º Secretário de mencionar tudo quanto se passou, e que desde que ele era Sócio nesta Casa não tinha visto outra semelhante, e ele mesmo não se achava com capacidade de a fazer sem mínima discrepância, e o resultado das Sessões assim devem ser mencionados seus atos, e não há quem diga que a ata tenha alterações de mais, antes para menos...<sup>20</sup>*

<sup>19</sup> ASMPA, Ata, 29 de Agosto de 1852.

<sup>20</sup> *Idem*.

Argumentando a favor do estilo da Ata, Antonio Faustino considerava aquela discussão proposital para interromper os trabalhos da Sessão, parecendo até ser de «encomenda». Assim arguiu ao sócio Bento se teria encontrado na Ata alguma coisa que não se passara e que em caso positivo o convencesse, pois, para ele, Antonio Faustino, não havia encontrado nada de mais, «antes para menos». Concluía sua defesa ao revelar a preocupação do sócio Bento, por «nela se contar coisas que se [passaram], que talvez lhe sejam desagradáveis para o futuro»<sup>21</sup>. Portanto, estava satisfeito pelo mérito da Ata fazer-lhe recordar «vivamente da questão passada» e que, por isso, rogava «ao Sr. 2.º Secretário a continuação legal nas suas Atas como tem feito, desempenhando o lugar para que foi nomeado...»<sup>22</sup>.

A discussão prosseguiu com outras opiniões em apoio ao conteúdo e estilo da ata. O próprio 2.º Secretário respondeu a Bento Vanique «*a sangue frio, e com a política que se deve observar nas discussões*» (grifo meu), tocando em todos os pontos que discutiu o referido sócio a respeito da «Ata monstro», e finalizou declarando «que abraçava o seu Conselho em não ser mais extenso nas Atas que fizesse, deixando de mencionar o que se passasse nas discussões, quando os Sócios não falassem». Vanique retrucou, «com aquela filantropia de que é dotado», agradecendo «com toda decência ao 2.º Secretário, dizendo que seria melhor as Atas serem mais medianas, a fim de se não encarregar no laborioso trabalho de uma enorme escrituração...»<sup>23</sup>.

Neste debate, relatado pelo 2.º Secretário, estão presentes além da sua percepção sobre os acontecimentos, a forma de qualificar a postura de cada interlocutor – inclusive dele mesmo ao retratar a sua presença de espírito na referida discussão, autodeclarando-se possuir «*sangue frio*» e ter tido uma atitude «*política que se deve observar nas discussões*». O que, para ele, o «sangue frio», ou seja, não deixar os ânimos alterarem o seu comportamento, seria uma virtude e atitude «política». Também, ao se referir a Vanique, o qualificou como dotado de «filantropia», «decente», o que manifesta uma opinião sobre o referido sócio, demonstrando a «civildade» com que foi tratado o tema, apesar de ele, Luiz Lopes Ribeiro, ter tido «sangue frio». Além do que ficou indicado sobre a preocupação para com a forma de documentar as posições e atitudes de cada um na Sessão do dia 15 passado, cujo teor estaria perpetuado na memória da Sociedade através do respectivo registro.

A questão debatida sobre a Ata de 15 de agosto estava vinculada às posições dos sócios «dissidentes» explicitadas na sua redação. Haveria uma preocupação em documentar os acontecimentos que envolviam o respectivo grupo, o que, de alguma forma, poderia desabonar suas condutas diante dos associados, bem como da polícia e dos sócios protetores. Já para o grupo «moderado», representaria a posição de quem estaria com a razão diante das dissensões e, portanto, coberto pela maioria dos associados e das instituições policiais e políticas representadas. O que, certamente, seriam garantias de proteção, respeito e reconhecimento públicos, não somente para os indivíduos isoladamente, mas para a Sociedade em geral.

---

<sup>21</sup> *Idem.*

<sup>22</sup> *Idem.*

<sup>23</sup> *Idem.*

O eixo das divergências encontrava-se na forma do relato sobre o processo de apresentação do requerimento do «abaixo assinado», discutido em Sessão de 1.º de agosto, quando o pleito de desligamento dos associados signatários fora rejeitado. Novamente o assunto entrou na pauta da Sessão de 15 de agosto, após a re-apresentação do referido requerimento por Antônio Faustino. Este debate se estendeu por toda a sessão, quando argumentos e contra-argumentos foram para além da matéria em si, indo na direção de ataques pessoais. Antônio Faustino argumentava que o corpo social não podia negar o pedido de suas demissões, «embora irrefletidamente na Sessão passada se tivesse dado o despacho contrário»<sup>24</sup>, mas, contudo, «era de parecer que fossem desligados por que assim o pediam; e quanto a segunda parte da citada representação não tinha lugar o recebimento de suas jóias e mensalidades em virtude do Art. 10 dos Estatutos que nos rege»<sup>25</sup>. Ou seja, o jogo provocado pelo sócio Faustino, ao retomar a discussão, certamente possuía o objetivo de eliminar os sócios signatários, representados por um grupo que, para Faustino, seria inimigo.

As divergências se aprofundaram. José Themoteo logo se manifestou sobre a impossibilidade de continuar vinculado à Sociedade, por esta se encontrar «reduzida a dois elementos de partido», o que motivava ele e seus companheiros a se desligarem, «e que estando tratando da criação de uma outra Sociedade queria receber seu Capital para nela depositá-lo...»<sup>26</sup>. Ao finalizar, defendeu o objetivo e os sentimentos do ex-presidente Soeiro, bem como de seus colegas, que visaram o engrandecimento e prosperidade da Sociedade e que ao assistirem a sua ruína, «por deliberação legal, resolveu-se por um estabelecimento que mais rendesse em proveito da mesma...»<sup>27</sup>. Como porta-voz do grupo dissidente, o referido sócio procurava mais uma vez argumentar sobre as razões pelas quais não se conformava com o método de aplicação dos «dinheiros» até então adotado, o que, para ele, representava a ruína da Sociedade e, conseqüentemente, um fim duvidoso para com os esforços aplicados por parte de cada associado. Portanto, o pedido era de que saíssem da Sociedade com o capital que havia sido empregado até aquele momento.

O Sócio fundador e líder João Izidoro Pereira, após analisar ponto a ponto a questão, retomou alguns aspectos da discussão, questionando o seu «nobre colega o Sr. Mello» sobre as intenções de seus colegas para com a prosperidade da Sociedade, ao avaliar o trabalho da Mesa anterior e identificar o frágil resultado financeiro. Sobre os penhores, lembrou da proposta da Mesa «para ter-se a Casa aberta todos os dias com 600\$ rs debaixo de uma direção de uma Comissão para dar dinheiros sob penhores vencendo uma porcentagem...». Neste sentido, João Izidoro concluía que «o negócio não é vil e infame», conforme agora era considerado. E observava: «não sei qual o interesse que havia a saída do dinheiro para essa Caixa; o certo é que me consta serem dois marceneiros os mais empenhados na negociada (sic)»<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> ASMPA, Ata de 15 de Agosto de 1852.

<sup>25</sup> *Idem*.

<sup>26</sup> *Idem*.

<sup>27</sup> ASMPA, Ata de 15 de Agosto de 1852.

<sup>28</sup> Estaria se referindo ao termo «negociata».

Pondo em questão os interesses de «marceneiros» na «negociada», José Themoteo Mello logo retrucou na sua defesa: «seria eu?» pois «tinha uma casa sortida no valor de um conto de réis, e que portanto era homem de bem». As tensões se aprofundavam e as discussões se direcionavam para o campo pessoal. A Sessão ficou conturbada com a explosão de alguns sócios que se sentiram agredidos, os quais pediam a execução do Art. 15, que se referia ao comportamento dos associados nas sessões e penas que poderiam sofrer, tais como suspensão e demissão. Diante de tais ameaças, Vanique respondeu:

*...em vista da impossibilidade de não poder mais continuar se fazia preciso declarar alguns atos desairosos que se puseram em prática; porém como se lhe não consentia falar mudaria de rumo, e seria esta a última ocasião que talvez [falasse] nesta Casa, e continuando a desenvolver-se em uma análoga narração declarou que os Artistas aqui existentes todos eram máos (sic), tornando-se imperfeitos...<sup>29</sup>*

Neste sentido, até o sócio Protetor José Rodrigues Nunes, que buscava a conciliação, se manifestou com um «não apoiado», pois sentia-se injuriado pelas palavras do sócio, por considerar-se, bem como os demais artistas, «bons», e que ele, como Artista, sentia-se honrado de ser Pintor. Vanique, após novos esclarecimentos, finalizou pedindo desculpas. Os ânimos estavam acirrados e novamente o requerimento entrava na discussão quando Soeiro se manifestou contra Antonio Faustino, por estranhar o referido sócio ter re-apresentado o requerimento, e que, por isto, o considerava ser «o Anjo exterminador».

Por considerar a questão suficientemente discutida, o Presidente propôs uma decisão imediata para aqueles que não quisessem continuar, a fim de lhes passar o termo de demissão. O porta-voz do grupo «dissidente», José Themoteo de Mello, manifestou que permaneceria como Sócio «visto não poder sair com o seu dinheiro»<sup>30</sup>. Ainda Soeiro, opinando no mesmo sentido, declarou ao Corpo Social que continuava, «visto existir o seu sangue encerrado no Cofre, declarando que dinheiro é sangue», com a condição da Sociedade mandar receber as mensalidades de todos em mão de seu Tesoureiro José Maria da Purificação. Logo João Izidoro retrucou ao informar ser impossível isso acontecer. Soeiro respondeu «que ele e outros aqui não [retornariam], continuavam como simples sócios, e não se sujeitavam às multas»<sup>31</sup>. O Presidente adiou a discussão para a próxima sessão mediante um requerimento. O impasse continuou, conforme a descrição da Sessão seguinte, de 29 de agosto. Nesta Sessão, após os embates travados, João Izidoro, com o objetivo de dar por encerrada a discussão, considerava que na Ata constava tudo o que havia se passado e debatido sem nenhum «acrescentamento», mas, pelo contrário, algumas coisas teriam escapado ao Secretário «por esquecimento». Contudo, seria a Ata mais circunstanciada que já vira, devido à capacidade de seu relator. Por ter a mesma criado tal surpresa para «certa gente que se escrevesse os resultados das

<sup>29</sup> ASMPA, Ata de 15 de Agosto de 1852.

<sup>30</sup> ASMPA, Ata de 15 de Agosto de 1852.

<sup>31</sup> *Idem*.

discussões», era de opinião de que o 2.º Secretário «continuasse essa mesma forma, não lhe escapando nada, e quanto da sua parte estava bem aprovada, e votava a favor»<sup>32</sup>.

Finalmente a Ata foi aprovada pela maioria, com o voto contrário de Vanique. Logo em seguida o referido sócio requereu uma Certidão da Ata, o que foi imediatamente rejeitado, «porque os Estatutos não manda dar Certidões, e os negócios da Sociedade principiam aqui onde se devem acabar, aqui não é Tribunal...»<sup>33</sup>, conforme a indignação exposta pelo sócio Pantalhão José de Campos. Este, dirigindo-se ao 2.º Secretário, pediu que se fizesse constar a sua fala na Ata, porquanto

*qualquer Sócio que quisesse ler alguma Ata da Sociedade [viesses] ler aqui mesmo, e nunca se deve sair para fora da Casa, eu sou de parecer que senão deve dar, porque ele não precisa senão para andar mostrando a seus amigos, e de mais há exemplo na Casa por deliberação tomada para se não dar semelhantes papéis, e eu voto contra*<sup>34</sup>.

## AÇÕES E REAÇÕES: NASCE A SOCIEDADE MONTEPIO DOS ARTISTAS

Segundo os acontecimentos narrados nas Atas subseqüentes, a situação apresentava-se bastante tensa e cada vez mais tumultuada. Após diversas sessões em que se discutiram sobre as penalidades a serem adotadas sobre os 17 sócios «rebeldes», primeiramente foi deliberada a suspensão.

O sócio Passos pedia que se acabasse com os abusos, pondo em votação o destino dos sócios,

*por se unirem aos mais afamados, fazendo parte de seus caprichos, e pisar a Sociedade, fazendo com que se não fizessem os trabalhos, e desacreditando-a por onde se achavam; porém ele não deixava de dizer que sendo Sócio a tantos anos não teve nunca o desgosto como agora, de ver a Sociedade cheia de caluniadores, e inimigos da boa ordem/ quanto ao respeito dos negócios sociais / como tem presenciado de março até o presente, e sendo sua opinião o bem estar da Sociedade votava a favor da suspensão, porque via que alguns moderados tendo-se reunido aos exaltados, tem mostrado muito maior rancor...»<sup>35</sup>*

A sessão caminhou em direção à violência extrema. Novas contendas se instalaram com a informação do Sócio José Jorge Lucas Pinto, ao ouvir do 2.º Secretário que «um Sócio no Consistório da Palma ameaçou aos membros da Mesa com bofetadas». Por isso, pedia para que se declarasse o nome do mesmo «que a tanto se atreveu», e por isso ser indigno de fazer parte da Sociedade<sup>36</sup>.

Chegava o momento de por fim à questão, visto que se devia «evitar sinistros». A suspensão foi a proposta votada para os sócios que unidos «trabalhavam, como bem se

---

<sup>32</sup> ASMPA, Ata de 29 de Agosto de 1852.

<sup>33</sup> *Idem*.

<sup>34</sup> *Idem*.

<sup>35</sup> ASMPA, Ata de 26 de Setembro de 1852.

<sup>36</sup> *Idem*.

conhecia, para acabarem com a Sociedade e que a muito estava planejado, e sendo esta medida salvadora da Sociedade»<sup>37</sup>. Vitoriosa a suspensão, assim concluiu a Ata o 2.º Secretário Luiz Lopes Pereira:

*E pela votação acima foram suspensos para evitar efusão copiosa de sangue, não estarem parte nas discussões, e nelas não comparecerem, pelo tempo que a Sociedade julgar conveniente e de votarem, pela pertinaz conduta com que sempre se apresentavam contra os interesses da Sociedade os Srs. Socios 1. Manoel Patricio da Silva; 2. Manoel Ladisláo Soeiro; 3. Bento José da França Vanique; 4. Roberto José Correia; 5. Filippe Paulino de S. Anna; 6. José Themoteo de Mello; 7. Tiago da Neves; 8. Carlos da Silva Cunha; 9. Francisco de Paula Miz~; 10. José Jeronimo da Silva; 11. José Maria de Souza; 12. Manoel Casimiro Rocha Passos; 13. Purificação; 14. Joaquim Gervasio de Santa Anna; 15. José Jorge Lucas Pinto; 16. João Francisco Coelho»<sup>38</sup>.*

Descontentes com a decisão de suspensão, os sócios dissidentes novamente entraram em cena na sessão seguinte com atos de violência contra a Mesa, «cometendo as maiores arbitrariedades contra o Presidente e mais Sócios, sem temor nem respeito...»<sup>39</sup>. Por não conseguirem derrogar a deliberação e após tomarem conhecimento do ofício do Presidente da Sociedade encaminhado ao Presidente da Província João Maurício Wanderley, no qual informava sobre os «sócios turbulentos» que não queriam se sujeitar à resolução tomada, comunicava que a sociedade iria definir o que julgasse conveniente contra aqueles. Assim, «dirigiram-se em turba» ao Palácio do Presidente da Província. De lá regressaram para o Salão, quando também se dirigia para o mesmo o Subdelegado Felix da Graça Pereira Lisboa, acionado para pacificar os ânimos e arbitrar sobre a questão. Indagando ao Presidente da Sociedade sobre o que havia ocorrido, este respondeu

*que nada havia da parte pacífica da maioria da Sociedade reunida, e quem tinha feito 'tumultuaria', 'algazarra e infame ruído' tinha sido o Sr. Soeiro reunido com seus companheiros (...) motivado pela deliberação tomada de suas suspensões, como fazia ver a Ata aprovada que passava a suas mãos»<sup>40</sup>.*

Após a leitura da Ata, o Subdelegado falou ao Sr. Soeiro «e aos mais de seu partido», que de acordo com a decisão tomada pela maioria, jamais eles podiam ter entrado no recinto e que ele, como Delegado,

*pedia, a bem da ordem, que se retirassem, e que requeressem o seu direito a Autoridade competente se se achassem prejudicados, e retirando-se o Sr. Subdelegado convencendo-os os fez retirarem-se, e ficando a reunião em sua perfeita tranquilidade livre de tão sensível flagelo entraram na continuação de seus deveres...»<sup>41</sup>*

<sup>37</sup> *Idem.*

<sup>38</sup> *Idem.*

<sup>39</sup> ASMPA, Ata de 10 Outubro de 1852.

<sup>40</sup> *Idem.*

<sup>41</sup> *Idem.*

Os ânimos não se aplacaram e novamente a Sociedade passou por apuros em consequência do embargo judicial requerido por Soeiro, quando, no dia 29 de Outubro, as portas da Sociedade foram pregadas e seladas judicialmente. No dia seguinte, um «contra mandado», assinado pelo mesmo Juiz, desembargou a Sociedade e foram abertas as portas. O Presidente Mangabeira explicou que

*em virtude dos Sócios dissidentes aviltantemente terem (...) [mandado] judicialmente e com calunia desairosas fecharem as portas deste Salão, manchando a honra dos membros da Mesa, e de todos os mais Sócios, preciso se fez para manter a Soberania da mesma fazer-se despesa com o Contra Mandado, que montou em 10\$320 rs...<sup>42</sup>*

Após essa nova ação contra a Sociedade, em sessão extraordinária foi votada a eliminação do grupo dissidente, com declaração expressa de não poderem seus membros serem readmitidos sob qualquer pretexto,

*considerando aqueles sócios incursos nas penas dos Artigos. 10.º e 11.º do Regimento interno e resolução de 17 de agosto de 1845, visto como com um tal e tão repreensível procedimento haviam cometido não só uma gravíssima injúria e ofensa à Sociedade trazendo-lhe pesar, descrédito e desonra; mas também o maior desrespeito e desacato à Augusta Efige de S. M. o Imperador, e à Imagem da Divina Padroeira da Sociedade colocados no Salão, ...<sup>43</sup>*

Logo a Sociedade encaminhou um ofício ao Presidente da Província, por considerar «dever» levar ao seu conhecimento «os movimentos ocorridos na Sociedade dos Artífices desta Cidade...»<sup>44</sup> da qual era Sócio Protetor, sobre a eliminação dos sócios por infração dos Estatutos e Regimentos que regem a mesma Sociedade, anexando a lista dos 17 eliminados<sup>45</sup>. A Sociedade, desta forma, enquanto prestava contas à autoridade provincial denunciava os eliminados após ter «lutado com desavenças perpetradas pelos Sócios desorganizadores da boa ordem»<sup>46</sup>.

Quase dois meses depois de eliminados, os sócios dissidentes fundaram a Sociedade Montepio dos Artistas, a 2 de Fevereiro de 1853, sob a proteção do Governo Provincial e do Imperador<sup>47</sup>. As intrigas não prosseguiram e as duas sociedades passaram a conviver na condição de «co-irmãs», mantendo relações de amizade como mantinham com as Sociedades Amparo dos Desvalidos e Dois de Julho, as quais eram regularmente convidadas a participar das comemorações de aniversário e outros eventos.

---

<sup>42</sup> ASMPA, Ata de 31 de Outubro de 1852.

<sup>43</sup> ASMPA, Ata de 12 de Dezembro de 1852.

<sup>44</sup> APEB, Colonial e Provincial. Governo da Província. Sociedade (1833-1889), N.º 1575. Ofício da Sociedade dos Artífices ao Presidente da Província João Maurício Wanderley, de 18 de Dezembro de 1852.

<sup>45</sup> *Idem*.

<sup>46</sup> *Idem*.

<sup>47</sup> Ver SILVA, 1998.

## CONCLUSÕES

O conjunto de atas produzido pela Mesa Administrativa de 1852, sob a responsabilidade do 2.º Secretário Luiz Lopes Ribeiro, por se constituir em documento-monumento, neste sentido patrimônio coletivo de relevância para os estudos sobre a organização de trabalhadores na Bahia imperial, revela diversas dimensões que possibilitam interpretações vinculadas aos comportamentos social e político de um importante grupo que protagonizou experiências de transformações processadas no interior da monarquia escravista brasileira. A relevância desta escrita deve ser tomada, não somente em relação ao rico conteúdo debatido e revelado, mas, sobretudo, em relação ao objeto em si, que se constitui em suporte de memória elaborado diretamente pelos envolvidos no interior da Sociedade dos Artífices. Ou seja, trata-se de textos que fazem ecoar vozes de pessoas comuns, por muito tempo silenciadas pela historiografia, e que merecem ser valorizados e retirados do anonimato.

A estratégia utilizada pela Mesa Administrativa de adotar o estilo «minucioso» das Atas produzidas naquele período de crise, se constitui, no âmbito da construção de uma memória coletiva, em produção de uma escrita intencionalmente elaborada com o objetivo de registrar a presença, a existência de pessoas comuns e, conseqüentemente, provocar a lembrança, a rememoração, a perpetuação. Desta forma, tais documentos se caracterizam em monumentos que marcam a passagem de trabalhadores na instituição, ao documentarem o que fizeram e o que pensaram, a fim de serem lembrados e reconhecidos pela coletividade. Além de revelarem os acontecimentos no presente da ação e da escrita, representam a materialidade de concepções defendidas e aplicadas no jogo político-partidário em seus processos de formação da classe trabalhadora experienciada no complexo campo de forças presente na monarquia, de perfil autoritário e paternalista. Para além das lutas pela consolidação institucional, tais documentos, considerados materiais de memória, manifestam a intencionalidade dos protagonistas em perpetuar a sua passagem pela instituição e pela sociedade em geral, ao afirmarem-se protagonistas que legaram uma herança a ser «lida» pelas gerações futuras, interpretadas e inventadas conforme visões de mundo, ideologias, métodos, narrativas. Como patrimônio histórico-cultural brasileiro, merece ser reconhecido e divulgado, tendo em vista o risco de sua deterioração e destruição, o que implica na promoção da amnésia social através do sepultamento da memória de pessoas comuns, como os artífices do século XIX, que interferiram nos rumos institucionais e políticos da história do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

- FRAGOSO, João Luís Ribeiro (1998) – *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro (2006) – *A talha neoclássica na Bahia*. Rio de Janeiro: Versal.
- LE GOFF, Jacques (1996) – *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp.
- MARIUZZO, P. (2004) – *A construção histórica do patrimônio público*. «Revista Consciência», n.º 52. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/02.shtml>>. [Consulta realizada em 10/06/2004].



- MARTINS, Mônica de Souza N. (2008) – *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamound.
- SILVA, Maria Conceição B. da C. e (1998) – *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura.

## FONTES

- Arquivo da Sociedade Montepio dos Artífices: *Livro de Atas*, 1851-1858; *Livro de Documentos Diversos*.
- Arquivo Público do Estado da Bahia: Colonial e Provincial. Governo da Província. Sociedade (1833-1889), n.º 1575.

# AS BIBLIOTECAS NOS MOSTEIROS DA ANTIGA CONGREGAÇÃO BENEDITINA PORTUGUESA

JOSÉ AMADEU COELHO DIAS, OSB\*

**Resumo:** O autor pretende contribuir para o conhecimento da importância que os beneditinos, seguindo as determinações de S. Bento, davam à cultura nos seus mosteiros, quer através dos «scriptoria», na Idade Média, quer através das bibliotecas, desde o século XVI. Neste ponto, procura realçar o papel dos mosteiros da antiga Congregação Beneditina Portuguesa (1567-1834) e sublinha o interesse que nos mosteiros portugueses se dava às bibliotecas dos respectivos mosteiros. Com este objectivo baseia-se num documento de 1785 já publicado por Camilo Castelo Branco (cfr. *Mosaico e Silva*), bem como nos inventários dos mosteiros, ao tempo da expulsão dos religiosos, em 1834.

**Palavras-Chave:** Biblioteca; mosteiro; Scriptorium; Congregação Beneditina Portuguesa.

**Abstract:** This paper intends to highlight the importance the Benedictines gave to culture in their monasteries, in accordance with the rule of St. Benedict, whether through the «scriptoria» in the Middle Ages, or in their libraries since the 16<sup>th</sup> century. In this regard, focus is brought to bear on the role of the monasteries of the Portuguese Benedictine Congregation (1567-1834), and the relevance given to libraries in Portuguese monasteries. To achieve this goal, a document dating from 1785 that was published by Camilo Castelo Branco (cfr. *Mosaico e Silva*) is analysed, as well as the monasteries' inventories at the time when the religious orders were expelled from Portugal in 1834.

**Keywords:** Library; monastery; Scriptorium; Portuguese Benedictine Congregation.

Um mosteiro, sobretudo um mosteiro beneditino, é, por natureza, um grande edifício material que memorializa e transmite, ao longo dos tempos, a vida dos monges que ali estiveram, servindo a Deus e promovendo a cultura. Por isso mesmo, um mosteiro é, também, pelo seu arquivo e pela sua biblioteca, uma fonte de materiais da memória. Ora, na cultura humana, o gosto e a necessidade dos arquivos e das bibliotecas já vem dos períodos pré-clássicos, do tempo dos Assírios e Babilonenses, como prova o estudo de Samuel Noah Kramer<sup>1</sup>. Incrementou-se, porém, com os gregos e romanos, tendo ficado célebre Biblioteca de Alexandria. Os monges cristãos, sempre baseados na leitura da Sagrada Escritura, não puderam alhear-se da realidade cultural e, por isso, durante a Idade Média, foram não só os transmissores da cultura antiga como até promoveram, nos seus «scriptoria», a conservação e a difusão dos códices da literatura que a civilização cristã ia desenvolvendo. Neste sentido, ficou culturalmente emblemático o papel dos monges beneditinos enquanto construtores de «Memória Material e Materiais de Memória».

\* FLUP/CITCEM.

<sup>1</sup> KRAMMER, Samuel Noah – *A História começa na Suméria*.

## 1. S. BENTO, A LEITURA E A CULTURA

Os beneditinos são a única ordem religiosa da Igreja Católica Ocidental anterior ao ANO MIL. Com efeito, foram fundados por S. Bento de Núrcia (480-547) e, na Igreja e no mundo Europeu, são apresentados como sinónimo de paciência; daí o provérbio, tantas vezes repetido, «Paciência de beneditino»! E porquê? Precisamente por causa da maneira aturada e paciente com que, nos «scriptoria» medievais dos seus mosteiros, transcreveram os escritos antigos e os transmitiram à posteridade<sup>2</sup>. Com a invasão dos bárbaros que tudo destruíam, se não fosse o trabalho dos monges, ter-se-ia perdido o património cultural de gregos, romanos e dos Padres da Igreja Cristã. Está aí o mérito cultural dos monges, a sua acção educativa para o renascimento da Europa ocidental. Rábano Mauro, abade beneditino do mosteiro de Fulda, Alemanha, tinha 12 monges quotidianamente ocupados na transcrição de códices. Foi devido, sem dúvida, à plurifacetada acção dos monges beneditinos com a cruz, o livro e charrua, que S. Bento mereceu ser proclamado por Pio XII «Pai da Europa» e por Paulo VI «Padroeiro da Europa», em 1964, reconfirmado por João Paulo II em 1980<sup>3</sup>.

Os beneditinos constituem, de facto, a ordem mais antiga da Igreja Católica romana. Fundados por S. Bento de Núrcia (480-547), que instituíra mosteiros em Subiaco e Monte Cassino, regem-se pela Regra que ele mesmo, «homem cheio do espírito de todos os justos», lhes deu, uma regra de que o papa S. Gregório Magno (+604) dá testemunho: «Ele escreveu uma Regra dos Monges, notável pela discipulação, de linguagem luminosa. Se alguém quiser conhecer mais a fundo os seus costumes e vida, pode achar nos preceitos da mesma Regra todos os actos do seu magistério; porque o santo varão nunca foi capaz de ensinar coisa diferente daquilo que ele próprio viveu»<sup>4</sup>.

Curioso é que, naqueles tempos bárbaros, o santo legislador se preocupasse com a cultura dos monges e urgisse a leitura como meio de formação. Na realidade, ele determinou que «à mesa dos monges nunca faltasse a leitura» (RB, 38), porque ele bem sabia que o que o pão é para o corpo é a leitura para o espírito.

S. Bento já empregava a palavra «Biblioteca» (RB, 48,15) e, qualquer que fosse a natureza da mesma (bíblica, litúrgica, patrística), o certo é que, nos mosteiros, devia haver um depósito de livros ou códices manuscritos para instrução dos monges. Na verdade, S. Bento usa uma terminologia que nós diríamos corresponder a uma dimensão escolástica de estudo: «*disciplina, discipulus, doctrina, magisterium, schola*». E se defende o trabalho manual, não deixa de aconselhar a leitura divina e de apontar os instrumentos do trabalho intelectual, estilete e tabuinhas («*graphium, tabulas*», RB, 55,19), autênticos

<sup>2</sup> CAVALLLO, G. – *Il monaco, lo scrittoio e il libro*. Seregno: Abbazia San Benedetto, 2002.

<sup>3</sup> PIO XII – «*Fulgens radiatur*». Encíclica de 21/III/1947. Texto português em «*Mensagem de S. Bento*», ano XVI, n.º 5. Singeverga, 1947, 131-146; PAULO VI – «*Pacis Nuntius*». Breve Pontifício de 24/X/1964, in «*Acta Apostolicae Sedis*», 56, 1964 e tradução portuguesa em «*Ora & Labora*», ano XI, n.º 6. Singeverga, 1964, 359-361; JOÃO PAULO II – «*Sanctorum Alitrix*». Carta Apostólica de 11/VII/1980, publicada em «*L'Osservatore Romano*», edição em português, ano XI, n.º 35 (561), 31/VIII/1980, 3-5.

<sup>4</sup> S. GREGÓRIO MAGNO – *Il Livro dos Diálogos. Vida de S. Bento*. Mosteiro de Singeverga/Porto: Edições «Ora & Labora»/Mosteiro de S. Bento da Vitória, 1980 (II Dial. 36). Cfr. FELIZ CARBAJAL, Fr. M.ª Alberico – *Concordancias de los «Diálogos» de S. Gregório Magno y de la Regla de S. Benito*. Burgos: Las Huelgas, 1980.

precursores dos nossos lápis, lapiseiras, canetas, esferográficas e papel. Era esta, pois, uma tradição que até Cassiodoro incentivou no seu mosteiro de *Vivarium*, na Calábria, sul da Itália, quando, no século VI, escrevendo as «*Institutiones divinarum et humanarum litterarum*», afirmava que se deve guardar com a devida cautela a memória da leitura divina mesmo quando, às vezes, se está ocupado com livros seculares<sup>5</sup>. Pedro Venerável, abade de Cluny (século XIII), melhor que ninguém soube apontar o trabalho cultural dos monges e até fez traduzir do árabe o Alcorão<sup>6</sup>.

Mais tarde, por força do espírito cisterciense e influência de S. Bernardo que garantia aprender mais com as árvores da floresta que com os livros<sup>7</sup> e que o monge aprenderia mais à sombra das árvores do que na escola<sup>8</sup>, um velho prolóquio monástico dizia que era «preferível um abade lavrador a um abade orador»<sup>9</sup>.

Por sua vez, a tradição monástica dos beneditinos cluniacenses acrescentou a máxima de que «Mosteiro sem biblioteca é acampamento sem arsenal» («*Clastrum sine armario quasi castrum sine armamentário*»). Na realidade, até os Estatutos cistercienses de 1454 acabaram por reconhecer que «o claustro sem livros é o túmulo dum homem vivo»<sup>10</sup>. Mosteiro e Biblioteca serão, ao longo dos tempos, um binómio ou par inseparável.

De facto, na prática, seriam os monges, desde ao século VI ao XII, com Santo Isidoro de Sevilha, S. Beda, Alcuíno, Rábano Mauro e outros muitos, a conservar e defender a cultura clássica que transmitiram como legado à Europa moderna<sup>11</sup>, embora os monges antigos e medievais, no «Ora» da Igreja, lessem quase exclusivamente pelo Saltério, pela Bíblia e pelos Santos Padres.

## 2. OS BENEDITINOS, A LEITURA E O *SCRIPTORIUM*

Os monges, na sua filosofia de vida, sabiam bem que os livros da cultura são tão necessários à vida das instituições religiosas como o alimento para o corpo humano. Assim foi na

<sup>5</sup> «*Memoriam siquidem lectionis divinae recognita cautela servabit, cum in supradicto libro (Retórica) eius vim qualitatemque cognoverit, artem vero pronuntiationis in divinae legis effatione concipiet; vocis autem diligentia in psalmodiae cantatione custodit. Sic instructus in opere sancto redditur quamvis aliquantulum libris saecularibus occupetur*» (CASSIODORUS – *Institutiones*, Lib. II, 2). Cfr. PENCO, Gregório – *Lo studio presso i monaci occidentali nel secolo VI*. In «Los monjes y los estudios». Abadia de Poblet, 1963, 41-60 (58).

<sup>6</sup> «*Clausus tenebris speleo tuo, et in codicibus tuis terras ac maria peragrabis, in publicis ecclesiae conventibus lectoris ore uerbum dei de sublimi loco speculator inclamabis, in remotis claustrorum et domorum angulis illud idem seruis dei silentibus insusurrabis*» (PETRUS VENERABILIS – *Epistolae*, Ep. 20, línea 2).

<sup>7</sup> «*Amplius invenies in silvis quam in libri*» (BERNARDUS CLARAEVALLENSIS – *Epistola* 106).

<sup>8</sup> «*Sed nec ardua montium, nec aspera rupium, nec vallium concava perhorresco, cum in diebus istis montes stillent dulcedinem et colles fluant lac et mel, in quibus valles abundant frumento, in quibus mel sugitur de petra oleum que de saxo durissimo, et in rupibus et in montibus sunt pascuae ovium Christi. Unde arbitror quod malleo illo tuo aliquid tibi de rupibus illis excuderis, quod sagacitate ingenii de magistrorum scriniis non tulisses, et nonnumquam tale aliquid in meridiano fervore, sub umbris arborum senseris quale numquam didicisses in scholis*» (BERNARDUS CLARAEVALLENSIS – *Epistola* 523, línea 14).

<sup>9</sup> «*Malumus abbatem aratorem quam oratorem*».

<sup>10</sup> «*Cum otio sine litteris mors et vivi hominis sepultura fore dignoscatur*» (Statuta 1454. In CANIVEZ – *Statuta Cisterciantia*, T. IV, 714-715).

<sup>11</sup> RUCQUOI, Adeline – *Ordres religieux et histoire culturelle dans l'Occident medieval*. «Lusitania Sacra», 2ª série, XVII, 2005, 299-328.

tradição monástica desde S. Bento, no século VI, e ao longo da história posterior. Na verdade, S. Bento determina que «à mesa das refeições nunca deve faltar a leitura» (RB, 38) e legisla para que se institua o hebdomadário da leitura e que, para isso, receba mesmo uma bênção e que a leitura se faça com edificação. Por outro lado, ordena que se leia a horas estabelecidas.

De facto, na distribuição do horário, S. Bento distingue tempos para orar, trabalhar, ler. Não era só o binómio «*Ora & Labora*», como geralmente se pensa e diz, repetindo um prólogo que, aliás, é dos finais do século XIX, elaborado por D. Mauro Wolter, abade Beuron, na Alemanha<sup>12</sup>.

Na realidade, quanto à leitura, S. Bento ordena que os monges, após a Páscoa até 14 de Setembro, «desde a quarta hora até cerca da sexta, entreguem-se à leitura» (RB, 48), isto é, desde *10 às 12 horas* da manhã.

«Desde 14 de Setembro até ao princípio da Quaresma, os irmãos se entreguem à leitura desde manhã até ao fim da segunda hora» (RB, 48), isto é, desde *as 6 às 8 horas*.

Manda ainda que, na Quaresma, se tomem da biblioteca livros e se distribuam pelos irmãos para que os leiam, marcando para isso um horário dilatado, que vai desde a manhã até ao fim da terceira hora (RB, 48), isto é, *das 6 às 10 horas*, havendo quem vá pelas celas verificar se os irmãos estão ou não a ler (RB, 48). Normalmente, duas horas eram destinadas por dia para a leitura. Na Quaresma, esse tempo alargava-se a quatro horas. Por último, determina o Santo Patriarca que «aos domingos, entreguem-se todos à leitura» (RB, 48), pois que, nesse dia, não há trabalho manual.

Vejam como isto é importante, uma vez que, reparem, estava-se apenas no século VI, quando os bárbaros invadiam a Europa, não havia escolas oficiais e quase toda a gente era analfabeta. Os mosteiros funcionavam não só como escolas do serviço de Deus através da recitação do Ofício Divino, mas também como escolas de letras, pelo que, praticamente, todos os monges sabiam ler e escrever. Daí irão nascer as célebres «Escolas monásticas» da Idade Média. Vejam que até o grande S. Tomás de Aquino, no século XIII, foi aluno na Escola do Mosteiro de Monte Cassino, que ficava perto da sua terra.

Por causa disso, os mosteiros foram os grandes criadores e difusores dos *Scriptoria*. Na realidade, o *Scriptorium* constituía a grande oficina de trabalho intelectual, onde os monges, copiando códices, se creditaram como grandes difusores de cultura e garantes da sobrevivência da cultura antiga.

Alguns mosteiros foram verdadeiramente laboratórios de cultura e tornaram-se credores do respeito e da admiração pelo trabalho que desenvolveram para copiar, conservar e transmitir tantos códices: Reichenau, Monte Cassino, Subiaco, Mont Saint Michel, Cister, Alcobaça; Santa Cruz de Coimbra<sup>13</sup>. Assim é que na França contemporânea, a cidade de Avranches, na Mancha, criou um museu especial para guardar e mostrar os manuscritos da antiga abadia de Mont Saint Michel. Nasceu, desse modo, o

<sup>12</sup> DIAS, Geraldo J A Coelho – «*Ora & Labora*». *À procura da origem da divisa beneditina*. «Humanitas», Coimbra, vol. L, 1998, 293-298.

<sup>13</sup> MOREIRA DE SÁ, A. – *Primórdios da Cultura Portuguesa*. «Arquivos de História da Cultura Portuguesa», I, n.º 1, Lisboa, 1967.

«SCRIPTORIAL», o qual pretende conservar a memória do *Scriptorium* daquele celeberrimo mosteiro e uma das oficinas mais fecundas da Idade Média, da qual chegaram até nós cerca de 200 códices, que vão do século IX ao XV, entre eles o notável cartulário adornado com 115 cartas a dar conta das doações ao mosteiro e respectivos doadores.

Famosíssimo foi o *Scriptorium* do mosteiro beneditino espanhol de S. Domingos de Silo, onde se elaboraram os primeiros documentos da língua espanhola e se burilaram as celeberrimas iluminuras visigóticas do Apocalipse do Beato de Liébana e outros códices.

Nos nossos tempos também mereceram particular atenção e publicação documentos do mosteiro de Cister<sup>14</sup>, alguns deles bem iluminados, e que mostram a atenção que mereceram dos primeiros cistercienses. Isto apesar de S. Bernardo dizer aos seus discípulos que os religiosos mais encontrariam de instrução nos bosques, à sombra das árvores e nas pedras, que nos livros e nas escolas<sup>15</sup>.

Em Monte Cassino, no ano de 1996, organizou-se uma exposição com muitos códices manuscritos da antiguidade clássica, razão pela qual a exposição foi cognominada de «Virgílio e o claustro».

Também entre nós se fez já a publicação dos 456 códices de Alcobaça<sup>16</sup> guardados na Biblioteca Nacional de Lisboa e, há bem pouco, no Porto, fez-se a edição do catálogo dos manuscritos do mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra<sup>17</sup>, conservados na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Também se inventariou o conjunto de manuscritos existentes na biblioteca de Tibães e agora reunidos no Arquivo Distrital de Braga<sup>18</sup>.

*SCRIPTORIUM*, palavra de origem latina, significa lugar onde se escreve. Era, portanto, uma das oficinas dum mosteiro, precisamente aquela onde monges especializados na arte da escrita, quando ainda não se tinha descoberto a imprensa ou tipografia de caracteres móveis, transcreviam textos sobretudo em pergaminhos e faziam as extraordinárias iluminuras de missais, breviários litúrgicos, livros de horas, Regras de S. Bento, etc. Neste aspecto, procurem avaliar o valor da «Bíblia iluminada dos Jerónimos» e dos «Forais Novos» do tempo do nosso rei D. Manuel I, o Venturoso.

Tenhamos presente que o papel só começa a circular a partir do século XIV-XV, e isso explica porque é que os livros escritos em pergaminho, à mão, eram caros e raros, obra da paciência e do sacrificado trabalho de monges e clérigos.

Desde que foi inventada a tipografia com o uso do papel, os monges aproveitaram logo a sua utilidade. Assim, na Itália, a primeira tipografia foi a do mosteiro de Subiaco, em 1465. Depois, pela história, sabemos como, efectivamente, desde a reforma do Concílio de

<sup>14</sup> ZALUSKA, Yolanda – *L'Enluminure et le Scriptorium de Cîteaux au XII siècle*. Cîteaux, 1989.

<sup>15</sup> «*sub umbra arborum senseris quale numquam didicisse in scholis*» (BERNARDUS CLARAVALLENSIS – «*Amplius invenies in silvis quam in libris*»; *Idem* – *Epistola* 106).

<sup>16</sup> *Inventário dos códices alcobacenses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1930-1978.

<sup>17</sup> *Catálogo dos códices da livraria de mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto* (coordenação de Aires Augusto Nascimento e José Francisco Meirinhos). Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.

<sup>18</sup> MATA, Aida; RAMOS, Anabela; SOARES, Maria José – *Manuscritos da livraria do Mosteiro de São Martinho de Tibães*. Braga: Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, 2000.

Trento até aos nossos dias, os monges se ocuparam dos estudos. Se, já desde o século X-XII, principalmente se dedicavam ao estudo das coisas santas (*Sacris erudiri*), não lhes podemos negar a «*voluntas studendi*» e a organização de verdadeiras bibliotecas nos seus mosteiros<sup>19</sup>. Que belo livro, a este propósito, escreveu o beneditino D. João Leclercq<sup>20</sup>!

Em Portugal, a imprensa entrou pela mão da religião. No Sul, em Faro, por meio dos judeus que imprimiram o primeiro livro hebraico – *Pentateuco* – em 1487, sem dúvida, o primeiro incunábulo português mas não em português. No Norte, a imprensa entrou por Chaves onde, a serviço do Arcebispo de Braga e sua Diocese, se imprimiram os primeiros incunábulo em português: «Sacramental» de Clemente Sanchez de Vercial, arcebispo de Valdeiras, em 1488, e o «Tratado da Confissom», em 1489. A cidade de Chaves, na fronteira com a Espanha, entrou nas vias da cultura e foi a porta da entrada para Portugal, onde os Arcebispos atraíram tipógrafos espanhóis para imprimirem livros ao serviço da religião<sup>21</sup>. O autor esclarecido desta iniciativa pastoral foi o Arcebispo D. Jorge da Costa (1486-1501). Como se vê, e é preciso tê-lo em conta, a mola accionadora do novo invento da tipografia em Portugal foi a religião<sup>22</sup>, se bem que, depois, o Estado tenha colaborado para impor a censura e fazer os índices dos livros proibidos.

Praticamente, todas as ordens religiosas tinham os seus mosteiros e as suas bibliotecas, sobretudo franciscanos e dominicanos.

Também os beneditinos portugueses, nos séculos XVI-XIX, formaram as bibliotecas dos seus mosteiros e se tornaram patrocinadores da imprensa, mandando imprimir a Regra de S. Bento (1586) e os livros oficiais da sua Congregação segundo um plano de evidente estratégia cultural monástica<sup>23</sup>. Note-se que a «Regra de S. Bento», pequenina, liliputiana, é um dos livros mais impressos em Portugal e, após o terramoto de Lisboa, tornou-se mesmo um amuleto contra os perigos da natureza. Disso dá testemunho Camilo quando, no romance do «Eusébio Macário», refere que «Ele não acreditava em Deus nem na imortalidade da alma; mas tinha grande devoção com S. Bento; incomodava o Santo, quando picava a febre-amarela, com rogos e promessas; entregava-lhe nas viagens o cuidado das suas malas, como a um escudeiro, e o do seu fígado e do seu hidrocele como ao facultativo de bordo. Trazia ao pescoço, pendente dum trancelim de ouro, a Regra do milagroso Patriarca»<sup>24</sup>. Volta a dizer na «Brasileira de Prazins», corroborando o patrocínio de S. Bento na luta contra o maligno: «Lançou-lhe ao pescoço um santo lenho, um breve de marca, a Verónica de S. Bento...»<sup>25</sup>. Depois, repete quase o mesmo nas «Memórias do Cárcere»<sup>26</sup>.

19 CENCETTI, Giorgio – *Scritture e circolazione libraria nei monasteri benedettini*. «Libri e lettori nel Medioevo. Guida storica e critica» (a cura di Guglielmo Cavallo). Roma: Editori Laterza, 1989, 73-97.

20 LECLERCQ, D. Jean – *L'amour des lettres et le désir de Dieu*. Paris, 1957.

21 DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Chaves nas vias da cultura*. «*Aquae Flaviae*», 1, 1989, 105-121.

22 DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *A ideologia religiosa e os começos da imprensa em Portugal*. «Revista de História», VII. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1988, 159-168.

23 DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *O programa da edição de livros na antiga Congregação Beneditina Portuguesa*. «Revista Portuguesa de História do Livro», ano V, n.º 9. Lisboa: Edições da Távola Redonda, 2001, 77-109.

24 CASTELO BRANCO, Camilo – *Eusébio Macário*. In «Obras completas», vol. VIII. Porto: Lello & Irmão Editores, 1988, 502.

25 *Idem* – *Ibidem*, 835.

26 *Idem* – *Memórias do Cárcere*, I, Cap. VII. In «Obras Completas», vol. XI. Porto: Lello & Irmão Editores, 1990, 459.

Aqui têm, portanto, porque podemos e devemos considerar os monges cultores dos estudos monásticos, precursores da cultura ocidental e grandes construtores de bibliotecas nos seus mosteiros. Aliás, antes do Iluminismo do século XVIII, na Europa, as bibliotecas eram essencialmente religioso-culturais e, por isso mesmo, obra de instituições eclesiásticas e monásticas. Recolhiam-se livros da cultura clássica greco-romana, escritos dos Santos Padres da Igreja, Bíblias e comentários à Sagrada Escritura, Sermões, Direito, História. O Património da Europa ocidental, as suas raízes culturais, tudo isso é tributário, em grande parte e substancialmente, do Cristianismo e das suas instituições.

### 3. AS BIBLIOTECAS MONÁSTICAS BENEDITINAS

Todos conhecem ou ouviram falar do célebre livro de Umberto Eco – *O nome da Rosa*, aparecido em 1984. Todo ele se passa na biblioteca dum mosteiro beneditino, tendo-lhe servido de pano de fundo a maravilhosa biblioteca barroca do extraordinário Mosteiro de Melk, na Áustria. Isso mesmo explicou o autor em conferência que lá fez.

Com efeito, há muito, alguém disse: «A Biblioteca é o verdadeiro tesouro dum mosteiro. Sem ela, o mosteiro é como uma cozinha sem panelas, uma mesa sem comida, um rio sem peixes, um jardim sem flores, uma carteira sem dinheiro, uma vinha sem uvas, uma torre sem guarda, uma casa sem móveis». Na verdade, o nível intelectual duma comunidade beneditina e a sua dimensão cultural são bem o índice revelador da sua vitalidade. Quando os monges dum mosteiro não lêem, quando se não interessam pela cultura nem têm apreço pelas artes, podemos dizer e perceber como o fim desse mosteiro está eminente, porque as instituições monásticas morrem como os seus monges.

É certo que, hoje, podemos admirar extraordinárias bibliotecas monásticas beneditinas por essa Europa fora que são também admiráveis obras de arte: Monte Cassino, Subiaco, Admont, Kremsmünster, Melk, como eram célebres as bibliotecas de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, S. Vicente de Fora, Tibães, Arouca, Lorvão e outros mosteiros antigos de homens e de mulheres. E não quero falar dos mosteiros contemporâneos, como Santo Anselmo de Roma, Beuron, Maria Laach, Solesmes, La Pierre-Quivire, Montserrat, Silos ou Singeverga, S. João Baptista de Collegette (EUA), S. Sebastião da Baía e S. Bento do Rio de Janeiro (Brasil).

### 4. AS BIBLIOTECAS BENEDITINAS PORTUGUESAS, SÉCULOS XVI-XIX

Apenas reformada e estabelecida, a Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal (1566-67), logo no I Capítulo Geral, reunido no Mosteiro de Tibães (1570), procurou-se dar relevo à formação intelectual dos monges, levando-os, inclusive, a frequentar a Universidade de Coimbra. Aí, na diacronia da história, bastantes deles foram mesmo professores, muitos foram pregadores, alguns dedicaram-se à história e à genealogia, e bastantes foram cronistas dos mosteiros, dietaristas e cronistas da



Congregação, professores da Universidade de Coimbra, onde ditaram muitos dos seus comentários.

Camilo Castelo Branco foi um grande apreciador de escritos monásticos e entrou até no negócio de manuscritos de Tibães e outros mosteiros, de cujos textos tirou inspiração para alguns dos seus romances, como «A Viúva do enforcado», já passado em telenovela, e «A Bruxa de Monte Córdova». O mesmo Camilo publicou «As memórias do Beneditino Fr. José Queiroz» (1764), de quem existe um retrato em Tibães, criatura que o Marquês de Pombal fez Bispo do Grão-Pará, no Maranhão do Brasilico Lusitano, e a quem, posteriormente, o mesmo Marquês desterrou para o isolado Mosteiro de Arnóia, em Celorico de Basto, onde, pouco depois, morreu de tristeza e apoplexia<sup>27</sup>.

Camilo publicou ainda na colectânea «Mosaico e Silva de curiosidades Históricas, Literárias e Biográficas» um crítico artigo com a «Notícia dos primeiros galopins eleitorais em Portugal», seguido dum curioso texto anónimo sobre as bibliotecas beneditinas dos mosteiros do Entre Douro e Minho, sob o título «Um viajante no Minho em 1785»<sup>28</sup>. O saudoso abade de Singeverga, D. Gabriel de Sousa<sup>29</sup>, conseguiu identificar esse anónimo com o ilustrado Fr. Bernardo da Esperança Teles que, depois, foi Abade Geral de Tibães e da Congregação Beneditina Portuguesa (1795-98).

Vindo da sua terra natal de Tondela, perto de S. Pedro do Sul, atravessou o rio Douro em direcção a Alpendurada e foi percorrendo em volta todos os mosteiros, deixando um breve apontamento do estado das respectivas bibliotecas e cartórios num papel que intitulou «Lembrança do que vi e passei na jornada que fiz ao Minho no ano de 1785». Foi esse Dom Abade, admirador dos beneditinos mauristas de França, que encarregou Fr. António da Assunção Meireles de escrever as «Memórias dos mosteiros da Congregação Beneditina», à base dos documentos dos cartórios, das quais chegaram até nós as de Paço de Sousa, Pombeiro, Bustelo, já publicadas, e as de Ganfei. Dele dirá o célebre Cardeal Saraiva: «Sabemos... do zelo solícito com que promoveu a boa educação moral e literária dos religiosos moços, que, sendo oportunamente criados em boa doutrina, formam a mais segura e precisa esperança da Congregação»<sup>30</sup>. Para isso, foi o mesmo Geral também que, em Tibães, mandou ordenar a Biblioteca e fazer o respectivo Catálogo. Infelizmente morreu quase na flor da idade, com 52 anos, em 2/I/1798, no Hospício Beneditino de Braga, no Campo da Vinha, sendo sepultado em Tibães.

Na realidade, foi a partir do governo deste Dom Abade Geral, que os beneditinos portugueses mais se preocuparam com o arranjo e progresso das bibliotecas dos mosteiros, embora esse labor fosse consequência do iluminismo, que o Marquês de Pombal aticara entre os beneditinos. Dada a admiração que tinha pelo Marquês, o famoso Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão (1818), que viria a ser Arcebispo de Évora, quando ainda era professor em Coimbra, atreveu-se a fazer o elogio fúnebre do dito

27 CASTELLO BRANCO, Camilo – *Memórias de Fr. João de S. Joseph Queiroz, Bispo do Grão-Pará*. Porto: Tipographia da Livraria Nacional, 1868; CASTELO BRANCO, Camilo – *Obras completas*, vol. XV. Porto: Lello & Irmão, 1993.

28 CASTELO BRANCO, Camilo – *Obras completas*, vol. XV. Porto: Lello e Irmão Editores, 1993, 333-348.

29 SOUSA, D. Gabriel de – *Camilo e a «Lembrança de Fr. Bernardo»*. «O Tripeiro», 2. Porto, 1971, 25-227.

30 SÃO LUÍS, Fr. Francisco de – *Livro dos óbitos de Tibães*, Ms. do Arquivo de Singeverga, fl. 9-13v.

Marquês, já caído em desgraça. Na verdade, entre os séculos XVII-XVIII, com a exuberância do barroco, os mosteiros não só se renovaram estética e artisticamente, como se procuraram ilustrar pela cultura, de que uma boa biblioteca era expoente. Assim, vejam como o livro manuscrito dos Óbitos de Santo Tirso relata a obra do abade Fr. Alexandre de S. Tomás (1716-1789). Na realidade, quando abade de Santo Tirso (1767-70), «fez a casa da Livraria com grandeza e aceio que hoje se admira»<sup>31</sup>.

Nesse período, muitos «estados» dos mosteiros referem a compra de livros para a biblioteca. É, então, que se criam os cargos de Cronista-mor da Ordem, Cartorário-mor, Director dos estudos, tudo a evidenciar a preocupação cultural, iluminista. Vários monges especializaram-se em escrituras antigas e deram bons paleógrafos e diplomatas<sup>32</sup>: Fr. Marceliano da Ascensão (1766), Fr. Francisco de Santa Escolástica (+1780), Fr. Manuel de S. Paulo (1791), Fr. João Crisóstomo de S. Tomás (+1783), que comprou os livros da especialidade do beneditino maurista francês, João Mabillon, para a Livraria do Colégio de Coimbra, Fr. António da Assunção Meireles (1808), que escreveu as memórias para a História Geral da Congregação de S. Bento, Fr. Bento de Santa Gertrudes (1846). Até o ex-Abade Geral, Fr. José de Santa Rosa Vasconcelos (1801-1804+1828), recolhendo-se a Santo Tirso, reivindicou para si a tarefa de trabalhar no cartório, organizá-lo e fazer traslados de muitos documentos<sup>33</sup> que João Pedro Ribeiro aproveitou para seus estudos<sup>34</sup>.

Por outro lado, sabemos que os monges, talvez devido ao iluminismo do período do Marquês de Pombal, procuram junto da portaria dos mosteiros inculcar o ensino das primeiras letras à gente analfabeta dos meios rurais. Neste sentido falam documentos da Biblioteca da Universidade de Coimbra<sup>35</sup> onde se indica uma «Lista dos mosteiros destinados para o ensino público» e os abades e religiosos aos quais «se hão de passar cartas para haverem de ter escolas de ler, com as Ordinárias que lhes competem». Foi por isso que, a pedido do irmão leigo, Fr. José da Conceição, mestre régio de Primeiras Letras no Mosteiro de Tibães, que Fr. Francisco de S. Luís, futuro Cardeal Saraiva, traduziu a obra «Guia da Mocidade»<sup>36</sup>. Também o Irmão leigo ou donato, que viria a ser Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça, aceitou ser «mestre-escola», de 1786 a 1796, no mosteiro de Rendufe, em Amares.

Também neste período, pelos «Estados dos Mosteiros» enviados para o Capítulo Geral que, de três em três anos, se reunia em Tibães, podemos acompanhar o interesse e a despesa que os mosteiros faziam com as bibliotecas, inclusive com os livros comprados para elas. Nos «Estados» dos mosteiros vem sempre uma alínea sobre a Biblioteca e, não raro, se explicitam os livros adquiridos e as melhorias realizadas.

Claro que as bibliotecas beneditinas mais importantes eram as dos mosteiros

<sup>31</sup> *Livro das vidas dos monges de Santo Tirso*, Ms. do Arquivo de Singeverga, fls. 84r-85r.

<sup>32</sup> CRUZ, António – *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1967.

<sup>33</sup> *Livro das vidas dos monges de Santo Tirso*, fl. 125, Ms. do Arquivo de Singeverga.

<sup>34</sup> CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro. Com Apêndices de estudos sobre as Ordenações Afonsinas e de documentos do cartório do Mosteiro de Santo Tirso de Riba d’Ave, Coimbra, 1938*.

<sup>35</sup> BUC – Mss. 2529 e 2530.

<sup>36</sup> *Guia da Mocidade*, Tradução. Lisboa: na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1797.

urbanos e intelectuais (Colégio de S. Bento, em Coimbra e Mosteiro de S. Bento da Saúde, em Lisboa). Todavia, indiscutivelmente, a biblioteca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Casa capitular de toda a Congregação dos 22 mosteiros da Metrópole e dos 12 do Brasil, mereceu particular atenção e tem singular importância. Não me quero antecipar ao que da Biblioteca de Tibães se vai dizer por quem hoje lá trabalha para dar vida àquele grandioso mosteiro nem à tese de Mestrado, defendida na Universidade de Évora e a ser publicada brevemente<sup>37</sup>. Falarei, antes e rapidamente, das bibliotecas dos mosteiros rurais do nosso Minho e que nós podemos seguir pelos rigorosos inventários feitos em 1834, agora guardados na Torre do Tombo, em Lisboa.

Poderíamos apontar os mosteiros de Arnoia, Bustelo, Cabanas, Ganfei, Miranda, Neiva, Palme, Rendufe, Refojos de Basto, Pombeiro, Paço de Sousa, Pendorada (Alpendurada), Santo Tirso, Travanca, não falando dos que se situavam abaixo do Douro: Cucujães, Coimbra, Santarém, Estrela e S. Bento da Saúde, em Lisboa. Nas bibliotecas que se começavam a ordenar ou catalogar, muitas vezes aparecem livros impressos e manuscritos, sobretudo de história beneditina, que pertenciam ao espólio dos monges falecidos, como foi, em Travanca, o caso das compilações de Fr. Alexandre da Paixão sobre as «Monstruosidades do tempo e da Fortuna» em tempo do rei D. Afonso VI (1662-1680), 4 volumes, que a Câmara Municipal do Porto publicou em 1938, os sermões de Fr. Jorge de Carvalho, as poesias de Fr. Jerónimo Baía, não falando dos livros impressos da «Benedictina Lusitana» de Fr. Leão de S. Tomás, dos livros do cronista mor do Reino, Fr. Rafael de Jesus, ou dos escritos hagiográficos de Fr. João dos Prazeres sobre as «Empresas» da vida de S. Bento e outros.

D. Gabriel de Sousa, um apaixonado das coisas beneditinas, chegou a conceber o plano de, à maneira de Inocêncio da Silva, escrever uma «Biblioteca Benedictina Lusitana».

Nas antigas bibliotecas beneditinas, poucos livros aparecem daquilo que, hoje, chamamos «obras literárias» (romances, ensaios, poesia, viagens). Sabemos, porém, que recebiam jornais, alguns mesmo estrangeiros, da Inglaterra e da França, e que vários monges, como Fr. Francisco de S. Luís, chegaram a ter licença para ler livros proibidos; em Tibães, havia mesmo a «Encyclopédie» de Voltaire e Diderot. De resto, o carácter cultural e enciclopédico está bem patente no «Dietário de Tibães», manuscrito que eu possuo e que ele começou a escrever em 1798. Infelizmente, o Cardeal Saraiva, que organizou o índice da Biblioteca de Tibães<sup>38</sup>, não chegou a ver a sua obra impressa em 10 volumes no ano de 1883. Dele ficaram muitos manuscritos, agora doados ao Patriarcado de Lisboa e outros guardados em Singeverga; acaba de ser publicado o seu manuscrito inédito que se intitula «Catálogo dos Escritores Beneditinos»<sup>39</sup> e, sobre a sua biblioteca, já foi realizado um pormenorizado estudo<sup>40</sup>.

<sup>37</sup> RAMOS, Maria Teresa Calheiros de Oliveira – *A Biblioteca de Tibães*. Évora, 2007 (Trabalho policopiado de Mestrado; será publicado na revista «Bracara Augusta»).

<sup>38</sup> RAMOS, António Luís de Oliveira – *Os monges e os livros no século XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães*. «Bracara Augusta», XXXV, fasc. 79 (96). Braga, 1981.

<sup>39</sup> RAMOS, António Luís de Oliveira – *Inéditos do Cardeal Saraiva (Historiografia Monástica)*. «Bracara Augusta», vol. LI, n.º 106 (119), 2003, 183-279 («Catalogo dos Escritores Benedictinos da Congregação de Portugal»).

<sup>40</sup> CARDOSO, António de Barros – *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 1995.

Aliás, o agora tão estudado tema da leitura, dos livros e das bibliotecas vem sendo desenvolvido de há anos. Vejam só que, em 1915, se publicou uma relação das pessoas que compraram livros da biblioteca do pequeno mosteiro de Palme, perto de Barcelos, a qual, em 1.153 lotes, rendeu 2.465\$77, mas não se indicam os títulos dos livros, que, todavia, se podem ver no Inventário de 1834<sup>41</sup>.

Também foi feito o levantamento da Livraria do Mosteiro de Carvoeiro, segundo o inventário de 1834 em 22 folhas, copiado em Barcelos a 23/VII/1834 pelo tabelião Domingos José de Faria, encarregado do Inventário<sup>42</sup>. A biblioteca ou livraria, bem sortida, é rica e variada e, nela, não faltam secções de Bíblia, Exegese, valiosa Patrística, Clássicos gregos e latinos, História Monástica, História Pátria, Espiritualidade, Hagiologia (*Flos sanctorum*), Literatura («Primavera» de Francisco Rodrigues Lobo) e dicionários de línguas (espanhol, francês, toscano=italiano, latim), Moral, Medicina, Sermões (Vieira e Bernardes), Retórica; Gazetas (*Gazeta de Lisboa*, de 1809 a 1833) e vários folhetos.

A livraria estava ordenada um pouco a esmo por letras (A=, B=, C=, D=, F=, G=, H=). Em face da variedade e riqueza desta livraria, nós demo-nos ao trabalho e ao prazer de contar os seus títulos e volumes. São 720 títulos e 1.329 volumes, quase todos assinalados com datas e medidas, embora a transcrição dos autores e títulos seja, horrorosamente, deficiente. Para mim, esta livraria era, sem dúvida, curiosa e notável e, note-se, estava em pleno interior rural minhoto! Não me consta que o mosteiro tivesse particular importância didáctica ou formativa na Congregação Beneditina. Ali, verificava-se mesmo o gosto pelos livros e pela cultura.

Outro mosteiro que mereceu a nossa análise foi o Mosteiro de Pombeiro, perto de Felgueiras, completamente queimado pelos franceses, em 1809; dele só escapou a igreja que, por sinal, é uma verdadeira «jóia no vale», como diz um curioso livro de banda desenhada<sup>43</sup>. A biblioteca, com índices do cartório já feitos em 1742 e 1793 a ocupar 30 gavetas de pergaminhos, prazos e igrejas, foi reconstruída e pintada e logo se começou a comprar livros, entre os quais predominavam os de Sagrada Escritura, Teologia, Sermões, Ciências e Direito canónico, História monástica; contava também os jornais: *Gazeta de Lisboa* (1809), *Correio do Porto* (1829-32), e *Correio de Londres* (1819). Poucos eram os livros de literatura e mesmo os de história da Igreja ou de Portugal. No inventário, vêm todos discriminados e com a respectiva avaliação em dinheiro; contam-se 175 títulos, alguns com vários volumes, de tal modo que podemos dizer que, ao todo, não ultrapassavam os 250 volumes<sup>44</sup>.

41 SANTOS, Manoel dos (dir.) – *Relação das pessoas que adquiriram. Preços por que foram vendidos os livros da Bibliotheca do Mosteiro de Palme*, em leilão realizado em 5 de Abril de 1915 e continuado nos dias seguintes sob a direcção de (...). Lisboa, 1915. Cfr. IAN/TT – AHMF: *Mosteiro de Palme, Inventário* N.º 295, Cx. 2241. Em Singeverga, existe o «*Index da Bibliotheca*» de Palme, Ms. in 4.º de 135 fls., datado de 1793, encadernado a couro, Arq. Singeverga, Cx. 19, Livro. 20.

42 IAN/TT – AHMF, *Mosteiro de Carvoeiro, Inventário* N.º 84, Cx. N.º 2203.

43 RUY, José – *A jóia no vale*. Porto: Edições ASA/Câmara Municipal de Felgueiras, 1995. Existe também uma gravação vídeo em cassete.

44 IAN/TT – AHMF, *Inventário de Santa Maria de Pombeiro*, N.º 312, Cx. N.º 2244. O inventário é de 21/VI/1834, presentes 4 monges que apresentaram como cabeça e «nosso bastante procurador no inventário» o Pe. Me. Dr. Fr. António Feliciano de Santa Rita Carvalho, OSB, que se manteve no mosteiro até ai fim do inventário em 9/III/1834, e só no fim assina sem Frei e como Doutor, ex-D. Abade. Na gaveta 31 do cartório fala-se de dois rolos de pergaminho «queimados por incêndio do tempo da Invasão dos Franceses».

Mas vejamos o que diz a «Viagem pelo Minho em 1785», antes do incêndio: «Mal cumprimentei o abade, fui à Livraria, que achei composta do modo que sabiam. É maior que a de Bustelo e Travanca, mas sem livros de consideração. Vi nela os manuscritos apontados noutra lembrança. A igreja é magnífica e no último asseio, quase toda pintada, porém, os ataques não prometem muita duração. Logo abaixo da capela-mor está a sepultura de Manuel de Faria e Sousa, sobre a qual puseram modernamente um muito mau e pedantesco epitáfio»<sup>45</sup>. Diga-se que Manuel Faria e Sousa, natural de Pombeiro, Secretário do beneditino Bispo de Porto, Dom Fr. Gonçalo de Morais, foi um filocastelhano que, depois do período filipino, viveu em Madrid, onde escreveu várias obras que, agora, a Biblioteca Municipal de Pombeiro tenta recuperar e comprar.

Já agora, vejamos o que diz da Biblioteca do mosteiro de Bustelo, relativamente perto de Penafiel: «Cheguei pelas 4 horas a Bustelo, pequeno mas muito bonito mosteiro. Fui logo à livraria, que com efeito tem os livros nas estantes com sua arrumação, se bem que muito má, ainda que o bibliotecário disse que tinha cuidado nisto. No pouco tempo que tive para ver, achei alguns livros portugueses de primeira raridade, e não poucos, um dos quais era: “Livro insigne das flores e perfeições das vidas dos gloriosos santos do Velho e Novo Testamento, por Marcos Marulo, traduzidos por Frei Marcos de Lisboa, 1579” – livro que ainda não tinha visto».

Também na mesma está manuscrita a história da fundação do Mosteiro de S. Bento de Lisboa e alguns casos sucedidos neste tempo, tudo com muita digestão e clareza, composta por Frei Cristóvão de Almeida, em 1678, obra digna de copiar-se e ajuntar-se aos MMSS do Mosteiro de Lisboa<sup>46</sup>. O Inventário do IAN/TT – AHMF aponta o quantitativo de 2.426 volumes e faz a sua descrição.

O monge viajante, se gaba algumas livrarias, como a de Pendurada, com 3.074 livros no Inventário de 1834<sup>47</sup>, não se coíbe de denunciar o mau estado e desarranjo das bibliotecas, como aconteceu em Paço de Sousa, onde a livraria estava «sem ordem alguma; metade dos livros estavam pelo chão e muitos abertos por cima das mesas... a casa estava imunda, forrada de teias de aranha. Lembrei ao abade tamanhos descuidos e fiquei com o Reverendo Dores de principia-la logo a pô-la em ordem, para o que lhe dei as instruções necessárias, comprometendo-me logo a cuidar nisso»<sup>48</sup>. Note-se que o inventário de 1834 regista 2.232 volumes e, da fl. 72 a 95, faz a descrição dos livros com indicação dos volumes distribuídos por 33 casas (repartições), informando que, na respectiva descrição, se gastaram quatro dias<sup>49</sup>.

Foi Fr. Bernardo da Esperança Teles quem encarregou Fr. Francisco de S. Luís (futuro Cardeal Saraiva) de organizar um catálogo da livraria de Tibães. De resto, vejamos o que ele diz da biblioteca de Tibães na sua «Lembrança do que vi... em 1785»:

<sup>45</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *Obras completas*, vol. XV. Porto, 1993, 341-342. Cfr. O artigo sobre Manuel de Faria e Sousa, *Ibidem*, 265-280.

<sup>46</sup> *Idem* – *Ibidem*, 340.

<sup>47</sup> IAN/TT – AHMF, *Mosteiro de Pendurada, Inventário N.º 300, Cx. 2243*, fl.15.

<sup>48</sup> *Idem* – *Ibidem*, 339.

<sup>49</sup> IAN/TT – AHMF, *Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa*, N.º 292, Cx. 2241.

«Depois da missa fui à livraria, que está arrumada pelo reverendíssimo Serafins em muito má ordem, mas tem já seu índice, posto que também muito mau. Pareceu-me que constaria de 7 a 8.000 volumes. Tem bastante direito canónico, muitos Santos Padres, e um grande número de bons autores modernos. O comprimento da livraria é de 43 pés e largura 29 (13,10m x 8,84m). Parece-me que não tinha manuscritos de consideração nas gavetas. Os das estantes vão lembrados noutra folha»<sup>50</sup>. De facto, a Biblioteca de Tibães, segundo o Catálogo ou Índice elaborado por Fr. Francisco de São Luís Saraiva em 1798 (ADB – UM, *Colecção de Manuscritos. Mosteiro de Tibães, Ms. 950*), contava 3.357 títulos e mais de 4.000 volumes. Ali predominavam obras de Teologia, História, Literatura, Jurisprudência, Ciências e Artes, e História literária e Bibliografia. Mas a biblioteca de Tibães foi aumentando em número até 1834.

Como se percebe, o célebre monge Dom Abade Geral, Fr. Bernardo da Esperança Teles (1795-98), era um representante do governo da Ordem, imbuído do movimento intelectual que perpassava pela Congregação Beneditina, e de que a preocupação pelas bibliotecas e cultura dos monges era o espelho mais imediato e saliente. Nesse tempo, a Congregação Beneditina contava vários professores na Universidade de Coimbra e queria aplicar critérios de formação intelectual crítica e científica aos seus monges. Nesse tempo, aparecem os grandes intelectuais beneditinos Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão, Fr. Francisco de S. Luís ou Cardeal Saraiva, Fr. Vicente da Soledade e Castro, Fr. António da Assunção Meireles, Fr. Bento de Santa Gertrudes, etc. Esta é apenas uma amostra da plêiade de monges ilustres em letras e saber que os Beneditinos contavam no último quartel do século XVIII e princípios do século XIX (da Ilustração ao Liberalismo), estimulados pelo exemplo dos monges mauristas de França e pelo movimento das luzes ou iluminismo incutido ao tempo do Marquês de Pombal. Para isso elaboraram mesmo dois novos «Planos de estudos» dentro da Congregação (1776 e 1789) em vista da formação dos seus monges.

Com o Decreto da expulsão das Ordens religiosas (29-30/V/1834), os livros das bibliotecas beneditinas foram roubados, vendidos, queimados, mas muitos estão ainda acondicionados no fundo antigo da Biblioteca Pública de Braga, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, da Biblioteca Nacional de Lisboa e de outras, constituindo valioso espólio de cultura, que valerá a pena reconstituir, até porque, entre elas aparecerão, de certeza, preciosidades ao nível de manuscritos, de incunábulo, de raridades bibliográficas.

Estas são, indiscutivelmente, bibliotecas de outro tempo, de carácter prevalentemente religioso dado o atraso do ensino em Portugal, mas constituíam o essencial da formação monástica e podem assumir-se como um termómetro de aferimento do nível cultural português. Como tais, não podiam deixar de ser um apreciável bem cultural numa época em que o saber ler e escrever era de poucos. O que dissemos das bibliotecas dos mosteiros beneditinos da Metrópole podíamos, em boa medida, dizê-lo de todas as casas religiosas, masculinas e femininas. Nelas estava, em grande parte, o património cultural da nação.

<sup>50</sup> BRANCO, Camilo Castelo – *Um viajante no Minho em 1785*. In «Mosaico e Silva». Obras Completas, vol. XV. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993, 343.

Baste dizer que, na biblioteca do Mosteiro de S. Bento da Saúde, Lisboa, havia uma primeira edição dos Lusíadas de 1572, a qual, hoje, se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, possivelmente levada por um monge egresso (Fr. João de Guadalupe?), consciente do seu valor.

Quando o terramoto de 1755 destruiu Lisboa e a Torre do Castelo, onde, como num túmulo (TOMBO), se guardavam as escrituras oficiais, foi dentro do Mosteiro de S. Bento da Saúde, actual Assembleia da República e Palácio de S. Bento, que se foi albergar o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Vejamos, pois, como Camilo tinha razão ao desafiar os políticos do seu tempo, exorcizando-os com a afrontosa afirmação: «Ah! que saudades eu tenho dos frades (monges), quando os vejo justificados pelos sandeus que lhes herdaram todas as manhas, sem a mínima das virtudes»<sup>51</sup>!

Homens do Liberalismo, mas verdadeiros intelectuais, como Herculano, como também Almeida Garrett, escreveram em favor dessa «classe desgraçada», que eram os egressos dos mosteiros<sup>52</sup>. Anos depois, em vésperas da República, lamentoso, escrevia Alberto Pimentel: «O frade, em Portugal, foi uma civilização e ainda hoje, depois de extintas as ordens religiosas, é uma literatura»<sup>53</sup>. Por último, de forma cáustica, Hipólito Raposo pôde classificar, e compreende-se porquê, a expulsão dos religiosos como «o mais violento traumatismo espiritual da história portuguesa»<sup>54</sup>.

Este pequeno estudo prova à evidência a mais-valia das bibliotecas que os monges beneditinos instituíam nos seus mosteiros, quer fosse nas cidades, quer fosse mesmo na ruralidade da Província do Entre Douro e Minho.

---

<sup>51</sup> CASTELO BRANCO, Camilo – *Notícia dos primeiros galopins eleitorais em Portugal*. In «Mosaico e Silva». Obras completas, vol. XV, 257.

<sup>52</sup> HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*, T. II. Lisboa, 1843, 323-326.

<sup>53</sup> PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrso de Riba d'Ave*, 1902, 11.

<sup>54</sup> RAPOSO, Hipólito – *Folhas do meu cadastro*. Lisboa, 1945, XVII.

# A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA MATERIAL NA SÉ DO PORTO

(ENTRE A IDADE MÉDIA E A ÉPOCA CONTEMPORÂNEA)

MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA\*

**Resumo:** A preservação da memória material, configurada sob a forma de documentos escritos, foi uma das preocupações dos homens encarregados do governo da catedral do Porto desde a Idade Média. Saber quem, onde e como se fez essa preservação é fundamental para compreender a organização da própria instituição, a evolução dos comportamentos face aos acervos a conservar, bem como conhecer as práticas arquivísticas utilizadas ao longo dos vários séculos. Somente a análise de todos estes vectores permite alcançar uma visão alargada sobre o papel da memória material/documental na Sé portuense no período em análise.

**Palavras-chave:** Arquivística histórica; preservação; documentos; Sé do Porto.

**Abstract:** The conservation of material memory, materialized under the form of the written record, was one of the concerns of those in charge of the government of Porto's cathedral since the Middle Ages. The knowledge of by whom, where and how this conservation was made is essential to understand the organization of the institution itself. This knowledge is also fundamental to understand the evolution of behaviors with regard to the preserved documents, as well as knowing the archival practices used throughout the centuries. Only the analysis of all these vectors can provide an overarching view of the role of documentary/material memory in the cathedral during the period in analysis.

**Keywords:** Historical archives; conservation; written record; the Cathedral of Porto.

*Precedentium auctoritate patrum ammonetur ut quicquid firmum et stabile fieri volumus scriptis et litteris tradendo presentium et futurorum memorie commendemus:* assim versa a arenga de memória de um documento de 1120<sup>1</sup> que reflecte «a importância dada à escrita como garante da perpetuidade dos actos jurídicos, em contraponto à frágil memória humana que, com o tempo, transforma o acordado em incerto e duvidoso»<sup>2</sup>. Ao elogio da escrita associa-se a valorização da preservação dos escritos, e com ela a necessidade de criar espaços destinados à sua guarda, de atribuir a sua custódia e de definir práticas de conservação dos mesmos.

Apesar de se desconhecer a localização do *archivum* ou *chartarium* da catedral portuense na época medieval, é provável que o mesmo se situasse *in tesouro*<sup>3</sup>, à

---

\* CITCEM, CEHR-UCP. mariajoham@portugalmail.pt

<sup>1</sup> *Documentos Medievais Portugueses*, 1958: 66-67.

<sup>2</sup> SILVA, 2008: 113. Sobre as arengas dos documentos da chancelaria do Porto veja-se SILVA, 2008: 114-116 e SILVA, 2010: 127-131. Sobre a presença deste tipo de arengas e de outros tipos de arengas na documentação de outras chancelarias medievais portuguesas veja-se SANTOS, 1992: 307-333; GOMES, 2001: 9-49; CUNHA, 2005: 326-339; GOMES, 2007: 761-773; MORUJÃO, 2010: 503-513; GUERRA, 2003: 27-28; e sobre a existência desta cláusula nos formulários da Alta Idade Média «hispana» veja-se LAFFON ALVAREZ, 1989: 133-232.

<sup>3</sup> Em Braga, em 1206, foi depositado no tesouro uma *cartula*, repetindo-se a localização em 1216 (CUNHA, 2005:112-114). Na catedral conimbricense os *sacci* com documentos, em 1222, 1231 e 1307, estavam guardados no tesouro, e na congénere de Viseu, em 1303, o arquivo encontrava-se dentro de arcas no tesouro (GOMES, 2007: 260, COSTA, 1983: 1-224).



semelhança do que sucedeu em tantas outras instituições eclesiásticas, episcopais e monásticas. A data tópica de vários documentos, episcopais e notariais, indica que foram feitos «no thesouro da dicta Igreja»<sup>4</sup>, e até no seu sobrado<sup>5</sup>. Quanto ao seu local recolhemos uma referência importante em 1379: nela se diz que a doação em causa fora feita «no logo hu soiha de seer o tesouro e ora chamam o cabidoo novo»<sup>6</sup>. Este «cabidoo novo», pela data, é provavelmente o claustro gótico, adjacente à actual sacristia, cuja construção se iniciou no primeiro quartel do século XIV<sup>7</sup>.

Sabe-se também que o arquivo podia partilhar o espaço com o *armarium* ou biblioteca, e, de facto, em 1307, o cabido fez pôr «duo publica instrumenta... in biblioteca per manum dicti Francisco Andre», tabelião do Porto, sendo esta a referência concreta mais antiga ao lugar onde se guardavam/arquivavam os documentos na Sé<sup>8</sup>.

A escassez de dados relativos à localização do arquivo episcopal repete-se no que se refere ao acondicionamento dos actos escritos. Arcas, uchas, caixas, cofres e escaninhos<sup>9</sup> eram os locais mais comuns para a guarda quer de livros quer de cartas, quer igualmente de outros bens considerados valiosos (tais como relíquias<sup>10</sup>, paramentos, alfaias litúrgicas)<sup>11</sup>. Sabe-se que existia no tesouro da Sé do Porto uma arca que tinha duas chaves<sup>12</sup>, e que, em finais do século XIV, havia alguém encarregado da sua guarda<sup>13</sup>. A informação mais relevante sobre este móvel, enquanto lugar de depósito documental, e ao próprio arquivo da catedral, é da primeira metade do século XVI, mas cremos que pode reflectir uma realidade anterior:

---

A função arquivística do *tesouro* é referida, igualmente, em 1226, para o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (GOMES, 2007: 262). Também no mosteiro de S. Pedro de Pedroso se diz, em 1306, «in thesouro ipsius ubi alie scripture ipsius monasterio reponi» (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – Gav. 8, mç. 2, n.º 56). Numa instituição de cariz diferente, o Concelho do Porto, em 1319.09.14, também se colocou uma pública-forma «en o tesouro con as cartas do Concelho e da cidade para se guardar» (*Corpus Codicum*, vol. VI, fasc. 1, est. VIII, doc. 8, fasc. II, p. 16-19). Também na catedral de Oviedo, em período que recua ao século X, se encontravam os documentos no *tesoro* (CALLEJA PUERTA, 2006: 180-185). No entanto, outras localizações eram possíveis. Em Lamego, o arquivo estava situado num armário no coro (GOMES, 2007: 261-262).

<sup>4</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) – OSB, S. Cristóvão de Rio Tinto, mç. 4, p. 3, s./n., Arquivo Distrital do Porto (ADP) – Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1666, fl. 9, 1679, fl. 18, 1684, fl. 16 (inserto), 1678, fl. 23. De futuro citaremos da seguinte forma abreviada: «Cart.º» por Cartório, «Cab.» por Cabido e «Liv.» por Livros.

<sup>5</sup> Aí foi feito um instrumento em 1364.10.18 (*Corpus Codicum*, vol. VI, fasc. III, doc. 12).

<sup>6</sup> ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1678, fl. 23.

<sup>7</sup> BOTELHO, 2006: 24, 30-31.

<sup>8</sup> ADP – Mitra, Pergaminhos, doc. 13; *Censual do Cabido*, 1924: 424-430.

<sup>9</sup> Apenas para citar um exemplo, em 1312 o chantre Vicente Domingues, no seu testamento, instituiu duas capelas às quais legou, entre muitos outros objectos e dinheiro, uma «arca francês» (*Testamenti Ecclesie Portugaliae*, 2010: 568-574). Vejam-se outros casos de móveis legados por prelados e clérigos das catedrais portuguesas medievais (até 1325) na obra *Testamenti Ecclesie Portugaliae (1071-1325)*.

<sup>10</sup> Quando, em 1372, Francisco Domingues tomou posse como abade de Pedroso, entre outros objectos foram-lhe entregues «tres arcas argenteas cum reliquiis sanctorum» (AUC – Gav. 8A, mç. 3, n.º 130).

<sup>11</sup> Como afirma Michael Clanchy: «Documents, books, relics of the saints and jewellery were not usually kept in places distinct from each other, because they were often physically joined together, and the difference between writings and other precious objects was not as obvious as it is to a modern literate» (CLANCHY, 1993: 155). Sobre a conservação documental, em geral, e sobre estas peças de mobiliário em instituições portuguesas, em particular, veja-se SANTOS, 2001: 237-242, e SANTOS, 1994: 26-31. Para o uso destas mesmas peças em instituições europeias, eclesiásticas e outras, veja-se, GENEST, 1989: 136-141.

<sup>12</sup> Referida em 1398 (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1673, fl. 23).

<sup>13</sup> Em 1390 surge como testemunha de uma posse de bens imóveis do cabido um Gonçalo Eanes clérigo do tesouro (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1667, fl. 441), surgindo de novo em 1392, também como testemunha de uma posse, sendo referido como o «que guarda o tesouro da See» (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1688, fl. 2v).

*As quães semtemças doações comtratos comfirmções forães cartas e espreturas e cousas atras declaradas estam todas na arqua que esta na casa e livraria do cabido em que outrosy estam todalas matricolas das ordeens que se deram no bispado de cimquoenta annos a esta parte com tres chaves hũa que tem o bispo quamdo esta presente no bispado e quando he ausemte fica ao seu provisor e vigairo gerall e outra tem o chamçarel do cabido e outra o esprivam da camara do bispado afora outras tres chaves de portas do dito cartoreo e cabido que tem o chamçarel dele e porteiro do cabido<sup>14</sup>.*

Como referido, já em 1307 os dois espaços, livraria/biblioteca e cartório/arquivo, parecem partilhar o mesmo lugar.

No excerto apresentado, um dos responsáveis pelo cartório, possuidor de uma chave, é o chanceler. Compreenderia este cargo também o de arquivista ou *cartarius*? Na realidade não existe qualquer dado que permita afirmar ou infirmar esta ideia. O que se sabe é que o título de *cancellarius* surge referido, na Sé do Porto, em 1298, e depois, de forma muito rara, no século XIV<sup>15</sup>. Sob a sua tutela estaria a chancelaria, isto é, tudo o que se relaciona com a produção documental, e, por essa razão, não se estranha que tivesse um papel activo também na guarda e conservação dos documentos. Por outro lado, não será de afastar a hipótese de, durante algum tempo, ter sido o tesoureiro o responsável pelo arquivo, uma vez que suspeitamos que este tenha integrado o tesouro catedralício<sup>16</sup>.

Tal como em muitas outras instituições, eclesiásticas ou não, reproduzir e copiar documentos foram as fórmulas mais antigas, utilizadas na catedral portuense, para preservar e conservar o património escrito/material<sup>17</sup>. As *chartae antiquae*, como são designadas pelos notários<sup>18</sup>, foram copiadas de várias maneiras: através de cópias autênticas, públicas-formas, cópias judiciais, cópias simples, mas também em livros e cartulários, fruto da noção tradicional «safety in numbers»<sup>19</sup>.

<sup>14</sup> Referência colhida no *Censual da Mitra do Porto* de 1542, fl. 250, estudado e publicado integralmente por SANTOS, 1973. Nos Estatutos do Cabido da Sé de Coimbra, de 1454, determina-se que dois cônegos, designados pelos seus pares, deviam possuir as duas chaves do cartório, «e quando algum delles for absente leyxe sua chave a outro coonigo» (MORUJÃO, 2006: 90 e 100).

<sup>15</sup> SILVA, 2008: 63-64, e SILVA, 2010: 11-14. Na Sé de Braga as primeiras e únicas referências ao chanceler, até 1244, datam de 1224 (CUNHA, 2005: 164). Na congénere conimbricense a menção mais antiga ao *cancellarius episcopi* é de 1194 (MORUJÃO, 2010: 376-377). No mosteiro de Santa Cruz a figura do chanceler aparece ainda mais cedo, em 1190 (GOMES, 2007: 455).

<sup>16</sup> O cargo de tesoureiro foi ocupado, com alguns períodos de interrupção, desde 1119 (SILVA, 2008: 48-49 e Anexo 3). Na Sé de Oviedo, o papel de custódio do tesouro parece ter pertencido ao arcediogo, pelo menos até inícios do século XI (CALLEJA PUERTA, 2006: 185-191). Vejam-se as funções dos tesoureiros de várias Séis medievais portuguesas em MARQUES, 1988: 332-334 e CUNHA, 2005: 109-115 para o caso de Braga; SARAIVA, 2003: 142-149 para Lamego; MORUJÃO, 2010: 226-232 para Coimbra; FARELO, 2003: 23-25 para Lisboa, e VILAR, 1999: 149-153 para Évora.

<sup>17</sup> Veja-se o completo estudo sobre o importante arquivo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, nomeadamente, diferentes fases reflectidas nos sumários e nas cotas dorsais dos documentos, acção de vários arquivistas (medievais e modernos), papel dos cartulários na construção do dito arquivo, inventários, renovação da Leitura Nova, etc., em GOMES, 2007: 241-445.

<sup>18</sup> O termo «antiquae» tanto foi usado para designar documentos que, na altura em que são copiados, têm mais de 122 anos (no caso de uma doação de 1180.04 trasladada numa pública-forma de 1302.10.06 – ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1688, fl. 30), como para outros que têm menos de 37 anos (no caso de uma doação de 1264.10.21 trasladada numa pública-forma de 1301-07.12 – AUC – Gav. 8, mç. 2, n.º 47). Não se pode, deste modo, atribuir-lhe uma noção temporal precisa.

<sup>19</sup> CLANCHY, 1993: 157. Desta noção passar-se-ia para a de «central archive at the treasury».

As públicas-formas abundam nos fundos episcopais. Requeridas por membros da canónica, ou outros, dadas por autoridade eclesiástica ou civil, justificadas pelo medo de perda do original, por causa da água, do fogo, da traça, de qualquer infortúnio, dos perigos de uma viagem, assim como pelo receio da quebra de selos, de suspensões ou *chancelas*. Justificadas ainda pelo estado de conservação do documento, razão esta apontada em 1329, pelo chantre do Porto Rodrigo Eanes, para pedir o traslado do testamento de um dos seus antecessores, que, segundo ele:

*avya muyto que fora feyto e era tanjido de traça a logares assy come parescia e se queria esconder e somir a letera de guisa que se se non traladasse logo que a pouco tempo non se poderia leer nem traladar e perdessya e verrya a cajom a dicta manda e non se fariam nem compririam as cousas que na dicta manda eram contheudas<sup>20</sup>.*

Nesta altura o testamento, de que entretanto se perdeu o original, tinha sido feito há 47 anos. A referência à traça e à letra que se «sumia» provam que o pergaminho não estava conservado nas melhores condições.

Em ocasiões específicas, principalmente durante processos judiciais, para além de públicas-formas, usou-se como prática arquivística a elaboração de livros onde se copiaram determinados tipos de documentos, muito provavelmente no intuito de se manterem os originais na Sé. Assim aconteceu em 1354, durante a grande contenda entre o bispo (D. Pedro Afonso) e o cabido, de um lado, e o rei e o concelho, do outro<sup>21</sup>. No dia 12 de Julho de 1354 o prelado apresentou, entre outros instrumentos, «huum livro de dez e oito folhas de pergaminho no qual parecia que jaziam scriptos os theores de cartas e privilégios», e «huum livro scripto em vinte e sete folhas de porgaminho que pareciam que eram enformaçoens»<sup>22</sup>. Ainda antes do julgamento, D. Pedro Afonso mandara fazer duas públicas-formas iguais, ambas ainda hoje conservadas, contendo mais de 40

<sup>20</sup> 1329.05.15 (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1688, fl. 32). A pública-forma do testamento de D. Martinho Geraldês, arcebispo de Braga, requerida em 1271, é justificada pelo facto do requerente da mesma temer *amissione ipsius cumsumptione literarum in pergamenno combustione et de aliis casibus fortuitis* (*Testamenti Ecclesie Portugaliae*, 2010: 144). Também a pública-forma do testamento do deão de Silves Geraldo Pais foi requerida porque «se temia de se perder ou asconder» (*Testamenti Ecclesie Portugaliae*, 2010: 591).

<sup>21</sup> A contenda foi despoletada pelo corregedor do Entre-Douro e Minho que, na ausência do bispo D. Pedro Afonso em visita pastoral, entrou no Porto prendendo o alcaide, cuja nomeação pertencia ao bispo, e tomou conta dos presos que estavam na cadeia da cidade. Por não se encontrar o prelado, o vigário-geral interveio ameaçando o corregedor com censuras caso não se retratasse. O corregedor retorquiu intimidando o vigário-geral com uma pena de desterro, conseguindo assim que este último retirasse a ameaça. Regressando à cidade, o bispo repreendeu o vigário-geral e escreveu ao corregedor exigindo que soltasse o alcaide e deixasse de julgar na cidade, anuindo o corregedor apenas à primeira exigência. Este episódio contribuiria para a tomada de posição do bispo perante o Concelho do Porto a 24 de Junho desse mesmo ano: tendo-lhe sido pedido que confirmasse um dos quatro pares de homens-bons eleitos pelo dito Concelho para juízes da cidade, o prelado recusa-se a fazê-lo. Os homens do Concelho recorreriam ao Infante e futuro rei D. Afonso IV e o bispo à cúria pontifícia na tentativa de fazerem prevalecer os respectivos direitos. Sem se alcançar um consenso, foi decidido por ambas as partes constituir um tribunal que analisasse as provas documentais, averiguasse os factos e proferisse uma sentença. As sessões decorreram entre Junho e Outubro de 1354 mas a sentença final nunca chegou a ser confirmada pelo papa, primícia sem a qual não poderia ser considerada válida, tal como tinha ficado estipulado nos compromissos iniciais. Referimos de novo a indispensável consulta, sobre este processo, de RAMOS, 1983/84: 3-92.

<sup>22</sup> *Corpus Codicum*, vol. II, p. 33-133.

documentos (entre bulas, doações, confirmações, etc.), dos quais a maioria só se conhece por esta cópia<sup>23</sup>.

Durante este conflito, entre meados da década de 1340 e inícios da de 1350, empreendeu-se na Sé uma obra até então nunca executada, pelo menos de que tenhamos notícia: um cartulário, chamado, posteriormente, *Censual do Cabido*<sup>24</sup>. Contém 335 documentos dos quais apenas cerca de 23,8% se conserva, ainda hoje, em versão original. Por outro lado, a comparação entre os documentos que existem no cartório e que não foram copiados, e aqueles que o foram, permite afirmar que houve uma selecção clara do que devia e do que não devia integrar o cartulário, o que reflecte um bom conhecimento do acervo guardado no arquivo e um comportamento específico, dos responsáveis da Sé, face à preservação da memória material<sup>25</sup>. Este códice representa, na actualidade, mais de 65% do total de documentos feitos até 1342, conservados nos cartórios da mitra e do cabido.

Entre os séculos XIV e XVI foram acrescentados ao cartulário mais 12 documentos. Ainda em finais da centúria de trezentos foi-lhe anexada uma relação de censos e de outros direitos que as igrejas e mosteiros da diocese pagavam à Sé, a qual acabaria por dar nome ao cartulário de «Censual»<sup>26</sup>.

Existiriam na catedral, certamente, vários tipos de livros de registo. Temos referência a um deles: em 1307.11.26 é pedido, pelo chantre e tesoureiro, que se copiem os registos das visitas feitas pelo bispo D. Geraldo ao mosteiro de Canedo, dizendo o tabelião, encarregue da cópia, que os encontrou «in libro domni episcopi memorati»<sup>27</sup>.

Não é de todo fácil estabelecer o momento em que no arquivo catedralício se passou a organizar a documentação através de inventários, índices, roteiros. De facto, o primeiro inventário que possuímos é tardio, não está datado, mas deve ter sido elaborado entre 1654 e 1674<sup>28</sup>, mas já em 1496 o bispo do Porto D. Diogo de Sousa havia estabelecido, nas Constituições Sinodais, que em todos os mosteiros e igrejas se fizessem «dous emventarios» dos seus bens e possessões, dos quais um permaneceria na instituição e o outro no *cartorio* da Sé<sup>29</sup>. Se esses inventários se fizeram, e chegaram a entrar no cartório, perderam-se, pois no inventário de 1654 em momento nenhum se fala neles.

A elaboração do primeiro inventário do arquivo catedralício que possuímos deve estar relacionada com a construção de novas instalações no claustro para o cabido, as quais se começaram algum tempo antes, no episcopado de D. Frei Marcos de Lisboa (1582-1591), e se concluiriam já no século XVIII<sup>30</sup>. À data da sua execução o cartório estava, então, arrumado em quatro gavetas e um «almario». Quanto à localização destas

<sup>23</sup> Datam de 1343.06.23 (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1664, fl. 72 e Pergaminhos Vários, 1658, fl. 3).

<sup>24</sup> ADP – Cart.º Cab., 1656.

<sup>25</sup> Veja-se SILVA, 2010: 197-199.

<sup>26</sup> Primeiro chamou-se apenas «Censual» e só mais tarde «livro Censual do Cabido».

<sup>27</sup> ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1683, fl. 8, fl. 25 (inserto).

<sup>28</sup> ADP – Cart.º Cab., nº. 2. O inventário é posterior a 1654 porque num registo sequencial de prazos e de outros documentos essa é a data do último registo, e deverá ser anterior a 1674 porque a letra usada nesse registo é mais moderna.

<sup>29</sup> *Synodicon Hispanum*, 1982: 386-387.

<sup>30</sup> FERREIRA, 1924: 185.

gavetas: a 1ª estava «da parte do paço do bispo», a 2ª «debaixo do almario da banda do paço do bispo», a 3ª e a 4ª gavetas «debaixo do almario do meo» («pera a parte do claustro»). Dentro de cada uma delas encontravam-se maços, macetes e macinhos. Os maços, num total de 26, estavam distribuídos do seguinte modo: na 1ª gaveta maços 1 a 3, na 2ª maços 4 a 10, na 3ª maços 11 a 14, na 4ª maços 15 a 19, e no «almario 1º» maços 20 a 26. A organização destes maços, assim como dos macetes e macinhos que a eles estavam atados por *fió de barbante*, obedece a critérios geográficos e de tipologia documental. São vários os vestígios que encontramos, ainda hoje, desta arrumação. Para além de cotas, que revertem precisamente para os ditos maços e macetes, tendo num caso sido possível reconstruir praticamente todo o maço antigo<sup>31</sup>, existem, em vários documentos, indicações como: «Quem desatar este maço torne-ho atar»<sup>32</sup>, ou, «esta este maço no almario do meo a mão direita em cima»<sup>33</sup>. Importa ainda referir que dentro do armário estava a *libraria* do cabido<sup>34</sup>.

No entanto, logo em finais do século seguinte se alterou por completo esta ordem. Em 1782 os pergaminhos, antes dispersos pelos diversos maços, já estavam unidos em pastas, ou *livros*, tal como hoje se encontram, sob a designação de «Livros dos Originais»<sup>35</sup>. Esta remodelação parece coincidir, novamente, com as alterações feitas na Sé, a partir de inícios do século XVIII, e que levaram à reorganização das áreas construídas, nomeadamente da sala do cabido, do antecabido e do cartório<sup>36</sup>. Um inventário de 1820 reflecte estas mudanças<sup>37</sup>, e o seu autor escreveu no início do de 1654 o seguinte aviso: «Ja não valle nada este livro por se ter mudado o cartorio, e seguir outra ideia»<sup>38</sup>. O autor deste inventário fez ainda sugestões em relação à arrumação do cartório, reflectindo as suas ideias arquivísticas:

<sup>31</sup> Por indicação do inventário o maço 20 continha «pergaminhos e papeis toquantes a fazendas e censos que pessoas diversas deixarão a este cabido», num total de 47 documentos. Estes mesmos pergaminhos encontram-se hoje dispersos pelos «Livros dos Originais» 1678 (fls. 1, 2, 4, 6, 9, 11, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 38, 39, 41, 44, 46) e 1686 (fls. 3, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 18, 22, 23, 24, 25, 27, 32, 35, 36, 37, 40, 42, 43, 47), faltando apenas os fls. 15 e 45.

<sup>32</sup> ADP, Cart.º Cab., Liv. Originais, 1687, fl. 11 e fl. 65.

<sup>33</sup> ADP, Cart.º Cab., Liv. Originais, 1680, fl. 7, referindo-se ao antigo maço 23, de que, aliás, servia de capa, uma vez que possui o título: *Privilegios. Contem pergaminhos de previllegios concedidos ao cabido*.

<sup>34</sup> SILVA, 2010: 281-288.

<sup>35</sup> Indicação recolhida numa certidão de 1782.08.05, feita por João da Costa Lobo, escrivão dos Reais Direitos da Portagem da cidade do Porto que se deslocou ao cartório do cabido, onde lhe foi presente o «Livro Sexto dos Originais», de onde copiou uma bula que ainda hoje se encontra no dito livro (BPMP – manusc. 1341, fls. 122-130, ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1664, fl. 30).

<sup>36</sup> FERREIRA, 1924: 307-308; BOTELHO, 2006: 30-31.

<sup>37</sup> ADP – Cart.º do Cabido, nº 1. Nesse momento o cartório estava distribuído por armários e *banco*s, intitulados: «Armário. Roteiros. N.º 1º», «Armário. Roteiros. N.º 2º», «Armário. Forais. Tombos. Assentos, etc. N.º 3º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. Originais. N.º 4º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. Prazos. N.º 1º», «Armário. Prazos. N.º 2º», «Armário. Prazos. N.º 3º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. Prazos. N.º 4º» (com «Banco 1º», «Banco 2º» e «Banco 3º»), «Armário. Sentenças. N.º 1º», «Armário. Sentenças. N.º 2º», «Armário. Sentenças. N.º 3º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. Sentenças. N.º 4º» (com «Banco 1º», «Banco 2º» e «Banco 3º»), «Armário. Sentenças. N.º 5º», «Armário. Sentenças. N.º 6º», «Armário. Regalias. Padroados etc. N.º 3º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. N.º 4º», «Armário. Portagens. N.º 1º e 2º», «Armário. Votos. N.º 3º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. Votos. N.º 4º» (com «Banco 1º», «Banco 2º» e «Banco 3º»), «Armário. Demandas. N.º 1º», «Armário. Dizima de Sto. Ildefonso. N.º 2º», e «Armário. Fábrica. N.º 3º» (com «Banco 1º»).

<sup>38</sup> Em vários pergaminhos de diferentes cartórios encontramos frases semelhantes: «Não serve este papel» (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1683, fl. 28), «Nada valle» (ANTT – OSB, S. Bento da Avé Maria, mç. 2, 1.ª pasta, s/n), ou «Esta cortado ao meio e para nada serve» (ANTT – OSB, S. Salvador de Vairão, mç. 8, doc. 16).

*Talvez fosse mais útil do que curioso o encadernarem-se estes maços... e igualmente fazer-se a reunião de todos os índices que ficam dentro em todas as pastas e maços como suplemento aos roteiros e da ordem neles indicada, feita a colecção se poderia conhecer a utilidade de hum Índice Geral, assim como dar o justo valor a trabalhos que assim nada inculcão e que o tempo poderá inutilizar quando não haja o cuidado d'ordenar e repor no lugar qualquer titulo que seja tirado d'algum dos maços<sup>39</sup>.*

A «outra ideia», a que se refere o inventário de 1820, é a organização que, *grosso modo*, nos nossos dias ainda permanece<sup>40</sup>, mesmo tendo em conta as vicissitudes por que passou o arquivo desde a sua saída da Sé, em 1911, em parte para a Biblioteca Municipal do Porto, e em parte para o Arquivo da Comissão Auxiliar da Administração dos Antigos Bens Culturais, até à sua integração definitiva no Arquivo Distrital do Porto<sup>41</sup>. A «outra ideia» é mais uma das etapas que comprova a mudança nas práticas arquivísticas, na organização e no comportamento dos homens responsáveis na catedral portuense face à memória material da mesma.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, José Gaspar de (1935) – *Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Porto e dos Cartórios Anexos*. Porto: Arquivo Distrital do Porto.
- BOTELHO, Maria Leonor (2006) – *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CALLEJA PUERTA, Miguel (2006) – *La Catedral de Oviedo como centro de conservación de documentos en la alta Edad Media*. In «Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 4, p. 179-191.
- CENSUAL do Cabido da Sé do Porto: *Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto* (1924). Ed. de João Grave. Porto: Biblioteca Municipal do Porto.
- CLANCHY, M. T. (1993) – *From memory to written record. England 1066-1307*. Oxford, USA: Blackwell Publishing.
- CORPUS *codicum latinorum et portugalsium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum* (1899-1968). Portucale: Curiae Municipalis editum, 6 vols.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1983) – *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*. «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», n.º 38. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 1-224.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e (2005) – *A Chancelaria Arqueiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Galiza: Editorial Toxosoutos – Serie Trivium.
- DOCUMENTOS *Medievais Portugueses. Documentos Régios* (1958). Lisboa: Academia Portuguesa da História, vol. I, tomo II.
- FARELO, Mário Sérgio da Silva (2003) – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.
- FERREIRA, José Augusto (1924) – *Memórias archeológico-históricas da cidade do Porto (Fastos episcopais e políticos) (século VI- século XX)*. Braga: Cruz e C.ª, t. II.

<sup>39</sup> ADP – Cart.º do Cabido, n.º 1, fls. 48-48v.

<sup>40</sup> Neste momento a documentação do cartório do cabido encontra-se distribuída por pastas ou livros, 30 no total, com número irregular de documentos. Inicialmente os documentos foram cosidos de modo a formarem livros mas actualmente a grande maioria está solta. Para uma descrição mais pormenorizada veja-se ALMEIDA, 1935: 181-197.

<sup>41</sup> Sobre este processo veja-se: ALMEIDA, 1935: I-VIII, e RIBEIRO, 2003: 305-307.

- GENEST, Jean-François (1989) – *Le mobilier des bibliothèques d'après les inventaires médiévaux*. In WEIJERS, Olga, ed. – *Vocabulaire du livre et de l'écriture au moyen âge. Actes de la table ronde Paris 24-26 septembre 1987*. Turnhout: Brepols, p. 136-154.
- GOMES, Saul António (2001) – *Fida memoriae custos et scriptura: as «arengas de memória» na documentação régia portuguesa nos séculos XI e XIII*. «Revista de História das Ideias. O Estado e a Igreja. Homenagem a José Antunes», vol. 22. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias / FLUC, p. 9-49.
- (2007) – *In Limine Conscriptio. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage.
- GUERRA, António Joaquim Ribeiro (2003) – *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- LAFFON ALVAREZ, Luisa (1989) – *Arenga Hispana: Una aproximación a los preámbulos documentales de la Edad Media*. «Historia. Instituciones. Documentos 16». Sevilha: Publicaciones de la Universidad de Sevilha, p. 133-232.
- MARQUES, José (1988) – *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2006) – *Os Estatutos do Cabido da Sé de Coimbra de 1454*. In «Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 85-108, vol. 4.
- (2010) – *A Sé de Coimbra: A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- RAMOS, Rui (1983/84) – *O Poder e a História no Livro da Demanda do Porto de 1354*. «Estudos Medievais», n.º 3/4, Porto, p. 3-92.
- RIBEIRO, Fernanda (2003) – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, vol. 1.
- SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (1973) – *Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto – Documentos Memórias para a História do Porto, vol. XXXIX.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1992) – *O «Ornamento Literário» em Documentos Medievais: O Preâmbulo ou Arenga (773(?)-1123)*. Sep. *Biblos*, vol. LXVIII. Coimbra: FLUC, p. 307-333.
- (1994) – *Da Visigótica à Carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT.
- (2001) – *As condições de conservação dos documentos e dos livros em Portugal (séculos XII-XIV)*. In COELHO, Maria Helena da Cruz et al. – *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa: Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 233-256.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2003) – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Magno Edições.
- SILVA, Maria João Oliveira e (2008) – *Scriptores et Notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra.
- (2010) – *A Escrita na Catedral: A Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média (Estudo Diplomático e Paleográfico)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. (Esta tese pode ser consultada em <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/50390>>).
- SYNODICON Hispanum. II Portugal (1982). Ed. crítica dirigida por Antonio Garcia y Garcia. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- TESTAMENTI Ecclesie Portugaliae (1071-1325) (2010). Coord. Maria do Rosário Barbosa Morujão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (1999) – *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa.

# LETRAS DE CÂMBIO E CORRESPONDÊNCIA COMERCIAL COMO MATERIAIS DA HISTÓRIA

## O ACTO DE COOPERAR SOB OLHARES DISTINTOS

ANA SOFIA RIBEIRO\*

**Resumo:** A história económica faz-se de preços, salários, pesos e medidas, mas também de pessoas. Agentes que no passado tiveram de se relacionar para produzir ou transaccionar. No século XVI, com a intensificação das trocas a um nível global, estes agentes procuraram cooperar uns com os outros, pontual ou persistentemente, em busca de lucro para a realização de um objectivo comum. Letras de câmbio e correspondência comercial são os materiais da história, que elegemos para o estudo dos mecanismos de cooperação e factores que os influenciaram (o risco, a confiança, a reputação) a que recorriam os homens de negócio quinhentistas. Este artigo visa compará-los no seu conteúdo, como duas faces de uma mesma moeda, tentando compreender a sua complementaridade nas diferentes dinâmicas históricas que traduzem.

**Palavras-chave:** Cooperação; letras de câmbio; correspondência comercial; redes de negócio.

**Abstract:** Economic history has been made of prices, wages, weights and measures, but also of individuals. Agents who, in the past, had to establish relations with others to produce and to trade. In the sixteenth century, with a global intensification of exchange, these agents aspired to cooperate, sporadically or permanently, in pursuit of profit to accomplish a common goal. Bills of exchange and commercial correspondence are historical materials, which have here been chosen as the basis to study the mechanisms of cooperation among the merchants of the 1500s and the factors that influenced them, like risk, trust or reputation. This article aims to compare them in their form and content, as two faces of the same coin, understanding their complementarities in the different historical dynamics they translate.

**Keywords:** Cooperation; bills of exchange; commercial correspondence; business networks.

Com o advento dos Annalles no início do século XX, a história económica ganhou um novo fôlego e destaque no seio da historiografia. Mas o interesse pelos seus protagonistas vinha já da centúria anterior. Em 1896, Richard Eherenberg deu ao prelo *Die Zeitalter der Fugger* (*O Século dos Fugger*)<sup>1</sup>, onde de forma minuciosa, cientificamente rigorosa e prosopográfica discorre pelas vidas dos mais ricos mercadores. Economista de formação, Ehrenberg defendia que a economia de base capitalista (ainda que estejemos a falar do capitalismo comercial) emergiu no século XVI, fruto do esforço de guerra, do qual os príncipes europeus se tornaram dependentes: «les princes se virent, pour la pluspart, incapables de satisfaire à ces exigences redoutables faute d'une armée permanente, c'est-à-dire faute de disponibilités financières suffisantes<sup>2</sup>».

---

\* Doutoranda em História/FLUP. Investigadora CITCEM. Investigadora do projecto DyncoopNet/FLUP.

<sup>1</sup> Aqui citada na sua reedição francesa de 1955. EHRENBURG, 1955.

<sup>2</sup> EHRENBURG, 1955: 4.



Mas, tal como nos dias de hoje, as grandes fortunas dos Fugger, dos Welser, dos Spínola, dos Bonvisi, dos Imperiale, entre outros, não se construíram de um dia para o outro, nem foram fruto da acção individual de cada um destes agentes económicos. A cooperação entre eles emergia, então, como um meio de satisfazer as necessidades de diferentes mercadores e banqueiros, com interesses distintos. Consistia numa junção de esforços para o desempenho de acções mais complexas<sup>3</sup>. No século XVI, o comércio era realizado por transacções directas e diádicas entre agentes, ora totalmente estranhos numa única interacção esporádica, ora entre companheiros de longa jornada no negócio. É difícil imaginar que estes mercadores não dividissem riscos e investimentos em negócios tão promotores de lucros avultados como os asientos espanhóis<sup>4</sup> ou a tutela do contrato da pimenta em Portugal<sup>5</sup>.

Ainda que a atenção sobre a acção destes homens de negócio conhecesse um amplo interesse pela historiografia desde a década de 50 do século XX, nomeadamente pelos trabalhos de Fernand Braudel<sup>6</sup> e dos seus discípulos como Gentil da Silva, Henri Lapeyre, Jean Tanguy, Bartolomé Benassar ou Pierre Chaunu<sup>7</sup>, o debruçar sobre o estudo da cooperação económica entre os diferentes personagens do palco comercial e financeiro do século XVI foi ficando de lado no discurso historiográfico, à excepção do trabalho de Avner Grief sobre o comportamento económico dos mercadores genoveses em comparação com os mercadores judeus do Magreb nos séculos XII e XIII<sup>8</sup>. Este último trabalho, fruto de um maior conhecimento dos estudos da Economia sobre esta temática, baseados na teoria de jogos, inspirou, na última década alguns historiadores a debruçarem a sua atenção numa das principais características das relações de cooperação: a confiança nas relações comerciais deste alvor dos tempos modernos<sup>9</sup>. Em 1979, Niklas Luhmann publicou uma importante análise da confiança, relacionando-a directamente com o aumento da complexidade, incerteza e risco<sup>10</sup>. Mas vai ser na década de 90, que a grande atenção para este objecto de estudo se vai concentrar. Esta noção tem sido utilizada pelos investigadores das ciências sociais numa tentativa de explicar as diferenças empíricas entre níveis de cooperação em variados ambientes políticos, sociais e económicos. A confiança é concebida como um complemento ou um substituto aos laços contratuais ou burocráticos; por isso, a confiança lubrifica a cooperação<sup>11</sup>.

Foi neste âmbito científico que nasceu o projecto *DyncoopNet-Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organising Networks in the First Global Age*, coordenado por Ana Crespo Solana (Consejo Superior de Investigaciones Científicas) e Jack Owens (Idaho University). Três equipas nacionais distintas (a americana, a espanhola e a portuguesa)

---

<sup>3</sup> BENN & PETERS, 1977: 279.

<sup>4</sup> LAPEYRE, 1953.

<sup>5</sup> SILVA, 1949. MATHEW, 1999.

<sup>6</sup> BRAUDEL, 1992.

<sup>7</sup> SILVA, 1956, 1959. LAPEYRE, 1953, 1955. TANGUY, 1956. BENASSAR, 1967. CHAUNU, 1955-1960.

<sup>8</sup> GRIEF, 2006.

<sup>9</sup> TRIVELLATO, 2009. LAMIKIZ, 2010. DAHL, 1998. COURT, 2004. STRUM, 2009. SAFLEY, 2009. GELDERBLOM & GRAFE, 2009.

<sup>10</sup> LUHMANN, 1979.

<sup>11</sup> GAMBETTA, 1990: 213-235.

uniram forças para dar corpo a um projecto de investigação de base transdisciplinar e, em 2007, responderam ao desafio de apresentação de propostas de projectos de investigação de um programa da European Science Foundation – The Evolution of Cooperation and Trading (TECT), que não incluía a História como um campo científico privilegiado para o estudo da cooperação<sup>12</sup>. O objectivo principal deste projecto era o de examinar a evolução da cooperação entre mercadores e outros grupos, durante a «Primeira Época Global» (1400-1800), produzindo novas e úteis generalizações, sustentadas empiricamente, tal como novos enfoques teóricos sobre a cooperação humana e as alterações económicas<sup>13</sup>.

A equipa portuguesa, sob a coordenação da Professora Doutora Amélia Polónia, da qual fazemos parte, concebeu um subprojecto centrado na rede de negócios do mercado castelhano Simon Ruiz, na segunda metade do século XVI e nos primeiros anos da centúria seguinte, que foi uma época particularmente activa no comércio internacional e no mundo da banca. Os mercadores enriqueceram e ganharam nova importância a nível social. A organização capitalista das finanças alcançou a administração central, grandes companhias internacionais de comércio interferiram nesta esfera financeira, assumindo papéis essenciais no abastecimento e financiamento dos Estados. Desta forma, através da sua prática profissional, misturaram estratégias de negócio com questões políticas<sup>14</sup>. Numa escala transnacional, multiplicaram-se as oportunidades de negócio durante a centúria quinhentista. Importantes companhias comerciais e mercadores individuais viram-se forçados a constituir redes de contactos de negócio, numa escala geográfica global, de forma a obter maiores lucros, num mundo em que cada vez mais indivíduos tentavam fazer fortuna com a abertura de novos mercados.

Neste contexto surgiu a questão: que materiais da História nos podem indicar de que modo cooperavam estes homens? Os *corpus* documentais privilegiados neste projecto de investigação foram as letras de câmbio e de correspondência comercial, concentrados no fundo Simon Ruiz, sediado no Arquivo Histórico Provincial de Valladolid, tipologias documentais pouco utilizadas na historiografia nacional.

Neste artigo propomo-nos a caracterizar ambas as tipologias documentais a nível formal e de conteúdo e compreender de que forma ambas contribuem para os estudos da cooperação em redes mercantis do século XVI, ou mesmo da Época Moderna.

Para tal, importa, antes de mais, definir o que entendemos por cooperação. «Cooperar – obrar conjuntamente con otro o otros para un mismo fin<sup>15</sup>». Este é o significado histórico que Martin Alonso, linguista espanhol, atribui à palavra cooperar,

---

<sup>12</sup> 'Cooperation between disciplines concerning the study of cooperation. A number of disciplines have adopted a common theoretical framework for explaining biological and cultural evolution that emphasizes the properties of interacting, goal-directed agents, e. g. Behavioural economics, evolutionary game theory in political science and economics, evolutionary approaches in cognitive and social psychology and neuroscience, replicator chemistry, population dynamic accounts of cultural evolution within anthropology, and the continued importance of evolution in our understanding of cooperative relationships. Multidisciplinary research into «cooperation» has become both possible and potentially profitable for the first time. The theoretical convergence allows researchers from a wide range of disciplines to discuss cooperation in a common scientific idiom'. (EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION, 2006).

<sup>13</sup> PINTO & RIBEIRO, 2008.

<sup>14</sup> JEANIN, 1986: 7-8.

<sup>15</sup> ALONSO, 1958: 1213.

utilizada depois do século XV. Esta definição implica um acção em conjunto com outro(s) indivíduo(s) em nome de um objectivo final partilhado; é, no fundo, uma forma de maximizar resultados. Mas existiria esta palavra nas letras de câmbio ou correspondência comercial de Simon Ruiz?

Durante o século XVI, o Espanhol e o Italiano eram uma espécie de línguas francas na comunicação comercial, melhor ou pior dominados pelos agentes do trato internacional e da alta finança. Na documentação consultada no nosso caso de estudo, múltiplos agentes de diferentes nacionalidades usavam, na sua maioria, estas línguas para comunicar, ainda que não tenhamos encontrado, nenhuma vez, palavras como cooperação ou cooperar, sendo altamente provável que o conceito existisse e fosse aplicado.

Acreditamos que, pela falta de provas empíricas consistentes coevas, será benéfico, no estudo da cooperação em História, aplicar um conceito de uma outra área disciplinar, mas que evidencie o conteúdo que os contemporâneos de quinhentos lhe davam. Nowak define claramente de forma precisa o comportamento de cooperação. Este significa que «[...] selfish replicators forgot some of their reproductive potential to help one another», e pode ser motivado por diferentes razões<sup>16</sup>. Aceitar esta definição exprime uma interacção orientada para determinado objectivo, através de certa estratégia num momento específico. Implica uma avaliação entre custo e benefício dessa interacção, mas também uma análise mental entre crenças, expectativas e motivações<sup>17</sup>.

## 1. LETRAS DE CÂMBIO

A letra de câmbio nasce, como instrumento comercial, em Génova, ainda no século XII, como um contrato notarial em que um mercador delega a outro a responsabilidade de pagar a um terceiro numa cidade longínqua. Contudo, com a complexidade crescente do comércio e multiplicidade de hipóteses de investimento, o mercador deixou de poder acompanhar as suas mercadorias, passando as letras de câmbio a constituir um meio de pagamento destas transacções, assumindo-se formalmente como uma cédula que permitia executar o câmbio a largos quilómetros de distância da sua origem, frequente já no século XIV<sup>18</sup>. «The static manager could send and receive remittances from his factors and agents by bills of exchange<sup>19</sup>». Por outro lado, este pedaço de papel reduzia os riscos de circular com numerário de metal precioso pelas inseguras estradas medievais europeias.

No século XVI a letra de câmbio era o meio de pagamento e crédito mais usual nos circuitos comerciais europeus. Com a progressiva introdução do endosso, a letra assume menos uma função contractual e aparece mais como uma extensão do papel-dinheiro. Depois da expansão ibérica, este era um mecanismo essencial para a existência de uma semântica económica compreensível numa cada vez maior dimensão espacial de negócio e investimento.

---

<sup>16</sup> NOWAK, 2006: 1560.

<sup>17</sup> WEST, 2011: 231.

<sup>18</sup> ROOVER, 1953: 43.

<sup>19</sup> SPUFFORD, 2002: 34.

A letra de câmbio tem actores principais no acto de câmbio, pese embora que beneficiário e pagador e dador e tomador podem assumir-se numa só pessoa:

- Beneficiário – destinatário final da letra e do dinheiro transaccionado.
- Dador – adianta o dinheiro ao tomador para que ele pague a um beneficiário.
- Tomador – toma o câmbio, é aquilo a que podemos chamar um cambista. Ele emite a letra a favor do beneficiário, designado pelo dador.
- Pagador – assegura o pagamento ao beneficiário, mantendo uma conta corrente com o tomador.

Desde logo se prefiguram duas relações distintas neste circuito. Um vínculo de carácter financeiro entre tomador e pagador e entre beneficiário e dador, com contas correntes entre si; «(...) este vínculo solía responder a correspondências bancarias en el extranjero, relaciones de parentesco o sociedad o vínculos de carácter mercantil, que en cualquier caso garantizaban la fluidez del trafico fiduciario materializado en la cédula o letra de cambio<sup>20</sup>». R. de Roover fala-nos mesmo na existência de um mandante e de um mandatário, um ao serviço de outro<sup>21</sup>.

A estes, podem ainda juntar-se outros indivíduos que, de forma indirecta, entram neste circuito do dinheiro, relacionando-se com um ou mais agentes referidos anteriormente. Na maior parte dos casos das letras de câmbio do arquivo da empresa de Simon Ruiz estes são devedores de algum dos outros contribuintes ou seus representantes.

Com estes personagens, a letra de câmbio desenvolve-se em dois momentos: um primeiro, em que o dador entrega o dinheiro ao tomador e indica-lhe qual o beneficiário desse dinheiro, situado numa praça distinta. Depois, o tomador fabrica um documento, em que diz ao pagador que deve pagar um determinado valor, em determinada moeda, ao beneficiário. Circulam em simultâneo normalmente quatro vias deste documento, face aos riscos do correio e à facilidade com que este não chegava ao destino. Enviava-se uma primeira cópia directamente ao pagador, entregando o tomador uma segunda ao dador para que este a enviasse ao beneficiário, que iria cobrar a letra ao pagador. As outras cópias ficavam para os restantes interlocutores.

O verso da letra de câmbio pode assumir-se como um recibo ou quitação da letra, informando o investigador do acto da cobrança daquela letra por parte do beneficiário ou seu representante, junto do pagador ou do seu representante. Consta também se a referida letra foi aceite (o pagador aceita pagar a letra, dando a quantia ao beneficiário); recusada (o pagador recusa-se a pagar a letra, quando o beneficiário aparece a cobrá-la, ou porque não recebeu a ordem por parte do tomador ou não recebeu provisão de dinheiro suficiente ou duvida da solvabilidade do tomador<sup>22</sup>); protestada (normalmente por falta de aceite ou por falta de pagamento; é o beneficiário que apresenta o protesto); aceite sob protesto

---

<sup>20</sup> RODRIGUEZ GONZALEZ, 2000: 684.

<sup>21</sup> ROOVER, 1953: 48.

<sup>22</sup> LAPEYRRE, 1955: 281.

(quando depois de protestada, o pagador acaba por pagar) ou endossada (o beneficiário passa a sua posição para outra pessoa; nomeia um novo beneficiário).

A complexidade deste circuito financeiro é tal que além de envolver uma multiplicidade de agentes, que podem desempenhar mais do que uma função, ou uma função poder ser desempenhada por várias pessoas, temos de contar com uma multiplicidade de valores e unidades monetárias, taxas de câmbio variadas, diversos locais e tempos em ligação. Por último, devemos considerar que muitas vezes não estamos perante um câmbio real, com um circuito tal qual é descrito, mas por aquilo a que alguns investigadores designaram por «câmbio seco», um câmbio sem substância real, apenas para o ajuste de contas entre correspondentes. Um tomador é dador de algum dinheiro para um beneficiário que é também um pagador. Mais tarde, é enviada uma letra com o mesmo valor mas no sentido inverso. Não circula qualquer dinheiro, mas solidificam-se contas correntes de ambos os lados.

Esta pareceu-nos ser uma fonte que nos permitiria ter uma ampla reconstituição da rede social, mercantil e espacial em volta de Simon Ruiz e da sua variabilidade cronológica. Permite-nos ver a evolução da rede como um todo, descobrindo novos e velhos parceiros, tal como alguns dados de caracterização individual dos agentes, nomeadamente questões de género, local de residência, filiação religiosa, profissão, cargo, título, nacionalidade. Permitem-nos, dentro do âmbito da teoria de redes, perceber a mobilidade e a variabilidade dos agentes na rede, a sua hierarquia.

Por outro lado, as letras de câmbio, além das relações implícitas financeiras entre os agentes que referimos anteriormente, apresentam por vezes relações explícitas, que de outra forma seria difícil conhecermos, como por exemplo, relações de confiança (quando estes intervenientes têm alguém que os representa neste circuito financeiro, por forma de procuração ou não), relações familiares, de sociabilidade (em heranças, como executores de um testamento, por exemplo) e outras ligações financeiras a parceiros que não fazem parte daquele acto em concreto, mas estão ligados em parcerias comerciais ou financeiras a um ou outro dos principais agentes. A análise serial deste tipo de documentação permite-nos ainda encontrar relações de parceria, esporádicas ou prolongadas, quando, numa ou mais letras de câmbio, os mesmos indivíduos aparecem a desempenhar uma mesma função. «Partnerships and financing, which had previously lasted only for a single voyage, took on a more permanent aspect...»<sup>23</sup>.

Quando falamos de cooperação, as letras de câmbio permitem-nos, quer pela medida da densidade destas relações, quer pelo valor transaccionado encontrar diferentes graus de cooperação e, nomeadamente, de confiança. Podem aferir-se diferentes graus de risco, custos e benefícios e perceber se existem comportamentos de reciprocidade. Através do estudo das formas de aceitação do câmbio, poderemos chegar a quebras não só de confiança, mas mesmo à recusa da cooperação («defecting»), quando a letra é protestada e recusada. Mas é no estudo aprofundado das dinâmicas cooperativas que o uso deste tipo de documentação apresenta mais fragilidades.

---

<sup>23</sup> SPUFFORD, 2002: 22.

O facto de lidarmos com uma narrativa muito estandardizada e, muitas vezes, omissa em dados individuais dos agentes, à excepção do nome, leva-nos desde logo a uma ausência de explicação dos factores que podem ou não influir na pertença ou exclusão do indivíduo na rede, em determinado momento. Deve ser considerado que a finalidade deste tipo de material da história é, sobretudo, a de reconstituir o circuito do dinheiro e, por isso, as pessoas e as suas características não têm primazia descritiva em deterimento dos câmbios, unidades monetárias e crédito. Por outro lado, a ausência de dados qualitativos não permitem conhecer como a cooperação é ou não implementada, mantida ou quebrada («cheating»), tornando também difícil de aferir normas de comportamento económico.

Perdemos também importantes dados de diferentes níveis cooperativos, nomeadamente aqueles que mais indirectamente auxiliam ou, de forma ténue, dificultam o negócio. Perdemos informação referente aos mecanismos de construção de confiança, como o factor reputação. Mas o grande problema parece-nos ser o da ausência de contextos. Sem eles, precisamos de nos debruçar em bibliografia produzida para a cronologia em questão no que respeita ao trato mercantil e financeiro (é impossível o conhecimento de toda esta realidade específica), tal como em biografias de alguns grandes mercadores e famílias devotas a esta actividade económica. É imperioso o cruzamento de fontes.

## 2. A CORRESPONDÊNCIA COMERCIAL

O uso da correspondência comercial era já muito usual no século XIII. Falamos já dos condicionalismos que transformaram o comércio a partir do século XV. Apesar de não ser uma inovação, o envio de cartas entre mercadores torna-se cada vez mais necessário. Por um lado, com a expansão geográfica do espaço de negócio, as companhias comerciais tiveram tendência a estabelecer contactos com agentes a uma maior distância e que, muitas vezes, não conheciam. Francesca Trivellato demonstra tal realidade, através da correspondência comercial da firma sefardita Ergas e Silveira sediada em Livorno no século XVIII. Estes agentes, no seu trato com o subcontinente indiano, optam por não destacar nenhum agente para Goa e optam por ter como seus representantes mercadores hindus autóctones, mesmo sem nunca os terem conhecido<sup>24</sup>. O género epistolar tornou-se o grande instrumento para o mercador exercer controlo sobre os seus agentes no estrangeiro. As cartas constituíam, por outro lado, uma prova jurídica de determinado negócio, tornando dispensável a afirmação de contractos num notário. «Letters become the primary tool through which webs of commercial relations were woven across space and social groups<sup>25</sup>».

Do ponto de vista formal, a carta comercial não tem de todo uma estrutura rígida como as letras de câmbio, apresentando uma maior riqueza e detalhe informacional e maior variabilidade de dados que possamos retirar. Para o preenchimento de um formulário de

---

<sup>24</sup> TRIVELLATO, 2009.

<sup>25</sup> TRIVELLATO, 2004: 4.

base de dados historiográfica será uma tarefa mais complexa e dependente da subjectividade das questões de partida do investigador.

Além de nos dar nomes e outras características individuais dos indivíduos e ser também possível o estabelecimento de relações, muito mais diversas tipologicamente, entre estes agentes, as cartas dão-nos infundáveis informações sobre questões de negócio: preços de mercadorias, unidades de peso e medida, prémios de seguros, fretes, câmbios, descrições qualitativas e quantitativas de produtos disponíveis em determinadas regiões ou cidades...

A correspondência comercial permite-nos, ao contrário das letras de câmbio, conhecer as conjunturas que podem condicionar a nossa rede de indivíduos: notícias sobre a situação política, militar, diplomática, climática e sobre calamidades; flutuações de mercado e oportunidades de investimento.

A grande potencialidade da correspondência comercial no estudo da cooperação nas relações entre agentes mercantis, mais pontuais ou permanentes, é informar-nos acerca do seu conteúdo, das circunstâncias que condicionam o comportamento cooperativo. Informam-nos acerca de qualidades intangíveis que influenciam a cooperação: a amizade, a ajuda, o aviso, o conselho, a confiança e a estima que pode até condicionar uma futura colaboração, a cumplicidade e a reputação. Percebemos por elas porque entram ou são excluídos determinados indivíduos na rede, testando o conceito de «group augmentation» da finlandesa Hanna Kokko. Através da observação empírica no mundo animal, a bióloga percebeu que a sobrevivência da rede de um determinado indivíduo e a garantia da sua reprodução advém de um alargamento desse primeiro núcleo de parceiros, formado por indivíduos geneticamente relacionados<sup>26</sup>. Este alargamento com recurso a indivíduos externos a esse grupo original não se traduz sempre pelo mesmo nível de integração<sup>27</sup>.

A troca de cartas entre parceiros permite-nos conhecer a importância do rumor ou boato no funcionamento da rede, assim como tipos de informação que influenciaram o comportamento cooperante, como notícias de falências, perdas de credibilidade de determinado agente na praça, grandes lucros em determinado negócio.

Ao nível das relações em estudo, o leque é muito mais abrangente do que nas letras de câmbio. A somar-se às relações financeiras, familiares, de confiança ou sociabilidade, importa destacar as relações que se evidenciam quanto ao nível de cooperação que interliga dois ou mais agentes; de um lado, níveis de cooperação positiva, de outro, níveis de cooperação negativa.

---

<sup>26</sup> KOKKO *et al.*, 2001: 187.

<sup>27</sup> KOKKO *et al.*, 2001: 188.

**Tabela 1:** Taxonomia de relações de cooperação presentes na correspondência comercial, com base na correspondência comercial de Simon Ruiz

CLASSIFICAÇÃO NUMÉRICA	DESIGNAÇÃO	DEFINIÇÃO
<b>Pólo Positivo</b>		
+3	Colaboração	São, normalmente, relações de dependência de longa data, como, por exemplo, quando uma sociedade comercial se mantém por longos anos. Este grau mais intenso de cooperação inclui a promoção do ingresso de alguém na equipa de trabalho, partilha igualitária de ganhos e perdas e a divisão de tarefas através de uma especialização interconectada.
+2	Coordenação	Exige o mutualismo entre duas partes, porque existem dependências. Podemos designar este tipo de relações como relações de investimento, em que ambas as partes trocam serviços. Aqui se inclui a facultação de ajuda social dentro de alguns círculos, para facilitar a introdução de novos agentes no negócio de um parceiro, facultar ajuda técnica, facultar e facilitar empréstimos a alguém que precisa, entre outros.
+1	Comunicação	É o requerimento mínimo para haver relações de negócio entre duas partes, partilhando determinado tipo de informação, que aumentará a previsibilidade do negócio, reduzirá custos e ajudará à inserção em determinados mercados pelo ajustamento da oferta à procura. Poderá constar também num aviso de um indivíduo exterior à rede, um conselho sobre novas oportunidades de venda mais rentável, melhores oportunidades de investimento, dar uma recomendação ou uma boa referência a quem necessita.
<b>Pólo Negativo</b>		
-1	«Defection»/ Deserção	Uma das partes recusa-se a cooperar por um qualquer motivo, quando a expectativa do outro era a de que cooperasse.
-2	«Cheating»/ Engano	Indivíduos que premeditadamente não cooperam, mas conseguem usufruir dos benefícios dos outros, ainda que possam vir a ser severamente punidos.
-3	Concorrência	Indivíduos que se auto excluem da rede, boicotando a cooperação entre a rede e cortando com as relações comerciais.

As limitações da correspondência comercial prendem-se, antes de mais, pela vastidão e complexidade da informação, que tem um carácter acentuadamente variável em todos os documentos. É difícil sistematizar os dados e encontrar variáveis exactas e estáveis em todos os documentos. Por outro lado, ao nível das informações individuais, é frequente a omissão de informação, o que nos dificulta a tarefa de estabelecer relações e de encontrar a posição e função dos indivíduos na rede, em determinado momento.

Há ainda a considerar a intencionalidade e as condições de produção da fonte. Quem escreve a carta, o emissor, carrega de intencionalidades o discurso, o que pode condicionar a veracidade da informação enviada. O emissor quer passar uma mensagem que pode ser honesta ou não. Lembremos que a correspondência servia para o mercador controlar a sua rede, mas também a sua concorrência. Assim, poderia interessar uma estratégia de desinformação, que condiciona a análise do investigador, que a esta



intencionalidade deve estar atento. Como documento de índole privada e pessoal, as informações conjunturais são pautadas pela própria visão do mundo que o produtor teria. Esta subjectividade condiciona a objectividade da recolha de dados. No entanto, a riqueza é tanta que rejeitar este corpo documental seria um passo atrás no que se refere ao estudo da cooperação em redes mercantis em História.

Sendo as condições e os objectivos de produção de letras de câmbio e do género epistolar comercial tão distintos, que complementariedade evidenciam neste contexto historiográfico? São, no fundo, faces distintas de uma mesma moeda. Se, as letras de câmbio, evidenciam o tamanho e a evolução de uma rede de negócios ao longo do tempo, posicionando indivíduos num espaço e num tempo, a correspondência permite-nos conhecer outras características desses mesmos indivíduos: a família, a nacionalidade, a reputação, a sua saúde económica e financeira, os seus parceiros económicos, mas também sociais. Se as letras de câmbio nos permitem quantificar níveis de riqueza destes agentes (pela comparação dos montantes em movimento entre determinados agentes), ou a duração das relações, as cartas mostram distintos níveis de confiança nas relações entre os agentes económicos, dão conteúdo à cooperação pela troca de mensagens e informação entre agentes. Mostram faces satisfeitas pelo bom entendimento das relações comerciais, mas também a zanga entre agentes, a cobrança, a falência. No entanto, é entre a diversidade de informação de umas e outras que é permitido ao historiador conhecer os comportamentos económicos, sociais e políticos que estes agentes desempenharam, num mundo que, pela primeira vez, conhecia uma dimensão global ao nível dos sectores produtivo, comercial e de uma economia global de mercado.

## BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Martin (1958) – *Enciclopedia del Idioma. Diccionario Histórico y Moderno de la Lengua Española (siglos XII a XX) etimológico, tecnológico, regional y hispanoamericano*. Madrid: Aguilar.
- BAYARD, Françoise (1971) – *Les Bonvisi, marchands banquiers à Lyon, 1575-1629*. «Annales. Économies, Sociétés, Civilisations». 26:6, p. 1234-1269.
- BENASSAR, Bartolomé (1967) – *Valladolid au siècle d'or. Une ville de Castille et sa campagne au XVIe. siècle*. Paris: Mouton.
- BENN, S. I.; PETERS, R. S. (1977) – *Social Principles and the Democratic State*. London: Allen & Unwin.
- BOTTIN, Jacques (2008) – *Information commerciale et prise de décision au début de l'Époque Moderne: le marché Hispano-américain, Rouen et L'Europe du Nord-Ouest (1580-1640)*. In MARGAIRAZ, Dominique; MINARD, Philippe, ed. – *L'information économique, XVIe-XIXe siècle*. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière de la France, p. 37-61.
- BRAUDEL, Fernand (1992) – *Civilização Material, Economia e Capitalismo, sécs. XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, 3 vols.
- CHAUNU, Pierre (1955-1960) – *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*. Paris: SEVPEN, 12 vols.
- COURT, Ricardo (2004) – 'Januensis ego mercator': *Trust and Enforcement in the Business Correspondence of Brignole family*. «The Sixteenth Century Journal», n.º 35 (4), p. 987-1003.
- DAHL, Gunnar (1998) – *Trade, trust and networks. Commercial culture in late Medieval Italy*. Lund: Nordic Academic Press.
- EHRENBERG, Richard (1955) – *Les Siècle des Fugger*. Paris: SEVPEN.

- EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION (2011) – *The Evolution of Cooperation and Trading – call for outline proposals* 2006 [cited 18th March 2011]. Available from <[http://www.nwo.nl/files.nsf/pages/NWOA\\_6NSGXR\\_Eng/\\$file/TECT\\_Call\\_10-04-06.pdf](http://www.nwo.nl/files.nsf/pages/NWOA_6NSGXR_Eng/$file/TECT_Call_10-04-06.pdf)>.
- GAMBETTA, Diego (1990) – *Can we trust trust?* In GAMBETTA, Diego, ed. – *Trust: making and breaking cooperative relations*. Oxford: Basil Blackweel, p. 213-235.
- GASCON, Richard (1971) – *Grand commerce et vie urbaine au XVIe siècle – Lyon et ses marchands*. Paris: SEVPEN.
- GELDERBLOM, Oscar; GRAFE, Regina (2009) – *The Rise, Persistence and Decline of Merchant Guilds. Rethinking the Comparative Study of Commercial Institutions in Pre-modern Europe*. In «XVth World Economic History Congress», 3-7 august 2009, Utrecht.
- GRIEF, Avner (2006) – *Institutions and the path to the modern economy. Lessons from medieval trade*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JEANNIN, Pierre (1986) – *Os Mercadores do Século XVI*. Porto: Vertente.
- KOKKO, Hanna; JOHNSTONE, Rufus; CLUTTON-BROCK, T. H. (2001) – *The evolution of cooperative breeding through group augmentation*. «Proceedings of the Royal Society of London», n.º 268/1463, p. 187-193.
- LAMIKIZ, Xabier (2010) – *Trade and Trust in the eighteenth-century Atlantic world. Spanish merchants and their overseas networks*. Suffolk: The Royal Historical Society/The Boydell Press.
- LAPEYRRE, Henri (1953) – *Simon Ruiz et les asientos de Philippe II*. Paris: SEVPEN.
- (1955) – *Une famille de marchands: les Ruiz*. Paris: Armand Collin.
- LUHMANN, Niklas (1979) – *Trust and Power*. New York: John Wiley.
- MATHEW, K. S. – *Indo-Portuguese Trade and the Fuggers of Germany*. New Dehli: Manohar Publishers, 1999.
- NOWAK, Martin A. (2006) – *Five Rules for the Evolution of Cooperation*. «Science», vol. 314 (5805), p. 1560-1563.
- PINTO, Sara; RIBEIRO, Ana Sofia (2008) – *DYNCOOPNET: Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Commercial Networks in the First Global Age*. In «La Scuola Dottorale – Fonti per la Storia dell’Economia Europea (secoli XIV-XVII): La Documentazione Aziendale». Arezzo.
- RODRIGUEZ GONZALEZ (2000) – *La negociación cambiária en la banca de Simón Ruiz*. In BERNAL RODRIGUEZ, Antonio Miguel, coord. – *Dinero, Moneda y crédito en la Monarquía Hispánica*, p. 679-694.
- ROOVER, Raymond de (1953) – *L’ evolution de la lettre de change. XIVe-XVIIIe siècles*. Paris: Armand Colin.
- SAFLEY, Thomas Max (2009) – *‘Unser Sachen, Trauwen und Glauben’: The Ambiguous Role of Trust in Early Modern Business Failure*. In «XVth World Economic History Congress», 3-7 august 2009, Utrecht.
- SILVA, José Gentil da – *Contratos da Trazida de Drogas no século XVI*. «Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa», 2ª série, tomo XV (1949), p. 5-28.
- (1956) – *Stratégie des affaires à lisbonne entre 1595 et 1607. Lettres Marchands des Rodrigues d’Evora et Veiga*. Paris: Armand Collin.
- (1959) – *Marchandises et finances. Lettres de Lisbonne (1563-1578)*. Paris: Armand Collin, 2 vols.
- SPUFFORD, Peter (2002) – *Power and Profit: the merchant in medieval history*. New York: Thames and Hudson.
- STRUM, Daniel (2009) – *Revisiting the role of kinship and ethnicity in Early Modern Trade: the Portuguese Jews and New Christians in the sugar trade*. In «XVth World Economic History Congress», 3-7 august 2009, Utrecht.
- TANGUY, Jean (1956) – *Le commerce à Nantes au milieu du 16e siècle*. Paris: SEVPEN.
- TRIVELLATO, Francesca (2004) – *Discourse and practice of trust in business correspondence during early modern period*. Texto policopiado, p. 4.
- (2009) – *The Familiarity of Strangers. The Sephardic Diaspora, Livorno, and cross-cultural trade in the Early Modern Period*. New Haven/London: Yale University Press.



# EPISTOLÁRIOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

## A CORRESPONDÊNCIA DE JOÃO PENHA

ELSA PEREIRA\*

**Resumo:** Graças à sua natureza híbrida, oscilando entre vida e literatura, as cartas trocadas por escritores assumem um valor documental inestimável, não só na preservação da memória biográfica do autor, como no auxílio ao estudo da génese de uma obra literária, conforme salientado por Gérard Genette. O caso de João Penha (\*1839 †1919) é exemplo paradigmático, pois a investigação sobre o vate bracarense beneficia sobremaneira com a leitura da correspondência. As cartas por si trocadas constituem testemunhos explícitos das ideias do homem e do poeta, mas sobretudo fontes indirectas de informação sobre a sua Obra, permitindo contextualizar o itinerário de criação e assim enriquecer a edição crítica.

**Palavras-chave:** Correspondência; biografia; literatura; genética.

**Abstract:** Due to their hybrid nature, moving back and forth between life and literature, the letters exchanged by writers constitute valuable documents, not only preserving the biographic memory of their author, but also providing raw material for textual scholars, as already stated by Gérard Genette. The legacy of João Penha (\*1839 †1919) may be considered a good example, since the studies on this poet have greatly benefited from the use of his correspondence. The letters exchanged by Penha represent not only explicit testimonies of his ideas as a man and as an artist, but are also indirect sources on his work, contextualizing the paths of literary creation and thus enriching critical edition.

**Keywords:** Correspondence; biography; literature; genetics.

Na apresentação a uma conhecida coletânea de correspondência, vinda a lume nas últimas décadas, Manuela Parreira da Silva observava:

*a carta não cumpre integralmente o seu destino só por ter cumprido a função de levar uma mensagem ao destinatário. Ela permanece, à maneira também de uma fotografia. Ela é também, nesta medida, um «documento autêntico», testemunho da existência real do escritor e testemunho de um espaço e de um tempo físicos, históricos, inquestionáveis (SILVA, 1996: 16).*

Percorrer o epistolário de um escritor é pois também uma forma de recuperar essa memória do futuro (ou «lugar possível do diálogo») de que falava Ricardo Piglia, num dos seus romances premiados (PIGLIA, 1987: 28).

Todavia, a carta constitui, antes de mais, um documento híbrido, situado algures entre a *vida* e a *literatura*, como observou Alain Buisine no prefácio ao número que a *Revue des Sciences Humaines* dedicou à correspondência de escritores:

*avec la lettre on ne saura plus jamais où on en est, encore dans la vie ou déjà dans le texte, de toute façon dans cet 'entre' de la biographie et de la littérature qui dérègle toutes les oppositions et les assinations (BUISINE, 1984).*

\* Faculdade de Letras da Universidade do Porto/investigadora do CITCEM. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/41413/2007).

\*\* Todos os textos apresentados neste artigo serão citados *ipsis verbis*, seguindo a grafia original.

Por isso, não é de estranhar o modo hesitante como estes escritos foram sendo encarados ao longo dos tempos, tanto pelos próprios epistológrafos<sup>1</sup>, como entre os teóricos dos estudos literários. Particularmente durante o séc. XIX e até ao início do século XX, a predominância dos ideais românticos do Génio favoreceu a publicação de colectâneas de correspondência; de tal maneira que Casais Monteiro chegava a advertir, em 1934:

*Parece que hoje, mais do que nunca, o público letrado, e até o que não é letrado, se lançam apaixonadamente à leitura dos diários íntimos, correspondências e memórias, dos escritores [...]. Dir-se-ia até que tal apaixonado interesse vai, para lá do artista e do escritor, incidir sobre o homem, fazendo mesmo esquecer a obra para unicamente pôr em destaque as preocupações e os gostos, os tics e as manias, os vícios e as virtudes, a biografia do homem (MONTEIRO, 1934: XI).*

Se o surgimento das teorias imanentes (do Formalismo ao New Criticism) resultou, temporariamente, na absoluta desvalorização da biografia, e consequentemente dos documentos privados de um autor, a abordagem predominante nos últimos anos tem evoluído para um novo equacionamento da relação entre o texto e o *sujeito da escrita*, com a reabilitação documental da correspondência, tanto no apuramento biográfico do perfil autoral, como no auxílio à análise literária:

*Les grandes correspondances que les écrivains du xix<sup>e</sup> et xx<sup>e</sup> siècle ont tenues avec beaucoup d'assiduité nous donnent à entendre le discours de l'écrivain sur lui-même et sur la littérature telle qu'il la pratique et qu'il la vit (DIAZ, 2011).*

Neste sentido, as cartas trocadas por um escritor podem ser altamente reveladoras, pois clarificam e aprofundam o olhar, fornecendo uma série de informações para a compreensão do escritor e da sua Obra.

O exemplo de João Penha (\*1839 †1919) é, neste sentido, paradigmático, e o seu epistolário constitui um valioso repositório para os investigadores. Guardado no Arquivo Distrital de Braga desde 1934<sup>2</sup>, este compreende cerca de 4000 documentos, maioritariamente relativos à correspondência recebida, o que permite, antes de tudo, auscultar a rede de contactos pessoais em que o autor se movia.

Grande parte dessas cartas foi remetida pelos seus mais fiéis amigos no mundo das letras<sup>3</sup>: Antero de Figueiredo (responsável por metade das missivas) e Joaquim de Araújo, na condição ímpar de agente dinamizador da cultura portuguesa na Europa e director de várias publicações. Como se depreende da correspondência trocada com o discípulo penafidense, foi este aliás o grande divulgador de Penha no estrangeiro, providenciando

<sup>1</sup> Para um enquadramento desta questão, vd. ROCHA, 1985 e BOSSIS *et al.*, 1990.

<sup>2</sup> A compra do espólio às irmãs de João Penha concretizou-se em Fevereiro de 1934, quando o director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, Alberto Feio, propôs a transacção (no valor de 2.800\$00) ao presidente da Junta Geral do Distrito de Braga. Vd. ADB, *Arquivo Administrativo*, lv. 77, a. 1934, of. 5.º -7, 9, 10, 17.

<sup>3</sup> É o próprio Antero de Figueiredo quem se refere a J. Penha como o seu «mais certo amigo (para não dizer o unico) [...] nas letras» – ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 551, f. 94-95. Também Joaquim de Araújo se refere ao poeta como um dos homens mais prezados por si e o único a quem chamava «mestre» – ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 546, mç. 9, f. 82.

artigos, recensões e traduções em vários países europeus. A este diplomata português se devem, na verdade, as relações do nosso autor com cerca de uma dezena de lusófilos estrangeiros, que surpreendemos no seu epistolário: o sueco Göran Björkman, o alemão Wilhelm Storck, os franceses Achille Millien e René Ghil, o inglês Edgar Prestage, o espanhol Rafael d'Altamira e os italianos Prospero Peragallo, Antonio Padula, Tomaso Cannizaro e Belli di Leonardi.

Embora essas relações estrangeiras assentassem exclusivamente em contactos superficiais, mediados por Araújo<sup>4</sup>, a leitura global do espólio convence-nos, pelo contrário, do enorme poder de sedução sobre todos os que privavam directamente com o escritor, destacando-se aí a grande deferência pelo poeta e sua vasta erudição<sup>5</sup>.

Se há coisa que ressalta deste vasto acervo é pois o marcante ascendente que Penha exercia não apenas no grupo dos companheiros em Coimbra, mas sobre todos aqueles que para Braga continuaram a submeter versos ao exigente lápis do «nervoso mestre, domador valente/ da Rima e do Soneto português»<sup>6</sup>. Entre as missivas que o testemunham, sobressaem nomes como Antero de Figueiredo<sup>7</sup>, Alberto de Madureira<sup>8</sup>, Manuel Duarte de Almeida<sup>9</sup>, Luís da Silva<sup>10</sup>, Albano Belino<sup>11</sup>, Guerra Junqueiro<sup>12</sup> e mesmo Antero de Quental, que ainda nos tempos d' *A Folha* autorizara o director da revista coimbrã a corrigir versos para aí submetidos<sup>13</sup>. A todos, João Penha pregava incansavelmente o mesmo culto da forma, descrito em termos quase místicos numa carta publicada por Albino Forjaz de Sampaio<sup>14</sup>, e aqui reiterado a Antero de Figueiredo:

*Sem uma fôrma absolutamente correcta nada fica – tenho-o berrado como um cabrito, e hei-de continuar a berrá-lo ate ao fim da existencia* (BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(31)).

Com esta veemente recomendação se dirigia o poeta ao seu melhor amigo, em documento guardado na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Efectivamente, é sobretudo

<sup>4</sup> Vd. e.g. BNMV, *Carteggio Araujo*, Ms. 12242, carta n.º 12, datada de 5-II-1902. A este propósito, veja-se uma outra missiva, onde o cônsul português confessava ser o verdadeiro autor da recensão à *Viagem por Terra ao Paiz dos Sonhos*, que a *Revista Critica* de D. Raphael Altamira publicara em Madrid – ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 546, mç. 9, f. 122-123. De resto, o empenho de Joaquim de Araújo em se autopromover, favorecendo a imagem dos amigos pessoais no estrangeiro, foi também desmascarado na imprensa periódica da altura. Vd. artigos «Portugal no Estrangeiro» (ANÓN., 1893).

<sup>5</sup> Vd. testemunho de Luís de Andrade, que já em 1876 considerava Penha um dos homens com educação mais vasta e completa – ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 547, mç. 8, f. 4-5.

<sup>6</sup> O epíteto é de Gonçalves Crespo, no soneto «João Penha» (CRESPO, 1913: 293-294).

<sup>7</sup> Numerosas cartas aludem à revisão de João Penha, em praticamente todas as obras deste autor: BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1134(2), M-AF-1144(1), M-AF-1144(29), M-AF-1144(31), M-AF-1157(1), M-AF-1157(4), M-AF-1157(5), M-AF-1162(9), M-AF-1162(10), M-AF-1169(8), etc.

<sup>8</sup> ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 546, mç. 12, f. 4, f. 30, f. 32, f. 54; Ms. 554, mç. 1, f. 98-99; Ms. 554, mç. 3, f. 19-20; etc.

<sup>9</sup> ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 547, mç. 5.

<sup>10</sup> ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 555, mç. 1, f. 179.

<sup>11</sup> ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 556, mç. 4, f. 9.

<sup>12</sup> Em carta remetida a Araújo, J. Penha confidencia que Junqueiro ter-se-á deslocado ao Minho para lhe submeter as provas da sua *Oração á Luz* – BNMV, *Carteggio Araujo*, Ms. 12242, carta n.º 10, datada de 7-II-1904.

<sup>13</sup> Vd. ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 546, mç. 1 (tb. in QUENTAL, 1957: 48-49).

<sup>14</sup> Na carta para Albino F. Sampaio, que serviu de prefácio a *O Canto do Cisne*, Penha descreve essa *àpre nuit de travail*, de que falava também Verlaine, nos *Poèmes Saturniens*: PENHA, 1923: XXII-XXIII.

nos acervos das personalidades com quem o escritor manteve relações estreitas que vimos encontrar grande parte das missivas enviadas pelo vate bracarense, nomeadamente nos espólios de Joaquim de Araújo<sup>15</sup>, Antero de Figueiredo<sup>16</sup>, Teixeira de Queirós<sup>17</sup>, Eugénio de Castro<sup>18</sup>, Conde de Arnoso<sup>19</sup>, e outros arquivos avulsos<sup>20</sup>, além de alguns exemplares esparsos em colectâneas já publicadas.

É assim através deste extenso conjunto de cartas (escritas ao correr da pena, com a ductilidade que lhe era tão característica) que surpreendemos algumas das declarações reveladoras de João Penha, pois embora lhe acusassem alguma preguiça epistolar (frequentemente tomada até como má vontade<sup>21</sup>), o certo é que, ao longo dos anos, a correspondência haveria de tornar-se no único meio de comunicação entre o autor e o meio literário nacional.

Vivendo em Braga, longe dos centros intelectuais e sem contactos estimulantes, o isolamento era palpável<sup>22</sup>, e como o próprio frequentemente se queixava, ao Minho não chegavam sequer muitos dos jornais da capital, com as polémicas que marcavam a actualidade<sup>23</sup>. Sem outra alternativa, é portanto através das cartas que o escritor vai mantendo contacto com as esferas culturais, manifestando posições literárias, tecendo opiniões sobre companheiros de letras, assumindo enfim algumas das influências, nacionais ou estrangeiras, que se auscultavam na sua obra:

*Nascido em pleno romantismo, todas as minhas inclinações eram, até ainda bem pouco tempo, para os escriptores d'essa epoca luminosa: o Hugo, o Alfred de Musset, Balzac, Dumas pae, Th. Gauthier, Flaubert, etc., e ainda hoje os leio, como uma recordação da infancia, como uma saudade. Dos actuaes, apraz-me a leitura de F. Coppée, e de Sully Prudhomme, divinos poetas parnasianos, e, de entre os prosadores: Anatole France, Marcel Prevost, Abel Hermant, o Lavedan, Bazin, Rosny, Jean Lorrain, etc. Mas, acima de tudo isso, e n'uma altura inacessivel, está, para mim, Shakspeare, o mais extraordinario genio dos tempos modernos* (PENHA, 1923: XXIII)<sup>24</sup>.

<sup>15</sup> Espólio da Biblioteca Nazionale Marciana di Venezia, contendo 14 cartas de J. Penha.

<sup>16</sup> Monumental espólio da Biblioteca Pública Municipal do Porto, incluindo volumosa correspondência de João Penha.

<sup>17</sup> Espólio do Museu João de Deus, guardando 14 cartas de Penha.

<sup>18</sup> Espólio da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, incluindo 3 cartas de Penha.

<sup>19</sup> Espólio da Biblioteca Nacional de Lisboa, que conserva 32 cartas de J. Penha.

<sup>20</sup> Incluem-se neste grupo a colecção de Alberto Correia que a Biblioteca Pública Municipal do Porto adquiriu (com 9 cartas de Penha para Joaquim de Araújo), bem como os espólios avulsos da Biblioteca Nacional de Lisboa (onde se guardam 2 cartas de Penha para Bulhão Pato). Além destes, haverá também que ter em conta os epistolários privados, que permanecem interditos aos investigadores.

<sup>21</sup> Vd. testemunho de Joaquim de Araújo: «Você, que eu amo enternecidamente, é para mim de silencias pavorosos!» (ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 546, mç. 9, f. 124-125). Também Alberto Pimentel se confessava magoado com a ausência de respostas às suas solicitações (ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 548, mç. 1, f. 9-10). Entretanto, Simões Dias tentava justificar o amigo: «O João não escreve, por preguiça, e não por descortesia» (ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 546, mç. 8, carta de Simões Dias para Joaquim Araújo).

<sup>22</sup> Isso mesmo observa Antero de Figueiredo: «o meu amigo [...] vive inteiramente isolado, principalmente de artistas que são reles que não habitam em Braga [...]. De resto, João Penha foi um producto coimbrão. Em Braga é exótico» (ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 551, f. 148-149).

<sup>23</sup> Vd. BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1143(2), carta de 1896.

<sup>24</sup> Carta enviada para Albino Forjaz de Sampaio em 18-X-1906.

A Filinto Elísio, por exemplo, se refere como o «mestre de todos os escriptores brillhantes do seculo XVIII»<sup>25</sup>, enquanto António Feliciano de Castilho (que Penha acolheu n' *A Folha*) é o «parnasiano que entre nós existia, antes do parnasianismo ter surgido no mundo»<sup>26</sup>. Sobre Bulhão Pato vemo-lo tecer francos elogios<sup>27</sup>, desclassificando em contrapartida Camilo Castelo Branco, que «não só não era mestre da lingua, mas até nem de grammatica sabia, satisfatoriamente»<sup>28</sup>. Enquanto isso, o poeta dirige irónicos comentários aos *novísimos* da geração de 90, com quem se envolveu numa enérgica *Questão Literária*<sup>29</sup>, considerando-os por isso «curtos de intelligencia e insolentes»<sup>30</sup>. Delfim de Brito Guimarães (o principal opositor no conflito geracional) é aliás o nome mais sacrificado nas cartas que materializam a animosidade de Penha contra os nefelibatas<sup>31</sup>, mesmo se, à partida, os discípulos de Mallarmé lhe mereciam algum respeito<sup>32</sup>. Assim, encontramos os simbolistas descritos como «meia duzia de individuos, que voltados para os tempos idos, querem renovar uma litteratura que morreu de velha»<sup>33</sup>, enquanto os decadentes aparecem pitorescamente classificados como poetas enfadonhos, capazes de provocar «abrimentos de boca que fazem desmanchar as mandibulas»<sup>34</sup>.

Muitas destas missivas constituem, aliás, documentos importantes para a compreensão do modo como o escritor se auto-percepcionava:

*Eu nunca me supuz um grande poeta, d'um enorme talento, artista impeccavel, e só ás vezes, comparando-me, me julgo melhor que muitos outros que andam na bérra, e cujas produções eu não assignava, nem puxado por vinte juntas de bois. O que eu julgo de mim? é isto: sou o unico poeta humano d'este paiz, psicólogo, de certa importancia, do coração feminino. Quaes os meus intuitos? Aligeirar as horas tristes da vida, tocando viola, e cantando de modo que não faça adormecer os que por acaso me escutem. Isto que deixo escripto não é seguro; é apenas o que n'este momento me occorre ao bico da penna (MJD, Espólio de Teixeira de Queirós, mç. 30, carta datada de 6-VI-1909).*

<sup>25</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1157(1), carta de 13-I-1899.

<sup>26</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1169(8), carta de 20-VIII-1904.

<sup>27</sup> «O Bulhão é um *charmeur*; lido o primeiro verso das suas composições ninguem para senão na ultima. Este hoje raro phenomeno verifiquei-o em mim mesmo, ainda não ha muito, com a leitura do *Livro do Monte*, e agora com a da *Dança Judenga*, soberba collecção de quintilhas, cheias de graça, de ironia, e, ás vezes, de algumas cousas mais: melhores, sob todos os aspectos, que as de Sá de Miranda» (BNL, *Espólios Avulsos*, Ms. 4333, carta de Penha para Bulhão Pato, datada de 23-V-1901).

<sup>28</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1157(5), carta de Penha para Figueiredo, datada de 19-II-1899. Sobre esta indisfarçável desconsideração com Camilo, vd. também uma carta enviada a Alberto Pimentel (PIMENTEL, 1915: 71-72).

<sup>29</sup> Vd. especialmente a polémica em torno dos versos dodecassilábicos, compilada em PENHA, 1899: 89-164 e GUIMARÃES, 1898.

<sup>30</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-F-1154(19), carta datada de 17-II-1898.

<sup>31</sup> Vd. muitas das cartas enviadas para Antero de Figueiredo – e.g. BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1154(29), M-AF-1144(24) –, algumas das quais anexando poemas burlescos que o poeta jovialmente classificava como *delfineidas*.

<sup>32</sup> «Como não sou polytheista, Mallarmé é, para mim, um falso deus. Respeito-o, porém, e aos seus sectarios, porque respeito todas as religiões – da arte» (UCBG, *Espólio de Eugénio de Castro*, cx. 15, carta datada de 17-IV-1890).

<sup>33</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1157(6), carta datada de 8-III-1899.

<sup>34</sup> BNL, *Espólio 32*, Ms. 2722, carta de Penha para o Conde de Arnoso, datada de 3-I-1896. Também em carta para Antero de Figueiredo – BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(19), carta de 21-X-1897 –, o poeta considera Eugénio de Castro e a sua revista *Arte* profundamente maçudos, reconhecendo todavia mérito ao livro *A Sombra do Quadrante* – BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1172(3), carta datada de 30-XII-1906.



*Os que ate agora tem escripto agarraram-se ao que elles chamam a technica, e julgaram ter cumprido os seus deveres de criticos. O que eu receio é que venham a chamar-me o João da Technica. Note que eu, pela alludida technica, não me distingo de milhares de poetas parnasianos, e não parnasianos, e é sob esse aspecto que eu posso ser assim classificado; isto é, como parnasiano. Parece-me, porém, que nos meus versos ha alguma cousa mais do que isso, e é justamente o que pode distinguir-me de qualquer outro poeta (BPMP, Espólio de Antero de Figueiredo, M-AF-1154(28)).*

Sobre a sua relação com o movimento parnasianista, é especialmente relevante uma carta de Eça de Queirós, apresentando o companheiro à novidade que vinha de França, numa altura em que há muito circulava já *A Folha*<sup>35</sup>. Aí se demonstra não apenas a confiança depositada no talento e criatividade de Penha, mas sobretudo a independência face ao *Parnasse Contemporain* e aos movimentos franceses, também reiterada numa outra carta a Joaquim de Araújo, onde a propósito da *República das Letras* (por si dirigida em 1875), o autor admite desconhecer inteiramente o homónimo periódico de Paris<sup>36</sup>.

Assim, é ainda ao mesmo amigo que o poeta resume o papel incontornável da sua revista, no contexto mais vasto da Questão Coimbrã<sup>37</sup>:

*Já se anda na busca d'uma collecção da Folha, a qual, segundo o José Bruno, foi o explodir da mina. Antes tinha havido a chamada guerra coimbrã (na qual entrei) guerra puramente theorica, e que depois se poz em pratica na Folha. Todos os antigos assumptos foram pôstos totalmente de parte, e a fôrma passou a merecer os maiores cuidados por parte dos novos poetas (BPMP, Espólio de Antero de Figueiredo, M-AF-1182(5), carta de 19-IX-1913).*

Tudo isto surpreendemos no *epitexto confidencial*<sup>38</sup> de João Penha. Através das cartas trocadas com alguns dos contemporâneos, é possível situá-lo como protagonista da cena literária finissecular, recuperando simultaneamente a caleidoscópica memória das circunstâncias humanas que marcaram o indivíduo por trás do escritor.

Entre estas sobressaem, no epistolário, numerosas alusões aos casos que o advogado competentemente trazia em mãos<sup>39</sup>, esperando daí obter algum alívio ao desequilíbrio financeiro do seu agregado familiar, paulatinamente fustigado pela doença e pela velhice<sup>40</sup>.

<sup>35</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-4391(2), carta de Eça de Queirós para João Penha, s.d. (parcialmente publicada n' *A Chronica* – QUEIROZ: 1902, 10). Curiosamente, nesta carta, Eça considera Penha «o unico em Portugal, capaz d'introduzir a nova escola francesa», mesmo que, anos depois, se referisse às *Rimas* do antigo companheiro de Coimbra, em termos tão distantes e desdenhosos como os relatados por Alberto de Oliveira: «Impossível: aquilo não era poesia, era o 'reclame' do presunto de Lamego. Eu nem o li... Felizmente» (NOBRE, 1982: 129).

<sup>36</sup> BPMP, *Espólio de Alberto Correia*, M-COR-IV-83, carta de Penha para Araújo, s.d..

<sup>37</sup> Seria também interessante localizar a resposta a uma carta de Trindade Coelho, onde Penha é interpelado acerca do posicionamento d' *A Folha*, na cena literária de 70: COELHO, 2008: 163-164.

<sup>38</sup> Em *Seuils*, Genette distinguia dois grandes grupos de documentos privados: «l'építexite *intime*, où l'auteur s'adresse a lui-même» e «l'építexite *confidentiel*, où l'auteur a pour destinataire un [...] confidente», (coincidindo este sobretudo com a correspondência de um escritor) – GENETTE, 1987: 342.

<sup>39</sup> Sobre os conceituados méritos forenses de J. Penha, vd. cartas de Queirós Ribeiro – ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 556, mç. 7.

<sup>40</sup> Além das doenças que afectavam a família – vd. BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(17), M-AF-1170(3) – sobressaem as referências a perturbações reumáticas e entorses que condicionavam o advogado, impedindo-o de

Em correspondência trocada com Antero de Figueiredo, o poeta assume ser aliás o decano de uma vasta família<sup>41</sup>, com mais de onze pessoas a seu cargo<sup>42</sup>, incluindo sete irmãs solteiras, que lhe impunham vários constrangimentos, inibindo-o até de viajar. O certo é que, depois de Coimbra (1864-1873), João Penha nunca mais abandonou a terra natal.

Enraizado em Braga, onde se plantou como uma árvore<sup>43</sup>, o poeta recolhia uma existência «serena e melódica»<sup>44</sup>, como testemunham várias cartas de Antero de Figueiredo<sup>45</sup>. E o mesmo amigo destacaria, ainda por carta, aquilo que considerava ser a principal qualidade humana de João Penha: «a bonhomia com que vai levando a vida»<sup>46</sup>, também realçada por Eça de Queirós:

*Ah meu velho, de todos nos és tu o que tens juízo. Realizas o sonho, a visão, o azul em plena vida burguesa e constitucional. Nem sequer das ao mundo a importancia de te aborreceres n'elle. Creaste para teu uzo um romantismo sensato, em que te aproveitias dos idealismos de Werther e Companhia – sem o perigo de lhes cahir nos ridiculos (BPMP, Espólio de Antero de Figueiredo, M-AF-4391(2), carta de Queirós para Penha).*

Esse «aburguesamento ditado pela necessidade»<sup>47</sup>, que os amigos lhe apontavam como traço característico, poderia, de resto, coincidir na desafecção com que sempre enfrentou a vida. João Penha definia-se como um ser contemplativo<sup>48</sup>, mas a ligeireza com que encarava o mundo impedia-o, por exemplo, de se interessar pela política ideológica e partidária<sup>49</sup>, ou sequer aprofundar as questões metafísicas e religiosas<sup>50</sup>.

A divertida candura com que chega a aplicar os ideais budistas à sua aversão por moscas<sup>51</sup> só poderia aliás ser de um desassombro contrastante com a solenidade das declarações proferidas por tantos homens de letras que, na viragem do século, se aproximaram das doutrinas de Buda.

---

trabalhar – e.g. BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1163(2); M-AF-1157(6). A situação financeira tornar-se-ia de tal modo aflitiva que, por volta de 1917, os amigos se encarregam de providenciar uma modesta pensão do Estado. Sobre este movimento de solidariedade, vd. correspondência trocada com Antero de Figueiredo (ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 551, f. 113-114 e 119) e Teixeira de Queirós (ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 547, mç. 9, f. 12-14, 15-17, 18-20 e 24-26).

<sup>41</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1157(14).

<sup>42</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1180(4), carta datada de 29-IX-1912.

<sup>43</sup> Vd. BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1168, carta datada de 7-IV-1903. Sobre a relevância do tema da Viagem em João Penha, vd. PEREIRA, 2011.

<sup>44</sup> A expressão é de Guerra Junqueiro, em carta publicada por AZEVEDO, 1981: 222.

<sup>45</sup> E.g. ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 550, f. 19-20, carta de A. Figueiredo, datada de 15-II-1896: «Por mais que eu pergunte a quem vem d'ahi noticias suas ninguem m'as dá. Dizem-me que não o vêem, que o meu amigo nunca sahe de casa». Vd. tb. ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 550, folhas 25-26, carta de Figueiredo, datada de 6-XII-1896: «Aqui estou a saber da sua saude, pois às pessoas aquem d'aqui pergunto pelo meu amigo todos me respondem: – 'que não sabem, que ninguem o vê'».

<sup>46</sup> ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 550, ff. 95-96, carta de Antero de Figueiredo, datada de 1-I-1898.

<sup>47</sup> Vd. carta para Albino Forjaz de Sampaio – PENHA, 1923: XXI.

<sup>48</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1175(5), carta de A. Figueiredo datada de 9-IX-1909.

<sup>49</sup> Vd. especialmente BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1173(2), carta datada de 25-XI-1904: «Desde que nasci ate ao dia d'hôje vivi sempre, como artista que sou, estranho à politica [...] nem sequer [...] dei o meu voto a pessoa alguma, nem mesmo a meu irmão Manuel, quando, por duas ou tres vezes, se propoz a deputado por Braga!».

<sup>50</sup> A este propósito, sobressai na correspondência o lado mais ritualisticamente burguês da sua superstição, quer no apego a amuletos (BNL, *Espólio 32*, Ms. 2726, carta enviada para o Conde de Arno em 16-V-1900), quer ainda num misto de ironia e receio pela figura folclórica de Satanás – BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(15), M-AF-1154(14).

<sup>51</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1170(2), carta datada de 29-VII-1905.

João Penha foi um homem simples e pragmático, surpreendentemente coerente nas incongruências da sua biografia; homem de hábitos modestos<sup>52</sup> e prazeres sensoriais. As suas cartas apresentam-no como colecionador de gravuras e águas-fortes<sup>53</sup>, apreciador das delícias gastronómicas (tantas vezes celebradas nas suas poesias<sup>54</sup>) e um irremediável amante de belas mulheres.

Ao longo dos anos, vão sendo recorrentes no seu epistolário os arroubos das paixões, acumulando-se na correspondência indiscretas referências a episódios donjuanescos e outros tantos nomes de amadas<sup>55</sup>. Mesmo septuagenário, podemos ainda ver o poeta enamorado por certa moça gentil, sobre quem exercita a sua sedução, escrevendo cartas em verso que acabariam a inspirar o livro das *Últimas Rimas*:

*meu novo livro de versos [...] já vae mais além da sua primeira metade. Para que sahisse com mais sentimentalidade do que os Echos, propuz um flirt a uma pequenita, que bem podia ser minha neta e que o acceitou da melhor vontade. Um dia sim, outro não, mando-lhe uma composição, ou carta de namoro, em verso, visto ella ser uma deusa, e o verso ser, como sabes, a linguagem dos deuses* (MJD, *Espólio de Teixeira de Queirós*, mç. 30, carta de 18-VII-1915).

E assim, por vezes, é justamente nos bilhetes mais íntimos que se escondem as peripécias por trás de certos poemas, desde arrufos que ditaram composições despeitadas nas *Novas Rimas*<sup>56</sup>, até às referências explícitas sobre o contexto de composição<sup>57</sup> ou a intencionalidade autoral<sup>58</sup> de tantos outros carmes.

Neste sentido, e embora o epistolário pertença à *exogénese* (DIAZ, 1999: 14), colocando-se à margem dos documentos directamente relacionados com o processo de escrita, o seu material pode constituir também um relevante instrumento da genética comentada, conforme salientado por Gérard Genette:

<sup>52</sup> A este propósito, vd. a descrição que Alberto Pimentel faz da rotina do poeta em Braga, destacando a assiduidade com que ao fim do dia visitava a confeitaria do Anacleto, para satisfazer a gulodice por bolos finos (PIMENTEL, 1894: 18-19).

<sup>53</sup> Sobre a sua coleção de gravuras, vd. as seguintes cartas: BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1196 (5), (6), (8) e (9). Em Setembro de 1918, J. Penha propunha-se brindar o amigo com 30 águas-fortes, em troca de auxílio na publicação das *Últimas Rimas*, desabafando: «o mesmo é que arrancar-me os proprios dentes, mas nunca, deixei de cumprir aquillo que prometto» – BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1196(5).

<sup>54</sup> Vejam-se, por exemplo, as iguarias que Antero de Figueiredo remetia ao amigo, através do correio, desde sardinhas de Espinho – BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-F-1175(5), carta datada de 9-IX-1909 – até aos célebres paios que lhe ditaram a fama literária – BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1164(1), carta datada de 13-VII-1902. De resto, o nome de João Penha tem sido injustamente reduzido a esta tendência algo saloia com que muitas vezes resolve o lirismo das *Rimas*, exorcizando a frustração amorosa através da sensualidade do vinho, do paio e do presunto.

<sup>55</sup> E.g. ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 558, mç. 14, f. 5-8, carta de José de Lima Brandão. Vd. tb. referências às amadas Laura Lopes, Zulmira de Melo (e.g. ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 555, mç. 1, f. 6, carta de Luiz da Silva) e Palmira Lacerda (BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(17), carta datada de 08-X-1897).

<sup>56</sup> ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 555, mç. 1, f. 140-141 e 143-144, cartas de Luís da Silva.

<sup>57</sup> E.g. BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1142(2) – para o soneto «Fl» –, BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-COR-I-32 – para o soneto «Novo Petrarca» – e ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 546, mç. 9, f. 40-41 – para o sonetinho «A um renegado».

<sup>58</sup> E.g. BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(16), carta datada de 25-IX-97 (comentando a motivação que ditou o polémico prefácio da *Viagem por Terra ao Paiz dos Sonhos*); BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1175(9), carta datada de 4-XI-1909 (em que o poeta explica detalhadamente o que intentou fazer no soneto dedicado ao amigo); ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 546, mç.12, f. 21-22, carta para Alberto de Madureira (aludindo à intencionalidade do soneto «Ao poeta X»).

*on peut utiliser – et c’est bien ce que font les spécialistes – la correspondance d’un auteur (en général) comme une sorte de témoignage sur l’histoire de chacune de ses oeuvres: sur sa genèse, sur sa publication, sur l’accueil du public et de la critique, et sur l’opinion de l’auteur à son égard à toutes les étapes de cette histoire. [...] inversement, [...] la correspondance peut aussi témoigner d’une non-naissance: oeuvres avortées dont ne subsistent parfois que ces traces indirectes, et quelques ébauches* (GENETTE, 1987: 344).

No caso de Penha, e além das referências à projecção de obras e composições apenas ensaiadas<sup>59</sup>, são especialmente valiosas as alusões ao processo editorial que rodeou alguns dos seus livros. Através das cartas, ficamos assim a conhecer incidentes que afectaram o volume *Echos do Passado*, desde a alteração de planos relativamente ao prefácio<sup>60</sup>, até ao incumprimento do índice remetido pelo autor<sup>61</sup>, passando pela impressão de composições que o poeta excluía das provas<sup>62</sup> ou o extravio de outras que os tipógrafos nunca chegaram a compor<sup>63</sup>. De resto, a concretização deste livro andou rodeada de vários problemas, abundando no epistolário as queixas do escritor contra o aspecto gráfico descuidado<sup>64</sup> ou a parca e ineficaz promoção comercial que se lhe seguiu<sup>65</sup>.

Graças à correspondência, podemos ainda seguir, por exemplo, as atribuições do livro póstumo (que Albino Forjaz de Sampaio intitulou *O Canto do Cysne*), acompanhando alguns dos entraves levantados pelos editores, desde a compra do manuscrito<sup>66</sup>, até ao eclodir da Grande Guerra e o consequente adiamento da publicação<sup>67</sup>.

Por outro lado, muitos destes documentos são de inegável valor testemunhal numa edição crítico-genética, ao permitirem também acompanhar o próprio itinerário de criação dos textos. Numa altura em que os meios de comunicação à distância eram ainda incipientes, a carta surge naturalmente como instrumento difusor de composições em circuito privado<sup>68</sup>, mas igualmente como meio disponível para o envio de textos à imprensa. Neste sentido, as cartas contêm muitas vezes correcções ou acrescentos de

<sup>59</sup> E.g. ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 557, mç. 1, f. 8-9, carta de Alberto Braga (aludindo a duas obras projectadas por Penha: *Memórias de Um Estudante e Canção das Noites*); BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1157(3), carta datada de 10-II-1899 (aludindo ao projecto das *Memórias de Um Estudante de Coimbra*); BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1157(14), carta para A. Figueiredo (aludindo a duas composições idealizadas para o livro *Por Montes e Valles*); BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1196(12), carta datada de 29-X-1918 (referindo-se às *Folhas de Outomno*, depois publicadas com o título *Ultimas Rimas*).

<sup>60</sup> BPMA, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1180(2); M-AF-1182(3).

<sup>61</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1182(5); M-AF-1185(6).

<sup>62</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1182(7), carta enviada para Antero de Figueiredo em 22-IX-1913, dando instruções para que se eliminasse o poema «As duas irmãs».

<sup>63</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1185(6), carta datada de 23-IV-1914.

<sup>64</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1186(8), carta datada de 22-VII-1914: «A edição, pelo seu aspecto, é feia como bicho. E pelo seu interior, talvez não seja mais bella».

<sup>65</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1186(11); M-AF-1185(8). Nesta última missiva, datada de 18-VII-1914, Penha ameaça instaurar uma acção de indemnização de perdas e danos pela ineficaz divulgação da sua obra.

<sup>66</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1196(2), carta datada de 17-VII-1918 (onde se lê que a venda do manuscrito fora negociada por João de Barros, à razão de 80 escudos).

<sup>67</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1193(2), carta datada de 2-VII-1917.

<sup>68</sup> Vd. e.g. cartas de Penha para Figueiredo: BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1154(7), M-AF-1154(22), M-AF-1154(29), M-AF-1156, M-AF-1157(7), M-AF-1182(2), M-AF-1189(3). Sobre esta matéria, vd. o nosso artigo: PEREIRA, 2012.

última hora, podendo mesmo falar-se de uma *genética em diálogo* ou *em colaboração*<sup>69</sup>, quando o poeta escreve a Alberto de Madureira<sup>70</sup> e Antero de Figueiredo<sup>71</sup>, dando instruções precisas para a alteração de composições entretanto já submetidas, ou ainda quando os editores tentam condicionar determinado texto, sugerindo modificações em passagens mais arrojadas<sup>72</sup>.

A estas, acrescentaríamos ainda muitas outras cartas de João Penha, protestando contra as gralhas tipográficas que mutilavam as suas composições<sup>73</sup>, ou aludindo a textos publicados sob pseudónimo<sup>74</sup>, que de outro modo dificilmente se lhe poderiam atribuir.

Por tudo isto, concluímos sem dificuldade que, enquanto auxiliar de arquivo ou como testemunho documental, a correspondência de João Penha – como a de muitos outros autores – oferece um inesgotável repositório da memória polifónica do escritor, conservando informações preciosas para a reconstituição de uma Obra e de todos os circunstancialismos que a rodearam. Nos vários epistolários disponíveis, encontramos, em suma, múltiplas possibilidades para o estudo da época e para a edição crítica dos textos literários:

*[Os investigadores] têm, por isso a certeza de que, explorando esse lugar suspeito que o acto epistolar habita, a biografia do autor e a biografia da sua obra e da sua época ficam necessariamente mais iluminadas* (SILVA, 1996: 15).

## BIBLIOGRAFIA

- ANÓNIMO (1893a) – *Portugal no Estrangeiro*. «Novidades», n.º 2679 (3 de Janeiro). Lisboa: [s.n.], p. 3.  
 ANÓNIMO (1893b) – *Portugal no Estrangeiro*. «Novidades», n.º 2686 (11 de Janeiro). Lisboa: [s.n.], p. 1.  
 AZEVEDO, Manuela de (1981) – *Guerra Junqueiro: a Obra e o Homem*. Lisboa: Arcádia.  
 BOSSIS, Mireille, coord. (1990) – *L'Épistolarité à Travers les Siècles: Geste de Communication et/ou d'Écriture*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.  
 BUISINE, Alain (1984) – *Préface*. «Revue des Sciences Humaines: Lettres d'écrivains», n.º 195. Lille: Faculté des Lettres et Sciences Humaines.

<sup>69</sup> DIAZ, 1999: 14.

<sup>70</sup> ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 546, mç. 12, f. 48-49, carta para Alberto de Madureira, remetendo ao editor da *Novos e Velhos* um acrescento de última hora para o poema «Versos á Carmen».

<sup>71</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1154(2); M-AF-1154(3) – contendo instruções para a composição de um artigo no jornal *A Tarde* –; M-AF-1162(2) – emendas de última hora para o poema «Os olhos de Laura», na revista *Brasil-Portugal*.

<sup>72</sup> BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-2534(3), carta de H. Lopes de Mendonça para J. Penha, datada de 19-X-1906. O editor sugere a alteração de um texto enviado para a revista *Serões*, motivada pelo «escrupulosissimo decoro» desta revista burguesa.

<sup>73</sup> Apenas alguns exemplos podem ser encontrados nas seguintes cartas: BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1163(1) – apontando as deturpações do jornal *Echos da Avenida*, na transcrição do seu poema «Pedalista» –, M-AF-1189(1) – reclamando contra as deturpações do jornal *O Século*, no soneto «Desesperança» –; ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 546, mç. 12, f. 6, carta para Alberto de Madureira (reclamando contra as perturbações que envolveram os poemas «O golpe» e «Desesperança», na revista *Novos e Velhos*).

<sup>74</sup> Vd. referências a poemas publicados sob os pseudónimos *Josino*, *Almira* e *Cydalisa* – BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1164(2), carta datada de 14-VI-1902; ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 554, mç. 1, f. 86-87, carta de Alberto de Madureira –, ao pseudónimo *J. Rocha* (ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 546, mç. 12, f. 48-49) ou ao artigo satírico sobre as *soirées* da Sr.ª Pindella, assinado por Zi (BNL, *Espólio* 32, Ms. 2742; Ms. 2744 – cartas enviadas para o Conde de Arnoso).

- COELHO, Trindade (2008) – *Correspondência: 1873-1908*. Org. Hironidino Fernandes. Bragança: Brigantis.
- CRESPO, Gonçalves (1913<sup>2</sup>) – *Obras Completas*. Lisboa: Santos & Vieira.
- DIAZ, Brigitte (2011) – *Correspondances entre Écrivains et Éditeurs 18<sup>e</sup>-20<sup>e</sup> Siècles*. Présentation du Colloque, Université de Caen Basse-Normandie, 26 Mai 2011. Disponível em <[http://www.epistolaire.org/correspondance\\_archives\\_creation.htm](http://www.epistolaire.org/correspondance_archives_creation.htm)>. [Consulta realizada 04/03/2011].
- DIAZ, José-Luis (1999) – *Quelle génétique pour les correspondances?*. «Genesis: Revue Internationale de Critique Génétique», n.º 13. Paris: Jean Michel Place.
- GENETTE, Gérard (1987) – *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil.
- GUIMARÃES, Delfim de Brito (1898) – *A 'Viagem por Terra' do Sr. João Penha*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva.
- MONTEIRO, Adolfo Casais (1934) – *Introdução*. «Cartas Inéditas de Antonio Nobre». Org. Adolfo Casais Monteiro. Coimbra: Edições Presença.
- NOBRE, António (1982) – *Correspondência*. Org. Guilherme de Castilho. Lisboa, IN-CM.
- PENHA, João (1899) – *Por Montes e Valles*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão.
- PENHA, João (1923) – *O Canto do Cysne*. Paris/Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- PEREIRA, Elsa (2011) – *Canções d'um vagabundo: João Penha e a viagem por terra ao país dos sonhos*. «CEM / Cultura, Espaço & Memória», n.º 1. Porto: CITCEM.
- PEREIRA, Elsa (2012) – *Hæc subtilis ars inveniendi: considerations of João Penha's literary archive*. «Variants: The Journal of the European Society for Textual Scholarship», n.º 8. Amsterdam-New York: Rodopi.
- PIGLIA, Ricardo (1987) – *Respiração Artificial* (trad. Heloisa Jahn). São Paulo: Iluminuras.
- PIMENTEL, Alberto (1894) – *Poetas do Minho I: João Penha*. Braga: Cruz & C.<sup>a</sup> Editores.
- PIMENTEL, Alberto (1915) – *Notas sobre o Amor de Perdição*. Lisboa: Guimarães Editores.
- QUEIROZ, José Maria d'Eça de (1902) – *Eça de Queiroz e João Penha: carta*. «A Chronica: Homenagem ao Insigne Poeta João Penha», n.º 63-64. Lisboa: [s.n.].
- QUENTAL, Antero de (1957) – *Cartas, Série I*. Lisboa: Couto Martins, 1957.
- ROCHA, Andrée (1985<sup>2</sup>) – *A Epistolografia em Portugal*. Lisboa: IN-CM.
- SILVA, Manuela Parreira da (1996) – *Prefácio*. «Fernando Pessoa: Correspondência Inédita», org. Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Livros Horizonte.

## SIGLAS UTILIZADAS NA IDENTIFICAÇÃO DE FONTES DOCUMENTAIS

- ADB – Arquivo Distrital de Braga  
 BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa  
 BNMV – Biblioteca Nazionale Marciana di Venezia  
 BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto  
 MJD – Museu João de Deus



# O DOCUMENTO FOTOGRAFICO

## DA MEDIAÇÃO CULTURAL À MEDIAÇÃO TÉCNICA

MARIA DO CARMO SERÉN\*

**Resumo:** *A sociedade da comunicação é uma sociedade global, nómada e de registo que, com a prática do digital levou à definição do documentalidade (fenomenologia dos objectos sociais). Como documento social a fotografia depende e existe se as pessoas acreditarem que ela existe como documento – com uma intenção, vontade e uma expressão. Hoje aborda-se a foto-documento como forma, signo e médium. Se é um registo apreendido com significado é partilhável. Com o digital as operações passam a ser feitas em qualquer lugar e em qualquer tempo; deslocaliza-se o arquivo de conservação de dados (não há apropriação directa); a leitura exige o interface de uma máquina, quebrando-se a imbricação e continuidade entre o suporte tradicional e a inscrição, agora sujeita à formatação do programa, que pode por em causa a interpretação. A conservação apenas permite migração para outro dispositivo, o que se mantém é a estrutura lógica, a capacidade de reproduzir. À mediação cultural juntou-se, prioritária, a mediação técnica.*

**Palavras-chave:** *Evolução dos paradigmas de mediação cultural; documentalidade da Fotografia; conservação de fotografia analógica; conservação de fotografia digital.*

**Abstract:** *The media society is a global society, nomad and dedicated to recording, which, with the practice of digital information, led to the definition of documentality (phenomenology of social objects). As a social document, the photograph depends on and exists if people believe it exists as a document – as an intention, a will and an expression. Today, the photo-document is approached as form, sign and medium. If it is a record that is apprehended with meaning it is sharable. With digital means, operations are done in any place and at any time; the archiving of data preservation is delocalised (no direct appropriation takes place); reading requires the interface of a machine, breaking the imbrications and continuity between traditional support and inscription, now subject to the programme's formatting, which may place interpretation at risk. Preservation only allows for migration to another device, what remains is a logical structure, the capacity to reproduce. Cultural measurement has been joined by technical measurement, which gradually takes priority.*

**Keywords:** *Evolution of the paradigms of cultural mediation; documentality of photography; conservation analog photography; conservation of digital photography.*

A sociedade da comunicação é uma sociedade de registo – esse enorme registador que anota todas as deslocações, as conversas e, a breve trecho, todas as transacções, numa sociedade imensa, global e nómada<sup>1</sup>. Um documento é também um objecto social e, como tal, situa-se entre a materialidade dos objectos físicos e a imaterialidade dos objectos ideais; depende e existe se as pessoas acreditarem que ele existe. Como qualquer outro documento a fotografia, como acto social, exige a presença de três elementos básicos, a *intenção* (uma vontade, com características psicológicas), a *expressão* (forma de exteriorizar uma ideia) e a *inscrição* (para se manter a intenção e a expressão). Assim, um objecto social é também um acto inscrito. Seja papel, texto, dado, ficheiro, obra, livro,

---

\* Historiadora e investigadora do CITCEM.

<sup>1</sup> FURTADO, 2009: 54.



página ou imagem, o documento informa, mostra ou representa. É o significado jurídico do documento que dá garantias de uso, o que assenta na análise e avaliação do suporte físico, da inscrição e do carácter idiomático, como uma assinatura.

Por isso hoje existe uma fenomenologia dos objectos sociais, a *documentalidade*, dado que muito se foi modificando no suporte e conservação dos documentos.

## A FOTOGRAFIA QUÍMICA ANALÓGICA E A SUA CONSERVAÇÃO, A MEDIAÇÃO CULTURAL

Durante o século XIX e estribada no optimismo positivista, a fotografia era tida como uma prova de carácter científico. Concebida como uma réplica da realidade, uma perfeita imitação do seu objecto de duplicidade, fundamentava-se na neutralidade do seu testemunho, já que se tratava de um objecto maquinal e técnico. Havia, naturalmente, toda uma gama de simulações fotográficas, mas para a fotografia como documento aplicavam-se as leis da seriedade e honestidade que regulavam a investigação científica.

Como o império da racionalidade consciente e a observação atenta ainda não tinham sido abalados pela reflexão filosófica, pela psicanálise e pela psicologia, o papel do fotógrafo resumia-se a um entendimento do contexto do acto de fotografar, produzindo imagens entendíveis, claras e idênticas ao objecto fotografado. A dimensão, o branco e preto, o fraccionamento do real eram percebidos dentro do carácter da ciência, como deslocamento do objecto.

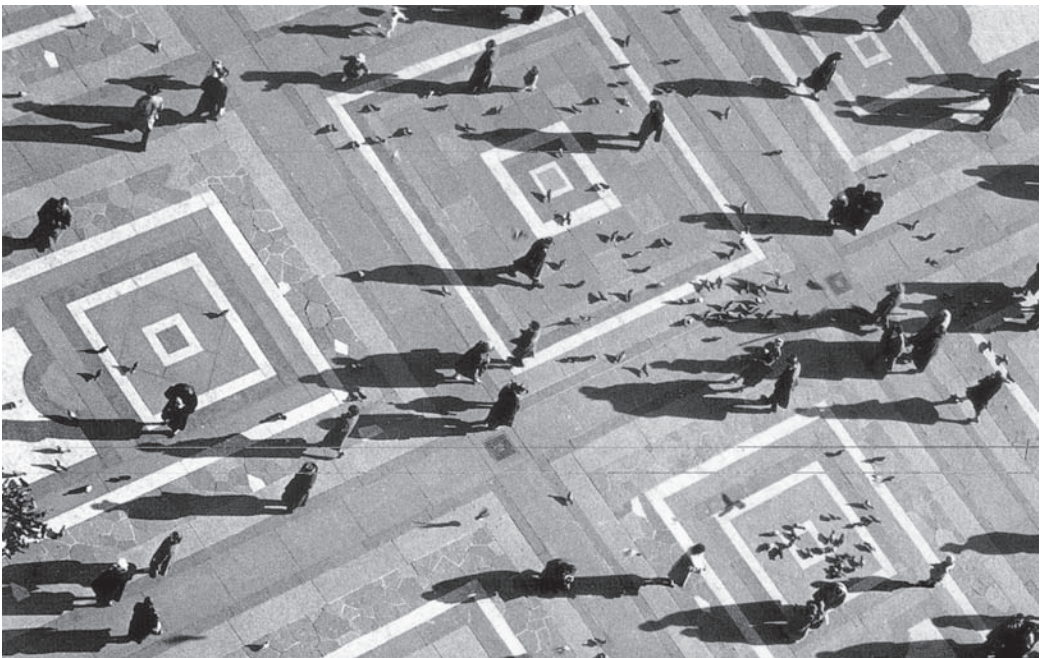
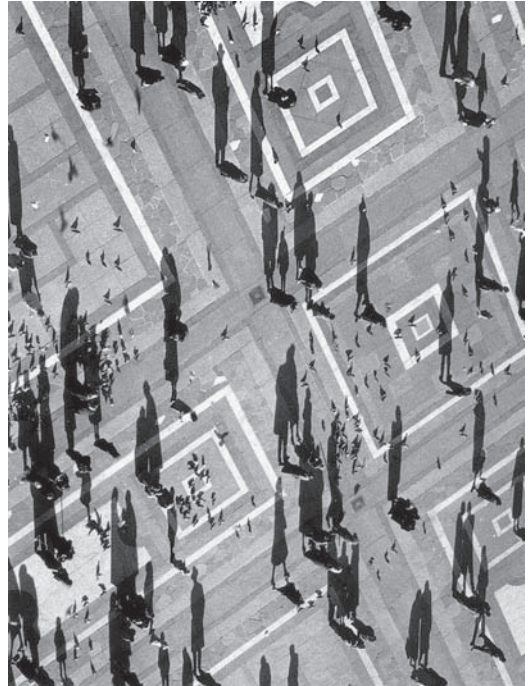
A base da conservação da fotografia consiste em garantir a protecção do original, para o que se estabeleceram regras elementares (preservar da luz, em condições estudadas de temperatura, humidade relativa e poluição, para o negativo ou a prova; evitar o manuseamento excessivo, proteger de insectos e de químicos, acondicionar, resguardando-os de embate e perturbação, usando luvas no manuseio e papel não acidulado para os separar). Tornou-se fácil verificar que as reproduções feitas no processo analógico iam sofrendo consecutiva perda de qualidade em relação ao original, seja na reprodução das tonalidades, dos detalhes e fineza da reprodução, com contornos pouco recortados, aumento do contraste, menor fidelidade nas cores a aparecimento de sujidades, poeiras fibras e pêlos. A fidelidade na cópia é limitada.

## EFEITOS DA FOTOGRAFIA CONCEBIDA COMO UM OBJECTO TEÓRICO

A partir do Modernismo a fotografia desliga-se da sua imitação da pintura. Definem-se objectos fotográficos, valoriza-se a facilidade de uso da câmara fotográfica, no sentido de conseguir perspectivas alheias à pintura; a fotografia aproxima-se mais da técnica de enquadramentos cinematográficos e estabelece-se que o seu objecto reflecte a capacidade da câmara. Ganha a autonomia de produção e acompanhando os criticismos contra a pintura tradicional, a fotografia começa a valorizar o papel subjectivo na produção, coincidindo, naturalmente, com a definição clara do fotojornalismo, da fotografia de rua e da pesquisa sobre a realidade efectuada pelo *fotógrafo-voyeur*.

Respondendo à filosofia que enquadra o pensamento mais comum, seja a fenomenologia, seja a epistemologia, nomeadamente a de Gaston Bachelard, o fotógrafo mune-se de *intencionalidade* para tornar consciente um mundo que, ao que se diz, apenas existe nas imagens. As fotografias enchem-se de sombras, por vezes intencionalmente, fórmula de traduzir as imagens válidas apenas no consciente, segundo o idealismo de Husserl (figuras 1 e 2.) ou mesmo as ilusões visuais expostas pela Psicologia da Forma.

Filósofos e pensadores analisam o objecto fotográfico, desde Walter Benjamin, concentrando nele diversos problemas tradicionais da Filosofia. Abordando a alteração da ideia de cópia, Benjamin proclama o desaparecimento da «aura» na obra de arte, dada a sistemática reprodução das obras que a fotografia assim banalizava. Na sua função de representar o mundo tal como o homem o vê, a câmara fotográfica adaptara a objectiva e o dispositivo das



**Figura 1 e 2** – A mesma fotografia, mas com alteração de posição em 2. O fotógrafo, Carlos Afonso Dias, publicou a das sombras como personagens reais.

lentes à perspectiva do olho humano. O problema do espaço do real e da representação surge naturalmente, já com Bachelard («a poética do espaço») e, nomeadamente com a vanguarda russa e a Bauhaus. Levanta-se o problema da ideologia do espaço como cognição cultural, pesquisando-se o papel da fotomontagem como destruição do espaço, ao cruzar diversos espaços. A pesquisa da natureza da fotografia acompanha o século XX até à caracterização do seu *noema* próprio por Roland Barthes: apesar de sofrer diversas interpretações e estar sujeita à emoção e aprendizagem de cada um, a fotografia assenta numa primeira realidade; é o *isto existiu*, que determinará toda a reflexão sobre a fotografia e a decidida adopção da sua referência indicial.

Apropriada pela semiótica, a imagem fotográfica é-o também pelo humanismo que percorre a filosofia no após guerra, exorcizando as memórias do conflito e negando as diversas intenções críticas que o Modernismo tinha desenvolvido. A fotografia via-se então como um índice (representava um traço físico do mundo, plasmado pelas cinzas dos fotões, numa relação de causa e efeito), mas também como um ícone (semelhante ao real) ou um símbolo (convencional). No fundo, uma superfície onde não podemos eliminar o real, mas onde outras informações se acumulam.

A guerra trouxera de novo a fotografia documental, agora entrevista como a aliança do pensamento, da arte e da moral. Daí a crítica à exposição internacionalizada *The family of Man*, por Susan Sontag, que avalia a mostra como uma ideologia fácil que negava diferenças e injustiças, enquanto destruía a singularidade do artista impondo-lhe um tema. Uma maioria significativa entrega-se à «paisagem social», o quotidiano com um olhar distraído, fotografando o quotidiano inócuo, mas interessante.

Barthes já observara que a fotografia perturba as categorias do tempo, produzindo um pretérito que só o é, *aqui e agora*: é o olhar actual, presente, do observador que vê o presente suspenso da imagem e lhe atribui a situação de passado. A partir dos anos oitenta, já com predominância do conceptualismo fotográfico nos países anglo-saxónicos, o tempo fotográfico vai ser a coordenada de investigação de Régis Durand (*Le regard pensif – Lieux et objets de la photographie*, 1988 e *La Part de l'ombre – Essais sur l'expérience photographique*, 1990). Robert Frank, nos anos sessenta, com *Os Americanos (1958-1959)* introduzira um novo conceito para o olhar fotográfico: o fotógrafo não é só observador, interage com a temática, é sempre difícil dizer o que acontece na foto com esta individualidade irredutível.

Há pois correntes fotográficas que se entrecruzam na realidade fotografada. Nos países anglo-saxónicos o conceptualismo é uma resposta ao cansaço da fotografia humanista e uma aliança do criticismo contra a trilogia da arte tradicional, *arte – verdade – beleza*. A imagem fotográfica passa a assentar na visão não estética dos ideais críticos, na desmaterialização do objecto artístico, na negação do apriorismo, seja da Arte, seja da História ou da Filosofia, com apoio no sentido e na linguagem. Uma filosofia crítica militante, o Pragmatismo, dava o sentido inerente à Arte e à fotografia: um argumento para convencer públicos, e com esse consenso, atingir uma verdade provisória.

O aproveitamento da Fotografia pelos artistas plásticos confere uma força inusitada aos criticismos do Pós-Moderno.

No continente europeu mais ligado às grandes revistas ilustradas do após-guerra que difundiram o Humanismo e a fotografia heróica da guerra e dos conflitos de auto-determinação, o peso de fotógrafos do *momento decisivo* como Cartier-Bresson, subsidiário da amálgama de real mais o subjectivismo do autor, as experiências sobre o novo papel da subjectividade ou da nova objectividade, inserem-se ainda numa perspectiva fotográfica que se liga á velha filosofia europeia, traduzida na Filosofia da Consciência, onde não se esgota a intenção estética.

O que traz a reflexão sobre a Fotografia é, naturalmente, uma atenção redobrada ao significado da imagem fotográfica. Percepçionada como um outro documento, mas não como prova documental, a fotografia exige uma análise não apenas do suporte para datação e autenticidade, mas ainda uma análise de conteúdo, atendendo às intenções e influências do contexto sobre o fotógrafo. A Fotografia como objecto social complexo exige uma mediação da cultura do seu tempo.

## O DIGITAL

Hoje, numa sociedade progressivamente documental aumentam as exigências de documentalidade; num mundo onde, contraditoriamente, é cada vez menos importante o conhecimento pessoal, onde crescem urbanizações e fluxos migratórios, a apresentação (em mostra, fotos, livro ou cartazes) de documentos escritos ou fotográficos com suporte em papel é largamente substituída pelo computador e pelos processos digitais. Há enormes vantagens; utilizando o terminal de um computador pode efectuar-se uma correspondência quase imediata em qualquer momento e em qualquer lugar. Mas há também alterações: deslocalizou-se o suporte e a intenção já não se pode situar fisicamente numa pessoa. E ao mesmo tempo deslocalizou-se o arquivo de conservação de dados. O suporte perde a faculdade de apropriação directa, passa-se de um sinal analógico para um sinal digital. A leitura e a escrita nos novos suportes exigem o interface com a máquina e um mínimo de conhecimento informático.

A imbricação que permitia a continuidade entre suporte tradicional e a inscrição desaparece. O que era mediação cultural é agora uma mediação técnica, que também necessita de mediação cultural, mas que prevalece sobre aquela. É tão necessário saber a formatação disponível como saber manipular o suporte, pois no computador interessa a sua estrutura – o sentido reside mais nos dados e estrutura lógica. É indispensável construir uma genealogia de traços que mostre as alterações que vão sendo efectuadas pela formatação.

Conservar um documento electrónico é difícil. Só se conserva a capacidade de reproduzir. Não dura, migra para outro suporte, de acordo com o avanço técnico e tecnológico, exigindo complementaridade da mudança no *software*.

Desde os anos noventa do século XX que a conservação digital se aplica e desenvolve. Nenhuma das garantias admitidas para a protecção e conservação fotográfica se mantém. As novas imagens, digitais ou clássicas digitalizadas só se podem ver e usar com o auxílio de máquinas e programas. A ideia de original fotográfico perde todo o

sentido (a imagem digital não é a imagem produzida, é um conjunto de sinais alheios, que permitem que ela seja manipulada, escurecida, traduzida em qualquer tonalidade, cortada, ampliada, alterada).

A salvaguarda das imagens multiplica os esforços e as cautelas: exige-se que da imagem conservada no disco duro, se conservem duas ou três cópias guardadas em locais diferentes. Prefere-se o formato TIFF, sem compressão. Os formatos comprimidos (JPEG, GIF) são para utilização e distribuição, pois não garantem a preservação a médio e longo prazo. As imagens recebidas em CD/DVD devem ser passadas para outro suporte (disco rígido), pois estes dispositivos não são seguros para conservação a longo prazo.

É indispensável inspeccionar regularmente as colecções; se dá mensagem de erro ou não abre, tem de se fazer nova cópia a partir da reserva.

De resto o conservador tem de se instruir sistematicamente na evolução tecnológica do sector informático, pois quando surgem novos formatos de imagem, novos suportes digitais ou novos sistemas operativos terá de copiar as colecções para estes novos suportes compatíveis com os sistemas em que se inserem.

*Um ficheiro digital fechado e sem atenção por muito tempo é um ficheiro perdido*<sup>2</sup>.

José Pessoa enumera os problemas da conservação digital, que resultaram das reuniões, em 2007, do *Intergovernmental Council for the information for All Programme (IFAP)* realizado na Biblioteca Nacional de França: a herança digital desaparecerá em dez anos (ou menos) sem preservação activa; a conservação digital em si mesma não é preservação, a preservação digital impõe para sempre, constantes adaptações.

Refere-se ainda o elevadíssimo preço da conservação digital que apenas se justifica pelo natural direito à informação dos cidadãos<sup>3</sup>.

Apesar do elevado custo e da atenção constante, no caso da imagem fotográfica salienta-se a importância da conservação digital pois, ao contrário da conservação tradicional, a imagem digital nunca perde valor e informação ao longo das sucessivas gerações de reprodução. A cópia de um original digital pode ser feita sem perda de qualidade.

## A INFORMAÇÃO FOTOGRÁFICA

A informação fotográfica que se revela numa imagem fotográfica tem de ser avaliada em função dos paradigmas sociais da época a que pertence. Não apenas as crenças sociais que a Filosofia, a Psicologia, a Psicanálise, a História, o pensamento em geral canalizadas através dos Media, mas ainda as correntes artísticas ou de opinião informam os estilos e o modo de olhar.

Após a cultura de massas, o mundo pós-industrial e o advento da sociedade da comunicação, torna-se hoje claro que uma conjuntura de mudança foi tentando encontrar caracterizações dominantes: *sociedade do espectáculo*, cultura da indiferença e

---

<sup>2</sup> PAVÃO, 2007: 36.

<sup>3</sup> PESSOA, José, 2007: 99.

do lazer na *Era do Vazio* de Lipoveski ou, com o desenvolvimento dos equipamentos de tecnologia informativa, a *sobremodernidade* de Marc Augé, resultando do aparecimento das periferias anódinas, da comunicação sem interface dos equipamentos informativos, das caixas multibanco, dos dispositivos electrónicos de pagamento, enfim de uma circulação sem contacto directo em lugares que perderam espaços de convívio e de comunidade. Estes *não-lugares* atraíram o olhar dos fotógrafos que nos mostram, como na imagem de Bernard Plossu o quão perigoso se tornam esses sítios fora de horas.

São espaços isolados a certas horas do dia (o que a fotografia não explica, mesmo que iluminada por luz artificial) e não característicos de toda a área urbana; o que se pretende é focar a solidão do homem contemporâneo no seu espaço vazio.

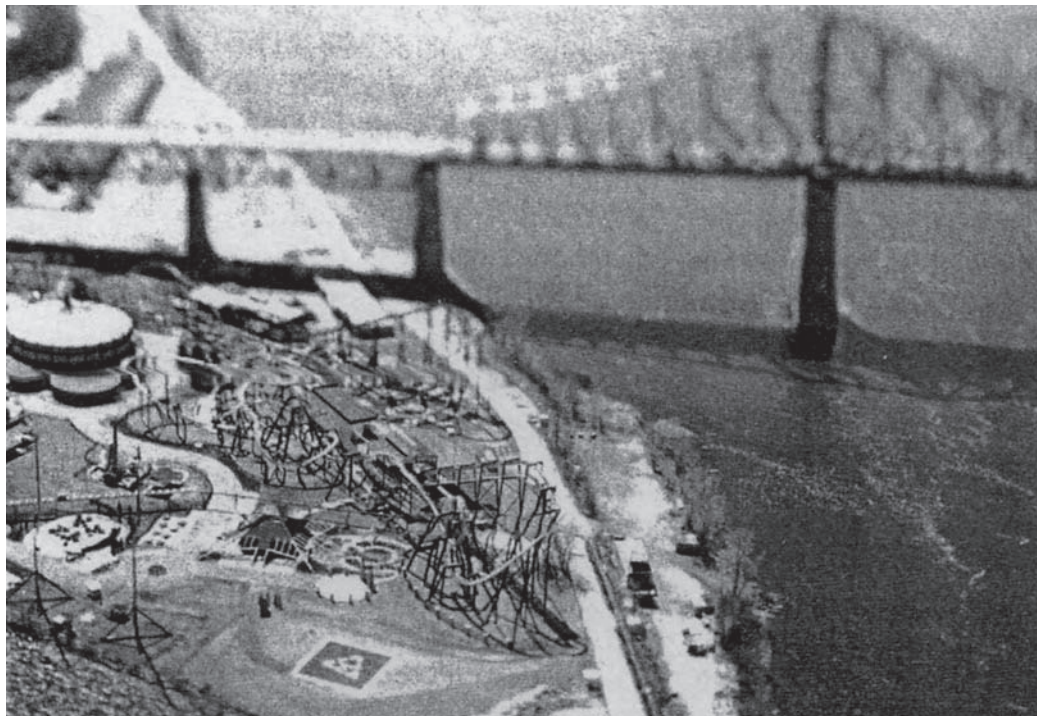


Figura 3 – Fotografia de Bernard Plossu.

O espaço interactivo doméstico aberto pelo computador, a experimentação contínua, reflectindo a velocidade da mudança tecnológica, a perda crescente do real devido à aprendizagem e uso pelos Media, apela à alegoria e à nova noção de fotografia, *o fotográfico*. Nem real nem imaginária, nem mesmo simbólica, a imagem contém tudo isso amalgamado. Não é pois representação, não é documento, mas o observador, diz José Gil, no momento em que reconhece aí qualquer realidade, criando o seu referente, através de um percepto e não de uma percepção, recupera uma realidade, mas uma realidade fraccionada, um corte com o real, uma brecha.

No mundo contemporâneo, onde tudo se constrói (um «look», uma imagem, um corpo, uma informação, um avatar ou um evento reposicionado) e que canaliza assim, o

direito à felicidade, a fotografia valoriza mais o construído. Acompanha um paradigma que a sociedade já segue, o *paradigma da metaforização do real*. Abandona-se a cidade real para o Centro Comercial, visitam-se museus de simulacros, Disneylândias, *resorts* de cimento armado que imitam ilhas e baías ou, ainda com maior conforto, seguem-se as suas representações na Net. Vingam fotografias de paisagem onde se ressalta a cor ou em volume, o melhor local a visitar (fig. 4), ou ainda, encenam-se eventos históricos passado o momento (a declaração de Bush do final da Guerra do Iraque, no porta-aviões, afirmando *Cumprimos o nosso dever*).



**Figura 4** – Na paisagem branqueada, ressalta o Luna Park.

Os programas de notícias começam a ser realizados através de avatares de jornalistas que se passeiam no mundo construído por computador. Adam Pasick, repórter da Reuters usou o seu avatar em ambientes recriados para assinar/representar as suas notícias, na *Second Life*. É na Net que as notícias transfiguradas em imaginário digital permitem a melhor avaliação sobre toda a acção, todo o acontecimento.

A fotografia construída também remete para sínteses efectuadas com imagens em armazém; uma rua inteira, como a de Jeff Wall, contém mais acontecimentos do que a realidade habitualmente mostra. É esta condensação de acontecimentos, que se quer mostrar, mais real do que o próprio real. Os fotógrafos (como Philip Lorca diCorcia), manipulam o real, escondendo dispositivos no passeio, que repentinamente assustam ou espantam os transeuntes que são fotografados à distância, retendo enigmáticas atitudes.



Figura 5 – Jeff Wall: uma cidade americana e pormenor da mesma, em baixo.



A imagem fotográfica fragilizada pela inaudita quantidade de imagens em circulação, exige o conhecimento de todas estas transformações.

Não é alheio a esta verificação o repentino interesse, no século XXI, por documentários fotográficos efectuados por fotografia directa. Cidades como Barcelona, recentemente, efectuaram missões documentais de forma clássica, que foram mostradas no Museu de Arte da cidade em 2009, numa exposição (*Archivo Universal*), que englobava as mais significativas mostras documentais do século XIX e XX, apresentadas precisamente na forma e encenação original.

Este revivalismo documental reflecte uma posição *apocalíptica* contra os efeitos do digital, mas também se encaminha para uma preservação da memória social tal como foi sendo entendida nos tempos contemporâneos. Situação paradoxal no tempo da documentalidade, onde viver sem documentos pessoais e de grupo é indispensável, onde tudo se transforma em instituições e centros da memória (arquivos, memórias de empresas, partidos, actividades esgotadas, preservação de áreas urbanas, biografias ou mercado de antiguidades). Constrói-se provavelmente uma nova consciência histórica, já que se alterou a relação tecida com o passado. Mas só no presente se pode avaliar do testemunho de um passado que existe apenas porque hoje é tido como tal.



## BIBLIOGRAFIA

- DURAND, Régis (1995) – *Le Temps de l'Image, Essai sur les conditions d'une histoire des formes photographiques*. Paris: La Différence.
- FURTADO, José Afonso (2009) – *Os documentos digitais e o Paradoxo de Roge*. «Revista de Comunicação e Linguagens, Escrita, Memória, Arquivo», p. 53-72.
- PAVÃO, Luís (2007) – *A digitalização como forma de Conservação da Fotografia*. In Actas «Conversas Objectivas, 2007». Câmara Municipal de Matosinhos, p. 28-45.
- PESSOA, José – *Fotografia Documental e Critérios de Análises de Espécies Fotográfica*. In Actas «Conversas Objectivas, 2007». Câmara Municipal de Matosinhos, p. 94-100.
- RIBALTA, Jorge (2009) – *Archivo Universal / La condición del documento y la utopia fotográfica moderna*. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona.
- YATES, Steve, coord. (2002) – *Poéticas del espacio*. Barcelona: Gustavo Gili. («Colecção FotoGGrafia»).

# PARA UMA ANÁLISE DO TEMA ELECTRICIDADE NA REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS CIVIS PORTUGUESES (1870-1945)

CLÁUDIO AMARAL\*

**Resumo:** *A electricidade, desde a sua aparição na segunda metade do séc. XIX, é notícia e objecto de periodismo.*

*Em Portugal, foram escassas as revistas que lhe dedicaram exclusividade. Foi nas revistas científicas e técnicas das associações sócio-profissionais que o tema da electricidade alcançou maior expressividade. Nesse grupo, assume destaque a Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses fundada e publicada desde 1870.*

*A electricidade, enquanto objecto de publicismo, produziu informações de interesse para a História da Energia. O presente artigo, focando-se na revista citada, entre 1870 e 1945, procura dar resposta aos seguintes objectivos: identificar as publicações sobre electricidade; analisar essas publicações; demonstrar as potencialidades e contributos informativos dessas publicações para a história da electricidade nacional.*

**Palavras-chave:** *Electricidade; periodismo; técnica; história.*

**Abstract:** *Electricity has been, since its appearance in the second half of the 19<sup>th</sup> century, object of journalism and news.*

*Few were the journals in Portugal which dedicated exclusive attention to the subject. It was in scientific journals by socio-professional associations that the matter of electricity achieved greater exposure. In this group, the Journal of the Association of Portuguese Civil Engineers, founded and first published in 1870, was a prime contribution and played a vital role in this task.*

*As an object of media reporting, electricity has produced information considered to be of interest to the History of Energy. Based on the abovementioned journal, between 1870 and 1945, this article intends to address the following topics: identify publications about electricity; analyze these same releases; demonstrate their potential and contributions to the history of national electricity.*

**Keywords:** *Electricity; journalism; technique; history.*

## INTRODUÇÃO

A aparição da energia eléctrica no decurso da Revolução Industrial constituiu um grande avanço científico e tecnológico que não deixou ninguém indiferente, suscitando inicialmente manifestações de estupefacção e entusiasmo, interrompidas pontualmente por fenómenos de rejeição e aversão.

Começando por ser uma inovação científica e tecnológica, rapidamente foi reconhecida como instrumento de modernização e desenvolvimento, alcançando elevado acolhimento e receptividade social e ampla difusão nos diversos domínios de actividade económica.

Essa realidade impôs a electricidade como notícia e ponto de interesse do periodismo

---

\* Categoria: Bolseiro de Doutoramento da FCT; Investigador do CITCEM (grupo de Memória, Património e Construção de Identidades).

científico-técnico. Na actualidade, chegam-nos ecos dessas características através do património tecnológico edificado e do património documental que originou.

Partindo desse pressuposto que fez da electricidade um objecto de periodismo dotado de conteúdos, dados e informações de interesse para a investigação no âmbito da História da Energia, o presente estudo, focando-se na *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses*, nos anos de 1870 a 1945, procura responder às seguintes questões articuladas nos respectivos objectivos, a saber:

- Em que medida a electricidade assumiu formas de publicação na *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses*? – Identificar exhaustivamente as publicações sobre electricidade;
- Que categorias e conteúdos se enquadram nessas publicações? – Descrever as publicações sobre electricidade presentes na revista;
- De que forma essas publicações são pertinentes para a investigação na área da história da Energia? – Analisar as potencialidades informativas das diversas publicações presentes na revista para a história da electricidade nacional.

Em termos cronológicos, o ponto de partida situou-se em 1870, devido ao contexto global do surgimento da electricidade e pelo facto de constituir a data de fundação e início de publicação da revista em análise.

Por seu lado, o ponto de chegada aportou-se a 1945, não porque a revista cessasse a sua publicação, mas em face da aprovação da Lei 2002<sup>1</sup> – denominada *Electrificação Nacional* – que marca o verdadeiro arranque da electricidade em Portugal.

Este enquadramento remete para os primórdios da electricidade em Portugal e permite analisar de forma exhaustiva a difusão do tema electricidade ao longo das páginas da revista, tanto na perspectiva das abordagens e percepções iniciais como ao nível das representações e conteúdos resultantes da sua evolução temática.

## 1. OS PRIMÓRDIOS DA ELECTRICIDADE EM PORTUGAL (1870-1945)

O ambiente histórico do Portugal de finais do séc. XIX e da 1ª República foi adverso à electrificação. As deficiências estruturais do mercado nacional, as insuficiências do ensino nos seus diferentes níveis e áreas e o ritmo lento e tardio da revolução industrial portuguesa foram condicionalismos que, para além de afectarem o crescimento económico nacional<sup>2</sup>, se repercutiram na debilidade do sector eléctrico e na circunstancialidade das iniciativas de electrificação do país<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre a Lei 2002 consultar na *Revista da Ordem dos Engenheiros: Electrificação do País*, n.º 13. 1945: 1-3. (Notícia sobre a sessão governamental de 17.11.1944 que concluiu a discussão e votação da lei); *Relatório da proposta de lei acerca da electrificação do País*, n.º 13. 1945: 3-20; *Lei 2002 aprovada pela Assembleia Nacional e Publicada no «Diário do Governo» de 26 de Dezembro de 1944*, n.º 13. 1945: 21-30.

<sup>2</sup> MENDES, 1990: 193-201; REIS, 1993: 9-32 e 157-180.

<sup>3</sup> MATOS *et al.*, 2004: 123-146.

Com efeito, no limiar do século XX, não existia – nem tão pouco estava em vias de se constituir – uma rede de produção, distribuição e consumo de energia eléctrica. Ao invés, a electrificação nacional caracterizava-se pela pequena dimensão, fragmentação e segmentação da produção maioritariamente termoeléctrica; fraca cobertura e amplitude das redes; dispersão e baixas densidades dos mercados – bipolarizados na macrocefalia de Lisboa e Porto – e por fim na total ausência de uma política estratégica reguladora e sistematizadora do sector<sup>4</sup>.

Apesar dessas adversidades, a electricidade fez parte da agenda de desenvolvimento tecnológico e modernização do país, quer no plano material quer na vertente da circulação e transferências de conhecimentos técnicos. Mas foi sobretudo durante a ditadura salazarista do Estado Novo<sup>5</sup> que se deram os passos decisivos para a constituição de uma rede eléctrica nacional. As adversidades começam a ser vencidas a partir de 1920. Primeiro pela acção dos Municípios que concertam esforços para electrificar as suas áreas Concelhias e posteriormente por acção Estatal.

Em 1926, pela promulgação da *Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos* e subsequente criação da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, lançavam-se as primeiras bases para uma política de electrificação nacional. Sob a alçada desse organismo são produzidas as *Estatísticas das Instalações Eléctricas*, primeiro estudo oficial de fundo realizado no país, incidindo sobre a produção, distribuição e consumo.

Em 1936, no âmbito do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, foi criada a Junta de Electrificação Nacional que, nas suas funções e atribuições, possuía o objectivo de criar e concretizar a rede eléctrica nacional. Esse objectivo foi largamente alcançado na já referida Lei 2002 que desde 1944 estabeleceu as bases da electrificação do país e marcou o início do ciclo das grandes barragens<sup>6</sup> como dominante das coordenadas energéticas do país até aos anos 60.

Foi este o pano de fundo que, entre 1870 e 1945, alimentou todo o universo noticioso e todas as questões e problemáticas que surgem plasmadas na imprensa e no publicismo técnico-científico em relação à electricidade no nosso país.

## 2. A ELECTRICIDADE NO PERIODISMO CIENTÍFICO-TÉCNICO (1870-1945)

A energia eléctrica, tendo surgido como invenção científica e inovação tecnológica revolucionária, impôs o seu uso universal nos diversos domínios de actividade económica e nas diferentes sociedades industrializadas, assumindo-se paulatinamente como sinergia fulcral do crescimento económico e modernização social.

Assente no florescer do ensino científico-técnico e politécnico, a electricidade foi a principal ferramenta e instrumento de ponta na valorização do concreto, do experimental

---

<sup>4</sup> AMARAL, 1931: 387-390.

<sup>5</sup> BRITO; ROLLO, 1996: 344-351.

<sup>6</sup> HENRIQUES, s.d.

e da mecânica constituindo a manifestação perfeita de: «(...) um período da história, em que ainda se acreditava que a tecnologia era benigna, servindo os melhores interesses do homem, e dominando a natureza em benefício da raça humana»<sup>7</sup>.

Foi esse ambiente que, nos países industrializados e em vias de industrialização, marcou a difusão da electricidade como notícia na imprensa e objecto do periodismo científico-técnico<sup>8</sup> evidenciando conteúdos relacionados com os aspectos mais diversos da sua produção, distribuição e consumo.

Integrada nesse processo de difusão impressa e periódica, esteve a publicidade à electricidade que, desde os anos 20 do séc. XX, floresceu, animada pela aparição dos aparelhos eléctricos e dos electrodomésticos<sup>9</sup>.

Nas suas campanhas, anúncios e reclames, as companhias, empresas e indústrias eléctricas adoptaram o grafismo que integrou os signos plásticos e visuais dos movimentos artísticos de vanguarda – Cubismo, Futurismo e Dadaísmo – conjuntamente com o *slogan*<sup>10</sup>.

A nível nacional, o periodismo científico-técnico dedicado à electricidade foi escasso e pontual. Nesse plano, destacam-se somente a *Revista de Electricidade e Telegraphia*, publicada desde 1882; a *Gazeta dos Caminhos de Ferro Electricidade e Automobilismo* – continuação da antiga *Gazeta dos Caminhos de Ferro* – assim denominada e publicada desde 1908; e por fim a revista *Electricidade e Mechanica. Revista Practica de Engenharia e de Ensino Technico*, publicada desde 1909<sup>11</sup>.

Em Portugal, foi sobretudo nas revistas das associações sócio-profissionais que a electricidade – pelo volume, regularidade e diversidade de conteúdos – encontrou maior difusão. As mais importantes foram a *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, fundada e publicada desde 1870; seguida da revista *O Trabalho Nacional*, fundada e publicada desde 1915, pertencente à Associação Industrial Portuense; e por fim a revista *A Indústria Portuguesa*, fundada e publicada desde 1928 pela Associação Industrial Portuguesa<sup>12</sup>.

### 3. O TEMA ELECTRICIDADE NA REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS CIVIS PORTUGUESES (1870-1945)

A *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, entre 1870 e 1945, conheceu quatro títulos<sup>13</sup> e a sua periodicidade variou entre mensal, bimensal e trimensal.

A sua antiguidade, aliada à precocidade da difusão do tema electricidade nos seus conteúdos, confere-lhe um lugar de destaque na lista de periódicos a consultar e

<sup>7</sup> BAUMER, 2002: 71-72.

<sup>8</sup> A título exemplificativo consultar Gráfico n.º 5, p. 16.

<sup>9</sup> FARIA & FREITAS, 200: 15-20.

<sup>10</sup> FARIA & FREITAS, *idem*: 5-9.

<sup>11</sup> MATOS *et al.*, 2004: 63-78.

<sup>12</sup> *Idem*: 51-62.

<sup>13</sup> Consultar títulos na Bibliografia final.

corroborar o seu valor como «(...) um importante veículo de afirmação da engenharia electrotécnica no nosso país»<sup>14</sup>. É dessa análise de conteúdos e sondagem científico-cultural de que seguidamente se dá conta.

### 3.1. O INTERESSE DOS ENGENHEIROS PORTUGUESES PELA ELECTRICIDADE

A associação, fundada em 1869<sup>15</sup>, desde sempre conferiu importância à electricidade. Essa atribuição esteve relacionada com a sua defesa e promoção da missão social do engenheiro, que mobilizou essa classe sócio-profissional para o activismo na procura dos melhoramentos considerados estruturantes para o país<sup>16</sup> entre os quais se destacou a electricidade.

Com efeito a engenharia electrotécnica constituiu um dos principais veículos dessa deontologia de intervenção cívica em busca da modernização social e desenvolvimento económico. A seguinte afirmação é elucidativa da relação dialéctica que se estabeleceu entre essa missão social do engenheiro e a electricidade:

*(...) de todos os ramos da arte do engenheiro o que de dia para dia mais avança, contando vitórias e proporcionando surpresas, é a electricidade, «L'ingénieur moderne sera électricien ou il ne sera pas», disse M. Canet por ocasião da exposição universal de Paris de 1900<sup>17</sup>.*

Nas actas administrativas, relatórios directivos e notas editoriais constantes da revista, encontram-se dados e informações que comprovam esse interesse pela electricidade, desde logo evidenciado na aquisição – observável a partir de 1900 – de livros e de revistas, bem como nas revistas assinadas, permutadas ou recebidas e, por fim, nos livros de electricidade oferecidos à associação, todos esses disponíveis na sua biblioteca.

Essa, de acordo com os relatórios, desde 1942, possuiu um fundo de electrotécnica para consulta local e empréstimo, sendo elevada a sua representatividade no universo das obras acedidas<sup>18</sup>.

Outra prova desse interesse pela electricidade surge nos relatórios da associação que, desde 1924, reporta os trabalhos da sua classe de estudo de electricidade<sup>19</sup>. Nesse âmbito, em meados de 1934, a associação adquiriu material técnico eléctrico de precisão e medição, para a condução de pequenas experiências<sup>20</sup>.

<sup>14</sup> *Idem*: 53.

<sup>15</sup> Sobre a história da associação ver DIOGO, 1994.

<sup>16</sup> BRITO, 1988: 209-234.

<sup>17</sup> *Relatório da Direcção*, n.º 385-387. 1902: 10; *A função social do engenheiro*, n.º 635. 1923-1926: 27-28; LEAL, 1927-1928: 15-22.

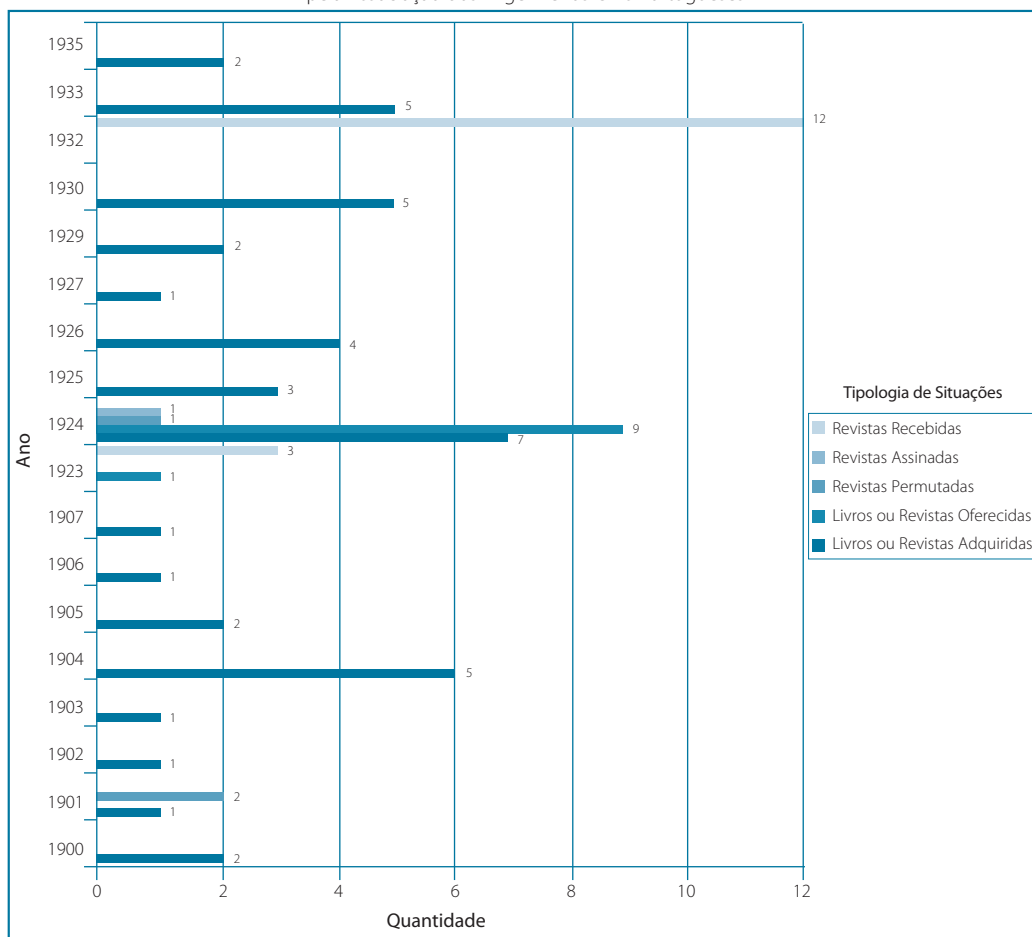
<sup>18</sup> *Revista da Ordem dos Engenheiros*, n.º 2. 1943: 107; *idem*, n.º 8. 1944: 142; *idem*, n.º 14. 1945: 89-90.

<sup>19</sup> *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.º 629. 1924: 41; *idem*, n.º 632. 1925: contra-capas.

*Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses*, n.º 705. 1934: 122; *idem*, n.º 717. 1935: 115; *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, n.º 44. 1940: 335.

<sup>20</sup> Em pormenor, o material marca Siemens era constituído por 2 amperímetros; 2 voltímetros; 1 transformador; 2 cabos; 2 shunts; 2 resistências; 1 watímetro, tendo um custo total de 5.390\$00. *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses*, n.º 717. 1935: 124.

**Gráfico 1:** Representatividade da electricidade na bibliografia recebida e adquirida pela Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses



Mas o expoente máximo do interesse da associação na electrificação nacional consubstanciou-se no I Congresso Nacional de Engenharia (1931), sendo amplamente demonstrado nas teses e comunicações apresentadas à classe de electricidade<sup>21</sup>, que originaram a apresentação de duas moções entregues pela associação ao Ministro do Comércio, pugnando por um papel interventivo do Estado na electrificação, assente na acção fiscalizadora centralizada na Direcção dos Serviços Eléctricos da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos<sup>22</sup>. Já no ano anterior, a associação havia elaborado um parecer sobre o problema da electrificação nacional que, em 11.6.1930, entregou ao Ministro do Comércio e Comunicações, onde adiantava pequenas orientações sobre o modo de estimular a produção, transporte e consumo de energia eléctrica<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Consultar Anexo I, a partir do ano de 1930.

<sup>22</sup> *1.º Congresso Nacional de Engenharia – Relatório*, n.º 675. 1931: 349-350.

<sup>23</sup> *Parecer da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses sobre o problema da electrificação nacional*, n.º 664. 1930: 329-333.

Nas vésperas da publicação da Lei 2002 – *Electrificação Nacional* – duas notas editoriais atestam o enfoque e comprometimento da associação para com a obra de electrificar o país, sustentando:

*A Electrificação do País tem-se feito ao sabor dos impulsos momentâneos e de necessidades prementes: e como sempre acontece em casos destes, o ritmo de crescimento é lento, (...) A resolução do problema português apresenta pois um imperativo de urgência que não se pode ignorar: estamos certos de que este modo de ver se traduzirá breve em realidades fecundas*<sup>24</sup>.

Assim sendo, a concluir este ponto de análise do presente estudo, desde logo se comprova a afinidade que existiu entre a electrificação do país, os engenheiros e a sua revista e, desse modo, se infere o valor documental enquanto recurso informativo para o estudo desse processo.

### 3.2. A EXPRESSÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO TEMA ELECTRICIDADE

O tema Electricidade demonstra grande expressão quantitativa no conteúdo da revista. Com efeito, entre 1870 e 1945, existe um total de 359 publicações sobre esse assunto.

Em termos qualitativos, para além das notícias – que, de acordo com as suas informações, se classificam como nacionais e internacionais – é possível enquadrar as publicações sobre electricidade presentes na revista, nas seguintes categorias: crónicas; artigos de opinião; artigos estatísticos; artigos científico-técnicos; artigos doutrinários e publicações resultantes do exercício e funcionamento da associação e da sua revista, tais como actas administrativas e notas editoriais, com referência ao tema em questão.

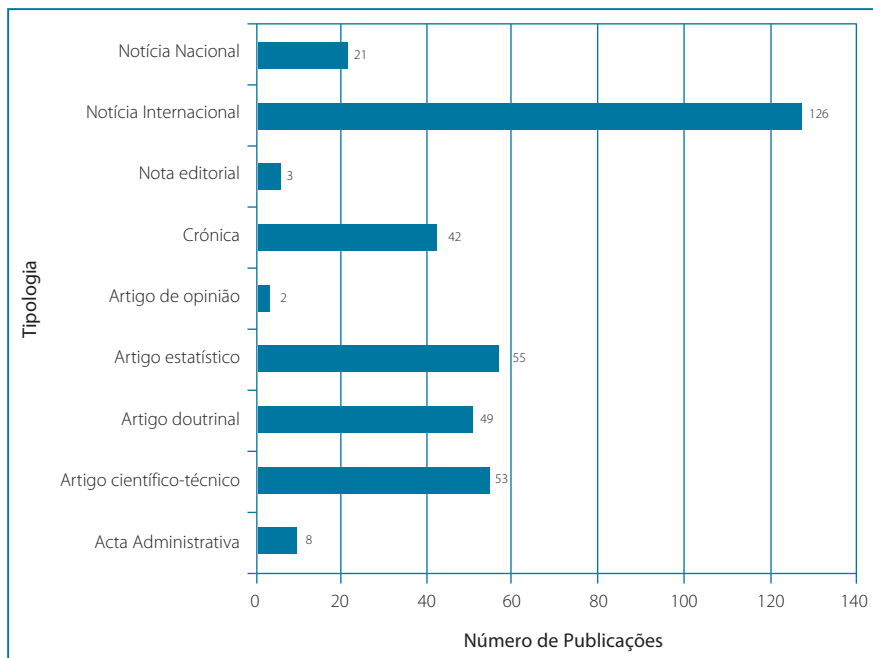
Impõe-se uma pequena nota de esclarecimento para definir as categorias que possam afigurar-se como equívocas. Ora vejamos:

- A categoria «artigo científico-técnico» compreende as publicações que versam pareceres e relatórios hermenêuticos de determinado equipamento, fenómeno ou processo técnico – associado à produção, distribuição ou aplicação da electricidade – na sua vertente de engenharia e evidenciando o recurso a fórmulas e cálculos;
- Por «artigo doutrinário» descrevem-se todas as publicações, sobretudo as nacionais, que, de forma inovadora, enunciam uma tese a inculcar sobre determinada linha de rumo, estratégia, comportamento, plano ou projecto, relacionados com a electricidade;
- Por «crónica» definem-se os artigos que partem de uma realidade, abordando-a no seu aspecto multifacetado, conjugando diferentes perspectivas, seja histórica, científico-técnica, estatística, ou noticiosa.

Retomando a análise da expressão quantitativa das diferentes categorias – no total das 359 publicações existentes – conclui-se que aquelas que tiveram maior expressão foram as notícias internacionais, seguidas dos artigos estatísticos e científico-técnicos e, por fim, os artigos doutrinários, as crónicas e as notícias nacionais.

<sup>24</sup> Editorial, n.º 2. 1943.



**Gráfico 2:** Tipologia de publicações sobre electricidade na Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (1870-1945)

### 3.3. AS INCIDÊNCIAS CRONOLÓGICAS DO TEMA ELECTRICIDADE

Procedendo à análise cronológica dos dados enunciados verificam-se, desde logo, hiatos, dado que nos moldes das categorias definidas, para os anos de 1871; 1900; 1906; 1907; 1908; 1909; 1912; 1914; 1915 não são conhecidas publicações sobre electricidade na revista em estudo.

Por outro lado, observa-se que esses conteúdos de electricidade presentes na revista dividem-se em dois grandes períodos de publicação: o primeiro situado entre 1870 e 1923 e o segundo situado entre 1923 e 1945.

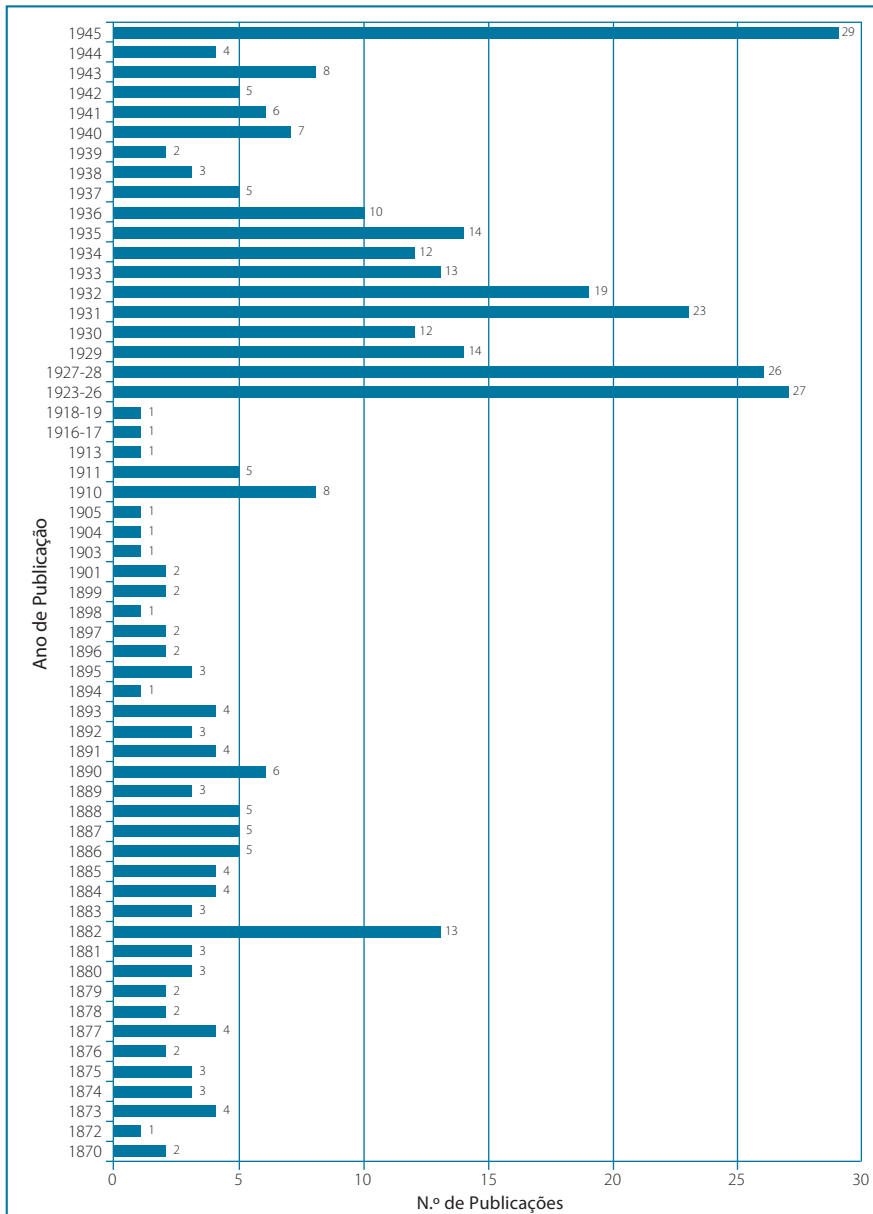
As publicações sobre electricidade, enquadradas no período de 1870 a 1923, demonstram a consciencialização do atraso do sector eléctrico nacional, a par de uma grande dinâmica na divulgação das inovações técnicas e crescimento da electrificação nos países industrializados. Esta segunda característica acaba por conferir à revista um traço de modernidade, mediante a função que desempenhou na circulação e transferência de saberes, competências e conhecimentos sobre electricidade.

As publicações referentes ao segundo período de 1923 a 1945, evidenciam grande activismo por parte dos autores nacionais. Esses contribuem na criação do conceito de rede eléctrica nacional e propõem estratégias para a sua concretização<sup>25</sup>. Os conteúdos publicados nesse período alimentaram-se de um ambiente nacional favorável à electrificação, matizado

<sup>25</sup> GUEDES, 1997.

nos quatro Congressos Nacionais de Electricidade<sup>26</sup> (1923; 1924; 1926; 1930), realizados nas principais cidades do país – Lisboa; Porto; Coimbra; Braga – e em dois congressos ocorridos no início da década de 30, a saber: o I Congresso Nacional de Engenharia (1931) e o Congresso da Indústria (1933)<sup>27</sup>. Em 1945, como reflexo da publicação da referida *Lei da electrificação nacional*, atingiu-se a paroxia do número de publicações sobre electricidade.

**Gráfico 4:** Publicações sobre electricidade na Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (1870-1945)



<sup>26</sup> MATOS *et al.*, 2004: 251-260.

<sup>27</sup> *Idem*: 297-304; PEREIRA & RODRIGUES, 1996: 186-188.

### 3.4. OS CONTRIBUTOS INFORMATIVOS DO TEMA ELECTRICIDADE PARA A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

À elevada expressividade quantitativa e qualitativa da electricidade, enquanto tema na revista em análise, correspondem conteúdos e informações pertinentes para a investigação no âmbito da história da electricidade portuguesa. Os pontos seguintes reportam uma amostra dessas potencialidades.

#### 3.4.1. A electricidade como notícia

As notícias internacionais constituem a categoria com maior expressão. A par das crónicas situam-se maioritariamente no período de 1870-1923, definido no ponto 3.3. deste artigo.

Foram, na sua maioria, produto de tradução e adaptação de artigos pertencentes a revistas técnicas gerais ou de electricidade originárias dos países industrializados ou de países considerados culturalmente próximos, como a Espanha, Itália e Brasil.

O estilo noticioso da revista tendeu a ser neutro, afastando-se de qualquer tom de entusiasmo, procurando talvez relevar assim os aspectos técnicos das novidades, firmando conhecimentos e formando competências.

Constituíram excepção à regra as notícias e as crónicas sobre os avanços e conquistas da electricidade postos em amostra nas diversas Exposições Internacionais e Universais de fim de século.

Desse modo, em 1886, é feita uma descrição em tom de admiração sobre um dos mais emblemáticos ícones das Exposições Universais, a Torre Eiffel, cujo ponto eléctrico mais elevado iluminava toda a cidade de Paris<sup>28</sup>.

No mesmo tom de admiração, referindo-se à Exposição Universal de Paris de 1900, além da menção às classes de electricidade representadas<sup>29</sup>, destacava a lâmpada de arco-voltaico que emitia luz comparável à de um farol sobre a fachada do Palácio da Electricidade, bem como a grandiosidade da sua iluminação e fontes luminosas, como refere a seguinte descrição:

*As fontes luminosas erguem-se dos jardins para ocupar o throno que se lhes oferece na frente do palácio da electricidade (...) A iluminação do palácio constituída pelas lâmpadas de arco e pelas inúmeras lâmpadas de incandescência, acusando aquelas as principais linhas e estas os pormenores decorativos do exterior, umas e outras reluzindo sobre o clarão da nave coado através das vidraças coloridas; deve, sem dúvida, completar de modo deslumbrante e inteiramente original aquele espectáculo<sup>30</sup>.*

A transição da iluminação pública e particular a gás para a luz eléctrica mereceu

---

<sup>28</sup> *Exposição Internacional de Paris*, n.º 201-202. 1886: 219.

<sup>29</sup> A saber: classe 24 de Electro-química; classe 25 Iluminação eléctrica; classe 26 Telegraphia e telefonia e classe 27 Aplicações diversas da electricidade.

<sup>30</sup> *Exposição Universal de 1900 (...)*, n.º 359-360. 1889: 776.

igual cobertura, evidenciando-se a nobreza da energia eléctrica em desfavor da sua predecessora. A esse respeito, em 1887, publicava-se:

*No teatro do Palays-Royal, em Paris, inaugurou-se há pouco o novo systema de iluminação pela electricidade no escriptorio da administração, nos camarins dos artistas, na sala, no palco, nos bastidores, nos corredores, enfim em toda a parte, a electricidade substituiu o gaz*<sup>31</sup>.

No seu conjunto, a orientação temática dessas notícias e crónicas focou inicialmente a aplicação da electricidade às primeiras conquistas da revolução industrial, como foi o caso dos transportes ferroviários, da navegação e as actividades mineiras, fazendo jus ao primeiro título da revista: *Revista de Obras Públicas e Minas*.

Em segundo plano, as notícias e crónicas internacionais detiveram-se nas aplicações tecnológicas resultantes da electricidade e a sua respectiva evolução. Essa perspectiva abrangeu a telegrafia, a TSF, a rádio-telegrafia, o telefone, o fonógrafo, a luz eléctrica, e por fim os aparelhos eléctricos, realçando as suas vantagens e comodidades<sup>32</sup>.

A concluir este ponto de análise, afirma-se que, entre 1870 e 1923, a difusão do tema electricidade na *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses* fez-se essencialmente como notícia assente em relatos provenientes do estrangeiro. Este dado comprova o estado de irrealização da electrificação nacional, que contrastava com os esforços empreendidos na imprensa e periodismo científico-técnico em divulgar essa conquista tecnológica e difundir as inúmeras potencialidades das suas aplicações.

### 3.4.2. Divulgação do periodismo e bibliografia estrangeira sobre electricidade

A rubrica bibliográfica presente na revista e inicialmente denominada de «Bibliographia: lista das principais publicações de engenharia e técnica a nível mundial» ou «Bibliografia: sumário dos principais artigos dos periódicos técnicos», entre 1896 e 1914, divulgou e recomendou a leitura de artigos e revistas estrangeiras sobre electricidade. Servem de exemplo as revistas *L'Electricien*; *L'Éclairage Électrique*; *La Lumière Électrique* e o *Bulletin de la Societé Internationale des Électriciens*.

Na continuidade da rubrica, entre 1923 e 1932, nomenclada como «Bibliografia» ou «Revista das Revistas Técnicas», junta à divulgação e recomendações de leitura algumas resenhas.

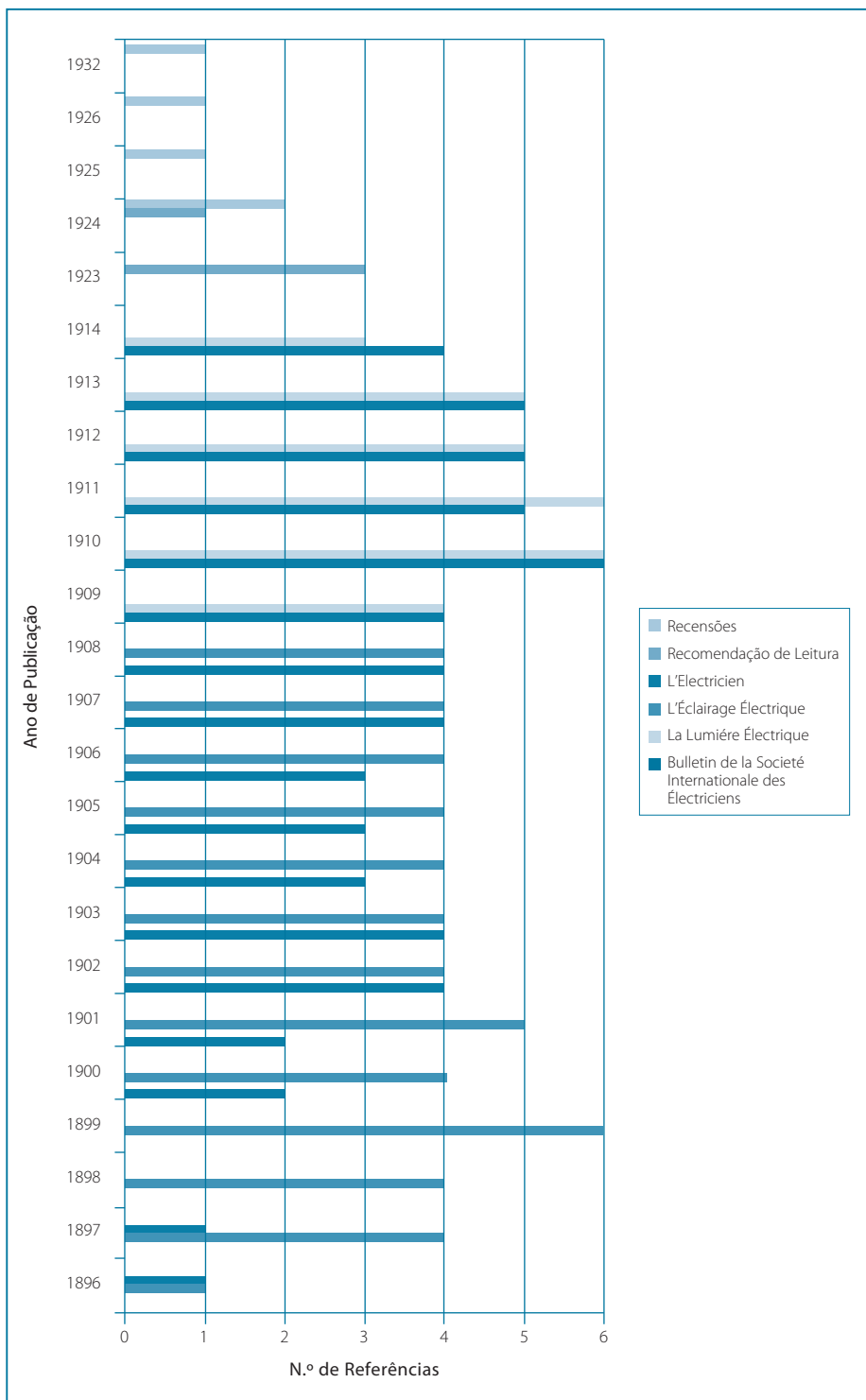
Por fim, em 1943, a rubrica surge incorporada no espaço editorial de natureza bibliográfica organizado por temas e intitulado como «Documentação» que conta com uma entrada específica de «Engenharia Electrotécnica».

Este ponto de análise comprova uma vez mais a extrema importância que a revista conferiu ao acolhimento, acompanhamento e circulação de saberes técnicos sobre electricidade.

<sup>31</sup> *Iluminação eléctrica*, n.º 205-206. 1887: 65.

<sup>32</sup> A título de exemplo veja-se: *O aquecimento pela electricidade*, n.º 346-348. 1898: 433-435.

**Gráfico 5:** A electricidade na rubrica bibliográfica da *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses* (1896-1932)



### 3.4.3. Os primeiros artigos de autoria e temática portuguesas

Foram escassas as publicações de origem nacional nos primeiros anos da revista. Essas reportam-se, maioritariamente, aos artigos estatísticos sobre a telegrafia denominados de «Mapa do rendimento das linhas telegráficas»<sup>33</sup> que atestavam o desenvolvimento que Portugal conseguiu alcançar nas «correntes fracas»<sup>34</sup>, contrastando com a fraca e débil electrificação.

Os primeiros artigos científico-técnicos versavam as inovações tecnológicas internacionais ou eram seus subsidiários. É disso exemplo a publicação sobre o telefone construído por Cristiano Augusto Bramão, a partir das aplicações de Alexander Graham Bell (1847-1922) e de Samuel Morse (1791-1872)<sup>35</sup>.

O primeiro artigo científico-técnico totalmente português é representativo da electricidade nos seus primórdios, pois relaciona-se com uma aplicação pontual da energia eléctrica versando o «Projecto da torre e anexos do pharol eléctrico e signal de nevoeiro no Cabo da Roca. Memoria descriptiva e justificativa»<sup>36</sup>.

### 3.4.4. Estudos portugueses sobre electricidade

Nas páginas da revista, enquadram-se informações de interesse para a vertente técnica da história da electricidade, provenientes de artigos científico-técnicos nacionais que tratam objectos de estudo tais como: «O isolador de alta tensão para linhas aéreas de transporte de energia eléctrica» ao nível das componentes electro-cerâmicas; «Acionamento eléctrico das oficinas» no que diz respeito à mecânica e transmissão de força motriz; «As aplicações da electricidade às Fábricas de Fiação» pelo valor informativo que confere sobre um dos primeiros usos industriais da energia eléctrica; «A electricidade ao serviço da indústria papeleira» enquanto aplicação industrial da electricidade nos moldes do anterior, e por fim «As centrais hidro-eléctricas de Návía e Ricobayo», como estudo técnico explicativo do funcionamento das primitivas centrais hidroeléctricas<sup>37</sup>.

Por seu lado, as notícias e artigos estatísticos nacionais largamente enquadrados entre 1923 e 1945 facultam dados importantes para o estudo das empresas e companhias produtoras e distribuidoras de electricidade, bem como para o estudo da electrificação do país nas suas diferentes vertentes de produção, distribuição e consumo pelas diferentes escalas de análise, nacional, distrital ou local.

Reconhecendo a importância de monitorizar o sector eléctrico nacional, os autores nacionais, desde meados de 1920, procuraram levar a cabo estudos que fornecessem informações diagnósticas sobre a produção, distribuição e consumo de energia eléctrica antes mesmo de qualquer iniciativa estatal. Nesse contexto, em 1918, surge publicado na revista o estudo: *A Indústria da Energia Eléctrica em Portugal*, da autoria de Maximiliano

<sup>33</sup> Observáveis como publicação entre 1873 e 1881.

<sup>34</sup> MATOS *et al.*, 2004: 35; 92.

<sup>35</sup> BRAMÃO, 1879: 511-519.

<sup>36</sup> CASTANHEIRA, 1905: 305-308.

<sup>37</sup> Consultar Anexo I, anos de 1924-1928, 1930 e 1934.

Apolinário, que se destaca no conjunto dos primeiros ensaios estatísticos sobre as indústrias eléctricas na sua vertente de produção de energia<sup>38</sup>.

De igual modo, as *Estatísticas das Instalações Eléctricas*, constituindo a principal fonte da história da electricidade nacional, foram publicadas na revista desde a sua primeira versão dirigida pela Repartição dos Serviços Eléctricos, datada de 1928.

Os seus conteúdos incorporaram os seus relatórios introdutórios e a publicação parcial das suas tabelas e gráficos. A primeira versão incluiu um estudo introdutório da autoria do Eng.º Vasco Taborda Ferreira, à época, chefe da repartição referida<sup>39</sup>.

Numa linha mais informativa, as *Licenças das Instalações Eléctricas*, concedidas inicialmente pela mesma Repartição de Serviços Eléctricos, encontram-se de igual modo publicadas na revista desde 1928<sup>40</sup>.

A terminar este ponto de análise, reforça-se o valor informativo da revista para qualquer objecto de estudo e escala de análise na área da história da electricidade, pois além dos conteúdos já referidos, existem publicações sobre as realizações da electricidade em diferentes localidades do país. A título exemplificativo, com publicação em 1935 e incidência geográfica no Concelho de Matosinhos, existe um pequeno estudo de caso sobre a electrificação da zona rural do rio Leça da autoria de Ezequiel de Campos<sup>41</sup>.

#### 4. A ELECTRICIDADE COMO PROBLEMÁTICA NACIONAL

O contributo central da *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses* enquanto objecto de publicismo da electricidade reside nos conteúdos dos artigos doutrinários de autores nacionais e na análise das suas percepções, representações e propostas.

Como precursor dessa categoria de artigos de autoria nacional destaca-se, em 1897, o estudo e descrição técnica do fornecimento de energia eléctrica feito por aproveitamento hidroeléctrico do rio Corgo à cidade de Vila Real, para uso na iluminação pública<sup>42</sup>. Para além de ser o primeiro artigo doutrinário português publicado na revista merece todo o destaque, em virtude da precocidade com que trata a questão hidroeléctrica e da luz eléctrica, facto que levou o seu autor a escrever:

*É recente e ainda muito limitada a aplicação industrial da luz eléctrica em Portugal. (...) Vila Real foi das primeiras terras do paiz que promoveu a substituição pela lâmpada eléctrica, da sua primitiva iluminação*<sup>43</sup>.

Essa categoria de artigos cresce exponencialmente durante o período de 1923 a 1945 – definido no ponto 3.3 do presente estudo – contando entre os seus autores com a

---

<sup>38</sup> APOLINÁRIO, 1918-1919: 103-113.

<sup>39</sup> FERREIRA, 1927-1928: 119-128; Consultar Anexo I, anos de 1928-1938.

<sup>40</sup> *Licenças de estabelecimentos de instalações electricas concedidas nos meses de Novembro e Dezembro de 1928*. N.º 649. 1927-1928: 257-258.

<sup>41</sup> CAMPOS, 1935: 27-29.

<sup>42</sup> MORAES, 1897: 81-127.

<sup>43</sup> *Idem*: 81-82.

presença expressiva dos dois maiores vultos nesse domínio da problematização da electrificação nacional, a saber: Ezequiel de Campos (1874-1965) e José Nascimento Ferreira Dias Júnior (1900-1966).

Esse crescimento é desde logo comprovado na apresentação de artigos em conferências promovidas pela associação, que, nas suas actas administrativas, reporta as respectivas sinopses e pontos debatidos<sup>44</sup>.

Nos conteúdos dessa visão problematizante, todos os artigos e autores nacionais partem da percepção inicial que abrangeu simultaneamente a consciencialização do atraso da electrificação nacional e a necessidade da sua implementação como sinergia estruturante da modernização social e crescimento económico. Dessa ideia fazem eco as seguintes palavras:

*Enfim, estamos ainda no início de uma indústria de amplo futuro com cujo desenvolvimento há-de lucrar a economia do país, (...) pelo aproveitamento das quedas de água, e aperfeiçoando sucessivamente, pelas aplicações da energia eléctrica, os seus processos de trabalho<sup>45</sup>.*

Fundados nessa premissa, diversos artigos apresentaram propostas, estratégias, soluções e medidas a adoptar no plano de concretização da rede eléctrica nacional.

#### 4.1. A QUESTÃO HIDROELÉCTRICA E AS DIRECTRIZES DA REDE ELÉCTRICA NACIONAL

Nessas soluções, apontava-se desde logo uma via para a concretização da electrificação do país: a aposta na produção hidroeléctrica como alternativa energética<sup>46</sup>. Em consonância com esse facto, as notícias e as crónicas publicadas na revista entre 1923 e 1945 deram ampla cobertura a essa questão cognominada de «hulha branca».

Mais. O interesse em acompanhar as conquistas e avanços da hidroelectricidade era já conhecido e antigo nas páginas da revista, manifestando-se ainda em 1888. Com efeito, reportando-se ao empreendimento da Niagara Falls Hydraulic Tunnel and Power Company – que nos Estados Unidos da América detinha um projecto hidroeléctrico nas cataratas do Niagara para fornecimento de energia para a iluminação de várias cidades, podemos ler o seguinte voto: «Seguramente o bom êxito d’esta empresa deve ser um exemplo que a Europa, em que há ainda tantas forças naturais inexploradas, se deve apressar a seguir»<sup>47</sup>.

Assim sendo, a premissa da hidroelectricidade como alternativa energética converteu-se na primeira resposta de fundo ao problema da electrificação nacional, formulado nos seguintes termos:

<sup>44</sup> Consultar Anexo I.

<sup>45</sup> APOLINÁRIO, 1918-1919: 113.

<sup>46</sup> MATOS, *et al.*, 2004: 230-237.

<sup>47</sup> *Aproveitamento das quedas do Niagara como força motriz*. N.º 223-224. 1888: 280.



*Sendo inevitável a tendência para a concentração da produção e para a interconexão das centrais, (...) qual será, sob o ponto de vista da economia nacional, o melhor sistema de centrais e de linhas eléctricas a realizar para complemento dos sistemas actuais em laboração e terminação?*<sup>48</sup>

Esta concepção plenamente vincada nos autores e artigos dos anos 20, esteve na origem de diversos estudos para aproveitamento hidroeléctrico, com base nos cursos e rios do país, assumindo destaque na revista os que se reportam ao Douro – nomeadamente o projecto de Bitetos, desenvolvido por Ezequiel de Campos<sup>49</sup> – e Zêzere<sup>50</sup>.

A opção pela hidroelectricidade não excluía a termoelectricidade. O que se afirmava era a primazia da primeira sobre a segunda. Assumia-se que a hidroelectricidade era a melhor aposta para concretizar a concentração da produção, de modo a ultrapassar as debilidades estruturais das primitivas redes de produção eléctrica locais, assentes em sistemas maioritariamente termoeléctricos dispersos entre si, e que alimentavam mercados regionais também fragmentados entre si.

Partilhando dessa premissa, Ferreira Dias sustentava, em 1932, que: «Em quatro directrizes se deve orientar em simultâneo o problema nacional da energia eléctrica. 1.ª Nacionalizar; 2.ª Produzir; 3.ª Distribuir; 4.ª Consumir». Em seguida, definiu cada uma, da seguinte forma: «Nacionalizar é impor, contra tudo e através de tudo, os recursos próprios do País». Por seu lado, «Produzir significa, em rigor, produzir bem», alertando para a necessidade de estudar e classificar as fontes de energia e hierarquiza-las por ordem de interesse, valor e prioridade. Em terceiro, «Distribuir é tornar acessível a todos, o benefício da energia eléctrica», servindo os que já consomem e incitando os que não consomem. Por fim, «consumir é aproveitar da electricidade os múltiplos benefícios»<sup>51</sup>.

Deste modo, o primeiro grande desafio era o de interligar as diversas redes existentes numa «(...) fase transitória da electrificação portuguesa» que operasse a passagem «(...) da produção de electricidade muito parcelada e dispersa para a de concentração razoável»<sup>52</sup>.

Só depois se poderia estimular a produção através da criação de novas centrais preferencialmente hidroeléctricas, pois à época: «Em todo o caso a energia hidráulica aproveitável é ainda actualmente uma fracção moderada da riqueza que possuímos»<sup>53</sup>, e só posteriormente incentivar o consumo industrial como garante de todo esse processo, alargando-o ao universo doméstico.

O Estado teria um papel fundamental na realização dessa obra de fomento, pelas suas prerrogativas fiscalizadora, reguladora e normalizadora, visto que:

*O grande desenvolvimento do consumo de electricidade e a necessidade de tarifas mínimas tornaram indispensável nos países de intensa vida industrial a criação de grande centrais eléctricas em condições de produção económica, a sua interconexão e estabelecimento de grandes linhas de*

<sup>48</sup> CAMPOS, 1929: 7.

<sup>49</sup> *Idem*, 1934: 375-380; 450-455.

<sup>50</sup> Consultar Anexo I.

<sup>51</sup> DIAS, 1932: 119.

<sup>52</sup> CAMPOS, 1937: 40.

<sup>53</sup> APOLINÁRIO, 1918-1919: 111.

*transporte e abastecimento, o desenvolvimento de grandes redes de distribuição, constituindo tudo sistemas nacionais sob «controle» de uma entidade única directamente dependente do Estado*<sup>54</sup>.

## 4.2. A QUESTÃO DA ELECTRIFICAÇÃO RURAL

Na percepção e representação da electricidade como problema, a electrificação rural surgiu como uma questão diferente e complexa. Apesar de, no essencial, seguir as mesmas linhas de rumo apontadas, colocava sobretudo desafios diferentes face ao fraco valor que essas regiões detinham enquanto mercados.

Silvio Belfort Cerqueira foi um dos seus grandes autores e pensadores. Encontramos eco das suas propostas e soluções na *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*. A sua percepção sobre a electrificação rural começava pela associação dessas regiões a zonas excluídas, fora das linhas e redes de distribuição que se constituíam e expandiam ao sabor dos mercados onde o consumo era mais rentável.

As soluções estruturantes que propôs passavam pela união da hidroelectricidade e do hidro agrícola como motores da actividade económica, assim como o estabelecimento de uma ordem cooperativa, assente em organismos associativos representantes do exercício industrial electro-agrícola, cabendo ao Estado a regulação da sua constituição e financiamento<sup>55</sup>. Desse modo: «A difusão do uso da electricidade, além de transformar a rotina dos nossos hábitos agrícolas, industriais e até domésticos, seria o germe de novas fontes de receita para o Paiz (...)»<sup>56</sup>. A rede eléctrica nacional só estaria completa quando se resolvesse em simultâneo o problema da electrificação rural.

## 5. A PUBLICIDADE À ELECTRICIDADE NA REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS CIVIS PORTUGUESES

O último contributo informativo em análise é o da publicidade à electricidade presente nas páginas da revista. Desde 1916-17 – por altura do arranque da electrificação concelhia no nosso país e conseqüente criação e crescimento de mercados interessados na energia eléctrica – conta-se um total de 1281 anúncios, até 1945.

Numa perspectiva quantitativa e cronológica, observa-se um grande crescimento do número de anúncios entre 1927 e 1931, seguida pelo sedimentar da sua regularidade entre 1934 e 1939, facto que em tudo se relacionou com o ambiente criado pela campanha publicitária das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade (CRGE)<sup>57</sup> e a acção da Comissão Luminotécnica Portuguesa. Após esse período, ocorre um decréscimo para em 1945 se verificar nova diástole, aspecto esse enquadrável na conjuntura da aprovação da *Lei da electrificação nacional*, iniciador do ciclo de construção das grandes barragens que criaram novas demandas no mercado nacional.

<sup>54</sup> AMARAL, 1931: 387.

<sup>55</sup> CERQUEIRA, 1931: 213-223.

<sup>56</sup> *Idem*, 1929: 14-28.

<sup>57</sup> FARIA & FREITAS, 2000: 15-20.

Da análise dos conteúdos da publicidade sobressaem duas conclusões. A primeira atesta a proveniência estrangeira da maioria dos anúncios que aludem a companhias e empresas que iam de simples fornecedoras de componentes até a construtoras de centrais termo e hidroelétricas<sup>58</sup>. Nessas empresas encontram-se já grandes nomes da actualidade como é o caso da Siemens e da Phillips, e, na área das telecomunicações, a Ericsson. Relativamente às grandes empresas multinacionais, existentes à época, pelo volume de anúncios presente, merecem destaque as seguintes: Brown Boveri e C.<sup>ie</sup>; AEG Sociedade Lusitana de Electricidade e por fim a General Electric Company de Schnectady New York.

A segunda conclusão relaciona-se com o facto de a publicidade versar mais as empresas e companhias do que determinados produtos ou equipamentos.

Constituem-se como excepção à regra os anúncios publicitários das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade enquadrados na sua campanha publicitária apologética da electricidade empreendida desde 1930<sup>59</sup> – plasmada na publicação da sua revista mensal *O Amigo do Lar* desde 1932 – que realça as vantagens e aplicações domésticas da electricidade, apoiando-se na replicação gráfica dos seus cartazes publicitários que aludiam a ferros de engomar; frigoríficos; candieiros; ventoinhas; e carolíferos. Os *slogans* que acompanham esses anúncios são elucidativos: «As boas criadas são raras. A electricidade e o gás substituem-nas» ou «Da energia eléctrica depende em grande parte o desenvolvimento industrial do país, o progresso social e o bem-estar da população»<sup>60</sup>.

Sustentadas nesse género de campanha publicitária estiveram as acções da Comissão Luminotécnica Portuguesa, criada em Lisboa em 1937. À semelhança das suas congéneres estrangeiras, o seu propósito foi dar a conhecer ao grande público os progressos científicos, os resultados de experiências e as vantagens da iluminação eléctrica<sup>61</sup>. Nos seus anúncios associados a ilustrações, encontram-se *slogans* tais como: «Melhor Luz Melhor Vista»<sup>62</sup>.

De igual modo alguns dos anúncios da Companhia dos Telefones: The Anglo Portuguese Telephone Company, seguiram a tendência para publicitar equipamentos, especificamente, os *aptofones*<sup>63</sup>.

No quadro dos anúncios publicitários de empresas nacionais, pela expressividade do número de anúncios publicados, merecem referência:

- A «Lâmpada Lumiar», fabricada pela «ENAE: Empresa Nacional de Aparelhagem eléctrica».
- As porcelanas eléctricas para alta e baixa tensão fabricadas pela Empresa Electro-Cerâmica de Vila Nova de Gaia e pela Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre.
- Os anúncios da empresa produtora e distribuidora União Eléctrica Portuguesa (UEP) – criada em 1919 com sede no Porto – que, auferindo de uma posição

<sup>58</sup> No gráfico n.º 7 da p. 212, a denominação das empresas e companhias surge disposta por ordem cronológica ascendente de aparição, de acordo com a sequência de publicação dos respectivos anúncios publicitários.

<sup>59</sup> MATOS *et al.*, 2004: 313-317.

<sup>60</sup> Consultar no *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, anos de 1939 e 1941.

<sup>61</sup> *Comissão Luminotécnica Portuguesa*, n.º 117. 1937: 17.

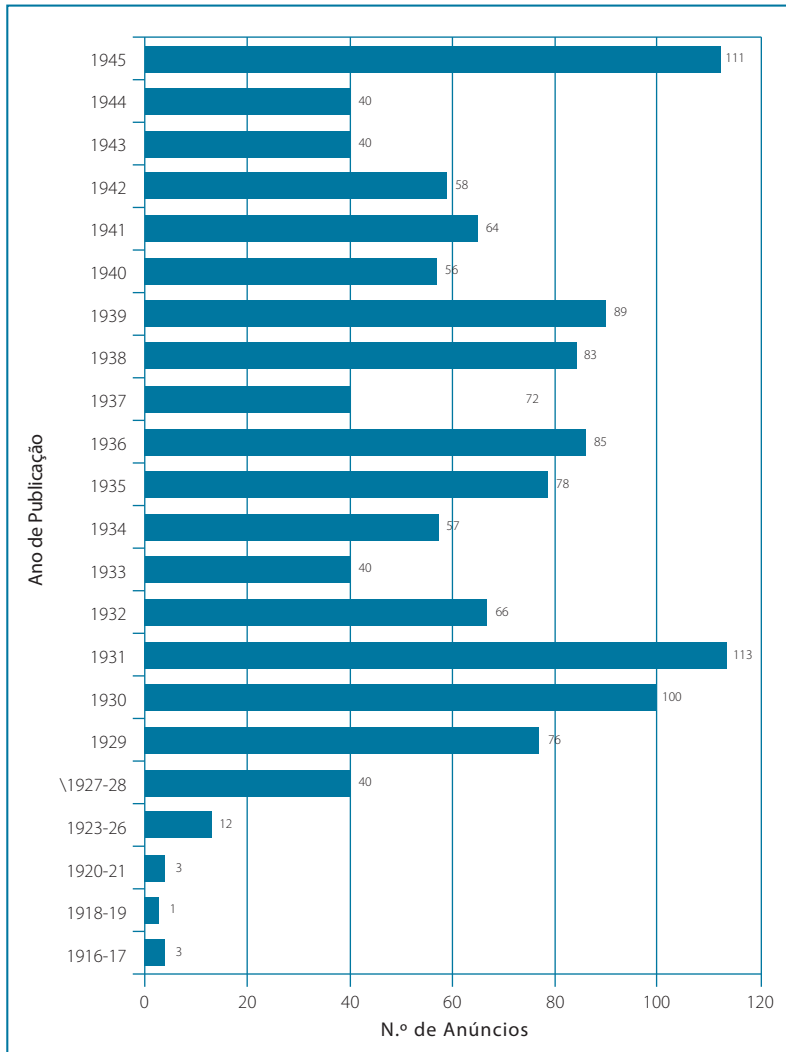
<sup>62</sup> Consultar no *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, ano de 1939.

<sup>63</sup> Consultar no *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, ano de 1934.

regional de mercado bem vincada e sedimentada no norte litoral do país e numa das centrais hidro-eléctricas mais antigas<sup>64</sup> – Lindoso –, assumiu como marca de qualidade o *slogan*: «UEP: Electricidade do Lindoso»<sup>65</sup>.

Por fim, como representação plena da revista enquanto instrumento de difusão de um órgão associativo, resta dizer que na publicidade, entre 1927 e 1930 existiu uma «Secção Profissional» destinada a anúncios individuais de engenheiros, publicitando os seus serviços de acordo com a sua área de formação, na qual figuram alguns engenheiros electrotécnicos.

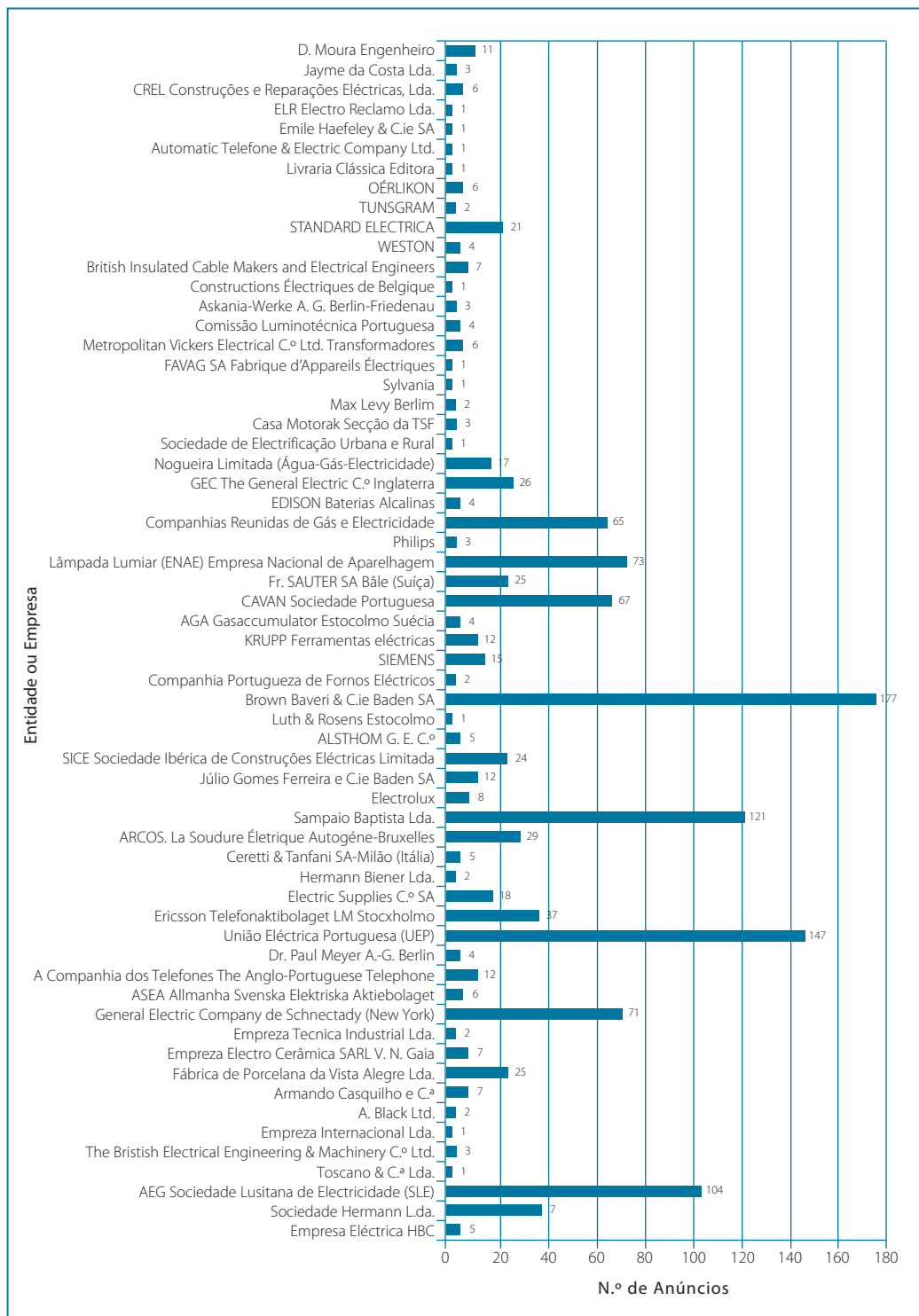
**Gráfico 6:** Publicidade à electricidade na *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses* (1916-1945)



<sup>64</sup> MATOS *et al.*, 2004: 280-282.

<sup>65</sup> Consultar no *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, anos de 1937-1942 e na *Revista da Ordem dos Engenheiros*, anos de 1943-1945.

**Gráfico 7:** Publicidade à electricidade na *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses* (1916-1945)



## CONCLUSÃO

A *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses* difunde amplamente, nas suas páginas, um conjunto de temáticas sobre a electricidade nos seus primórdios, tanto no plano nacional como internacional, e retrata em pormenor o movimento de promoção da electricidade como sinergia estruturante do desenvolvimento e modernização do país.

Assim sendo, são diversos e evidentes os seus contributos temáticos para a investigação histórica enquadrada entre 1870 e 1945. Essa polivalência temática adquire ainda mais realce pela potencialidade que a revista demonstra no colmatar do vazio documental originado pelo facto de a fonte principal da história da electricidade nacional, conhecida como *Estatísticas das Instalações Eléctricas*, se reportar somente a 1927.

A electricidade, enquanto tema de estudo histórico, apresenta características peculiares sendo um objecto vivo, dinâmico e presente, com o qual o investigador pensa ter, à partida, grande domínio e familiaridade. Tal condição encerra armadilhas e perigos de anacronismo. Desta forma, esta revista tem o mérito de ser uma plataforma de enquadramento que alerta o investigador para as diferenças históricas e conceptuais desse objecto em relação à actualidade.

Por via dos argumentos demonstrados ao longo do artigo, acredito no valor instrumental e orientador que este trabalho conferirá no âmbito da pesquisa de fontes e conteúdos com que os actuais e futuros investigadores da área da história da electricidade se possam deparar, movimentando-se em diferentes perspectivas e escalas de análise.

**Anexo 1:** Sumário de Publicações sobre a Electricidade em Portugal na *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses* (1870-1945)

ANO	PUBLICAÇÃO
1893	FONSECA, António Sarmento da – <i>Serviço de telegraphia em Campanha</i> . (Conferência na Associação).
1897	MORAES, Luiz Cabral Teixeira de – <i>A luz electrica em Vila Real</i> .
1905	CASTANHEIRA, J. P. das Neves – <i>Projecto da torre e anexos do pharol electrico e signal de nevoeiro no Cabo da Roca. Memoria descriptiva e justificativa</i> .
1910	AMARAL, Augusto Ferreira do – <i>Aplicação da electricidade à agricultura. Conferência em Assembleia Geral da Associação</i> . (In <i>Acta da sessão ordinária de 28.5.1910</i> ). <i>«Hulha Branca e Hulha Verde» por Melo de Matos</i> . (In <i>Relatório da Direcção 1909</i> ). MATOS, José Maria de Melo – <i>Hulha Branca e Hulha Verde</i> . (Conferência na Associação a 18.12.1909). <i>Telegraphos, telephones, pharoes e industrias electricas</i> . (In <i>2ª parte do Relatório da Direcção: Trabalhos de engenharia civil executados na metrópole e nos dominios ultramarinos durante o ano civil de 1909</i> ). ULRICH, Fernando – <i>Telegraphia sem fios em geral, e especialmente em relação a Portugal</i> . (In <i>Acta sobre as Conferências da Associação de 18.6.1910</i> ).
1911	ULRICH, Fernando – <i>Telegraphia sem fios</i> . (Conferência na Associação de 17.6.1910).
1913	NOGUEIRA, António Rodrigues – <i>A Hulha Branca: Instalação hidro-eléctrica da «Lagoa Comprida»</i> .
1916-17	BELLO, Manuel – <i>Ante-projecto de electrificação do Ramal de Cascaes. Estudos</i> .
1918-19	APOLINÁRIO, Maximiano Gabriel – <i>A industria da energia electrica em Portugal</i> .
1924	AMARAL, Augusto Ferreira – <i>O isolador de alta tensão para linhas aereas de transporte de energia electrica</i> . AMARAL, Augusto Ferreira – <i>O isolador de alta tensão (cont.)</i> .
1925	AMARAL, Augusto Ferreira – <i>O isolador de alta tensão (cont.)</i> . AMARAL, Augusto Ferreira – <i>O isolador de alta tensão (cont.)</i> . AMARAL, Augusto Ferreira – <i>O isolador de alta tensão (cont.)</i> .
1926	ROMA, João – <i>Acionamento electrico das oficinas</i> . ROMA, João – <i>Acionamento electrico das oficinas (cont.)</i> .
1927	AMARAL, Ferreira do – <i>O isolador de alta tensão (cont. do n.º 634)</i> . AMARAL, Ferreira do – <i>O isolador de alta tensão. Isoladores especiais</i> . AMARAL, Ferreira do – <i>O isolador de alta tensão. Isoladores especiais</i> . COSTA, Leopoldo Poole da – <i>As quedas de água do Douro Internacional</i> . COSTA, Leopoldo Poole da – <i>As quedas de água do Douro Internacional. O seu aspecto económico</i> . <i>Electrificação Geral do Paiz</i> . (Nota de abertura do concurso para apresentação de ante-projecto para a rede eléctrica nacional).
1928	AMARAL, Augusto Ferreira do – <i>Isoladores de Alta Tensão (continuação)</i> . CERQUEIRA, Silvio Belfort – <i>Uma rede electrica no Alto Minho</i> . FERREIRA, Vasco José Taborda – <i>A energia eléctrica em Portugal. Dados Estatísticos</i> . <i>Sobre os aproveitamentos Hydro-electricos no medio Zezere e baixo Zezere, requeridos pela Companhia de Viação e Electricidade</i> .
1929	CAMPOS, Ezequiel de – <i>O Problema da Electricidade em Portugal</i> . (Conferência na Associação a 23.2.1929). CERQUEIRA, Silvio Duarte de Belfort – <i>A Rede Eléctrica Nacional pela Ordem Cooperativa</i> . (Conferência na Associação em 13.3.1929). FERREIRA, V. J. Taborda – <i>A Produção e Consumo de Energia Eléctrica em Portugal, em 1927 e 1928</i> . <i>Symbolos e notações das grandezas eléctricas</i> . (Comissão Electrotécnica Portuguesa. Diário do Governo, I Série, de 11 de Outubro de 1929, portaria n.º 6409).
1930	COSTA, Leopoldo Poole – <i>A importância económica do Douro Nacional. Extracto do Relatório apresentado pelo Administrador Geral dos Serviços Hidráulicos em 31 de Outubro de 1929</i> . FERREIRA, Vasco José Taborda – <i>Estatística da Produção e Consumo de Energia Eléctrica</i> . <i>Parecer da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses sobre o problema da electrificação nacional</i> . <i>Parecer sobre a classificação das provas do concurso da rede electrica nacional (Com base no Decreto n.º 14.166 de abertura do concurso)</i> . SIMAS, Eduardo – <i>As aplicações da electricidade às Fábricas de Fiação</i> . SIMAS, Eduardo – <i>As aplicações da electricidade às Fábricas de Fiação</i> .

ANO	PUBLICAÇÃO
1931	<p>AMARAL, Ferreira do – <i>O Estado realizará a Rede Eléctrica Nacional. Tese apresentada. Conclusões Votadas.</i> (In <i>Relatório do 1.º Congresso Nacional de Engenharia</i>).</p> <p>AMARAL, Ferreira do – <i>O Estado realizará a Rede Eléctrica Nacional.</i> (Trabalho apresentado ao I Congresso Nacional de Engenharia).</p> <p>CERQUEIRA, Sílvio Duarte Belfort – <i>A electrificação de Portugal e o seu aspecto agrícola.</i> (Trabalho apresentado ao I Congresso Nacional de Engenharia).</p> <p>COSTA, L.M. Poole da – <i>A correlação entre os diferentes aproveitamentos hidráulicos e a consequente unificação dos respectivos serviços.</i> (Trabalho apresentado ao I Congresso Nacional de Engenharia).</p> <p>DIAS JÚNIOR, José Nascimento Ferreira – <i>Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal.</i></p> <p>DIAS JÚNIOR, José Nascimento Ferreira – <i>Rêde Eléctrica Nacional.</i> (Trabalho apresentado ao I Congresso Nacional de Engenharia).</p> <p>DIAS, Ferreira – <i>Rede Eléctrica Nacional. Tese apresentada. Conclusões Votadas.</i> (In <i>Relatório do 1.º Congresso Nacional de Engenharia</i>).</p>
1932	<p><i>A instalação da 1.ª estação telefónica automática em Portugal Continental, e o valor da adaptação do operário português comprovado na sua montagem «The Anglo-Portuguese Telephone Company, Limited».</i></p> <p>BOTTE, Sacadura – <i>O problema hidro-eléctrico da Câmara Municipal de Ponta Delgada.</i></p> <p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>Produção de Electricidade.</i></p> <p>CERQUEIRA, S. Belfort – <i>As tarifas da electrificação rural. Rêdes Corporativas.</i> (Conferência realizada na Associação a 5.5.1932).</p> <p>DIAS JÚNIOR, J.N. Ferreira – <i>A produção de energia eléctrica em Portugal.</i></p> <p>PEREIRA, P. de Campos – <i>Radiodifusão.</i> (Trabalho apresentado ao I Congresso Nacional de Engenharia).</p> <p>SANTOS, L. Couto dos – <i>O ensino da electrotecnica na Faculdade de Engenharia do Porto.</i></p>
1933	<p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>A Electrificação de Portugal.</i> (Conferência na Associação a 17.12.1932).</p> <p>CERQUEIRA, Sílvio Duarte Belfort – <i>O sistema orgânico da electrificação rural.</i> (Conferência na Associação a 25.4.1933).</p> <p>DIAS JÚNIOR, José Ferreira Dias – <i>Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal referente ao ano de 1931.</i></p> <p>SENA, Julião – <i>Instalação e distribuição de energia eléctrica para iluminação pública e particular no Concelho de Almada.</i></p>
1934	<p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>As centrais hidro-eléctricas de Návía e Ricobayo.</i> (Comunicação na Associação a 29.11.1932)</p> <p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>Electrificação.</i></p> <p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>Electrificação.</i></p> <p>CERQUEIRA, Sílvio Duarte Belfort – <i>O problema electro-agrário no conceito administrativo.</i> (Conferência na Associação a 27.11.1934).</p> <p>DIAS JÚNIOR, José Ferreira – <i>Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal referente ao ano de 1932.</i></p> <p>SENA, Julião – <i>A Electricidade ao serviço da indústria papelreira.</i></p>
1935	<p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>A Electricidade.</i></p> <p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>O início da Reforma agro-florestal da Extremadura e do Alentejo: Para a electrificação inicial da Extremadura e do Alentejo.</i></p>
1935	<p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>Um caso minúsculo de electrificação rural.</i></p> <p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>Regularização do regime do rio Douro pela central de Ricobayo.</i></p>
1936	<p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>O condicionamento actual da Electrificação Portuguesa.</i></p> <p>DIAS JÚNIOR, José Ferreira – <i>Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal (Ano de 1933).</i></p> <p>DIAS JÚNIOR, José Ferreira – <i>Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal referentes ao ano de 1934.</i></p> <p>DIAS JÚNIOR, José Ferreira – <i>Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal referentes ao ano de 1935.</i></p>
1937	<p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>A fase transitória da electrificação portuguesa.</i></p> <p>CAMPOS, Ezequiel de – <i>Tarifas de distribuição de electricidade.</i></p>
1938	<p>DIAS JÚNIOR, José Ferreira – <i>Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal referentes ao ano de 1936.</i></p>
1940	<p>AMARAL, João Maria Barreto Ferreira do – <i>As iluminações da Exposição do Mundo Português.</i></p> <p>DIAS JÚNIOR, J.N. Ferreira – <i>O cálculo da secção dos condutores segundo o último regulamento das instalações eléctricas de baixa tensão.</i></p>



ANO	PUBLICAÇÃO
	DIAS JÚNIOR, J.N. Ferreira – <i>O cálculo da secção dos condutores segundo o último regulamento das instalações eléctricas de baixa tensão.</i>
1941	DIAS JÚNIOR, José Nascimento – <i>Uma casa electrificada.</i> DIAS JÚNIOR, José Nascimento – <i>Uma casa electrificada.</i>
1942	DIAS JÚNIOR, José Nascimento – <i>Uma casa electrificada.</i> MENDONÇA, Afonso Zuzarte de – <i>Aproveitamento hidroeléctrico do rio Zêzere em Castelo de Bode.</i> MENDONÇA, Afonso Zuzarte de – <i>Aproveitamento hidroeléctrico do rio Zêzere em Castelo de Bode.</i> <i>Pequena nota acerca da electrificação rural.</i>
1943	BARROS, Paulo de – <i>Aspectos da electrificação rural. Resultados de uma experiência parcial.</i> BARROS, Paulo de – <i>Aspectos da electrificação rural. Resultados de uma experiência parcial.</i> <i>Editorial (Considerações sobre a electricificação nacional).</i> <i>Editorial (Considerações sobre a electricificação nacional).</i> MACHADO, José Pinto – <i>Notas sobre o aproveitamento hidroeléctrico de Santa Luzia.</i> PINTO, José Filipe Rebelo – <i>Os rios portugueses ao serviço da Nação.</i> (Conferência na Ordem dos Engenheiros a 4.6.1943).
1944	BARROS, Paulo de – <i>Os encargos de potência no preço de custo da energia eléctrica.</i> (Palestra na Ordem dos Engenheiros a 25.5.1944). MACHADO, José Pinto – <i>Notas sobre o aproveitamento hidroeléctrico de Santa Luzia.</i> SENA, Julião T. A. – <i>Modificação das características da rede eléctrica de distribuição em Évora no ano de 1943.</i>
1945	BRAGA, Carlos de Azevedo Coutinho – <i>Energia Atómica.</i> CORREIA, José Dias de Araujo – <i>Os rios portugueses.</i> CORREIA, José Dias de Araujo – <i>Os rios portugueses</i> (continuação). MENDONÇA, Afonso Zuzarte de – <i>Albufeiras de usos múltiplos.</i> PEREIRA, Luis de Sá – <i>Interligação Cachorrafa-Tejo. Montagem da linha subfluvial Bom Sucesso-Lazareto.</i> VAZ, José Machado – <i>Um novo mercado de energia – aplicações domésticas da electricidade na cidade do Porto.</i> XEREZ, Carvalho – <i>Aproveitamento Hidroeléctrico dos nossos rios – estudos realizadas pela Direcção Geral dos Serviços Eléctricos.</i>

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Documentais

- Revista de Obras Públicas e Minas* (1870-1926). N.º 1-638, vol. 1-57.  
*Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses* (1927-1936). N.º 639-738, vol. 58-67.  
*Boletim da Ordem dos Engenheiros* (1937-1942). N.º 1-72, Ano 1-6.  
*Revista da Ordem dos Engenheiros* (1943-1945). N.º 1-24, Ano 1-3.

### Estudos e Artigos

- 1º CONGRESSO Nacional de Engenharia – *Relatório* (1931). «*Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*», n.º 675, vol. 62, p. 343-383.  
 A FUNÇÃO social do engenheiro (1923-1926). «*Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*», n.º 635, vol. 57, p. 27-28.  
 AMARAL, Ferreira do (1931) – *O Estado realizará a Rede Eléctrica Nacional.* «*Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*», n.º 676, vol. 62, p. 387-390.  
 APOLINÁRIO, Maximiano Gabriel (1918-1919) – *A Indústria da Energia Eléctrica em Portugal.* «*Revista de Obras Públicas e Minas*», n.º 583-588, vol. 49-50, p. 103-113.

- APROVEITAMENTO *das quedas do Niagara como força motriz* (1888). «Revista de Obras Públicas e Minas», n.º 223-224, vol. 19, p. 280.
- BAUMER, Franklin Le Van (2002) – *O Pensamento Europeu Moderno: Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 2º vol.
- BRAMÃO, Cristiano Augusto (1879) – *Novo telephone construído por C. A. Bramão*. «Revista de Obras Públicas e Minas», n.º 119, vol. 10, p. 511-519.
- BRITO, J. M. Brandão de (1988) – *Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo*. «Separata: Contribuição para a história do pensamento económico em Portugal», n.º 84. Lisboa: Dom Quixote, p. 209-234.
- BRITO, J. M. Brandão de; ROLLO, Maria Fernanda (1996) – *Ferreira Dias e a constituição da Companhia Nacional de Electricidade*. «Análise Social», vol. XXXI (136-137), (2º-3º). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 343-354.
- CAMPOS, Ezequiel de (1937) – *A fase transitória da electrificação portuguesa*. «Boletim da Ordem dos Engenheiros», n.º 2, ano. 1, p. 40-43.
- (1934) – *Electrificação*. «Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», n.º 712, vol. 65, p. 375-380.
- (1934) – *Electrificação*. «Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», n.º 714, vol. 65, p. 450-455.
- (1929) – *O Problema da Electricidade em Portugal*. «Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», n.º 651, vol. 60, p. 7-13.
- (1935) – *Um caso minúsculo de electrificação rural*. «Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», n.º 715, vol. 66, p. 27-29.
- CASTANHEIRA, J. P. das Neves (1905) – *Projecto da torre e anexos do pharol electrico e signal de nevoeiro no Cabo da Roca. Memoria descritiva e justificativa*. «Revista de Obras Públicas e Minas», n.º 427-429, vol. 36, p. 305-308.
- CERQUEIRA, Silvio Duarte Belfort (1931) – *A electrificação de Portugal e o seu aspecto agrícola*. «Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», n.º 672, vol. 62, p. 213-223.
- (1929) – *A Rede Eléctrica Nacional pela Ordem Cooperativa*. «Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», n.º 651, vol. 60, p. 14-28.
- COMISSÃO *Luminotécnica Portuguesa* (1937). «Indústria Portuguesa: Revista da Associação Industrial Portuguesa», n.º 117, ano 10º, p. 17.
- DIAS, José Nascimento Ferreira (1932) – *A produção de energia eléctrica em Portugal*. «Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», n.º 682, vol. 63, p. 117-136.
- DIOGO, Maria Paula Pires dos Santos (1994) – *A construção de uma identidade profissional: A Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes 1869-1937*. Lisboa: Universidade Nova Lisboa. Tese de Doutoramento.
- EDITORIAL (1943). «Revista da Ordem dos Engenheiros», n.º 2, ano 1.
- EDITORIAL (1943). «Revista da Ordem dos Engenheiros», n.º 3, ano 1.
- ELECTRIFICAÇÃO *do País* (1945). «Revista da Ordem dos Engenheiros», n.º 13, ano 3; p. 1-3.
- EXPOSIÇÃO *Internacional de Paris* (1886). «Revista de Obras Públicas e Minas», n.º 201-202, vol. 17, p. 219.
- EXPOSIÇÃO *Universal de 1900 (...)* (1889). «Revista de Obras Públicas e Minas», n.º 359-360, vol. 20, p. 773-779.
- FARIA, Fernando; FREITAS, Maria Helena de (2000) – *Electricidade e Modernidade: Cartazes/Posters*. Lisboa: Museu de Electricidade da EDP.
- FERREIRA, Vasco José Tabora (1927-1928) – *A energia eléctrica em Portugal. Dados Estatísticos*. «Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», n.º 646, vol. 59, p. 119-128.
- GUEDES, Manuel Vaz (1997) – *Ezequiel de Campos e o conceito de Rede Eléctrica Nacional. 3.º Encontro Nacional do Colégio de Engenheiros Electrotécnicos*. «Electricidade», n.º 350, p. 355-354. Disponível em <[http://paginas.fe.up.pt/histel/EzC\\_ren.pdf](http://paginas.fe.up.pt/histel/EzC_ren.pdf)>. [Consulta realizada em 22/08/2011].
- HENRIQUES, Sofia Teives (s.d.) – *A electrificação nacional: o ciclo das grandes barragens (1944-1961)*.

- Divulgado no antigo site <www.historia-energia.com> Disponível em <[http://lu.academia.edu/SofiaTeivesHenriques/Papers/347594/A\\_electrificacao\\_nacional](http://lu.academia.edu/SofiaTeivesHenriques/Papers/347594/A_electrificacao_nacional)>. [Consulta realizada em 22/08/2011].
- ILUMINAÇÃO Eléctrica (1887). «Revista de Obras Públicas e Minas», n.º 205-206, vol. 18, p. 65-66.
- LEAL, J. Mendes (1927-1928) – *A moderna função social do engenheiro*. «Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», n.º 639, vol. 58, p. 15-22.
- LEI 2002 aprovada pela Assembleia Nacional e Publicada no «Diário do Governo» de 26 de Dezembro de 1944 (1945). «Revista da Ordem dos Engenheiros», n.º 13, ano 3, p. 21-30.
- LICENÇAS de estabelecimentos de instalações electricas concedidas nos meses de Novembro e Dezembro de 1928 (1927-1928). «Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», n.º 649, vol. 59, p. 257-258.
- MATOS, Ana Cardoso de *et al.* (2004) – *A Electricidade em Portugal: Dos Primórdios à 2ª Guerra Mundial*. Lisboa: EDP; Museu da Electricidade.
- MENDES, José M. Amado (1990) – *Bloqueios à Inovação no Tecido Empresarial Português em Finais do Século XIX: Achegas para o seu Estudo*. «Revista de História», vol. X. Porto: Centro de História da Universidade do Porto. Faculdade de Letras. p. 193-201. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6437.pdf>>. [Consulta realizada em 26/04/2011].
- MORAES, Luiz Cabral Teixeira de (1897) – *A luz electrica em Vila Real*. «Revista de Obras Públicas e Minas», n.º 327-328, vol. 28, p. 81-127.
- O AQUECIMENTO pela electricidade (1898). «Revista de Obras Públicas e Minas», n.º 346-348, vol. 29, p. 433-435.
- PARECER da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses sobre o problema da electrificação nacional (1930). «Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», n.º 664, vol. 61, p. 329-333.
- PEREIRA, Sandra; RODRIGUES, Maria de Lurdes (1996) – *Congressos de Engenharia*. In BRANDÃO, J. M.; ROSAS, Fernando, *dir.* – *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 186-188. 2 vols.
- REIS, Jaime (1993) – *A industrialização Num País de Desenvolvimento Lento e Tardio: Portugal, 1870-1913*. In *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 157-180.
- (1993) – *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica (1860-1913)*. In *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 9-32.
- RELATÓRIO da Direcção (1902). «Revista de Obras Públicas e Minas», n.º 385-387, vol. 33, p. 1-78.
- RELATÓRIO da proposta de lei acerca da electrificação do País (1945). «Revista da Ordem dos Engenheiros», n.º 13, ano 3, p. 3-20.

# RESGATAR A MEMÓRIA

ISABEL PEREIRA LEITE\*

**Resumo:** *Sem livros, o Mundo não era nada. Nada seria, na medida em que é certo que praticamente tudo devemos a quem por cá passou antes de nós.*

*E de quem passou, o que ficou? Naturalmente, o registo da sua passagem; a memória da sua existência em múltiplos registos. O anonimato não existe, porque a memória se encarrega de integrar o testemunho de cada indivíduo num outro conceito – o colectivo. É do contributo pessoal que vive o colectivo – da conjugação de vidas sem nome e de nomes que para sempre serão lembrados.*

*Nos livros, tanto os que desapareceram, como os que preservamos, está a Memória do Mundo. Dos primeiros, dão notícia os segundos. Destes, colhemos cada palavra para que não venham a cair no esquecimento.*

*Ninguém escreve para ser esquecido. Não se daria a tal, se não entendesse que o que quer transmitir é importante e deve chegar ao futuro. É por isso mesmo que os leitores são fulcrais. São eles que transportam a memória e se encarregam de a resgatar a todo o momento.*

*A memória, qualidade da mente humana, mecanismo complexo associado a epítetos vários, eles próprios passíveis de análise, é o que os livros carregam; têm vindo a carregar, ao longo de milénios, mesmo que aos primeiros «livros» não nos possamos referir deste modo.*

*Múltiplos têm sido os suportes em que o registo «escrito» tem sido feito. Perenidade e destruição, a par disso, têm coincidido, ora promovendo a memória, ora concorrendo para que desapareça.*

*Porém, continuamos a viver entre livros; entre livros que falam de livros, que falam dos homens do passado e do presente; livros que, já hoje, são o futuro.*

**Palavras-chave:** Livro; leitura; memória; escrita.

**Abstract:** *Without books, the World would be meaningless. It would be meaningless for we owe practically everything to those who came before us.*

*And of those who came before, what has remained? Naturally, the record of their passage, the memory of their existence in multiple records. Anonymity does not exist because memory takes care of integrating the testimony of each individual in another concept – the collective. It is from the personal contribution that the collective lives – from the conjunction of nameless lives and of names that will be remembered for all times.*

*It is in books, both in those that have disappeared and those we have preserved, that the Memory of the World lives on. Of the former, the latter bring us news. From these, we harvest each word so that they do not come to fall into oblivion.*

*No one writes to be forgotten. They would not go to the trouble, if they did not think that what they want to transmit is important and should reach the future. It is for this very reason that readers are crucial. They are the ones who carry the memory and have the task of rescuing it at every moment.*

*Memory, a quality of the human mind, a complex mechanism associated to several epithets, which in themselves are potential objects of analysis, is what books carry; what they have come to carry over the millennia, even if we cannot talk of the first «books» in these terms.*

*Many are the supports on which the «written» record has been made. At the same time, perpetuity and destruction have coincided, at times promoting memory, at others, competing to destroy it.*

*However, we continue to live among books; among books that talk of books, that talk of men of the past and the present; books which, already today, are books of the future:*

**Keywords:** Book; reading; memory; writing.

---

\* Responsável pela Biblioteca Central da FLUP. Investigadora do CITCEM.

«*Vos estis sal terrae*. Haveis de saber, irmãos peixes, que o sal, filho do mar como vós, tem duas propriedades, as quais em vós mesmos se experimentam: conservar o são, e preservá-lo, para que se não corrompa»<sup>1</sup>.

Assim rezava o Padre António Vieira, em S. Luís do Maranhão, no ano de 1654, acrescentando que já que os homens se não aproveitavam, mais valia pregar aos peixes...

Não serão os mesmos os destinatários do que escrevemos, mas seja este o mote do presente texto, apenas porque nos ocorreu estabelecer um paralelo entre o sal e a Memória, pois não deverá ser a Memória o sal da vida? O sal conservará a Memória, impedindo que desapareça ou seja desvirtuada. Será fonte de vida.

Nada há de mais intrínseco ao Homem do que a Memória. Sem esta, não existiria Mundo, por não haver como o alimentar. De facto, «Tudo passa, e nada passa. Tudo passa para a vida e nada passa para a conta. [...] Não há pedra, nem telha, nem planta, nem raiz, nem palmo de terra na Terra, que não esteja sempre passando, porque tudo passa. Deste tudo que está sempre passando, é o homem não só a parte principal, mas verdadeiramente o tudo do mesmo tudo»<sup>2</sup>.

Se é verdade, ou não, que António Vieira muito cedo, de forma acutilante, se mostrou atento às coisas do tempo e dos lugares, nunca o poderemos garantir, já que, pessoalmente, jamais o provaremos. Resta-nos, pois, a tradição que corre a esse propósito:

- *Donde és?*
- *Vossemecê não me conhece.*
- *Eu conheço metade do mundo...*
- *Pois eu, senhor, sou da outra metade*<sup>3</sup>.

Este episódio, que um António Vieira criança protagoniza, relatado que tem sido até aos dias de hoje, não se perdeu no tempo. Já Vieira saberia que não há que tomar a parte pelo todo.

Do todo é feito o colectivo: do que cada um aporta, quase sempre sem premeditação, para a Memória do Mundo. Ao afirmarmos que a premeditação não estará obrigatoriamente presente nessa construção, não ignoramos, nem poderíamos ignorar, que muito do que chega até nós é resultado intencional da necessidade de preservar a Memória para que, a cada passo, possa ser resgatada.

O resgate, como já atrás o dissemos, será obra nossa. Elaboração ocasional ou concertada que não deixa, um segundo que seja, de fazer parte dos nossos actos. Tem, como pano de fundo, o passado e, naturalmente, o presente, embora nada haja de mais volátil do que o presente, porque o futuro, em direcção ao qual corremos velozes, está presente em cada dia.

---

<sup>1</sup> VIEIRA, 2001: 319.

<sup>2</sup> MARTINS, 2008: 133.

<sup>3</sup> AZEVEDO, 1931: 390 / adapt.

E é assim que, conscientemente ou não, cada um concorre para o resgate da Memória, porque o Homem é um ser eminentemente social que necessita de comunicar. Fá-lo-á de mil maneiras, quantas vezes com o imprescindível contributo do acaso, mas, as mais delas, registando, pelo seu punho, o que se lhe oferece, ou aquilo que procura.

Do ponto de vista cognitivo, a memória é um sistema de arquivo em três etapas: 1.<sup>a</sup> – codificação: atribuição de um código/rótulo à informação, preparando-a para ser armazenada e mais facilmente acedida. 2.<sup>a</sup> – armazenamento: colocação da «pasta» no arquivo. 3.<sup>a</sup> – recuperação: precisando da informação, há que procurar a «pasta» no arquivo e retirar dela o necessário.

A metamemória, que se desenvolve com a idade, é o conhecimento sobre a própria memória.

Ora, é no domínio do testemunho escrito, do que se vai escrevendo, imprimindo, editando, que mais nos queremos situar agora, já que estamos convictos de que, tal como temos vindo a afirmar de há anos a esta parte, ninguém escreve para o esquecimento. Não, definitivamente. Nunca se daria a esse(s) trabalho(s) – tantas vezes origem de agruras – se esse fosse o seu desígnio.

Tal não poderá deixar de nos transportar ao mundo dos livros perdidos, dos livros esquecidos. Será deveras possível acreditar que algo que um dia se tenha tornado «letra de forma», não venha nunca a ser recuperado, seja de que modo for, e, inevitavelmente, deva ser considerado perdido para sempre?

Por difícil que pareça, recusamo-nos a acreditar que não possa chegar até nós a lembrança da sua existência. Seria a negação da própria existência humana.

Cada Homem é único, por mais anónimo que tenha sido ou pense ser. O colectivo, como já afirmámos, não é feito senão do conjunto, em cada tempo e em cada lugar, do testemunho de cada um – do trabalho daquele que, com o primeiro artefacto, lavrou a terra; das mãos de cada artesão que molda o barro; de cada pintura rupestre e de cada paleta de cores; de cada momento de ócio, de prazer ou de labuta; do primor único de cada monge copista e do produto imediato que hoje sai de um teclado; da primeira queimada que ceifou a oito homens, animais e florestas e das radiações de um reactor nuclear com problemas; das primordiais tabuinhas da Suméria e dos esquiços de Da Vinci; do papiro, do pergaminho, do papel e do *ebook*; do ouro das iluminuras, passando pela letra encadeada dos documentos saídos das chancelarias filipinas, e de um «Arial» ou de um «Times New Roman»; da força devastadora com que se aniquilam bibliotecas inteiras e dos OPACs (Online Public Access Catalogues) da Biblioteca Apostólica Vaticana ou da Biblioteca do Congresso, em Washington; da «santa» obra da Inquisição e da reabilitação dos proscritos; das divagações lunáticas próprias dos loucos e da lucidez do cientista que descobre a cura que salva; do balbuciar de quem é iniciado nas palavras e da celebrada aclamação de um Prémio Nobel.

Assim sendo, que Memória é resgatada? A quem é que cabe o seu resgate? E para quê?

Se as considerações já tecidas serviram sobretudo para contextualizar a nossa ideia de fundo, prossigamos.

Provavelmente poucos sabem que no Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio, património da Universidade do Porto, existe uma colecção de cerca de mil amostras de madeiras do Mundo inteiro, amostras essas talhadas em forma de pequenos livros, dos quais constam os nomes das ditas madeiras e a indicação das suas respectivas proveniências.

Por quê em forma de livro? Imaginemos, simplesmente, porque a razão de tal opção não se encontra registada. Registemos nós, porém, aqui, que não deixa de ser uma requintadíssima combinação. Talvez venha a propósito lembrar Lavoisier: «Na Natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma».

Estará, então, ao nosso alcance transformar a Memória, se for condição absoluta para que se perpetue, mesmo que subsista o risco de que seja alterada? Como missão universal, todos deveríamos concorrer para que, por exemplo, a memória oral se não perdesse.

E nomes, entre tudo isto? Todos, e nenhum em especial, porque apenas aqueles que constam dos livros, nem que tão somente nos cinjamos aos Livros de Registo das Conservatórias, terão existência confirmada.

Alberto Manguel, incontornável referência no que à história dos livros e da leitura diz respeito, afirma, baseado em Northrop Frye, que «a big library really has the gift of tongues and vast potencies of telepathic communication»<sup>4</sup>.

Se assim não fosse, o que conheceríamos, hoje, de Homero? Aliás, Homero, diz-se, era cego. E então? Borges também. E depois? Cumpriram menos a sua missão? E a de quem lhes veio no encalço terá sido mais espinhosa por essa razão? Certamente que não. Quando dizemos «todos», falamos de todos, sem excepção.

O livro que Indiana Jones procurava, quando Steven Spielberg se lembrou de contar ao mundo as suas aventuras, tal como o livro que constituiu o cerne da história que Umberto Eco e Jean-Jacques Annaud narraram no cinema, esse «Livro do Grande Tudo», é o livro de Isaac Asimov (*Foundation and Empire*); de Paul Auster (*City of Glass*); de Honoré de Balzac (*La Comédie Humaine: Illusions Perdues*); de Saul Bellow (*Him with his foot in his mouh and other stories*); de Jorge Luis Borges (*El Libro de Arena*); de Ray Bradbury (*Fahrenheit 451*); de Anita Brookner (*Lewis Percy*); de Italo Calvino (*Se una notte d'Inverno un viaggiatore*); de Roald Dahl (*Matilda*); de Anatole France (*Le Crime de Sylvestre Bonnard, Membre de L'Institut*); de Victor Hugo (*À qui la faute?*); de James Joyce (*Ulysses*); de David Lodge (*The British Museum is falling down*); de Guy de Maupassant (*Les soeurs Rondoli: Décoré*); de Robert Musil (*Der Mann ohne Eigenschaften*); de Rainer Maria Rilke (*Die Aufzeichnungen des Malte Laurids Brigge*); de Arthur Rimbaud (*Les Assis*); de Saint-John Pearse (*Vents*); de Jean-Paul Sartre (*La Nausée*); de Paul Savatier (*Pour en arriver là*); de Robert Louis Stevenson (*Prince Otto*); de Elie Wiesel (*Der fünfte Sohn*); de Virginia Woolf (*Jacob's Room*); de Marguerite Yourcenar (*Mémoires d'Hadrien*); de António Lobo Antunes (*Memória de Elefante*); é o livro de tantos, tantos outros, sendo, também, o «Livro Secreto» de cada um de nós.

---

<sup>4</sup> MANGUEL, 2008: 7.

Umberto Eco – Eco, de novo – em *A Passo di Gambero* e, com Jean-Claude Carrière, em *Non sperate di liberarvi dei libri*, consegue sintetizar, provocatoriamente, o que não nos atreveríamos a dizer, por não sabermos como o fazer: «O nosso conhecimento do passado deve-se a cretinos, imbecis ou contraditores», sendo que «o elogio da idiotia» é vital<sup>5</sup>.

Mais de um século antes, pela pena de Eça de Queirós, emprestada a Zé Fernandes, a propósito dos 70.000 volumes da Biblioteca de Jacinto, no n.º 202 da Av. des Champs Élysées, foi escrita esta página de absoluta ironia, até por ter nascido de um dos maiores nomes da Literatura:

*[...] O Príncipe da Grã-Ventura, então, decidiu recolher para a cama – com um livro... e durante um momento, estacou no meio da Biblioteca, considerando os seus setenta mil volumes estabelecidos com pompa e majestade como doutores num Concílio – depois as pilhas tumultuárias dos livros novos que esperavam pelos cantos, sobre o tapete, o repouso e a consagração das estantes de ébano. Torcendo molemente o bigode caminhou por fim para a região dos Historiadores. Espreitou séculos, farejou raças: pareceu atraído pelo esplendor do Império Bizantino: penetrou na Revolução Francesa donde se arredou desencantado: e palpou com mão indeliberada toda a vasta Grécia desde a criação de Atenas até à aniquilação de Corinto. Mas bruscamente virou para a fila dos Poetas, que reluziam em marroquins claros, mostrando, sobre a lombada, em ouro, nos títulos fortes ou lânguidos, o interior das suas almas. Não lhe apeteceu nenhuma dessas seis mil almas – e recuou, desconsolado, até aos Biólogos... Tão maciça e cerrada era a estante de Biologia, que o meu pobre Jacinto estarreceu, como ante uma cidadela inacessível! Rolou a escada – e, fugindo, trepou até às alturas da Astronomia: destacou astros, recolocou mundos: todo um Sistema Solar desabou com fragor. Aturdido, desceu, começou a procurar por sobre as rimas das obras novas, ainda brochadas, nas suas roupas leves de combate. Apanhava, folheava, arremessava: para desentulhar um volume, demolia uma torre de doutrinas: saltava por cima dos problemas, pisava as religiões: e relanceando uma linha, esgravatando além num índice, todos interrogava, de todos se desinteressava, rolando quase de rastos, nas grossas vagas de tomos que rolavam, sem se poder deter, na ânsia de encontrar um Livro! Parou então no meio da imensa nave, de côcoras, sem coragem, contemplando aqueles muros todos forrados, aquele chão todo alastrado, os seus setenta mil volumes – e, sem lhes provar a substância, já absolutamente saciado, abarrotado, nauseado pela opressão da sua abundância. Findou por voltar ao montão de jornais amarrotados, ergueu melancolicamente um velho «Diário de Notícias», e com ele debaixo do braço subiu ao seu quarto, para dormir, para esquecer<sup>6</sup>.*

A tudo isto nos ocorre, quase de forma imediata, contrapor o que dizia Virginia Woolf, a propósito do prazer da leitura: «Yet who reads to bring about an end, however desirable? Are there not some pursuits that we practise because they are good in themselves, and some pleasures that are final? And is not this among them?»<sup>7</sup>.

Não nos restam dúvidas de que, tal como diz Rubem Alves, pedagogo brasileiro, todo o texto literário é uma partitura musical em que as palavras são as notas. «Os

<sup>5</sup> ECO e CARRIÈRE, 2009: 163; 193.

<sup>6</sup> QUEIRÓS, [19—]: 111, 112.

<sup>7</sup> WOOLF, 1972: 11.



compositores colocam nas suas partituras indicações para orientar o intérprete: *lento*, *presto*, *adágio*, *allegreto*, *forte*, *piano*, *ralentando*. Os escritores deveriam fazer o mesmo com os seus textos. Há textos que devem ser lidos lentamente, expressivamente, tristemente. Outros que exigem leveza, rapidez, riso. O leitor experiente não precisa dessas indicações. Mas elas poderiam ajudar os principiantes<sup>8</sup>.

Assim, resgatar a Memória pressupõe um processo de aprendizagem, embora aconteça, também, de forma intuitiva.

Há sempre alguém que, à semelhança de quem guarda rebanhos, como Alberto Caeiro, por ser mais experiente percebe que a espantosa realidade das coisas é a descoberta que delas faz todos os dias.

Recuperando intencionalmente o tema dos livros desaparecidos, encaremos a ideia do precívél, do banido, do «invisível» e puxemos de um belo texto de José Pacheco Pereira, para o citar: «Uma regra, com fundamento na minha experiência, diz-me que a partir de mil livros a biblioteca não contém só livros mas a identidade do seu «autor». São estas bibliotecas que me interessam, muitas vezes mais do que os livros em si, mesmo quando não contêm raridades bibliográficas. Bibliotecas que são parte de uma vida, livros que foram escolhidos por uma razão qualquer, que foram lidos pelo menos em parte, e que serviam mais de espelho do seu dono do que de fachada de estantes. E são essas bibliotecas que, na morte, são tão trágicas como é a morte de alguém»<sup>9</sup>.

Eis que surge, embora para nós não seja novidade, alguém que declara, empenhadamente, estar disposto a assumir, com determinação, a sua missão, já que promete que irá «à mais complicada arrecadação de terraço ou de garagem, buscar papéis para lhes dar outra vida». Se depender do humano esforço, fá-lo-á com muito gosto, mesmo sem garantias de eternidade. Que nada seja deitado fora!

A ideia de um cemitério de livros não tem nada de original. Muitos pegaram nela para belamente escrever grandes textos. Porém, uma interrogação persiste. Sendo indissociáveis, cada livro «é» um Homem, ou vários Homens. Que destino é o dos livros quando quem os criou parte deste mundo? Não nos parece que cada livro acompanhe aquele que o «deu à luz».

Permanece, isso sim, do lado de cá. Mas como, se é parte intrínseca de quem o escreveu? Se cada obra é o espelho da alma do escritor, vai-se-lhe, com ele, a alma. E fica, então, o quê? Um esboço pálido do que foi aquele que o fez nascer? Um vislumbre de uma passagem fugaz por este mundo?

Não! Não, de todo! O livro permanece, por inteiro, como testemunho vivíssimo do ser e do estar do seu autor. É por isso que não há cemitérios de livros. Mil vezes se cortarão raízes. Outras mil se cortaram já. Mas cortar a raiz ao pensamento é impossível. Deveras impossível. Se assim não fosse, não teríamos já entrado na segunda década do século XXI. Destruam-se Bibliotecas; queimem-se livros; rasguem-se folhas pejudadas de caracteres, ou mesmo folhas em branco – as folhas em branco podem ter múltiplos

---

<sup>8</sup> ALVES, 2004: 22.

<sup>9</sup> PEREIRA, 2010.

significados; mesmo assim continuaremos, de geração em geração, a lembrar e a escrever de novo o que nunca será esquecido.

E, afinal, o que é que jamais será esquecido? Nada será esquecido, porque ninguém passa por este mundo sem deixar vestígios; um insignificante vestígio, por mais que o seja, atestará que aquele Homem existiu. Para isso, também para isso, servem os livros. Mesmo que um livro venha a ser reduzido a cinzas, alguém, anteriormente, o teve nas mãos, e isso terá bastado, já que depois da tempestade há sempre quem fique para testemunhar a bonança que se lhe segue. A acalmia que experimentamos, passada a fúria, leva-nos, inevitavelmente, no encalço do que queremos reencontrar: o registo escrito é um dos mais preciosos e genuínos despojos da tormenta.

Ora, é aqui que agora pretendemos chegar para fazer, ainda que de forma lacunar e abreviada, uma espécie de inventário resumido da Memória que, haja o que houver, permanece, porque o Homem permanece, continua, numa reinvenção constante, sempre fiel à Memória, nem que seja apenas à «sua» memória. Fiquemo-nos por algumas datas dos dois últimos séculos:

1812 – Há um grande incêndio em Moscovo que faz desaparecer um elevadíssimo número de livros e algumas Bibliotecas;

1812 – Um grande terramoto destrói Mérida, na Venezuela e as suas Bibliotecas;

Início da 2ª década do século XIX – Durante a guerra entre os exércitos espanhol e napoleónico, é destruída a Biblioteca da Abadia de Montserrat;

1814 – Um incêndio na Biblioteca do Congresso, em Washington, reduz a cinzas milhões de livros;

1827 – Um grande incêndio destrói a Biblioteca da Catedral de Abo, na Finlândia;

1900 – Um incêndio na Biblioteca Hanlin Yuan, em Pequim, tem consequências catastróficas;

1906 – Um devastador terramoto em S. Francisco, na Califórnia, soterra milhões de livros;

1933 – São deliberadamente destruídos pelo fogo 20.000 livros, em Berlim;

1936/1939 – No decurso da Guerra Civil espanhola desaparecem, para sempre, milhões de livros;

1939/1945 – Aquando dos bombardeamentos, durante a 2ª Guerra Mundial, são destruídos milhões e milhões de livros;

A partir de 1966 – Durante o período da Revolução Cultural na China são destruídos incontáveis livros;

1975 – No Camboja, depois da vitória do Khmer Vermelho, surge, pendurado na porta da Biblioteca Nacional, um leiteiro que diz «Não há livros. O governo do povo triunfou»;

Atravessando do século XX para o século XXI – Os constantes conflitos judaico-palestinianos vão destruindo livros atrás de livros;

1980 – A partir desta data e durante o período da ditadura argentina, são confiscados milhões de livros às editoras;

1986 – Em Los Angeles, na Califórnia, são destruídos 800.000 livros pertencentes à Biblioteca Central, devido a um incêndio;

1988 – Cerca de 3 milhões de livros morrem pelo fogo na Biblioteca da Academia das Ciências de S. Petersburgo;

1992 – A partir desta data, e durante alguns anos, as guerras étnicas que grassam na Europa Central levam à destruição de milhões de livros;

1994 – Os sucessivos bombardeamentos na Chechénia aniquilam mais de 11 milhões de livros;

2001 – O ataque contra o World Trade Centre, em Nova Iorque, arrasa milhares e milhares de livros;

2003 – Ao longo de vários anos, a devastação e a pilhagem dos centros culturais de Bagdad, fazem desaparecer milhões de livros.

Nenhum livro de Confúcio chegou até nós. Todavia, Confúcio continua vivo. Os seus ensinamentos, apesar desse estigma de destruição que desde tempos quase imemoriais tem vindo a marcar os livros e é tão velho quanto o é o pensamento, chegaram até nós, porque, por cada livro desaparecido, outros vêm a luz. Por isso se multiplicam. É certo que a capacidade de cada vez conseguir ler mais depressa, que vamos adquirindo ao longo da vida e com o passar das gerações, tem influenciado esse processo de «ressurreição».

Querer sempre mais é apanágio com que nascemos. Se a isto juntarmos a importância que, aos nossos olhos, adquire tudo aquilo a que não podemos ter acesso, por não estar, simplesmente, ao alcance de ninguém, logo nos situamos no ponto em que se cruzam a curiosidade e a natural atracção pelos segredos que, durante milénios, alimentaram o percurso imparável da alma na senda do Paraíso Perdido. O mesmo paraíso que, especialmente nos românticos, se manifestou na nostalgia da ausência, na paixão pelo inalcançável, na atracção pelas ruínas.

Bem antes, na nossa Lisboa de 1540, João de Barros no *Diálogo de Preceitos Morais com Prática deles, em Modo de Jogo*, que escreve para dois de seus filhos, bem afirma que «[...] vendo os antigos filósofos que zelaram o bem comum, quão rudes e frios os homens andavam em conhecimento de si mesmos e no fim para que foram criados, pondo a sua felicidade em cousas finitas e a tempo terminadas [...]»<sup>10</sup> se ocuparam em tentar mostrar-lhes o(s) caminho(s). Não nos espanta que esses caminhos passassem pelo conhecimento das boas leituras, como adiante é dito.

A morte é inevitável. Quanto mais não seja, porque a nossa passagem pela vida é breve, todos os livros esquecidos a que pudermos ir lançando mão são, entretanto, importantes. Por outro lado, não há oportunidade que se repita. Quem pode ter a certeza de que o livro ao lado do qual passa indiferente não contém, ele mesmo, a palavra certa, que no momento certo, fará toda a diferença, transformando a banalidade em luz?

---

<sup>10</sup> BARROS, 1540: 2.

Que rapsódia é a história da Humanidade! A Filosofia não é outra coisa senão a contínua tentativa de organizar o conhecimento universal. De tentativa em tentativa, essa explosão do saber, que é produto do ser pensante, necessita de ser enquadrada na compreensão que o intelecto procura sem cessar. Por isso é que nenhum livro morre. Como dizia Pessoa, se «Morrer é apenas deixar de ser visto», um livro que se destrua, apenas deixa de ter existência física – o que contém prevalece e terá redobrado impacto. Curiosamente, permanece «livro» na nossa memória.

Aristarco, 1800 anos antes de Copérnico, já afirmava que a Terra girava em torno do Sol. A seguir veio Galileu que, obrigado a negar a evidência, ainda assim a deixou registada, com alguma argúcia e subtileza. Mesmo que os créditos de tal descoberta não sejam comumente atribuídos a Aristarco de Alexandria, já que a destruição da Biblioteca Alexandrina fez crepitar no lume os rolos da sabedoria que formavam o «Livro do Grande Tudo», obra permanentemente inacabada, eis que a memória repõe a verdade!

Descobrir a verdade e ter a coragem de a proclamar só porque, de facto, assim o é, custou e custa a muitos a própria vida. Mas seja qual for essa verdade, quem a descobre acaba, inevitavelmente por querer registá-la. E se se perder para o Mundo, de algum modo permanecerá, só porque é verdade. A inteligência humana encarregar-se-á disso.

Foi assim com Almançor, em Al-Hakan, no século X; em 1204, em Constantinopla, com a IV Cruzada; em Kioto, no século XV; no Mosteiro do Escorial, em 1571...

Bibliotecas aniquiladas, livros reduzidos a cinzas e, contudo, a dialéctica continua viva e há sempre quem chame a si a missão de a manter ressuscitada, porque a inteligência é um privilégio do ser humano que sabe que a sua sobrevivência depende da Memória registada.

O Mundo foi sempre fragmentado. Sempre o será, porque não escapa à barbárie da destruição cíclica da Memória escrita. E escrita pode ela sê-lo de múltiplas formas. Nem que seja a própria destruição a encarregar-se de o fazer, como aconteceu quando Heidegger se regozijou com o que o fogo fizera a algumas das obras de Husserl, que considerava abominável. Anteriormente, Newton tinha sentido o mesmo em relação a Flamsteed, cujas teorias refutava, tentando, igualmente, eliminá-las, para depois as plagiar.

Se vale a pena usar uma metáfora aliada a um outro recurso estilístico – a personificação – diríamos que os livros, tal como no Egipto faraónico, morrem para despertar para uma nova e plena vida no inframundo, onde Osíris não permite que haja dor nem doença. Osíris seria, então, o deus/homem que evita o esquecimento e se encarrega de zelar para que, num outro nível – o da Memória – a «aventura» continue.

Entre os Sumérios existia um mito, segundo o qual a civilização primitiva tinha sido destruída por um dilúvio a que apenas Utnapishtim, rei de Sippar, a cidade santa, sobrevivera, como o bíblico Noé. O Rei era possuidor de um saber ancestral registado em tabuinhas que transmitiu aos seus descendentes. O conhecimento escrito, protegido pelos deuses Nisaba e Nabu, venerados pelos escribas mesopotâmicos, era, pois, considerado o maior de todos os dons.

Numa abordagem paradoxal à importância do registo escrito da Memória, Peter Klein, personagem principal de Elias Canetti no romance *Die Blendung*, afirma, a dada

altura, que «os livros têm mais valor que os homens; são mudos; falam e são mudos; nisso reside o milagre: falam e entendemo-los mais depressa do que se fosse necessário ouvi-los na realidade»<sup>11</sup>.

Portanto o Homem ultrapassa-se a si próprio quando se torna autor, guardião da Memória, eterno escriba.

Apollinaire, que muito escreveu sobre bibliotecas, não se coibiu de afirmar que poucas vezes sentia prazer em permanecer nalguma delas. Preferia ir passeando ao longo das margens do Seine, «essa deliciosa biblioteca pública», onde livros e homens se sobrepunham. Se esta ideia puder contribuir para a felicidade, cada biblioteca poderá ser uma experiência de vida que conduza à eternidade, sendo esta equivalente à perenidade da Memória.

A felicidade, realmente, pode até assumir a forma de um livro, sendo que os dois vocábulos juntos – felicidade e livro – podem mesmo constituir um título. Assim aconteceu, em 1582, com *El Libro de la Felicidad*, encomendado por Murad III, sultão otomano, para Fátima, a segunda dos seus 103 filhos. Levado do Egipto, por ordem de Napoleão Bonaparte, encontra-se, hoje, na Bibliothèque Nationale de France. Há cerca de dois anos, o conceituadíssimo editor Manuel Moleiro apresentou uma edição facsimilada deste extraordinário códice. Tendo tido oportunidade de o ter nas mãos, foi com profunda emoção que o folheámos. Vislumbres do *Corão*, d'As Mil e Uma Noites, de *Sindbad o Marinheiro*, do *Livro das Maravilhas* de Marco Polo, do *Livro das Natividades* de Albumasar, da *Vida de Alexandre Magno*, entre iluminuras de incomensurável beleza, a representação gráfica de todas as nações do Mundo, em sinal de respeito, e abundantes miniaturas, lá estão, também os doze signos do zodíaco, fazendo a ponte que liga o reino dos sonhos e a adivinhação. Prodigiosas ilustrações percorrem toda a obra que, num registo interessantíssimo, nos oferece uma muito considerável representação de igrejas, prova de que, por essa altura, no Império Otomano, muçulmanos, cristãos e judeus viviam em paz.

Digamos, em jeito de conclusão, que esta última particularidade terá sido o motivo pelo qual *El libro de la Felicidad* sobreviveu intacto e chegou aos nossos dias.

A felicidade está, pois, ao nosso alcance, como este tão belo tratado que dela fala.

E, por que não dizer que a felicidade pode ser encontrada nos Livros?

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem (2004) – *Gaiolas ou asas: a arte do voo ou a busca da alegria de aprender*. Porto: ASA.
- AZEVEDO, João Lúcio de (1931) – *História de António Vieira*. 2.º vol. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- BÁEZ, Fernando (2009) – *História universal da destruição dos livros*. Alfragide: Texto Editores.
- BARROS, João de (1540) – *Dialogos de preceitos moraes co[m] prática delles, em módo de jogo*. Lisboa: per Luis Rodriguez. Disponível em <[http://purl.pt/12149/2/res-5658-3-p\\_PDF/res-5658-3-p\\_PDF\\_01-B-R0300/res-5658-3-p\\_0000\\_rosto-cap\\_a\\_t01-B-R0300.pdf](http://purl.pt/12149/2/res-5658-3-p_PDF/res-5658-3-p_PDF_01-B-R0300/res-5658-3-p_0000_rosto-cap_a_t01-B-R0300.pdf)>. [Consulta realizada em 13/05/2011].
- BONNET, Jacques (2008) – *Des bibliothèques pleines de fantômes*. Paris: Denoël.
- CANETTI, Elias (1975) – *Die Blendung*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch.

<sup>11</sup> CANETTI, 1975: 89 / trad. livre.

- ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude (2009) – *A obsessão do fogo*. Lisboa: Difel.
- LIBRO (*El*) *de la felicidad* (2010). Barcelona: Moleiro Editores. Edição fac-similada.
- MANGUEL, Alberto (1998) – *Uma história da leitura*. Lisboa: Editorial Presença.
- (2008) – *The blind bookkeeper (or why Homer must be blind)*. New Brunswick: Gooseland Editions.
- MARTINS, Francisco (2008) – *Padre António Vieira e o sermão de Santo António [aos peixes]*. Porto: Areal Editores.
- PEREIRA, José Pacheco (2010) – *O amador de livros perante as bibliotecas a morrer*. In «Público», 3 de Abril de 2010, p. 29.
- POLASTRON, Lucien X. (2009) – *Livres en feu*. Paris: Denoël.
- QUEIRÓS, Eça de [19—] – *A cidade e as serras*. Lisboa: Livros do Brasil.
- VIEIRA, António, Padre (2001) – *Sermões*. 1º vol. São Paulo: Hedra.
- WOOLF, Virginia (1972) – *Collected essays*. 2º vol. London: The Hogarth Press.



# O ROSTO MISTERIOSO

## MEMÓRIA MATERIAL NUM OBJECTO ANÓNIMO DE UMA SACERDOTISA DE AMON (ATAÚDE A.4 DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA)

ROGÉRIO SOUSA\*

**Sumário:** Um objecto anónimo é tendencialmente encarado como um objecto desprovido de memória. No caso do ataúde antropomórfico pertencente a uma sacerdotisa egípcia de Amon contemporânea da XXI dinastia, a identidade da sua proprietária perdeu-se para sempre. No entanto, como objecto, o mesmo ataúde reflecte uma longa tradição funerária constituindo um verdadeiro repositório de uma memória material que, na época em que foi construído, já se afigurava milenar. Cada um dos seus elementos foi integrado no ataúde de acordo com uma codificação diríamos «filogénica», na medida em que, ao se inscrever no objecto, recapitula, ao longo do seu processo de produção, a evolução material dos próprios ataúdes, como um todo. No entanto, dada a importância da cultura material funerária no antigo Egipto, este processo dificilmente poderia ser estático e, cada novo objecto é sempre uma oportunidade de uma reactualização com as possibilidades de inovação que lhes estão subjacentes. Encarado nesta perspectiva, o ataúde anónimo A4 da Sociedade de Geografia de Lisboa é um objecto de memória que contém em si uma memória material milenar que nos propomos neste artigo recuperar.

**Palavras-chave:** Ataúdes antropomórficos; XXI dinastia; equipamento funerário; Egipto.

**Abstract:** An anonymous object tends to be viewed as an object devoid of memory. In the case of the anthropomorphic coffin belonging to an Egyptian priestess of Amon from the 21<sup>st</sup> dynasty, the identity of its owner has been lost forever. However, as an object, this coffin reflects a centuries-old funerary tradition and it is an authentic repository of a collective material memory that, at the time it was built, was already thousands of years old. Each of its elements was integrated into the coffin in accordance with a sequence and a coding that we could say «phylogenetic», in the sense that, when it was inscribed on the object, it repeated the material evolution of the coffins themselves. However, given the importance of funerary material culture in ancient Egypt, this process could not be static on the contrary, each new object was always a fresh opportunity to update the design of coffins. Looked at from this perspective, the anonymous coffin A4 of the Sociedade de Geografia de Lisboa is an object of memory that contains within it an ancient material memory that we propose to recover in this paper.

**Keywords:** Anthropomorphic coffin; 21st Dynasty; funerary equipment; Egypt.

Um objecto anónimo é tendencialmente encarado como desprovido de memória. No caso do ataúde antropomórfico pertencente a uma sacerdotisa egípcia de Amon, contemporânea da XXI dinastia (1076-944 a. C.), a identidade da sua proprietária perdeu-se para sempre. No entanto, como objecto, o mesmo ataúde reflecte uma longa tradição funerária constituindo um verdadeiro repositório de uma memória material que, na época em que foi construído, já se afigurava milenar. Cada um dos seus elementos foi integrado no ataúde de acordo com uma codificação diríamos «filogénica», na medida em que, ao se inscrever no objecto, recapitula, ao longo do seu processo de produção, a evolução material dos próprios ataúdes, como um todo. No entanto, dada a importância da cultura material

\* Instituto Superior de Ciências da Saúde-Norte. Bolseiro FCT. Investigador do CITCEM.



funerária no antigo Egipto, este processo dificilmente poderia ser estático e cada novo objecto é sempre uma oportunidade de uma reactualização com as possibilidades de inovação que lhes estão subjacentes. Encarado nesta perspectiva, o ataúde anónimo A.4 da Sociedade de Geografia de Lisboa é um objecto de memória que contém em si uma memória material milenar que nos propomos neste artigo reconstituir<sup>1</sup>.

## 1. O ATAÚDE A.4 DE BAB EL-GASSUS E O SEU CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Uma das fontes mais importantes para o estudo do Terceiro Período Intermediário (1076-723 a. C.) é constituída pelo vasto *corpus* de ataúdes, normalmente antropomórficos, encontrados nos principais sítios arqueológicos do Egipto, com especial incidência na necrópole tebana. Apesar da sua importância, o estudo dos ataúdes antropomórficos está ainda largamente por emprender, mesmo nos objectos oriundos de um contexto arqueológico bem determinado, como é o caso dos ataúdes encontrados nos «esconderijos» colectivos de Deir el-Bahari, nomeadamente o túmulo de Nesikhonsu e Pinedjem II (TT 320 – vulgarmente conhecido como «esconderijo real»), e Bab el-Gassus (o túmulo colectivo dos sacerdotes de Amon, também conhecido na gíria egiptológica como a «segunda descoberta de Deir el-Bahari»). Iremos focar a nossa intervenção num dos ataúdes antropomórficos do chamado «lote português» (lote n.º 8) originário de Bab el-Gassus e actualmente conservado na Sociedade de Geografia de Lisboa. Este ataúde foi registado por Georges Daressy com o número de série A.4 e fazia parte de um dos 153 enterramentos encontrados no local em 1891. Como o próprio número de série indica o ataúde figurava entre os primeiros que o arqueólogo retirou das longas galerias de Bab el-Gassus, encontrando-se, portanto, nas imediações da entrada do túmulo. Esta indicação e a representação das faixas de múmia encarnadas, típicas dos ataúdes mais tardios, são dados que apontam para uma confecção muito tardia do ataúde, numa data certamente muito próxima ao encerramento definitivo de Bab el-Gassus que se terá verificado nos finais da XXI dinastia.

O ataúde A.4 é anónimo e, para além de representar uma mulher, não possui qualquer outra informação que nos esclareça acerca da identidade da sua proprietária. Do ponto de vista formal, o ataúde revela um conjunto muito significativo de características «invulgares» que alertam para a sua confecção numa oficina «independente» a operar na necrópole tebana<sup>2</sup>. No entanto, apesar de ser um objecto um tanto atípico, nele figuram também os elementos-chave patentes na decoração de um ataúde antropomórfico

---

<sup>1</sup> Este artigo enquadra-se no projecto de pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia que tem por intuito estudar e publicar os ataúdes egípcios da Sociedade de Geografia de Lisboa. Para eficaz prossecução deste projecto contamos sempre com o apoio fundamental da Sociedade de Geografia de Lisboa, nomeadamente através do seu Presidente, Professor Doutor Luís Aires-Barros, da curadora da colecção africana, Professora Doutora Manuela Cantinho, assim como do Fotógrafo profissional da instituição, Senhor Carlos Ladeira. A todos eles estou penhoradamente reconhecido.

<sup>2</sup> SOUSA (2010b: 185-200).

«clássico». Para além de elementos considerados «inovadores», este objecto apresenta claramente uma estrutura decorativa que obedece à tradição da necrópole tebana. Embora o grau de consciência do significado deste esquema pudesse certamente variar entre as oficinas, o facto é que mesmo em oficinas aparentemente pouco esclarecidas, como é o caso da que confeccionou o ataúde A.4, a observância pelos elementos-chave deste esquema foi rigorosa, o que atesta eloquentemente a existência de um quadro normativo bem delimitado no que toca à definição dos elementos definidores de um ataúde antropomórfico que, na necrópole tebana da XXI dinastia, era claramente o objecto funerário dominante. O ataúde A.4 afigura-se portanto como um objecto de eleição para identificar as características nucleares deste modelo. Importa-nos portanto, a partir de um objecto concreto, aceder às representações «arquetípicas» que delimitavam o sentido e justificam, na necrópole tebana, o uso de um ataúde antropomórfico.

## 2. A CONFIGURAÇÃO ANTROPOMÓRFICA DO ATAÚDE

A típica configuração humana dos ataúdes egípcios é relativamente tardia. Ela parece constituir uma evolução da máscara funerária colocada sobre a múmia. Este artefacto que começou a ser utilizado no Primeiro Período Intermediário (c. 2180-2040 a. C.) apresenta uma configuração muito precisa<sup>3</sup>: o rosto tende a ser dourado, emoldurado por uma farta cabeleira tripartida (evocando a cabeleira dos deuses), o queixo adornado com uma barbicha curta (no caso dos homens). Associado à máscara era por vezes colocado um peitoral com a configuração de um colar *usekh*.

É precisamente no contexto da necrópole de Tebas, mais precisamente no enterramento de Achaiet, rainha de Mentuhotep II (XI dinastia: 2009-1959 a. C.), que se detecta o mais antigo exemplar conhecido de um «ataúde» antropomórfico. Trata-se ainda de uma máscara de cartonagem mas esta expandiu-se muito para além da cabeça e abarca toda a múmia<sup>4</sup>. Tal como os ataúdes antropomórficos, este invólucro para a múmia foi confeccionado como uma arca que decalca fielmente a configuração da múmia<sup>5</sup>.

A inspiração para o ataúde antropomórfico parece, portanto, derivar da configuração da múmia adornada com a máscara e com o peitoral, constituindo uma «extensão» directa da própria máscara. O objectivo desta representação não era a de conferir o rosto que o defunto possuía em vida, nem tão pouco o de constituir um retrato. A principal intenção é a de apresentar o defunto com as feições de um *sah*, termo que, embora possa ser traduzido por «múmia», na verdade significa «nobre», evocando o estatuto digno do corpo mumificado que foi expurgado de impurezas e confeccionado magicamente à imagem divina de Osíris<sup>6</sup>. O invólucro mumiforme evoca também um estado de transição na vida do defunto no Além, uma gestação ao cabo da qual o defunto havia de emergir como uma divindade osirificada, liberta das ligaduras e faixas que lhe envolviam

<sup>3</sup> HAYES, 1953: 310.

<sup>4</sup> BICKERSTAFFE, 2009: 26.

<sup>5</sup> TAYLOR, 1989: 25.

<sup>6</sup> TAYLOR, 2010: 24.

os membros<sup>7</sup>. Em suma, para além de reproduzir a própria múmia que alberga no seu interior, o ataúde antropomórfico visa proporcionar a representação do defunto como um *sah*, uma entidade com atributos divinos: pele dourada, barba pontiaguda (no caso dos homens), cabeleira tripartida azul (evocando a cabeleira de lápis-lazúli que era um atributo divino) e o colar *usekh* conotado com a regeneração<sup>8</sup>. Os braços cruzados pousados sobre o peito parecem, por outro lado, constituir um atributo real, derivado da estatúária faraónica<sup>9</sup>.

A adopção da configuração antropomórfica pelos ataúdes decorria, portanto, de uma nova visão acerca da imortalidade que se impôs a partir do Primeiro Período Intermediário e que reconhecia ao defunto a possibilidade de ser proclamado no Além como um deus osirificado, um privilégio antes exclusivamente reservado à realeza. Até aí, a vida para além da morte era, para os súbditos do faraó, uma expectativa que estava alicerçada apenas na possibilidade de manutenção do *ka*, o poder de vida do indivíduo. Nesta perspectiva, o túmulo, normalmente uma mastaba, era concebido como uma morada do *ka*, onde este podia ser alimentado. Neste horizonte, o sarcófago constituía uma reprodução do próprio túmulo, a casa do *ka*<sup>10</sup>.

Na prática, a convivência entre os dois tipos de objectos, o sarcófago rectangular e o ataúde antropomórfico, manteve-se até à XXI dinastia. Pelo menos em Tebas, a partir de então o sarcófago rectangular entrou em desuso e, mesmo quando vários ataúdes são usados no mesmo enterramento, todos apresentam a configuração mumiforme. A razão para esta valorização crescente do ataúde antropomórfico prende-se com o seu próprio simbolismo e com a prevalência das crenças osiríacas que lhes estão subjacentes.

## 2.1. A CABEÇA

As feições do rosto e da cabeça observadas no ataúde A.4 apresentam as convenções habituais da representação de um *sah* divino. A face é pintada de amarelo, evocando simultaneamente a cor de pele tradicionalmente atribuída às mulheres, mas também a folha de ouro que os exemplares mais ricos apresentam e que evocava a imortalidade do brilho e da luz do ouro<sup>11</sup>. A pintura do rosto é cuidada, com o contorno dos olhos e das sobrancelhas bem marcado a preto, e os lábios delimitados com um delgado risco encarnado. A cabeleira divina, pintada de azul, é dividida em duas grossas madeixas laterais, tal como a das divindades.

Como vimos, esta representação deriva da função da máscara (em desuso na XXI dinastia) que, para além de conferir a digna aparência de um *sah*, um deus osirificado, tinha funções mágicas precisas. Em egípcio, a máscara era designada *tep en sechtá*,

<sup>7</sup> Na vida do Além, o defunto manifesta-se como uma divindade com a fisionomia de homem ou mulher vivos ou como uma *ave-ba*. Ver TAYLOR, 2010: 24.

<sup>8</sup> TAYLOR, 1989: 11.

<sup>9</sup> BICKERSTAFFE, 2009: 19.

<sup>10</sup> TAYLOR, 1989: 8.

<sup>11</sup> WALSEM, 1997: 110.

«cabeça misteriosa» e tinha simultaneamente a função de conferir visão ao defunto, repelir os seus inimigos e garantir a sua divinização<sup>12</sup>. A representação da cabeça nos ataúdes antropomórficos possui portanto uma clara conotação divina e, por essa razão, era um dos elementos mais importantes da decoração de um ataúde antropomórfico<sup>13</sup>.

## 2.2. MÃOS

No ataúde A.4 de Bab el-Gassus as mãos são representadas abertas, um atributo típico dos ataúdes femininos deste período (as mãos dos homens são representadas fechadas, por vezes empunhando signos ou objectos), e os dedos da mão direita apresentam vários anéis. Os braços apresentam-se cruzados sobre o peito. Nenhum destes atributos é fortuito.

Na verdade, antes do Império Novo os ataúdes antropomórficos não apresentavam mãos, o que corrobora a ideia que a sua inspiração primordial era a configuração da própria múmia<sup>14</sup>. As primeiras ocorrências de mãos nos ataúdes antropomórficos parecem decorrer de uma re-interpretação do seu sentido. Nas ocorrências mais antigas, as mãos surgem nos ataúdes «emplumados» (*richi*, em árabe), que representam o rosto divinizado do defunto, mas todo o corpo se afigura coberto por um padrão de plumas. Tal representação parece evocar o defunto na qualidade de *ba*, a ave dotada de cabeça humana (e por vezes também de braços humanos) que representava o poder divino do defunto. Com este novo enquadramento de referência, a representação das mãos e até dos braços do defunto no ataúde tornou-se possível. A representação das mãos que se observa no ataúde A.4 não se enquadra portanto numa representação mumiforme. Ela acrescenta à configuração mumiforme de base um atributo que é próprio do *ba*, criando assim uma nova camada de interpretação para o significado deste objecto, representando a sacerdotisa anónima do ataúde na sua manifestação de poder divino e luminoso.

Também os braços cruzados sobre o peito são um elemento importante. Esta configuração, que primeiro é atestada incontestavelmente no seio da estatuária real, é erroneamente designada de osiriforme, o que conduz à prevalência de uma leitura funerária da representação<sup>15</sup>. No entanto, um tal posicionamento dos braços é um atributo real conotado com o reconhecimento da autoridade faraónica. A sua aplicação nos ataúdes deriva da interpretação sacramental dos rituais funerários: a proclamação do defunto como Osíris tinha como consequência natural, inevitável até, a sua aclamação com um estatuto real. A sua ressurreição conferia-lhe um estatuto real. Os braços cruzados da sacerdotisa são a imagem da sua ressurreição: eles evocam o seu domínio sobre os poderes da vida.

<sup>12</sup> Tais funções depreendem-se do capítulo 151 do «Livro dos Mortos». Em TAYLOR, 2010: 108-110.

<sup>13</sup> WALSEM, 1997: 109.

<sup>14</sup> BICKERSTAFFE, 2009: 27.

<sup>15</sup> BICKERSTAFFE, 2009: 19.

### 3. O SIGNIFICADO DOS ADORNOS

#### *Motivos florais e colares*

Como a maior parte dos ataúdes antropomórficos, o ataúde A.4 apresenta a cabeleira da sacerdotisa adornada por uma faixa horizontal feita de pétalas. Trata-se de uma «coroa de justificação» atribuída ao defunto para assinalar a sua regeneração por ocasião de festividades divinas, normalmente relacionadas com a celebração de rituais de Osiris ou de Sokar<sup>16</sup>. Significado idêntico, também conotado com a ressurreição, se detecta na representação de três flores de lótus sobre a testa da sacerdotisa.

O peito do ataúde é decorado com um conjunto muito representativo de adornos, todos com um carácter simbólico. Entre as madeixas laterais da cabeleira, a sacerdotisa apresenta um colar de reduzidas dimensões decorado por um padrão de plumas que evoca a decoração dos ataúdes *richi*, já acima mencionados, conotados com a manifestação do defunto como um *ba*, um poder divino luminoso que, embora se ligasse ao cadáver, tinha também a faculdade de se movimentar livremente no mundo da luz<sup>17</sup>. Um outro colar, de grandes dimensões, cobre todo o peito da sacerdotisa até ao abdómen. Trata-se de um colar *usekh*, constituído por elementos vegetais (pétalas, botões e flores de lótus, crisântemos entre outras plantas), compondo uma elaborada composição que, neste caso, parece ter sido montada a partir de uma cobertura de múmia feita em cabedal. Todos estes elementos são objectos típicos e com uma longa tradição na necrópole tebana. Representações de colares deste tipo são evocativas de objectos florais que eram colocados efectivamente sobre os ataúdes mumiformes. Evidências desta prática podem ser detectadas por exemplo no túmulo de Tutankhamon (c. 1320 a. C.)<sup>18</sup>. Nos primeiros ataúdes antropomórficos o colar representado, no entanto, apresenta dimensões mais modestas e decalca o colar que adornava a múmia, normalmente feito de contas multicolores<sup>19</sup>. A partir da XVIII dinastia (1539-1292 a. C.), as dimensões do colar foram sendo ampliadas e, concomitantemente, as suas conotações vegetais foram-se tornando predominantes, reflectindo cada vez mais um uso ritual destes objectos conotado com a ressurreição do defunto<sup>20</sup>, uma prática efectivamente atestada entre os funerais de Bab el-Gassus, já que muitas múmias se apresentavam envolvidas em colares florais semelhantes.

Para além destes adornos, cujo uso é normativo na decoração dos ataúdes antropomórficos da XXI dinastia, o ataúde A.4 apresenta ainda outros atributos considerados «raros», como o amuleto cordiforme e as faixas de múmia, sobretudo em objectos de manufactura pouco sofisticada como é o caso.

#### *O amuleto cordiforme*

A partir do reinado de Tutmés III (1479-1425 a. C.)<sup>21</sup>, o amuleto cordiforme, normalmente pintado de amarelo ou encarnado, começa a ser representado no peito dos ataúdes

<sup>16</sup> WALSEM, 1997: 110.

<sup>17</sup> WALSEM, 1997: 116.

<sup>18</sup> WALSEM, 1997: 116.

<sup>19</sup> HAYES, 1953: 305.

<sup>20</sup> WALSEM, 1997: 116.

<sup>21</sup> SPURR, REEVES, QUIRKE, 1999: 24.

antropomórficos. Já no reinado de Amen-hotep III (1390-1353 a. C.)<sup>22</sup>, começam a surgir as representações de peitorais que terão uma longa tradição na decoração do peito dos ataúdes. O significado das primeiras representações do amuleto do coração nos ataúdes prende-se com o uso deste objecto como condecoração real. O amuleto cordiforme era atribuído ao funcionário como símbolo da sua sabedoria e distinguia-o como alguém «da confiança» do faraó. Embora este objecto tivesse um significado político, mais do que funerário, o amuleto era representado no ataúde para que, uma vez no Além, a condecoração real se afigurasse como uma protecção no julgamento dos mortos, onde a sua sabedoria iria ser avaliada através da pesagem do coração. A partir do período ramsésida, no entanto, o significado político do objecto será secundarizado em função de uma leitura religiosa: o objecto passa a evocar a condecoração que o defunto recebe no tribunal de Osíris, assinalando-o como um justificado. Na sequência dessa alteração de sentido, o objecto passa a ser pintado de preto e inscrito com a versão osírica do seu nome ou com um texto funerário (capítulo 30 B do «Livro dos Mortos»). É precisamente esta versão funerária do amuleto cordiforme que é representada no ataúde A.4, onde se pode ler a inscrição «Osíris, senhor da eternidade, o que está à dianteira». Apesar da viragem do sentido religioso do objecto, a sua representação nos ataúdes manteve-se restrita aos objectos luxuosos, pelo que parece ter continuado a ser investido com um significado «distintivo».

### *As faixas de múmia*

Por oposição ao amuleto cordiforme, cujo uso na decoração de ataúdes, sobretudo na necrópole tebana, tinha já uma longa tradição, as faixas de múmia, constituem um elemento inovador, que só foi integrado na decoração de ataúdes no final da XXI dinastia. Trata-se, portanto, de um adereço inovador e muito apreciado, tendo em conta que é nos ataúdes mais luxuosos que este motivo é encontrado. As faixas de múmia em questão eram confeccionadas em cabedal e pintadas de encarnado. O exemplo mais antigo deste tipo de objecto foi encontrado numa múmia datada do reinado de Ramsés XI e tornou-se mais comum nos funerais da XXI dinastia<sup>23</sup>. Neste contexto, estes objectos desempenham um papel decisivo na datação dos enterramentos já que eram frequentemente inscritos com a referência ao reinado ao longo do qual a múmia havia sido confeccionada. Estes objectos aparentemente simples parecem ter sido usados como um atributo divino: a sua representação remonta à XII dinastia (1939-1760 a. C.), e nessa época o objecto é integrado na iconografia de divindades mumiformes como Osíris, Ptah e Min. Na iconografia da XXI dinastia, as faixas de múmia são já um atributo comum entre quase todas as divindades mumiformes ou conotadas com a Duat (como é o caso da representação integral de Anúbis como um canídeo, ou da deusa Hathor sob a sua manifestação bovina)<sup>24</sup>. O seu significado parece decorrer da sua própria configuração

<sup>22</sup> QUIBELL, 1908: Pl. XII.

<sup>23</sup> WALSEM, 1997: 117.

<sup>24</sup> WALSEM, 1997: 117.

em forma do hieróglifo *sa*, «protecção», protecção essa aparentemente conferida devido ao estatuto divino da entidade representada, ou seja, o defunto.

#### 4. O PAINEL CENTRAL

Na XXI dinastia tornou-se normativa a representação de um painel iconográfico no tampo do ataúde, sobre a área compreendida entre o abdómen e o ventre. Embora sujeita a inúmeras variações, esta composição apresenta uma constante notável: a representação de uma deusa alada que estende as asas para ambos os lados do tampo cobrindo-o em toda a sua largura. Trata-se de uma alusão visual ao papel da deusa Nut como divindade celeste que, assim posicionada no tampo do ataúde, promove a identificação entre o tampo do ataúde e o céu personificado na deusa, com o intuito de conferir ao defunto a sua protecção. Esta identificação entre o tampo e o corpo celeste de Nut parece estar subjacente desde os primeiros ataúdes antropomórficos, onde uma coluna de hieróglifos oriunda dos «Textos das Pirâmides» era redigida no centro do tampo para propiciar a protecção da deusa do céu (identificado com o tampo)<sup>25</sup>.

*Ó Nut, gloriosa e poderosa no ventre da tua mãe, Tefnut, de quem nasceste. (...) Ela dá à Senhora da Casa Senebtisi, vida e saúde para que não pereça na eternidade*<sup>26</sup>.

Ou ainda:

*Ó, minha mãe, Nut, estende-te sobre mim, para que eu possa ser colocado entre as Estrelas Imperecíveis e não pereça nunca*<sup>27</sup>.

A representação alada de Nut no painel central do tampo insere-se, deste modo, numa longa genealogia de representações que remonta ao Império Antigo (2543-2120 a.C.), constituindo a tradução iconográfica de uma ideia milenar: a interpretação do tampo do ataúde como o céu sob o qual o defunto se protege. É provavelmente a representação mais importante de todo o ataúde e também aquela que está mais carregada de magia, pois através dela o defunto, uma vez posicionado no interior do ataúde, figurava aí como Osíris, o próprio filho de Nut, mas também como o Sol nocturno que era tragado por Nut todas as noites, para brotar do seu ventre todas as manhãs, regenerado.

Esta mesma dualidade do papel de Nut reflecte-se na organização dos registos secundários do painel central. Uma vez mais seguindo a convenção mais comum, o ataúde A.4, apresenta um registo secundário posicionado sobre a deusa alada. Trata-se de uma versão simplificada da composição que habitualmente figura neste espaço: o escaravelho sagrado figura ao centro, segurando nas patas dianteiras o disco solar

<sup>25</sup> HAYES, 1953: 318.

<sup>26</sup> HAYES, 1953: 318.

<sup>27</sup> TAYLOR, 1989: 11.

envolvido por um círculo ponteadado, um atributo evocativo da sua manifestação nocturna. Lateralmente, dispostas simetricamente, figuram duas cenas onde o deus Osíris é representado entronizado, acompanhado por uma deusa. A cena é evocativa da união nocturna entre Osíris e Ré e ilustra afinal o mistério que se desejava que ocorresse no interior do ataúde. O painel central figura assim como uma «janela mágica» sobre o interior do ataúde, ilustrando o mistério que aí se encerrava. Um tanto excepcionalmente, o próprio defunto é aí representado em posição mumiforme, erguendo os seus braços em adoração (um gesto mais típico da representação do defunto como um *ba*) perante o mistério que se desenrola diante de si.

## 5. AS SECÇÕES INFERIORES DO TAMPO

Obedecendo ao esquema decorativo em vigor na XXI dinastia, a parte inferior do tampo foi dividida em três secções verticais recorrendo para tal a duas colunas hieroglíficas que separam as diversas secções. Cada uma destas secções é constituída por três vinhetas dispostas verticalmente, separadas entre si por uma banda transversal de texto hieroglífico que brota das colunas centrais e evolui para a periferia. O esquema geométrico adoptado pelas inscrições inspira-se, por outro lado, nas faixas de linho que rematavam o enfaixamento da múmia<sup>28</sup>.

A secção central apresenta duas vinhetas simétricas apresentando como elemento central o escaravelho solar encimado pelo Sol nocturno, enquanto a vinheta inferior apresenta um ceptro *sekhem* como elemento central. Estas constituem representações comuns neste contexto. As secções laterais apresentam vinhetas com relicários no interior dos quais figura Osíris ou outras divindades da Duat. Estas representações são também convencionais na XXI dinastia, mas começam a surgir já no período ramsésida em virtude da associação entre a decoração do túmulo e a decoração dos ataúdes, originando um fenómeno decisivo, a «arquitectonização» do ataúde, ou seja, a organização do programa iconográfico no ataúde concebido como um túmulo e/ou como um templo<sup>29</sup>. A representação destes relicários no tampo do ataúde deriva provavelmente do desenvolvimento das implicações funerárias relacionadas com a piedade pessoal que viam a vida no Além como a possibilidade de contacto perene com as divindades, ou seja, através da afirmação directa das funções sacerdotais do defunto, o que está em linha directa com a visão corporativa do Além promovida nesta época.

## 6. A DECORAÇÃO DA ARCA

Ao longo da XVIII dinastia, a arca era esculpida de forma a sugerir o contorno do corpo. As madeixas traseiras da cabeleira, bem como a curva das costas, as nádegas e o contorno posterior das pernas eram claramente sugeridos. O contorno orgânico da arca era ditado

<sup>28</sup> TAYLOR, 1989: 39.

<sup>29</sup> WALSEM, 1997: 357.



pela unidade que se procurava manter entre o tampo e arca. Enquanto esta unidade se manteve, a decoração da arca manteve-se incipiente, limitando-se a acolher o prolongamento das bandas transversais dispostas no tampo. Estas inscrições secundárias são normalmente alusivas à protecção conferida pelos quatro filhos de Hórus à múmia de Osíris, pelo que desde a XVIII dinastia se tornou habitual a representação de cada uma destas divindades nos espaços dispostos entre as colunas de texto hieroglífico da arca<sup>30</sup>. Estas representações, inspiradas no capítulo 151 do «Livro dos Mortos», recriavam magicamente a protecção conferida por estas divindades à câmara funerária.

Já no período ramséssida, a arca passou a ser confeccionada com uma base plana, iniciando uma ruptura na unidade do conjunto: o tampo manteve um formato anatómico, ao passo que a arca passou a ser idealizada à imagem de um salão, portanto, com uma inspiração arquitectónica clara. No caso do ataúde tardio A.4, a parte superior da arca foi decorada com um friso de serpentes e cobras sagradas que pretende evocar o friso que decorava o Salão das Duas Maet, um motivo frequente nas vinhetas do capítulo 125 do «Livro dos Mortos». Este tipo de friso confere uma qualidade «arquitectónica» a este contexto de representações e autonomiza totalmente as representações da arca das representações do tampo<sup>31</sup>.

A partir daí a decoração dos ataúdes enriquece-se exponencialmente com novos temas, a maior parte oriundos da decoração tumular ramséssida. O gosto pela representação de cenas rituais ou míticas de carácter funerário é uma característica que se detecta desde cedo na necrópole tebana na decoração dos próprios sarcófagos rectangulares<sup>32</sup>. Esta tendência é integrada em pleno nos ataúdes antropomórficos da XXI dinastia que passam a apresentar nas suas paredes muitos dos motivos tradicionais na decoração tumular tebana. As vinhetas representadas no ataúde A.4 parecem, no entanto, ter uma maior relação de dependência com o repertório iconográfico do «Livro dos Mortos», constituindo versões muito simplificadas dessas vinhetas.

## 7. CONCLUSÕES

A criação artesanal de um objecto funerário como um ataúde antropomórfico constitui o observatório ideal para detectar a tensão entre a observância pelos códigos impostos pela tradição e a emergência de novos padrões decorrentes de novas interpretações. A necrópole tebana é, a este respeito, um contexto que atesta uma identidade regional muito forte e onde, desde muito cedo, a configuração humana foi adoptada para a confecção dos ataúdes, até aí concebidos como «edifícios» em miniatura. Inicialmente concebido como uma extensão da máscara funerária, «o rosto misterioso», que protegia magicamente o cadáver, este tipo de ataúde vai progressivamente enriquecer-se com camadas sucessivas de representações: vai adoptar a configuração do *ba* nos ataúdes de

<sup>30</sup> TAYLOR, 2010: 98.

<sup>31</sup> O processo de autonomização dos dois elementos do ataúde completa-se, no final da XX dinastia, com a total independência da decoração da arca em relação ao tampo. TAYLOR, 1989: 39.

<sup>32</sup> Ver o sarcófago de Achaïet em HAYES, 1953: 161.

tipo *richi*, para depois ser plenamente investido com a dignidade de um *sah*, um deus osíriaco e ainda acumular atributos mágicos da câmara funerária e do túmulo. Estabelecia-se assim, gradualmente, uma ligação entre o ataúde antropomórfico e uma realidade arquitectónica, o túmulo, que origina um uso exponencial da decoração tumular nas paredes do ataúde a partir da XXI dinastia, um fenómeno que implicava a «arquitectonização» do ataúde, ou seja, a sua organização como uma realidade arquitectónica<sup>33</sup>. Da máscara ao túmulo é o sentido desta evolução extraordinária feita de uma constante reactualização do imaginário associado ao objecto.

Esta evolução mostra que, mesmo quando a unidade entre os dois elementos constituintes do ataúde se desfaz, é o tampo o elemento simbólico mais preponderante. O tampo é regido pela deusa Nut e pelas associações ao ciclo solar, ao renascimento do Sol. As conotações da arca são mais difíceis de identificar, sobretudo após a sua emancipação do tampo, mas o teor das suas representações possui um carácter «narrativo» mais vincado, referindo-se a sequências do «Livro dos Mortos», rituais funerários ou templários e a outras cenas do Além. A arca parece assim mais conotada com a Duat propriamente dita.

As principais características do ataúde A.4 inscreveram-se e agruparam-se no objecto de acordo com um «plano» ou um «esquema» estável que resultava, ele próprio, de uma longa evolução em que elementos inicialmente «inovadores» acabaram por se inscrever no esquema tradicional, ao passo que outros elementos inovadores acabaram por ser rejeitados ou sobreviver de forma residual (como é o caso do padrão emplumado reduzido a um colar). Cada ataúde figura assim como um elo de uma linha «filogenética» dinâmica e a sua configuração particular resulta de uma tensão entre observância pela tradição e a integração de elementos inovadores.

Assim perspectivado, cada objecto constitui-se como um elo numa longa cadeia de criação. Em cada momento, a tradição é recapitulada e, em face de uma nova interpretação, é actualizada. Neste processo, a inovação é um elemento sempre presente, normalmente como resultado da reflexão de um grupo específico de indivíduos que parece de algum modo controlar a actividade artesanal da necrópole<sup>34</sup>. O carácter fechado deste tipo de inovação estima-se pela consistência temporal das alterações detectadas. É certo que, num dado momento, ataúdes com características «arcaicas» eram produzidos ao mesmo tempo que outros com características inovadoras eram concebidos. A distinção entre um e outro nível parece ser o resultado de uma busca de «distinção». A inovação parece, portanto, associada à produção de artefactos mais luxuosos, um pouco à semelhança do esforço de inovação que anima o mercado automóvel nos nossos dias e, portanto, não pode ser encarado como resultante do acaso ou de experimentações empíricas, mas sim como uma busca sistemática e erudita de novas interpretações.

Também neste aspecto o ataúde A.4 se apresenta como um objecto de charneira já que, pelas suas características, testemunha um novo tipo de «inovação», não resultante de

<sup>33</sup> WALSEM, 1997: 357.

<sup>34</sup> Ver DZIOBEK, 2011.

um trabalho erudito, mas de uma combinação espontânea de elementos conhecidos<sup>35</sup>. É bem possível que os artesãos responsáveis pela criação deste objecto procurassem desajeitadamente através destes «novos» elementos, valorizá-lo insinuando a presença de elementos «novos» capazes de fazer subir o seu valor de mercado. Esta é uma possibilidade muito forte a ter em conta, até porque, sobretudo no contexto da necrópole tebana, o carácter inovador de um objecto ou de uma estrutura, desde que decorra da observância escrupulosa pela tradição, se afirmava como uma característica geradora de valor. Estas e outras questões continuarão a ser reveladas à medida que os estudos sistemáticos sobre estes materiais de memória continuarem a ser desenvolvidos.

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Luís Manuel de (2003) – *Estatuetas Funerárias Egípcias da XXI Dinastia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ARAÚJO, Luís Manuel de (1999) – *O Clero do Deus Amon no Antigo Egipto: O clero amoniano no Império Novo e no pontificado tebano da XXI dinastia*. Lisboa: Edições Cosmos.
- BICKERSTAFFE, Dylan (2009) – *Refugees for Eternity: The royal mummies of Thebes. Vol. IV: Identifying the royal mummies*. Canopus Press.
- DZIOBEK, Eberhard (2011) – *The Paradigms of Innovation and Their Application to the Early New Kingdom of Egypt*. In GALAN, Jose; BRYAN, Betsy; DORMAN, Peter (2012) – *Creativity and Innovation in the Reign of Hatshepsut: Proceedings of the Theban Symposium in Granada*. Chicago: SAOC (no prelo).
- HAYES, William (1953) – *The Scepter of Egypt: A Background for the Study of the Egyptian Antiquities in the Metropolitan Museum of Art. Part I: From the Earliest Times to the End of the Middle Kingdom*. Nova Iorque: The Metropolitan Museum of Art.
- HORNUNG, Erik; KRAUSS, Rolf; WARBURTON, David (2006) – *Ancient Egyptian Chronology*. Leiden, Boston: Brill.
- QUIBELL, James (1908) – *Catalogue Général des Antiquités Égyptiennes du Musée du Caire, n.º 51001-51191: The tomb of Yuaa and Thuii*. Cairo: Service des Antiquités d'Égypte.
- SPURR, Stephen; REEVES, Nicholas; QUIRKE, Stephen (1999) – *Egyptian Art at Eton College: Selections from the Myers Museum*. Nova Iorque: The Metropolitan Museum of Art & Eton College.
- SOUSA, Rogério (2010) – *The coffin of an anonymous woman from Bab el-Gasus (A.4) in Sociedade de Geografia de Lisboa*. «Journal of the American Research Center in Egypt», vol. 46. San Antonio, Cairo: American Research Center in Egypt, p. 185-200.
- SOUSA, Rogério (2010) – *O Regresso à Origem: O tema da viagem na iconografia funerária egípcia da XXI dinastia*. «Cultura, Espaço e Memória», vol. 1. Porto: CITCEM, p. 162-164.
- SOUSA, Rogério (2011) – *The Heart of Wisdom: Studies on the heart amulet in ancient Egypt*. Oxford: Archaeopress.
- TAYLOR, John (1989) – *Egyptian Coffins*. Aylesbury: Shire Egyptology.
- TAYLOR, John (1989) – *Ancient Egyptian Book of the Dead: Journey through the afterlife*. Londres: The British Museum Press.
- WALSEM, René van (1997) – *The Coffin of Djedmonthuiufankh in the National Museum of Antiquities at Leiden, I vol.: Technical and Iconographical description aspects*. Leiden: Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten.

---

<sup>35</sup> Ver SOUSA, 2010: 196-200.



**Figura 1** – Tampo do ataúde A.4 da Sociedade de Geografia de Lisboa. Fotografia de Carlos Ladeira (SGL). Cortesia da Sociedade de Geografia de Lisboa.



**Figura 2** – Tampo do ataúde A.4 da Sociedade de Geografia de Lisboa (pormenor). Desenho do autor.

# O CÓDIGO D'HONRA É AS ALTERAÇÕES NA PRÁTICA DE DUELAR EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XIX-XX

DANNY MARTINS RANGEL\*

**Resumo:** *A história da vida privada é maioritariamente dependente de fontes escritas. Por acentar em fontes materiais, o método de investigação passa por uma memória material para chegar a uma história imaterial, entendendo a forma do ser humano se ver a si mesmo e se comportar com outros. Os duelos de cavalheiros dos séculos XIX-XX em Portugal, como campo de estudo da vida privada, possuem esta dinâmica entre material e imaterial. A necessidade existente de um código de duelo de onde se retirassem os ideais e regras para o duelo entre cavalheiros existentes à margem da lei do Estado, punível pela mesma mas aceite socialmente, era visível no século XIX. Surge assim no século XX o «Ponto d'Honra», num oficializar de algo já vivido há muito tempo no país. Pretende-se estudar como este código manuscrito afecta a forma de se duelar, estudando os casos antes do depois do código existir, verificando o impacto provável nos homens da existência de um objecto nacional acessível onde se pudessem basear para fundamentar uma tradição.*

**Palavras-chave:** *Duelos; honra; elite; política.*

**Abstract:** *The history of private life is largely dependent on written sources. As it is anchored in material sources, the research method is based on a material memory so as to reach an immaterial history, understanding the manner in which human beings sees themselves and behave with others. The gentlemen's duels of the 19<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> centuries in Portugal, as a field of study on private life, possess this dynamic between material and immaterial. The need for a duel code from which ideas and rules were taken for duelling among gentlemen that took place on the margins of State regulation, punishable by law but socially accepted, was visible in the 19<sup>th</sup> century. Thus the «Ponto de Honra» (Point of Honour) appeared in the 20<sup>th</sup> century, in an act to officialise that which had been long practiced in the country. This paper intends to analyse how this written code affected the ways of duelling, studying the cases before and after the code's existence, and determining the probable impact on the men of having an accessible national object on which they could justify a tradition.*

**Keywords:** *Duels; honour; elite; politics.*

## INTRODUÇÃO

Este estudo pretende perceber o impacto nos homens da existência de um objecto acessível, onde se pudessem basear para fundamentar uma tradição precedente. Tradição essa que parecendo advir de um conceito muito pessoal do Homem – a sua Honra – é controlada pelo aspecto mais social deste – a imagem pública, o que comprova que a vida privada e a vida pública viviam num eterno conflito no mesmo meio social. Para conseguir este objectivo usamos o estudo da vida privada, fazendo uma análise minuciosa

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Doutorando em História Contemporânea; Investigador do Centro de História, Sociedade e Cultura e do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Especialista em História Contemporânea; História Económica; Património, Multimédia e Sociedades de Informação; Bibliotecas Digitais; Humanidades Digitais.

em fontes arquivísticas tal como correspondências, diários e relatos jornalísticos, análise feita no sentido de perceber de onde vêm os duelos, qual a visão do Estado sobre o acto, a visão dos homens sobre ele e sua politização, para entendermos a utilidade e importância do surgir do código para duelos, entendendo como mudou ou não a dinâmica e os objectivos do acto de duelar.

Os duelos de pistola ou florete descritos neste trabalho eram parte da vida de uma elite política, totalmente urbanos e concentrados nos pólos como Lisboa, Porto, Coimbra, zonas onde a política tinha um forte cunho sobre a vida das populações da elite. Elite essa que via os duelos como um ritual ordenado de combate bem acima do restante conceito de violência existente nas massas, tanto rurais como urbanas. É preciso ter esta diferença de estatuto social em mente: «as qualidades necessárias para exercer o mando numa comunidade rural não são as qualidades exigidas para agradar na corte»<sup>1</sup>. Ora conceito de violência toma como inato ao homem essa característica de biologicamente competitivo, o que leva muitas vezes ao recurso da violência<sup>2</sup>. A sociedade vive na tentativa de criar regras judiciais e de conduta para controlar essa mesma biologia da violência. Seria então o duelo uma ferramenta social de controlo da violência do Homem, que depois se tornou parte do intrincado jogo político que compõe a sociedade de então? Rita Garnel explica sucintamente:

*A agressão é, afinal, um subproduto da cooperação (...) também a luta e o combate políticos devem ser vistos como uma das faces desta dimensão agónica da condição humana*<sup>3</sup>.

A honra era vista, nesta época abordada, como um dos bens jurídicos mais apreciados da personalidade humana. A honra era na visão do Estado, segundo Laurentino Araújo, a «súmula de valores individuais legais, sociais e morais, e, neste sentido, ela é inatacável por não ser diminuída, qualquer que seja a ofensa»<sup>4</sup>. No sentido jurídico pode então esta honra ser atacada nas relações sociais entre homens «visto que o homem é apreciado pelos seus semelhantes, de acordo com a opinião que façam dele»<sup>5</sup>. Por este facto, deveria ser protegida. A honra é portanto o aspecto privado do ser, o reflexo do seu carácter e personalidade, dos valores que formam a sua identidade. Isto impunha ser correcto, leal, verdadeiro, honesto e toda uma panóplia de qualidades. A consideração é o elemento público do homem e isso reflete a sua posição social, o que os outros pensam dele e com isso a imagem que tem dele. Enquanto a honra é um conceito abstracto que forma o carácter dos homens, a consideração é mais objectiva, referindo-se a algo palpável: a estima social por um indivíduo.

---

1 PERISTIANY, 1988: 14.

2 «O recurso á violência emerge, frequentemente, como um acto de irracionalidade, próprio de uma natureza humana ainda não domesticada pela razão» (GARNEL, 2007: 42).

3 GAERNEL, 2007: 55.

4 ARAÚJO, 1957: 91.

5 ARAÚJO, ob. cit., p. 91.

*A honra é o valor que uma pessoa tem os seus próprios olhos mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão a orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito a orgulho*<sup>6</sup>.

Os exemplos encontrados explicam bem isso. O caso do duelo José Júlio e Miguel de Sá Carneiro de 1867 tem todos os contornos políticos dos finais do século XIX. No relato desse mesmo duelo, encontrado no «Lisboa de Outrora»<sup>7</sup> explica que «O partido histórico procurava no entanto anular José Júlio e deu a António Cabral de Sá Nogueira esse encargo». Mas o mais importante no relato reside na frase seguinte, depois de quase terem chegado os dois combatentes a vias de facto: «Conta-se que, nesse mesmo dia ou no seguinte, alguns deputados se recusaram a apertar a mão a José Júlio, quando entrou no parlamento». José Júlio foi obrigado então a iniciar o duelo porque a sua consideração social estava manchada. A sua honra pessoal estava intacta, havia sido ofendido mas durante o relato é perceptível, com o apoio que recebeu antes do duelo, que este não queria participar num duelo à pistola, temendo o desfecho, até porque a sua mulher estava grávida. Teve de o fazer pela sua posição social, correndo o risco de perder a consideração que os seus pares tinham por ele no papel social em que se inseria o que seria o mesmo que «assumir um labéu de cobardia, para além de um suicídio político e uma autocondenação á exclusão social»<sup>8</sup>.

*Durante a noite sua mulher implorou-lhe, de joelhos, que se não batesse. Mas êle respondeu-lhe haver só três soluções: ou tinha de fugir, ou de se suicidar ou de se bater, optando, porém, pela derradeira*<sup>9</sup>.

A Primeira República tornou mais comum a recusa de duelar, mas não era por isso que estes deixavam de ser considerados pessoas íntegras e respeitáveis pelos seus pares. É aliás perceptível que seria compreendido por uma boa parte dos homens da altura que não se aceitasse um duelo. Os que se recusavam ao duelo tinham ainda assim de passar por pressões sociais e políticas, mesmo depois da Primeira República. O homem encontrava-se assim preso a aceitar o desafio com o receio de perda da honra e integridade social. Mas já antes da República o duelo teve sempre essa dicotomia, segundo os autores do «Lisboa de Outrora»:

*Entre nós, os conflitos de pundonor têm levado muitas pessoas ao campo da honra. Mas o duelo José Júlio – Miguel de Sá, único que teve desenlace funesto, aniquilou um homem de incontestável merecimento, perfeita vítima de uma traição do destino*<sup>10</sup>.

<sup>6</sup> PERISTIANY, 1988: 13.

<sup>7</sup> CARVALHO, 1938/1939: 23.

<sup>8</sup> NOBRE, 2004: 40.

<sup>9</sup> CARVALHO, ob. cit., p. 28.

<sup>10</sup> CARVALHO, ob. cit., p. 33.



É pelo factor já abordado do duelo ser mais usado como ferramenta política que como protecção pessoal da honra, que temos a prova mais concreta de que a consideração social representava a parcela quase integral neste esquema social de combate. A violência neste contexto é uma arma política e social do homem para contra o seu opositor, evitando derramamentos de sangue descontrolados no parlamento. Ao invés da embriaguês e das tavernas, espaços da violência das massas, a violência das elites era repleta de sobriedade, locais abertos e regras algo rígidas. A interpretação do conceito de violência tem de ser então diferente para esta classe, uma violência controlada por estes mesmos duelos cavalheirescos. O conceito é diferente essencialmente porque se mistura com um conceito de honra mais rígido, considerado pelos mesmos como exclusivo a uma elite com qualidades inerentes<sup>11</sup>. A defesa da honra atacada era a justificação absoluta. Tal como Rita Garnel afirma, o duelo «é uma estratégia social básica que, no seu exercício mais elementar, não requer conhecimentos especiais»<sup>12</sup>.

Porém, nas leis da altura, o conceito de honra era complexo demais para ser controlado. Apenas no artigo 407 do Código Penal de 1852 é que aparece algo sobre a ofensa contra a honra:

*Se alguém difamar outrem publicamente, de viva voz, ou por escrito publicado, ou por outro meio de publicação, imputando-lhe um facto ofensivo da sua honra e consideração, ou reproduzindo a imputação, será condenado á prisão por seis dias a seis meses, e multa correspondente*<sup>13</sup>.

A difamação era então um claro crime contra a honra de um homem tal como a calúnia e a injúria. É no contexto penal que verificamos uma diferença clara entre honra pública e honra individual de que falamos. Os insultos de ordem pública como artigos de jornal ou gestos do parlamento, podem tornar-se de cariz privado com rapidez, atacando aspectos pessoais de outrém. Esta diferença é marcante no contexto penal porque no contexto da vida civil, entre homens, não era visível de uma forma tão distinta. Já mencionamos o exemplo do duelo José Júlio e Miguel de Sá Carneiro como um dos exemplos de participação num duelo por questões de consideração social, ao invés de honra pessoal, constatado até pela recusa inicial de José Júlio ao pedido inicial de satisfações. Facto que só se alterou após José Júlio ter entendido que teria perdido a consideração social dos seus pares políticos, que agora o viam com outros olhos após ter quase cometido um erro enorme:

*Miguel de Sá dirigiu-se a êle, e, após ligeira troca de palavras, fez menção de escarrar-lhe na cara. José Júlio puchou de um revólver, que infalivelmente dispararia, se não fôsse seu companheiro, ao intervir, ter entalado um dedo no cão da arma. Conta-se que, nesse mesmo dia*

---

<sup>11</sup> GARNEL, 2007: 70.

<sup>12</sup> GARNEL, ob. cit., p. 44.

<sup>13</sup> *Código penal português de 1886*. Biblioteca digital da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, p. 119. Disponível em <<http://www.fd.unl.pt/>>.

*ou no seguinte, alguns deputados se recusaram a apertar a mão a José Júlio, quando entrou no parlamento*<sup>14</sup>.

Continuando no aspecto judicial, vemos que a honra pessoal não é tomada em conta mas a consideração sim. Ao analisar-se «o Crimes contra a honra» de Laurentino da Silva Araújo verificamos que um ataque à pessoa acontece quando há dois factores que se juntam: a publicidade de factos desonrosos por parte de alguém sobre outrém, mesmo que os factos sejam verdadeiros; e a clara necessidade da intenção de ofender e atacar. É Peristiany que nos explica como «a honra, todavia, só se compromete irrevogavelmente na presença de testemunhas que representam a opinião pública»<sup>15</sup>. Ainda que a honra possa ser magoada no íntimo, sendo isso do foro pessoal. Sem se verificar intenção de ofensa não existe tal ofensa. Tem de existir malícia no acto de ofensa. Se a intenção do acto fosse porventura ensinar, aconselhar, brincar sem magoar, opinar objectivamente sobre algo, não existiria ofensa e é aqui que o Estado coloca o limite.

*O juiz apreciará as circunstâncias do facto, o ambiente que rodeia o ofensor e ofendido, a educação e carácter de cada um deles e, em seguida, declarará se esse facto é ou não ofensivo*<sup>16</sup>.

## A PRÁTICA DE DUELAR E O CÓDIGO DE HONRA

A necessidade existente de um código de duelo para algo praticado á margem da lei, punível pela mesma mas aceite socialmente, era visível. O livro, de onde em Portugal se retiram os ideais e regras dos inícios do século XX para o duelo entre cavalheiros, é o «Regras de Duello» de Jayme Picaluga (também referenciado como *código d'honra* ou *ponto d'honra*), num oficializar de algo vivido intensamente há muito tempo em Portugal, recorrendo a autores conhecidos de outros países, especialmente franceses, para reger o duelo. É disso exemplo a influência da compilação francesa da altura «Conseils pour les duels» por várias personalidades ilustres da sociedade francesa, na viragem do século XIX para o século XX. São exemplo disso o príncipe Georges Bibesco e o duque Féry d'Esclands, o duque de Chartres, o príncipe Henri d'Orléans, o príncipe Roland Bonaparte, o príncipe Lucien Murat, Casimir Périer, o general Bérenger, Carolus Duran, o general Davout, entre outros. Esta influência é justificada:

*Sendo a França o paiz onde, apesar de prohibido pela lei, mais se usa o duello, pois que, no curto período de quatro annos de 1889 a 1893, se registam 115 desafios, é, em geral, nos códigos francezes que colhemos ensinamentos e conselho*<sup>17</sup>.

A obra de Jayme Picaluga suprime a falta de legislação pública para punir ofensas entre homens. Esta legislação quando existe é considerada insatisfatória, até pelos

<sup>14</sup> CARVALHO, 1938/1939: 24.

<sup>15</sup> PERISTIANY, 1988: 18.

<sup>16</sup> ARAÚJO, 1957: 90.

<sup>17</sup> PICALUGA, 1901: 2.

próprios legisladores, não devolvendo a honra a nenhum dos indivíduos envolvidos. Se o Estado não resolve uma questão de honra quem o resolve são então os próprios homens, o que revela a dificuldade que o Estado tinha para impedir que estes, no seu privado, procurassem resolver as suas questões de honra em duelos privados. Picaluga, autor de «As regras do duelo» em 1901<sup>18</sup> diz:

*Porque há agravos para os quaes os ataques á honra são de natureza tal modo subtil que escapam ás qualificações legais e que correspondem a um sentimento tão delicado que teem tudo a perder nas controvérsias públicas e nas luctas da tribuna. (...) A legislação do ponto d'honra concede o único juiz que resta; a própria pessoa<sup>19</sup>.*

Tendo em conta os conceitos explicados, analisemos as causas do duelo. O que dá azo ao duelo é a honra manchada. O que mancha a honra é, pelos factos encontrados, as ofensas deliberadas tendo as mesmas vários graus, como explicaremos entretanto. Uma ofensa era então, como dito nas regras de duelo: «Todo os escripto, palavra, desenho, gesto, pancada, omissão, affectando o amor próprio, a delicadeza ou a honra de terceiro»<sup>20</sup>. Sendo sem dúvida o chamado «vias de facto», ou seja, violência física, uma ofensa clara, pois homens honrados não resolvem os seus problemas em actos desse tipo. Isso apenas mancharia mais a honra dos dois: «Vias de facto constitue por si só a offensa (...) o primeiro tocado»<sup>21</sup>. No código de honra são descritos os níveis de ofensa com o vias de facto a ser o mais grave: «A ofensa pode ser simples, grave ou sem desculpa» (artigo 5.<sup>o</sup><sup>22</sup>). A primeira ataca a dignidade mostrando pouca consideração de um pelo do outro. A segunda afecta a honra do ofendido e a última implica o «vias de facto», não tendo desculpa possível. Vemos que o ofensor é tratado como um réu e o duelo o seu castigo, voltando muito à ideia original de duelo e do castigo divino, agora entre homens numa sociedade bem mais individual e bem menos eclesiástica.

Em qualquer uma das ofensas o ofendido tem toda a legitimidade perante a lei de escolher a arma, mas na ofensa grave tem o direito, no caso de duelo à pistola, de escolher a distância e o local. Na ofensa sem desculpa, o ofendido possui praticamente todos os direitos e o duelo de pistola pode ser à voz (onde os duelistas esperam pela indicação do director de duelo) ou à pontaria, onde o ofendido atirava primeiro que o ofensor. O momento descrito no «Lisboa de outrora» revela que antes do código português, as regras dependiam muito das circunstâncias e do que as testemunhas percebiam como ofensa. No duelo já mencionado de José Júlio contra Miguel de Sá, o primeiro é ofendido, mas por tomar uma decisão a sangue quente ia comentendo uma loucura, não fosse o seu amigo Bento de Freiras Soares a evitá-lo. É este erro que cria com que a consideração social fique manchada. No entanto, é ele que inicia o processo de duelo como ofendido

<sup>18</sup> Uma clara tradução com alguma personalização do código de honra francês utilizado em quase toda a Europa.

<sup>19</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 8.

<sup>20</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 61.

<sup>21</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 62.

<sup>22</sup> PICALUGA, 1901: 12.

pela atitude inicial de Miguel de Sá Carneiro de quase lhe escarrar na cara. O duelo como ritual social tinha muitas condicionantes típicas dos homens e dos seus jogos sociais, que não mudaram totalmente mesmo com um manual sobre como duelar. O objectivo do duelo não era matar o oponente mas sim restaurar a honra própria ao pôr em jogo a vida para defendê-la, ganhando ao mesmo tempo ao ofensor e com isso ganhando respeito dos seus pares<sup>23</sup>. O risco de morte era parte do processo, mas não um objectivo, mostrado pela regra do primeiro sangue, como exposto pelo 22.º artigo «effusão de sangue»<sup>24</sup>.

A honra era o mais importante e qualquer acto «sujo» dentro do duelo seria gravemente penalizado, como demonstra o artigo 29.º e 30.º:

*Agarrar a espada do adversário seria uma deslealdade; feri-lo ao mesmo tempo seria um crime (...) é igualmente um crime ferir um adversário desarmado ou cuja espada já não esteja presa á mão pela presilha*<sup>25</sup>.

O duelo seria considerado um ataque desleal de um seguido da defesa de outrém se não fosse voluntário de ambas partes. Uma vez que o duelo não fosse aceite este não poderia atacar o ofensor, passando o que recusava a ser visto como alguém sem honra, se não justificável a recusa. Como as regras atestam, é necessário existir uma convenção, um desafio é algo avisado com antecedência para se combinar o local e a hora do embate, e para decidir o mais importante: as condições de combate. As testemunhas das quais falaremos melhor, eram imprescindíveis neste processo e também no próprio acto, sendo os olhos arbitrários. Desde as testemunhas aos duelistas, e se fosse necessário os árbitros imparciais, o «ponto d'honra» era o conjunto de regras que determinava de forma obrigatória os direitos, os deveres e conduta dos indivíduos envolvidos. Não estar dentro das regras por falhar às convenções obrigatórias tornava a contenda numa mera rixa entre dois homens desonrados e um caso penal sem protecção do código, como explica Jayme Picaluga:

*Assim que n'uma rixa, duas pessoas cheguem a vias de facto e que da lucta resulte a morte d'uma d'ellas, é isso um crime commum punível pelas leis penaes de todos os povos civilizados, mas não é um duelo*<sup>26</sup>.

As regras do duelo não poupavam ninguém que estivesse abrangido por elas. Apenas na ofensa simples o agressor pode justificar uma excepção às regras se estiver privado fisicamente; nos outros dois graus de ofensa não existe escapatória nem excepções. O artigo 24.º demonstra então a importância da honra, obrigando os duelistas a baterem-se, se não de busto nú, de camisa simples aberta mostrando o peito ao adversário. A recusa de duelar desta forma era pretexto para ser considerado uma recusa ao duelo.

<sup>23</sup> Se bem que uma boa parte dos duelistas não se reconciliava.

<sup>24</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 21.

<sup>25</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 27.

<sup>26</sup> PICALUGA, 1901: 2.

Além de honra, a importância do cavalheirismo com a obrigatoriedade do silêncio durante o duelo sem existirem gritos de intimidação, deixando o papel de comunicação de decisões, desistências e paragens às testemunhas.

Até agora abordado o duelo em si, falemos de uma forma mais aprofundada do que se passa antes do duelo. As formalidades necessárias eram seguidas à risca e minuciosamente respeitadas. Primeiro o ofendido entrega uma intimação ao ofensor, de seguida trocam as informações necessárias (nome, categoria e morada). O ofendido procura então dois amigos para servirem de suas testemunhas (não podem ser familiares até terceiro grau, a chamada família próxima) e uma delas envia uma carta ao ofensor pedindo-lhe para fazer o mesmo, o mais rapidamente possível. A carta é então respondida por uma das testemunhas do ofensor marcando uma reunião. Depois os processos tornam-se ainda mais minuciosos. A resposta deve ser dada em 24 horas e o duelo não deve demorar a acontecer mais do que 48 horas. A rapidez deve-se a dois factores principais: a pressa em resolver o problema e que a justiça fosse restaurada; e em segundo, a situação do duelo ser uma forma de justiça extra-judicial que obrigava a uma celeridade para que os envolvidos não tivessem problemas com a ordem.

Perante tudo isto, o ofensor teria então a escolha de pedir desculpas verbalmente ou por escrito ao ofendido para evitar o duelo, ou então passar para o confronto de honra de «armas na mão». Qualquer homem podia escolher a espada, ou sabre se fosse oficial do exército na actividade. Com espada, florete ou sabre, o protocolo seguia-se quase igual, com a excepção notória do sabre poder ser ou não arredondado nas pontas:

*A testemunha encarregada de dirigir o combate colloca os adversários em frente um do outro, com a espada na mão e o braço estendido, a uma distância tal que as pontas não possam tocar-se<sup>27</sup>.*

Só depois os adversários se aproximam e as extremidades tocam-se antes dos combatentes ficarem em «guarda á rectaguarda»<sup>28</sup>. É então que a testemunha diz: «vamos, meus senhores!»<sup>29</sup>. que é o sinal para se iniciar. Durante o duelo, as testemunhas observam tudo atentamente para que não exista subversão das regras do duelo e o director do duelo tem o poder (artigo 26.º) de suspender o combate se existir tal subversão a alguma regra do duelo, ou se existir um primeiro ferimento que defina o vencedor. O espaço de duelo estava também definido:

*darse-há a cada um dos combatentes quinze a vinte metros para recuar, a menos que duello não se effectue ním local cerrado, d'espaco restricto. N'este ultimo caso (...) não deve ser inferior a dez metros<sup>30</sup>.*

---

<sup>27</sup> PICALUGA, 1901: 25.

<sup>28</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 25.

<sup>29</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 25.

<sup>30</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 27.

No código do duelo era claro que o médico presente no local era o único a dar a indicação que das duas uma: o duelista ainda estaria apto a combater ou o duelista estava ferido demais para o fazer. Aqui temos dois bons exemplos: no dia 28 de Julho encontraram-se na quinta de Payã Luiz Beltrão e Rodrigo Solano D'Almeida. Ao terceiro tiro, o tenente Solano perdeu as duas falanges do dedo mínimo e uma do dedo médio e fez uma forte contusão no anelar. Ainda assim a valentia do Sr. Solano impelia-o a continuar na luta pela sua honra, mas a palavra dos médicos marca o final do confronto: «O sr. Solano que desejava prosseguir na pendência com a mão esquerda»<sup>31</sup>. Outro relato conta que «os Srs. Drs. Simões Alves e Francisco Gentil, que assistiram ao combate, foram da opinião que elle não podia continuar em virtude da manifesta inferioridade em que ficára»<sup>32</sup>. No duelo já tanto falado pela sua importância documental de José Júlio e Miguel de Sá Carneiro ninguém saiu do local até se verificar a morte de José Júlio:

*D. Rodrigo de Almeida procurou fugir, mas Montufar Barreiros impediu-lhe a fuga e não abandonou o campo senão depois do cirugião lhe dizer, por acionados, que José Júlio expirara (...)*<sup>33</sup>.

No caso da utilização da pistola, geria-se o duelo com duas balas para cada homem e uma arma de recurso caso o assunto não se solucionasse com pistola. Tudo isto cabia às testemunhas gerir e definir entre si. Com pistola a situação complicava-se por ser um torneio algo distinto do de armas brancas. Não eram muito comuns em Portugal pelos casos analisados, tendo encontrado na investigação maioritariamente duelos de espada. É interessante verificar este facto pois o duelo à pistola trazia muitas mais vantagens ao ofendido. E maior parte dos casos a pistola dos inícios do século XIX são pendências simbólicas onde os homens disparam com o intuito de falhar. Jayme Picaluga indica que «de todos os duellos o mais perigoso é sem contestação o duello á pistola»<sup>34</sup>. O duelo de pistola, tal como descrito no artigo 35.º divide-se em três variantes do mesmo: o «duello á voz», o «duello com pontaria», e o duelo «á fortiori»<sup>35</sup>. Como de prever cada um destes é utilizado dependendo da gravidade da ofensa, semelhante ao de espada. O artigo 36.º segue com o esquema dos duelos à pistola. O duelo teria de ser ou com tiros ao mesmo tempo, com um sinal de tiro para iniciar a contenda (normalmente uma voz), ou entao à vez, duas vezes consecutivas com «signal de tiro individual»<sup>36</sup>. O tempo de tiro seria diferente. Para o duelo à voz, fosse com sinal de tiro simultâneo ou sinal de tiro individual, o tiro teria de ser feito dentro dos três segundos: «O director do combate dá, aos combatentes, a voz de advertência: *Atenção!* que fará seguir das vozes: *fogo! Um, dois, três!*»<sup>37</sup>. Para

<sup>31</sup> *O duelo Beltrão-Solano*. «Ilustração Portuguesa», s. 2, vol. 10, n.º 233 (1910), p. 166-167. Lisboa: Gabinete dos Estudos Olisiponenses. Disponível em <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>.

<sup>32</sup> *O duelo Beltrão-Solano*. ob. cit., p. 166-167.

<sup>33</sup> CARVALHO, 1938/1939: 29.

<sup>34</sup> PICALUGA, 1901: 120.

<sup>35</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 131.

<sup>36</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 131.

<sup>37</sup> PICALUGA, 1901: 38.

o duelo com pontaria o tempo ia para 10 segundos onde os adversários fariam fogo à vontade, mesmo que algum ficasse ferido poderia continuar a disparar se não segurasse a mão onde segura a arma, por motivo de ferimento. O tempo para apontar e disparar seria de 10 segundos. Se o ofensor ficasse ferido, mesmo assim teria o direito a 3 minutos de cuidados médicos (artigo 63.º).

Sendo mais minucioso, os artigos 44.º a 46.º revelam todos os gestos indispensáveis. As pistolas tem de ter sempre o cano para o chão a não ser no momento do tiro, mas vai mais longe ainda sobre como receber e colocar a pistola:

*O combatente recebe-a com a mão esquerda, sempre com a bocca do cano inclinada para baixo; empunha a coronha com a mão direita, depois abaixa o ante-braço ao longo do corpo, com o cotovello o mais próximo possível do quadril, o indicador junto do gatilho, os pés unidos, com as pontas voltadas para fóra, e recolhe-se voltando ligeiramente a cabeça para o lado do adversário<sup>38</sup>.*

A questão do vestuário existente no caso do duelo com espada desaparece, sendo trocada por um cuidado especial em verificar se algum dos duelistas teria algo no seu vestuário que pudesse amortecer balas. A pistola tem uma peculiaridade em relação às armas brancas, é algo mecânico e uma falha pode significar a morte injusta de alguém, tendo-se mais cuidados. Novamente são as testemunhas que possuem a responsabilidade de tomar conta das armas e muitas vezes de as carregar com balas, além de terem de contar os segundos para os tiros: «no duello á pistola é muito para desejar que as testemunhas conheçam bem esta arma, para que estejam nos casos de a escolherem e de a carregarem bem»<sup>39</sup> e no artigo 41º indica que a testemunha escolhida para carregar as armas fa-lo-á à frente das outras com todo o cuidado. As regras recomendam que seja um espingardeiro a carregar as armas com as balas, para evitar erros e acidentes. Outra diferença nas armas é a distância que aumentava de 15-20 metros para 15-30 metros de distância, com o cuidado especial para os colocar em locais do terreno de onde nenhum dos dois possa tirar vantagem para um melhor tiro e tenham o pé firme (artigo 43º e 46º). O *fair play* é visível em todo o código de honra pois um combate ganho sem honra não limpa a ofensa:

*se um dos adversários fizer, por inadvertência, partir o tiro, o director do combate convida o outro adversário a disparar para o ar. Em seguida, torna-se a carregar as armas e effectua-se o combate<sup>40</sup>.*

Ir contra as regras seria ultrajante. Algo como atirar fora do tempo e ferir o adversário seria considerado tentativa de assassinato, isto se o tiro não matasse o adversário, o que seria considerado homicídio. Por este facto, as testemunhas de cada

---

<sup>38</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 34.

<sup>39</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 32.

<sup>40</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 35.

duelista colocavam-se perto do mesmo para o impedir de atirar antes ou depois do tempo, tentando impedir o perigo desse erro.

## O DUELO E O ELITISMO SOCIAL

Quem eram os homens envolvidos nos duelos em Portugal do século XIX-XX? Pessoas das posições mais altas, políticos reconhecidos, militares, pessoas envolvidas com o Estado, com dinheiro e educação. Os pré-requisitos para o que denominavam de pessoa honrada, respeitada, característica que veremos ser comum aos duelistas. Nos exemplos vistos para este estudo, encontramos alguns bons exemplos dessa mesma elitização.

José Júlio de Oliveira Pinto, já refenciado como duelista contra Miguel de Sá, num duelo antes do código de honra e ainda na monarquia, é um homem que participou na redação do código administrativo de 1867, alguém que era descrito como sendo um ilustre conselheiro, distinto juriconsulto, grande orador, jornalista e polémista vigoroso. O seu rival duelista foi Miguel de Sá Nogueira, sobrinho do Marquês de Sá da Bandeira, era alguém de uma ilustre família e que havia estado no exército. Já António Joaquim Granjo, que participa num duelo relatado no almanaque Palhares no início da Primeira República, foi um advogado e político português, republicano e membro da Assembleia Nacional Constituinte desde 1911, pertenceu à Maçonaria no triângulo 187 de Santa Marta de Penaguião com o nome simbólico de Buffon. Pertenceu também à Loja Cavalheiros da Paz e Concórdia, em Lisboa<sup>41</sup>. Outro duelista já na Primeira República foi Álvaro Xavier de Castro, um político português da I República que participou na Junta Constitucional que governou Portugal após o derrube do governo de ditadura do general Pimenta de Castro, em 1915. Estes dois últimos debateram-se em duelo por questões claramente políticas, sendo o primeiro um anti-sidonista e o último um sidonista. Noutro duelo pós-monarquia e antes do código de honra de Jayme Picaluga, Luís Beltrão e Francisco Solano de Almeida defrontam-se por questões ditas pessoais mas que foram mencionadas pelos jornais. Luís Beltrão era capitão de engenharia e director do Turf Club, e Solano de Almeida era tenente de cavalaria no exército. Todos estes homens eram pessoas com uma posição social considerável e que por isso se viam inseridos neste código de honra que lhes dava autonomia e credibilidade, segundo eles, para tomarem a justiça nas suas próprias mãos no devolver ou defender da dignidade própria ou dos próximos afectados.

Vistos os duelistas, vejamos os outros intervenientes importantes do duelo, as testemunhas, das quais já falamos um pouco antes. Estes são os magistrados do duelo e possuem a responsabilidade de aplicar a legislação do «ponto d'honra», tendo com isso uma responsabilidade moral importantíssima. O papel das testemunhas demonstra ser ainda mais vital quando vemos que são elas que iniciam o processo do duelo. Jayme Picaluga indica no seu livro que:

---

41 BOLÉO, 2004.



*A determinação do valor das ofensas é a operação mais delicada e importante que as testemunhas teem a executar, principalmente se há ofensas recíprocas, pois que, n'este caso, dão, segundo augmentam ou diminuem de grau, a qualidade de aggressor ou de offendido e conferem ou retiram certas vantagens de que pode depender a vida dos adversários*<sup>42</sup>.

Eles são tanto os juízes, ajudantes, representantes e diplomatas dos duelos, por tudo isto têm o seu papel demarcado no processo. Sendo o duelo algo de pessoas honradas num processo de justiça cheio de cavalheirismo, as testemunhas teriam de manter esse padrão. Segundo o código, teriam de ser pessoas de qualidades excepcionais, diplomáticas, justos, imparciais, inteligentes, com sangue frio indispensável a este tipo de situações emotivas e um conhecimento das regras do duelo, e mais importante, que fossem respeitadas na sociedade. A questão da idade também pesava, devendo ser alguém de meia-idade, ou seja, alguém considerado no seu apogeu. Tudo isto criava uma personalidade considerada moralmente excepcional.

A responsabilidade das testemunhas de cada lado era julgar os factos para perceber quem ofendeu primeiro, com que gravidade, de acordo aos artigos do código de honra, ou até se era uma ofensa relevante e não apenas um duelo despoltado por um interesse vulgar e até inconfessável por parte do ofendido. Vejamos o exemplo do duelo entre o General Dantas Baracho e José Maria de Alpoim, ambos políticos de renome em Portugal de então:

*A pendência (...) estava resolvida por um acordo de testemunhas, segundo o estrito código do duelo. O pedido de reparação pelas armas ficava definitivamente resolvido e cancelado*<sup>43</sup>.

Os dois antagonistas, caso tivessem existido ofensas recíprocas, poderiam julgar-se na qualidade de ofendidos, podendo até «dar á questão duas soluções: decidir que há offensa bastante para motivar um encontro; ou, pelo contrário, decidir que não houve offensa suficiente»<sup>44</sup>. Este era um processo muito semelhante a um julgamento de tribunal, e pela sua complexidade ocupava algum tempo com actas e reuniões entre testemunhas que muitas das vezes não estariam de acordo mútuo com as condições do duelo. Porém, tendo em conta a sua importância na sociedade de então não é de estranhar que seria igualmente uma honra ser convidado, por demonstrar respeito e consideração social. A criação de actas pelas testemunhas (artigo 16º) servia para registar o duelo tornando oficiais todas as decisões. As testemunhas deveriam recorrer a todas as suas capacidades para tentar evitar o confronto<sup>45</sup>, mas:

*Considerado inevitável o duelo, é então o momento de discutir as armas, conferir a sua escolha áquelle a quem pertence, determinar as distâncias, estabelecer as condições do duelo, fixar o local, o dia e a hora do encontro*<sup>46</sup>.

---

<sup>42</sup> PICALUGA, 1901: 62.

<sup>43</sup> NOBRE, 2004: 67.

<sup>44</sup> PICALUGA, 1901: 83.

<sup>45</sup> Um pedido de desculpas ou outra reparação que seja considerada proporcional à ofensa. Não se perdia a honra de forma alguma, desde que fosse proporcional à ofensa e não fosse uma ofensa sem desculpas possíveis.

<sup>46</sup> PICALUGA, ob. cit., p. 85.

Para o caso das testemunhas não conseguirem resolver as suas divergências poder-se-ia nomear um árbitro imparcial tanto para tratar de determinado aspecto que criara conflito ou controlar todo o processo de duelo.

## DUELANDO DA MONARQUIA À REPÚBLICA

A relação do homem com a morte nos finais do século XIX e inícios do século XX tinha vivido alguma mudança. A morte continuou a ter uma conotação carregada, como conta o «Lisboa de outrora»: «Contou-nos Silveira da Mota, que durante o trajecto do Campo Grande a Lisboa, pareceu-lhe sentir o frio do cadáver»<sup>47</sup>. Mas por mais honrosa que fosse marcava com dramatismo as pessoas envolvidas, desde a opinião pública, as testemunhas e os duelistas. No mesmo relato observamos o semblante carregado do duelo:

*Os duelistas aguardaram que rompesse a manhã. Entrementes, José Júlio, sentado numa pedra e encostado a uma oliveira, conservou-se sempre triste e silencioso. Chegado o anadiável momento, Montufar Barreiros mediu os 15 passos combinados*<sup>48</sup>.

O efeito era pior para as testemunhas por terem de viver a vida com aquele momento em que um amigo morre.

*Emquanto aos padrinhos de José Júlio, esses sentiram-se inutilizados perante a catástrofe. Camilo de Almeida, banhado em lágrimas, estava perplexo (...) tão penalizado ficou com as consequências do duelo, que abandonou a política para sempre e nunca mais veio a Lisboa*<sup>49</sup>.

Já para Miguel de Sá Carneiro: «cuja bravura era proverbial, começou a correr em direcção a Lisboa, sem chapéu, como um doido!»<sup>50</sup> as marcas eram visíveis:

*Emquanto a Miguel de Sá, êsse abismou-se na mais profunda tristeza, após o desgraçado recontro, tristeza que o acompanhou até expirar na quinta da Crucieira, perto do Crato, onde fixou residência depois de regressar à pátria, em companhia de sua esposa e quatro filhos*<sup>51</sup>.

Silveira da Mota rapidamente fez duas coisas, participou o caso no governo civil o que levou à fuga de Miguel Sá Carneiro:

*Passados alguns dias os amigos facilitaram-lhe a evasão a bordo de um vapor cujo comandante haviam peitado. Á saída, o navio afrouxou a marcha defronte caxias onde Miguel de Sá se lançou ao mar e nadou até junto dele, sendo recolhido e transportado até Itália*<sup>52</sup>.

<sup>47</sup> CARVALHO, 1938/1939: 30.

<sup>48</sup> CARVALHO, ob. cit., p. 28.

<sup>49</sup> CARVALHO, ob. cit., p. 29-30.

<sup>50</sup> CARVALHO, ob. cit., p. 29.

<sup>51</sup> CARVALHO, ob. cit., p. 33.

<sup>52</sup> CARVALHO, 1938/1939: 31.

Miguel de Sá Nogueira, mesmo fugindo, não se livrou de passar a ser conhecido como o «assassino de José Júlio». O mesmo Silveira da Mota escreveu também uma carta à viúva de José Júlio «ocultando-lhe caridosamente a verdade, lhe comunicava estar seu espôso gravemente ferido (...) com algumas esperanças de vida»<sup>53</sup>.

A evolução do duelo segue a evolução da sociedade. A República traz o início da decadência do duelo e é com ele que este se vai perdendo, que o mundo da política domina por completo os desejos e intenções dos duelistas. Como o final de uma vela, o número de duelos no final da monarquia foi grande, antes de se ir apagando lentamente, descrito por Mário Matos e Lemos:

*Foi um período áureo nos últimos anos da monarquia, todos os meses senão todas as semanas se aprazava um duelo por tudo e por nada, numa prosápia de galhardia (...) ajudando os por vezes a escalar o poder (...) a flanquar as pesadas portas do palácio real*<sup>54</sup>.

É Artur Portela que nos dá os dois lados, antes e depois da República:

*Em 1912 vai-se para o campo de honra democraticamente de chapéu de côco. A sobrecasaca negra, académica talhada pelo figurino elegante de Hintze Ribeiro, foi substituída pelo jaque tão popular dos comícios e dos centros bairristas da política*<sup>55</sup>.

O que se altera é o pano de fundo político e social. A prática continua mas vai-se degradando, perdendo importância e adesão. Dois factores mudam o duelo lentamente: o risco de perda de vida perde-se e com isso perde-se a seriedade do acto, tornando-se um divertimento para massas e um acto social algo rocambulesco; mais importante, na República o homem passa a ser visto como algo pertencente à própria República, não tendo por isso o direito de se matar perante uma questão de vaidade pessoal, somente para defender a República.

Depois de 1920 passou a ser mais comum rejeitar um duelo e muitos duelos cessaram sem confronto físico, devido a questões técnicas do código de honra, o que revelava uma nova relação do homem com a honra e com a morte, onde a última passou a ser temida e a honra a ter outras conotações. Não é possível não nos questionarmos se a própria existência de um código de honra em português, mais disponível, também não ajudou para quebrar duelos com tecnicidades. Mas tendo em conta os restantes factores, o tornar do duelo um acto mais controlado invés do perigo de regras difusas e facilmente manipulável para beneficiar um duelista e prejudicar o outro, somos forçados a pensar que foi mais o bem do que o mal feito pelo código de honra de 1901. Claro que ajudou à burocracia do próprio acto de duelo, com isso dando acesso às pessoas de poderem colocá-lo em causa inúmeras vezes por pré-requisitos protocolares, mas a decadência do duelo é muito mais do que isso.

---

<sup>53</sup> CARVALHO, ob. cit., p. 30.

<sup>54</sup> LEMOS, 1993: 568.

<sup>55</sup> LEMOS, ob. cit., p. 568.

Exemplo da rejeição ter-se tornado algo comum é o caso de Rocha Martins e de António José de Almeida. Ambos recusaram duelos por serem contra o mesmo a nível político, ainda que sendo criticados por isso. O homem encontrava-se ainda preso a aceitar o desafio, com o receio de perda da consideração social. Mário Matos e Lemos explica esta pressão exercida:

*Tal era a pressão social e tão rígidas as regras duelistas, que obrigavam o ofendido a justificar-se dessa forma perante a opinião pública, já que nenhum jornal lhe publicava a prosa por se considerarem as pendências resolvidas*<sup>56</sup>.

Esta ideia foi-se perdendo para duas coisas essenciais: a pátria acima do individualismo como já mencionamos acima; e a primeira guerra mundial onde Portugal participa, que gera uma alteração da visão do homem perante a morte, criando uma certa perda da visão de beleza do duelo, a morte definitiva de um Romantismo já decadente. É o mesmo Rocha Martins que dá conta em 1923: «Fazia-o ainda por uma ideia romântica. Fui educado com a capa e espada a delirar com os encantos sob as lâmpadas dos nichos (...)»<sup>57</sup>.

Era esta a decadência do Romantismo e do duelo:

*Os românticos tinham sido algo dados [ao duelo] mas depois de passada a primeira febre romântica, foram levadas a cabo violentas campanhas contra o duelo e os duelistas, atacados também com a subtil arma do ridículo*<sup>58</sup>.

O duelo começa a ser visto como um homicídio premeditado e com testemunhas que compactuam com essa ilegalidade. A prática de duelar sempre teve público: 4 testemunhas, um juiz de campo, um mestre de armas<sup>59</sup>, jornalistas e amigos dos opositores. Mas o duelo de João Franco com Pinto dos Santos em 1901, entre outros, indica-nos que o duelo sempre teve o seu factor de espetáculo, politizado, e maior parte das vezes restricto:

*Ainda que cedo na manhã de sol luminosa de 1 de Junho de 1901, as duas facções atraem o seu público para um duelo político. Acorrem progressistas e regeneradores, até mesmo republicanos, solenes nos seus fatos escuros, os mais formais de chapéu alto e sobrecasaca, como pedia a ocasião*<sup>60</sup>.

Em 1924, já depois da primeira grande guerra, o duelo havia-se alterado com o mover do mundo e do que nele se passara. Tinha-se tornado num «jogo de espera, uma

<sup>56</sup> LEMOS, 1993: 580.

<sup>57</sup> LEMOS, ob. cit., p. 575.

<sup>58</sup> PERISTIANY, 1988: 101.

<sup>59</sup> «Os mestres de armas e alguns esgrimistas de mais destaque eram presença usual nos duelos á espada ou ao sabre, como juizes de campo, como testemunhas, uma vez ou outra assistindo por terem preparado um dos litigantes ou apenas por mera curiosidade» (NOBRE, 2004: 127).

<sup>60</sup> NOBRE, ob. cit., p. 52.

estranha caça ao duelista, alimentava a expectativa da curiosidade e morbidez públicas»<sup>61</sup>. Artur Portela descreve-nos:

*O campo estava cheio, 600 pessoas, dispostas como um teatro, aos lados da pista, com a diferença de que a fábula cómica se ia converter em dolorosa realidade. Veiga Ventura encarou aquilo repulsivamente (...) nunca vira, decerto, tal odioso lance de expectação. A massa humana (...) transformara a honra de dois homens num mero espectáculo, mais sensacional do que os outros*<sup>62</sup>.

A boémia entrara no mundo da honra e esta perdera-se na guerra e na Primeira República. Já em 1925, é de espantar quando algo acontece a um duelista pois o duelo passara a ser apenas uma substituição social do acto de peleja por murros, naquilo que era considerado um acto mais elegante. Era agora uma convenção social, um ritual, um evento social repetitivo e destituído da importância que tinha tido na resolução de pendências de honra, com finais algo arriscados como vimos antes. Num duelo entre Manuel Afonso de Espregueira e Caeiro da Matta, decorrido em 1925 vemos este ritual sem risco a ser realizado:

*(...) tanto o conselheiro Espregueira como o Dr. Caeiro da Matta optam por visar alto, muito acima da cartola do adversário. Uma cortesia usual que satisfazia a honra sem lhe acrescer a tragédia*<sup>63</sup>.

O duelo finda a sua existência com a entrada da ditadura e nos anos 40 foi mesmo abolido judicialmente. A morte do vereador da câmara municipal de Lisboa Beja da Silva no decorrer de um duelo, deu o mote para o final dos duelos ainda não haviam terminado os anos 40, depois de anos de decadência extrema e de descida de número de duelos. Enquanto antes víamos os olhos da justiça a fechar-se perante a morte de um duelista, como no caso de José Júlio e Miguel de Sá, neste momento já as fundações do duelo estavam de tal forma abaladas que não resistiram a um último embate, quando o ritual do duelo já se havia transformado num espectáculo que a ditadura não foi mais capaz de tolerar, e ao qual os homens já não mostravam o apoio com todas as suas forças.

## CONCLUSÃO

A fixação na Europa do acto do duelo acontece por forte influência germânica, mas é no século XIX que este se altera com o Romantismo, que revalorizou os duelos. O duelo passa a ser uma atitude romântica perante os problemas, heróica. No entanto não deixa nunca de ser uma instituição social extra-judicial, aceite mas feita sem o avalo oficial do Estado. O Estado português tentou durante todo o século XIX e XX trocar os duelos por leis judiciais, mas demoraram a consegui-lo, tendo este perdurando até metade do século XX.

---

<sup>61</sup> NOBRE, ob. cit, p. 152.

<sup>62</sup> LEMOS, 1993: 569.

<sup>63</sup> NOBRE, 2004: 103.

*O clima de tranquilidade política que caracterizou a Regeneração foi uma das condições que permitiu a implantação do aparelho de justiça do Estado [mostrando que a disputa política forma parcialidades na justiça] (...) No entanto um imenso abismo interpor-s-á, de forma sistemática, entre os enunciados proferidos no plano teórico, as iniciativas legislativas e o campo das realizações concretas, tanto na justiça criminal como na generalidade das tomadas de posição face ao crime<sup>64</sup>.*

Falharam porque as próprias autoridades judiciais do Estado eram participantes neste sistema extra-judicial de duelo, protagonizando este de notícias de jornal e até mencionados sem discrição no parlamento:

*Na longa sessão de 30 de Março da Câmara dos Deputados são repetidas outras alusões aos duelos, ou mesmo, espantemo-nos, á sua indução como consequência dos debates parlamentares. E na mesma sessão parlamentar: No discurso faz mesmo uma referência bem explícita ao duelo dessa manhã, como se fosse o facto mais corrente e socialmente aceite<sup>65</sup>.*

Tanto no Código Penal de 1852 como no de 1884 ou 1886, vemos aplicadas apenas penas correcionais aos duelistas e nem mesmo a Primeira República muda isso com os tribunais de honra que eram muito passivos, lentos e sem penas consideradas decentes pelos homens de então<sup>66</sup>. O Estado compactuava com benevolência sobre as regras do duelo e por isso este viveu tanto tempo da época contemporânea. No caso já mencionado do duelo José Júlio-Miguel de Sá Carneiro vemos situações importantes para comprovar este fechar de olhos do poder judicial. Primeiro sobre uma denúncia sobre a qual não se vê qualquer actuação:

*Contudo, talvez se tivesse evitado o duelo, se o conde de Cavaleiros, governador civil, providenciasse como lhe cumpria, pois até lhe fôra denunciado por uma senhora na noite de 28 de Março, no teatro de S. Carlos<sup>67</sup>.*

Segundo, sobre as penas aplicadas às testemunhas participantes do duelo:

*Apenas dois foram processados: Montufar Barreiros e D. Rodrigo de Almeida. O primeiro foi julgado na Câmara dos Pares do Reino, defendido pelo jovem advogado Francisco Beirão e condenado a três dias de prisão, com homenagem em Cascais, pena que não cumpriu, e o segundo foi submetido a conselho de guerra e absolvido por unanimidade, graças á eloquente defesa de Jaime Moniz<sup>68</sup>.*

---

<sup>64</sup> VAZ, 1998: 16-17.

<sup>65</sup> NOBRE, 2004: 107-108.

<sup>66</sup> Em Portugal um dos primeiros decretos da República tenta substituir os duelos por tribunais de honra (1910). Todavia o tribunal admitia que após a entrega da questão ao mesmo, os homens de batessem em duelo, arquivando-se assim a questão. Este decreto é destituído de poder em Agosto de 1911. LEMOS, 1993: 573.

<sup>67</sup> CARVALHO, 1938/1939: 27.

<sup>68</sup> CARVALHO, ob. cit., p. 32.

Mas ainda que alvo de uma forte aceitação social, o medo da lei foi uma realidade durante a existência do duelo, como comprovam os relatos:

*[uma testemunha de Miguel Sá] (...) dirigiu se ao hotel Universal, no Chiado, onde Miguel de Sá se hospedava e passára a noite quási em claro, porque apenas dormira breves minutos antes de chegar êste seu padrinho, a quem confessou sentir alguns receios de que José Júlio tivesse avisado a polícia<sup>69</sup>.*

Num raro momento, no duelo entre Homem de Cristo e Bourbon de Menezes, vemos a polícia a impedir um duelo apenas para que este fosse realizado no dia seguinte, adiando o acontecimento. Mostra a inadequação da lei em relação ao duelo, tentando impedi-lo mas sem medidas reais, dando-lhe continuidade: «mas por uma vez e excepcionalmente, o duelo é impedido pelo inesperado aparecimento da polícia»<sup>70</sup>. Tanto fechava os olhos que nas encontradas fontes alguns duelos que foram relatados pelos jornais de então, tornando-os totalmente públicos e sem consequência perante a lei, ou tentativa real de os impedir.

*Dos duelos por ofensas de opinião o que usa ser público é a ofensa e as partes envolvidas. Invulgar é conhecerem se os pormenores da disputa, as secretas actas das testemunhas, as condições e o local do combate<sup>71</sup>.*

O próximo parágrafo encontrado no duelo José Júlio com Sá Nogueira é interessante do ponto de vista humanista, mas não só:

*As pistolas para o combate foram emprestadas pelo espingardeiro Imberton, da rua do ouro, ao excêntrico José Torlades O'Neill, e, a fim do armeiro não sofrer as consequências, compradas depois por Montufar Barreiros, que as conservou até falecer em 1914, tendo posto uma cruz na que matou José Júlio<sup>72</sup>.*

O medo revelado pela compra das armas indica que o receio pelas punições da lei era ainda assim real, mas apenas para o armeiro e não para Montufar Barreiros que possuía um estatuto social superior que lhe concedia protecção.

*O que é específico dessas valorizações [honra] é serem usadas como padrão de medida do tipo de personalidade considerado representativo e exemplar de uma dada sociedade. Quem satisfizer esses padrões pode, sem cair em desgraça, quebrar outras regras consideradas menores do que as da honra<sup>73</sup>.*

---

<sup>69</sup> CARVALHO, 1938/1939: 27.

<sup>70</sup> NOBRE, 2004: 144.

<sup>71</sup> NOBRE, ob. cit., p. 63.

<sup>72</sup> CARVALHO, ob. cit., p. 27.

<sup>73</sup> PERISTIANY, 1988: 3.

Percebamos que em todo este contexto socio-histórico vemos homens tentando fechar as suas paredes ao controlo do Estado na sua vida privada, Estado que queria intervir na família para evitar violência perturbadora e reforçar um padrão de comportamento social. O duelo torna-se desde muito cedo numa prática usada como forma de proteger uma imagem pública que afecta a sua vida privada. É por isso pertinente a diferença entre honra pessoal e consideração pública, como a segunda ultrapassa a primeira mostrando o homem como um ser primariamente social.

*A honra e a vergonha são dois pólos de uma valorização (...) O que é específico dessas valorizações é serem usadas como padrão de medida do tipo de personalidade considerado representativo e exemplar de uma dada sociedade. Quem satisfizer esses padrões pode, sem cair em desgraça, quebrar outras regras consideradas menores do que as da honra<sup>74</sup>.*

## FONTES

- A ESPADA e o duelo (1909). «*Ilustração Portuguesa*», s. 2, vol. 7, n.º 169, p. 623-625. Lisboa: Gabinete dos Estudos Olisiponenses. Disponível em <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>.
- ALMANAQUE Palhares de 1910. Gabinete de Estudos Olisiponenses.
- ARAÚJO, Laurentino da Silva (1957) – *Crimes contra a honra*. Coimbra.
- CARVALHO, Pinto de (1938/1939) – *Que duelo fatal*. In SEQUEIRA, Gustavo de Matos; MACEDO, Luiz de, coord. – *Lisboa de outrora*. Lisboa.
- CÓDIGO Penal Português de 1886. Biblioteca digital da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <<http://www.fd.unl.pt/>>.
- CÓDIGO Penal Português de 1852. Biblioteca digital da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <<http://www.fd.unl.pt/>>.
- COSTA, Afonso (1982) – *Correspondência política de Afonso Costa: 1896-1910*. Organização, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques. Editorial Estampa / Imprensa Universitária.
- DANTAS, Júlio (1909) – *O duello e a briga em Portugal*. «*Ilustração Portuguesa*», s. 2, vol. 7, n.º 176, p. 1-10 e 33-39. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. Disponível em <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>.
- NOBRE, Eduardo (2004) – *Duelos & Atentados*. Lisboa: Quimera.
- PICALUGA, Eduardo A. Jayme (1901) – *Regras do duello*. Leiria.
- O DUELO António Granjo – Álvaro de Castro (1912). «*Ilustração Portuguesa*», n.º 354, p. 720. Disponível em <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>.
- O DUELO Beltrão-Solano (1910). «*Ilustração Portuguesa*», s. 2, vol. 10, n.º 233, p. 166-167. Lisboa: Gabinete dos Estudos Olisiponenses. Disponível em <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>.
- O DUELO Correia-Aguiar (1907). A. 9, vol. 9, n.º 203, p. 173. Lisboa: Gabinete dos Estudos Olisiponenses. Disponível em <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. V. (1995) – *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges, dir. (1989-1991) – *História da vida privada*. Trad. portuguesa com rev. científica de Armando Luís Carvalho Homem. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4.

<sup>74</sup> PERISTIANY, ob. cit., p. 3.



- BOLÉO, Luísa Paiva (2004) – *Casa Havaneza: 140 anos à esquina do Chiado*. Dom Quixote: Lisboa.
- CHESNAIS, Jean-Claude (1981) – *Histoire de la Violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris: Robert Laffont.
- GARNEL, Maria Rita Lino (2007) – *Vítimas e violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade. (Série Investigação).
- LEMOS, Mário Matos e (1993) – *O duelo em Portugal depois da Implantação da República*. «Revista História das Ideias», vol. 15. Coimbra.
- NYE, Robert A. (1993) – *Masculinity and Male Codes of Honor in Modern France*. Oxford: University Press.
- PERISTIANY, J. G., dir. (1988) – *Honra e Vergonha. Valores das Sociedades Mediterrânicas*. Lisboa: Gulbenkian.
- VAQUINHAS, Irene Maria (1996) – *Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Porto: Edições Afrontamento. («Biblioteca de Ciências do Homem»).
- VAQUINHAS, Irene Maria (1992) – *Notas para a história da violência rural, em Portugal, na segunda metade do século XIX*. «Revista Portuguesa de História», tomo XXVI. Coimbra.
- VAZ, Maria João (1998) – *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX*. Oeiras: Celta.
- (2006) – *Gatunos, vadios e desordeiros. Aspectos da criminalidade em Lisboa no final do século XIX e início do século XX*. In *Lei e Ordem. Justiça penal, criminalidade e polícia. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte.

# ALGUNS ASPECTOS DAS CAMPANHAS ANTITUBERCULOSAS EM PORTUGAL

OS CONGRESSOS DA LIGA NACIONAL CONTRA A TUBERCULOSE  
(1901-1907)

ISMAEL CERQUEIRA VIEIRA\*

**Resumo:** *Entre as doenças que mais afectaram a população portuguesa nos finais do século XIX e a primeira metade do século XX estava a tuberculose. Produzindo milhares de vítimas anuais, perante a impotência do saber médico e das autoridades sanitárias, os números agravaram-se com as práticas e costumes populares pouco higiénicos e o aumento da população urbana e industrial. Contra o problema social da tuberculose pugneram-se vários médicos com a ânsia de divulgar conceitos higiénicos à população, o que assumiu progressivamente a forma de campanhas organizadas através de congressos nacionais de tuberculose (1901, 1902, 1904 e 1907).*

*O objectivo do artigo não é seguir detalhadamente a preparação, implementação e aceitação dos congressos da Liga Nacional contra a Tuberculose, mas analisar o conteúdo e a temática das comunicações e a sua evolução de modo a perceber as principais preocupações médicas/sanitárias, recorrendo para tal aos resumos das comunicações publicados por conceituados periódicos da época como A Medicina Contemporânea e A Medicina Moderna.*

**Palavras-chave:** *Tuberculose; higiene; congresso; campanhas.*

**Abstract:** *Tuberculosis was amongst the diseases that most afflicted the Portuguese population in the late 19<sup>th</sup> century and first half of the 20<sup>th</sup>. Producing thousands of victims annually, given the impotence of medical knowledge and health authorities, the numbers worsened with unhygienic folk practices and customs and increasing urban population and industry. Several physicians rose against the social problem of tuberculosis with the desire to disseminate concepts of hygiene among the population, in actions that gradually took the form of campaigns conducted through national congresses on tuberculosis (1901, 1902, 1904 and 1907).*

*The purpose of this article is not to track in detail the preparation, implementation and acceptance of the congresses of the National League against Tuberculosis, but rather to analyze the content and theme of the papers presented and their evolution, in order to understand the main medical / health concerns, based on the abstracts of such papers published in reputable journals of the time, such as Medicina Contemporânea and Medicina Moderna.*

**Keywords:** *Tuberculosis; hygiene; congress; campaigns.*

No último vinténio do século XIX, a tuberculose passou a ser considerada uma doença social. O conceito de tuberculose enquanto doença social esteve intimamente associado às condições socioeconómicas da população e à pobreza, que gerava numerosas oportunidades para a infecção e o contágio. A descoberta do bacilo de Koch em 1882 inaugurou uma nova concepção da doença e também acarretou uma nova forma de

---

\* Investigador do CITCEM e doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Email: ismael\_cv@iol.pt

perspectivá-la do ponto de vista social. O doente deixou de ser o tísico, imbuído duma aura de excepcionalidade, própria dos artistas, escritores e figuras públicas do Romantismo. O padecente da «febre das almas sensíveis»<sup>1</sup> transformou-se no hospedeiro dum parasita microscópico e num foco infeccioso deambulatório.

Para Pierre Guillaume<sup>2</sup> foi a afirmação duma nova sensibilidade para com a sorte dos pobres e dos humildes que esteve na génese da correlação entre condições de vida e doença. Após a descoberta do bacilo, os tuberculosos passaram a ser tidos como agentes de contaminação e um perigo quer para ricos quer para pobres. Segundo Michel Foucault<sup>3</sup> o desenvolvimento da medicina social e a transformação do corpo numa realidade biopolítica implicou uma medicalização dos pobres e dos trabalhadores por serem considerados perigosos. Perigosos por se terem tornado uma força política desde a Revolução Francesa, perigosos pelo seu poder reivindicativo e perigosos do ponto de vista biológico. O medo do perigo que os pobres representavam levou à divisão do espaço urbano em espaços pobres e espaços ricos. A coabitação dum mesmo tecido urbano por pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a construção de bairros distintos para ricos e para pobres. Foi em Inglaterra, onde o desenvolvimento do proletariado foi acelerado pela intensa industrialização que apareceu uma nova forma de medicina social, de que a *Lei dos pobres* e o sistema de *health service* são um bom exemplo. Desenvolveu-se uma intensa legislação que comportava um controlo médico do pobre e também um sistema de assistência, que pretendia controlar a saúde e o corpo das classes pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas para as classes ricas<sup>4</sup>.

Compreender a tuberculose como doença social implica perceber a transmissão da tuberculose não só pela actividade do bacilo mas sobretudo pelas atitudes e comportamento dos indivíduos e pela organização social nos seus mais diversos domínios. Para Nuno Medeiros todos os factores sociais da vida humana ocupavam um lugar de relevo na propagação e desenvolvimento da tuberculose, especialmente as condições higiénicas, alimentares e habitacionais<sup>5</sup>.

Em Portugal, apesar dos fracos recursos e industrialização incipiente nos inícios do século XX, houve a preocupação com a chamada «questão social», iniludivelmente ligada ao desenvolvimento industrial e aos problemas das condições de vida das classes trabalhadoras. Quando D. Manuel II subiu ao poder, a legislação social era pouca, não contemplava as condições sanitárias do local de trabalho, o salário mínimo, os horários e descansos laborais, acidentes ou pensões de reforma. Consciente das debilidades, D. Manuel II chamou a Lisboa o sociólogo francês Léon Poinard que observou as condições do país e forneceu ao Estado indicações sobre as medidas necessárias à promoção e fomento nacional. Poinard opinou que o trabalho e a administração local se deviam

---

<sup>1</sup> PÔRTO, 2007: 44

<sup>2</sup> GUILLAUME, 1986: 162

<sup>3</sup> FOUCAULT, 2009: 79-80 e 94-95.

<sup>4</sup> FOUCAULT, 2009: 95-97 e GEORGES, 2004: 20-21.

<sup>5</sup> MEDEIROS, 1948: 621-625.

organizar para se empreender uma reforma política e forçosamente uma reforma social<sup>6</sup>, porque o povo «vegetava numa pobreza sombria, ao passo que a classe superior, pouco culta, paralisada nos seus preconceitos ridículos, vivia numa ociosidade muitas vezes corrupta, ou passava o tempo a disputar favores ou empregos»<sup>7</sup>, esquecendo-se das questões mais urgentes.

As elevadas taxas de mortalidade por tuberculose, que na primeira década (1902-1910) do século XX rondavam uma média de 6533 óbitos anuais<sup>8</sup>, chamou igualmente a atenção dos médicos. Estes concebiam a tuberculose como uma questão económica e social mais do que uma campanha antibacilar. Nas escolas médicas do Porto e Lisboa surgiram nos princípios do século XX várias dissertações que trouxeram a questão da tuberculose como doença social. A destacada tese de António de Almeida Garrett<sup>9</sup> enfatizou os problemas socioeconómicos da população como predisponente à contracção da doença. Segundo ele, a tuberculose era uma doença dos miseráveis, não só pela escassez de dinheiro mas também pela pobreza fisiológica, pela falta duma vida sã e natural. O povo, duma maneira geral, vivia mal pelas longas horas de trabalho, pela escassez alimentar, pela dieta pouco nutritiva, com pouca carne, alimentos falsificados e consumo exagerado de álcool. As casas dos trabalhadores eram «casebres escuros, sórdidos, sem ar»<sup>10</sup> onde existia uma pseudo-limpeza e pouco banho. Nas casas dos burgueses cometiam-se os mesmos erros, não se abriam as janelas com receio das correntes de ar, corriam-se os reposteiros para não passar sol, etc.

A estes problemas juntava-se a miséria moral, a perversão dos gostos, a desorientação de sentimentos e sobretudo uma ignorância a diversos níveis, que gerava um desprezo pelas normas higiénicas e pela saúde. Neste meio físico e psiquicamente oprimido a tuberculose era reinante. Face a este problema a classe médica portuguesa reagiu com propostas preventivas dando origem ao movimento antituberculose em Portugal, do qual se destacou nos inícios do século XX a Liga Nacional contra a Tuberculose.

## O MOVIMENTO ANTITUBERCULOSE E A LIGA NACIONAL CONTRA A TUBERCULOSE

O problema da tuberculose suscitou, nos últimos anos da centúria, o interesse dos médicos portugueses por duas ordens de razões. Em primeiro lugar a terapêutica da tuberculose continuava a ser ineficaz e incapaz de travar a progressão da doença no seio da sociedade. Em segundo lugar, a tuberculose afectava milhares de pessoas no país, contribuindo decisivamente para o aumento anual da mortalidade. Afectava indiscriminadamente ricos e pobres, mas eram sobretudo as classes trabalhadoras que pagavam um maior tributo à doença.

---

<sup>6</sup> PROENÇA, 2006: 92-94.

<sup>7</sup> POINSARD, 1912: 36.

<sup>8</sup> CORREIA, 1938: 264.

<sup>9</sup> GARRETT, 1906.

<sup>10</sup> GARRETT, 1906: 24.

Em Portugal as iniciativas de combate contra a tuberculose foram quase inexistentes até à descoberta do agente patogénico. Em meados do século foi criado o Hospício da Princesa Dona Maria Amélia no Funchal, pela imperatriz Amélia de Beauharnais, viúva de D. Pedro IV, em memória da sua filha falecida na ilha vítima da «peste branca». Não obstante o valor do empreendimento, a sua acção limitou-se à prestação de cuidados aos tuberculosos pobres madeirenses. Na década de 1880, o médico Sousa Martins encabeçou duas expedições à Serra da Estrela procurando inteirar-se das condições do lugar para iniciar a construção de sanatórios de montanha, cujo relatório só foi entregue ao governo em 1890. Nele, Sousa Martins calculou que o número de óbitos devidos à tuberculose atingia cifras aproximadas de vinte mil mortes anuais<sup>11</sup>.

A identificação do bacilo *Mycobacterium tuberculosis*, como agente específico da tuberculose, transformou a visão social da doença, sendo identificada como uma doença de micróbio, infecciosa e contagiosa e por conseguinte evitável. Este acontecimento foi referenciado como o mais importante motor do movimento de combate à tuberculose desencadeado nos finais do século XIX<sup>12</sup>.

O reconhecimento da origem infecciosa fez nascer a esperança na possibilidade de evitar o contágio, já que os condicionalismos genéticos não eram determinantes. Foi sobre essa base que se mobilizaram as associações de profilaxia contra a tuberculose, desenvolvendo um trabalho marcadamente educativo e doutrinador em torno dos novos preceitos científicos. Em 1895 realizou-se em Coimbra o primeiro congresso nacional de tuberculose por iniciativa de alguns alunos quintanistas e do professor Augusto Rocha, então director do periódico «Coimbra Médica», representando o evento um esforço para chamar à atenção dos médicos, dos poderes públicos e da sociedade portuguesa para este problema. Outras obras ligadas à assistência aos tuberculosos foram sendo criadas como as enfermarias de isolamento para tuberculosos no Hospital de Santo António e também no hospital da Marinha em 1896. No campo da caridade, um conjunto de senhoras encabeçadas pela duquesa de Palmela dedicaram-se à obra das cozinhas económicas, onde eram servidas refeições aos mais pobres.

A organização da luta anti-tuberculosa adoptou a forma de associações locais ou nacionais como aconteceu na França (1891), Alemanha (1895), Bélgica (1898), Grã-Bretanha (1898), Portugal (1899), Itália (1899), Dinamarca (1901), Suécia (1904), Noruega (1910) e Rússia (1910)<sup>13</sup>. Esta cronologia de criação das associações nacionais contra a tuberculose revela que o movimento de combate à tuberculose no território português não surgiu isolado no tempo, pelo contrário insere-se numa campanha mais ampla ao nível internacional. Em Portugal, nasceu a Assistência Nacional aos Tuberculosos, sob a égide da Rainha D. Amélia, e a Liga Nacional contra a Tuberculose pela mão dum conjunto de médicos dedicados ao combate contra a «peste branca».

Miguel Bombarda foi o grande impulsionador dos trabalhos da criação da Liga Nacional contra a Tuberculose. O relatório por ele apresentado à Sociedade de Ciências

---

<sup>11</sup> MARTINS, 1890: 258-298.

<sup>12</sup> BRYDER, 1988: 16.

Médicas de Lisboa, cujo teor se prendia com a criação duma Liga, foi o ponto de partida para a criação para a Liga Nacional contra a Tuberculose (LNCT), cujos objectivos eram sobretudo de propaganda e vulgarização de conhecimentos acerca da profilaxia contra a tuberculose, de estímulo à legislação sobre esta matéria e de aconselhamento quanto ao estabelecimento de sanatórios. Discutido o problema na Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, esta deu o seu aval à criação da Liga Nacional contra a Tuberculose, tendo sido fundada em 1899 sob os seus auspícios.

Na sua génese, a LNCT teve duas características principais: disseminar núcleos locais por todo o território nacional, instituindo nas principais cidades grupos com a mesma finalidade e meios de actuação, com o mesmo âmbito de acção, só dependendo das resoluções tomadas nos congressos nacionais<sup>14</sup>. Bombarda quis instaurar um modelo descentralizado, adequado às necessidades de cada região, de forma a auto-gerirem-se mas também a ajudarem-se mutuamente. Para a prossecução dos seus trabalhos, a LNCT criou três comissões autónomas entre si e com objectivos distintos.

A primeira comissão destinava-se à vulgarização dos conhecimentos científicos indispensáveis à defesa individual contra a tuberculose. Para cumprir os seus objectivos contava com a realização de conferências tanto nos meios urbanos como fora deles e em contextos tão distintos como em bairros operários, em teatros frequentados pela aristocracia ou em escolas normais, abarcando assim grupos socialmente muito díspares. Outra aposta deste comité passava pela distribuição profusa de folhetos de instrução popular sobre a doença explicitando os meios de combate e de prevenção, bem como de folhetos especiais destinados aos professores primários<sup>15</sup>. A comissão de vulgarização queria manter uma estreita ligação com a imprensa onde deveria inserir artigos educativos e criar um jornal de vulgarização próprio intitulado «Guerra à Tuberculose!».

A vulgarização de noções científica e higiénica representava um problema de instrução popular já que o analfabetismo em Portugal era elevado e a predisposição da população para modificar hábitos arraigados era pouca. Adolfo Coelho chamou à atenção para as elevadas taxas de analfabetismo nacional, que rondava percentagens na ordem dos 84,4% em 1878, 79,2% em 1890 e 78,6% em 1900, o que se traduzia em mais de três milhões de analfabetos no país<sup>16</sup>! O censo de 1911 confirmou estes dados vendo-se uma baixíssima melhoria em comparação com o censo de 1900, que concluiu por 74% de analfabetismo em idade superior a sete anos em 1900 e 69,6% no de 1911. Isto elucidava-nos bem acerca do atraso cultural, responsável por alguns atrasos estruturais da sociedade portuguesa nos mais diversos campos, incluindo as práticas higiénicas e preventivas. A preferência pela igreja e pela taberna, isto é pela sociabilidade sagrada ou profana de matriz oral continuava a ser um problema para as autoridades, empenhadas no alargamento da instrução pública a todos.

A preocupação com questões de índole económica e social, que influíam na extensão da tuberculose, motivaram a formação duma comissão de legislação que se ocupasse do

<sup>13</sup> BRYDER, 1988: 15-16.

<sup>14</sup> LIGA, 1903: 1-2.

<sup>15</sup> LIGA, 1903: 2-3 e BOMBARDA, 1899: 227.

<sup>16</sup> COELHO, 1909: 1-23.

estudo e propusesse melhoramentos legislativos, de âmbito municipal ou nacional, e se fizesse representar junto dos poderes estatais ou concelhios, para ouvirem as suas recomendações técnicas. Na sua dependência estabeleceram-se uma subcomissão para o estudo das providências a adoptar nos futuros regulamentos sanitários e outra para a elaboração duma representação junto do parlamento a respeito do consumo da carne em Lisboa. A questão do consumo de carne era duplamente importante. Primeiro porque a carne era fonte de proteínas, o que fortalecia o organismo, e segundo porque a falta de legislação para o abate de animais tuberculosos gerava problemas de saúde pública, uma vez que os produtos animais entravam no mercado infectados. A comissão de legislação compreendia de forma geral o estudo da instrução popular, do barateamento, falsificação e tuberculização dos alimentos, da construção de casas baratas e bairros operários, do trabalho de mulheres e crianças, da limpeza municipal, do abastecimento e pureza das águas, dos esgotos, das associações de socorros mútuos, da desinfecção, da declaração obrigatória das doenças, da adopção dos escarradores nos lugares públicos, etc.

A terceira comissão instalada estava encarregue da propaganda a favor dos sanatórios, com intenção de poder contribuir para melhorar a situação dos tuberculosos e das suas famílias ao construir os sanatórios populares, mas igualmente criar dispensários, organizar associações de socorros às famílias dos tísicos hospitalizados, casas de convalescença, etc. A comissão a favor da propaganda dos sanatórios, presidida por Oliveira Feijão, contou com o trabalho de duas subcomissões, sendo elas, a de incitamento à construção de sanatórios para gente remediada e a subcomissão para o estudo da criação de sanatórios por federação das associações de socorros mútuos. Apesar do incitamento à construção dos locais próprios para o tratamento e isolamento dos tísicos, a verdade é que a Liga nunca pretendeu empreender a construção de estabelecimentos desta natureza, mas apenas estimular o interesse de associações de socorros mútuos e de pessoas possidentes a aplicar os seus capitais na construção de sanatórios.

## OS CONGRESSOS NACIONAIS ANTITUBERCULOSE

O ano de 1901 determinou o arranque dos Congressos Nacionais da LNCT, que teve apenas quatro edições, com o intuito de dinamizar a nível nacional as iniciativas que os núcleos locais já realizavam em menor escala com conferências e palestras de sensibilização popular.

A LNCT organizou num período de sete anos quatro congressos nacionais nas cidades de Lisboa (1901), Viana do Castelo (1902), Coimbra (1904) e Porto (1907). No essencial os Congressos tinham objectivos que extrapolavam o simples tema da tuberculose, centrando-se em questões sociais prementes para a sociedade portuguesa do início do século XX como a educação popular, os cuidados higiénicos, a alimentação e habitação dos trabalhadores e a protecção das crianças.

A sistematização dos assuntos tratados nos diversos congressos permitiu-nos aferir quais as preocupações dos médicos e demais conferencistas. A aglomeração dos temas possibilitou a criação de grupos de discussão para cada congresso, onde se acharam temas

transversais, mas igualmente temas diferentes entre os congressos, o que mostra a evolução das preocupações da LNCT.

No Congresso de Lisboa destacaram-se três temas fundamentais: 1) a organização da luta antituberculose em Portugal; 2) questões de higiene e profilaxia; 3) questões de assistência, hospitalização e tratamento.

Quanto à organização da luta antituberculose as atenções centraram-se nos modos e meios técnicos de realizar conferências e propaganda. Sobre este assunto conferenciaram António de Azevedo e Miguel Bombarda, que expuseram assuntos técnicos ligados à preparação de conferências, material necessário, técnicas para captar a atenção do público e transmitir de modo fácil a mensagem. Foram também discutidos os temas relevantes para as conferências como a transmissão de concepções bacteriológicas e higiénicas, repisando o facto de a tuberculose ser uma patologia de origem contagiosa, mas evitável pela higiene pessoal e colectiva, pela selecção de alimentos de origem animal e pela modificação dos costumes, como era o de escarrar em locais públicos. O facto de a LNCT estar num processo primário justifica a escolha destes temas mais técnicos, como contributo para ajudar a dinamizar os núcleos distritais aos quais convinha mostrar o modo de ser fazer a vulgarização das noções científicas e propaganda preventiva. José Joaquim de Almeida recomendava como principais modos de fazer propaganda as conferências, as acções de instrução popular, as publicações na imprensa escrita, a afixação em locais públicos dos aforismos higiénicos, o ensino obrigatório da higiene elementar aos professores primários e secundários bem como aos párocos.

Como já referimos anteriormente foi dada uma atenção particular à transmissão oral pelas conferências públicas, pela missa, pelo contacto directo entre médico e doente, sendo a vulgarização por meio escrito secundarizada, lembre-se que Portugal era um país de analfabetos: «Attendendo ao número desolador de analphabetos (80% do nosso paiz e á indiferença pela leitura de uma boa parte dos 20% dos que sabem (?) ler, damos em geral a preferênciã à propaganda de viva voz»<sup>17</sup>. Os restantes trabalhos desta temática focaram a importância da educação escolar na criação de práticas salutaras, da imprensa como veículo abrangente da educação popular e da exposição de mostruários ambulantes nas cidades e povoações como modo de esclarecer os indivíduos, o papel da imprensa na luta antituberculose e os benefícios da criação de associações de socorros mútuos neste domínio, onde Severino Santana Marques abordou a questão do auxílio que as associações de socorros mútuos podiam prestar aos tuberculosos e suas famílias, pressupondo no entanto que houvessem reformas nas associações para aumentar as receitas e a existência de sanatórios para o tratamento dos doentes, condições essas que não eram fáceis de conjugar.

A higiene e profilaxia ocuparam um número avultado de comunicações neste congresso. Higienizar foi uma das preocupações sempre presentes, daí os votos para higienizar as escolas, os locais de trabalho, as habitações e todos os locais públicos ou privados, incluso os costumes e as práticas sociais. O ensino da higiene como modo de

---

<sup>17</sup> ALMEIDA, 1901:130.



prevenção da tuberculose foi um dos temas transversais aos congressos posteriores, especialmente o ensino da higiene nas escolas primárias. A questão da higiene com os animais e a formação de enfermeiros nesta área revelou-se importante para limitar a disseminação do contágio.

Não menos importantes se revelaram as questões da assistência, hospitalização e tratamento dos tuberculosos. Ricardo Jorge alertou para a necessidade de apoio das municipalidades à contenda contra a tuberculose devendo ficar a cargo dos concelhos a desinfecção e a colocação de escarradores nos espaços públicos, bem como a distribuição gratuita de escarradores portáteis aos pobres. A criação de pequenos sanatórios e a organização dum laboratório bacteriológico para análises completaria os meios de profilaxia médica e social. Tiago de Almeida, António de Pádua e Amândio Paúl, insistiram na identificação dos melhores lugares para edificação de estações climatoterapêuticas e no tratamento domiciliário para a maior parte dos casos, baseado na mesma fórmula dos sanatórios: superalimentação, ar puro e repouso. Para tal recomendava que o tuberculoso habitasse numa casa em terreno elevado e com pouca vizinhança, se alimentasse abundantemente, sobretudo baseado em carne, ovos e leite, e repousasse longos períodos durante o dia. Quanto à hospitalização dos tuberculosos todos reiteravam o isolamento dos tuberculosos em meio hospitalar para protecção da população sadia e travar o alastrar da doença. Simultaneamente fez-se a apologia do estabelecimento de sanatórios para pobres e do apoio das associações de socorros mútuos aos tuberculosos. No tocante à habitação, António Júdice Cabral propôs ao Estado e às municipalidades a criação de bairros condignos, um sistema de assistência materno-infantil, que devia contemplar subsídios às mulheres grávidas e às crianças até idade pré-laboral, criação de maternidades, creches e lactários, regulamentação do trabalho feminino e infantil e o ensino da higiene corporal nas escolas primárias.

O segundo encontro da LNCT teve lugar em Viana do Castelo em Setembro de 1902 com uma estrutura similar ao congresso precedente. A análise das comunicações mostra a existência de três grandes temas: 1) questões de luta antituberculose e assistência; 2) questões de higiene e profilaxia; 3) questões médicas e científicas.

Em relação às questões de luta antituberculosa e assistência as comunicações revelam uma certa heterogeneidade. Alfredo de Magalhães e Sobral Cid afloraram a questão da orientação da luta antituberculosa na Europa e América onde se destacavam medidas como a declaração obrigatória, o isolamento dos doentes e a desinfecção de lugares e objectos. O pomo de discórdia foi o da declaração, já que pressupunha a limitação das liberdades individuais, tornando a identificação pública do tuberculoso motivo para estigmatizar os indivíduos e as famílias. Outras medidas passavam pela assistência terapêutica e social, com o sanatório popular e o dispensário à cabeça. Augusto Cymbron e Sabino de Sousa criticaram os defeitos e lacunas da legislação portuguesa em matéria de tuberculose. A falta de legislação, geral e especial, central e municipal, específica sobre a tuberculose e a impreparação técnica de alguns funcionários contribuía para uma má orientação na educação pública e privada. Havia a necessidade da repartição dos serviços sanitários do reino chamar a si as funções que desempenhava

o Ministério das Obras Públicas, a fim de melhor canalizar as ideias no sentido de redigir um diploma que definisse medidas práticas para o combate à tuberculose e em simultâneo a fiscalização dos géneros alimentares.

A criação de laboratórios de análises e as coimas para os funcionários de saúde, que não cumprissem as atribuições que lhes fossem incumbidas completavam o pacote de medidas. Curiosamente no mês seguinte ao do congresso foram publicados um «Regulamento dos Serviços de Profilaxia da Tuberculose» e um «Regulamento dos serviços de inspecção e fiscalização dos géneros alimentares»<sup>18</sup>. O primeiro reforçava as medidas já pedidas pelos médicos, a saber, a declaração obrigatória em caso de óbito, a desinfecção de domicílios e objectos contaminados, multas para quem escarrasse no chão e a realização dum censo estatístico dos tuberculosos do reino, que foi preparado por Ricardo Jorge e publicado em 1905. Quanto ao regulamento sobre as fiscalizações alimentares procurava combater a alteração e a falsificação de alimentos, cujos fabricante ou produtores tentavam fazer adicionando outras substâncias para aumentar o peso ou volume do produto original. Ainda sobre este tema foram apresentadas várias ideias acerca dos impostos sobre os alimentos, que dificultavam a sua aquisição pela população, o problema da tuberculose no exército e na armada e a necessidade da federação de hospitais para socorrer este tipo de doentes.

Ao nível da higiene e profilaxia destacou-se a comunicação de Daniel de Matos e João Ramos sobre o rasgamento dos bairros acumulados, salientando o primeiro, que havia absoluta necessidade de abrir novas ruas e avenidas onde o ar e luz fossem abundantes, melhorar a rede e sistema de esgotos e o saneamento do subsolo. Arrasar os bairros velhos e construir infra-estruturas novas era a visão do segundo autor. De imediato a assistência criticou estas pretensões, reclamando Albino Pacheco que de nada servia construir bairros novos se a população proveniente dos bairros acumulados não estivesse higienicamente educada para aproveitar as inovações que encontrariam. Mais uma vez o tema da educação popular revelava-se primordial para o sucesso dos diversos empreendimentos, fosse a ocupação de novas habitações, fosse na protecção colectiva ou individual perante uma doença.

Nas questões médico-científicas a discussão centrou-se essencialmente nas ideias que Koch apresentou ao Congresso de Londres, designadamente sobre a unidade da tuberculose humana e animal e as medidas preventivas a tomar em relação aos alimentos de origem animal.

De fora ficaram várias questões ligadas à assistência aos tuberculosos quer no domicílio quer nos sanatórios e dispensários. As questões científicas e médicas quase foram ultrapassadas por completo. No global o Congresso de Viana caracterizou-se pela feição social que tomou. As questões clínicas e científicas foram secundarizadas, mesmo as de profilaxia médica. Os estudos centraram-se na questão social, nas condições de vida dos operários e dos pobres, na sua ignorância, nas condições em que habitavam, no que comiam e nos maus hábitos prejudiciais à concretização duma sociedade higienicamente

---

<sup>18</sup> Ambos os regulamentos foram publicados no jornal *A Medicina Moderna* (1902), n.º 106, p. 355-358.

educada. A presença de políticos, de engenheiros, de veterinários, de filantropos, à parte dos médicos, revelou a tendência social e sanitária do congresso. Os próprios votos do congresso foram a súmula de trabalhos apresentados por membros destacados da política e da ciência, como Fuschini, Silva Carvalho, Daniel de Matos e João Ramos, porque o intuito era levar estas propostas ao governo para que se acelerasse o processo de execução de algumas iniciativas.

O III Congresso Nacional contra a tuberculose teve lugar na cidade de Coimbra no mês de Abril de 1904. Este congresso ficou marcado pelas questões legais e regulamentares, evidenciando a preocupação com a normatização da protecção social nas suas múltiplas actividades e concretizando algumas ideias levantadas no congresso anterior. As questões sociais passaram a ter um novo destaque pela focagem que a LNCT fez na tuberculose como doença social, dando uma maior incidência nas questões sociais e profiláticas e menos nas questões clínicas e terapêuticas. Por outro lado recrudesceram as questões médicas e científicas muito devido ao desenvolvimento de trabalhos estrangeiros nesta área.

Quanto às propostas relacionadas com regulamentos e leis várias foram as comunicações. Cândido da Cruz insistiu na questão do segredo profissional relativo à declaração obrigatória de doentes, defendendo que a declaração só devia existir em caso de óbito ou mudança de residência para desinfecção do local e objectos. Para ele a regulamentação higiénica e a inspecção rigorosa das habitações e outras infra-estruturas eram mais vantajosas e menos lesivas para os doentes.

Bernardino Machado e Oliveira Simões apresentaram as bases para a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças. Bernardino Machado, mais do que medidas concretas, acentuou a necessidade da protecção social aos trabalhadores industriais, particularmente de mulheres e crianças, que de resto já havia consignado anos antes quando assinou, como ministro das Obras Públicas, a legislação sobre protecção no trabalho de mulheres e crianças. Nesta legislação definiu-se a idade mínima de admissão ao trabalho, proibiu-se aos menores e mulheres o trabalho e o descanso nas quatro semanas posteriores ao parto. Estas medidas representaram uma sensibilidade para com a natureza própria da mulher, tida como frágil em particular na gravidez e no parto cuja compleição física não era adequada a grandes esforços, e aos menores pelo período transitório das suas vidas cujo trabalho em excesso prejudicaria o seu crescimento<sup>19</sup>.

O engenheiro Oliveira Simões propôs no seu relatório a regulamentação do trabalho dos adultos na indústria que devia incluir a fiscalização rigorosa aos estabelecimentos do ramo industrial, a defesa dos trabalhadores (descanso dominical, horário de 10 horas diárias, protecção às grávidas com interrupção do trabalho quatro semanas antes e após o parto, higiene nas refeições, etc.). A criação de caixas de socorros ou seguros contra doença, invalidez e velhice, a par da instrução geral e industrial compunha o leque de medidas a tomar. Sugeriu ainda várias medidas para criar legislação de protecção à primeira infância assente na assistência e cuidados, traduzidos em subsídios de lactação

---

<sup>19</sup> ALVES, 2002: 64-65.

e subsídios de gestação, prémios de lactação materna e prémios de sobrevivência. Mas o regulamento era mais abrangente, definindo os requisitos para aceder à actividade de ama, para recolher crianças em domicílio particular e procurava transformar as enfermarias de parto, em Lisboa, Porto e Coimbra, em verdadeiras maternidades.

No que diz respeito aos temas sociais, de higiene e profilaxia houve contributos de grande valia. Miguel Bombarda falou da degenerescência moral do povo português como factor de expansão da tuberculose, tecendo uma forte crítica à sociedade e às instituições como a igreja e a monarquia. Criticava essencialmente o decadentismo a que a sociedade portuguesa chegara, considerando que o poder absolutista, os jesuítas, a inquisição e a ignorância profunda do povo degeneraram as qualidades da raça, de que já Adolfo Coelho havia falado, acerca do incumprimento de legislação e regulamentos por parte dos portugueses. A degenerescência moral acarretava problemas sociais como o alcoolismo e o pauperismo, conduzindo à decadência física, tornando o corpo o terreno propício ao alastrar das doenças. Em suma, para Bombarda a luta contra a tuberculose em Portugal resumia-se em primeiro lugar à educação cívica, à educação do espírito, sem o qual o povo era esmagado pelos poderes sufocantes dos poderosos.

Ricardo Jorge e Carlos França dissertaram sobre o casamento e a tuberculose e Joaquim Evaristo sobre a prostituição e tuberculose. Quanto aos primeiros concluíram que o casamento podia deter ou melhorar o estado do tuberculoso. Na estatística apurada por Ricardo Jorge eram os celibatários e os viúvos que mais sofriam com a doença pelos desregramentos, indiferença e práticas mundanas. Carlos França comungava da mesma ideia porque o casamento era benéfico para os tuberculosos, sendo, contudo, necessário regular clinicamente e higienicamente o meio conjugal e a puerperalidade da mulher. Esta mudança de atitude em relação ao casamento mostra que definitivamente a ideia de contágio triunfou pois a hereditabilidade da tuberculose não existia, o que significa que os filhos dum casal tuberculoso ou de um progenitor tuberculoso não nascia tísico. A tuberculosidade era maior nos celibatários, especialmente homens, pelas condições mundanas e desregradadas em que viviam.

O relator Estêvão de Vasconcelos defendeu que o Estado devia criar sanatórios populares e hospitais de internamento, implementar um seguro obrigatório contra a doença e invalidez e desenvolver instituições de previdência social. Outros autores advogavam que as colónias de férias e as escolas podiam prestar valiosos serviços higiénicos às crianças representando um meio de desenvolvimento físico, intelectual e moral, onde as crianças podiam realizar uma alimentação abundante, brincar, passear e repousar. Na proposta de Zeferino Falcão e Jaime Manperrin Santos, acerca do regímen das escolas e da luta contra a tuberculose, estes concebiam a escola como um centro de educação, no qual o médico escolar devia instruir higienicamente as turmas, fazer inspecções regulares e zelar para que as escolas fossem exemplares no que diz respeito à profilaxia. Serras e Silva e Silva Carvalho defendiam por seu turno que o saneamento geral era um dos meios mais eficazes de defesa contra a tuberculose, tanto mais que Portugal carecia de sanatórios. O saneamento público e a salubridade das habitações constituíam, no entender destes médicos, factores importantes a que os poderes públicos, especialmente as municipalidades deviam investir do seu melhoramento.

As questões ligadas à prática clínica e à terapêutica foram secundadas em relação às questões sociais e à regulamentação. Quase nada de novo foi acrescentado em relação ao que cientificamente e academicamente se conhecia e publicava. Falou-se no diagnóstico precoce da tuberculose, baseado em análises clínicas (ex. auscultação), no emprego de substâncias destinadas a obter elementos clínicos (ex. tuberculina) e em pesquisas laboratoriais (ex. análise de escarros ou urina). Charles Lepierre e Miranda do Vale falaram acerca do pensamento de Behring sobre o conhecimento da doença, focando aspectos curiosos como a extrema disseminação da tuberculose na sociedade, constatado a partir de milhares de autópsias realizadas. O leite constituía um veículo de contágio para crianças, sendo o controlo sanitário das vacas produtoras de leite e a sua imunização imprescindível para prevenir o aparecimento de novos casos. O relatório acerca da acumulação de pessoas na etiologia da tuberculose confirma apenas o que era do senso comum. O número de infectados era maior nas povoações densamente povoadas, como nos centros industriais, possibilitado pela maior frequência de contacto entre os sãos e os doentes. A promiscuidade, a falta de higiene e salubridade constituíam outros factores que não se podiam desprezar. As comunicações acerca do paludismo e tuberculose e a terapêutica do lúpus não tiveram grande relevo neste congresso. As comunicações, prometedoras, acerca da soroterapia e da tuberculina não chegaram a decorrer por falta de tempo.

O congresso nacional de 1907 foi o último dos congressos de tuberculose promovidos pela Liga Nacional contra a Tuberculose. No ano seguinte, o regicídio precipitou uma reviravolta política, que levaria ao fim da monarquia, desviando os interesses sociais para o campo político. É neste período que Ferreira de Mira considera terminado o primeiro grande período de luta contra a tuberculose em Portugal<sup>20</sup>. A morte de Miguel Bombarda nas vésperas da instauração da República foi o golpe final nas actividades da Liga Nacional já que este era o seu fundador e o principal dinamizador.

O congresso do Porto desenrolou-se em cinco dias e teve o programa mais extenso dos quatro congressos nacionais. A inauguração teve lugar a 4 de Abril seguida da abertura da exposição de higiene. As sessões de estudo decorreram nos dias 5, 6 e 8. No dia 6 houve uma visita ao posto de desinfeção de Leixões e o dia 7 foi dedicado à conferência do professor Roberto Frias com o título «Os tuberculisáveis», onde insistiu no papel desempenhado pelo terreno, isto é, pelo estado biológico e corporal, no desencadear do processo tuberculoso. Para ele a ineficácia da luta antituberculosa em Portugal residia na orientação dos meios para a extinção do bacilo e não na melhoria do terreno. A solução residia em evitar o contágio e diagnosticar os casos de primo-infecção ainda curáveis, reforçando também a resistência orgânica para evitar a tuberculização.

Foi possível agrupar as comunicações deste congresso em três temas principais: 1) as questões médicas e científicas; 2) as questões sociais, higiénicas e profiláticas; 3) questões de saúde escolar. As questões de saúde escolar foram pelo seu número o tema dominante no congresso portuense. Quanto aos outros temas foram uma repetição de ideias já exploradas.

---

<sup>20</sup> MIRA, 1947: 472.

Em termos sociais, higiênicos e profiláticos destacaram-se os estudos de Estêvão de Vasconcelos sobre a influência do meio social na tuberculose e de António de Lencastre/Cândido Pinho sobre a tuberculose nas classes ricas. O relatório de António de Lencastre e Cândido Pinho concluiu que a mortalidade nas classes ricas era mais baixa do que na classe pobres. A maior resistência orgânica aos ataques bacilares e por vezes a auto-imunização impediam os ricos de manifestar tuberculosos graves. A tuberculose dos ricos associava-se quase sempre à dos pobres, na medida em que os segundos eram a fonte do contágio. Os serviçais, os alfaiates e costureiras eram um bom exemplo. Com esta justificação, ambos os médicos aconselhavam os ricos a auxiliar a profilaxia social pois a higiene individual não era suficiente para dirimir os bacilos de Koch.

O contributo das outras comunicações foi meramente informativo. A comunicação de Sobral Cid e Cândido da Cruz enfatizou o papel relevante da mulher/mãe na educação das crianças em termos higiênicos e os cuidados das puérperas durante e após a gravidez. Sobral Cid indica que o maior número de mortes se dá entre as que laboram na indústria do vestuário pelas condições de trabalho em lugares mal ventilados e insalubre, pelo trabalho prolongado e baixo salário. O Dr. Luís Viegas aconselhou o isolamento dos presos tuberculosos, a desinfecção das prisões e substituição de instalações por outras mais higiênicas.

No que concerne às questões de índole médica foram apresentadas apenas três e sem grande relevância para o avançar das questões. Charles Lepierre tratou do dualismo da tuberculose, Ângelo da Fonseca falou acerca da imunização dos tuberculosos e o trio composto por António Coelho, Manuel de Oliveira e Manuel Laranjeira discursaram sobre a questão da ascendência e descendência da tuberculose.

As questões escolares e educativas e a luta contra a tuberculose nas escolas constituíram o verdadeiro tema do congresso do Porto, já que a maior parte dos relatórios versaram sobre este assunto. Subdividimos as questões em três grupos: o primeiro relativo à medicina escolar, quer dizer aos estudos que abordam o papel do médico na escolas e as doenças e modos de as prevenir, o segundo grupo conglomerava os relatórios sobre a educação física num sentido abrangente e o terceiro grupo reúne as questões higiênicas e profiláticas na dimensão corporal, moral e intelectual.

No campo da medicina escolar várias foram as teses apresentadas, destacando-se o papel do médico escolar, que devia dirigir e inspeccionar a escola e os seus alunos, sendo o garante da adopção dos bons princípios higiênicos, a inspecção metódica dos alunos com vista ao diagnóstico precoce e tomada de medidas de profilaxia, as medições antropométricas para avaliar estatisticamente a incidência da doença em relação ao terreno, e a adopção de cadernetas sanitárias pelos alunos de todos os graus de ensino a fim de ser registado o historial do doente. Almeida Garrett dissertou acerca da sedentariedade na escola, principal responsável pela degenerescência física, e da necessidade de exercício escolar curricular. Costa Sacadura falou ainda dos livros como transmissores de doenças contagiosa, pelo seu manuseamento com dedos humedecidos em saliva infectada, ou pelos espirros e tossidelas para cima dos livros.

No campo da educação física as propostas insistiram fundamentalmente no exercício

físico como forma de prevenir doenças e de robustecer o corpo. Alguns autores preferem os exercícios ao ar livre (jogos tradicionais) e outros exercícios de natação. As recomendações foram as de adoptar posturas corporais correctas na escrita, em evitar ginástica atlética e preferir exercícios suaves que favorecessem o aumento do volume torácico.

Quanto às questões higiénicas e profiláticas todas confluíram para a ideia de que era necessário instaurar e manter preceitos higiénicos nas escolas portuguesas nos diversos graus de ensino, não só higiene corporal e física como a ginástica, os passeios ao ar livre e uma higiene intelectual e institucional. A ideia de que era necessário higienizar o ensino levou a recomendações práticas de estabelecer um *curricula* não muito extenso, permitir o devido descanso aos alunos pelo meio de intervalos, educar os alunos através do ensino da higiene. Na dimensão da higiene institucional devem referir-se os trabalhos de Guilherme Ennes, Aleixo Guerra e Nogueira Lobo, «Regímen apropriado aos alunos predispostos à tuberculose», onde os relatores defenderam a necessidade de satisfazer vários requisitos higiénicos na construção e manutenção das escolas, tais como o local de edificação, a luminosidade, dimensões e volume dos compartimentos, aquecimento, desinfecção de mobiliário, materiais, livros, W.C., etc.

A inspecção médica regular seria um complemento essencial para conservação de todos estes princípios. No cômputo geral as ideias aqui transmitidas replicaram os conteúdos de outros relatórios deste e de outros congressos, havendo no entanto uma espécie de «febre», entre os relatores, da necessidade absoluta de higienizar tudo e todos. O imperativo era higienizar as pessoas, a sociedade, a moral, o ensino/aprendizagem, as actividades laborais, as instituições, os edificios, os pensamentos e acções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma: A Liga Nacional contra a Tuberculose, nasceu num contexto de implementação do sanitarismo público e da luta declarada contra os flagelos sociais, como eram a tuberculose, seguindo as tendências para a promoção da educação social e popular. As principais acções empreendidas pela Liga situaram-se ao nível da propaganda e higienização dos costumes. A vulgarização da noção de contágio foi central nas acções educativas, mas também é verdade que as conferências e sessões de estudo exploraram temáticas que suplantaram a mera profilaxia individual. Num primeiro momento, que culminou com a realização do I Congresso Nacional em Lisboa, a atenção centrou-se na higiene e prevenção, como tentativas de esclarecer a assistência acerca das vias e modos de contágio para que cada um se pudesse precaver. A partir do Congresso de Viana verificou-se uma mudança na abordagem profilática, passando as questões médicas e científicas para segundo plano.

Doravante foram os assuntos legislativos, a protecção das crianças e alunos e as questões da educação e da protecção contra a tuberculose na escola que dominaram os interesses dos congressistas. A situação educativa da população portuguesa, tida como atrasada e decadente, constituía o maior entrave ao programa de erradicação da tuberculose, pelo queurgia educar os mais novos, não só nas letras mas igualmente nos

hábitos, sendo para isso necessário mudar o próprio sistema de ensino, tornando-o menos teórico com a inclusão de actividades ao ar livre e ginástica. No campo legislativo o destaque foi para a criação de regulamentos que protegessem os não tuberculosos através da imposição da declaração obrigatória em caso de doença e de isolamento, pretensões malogradas pela impraticabilidade da primeira e escassez de locais para o segundo. Previa-se igualmente a protecção das crianças e mulheres no trabalho industrial, extenuante para corpos e mentes, mas no entanto o trabalho infantil manteve-se institucionalizado.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

A *MEDICINA Contemporânea* (1901, 1904 e 1907).

A *MEDICINA Moderna* (1902).

*TUBERCULOSE, um século: comemoração do 90º aniversário do 2º Congresso contra a Tuberculose (1903).*

Viana do Castelo: Serviço de Medicina do Hospital Distrital de Viana do Castelo/Conselho Distrital da Ordem dos Médicos de Viana do Castelo.

ALMEIDA, José Joaquim (1901) – *Preferência a dar aos diferentes modos de propaganda contra a tuberculose.*

«A Medicina Contemporânea», 2ª série, vol. 4, n.º 15. Lisboa: Livraria José António Rodrigues, p. 130.

ALVES, Jorge Fernandes (2002) – *Para que servem os meus olhos? Notas sobre o trabalho feminino na indústria têxtil de Guimarães.* «Forum», n.º 32. [S.l.]: Universidade do Minho p. 61-79.

BOMBARDA, Miguel (1899) – *Liga nacional contra a tuberculose.* «A Medicina Contemporânea», 2ª série, vol. 2, n.º 27. Lisboa: Livraria José António Rodrigues, p. 227-228.

BRYDER, Linda (1988) – *Below the Magic Mountain: A social history of tuberculosis in twentieth-century Britain.* Oxford: Clarendon Press.

COELHO, F. Adolfo (1909) – *Estudos sobre a educação popular: a estatística do analfabetismo.* «Tuberculose: Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos», ano 4, n.º 20. Lisboa: Instituto Rainha D. Amélia, p. 1-23.

CORREIA, Fernando da Silva (1938) – *Portugal Sanitário: subsídios para o seu estudo.* Lisboa: Direcção Geral de Saúde Pública.

FOUCAULT, Michel (2009) – *Microfísica do Poder.* São Paulo: Edições Graal.

GARRETT, António de Almeida (1906) – *O problema da tuberculose em Portugal: traçado d'um plano.* Porto: Imp. C. Vasconcellos. Tese Inaugural.

GEORGES, Francisco (2004) – *Histórias de Saúde Pública.* Lisboa: Livros Horizonte.

GUILLAUME, Pierre (1986) – *Histoire d'un mal, histoire globale: du mytique à l'économique.* In BARDET, Jean-Pierre et al. – *Peurs et terreurs face à la contagion. Choléra, tuberculose, syphilis (XIXe-XXe siècles).* Paris: Fayard, p. 159-183.

LIGA Nacional contra a Tuberculose (1903?) – *Ligue nationale contre la tuberculose (Portugal).* Lisboa: [s.n.].

MARTINS, José Thomás de Sousa (1890) – *A tuberculose pulmonar e o clima da serra da Estrella.* «Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa», tomo LIV. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 258-298.

MEDEIROS, Nuno Álvaro Botelho de (1948) – *A tuberculose como doença social.* «Jornal do Médico», vol. 12, n.º 308. Porto: Tipografia Costa Carregal, p. 621-625.

MIRA, Matias Ferreira de (1947) – *História da Medicina Portuguesa.* Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

POINSARD, Léon (1912) – *Portugal ignorado.* Porto: Magalhães & Moniz Lda.

PÓRTO, Ângela (2007) – *Representações sociais da tuberculose: estigma e preconceito.* «Revista de Saúde Pública», vol. 41, n.º 1 p. 43-49. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41s1/6493.pdf>>. [Consulta realizada em 23/03/2011].

PROENÇA, Maria Cândida (2006) – *D. Manuel II.* Mem Martins: Círculo de Leitores.





# ESCREVENDO A HISTÓRIA DO CANCRO

## DA SITUAÇÃO HISTORIOGRÁFICA INTERNACIONAL AO CAMINHO POR TRILHAR EM PORTUGAL\*

RUI MANUEL PINTO COSTA\*\*

**Resumo:** *Privilegiando-se as abordagens de natureza historiográfica, este artigo pretende apresentar uma síntese dos mais relevantes autores e respectivos estudos sobre a temática da história do cancro, assunto que se encontra enquadrado no mundo mais lato da história da saúde e das ciências biomédicas.*

**Palavras-chave:** *Cancro; oncologia; história; historiografia.*

**Abstract:** *Privileging particularly historiographic approaches, this paper aims to present a bibliographical survey and an overview of the most representative works published in the area of the history of cancer, a subject that is integrated in the wider sphere of the history of health and biomedical sciences.*

**Keywords:** *Cancer; oncology; history; historiography.*

## 1. ESCREVER A HISTÓRIA DE UMA DOENÇA SIMBÓLICA COM MÚLTIPLAS DIMENSÕES

A escrita do cancro, aqui entendida como a produção de discursos historiográficos sobre a doença oncológica, é um caminho relativamente recente que tem sido trilhado em regime de parceria entre os cultores da tradicional história da medicina e os que se dedicam a uma história assente no construtivismo fenomenológico, abrindo caminho a visões menos iatrogénicas dos fenómenos que rodeiam o campo da saúde e da doença.

A complexidade do cancro na integralidade das suas diversas dimensões: biológica, humana e social, tem reforçado a necessidade de articular as ciências da vida com as ciências sociais e humanas, implicando a abordagem da projecção histórica de uma doença que assume foros intemporais de fatalidade sócio-sanitária e que no tempo presente constitui um assunto transversal e incontornável, tanto mais que toca com muita frequência a nossa vivência humana.

Contudo, ao contrário da abordagem de outras doenças com grandes efeitos na mortalidade e/ou de cariz epidémico, escrever a história do cancro tem sido um exercício que resulta de um interesse tardio, um pouco na razão directa do incremento da frequência, impacto e visibilidade enquanto problema de saúde pública ao longo do século XX, bem como das maiores perspectivas de profilaxia, curabilidade e/ou cronicidade que tem adquirido. Se a existência de factores como o aumento da esperança de vida da população ou a exposição a agentes cancerígenos pode justificar em certa medida o incremento de casos a que se assistiu ao longo de todo o século XX, o facto é

---

\* Este artigo é parcialmente baseado num segmento narrativo do projecto de doutoramento do autor, dedicado à temática da doença oncológica em Portugal.

\*\* Investigador do CITCEM (grupo Memória, Património e Construção de Identidades).

que durante milhares de anos o ser humano constatou a sua incapacidade perante uma enfermidade tão esquiua, intratável e angustiante como tantas outras, ao ponto de se constituir actualmente como o arquétipo da nossa impotência relativa no que toca ao controle da doença e da morte, materializada em recontros belicosos que se desenrolam nos campos de batalha hospitalares.

Vista sob o prisma da análise histórica, cada época tem a sua doença simbólica; se no fim do século XIX esse lugar cabia à tuberculose, a então denominada *peste branca* acabou por dar lugar quase em simultâneo ao problema crescente do cancro, sobretudo quando a tecnologia médica foi capaz de começar a reduzir drasticamente a mortalidade por tuberculose pulmonar desde os meados do século XX.

Com o afastamento do espectro mortal da tuberculose, foi no decurso do século XX que o cancro assumiu o estatuto de doença maldita, estigmatizante, discriminatória e desmoralizadora, como referiu Susan Sontag na sua influente e ainda referencial obra *Illness as Metaphor*. Vista como patologia «incurável», «degenerativa», «devastadora», «invasiva» e «corrosiva», os tratamentos curativos que lhe estão associados também enfermam da mesma carga metafórica, sendo apodados de «mutilantes», «venenosos» e «agressivos»<sup>1</sup>. Tornou-se no que o historiador David Cantor acertadamente designou como «a metáfora da doença dominante»<sup>2</sup> do nosso tempo, termo a que não é alheia a descrição que Sontag fez dos tabus que envolvem o cancro. Este sentido é melhor compreendido quando verificamos a existência de períodos históricos aos quais correspondem doenças dominantes, sejam elas de natureza epidémica ou não. Pelo seu estatuto simbólico, é sintomática das nossas esperanças e medos face às reais possibilidades dos progressos científicos.

Conhecida e estudada como entidade própria pelo menos desde a antiguidade, a história do cancro caminha em paralelo com a longa evolução do conhecimento humano, reflectindo fielmente os conceitos científicos que lhe estiveram desde sempre associados, os saberes médicos e as mentalidades prevalecentes sobre a saúde e a doença. Em certa medida, a história desta patologia permite-nos compreender a génese do «medo do cancro», e ainda o significado profundo dos esforços talhados no campo científico para a debelar.

Pelo seu significado patológico mas também emblemático, representa muito mais do que a colocação em causa da vida de um indivíduo; transcende-a, é um elemento de desestabilização familiar e social com repercussões directas no devir histórico. Enquanto doença, podemos aproximá-la daquilo que Jacques Le Goff apelida de «uma ideia», e do que Mirko Grmek apodou de «complexa realidade empírica»<sup>3</sup>. Este último, em particular, apontou abertamente que a doença, fosse ela qual fosse, era acima de tudo um conceito, uma construção teórica que reflectia as ideias mas também a realidade patológica de um determinado período histórico.

---

<sup>1</sup> SONTAG, 1978.

<sup>2</sup> CANTOR, 1993: 537-561.

<sup>3</sup> Le GOFF, 1985: 7-8.

Faz igualmente parte do enredo de um jogo científico, médico e social que coloca em causa a nossa capacidade de lidar com a adversidade, em cada lugar e em cada tempo histórico, sobretudo pelo facto da sua trajectória ser acompanhada muito de perto por um profundo sentido de sofrimento e de drama, que sendo de natureza individual também é, e sempre será, de natureza colectiva.

Partilhamos o pensamento de Le Goff quando refere que «A doença pertence não só à História superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à História profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às representações, às mentalidades»<sup>4</sup>. Mais ainda, diríamos que também pertence ao domínio da economia, das políticas de saúde, dos poderes públicos e privados, e ainda dos complexos mecanismos psicológicos que nos mobilizam perante o risco transversal que qualquer doença representa.

Enquanto flagelo social emergente, o investimento na luta contra o cancro justificou uma mobilização pública que começou nos alvares do século XX, tornando-se mesmo num objectivo de cariz biopolítico assumido por alguns Estados. E se no início dos anos 70 se conhecia bem pouco sobre a doença, a actual compreensão sobre os mecanismos biológicos que a regem abriram caminho a tratamentos mais dirigidos e menos agressivos para os tecidos normais, o que reduz os efeitos secundários característicos dos tratamentos ditos tradicionais. Ainda assim, a cura genérica e global, na senda do imaginário associado à «droga milagrosa» ou à «bala mágica» como foram os antibióticos, essa ainda não existe, e é bem provável que não veja tão cedo a luz do dia. De momento, parece que não restam dúvidas: o cancro veio para ficar e para continuar a marcar esta civilização.

É, pois, um universo imenso e multifacetado que aqui emerge e nos interpela. Importa, pois, expor e passar em revista as principais abordagens que o discurso historiográfico foi produzindo ao longo dos últimos 40 anos, de molde a que o investigador que deseje lançar-se neste *mare magnum* de informação bibliográfico o possa fazer com alguns pontos norteadores.

## 2. A HISTORIOGRAFIA DO CANCRO NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Os historiadores tendem a estudar a história de uma doença, não porque essa investigação possa orientar uma política de saúde, mas porque esse estudo nos revela a dinâmica social que lhe está inerente. No entanto, o que se tornou claro com o caso do cancro, é que a compreensão sofisticada sobre os significados da doença tem implicações importantes na política de saúde delineada para gerir a própria doença.

Desde os finais dos anos 70 do século passado que a temática do cancro tem vindo a suscitar um interesse progressivamente maior, sobretudo na esfera da investigação histórica internacional. Desde então que a bibliografia sobre a história da pesquisa oncológica se tem tornado mais vasta, reflectindo tanto a prevalência da doença como os vastos recursos financeiros entretanto investidos nesse domínio. Um bom exemplo desta

---

<sup>4</sup> Le GOFF, 1985: 7-8.

tendência que se começou a esboçar a partir do pós-guerra, é a multiplicidade de artigos historiográficos dedicados exclusivamente ao cancro, e que permitiram ao historiador norte-americano James Stuart Olson a reunião de uma extensa e detalhada bibliografia anotada sobre o tema<sup>5</sup>. Em mais de 400 páginas, enumerou cerca de 3000 artigos escritos entre 1945 e 1988, que incluem não só os muitos trabalhos lavrados em língua inglesa, mas também francesa, italiana, russa, alemã, polaca, holandesa, portuguesa e castelhana.

Os principais investigadores que se têm vindo a dedicar com maior interesse sobre este tema, provêm do mundo anglo-saxónico e francófono, versando, naturalmente, a evolução da luta contra o cancro nos respectivos países de origem. Vários deles saíram da pena de médicos ou investigadores ligados à pesquisa oncológica, ao passo que outros se devem aos cultores das ciências sociais e humanas. Desde o último quartel do século XX, altura em que o assunto passou a dominar as preocupações sanitárias das sociedades ocidentais, têm vindo a lume alguns trabalhos de amplo fôlego, não apenas na vertente de luta sanitária institucional e política, mas também no campo da promoção de alterações científicas e tecnológicas no universo médico. Se os primeiros trabalhos começaram a partir da segunda metade dos anos 70 pela mão de Lester Breslow, Richard Rettig, Samuel Epstein e Peller Sigismund<sup>6</sup>, o principal impulso dado à historiografia do cancro fez-se sobretudo na década de 90, assistindo-se igualmente a um interesse renovado nos primeiros anos do novo século, pontuados por figuras como David Cantor e James Olson, entre outros<sup>7</sup>.

Alguns grupos norte-americanos e britânicos dedicados à história da medicina e da saúde, como é o caso do Centre for the History of Science, Technology & Medicine da Universidade de Manchester e da Society for the Social History of Medicine, começaram desde meados da primeira década do século XXI a abordar de forma mais consistente e multidisciplinar a história do cancro em workshops, encarado não só como agente central na modelação da medicina moderna ao longo de todo o século XX, mas também como patologia geradora de transformações significativas nas vivências dos doentes, na prevenção e educação para a saúde, nas mentalidades e ainda no tecido social, político, industrial e económico das sociedades ocidentais<sup>8</sup>. A selecção de alguns dos trabalhos apresentados nestas reuniões, permitiram a publicação de um número especial exclusivamente dedicado ao cancro no século XX, (o primeiro e único até à data) do conceituado *The Bulletin of the History of Medicine*<sup>9</sup>, organizado por David Cantor.

Algo surpreendentemente, a atenção dos historiadores fora do contexto norte-americano e europeu tem sido muito reduzida, e podemos apenas presumir que esta realidade se altere no futuro, quando a centralidade dos estudos históricos na área da

---

<sup>5</sup> Cf. OLSON, 1989.

<sup>6</sup> Cf. BRESLOW, 1977; RETTIG, 1977; EPSTEIN, 1979; SIGISMUD, 1979.

<sup>7</sup> Cf. CANTOR, 2008; CANTOR, 1993: 537-561; CANTOR, 1989; CLOW, 2001; PROCTOR, 1995; WALDHOLZ, 1997; WEINBERG, 1996; GREAVES, 2000; ECKHART, 2000; KREMENTSOV, 2002; OLSON, 2009; WAILOO, 2011.

<sup>8</sup> Cf. os workshops *Cancer in the Twentieth Century*. Bethesda, 15-17 November 2004; *Patients & Pathways: Cancer Therapies in Historical and Sociological Perspective*. Manchester, 6-8 October 2005; *Sites & Styles: Exploring the Comparative History of Cancer*. Manchester, 22-24 March 2007.

<sup>9</sup> Cf. CANTOR, 2007.

saúde e das biotecnologias seja submetida a um redireccionamento no sentido do epifenómeno sanitário. Ou seja, quando as análises de maior amplitude sobre a saúde e a doença começarem a reclamar estudos de síntese sobre fenómenos patológicos cujas manifestações sociais e culturais sejam distintas das identificadas até hoje.

No mundo da historiografia francófona destaca-se de imediato o nome referencial e incontornável de Patrice Pinell<sup>10</sup>. Fazendo uma leitura sociológica muito abrangente e historicamente detalhada sobre a luta contra o cancro em França, Pinell fez uso de uma abordagem político-institucional para um período muito específico, se bem que fundamental, que vai dos finais do século XIX até aos anos 40 do século XX. Abordou sobretudo o processo de evolução no qual se inscreveram as transformações que promoveram o nascimento da medicina contemporânea, colocando igualmente em destaque os anos de transição entre as duas guerras na história do campo médico. Mostrou igualmente que a dinâmica social gerada em redor das políticas anticancerosas teve um papel precursor na evolução do processo civilizacional, não apenas em França, mas a nível internacional. Por seu turno, Pierre Darmon<sup>11</sup> fez uma leitura histórica bastante alargada no tempo para mostrar o percurso das doutrinas, terapêuticas e concepções sociais sobre a doença. Dissecando a relação entre o laboratório e a prática clínica, Ilana Löwy<sup>12</sup> debruçou-se sobre a cultura da experimentação clínica em oncologia, através da descrição da transferência das inovações laboratoriais.

Ainda no campo institucional, Joan Austoker abordou a história do *Imperial Cancer Research Fund* (ICRF), ressaltando sobretudo o modo como a mais eminente instituição caritativa britânica se organizou para combater a doença. A ênfase foi colocada na mudança de objectivos da instituição, bem como no crescimento da investigação experimental sobre a oncologia. Não deixou ainda de dar atenção aos debates de princípios do século XX sobre a influência dos agentes virais no cancro e o impacto da Grande Guerra no *Imperial Cancer Research Fund*. Esta análise historiográfica parece-nos mais abrangente e apurada face à de Walter Ross, que versando uma temática semelhante para os EUA, nos dá uma versão semelhante mas algo palaciana do percurso da American Cancer Society<sup>13</sup>. Linha semelhante seguiu Ernest McCulloch<sup>14</sup> para o relato do sucedido com o *Ontario Cancer Institute* no Canadá, enquanto no tocante aos programas anticancerosos desse país, Charles Hayter mostrou as influências organizacionais e científicas bebidas tanto nos EUA como em França, e que permitiram a eclosão de uma heterogeneidade de respostas médico-sociais canadianas entre 1900 e 1940<sup>15</sup>.

Se bem que o percurso institucional seguido em Itália fosse o mote para os trabalhos de Patrizia Placucci<sup>16</sup> e Giorgio Cosmacini<sup>17</sup>, a primeira mostrou-se mais atenta às

---

<sup>10</sup> Cf. PINELL, 1992; PINELL, 2002; PINELL, 2000: 671-686.

<sup>11</sup> Cf. DARMON, 1993.

<sup>12</sup> Cf. LÖWY, 1996.

<sup>13</sup> Cf. AUSTOKER, 1988 e ROSS, 1987.

<sup>14</sup> Cf. McCULLOCH, 2003.

<sup>15</sup> Cf. HAYTER, 2005.

<sup>16</sup> Cf. PLACUCCI, 1992.

<sup>17</sup> Cf. COSMACINI, 2002.

particularidades italianas na institucionalização da luta contra a doença. Por seu turno, Cosmacini enfatizou o desenvolvimento da oncologia enquanto disciplina médica em busca de uma identidade disciplinar e a evolução das ideias que enformaram as políticas antitumorais.

Sem fugir do contexto dos estabelecimentos ligados ao tratamento e investigação, mas mais voltado para a vertente dos trabalhos científicos e dos programas governamentais, a recente abordagem «mercantilista» de Theodore Malinin também não deixa de colocar a sua ênfase nos desenvolvimentos científicos norte-americanos obtidos em redor da doença<sup>18</sup>. Num registo paralelo, feito em redor do urânio como material de base à terapêutica anticancerosa, Howard Ball destacou os problemas associados à saúde ocupacional e poluentes radioactivos resultantes da necessidade de dotar os centros anticancerosos deste elemento<sup>19</sup>.

Ainda no registo das instituições anticancerosas de matriz nacional, veja-se a particularidade do caso holandês, devidamente explanado por Johannes van Dongen, e ainda por Joost Lesterhuis e Eddy S. Houwaart, estes últimos com uma análise no registo da oncologia experimental holandesa<sup>20</sup>.

Por seu turno, o percurso dos centros anticancerosos alemães foi abordado por Gustav Wagner e Andrea Mauerberg<sup>21</sup>, ao passo que Wolfgang Hien soube trazer a metodologia sociológica para se focar na questão dos cancro provocados pela indústria química<sup>22</sup>. Hien abordou a ideologia e a prática da medicina ocupacional na Alemanha do século XX, em especial os cancro provocados pela anilina nos operários tintureiros, e pelo arsénico nos comerciantes de vinho. Explora ainda o modo como os empregadores usaram os conceitos de predisposição genética e susceptibilidade, para poderem rejeitar trabalhadores eventualmente mais vulneráveis a tarefas potencialmente perigosas, e ainda como as tradições de pesquisa do período nazi persistiram até aos tempos mais recentes.

Este último período foi igualmente abordado por Robert Proctor, num estudo pioneiro e algo controverso sobre o pensamento e atitudes político-sanitárias do regime nacional-socialista face à doença oncológica, mas também sobre as premissas científicas da época, muitas delas desenvolvidas e defendidas por cientistas alemães<sup>23</sup>.

Num estudo de Marie-José Imbault-Huart, a autora afirma mesmo não haver uma história do cancro do ponto de vista social, mas sim científica. A partir daí, e recorrendo a casos remotos como o cancro da mama da rainha Ana de Áustria, a autora propõe uma reflexão sobre o estatuto maldito que o cancro impõe não só aos afectados, mas também aos médicos, fazendo-nos ainda pensar sobre o recurso ao curandeirismo, feito por todos os estratos sociais<sup>24</sup>.

---

<sup>18</sup> Cf. MALININ, 2008.

<sup>19</sup> Cf. BALL, 1993.

<sup>20</sup> Cf. DONGEN, 1979 e LESTERHUIS & HOUWAART, 2000: 89-94.

<sup>21</sup> Cf. WAGNER & MAUERBERG, 1989.

<sup>22</sup> Cf. HIEN, 1994.

<sup>23</sup> Cf. PROCTOR, 1999.

<sup>24</sup> Cf. IMBAULT-HUART, 1985: 165-176.

Numa abordagem mais voltada para os caminhos da história cultural, James Patterson<sup>25</sup> verteu a sua atenção para as mudanças do conhecimento popular sobre o cancro, e o modo como os agentes políticos responderam aos receios da população face à doença. Analisou os conflitos que levaram ao estabelecimento da American Society for the Control of Cancer em 1913 e do National Cancer Institute em 1937, explorando ainda as razões pelas quais os médicos norte-americanos foram tão lentos a admitir o tabaco enquanto agente causal, e o modo como o optimismo tecnocrático americano levou Richard Nixon a declarar a «guerra ao cancro» em 1971. Note-se que este último assunto, sobretudo o *National Cancer Act* foi igualmente examinado em profundidade por Richard Rettig<sup>26</sup>.

Estas abordagens históricas, têm sido complementadas por um conjunto cada vez maior de estudos altamente focalizados no combate a um ou outro tipo particular de cancro, seja da mama, do ovário, do útero, do pulmão, leucemia, linfoma, ou outros, o que se compreende facilmente se reconhecermos que as causas materiais e enredos sociais que lhes estão subjacentes podem ser profundamente diferentes. Se bem que estes estudos sejam difíceis de contabilizar, muito provavelmente o cancro da mama tem sido o mais abordado de todos, tanto mais que durante milénios esta foi a manifestação mais explícita e frequente da doença, confundindo-se habitualmente com ela própria: o cancro da mama era, em si mesmo, o cancro<sup>27</sup>. Não surpreende, pois, que o particular impacto do cancro da mama desse dar azo a trabalhos especialmente imbuídos das premissas da história do género, como os de Kirsten Gardner, Mary De Shazer, Tammy Comeau ou Maren Klawiter<sup>28</sup>.

E a pulverização de olhares tende a aumentar. Ainda em cruzamento com uma leitura historiográfica, têm surgido outros trabalhos, sejam eles de cariz marcadamente mais sócio-histórico<sup>29</sup>, antropológico, interdisciplinar<sup>30</sup>, na incontornável vertente da história das ideias<sup>31</sup>, ou ainda na área da paleo-oncologia<sup>32</sup>. Outro segmento ligado à história das profissões de saúde paramédicas começou também a despontar, como é o caso da enfermagem oncológica, que teve no trabalho de Judith Johnson *et al.*<sup>33</sup> uma interessante e inovadora abordagem ao entrecruzar discursos da memória oral com os registos da memória escrita.

Se bem que os estudos de fundo sobre a história da terapêutica anticancerosa começam agora a surgir<sup>34</sup>, são ainda escassos, assim como os trabalhos histórico-

---

25 Cf. PATTERSON, 1987.

26 Cf. RETTIG, 1977.

27 Cf. KLAWITER, 2008; OLSON, 2002; ARONOWITZ, 2001: 355-386; LERNER, 2001; JASEN, 2002: 17-43, TAYLOR, 1989: 381-402, e MOULIN, 1983. Outros exemplos de estudos ultra-focalizados podem ser encontrados em JASEN, 2009: 489-512 e KEATING & CAMBROSIO, 2003: 291-313.

28 Cf. GARDNER, 2006; De SHAZER, 2005; COMEAU, 2004; KLAWITER, 2008.

29 Cf. FUJIMURA, 1996 e MEDINA DOMÉNECH, 1996.

30 Cf. STACEY, 1997. A autora não só conta a sua própria história pessoal, como envolve a sociologia, a biologia, o cinema, a história, etc.

31 Cf. RATHER, 1978 e FITZGERALD, 2000.

32 Cf. SPYROS, 1986.

33 Cf. JOHNSON, *et al.* 2001.

34 Cf. o dossier temático: ROQUÉ & HERRAN, 2009: 123-364.



estatísticos, apesar de Johannes Clemmesen<sup>35</sup> nos ter legado um notável trabalho de investigação nesta matéria.

### 3. HISTÓRIA DO CANCRO EM PORTUGUÊS

Quando nos voltamos para o caso português, não é difícil verificar a existência de um vazio quase completo sobre a doença oncológica ou da luta contra o cancro. Se bem que o estudo de algumas patologias tenha sido alvo de estudos historiográficos com alguma profundidade, são sobretudo as doenças epidémicas que têm vindo a recolher o interesse e a ser alvo de análise, caso da denominada gripe espanhola ou ainda das diferentes pestes, fenómenos que desde a Idade Média e até finais do século XIX fizeram a sua aparição em intervalos irregulares.

A tradição historiográfica nacional sobre a saúde e a medicina<sup>36</sup>, não faz senão referências meramente pontuais e pouco desenvolvidas no tocante à oncologia e à luta contra o cancro. Referimo-nos aos prolectos trabalhos de Ferreira de Mira, Luís de Pina e Maximiano Lemos, cuja concepção encontra as suas raízes no positivismo histórico do século XIX, revelando uma abordagem nitidamente iatrocêntrica, ainda muito voltada para a figura do médico/medicina, e menos para a *saúde* enquanto área de actuação médica. Em abono da verdade, diga-se que tais obras datam na sua maior parte da primeira metade do século XX ou fins do século XIX, quando a luta contra o cancro em Portugal, tal como a conhecemos hoje, ainda não contaria senão com poucos anos de existência.

Num registo mais recente, o autor da *História da Medicina Portuguesa no Século XX*<sup>37</sup> faz apenas uma breve referência linear ao Instituto Português de Oncologia (IPO) e à pessoa de Francisco Gentil, certamente condicionado pelo carácter sintético que conferiu à sua obra, o que não lhe permitiu dispor de grande margem de manobra para se dedicar à oncologia em particular.

Seja por mero desinteresse, seja pela aparente escassez de historiadores portugueses dedicados à saúde enquanto espaço social que ultrapassa o campo estrito da doença e da medicina, os estudos sistemáticos de natureza historiográfica sobre o cancro são ainda muito escassos entre nós. Quanto aos que existem, tratam-se sobretudo de abordagens de cariz eminentemente institucional e biográfico, redigidos quase exclusivamente por médicos, versando a atenção da sua investigação para os traços mais salientes de um universo devedor da figura tutelar do médico Francisco Gentil<sup>38</sup> e da instituição que hoje porta o seu nome: o Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil (IPOFG). Pela sua natureza generalista, mas sobretudo factual e cronológica, destaca-se claramente a incontornável obra coordenada pelo endocrinologista Luís da Silveira Botelho<sup>39</sup>, havendo ainda outras que se dedicaram ao caminho mais recentemente trilhado pelos centros

---

<sup>35</sup> Cf. CLEMMSEN, 1965.

<sup>36</sup> Cf. PINA, 1954; MIRA, 1947; LEMOS, 1991.

<sup>37</sup> Cf. MACEDO, 2000: 47-48.

<sup>38</sup> Cf. BOTELHO, 1978.

<sup>39</sup> Cf. BOTELHO, 2000.

regionais do Porto e Coimbra no tratamento da doença<sup>40</sup>. O resgate dos factos, personagens e instituições, repousa geralmente numa narrativa de carácter marcadamente descritivo e esquemático, seguindo assumidamente objectivos expositivos e cronológicos.

Numa leitura diferente e assumidamente sociológica, destacamos a existência das incursões de Helder Raposo<sup>41</sup> e João Arriscado Nunes<sup>42</sup>, o primeiro dos quais fez uma leitura sociológica da institucionalização do IPO, assente no construtivismo fenomenológico, fortemente enformado pelos escritos de Michel Foucault e pelo exemplo francês de luta contra o cancro explanado por Patrice Pinell.

Noutro trabalho, de natureza académica e da autoria do redactor deste artigo<sup>43</sup>, dirigiu-se um enfoque histórico sobre a criação da oncologia enquanto novo domínio científico da medicina, em paridade com as políticas de saúde pública que lhe estavam associadas, a institucionalização da luta contra o cancro e as conexões entretanto desenvolvidas com a sociedade portuguesa. Não deixou de se abordar o papel e motivações daqueles que estruturaram a luta contra o cancro, bem como o modelo de organização anticancerosa que perfilharam.

Ainda em língua portuguesa, mas do outro lado do Atlântico, a produção historiográfica brasileira tem-se mostrado bem mais activa nesta temática. Desde meados da primeira década do novo século que o labor de alguns historiadores, especialmente da Fundação Oswaldo Cruz (onde sobressaem os trabalhos de Luiz António Teixeira entre outros)<sup>44</sup>, se tem cristalizado em livros, artigos, dissertações e teses, que culminaram em Julho de 2010 na elaboração da primeira colectânea de artigos sobre o tema, reunidos num volume temático da revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Como é apanágio desta publicação, as visões multifacetadas foram a tônica dominante, linha editorial muito corrente em publicações desta natureza, desta feita dedicado ao percurso da institucionalização do INCA e da luta contra o cancro no Brasil durante a primeira metade do século XX<sup>45</sup>.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com estas referências pretendemos elaborar um recenseamento sintético, mas suficientemente abrangente e significativo acerca da produção historiográfica nacional e internacional relativa à doença oncológica. Se por um lado é possível encontrar um conjunto cada vez maior de perspectivas de trabalho que permitem estimular a produção historiográfica sobre as problemáticas da saúde, importa reconhecer que estão ainda por realizar em Portugal estudos abrangentes, sistemáticos e integradores, onde se articulem os diversos enfoques possíveis, e não apenas as estruturas hospitalares e os reflexos da

<sup>40</sup> Cf. PACHECO, 2002 e PORTUGAL, 2003.

<sup>41</sup> Cf. RAPOSO, 2004: 177-203.

<sup>42</sup> Cf. NUNES, 2002: 285-315; NUNES, 1996: 9-46.

<sup>43</sup> Cf. COSTA, 2010.

<sup>44</sup> Cf. TEIXEIRA & FONSECA, 2007; TEIXEIRA, 2009:104-117; SAMPAIO, 2006; CARVALHO, 2006.

<sup>45</sup> Cf. TEIXEIRA, 2010:13-31; ANDRADE, 2010: 109-126; SANGULARD, 2010: 127-147; COSTA & TEIXEIRA, 2010: 223-241; CARRILLO, 2010: 89-107.

doença na sociedade, abordagens que são habitualmente apadrinhadas pelo recurso à metodologia do construtivismo fenomenológico.

Uma vez mais se depreende que a transdisciplinaridade entre os diferentes domínios do saber em ciências sociais e humanas é, e será cada vez mais o principal caminho para a elaboração de registos historiográficos abrangentes sobre todos os domínios que perpassam o nosso mundo social, e em última análise, as nossas tribulações humanas.

Para todos os efeitos, gostaríamos de ressaltar que continua a ser igualmente necessário o estabelecimento de consensos no seio da produção científica, em paridade com a geração de novas ideias e novos discursos, que podem em si gerar ruptura epistemológica. Talvez o mais importante seja proceder a uma convergência de esforços interdisciplinares, caminho cada vez mais trilhado e encarado como processo renovador da história da saúde e das ciências biomédicas.

## 5. BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Rômulo de Paula; LANA, Vanessa (2010) – *Médicos, viagens e intercâmbio científico na institucionalização do combate ao câncer no Brasil (1941-1945)*. «História, Ciências, Saúde – Manguinhos», v. 17, supl. 1, Rio de Janeiro: p. 109-126.
- ARONOWITZ, R.A. (2001) – *Do not delay: Breast Cancer and Time, 1900-1970*. «Millbank Quarterly», 79, p. 355-386.
- AUSTOKER, Joan (1988) – *A History of the Imperial Cancer research Fund, 1902-1986*. Oxford: Oxford University Press.
- BOTELHO, Luís da Silveira, coord. (2000) – *O Instituto Português de Oncologia e a luta contra o cancro em Portugal: 75 anos*. Mafra: Elo.
- BALL, Howard (1993) – *Cancer factories: America`s tragic quest for uranium self-sufficiency*. Westport, Conn: Greenwood Press.
- BOTELHO, Luís da Silveira, coord. (1978) – *Francisco Gentil (1878-1964)*. Introdução de Fernando Namora. Edição da LPCC.
- BRESLOW, Lester (1977) – *A History of Cancer Control in United States, with emphasis on the Period 1946-1971*. Bethesda: NCI.
- CARRILLO, Ana María (2010) – *Entre el ‘sano temor’ y el ‘miedo irrazonable’: la Campaña Nacional Contra el Cáncer en México*. «História, Ciências, Saúde – Manguinhos», v.17, supl.1. Rio de Janeiro: p. 89-107.
- CARVALHO, Alexandre Octavio Ribeiro de (2006) – *O Instituto Nacional de Câncer e sua memória: uma contribuição ao estudo da invenção da cancerologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. Dissertação (Mestrado profissional) – Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais.
- CANTOR, David, ed. (2008) – *Cancer in the Twentieth Century*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- CANTOR, David, ed. (2007) – *Cancer in the Twentieth Century*. «The Bulletin of the History of Medicine», vol. 81, n.º 1. Special Issue.
- CANTOR, David (1993) – *Cancer*. In BYNUM, W. F. & PORTER, R., ed. – *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*. London: Routledge, p. 537-561, 2 vols.
- CANTOR, David (1989) – *The Medical Research Council`s Support for Experimental Radiology During the Inter-War Years*. In AUSTOKER, J. & BRYDER, L., eds. – *The Role of Medical Research Council*. Oxford: Oxford University Press.
- CLEMMSEN, Johannes (1965) – *Statistical Studies in the Aetiology of Malignant Neoplasms. Vol I, Review and Results*. Copenhagen: Munksgaard.

- CLOW, Barbara (2001) – *Negotiating Disease: power and Cancer Care, 1900-1950*. Montreal: McGill-Queen's University Press.
- COSMACINI, Giorgio; SIRONI, V. A. (2002) – *Il male del secolo: per una storia del cancro*. Roma: Laterza.
- COSTA, Manuela Castilho Coimbra; TEIXEIRA, Luiz Antonio (2010) – *As campanhas educativas contra o câncer*. «História, Ciências, Saúde – Manguinhos», v. 17, supl. 1. Rio de Janeiro: p. 223-241.
- COSTA, Rui Manuel Pinto (2010) – *Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839-1974)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- COMEAU, Tammy (2004) – *The gendered sub-text of medical discourse on cancer in the nineteenth century*. Ontario: University of Western Ontario. Thesis (doctoral).
- DARMON, Pierre (1993) – *Les Cellules folles. L'homme face au cancer de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Plon.
- De SHAZER, Mary K. (2005) – *Fractured borders: reading women's cancer literature*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- DONGEN, Johannes A. van (1979) – *Geschiedenis van het Nederlands Kanker Instituut het Antoni van Leeuwenhoekhuis*. Amsterdam.
- ECKHART, Wolfgang U., org. (2000) – *100 years of organized cancer research*. Stuttgart: Thieme.
- EPSTEIN, Samuel S. (1979) – *The Politics of Cancer*. New York: Anchor Press.
- FITZGERALD, Patrick (2000) – *From demons and evil spirits to cancer genes: the development of concepts concerning the causes of cancer and carcinogenesis*. Washington, D.C.: American Registry of Pathology, Armed Forces Institute of Pathology.
- FUJIMURA, Joan H. (1996) – *Crafting Science. A Sociohistory of the Quest for the Genetics of Cancer*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- GARDEN, Kirsten E. (2006) – *Early detection: women, cancer, & awareness campaigns in the twentieth-century United States*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- GREAVES, M. F. (2000) – *Cancer: The Evolutionary Legacy*. Oxford: Oxford University Press.
- HAYTER, Charles (2005) – *An element of hope: radium and the response to cancer in Canada, 1900-1940*. Montreal and Kingston: McGill-Queen's University Press.
- HIEN, Wolfgang (1994) – *Chemische Industrie und Krebs*. Bremerhaven, Germany: Wirtschaftsverlag.
- IMBAULT-HUART, Marie-José (1985) – *História do cancro*. In Le GOFF, Jacques (org.) – *As doenças têm História*. Mem Martins: Terramar, p. 165-176.
- JASEN, Patricia (2002) – *Breast cancer and the language of risk, 1750-1950*. «Social History of Medicine», 15, p. 17-43.
- JASEN, Patricia (2009) – *From the 'Silent Killer' to the 'Whispering Disease': Ovarian Cancer and the Uses of Metaphor*. «Medical History», 53, p. 489-512.
- JOHNSON, Judith; BAIRD, Susan B.; HIRDELEY, Laura (2001) – *It took courage, compassion, and curiosity: recollections and writings of leaders in cancer nursing 1890-1970*. Pittsburg, PA: Oncology Nursing Society.
- KEATING, Peter; CAMBROSIO, Alberto (2003) – *Beyond 'Bad News': The Diagnosis, Prognosis and Classification of Lymphomas and Lymphoma Patients in the Age of Biomedicine (1945-1995)*. «Medical History», 47, p. 291-313.
- KLAWITER, Maren – *The biopolitics of breast cancer: changing cultures of disease and activism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- KREMENTSOV, Nikolai (2002) – *The Cure: A Story of Cancer and Politics from the Annals of the Cold War*. Chicago: UCP.
- Le GOFF, Jacques, org. (1985) – *As doenças têm História*. Lisboa: Terramar.
- LEMONS, Maximiano (1991) – *História da Medicina em Portugal: instituições e doutrinas*. Lisboa: D. Quixote e Ordem dos Médicos, vol. I e II. (1ª ed. 1899).
- LERNER, Barron H. (2001) – *The Breast Cancer Wars: Hope, Fear, and the Pursuit of a cure in Twentieth Century America*. Oxford: Oxford University Press.

- LESTERHUIS J.; HOUWAART, E. S. (2000) – *Bringing the inbred-mouse to Europe. The Netherlands Cancer Institute within the context of international cancer research 1913-1950*. In ECKHART, Wolfgang U. (org.) – *100 years of organized cancer research*. Stuttgart: Thieme, p. 89-94.
- LÖWY, Ilana – *Between Bench and Bedside: Science, Healing, and Interleukin-2 in a Cancer Ward*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.
- MACEDO, Manuel Machado (2000) – *História da Medicina Portuguesa no Século XX*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios.
- MALININ, Theodore I. (2008) – *Cancer Merchants: History of NCI's, Viruses and Cancer Programs*. Pittsburgh: Dorrance Publishing.
- McCULLOCH, Ernest A. (2003) – *The Ontario Cancer Institute: successes and reverses at Sherbourne Street*. Montreal; London: McGill-Queen's University Press.
- MEDINA DOMÈNECH, Rosa María (1996) – *Curar el Cancer? Los orígenes de la Radioterapia española en el primer tercio del siglo XX*. Granada: Universidad de Granada.
- MIRA, M. B. Ferreira de (1947) – *História da medicina portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- MOULIN, Daniel de (1983) – *A Short History of Breast Cancer*. Boston: Martinus Nijhoff.
- NUNES, João Arriscado (2002) – *Risco, incerteza e regimes de verdade. A patologia tumoral e a biologia do cancro*. «Revista de História das Ideias», vol. 23. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 285-315.
- NUNES, João Arriscado (1996) – *Escala, heterogeneidade e representação: Para uma cartografia da investigação sobre o cancro*. «Revista Crítica de Ciências Sociais», n.º 46. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra, p. 9-46.
- OLSON, James S. (2009) – *Making Cancer History: Disease & Discovery at the University of Texas M. D. Anderson Cancer Center*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- OLSON, James S. (2002) – *Bathsheba's Breast: Women, Cancer and History*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- OLSON, James S. (1989) – *The History of Cancer. An annotated bibliography*. New York: Greenwood Press.
- PACHECO, Francisco do Carmo (2002) – *Ao serviço do doente oncológico: 25 anos da história do Centro do Porto do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil*. Lisboa: Liga Portuguesa Contra o Cancro.
- PATTERSON, James T. (1987) – *The Dread Disease: Cancer and Modern American Culture*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- PINA, Luís de (1954) – *História Geral da Medicina*. Porto: Tipografia da Livraria Simões Lopes.
- PINELL, Patrice (2000) – *Cancer*. In COOTER, R; PICKSTONE, J., eds. – *Medicine in the Twentieth Century*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, p. 671-686.
- PINELL, Patrice (2002) – *The Fight against Cancer: France 1890-1940*. London: Routledge.
- PINELL, Patrice (1992) – *Naissance d'un fléau. Histoire de la lutte contre le cancer en France (1890-1940)*. Paris: Éditions Métailié.
- PLACUCCI, Patrizia (1992) – *La malattia del secolo: L'Istituto Vittorio Emanuele III per lo Studio del Cancro a Milano, 1928-1939*. «Sanità, Scienza e Storia», n.º 1-2 (Stampa 1995), p. 285-314.
- PORTUGAL, Instituto Português de Oncologia (2003) – *Um caminho com história. Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil, Centro Regional de Coimbra*. Lisboa: IPO; Coimbra: CRO.
- PROCTOR, Robert N. (1999) – *The Nazi War on Cancer*. Princeton: Princeton University Press.
- PROCTOR, Robert N. (1995) – *Cancer Wars: How Politics Shape What We Know & Don't Know about Cancer*. New York: Basic Books.
- RETTIG, Richard A. (1977) – *Cancer Crusade: The Story of the National Cancer Act of 1971*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- RAPOSO, Hélder (2004) – *A luta contra o cancro em Portugal. Análise do processo de institucionalização do Instituto Português de Oncologia*. «Fórum Sociológico», n.º 11/12, p. 177-203.
- RATHER, L. J. (1978) – *The Genesis of Cancer. A Study in the History of Ideas*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

- ROQUÉ, Javier; HERRAN, Néstor, *ed.* (2009) – *Isotopes: Science, Technology and Medicine in the Twentieth Century*. «Dynamis», vol. 29, p. 123-364.
- ROSS, Walter S. (1987) – *Crusade: The Official History of the American Cancer Society*. New York: Arbor House.
- SAMPAIO, Consuelo Novais (2006) – *70 Anos de lutas e conquistas: Liga Bahiana Contra o Câncer*. Salvador: LBCC.
- SANGLARD, Gisele (2010) – *Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936)* «História, Ciências, Saúde – Manguinhos», vol. 17, supl. 1. Rio de Janeiro: p. 127-147.
- SIGISMUND, Peller (1979) – *Cancer research since 1900: an evaluation*. New York: Philosophical Library.
- SONTAG, Susan (1978) – *Illness as Metaphor*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- SPYROS, Retsas, *ed.* (1986) – *Palaeo-oncology: the antiquity of cancer*. London: Farrand.
- STACEY, Jackie (1997) – *Teratologies. A cultural Study of Cancer*. London: Routledge.
- TAYLOR, Therese (1989) – *Purgatory on Earth: An Account of Breast Cancer from Nineteenth-Century France*. «Social History of Medicine», vol. 11, n.º 3, p. 381-402.
- TEIXEIRA, Luiz Antonio (2009) – *O câncer na mira da medicina brasileira*. «Revista Brasileira de História da Ciência», v. 2, n.º 1. Rio de Janeiro: p. 104-117.
- TEIXEIRA, Luiz Antonio (2010) – *O controle do câncer no Brasil na primeira metade do século XX*. «História, Ciências, Saúde – Manguinhos», v. 17, supl. 1. Rio de Janeiro, p. 13-31.
- TEIXEIRA, Luiz. Antonio; FONSECA, Cristina Maria Oliveira (2007) – *De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde.
- WAILOO, Keith (2011) – *How cancer crossed the color line*. Oxford: Oxford University Press.
- WALDHOLZ, Michael (1997) – *Curing Cancer: The Story of the Men and Women Unlocking the Secrets of Our Deadliest Illness*. New York: Simon & Schuster.
- WAGNER, Gustav; MAUERBERG, Andrea (1989) – *Krebsforschung in Deutschland: Vorgeschichte und Geschichte des Deutschen Krebsforschungs-zentrums*. Berlin: Springer.
- WEINBERG, Robert A. (1996) – *Racing to the Beginning of the Road. The Search for the Origin of Cancer*. New York: Harmony Books.



# RECENSÕES

## 1910-2010: O CAMINHO-DE-FERRO EM PORTUGAL

ARANHA ANTUNES, CARRASQUINHO DE FREITAS, GILBERTO GOMES, HORMIGO VICENTE, LOPES CORDEIRO (COORDS.)

LISBOA: CP – COMBOIOS DE PORTUGAL E REFER – REDE FERROVIÁRIA NACIONAL, 2010

324 p., IL., MAPAS, BIB. DVD-ROM, ISBN 978-989-97035-0-6 (REFER), 978-989-95182-6-1 (CP)

Inserida nas iniciativas da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, a obra *1910-2010: o caminho-de-ferro em Portugal* pretende evocar alguns aspectos da história da ferrovia nacional durante a I República, o Estado Novo e o regime democrático actual. Seguidamente, procura estabelecer uma ponte entre este passado recente e um presente de novos desafios e oportunidades (ao nível da construção, da exploração e também da preservação da memória colectiva), que, deste modo, não nos surge descontextualizado das suas raízes.

Para atingir estes objectivos, a equipa de coordenação editorial optou por elaborar uma compilação de textos redigidos por vários autores e subordinados aos mais variados temas ferroviários, tal como se fez há quinze anos atrás com a edição de *O Caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996. O Caminho de ferro revisitado* (na altura, coordenado por Joel Serrão e Gilberto Gomes).

Assim, depois de um texto introdutório (assinado pela Professora Eugénia Mata) que enquadra historicamente o caminho-de-ferro nos desafios do século XX (concorrência crescente do transporte automóvel depois de décadas de monopólio no mercado do transporte acelerado) e do século XXI (alta velocidade, uniformização de bitola, articulação com outros meios de transporte, papel do caminho-de-ferro no sistema nacional de mobilidade), seguem-se curtos ensaios agrupados em duas partes: uma de índole mais histórica e com uma visão a um prazo mais longo (desde o início de Novecentos); outra mais voltada para a actualidade e para as novas dinâmicas com

que a ferrovia se depara (novas construções, simultâneas ao fecho de linhas antigas; novas formas de exploração; novos equipamentos, etc.). Apesar desta divisão, alguns textos da segunda parte não se coíbem de ir buscar apoio aos 150 anos de História do caminho-de-ferro em Portugal ou de complementar com dados contemporâneos aquilo que ficou dito na primeira parte

Deste modo, são abordados diversos aspectos da história ferroviária do intervalo cronológico 1910-2010, desde a evolução da rede até à situação económico-financeira do sector, passando pelo material circulante e tipo de tracção (fim vapor e opção pelo diesel e pela electricidade), pela arquitectura do material fixo (e respectivas alterações no *gosto* durante o século XX), pela sinalização e informática, pelas relações laborais, pela comparação com a realidade espanhola (na mudança do paradigma da titularidade da exploração) e pelo planeamento e ordenamento do território motivado pelo caminho-de-ferro.

Ao percorrer as mais de 300 páginas do livro fica-se com a ideia de uma certa desarticulação entre os capítulos, que parecem completamente desligados uns dos outros, o que não surpreende dada a diversidade temática que abarcam. No entanto, tendo em conta que o objectivo deste trabalho é realmente fazer uma compilação de estudos de várias facetas do sector, esta opção por uma disparidade e desconexão de conteúdos fica justificada. Além disso, não se dá também uma grande profundidade ao exame em cada um dos capítulos, o que, de resto, é facilmente explicado pelas limitações de espaço que uma obra desta



natureza decerto impõe e que obrigam a uma abordagem sucinta e assertiva. O que verdadeiramente falta é uma conclusão geral que procure enquadrar o que ficou escrito nas páginas anteriores com os novos projectos ferroviários que se debatem actualmente.

Em contrapartida, aquela diversidade temática vem acompanhada de uma perspectiva multidisciplinar, que enriquece o estudo. Neste projecto, reuniram-se contributos de historiadores (alguns deles dando a conhecer aspectos das investigações que correntemente desenvolviam), arquitectos, economistas, engenheiros e geógrafos. Considerando que algumas das questões abordadas são eminentemente técnicas (sobretudo aquelas ligadas ao material circulante, à sinalização e aos sistemas informáticos), a participação de especialistas em cada uma dessas áreas só beneficia a análise, muito embora àqueles técnicos falte, naturalmente, prática nas metodologias das ciências sociais e humanas e, em alguns casos, o próprio enquadramento histórico.

Quanto às fontes consultadas, é difícil fazer um exame, dada a disparidade de perspectivas e temas. Aliás, alguns dos textos são mais sínteses bibliográficas do que propriamente novas linhas de investigação baseadas em dados empíricos (enquanto que outros não indicam qualquer referência bibliográfica ou arquivística). Em todo o caso, os contributos que realmente apresentam alguma sustentação empírica não fogem muito às fontes clássicas guardadas no Arquivo da CP – Comboios de Portugal, publicadas nos periódicos do sector ou produzidas pela própria empresa pública ou pelas entidades competentes (no caso dos estudos sobre os comboios de alta velocidade).

As visões de conjunto dos caminhos-de-ferro portugueses no século XX não abundam. Só recentemente foi defendida na Universidade Complutense de Madrid uma tese de doutoramento sobre a política ferroviária ibérica na primeira metade de Novecentos. Além disto, contam-se apenas súmulas cronológicas da evolução da rede e estudos académicos (e não só) localizados no espaço e no objecto de análise. Deste modo, a presente edição tem o mérito de lançar alguns dados e sobretudo chamar a atenção dos investigadores e público em geral para esta área do saber, que só ao de leve foi analisada dentro de uma perspectiva histórica global. No fundo, renova o estímulo fornecido pela já citada edição coordenada por Joel Serrão e Gilberto Gomes.

A publicação inclui ainda um DVD contendo uma visita virtual à exposição sobre o mesmo tema, que acompanhou a iniciativa editorial, além de uma versão digital do próprio livro. É um excelente e útil instrumento que permite o acesso aos conteúdos noutros suportes, até porque o formato em papel não permite uma fácil leitura.

Em suma, *1910-2010: o caminho-de-ferro em Portugal* é mais um contributo válido para a História do caminho-de-ferro em Portugal e de leitura obrigatória para os que se debruçam sobre esta matéria. Embora constitua uma compilação de pequenas reflexões sobre vários assuntos da área, não se assumindo como uma investigação de fundo, lança novos dados a partir de diferentes perspectivas de análise. Além do mais, tem o mérito de incluir o argumento e o enquadramento histórico na discussão de temas que dominam a actualidade.

HUGO SILVEIRA PEREIRA  
(BOLSEIRO FCT/CITCEM)

## A COLEÇÃO EGÍPCIA DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DA UNIVERSIDADE DO PORTO

LUÍS MANUEL DE ARAÚJO

PORTO: EDIÇÕES CENTENÁRIO E UNIVERSIDADE DO PORTO, 2011. 272 p., il. cores, ISBN 978-989-8265-63-0

Autor de uma vasta bibliografia egiptológica, Luís Manuel de Araújo tem consagrado uma parte muito significativa do seu trabalho ao estudo e publicação das coleções egípcias conservadas em Portugal. Para além da publicação em periódicos científicos de artigos dedicados a pequenos núcleos egípcios, são também da sua autoria, os catálogos das principais coleções egípcias conservadas em território nacional. Os catálogos dos núcleos egípcios do Museu Nacional de Arqueologia e do Museu da Fundação Calouste Gulbenkian são já obras de referência com divulgação e projecção internacionais. Em co-autoria com Paula Basso, o Autor publicou também o interessante núcleo egípcio do Museu da Farmácia, ao passo que uma parte significativa do espólio egípcio da Sociedade de Geografia de Lisboa, constituído pelas 88 estatuetas funerárias da XXI dinastia originárias de Babel-Gassus, foi já publicado num volume temático publicado com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e da Fundação Calouste Gulbenkian (*Estatuetas Funerárias Egípcias da XXI Dinastia*), estando o restante espólio, constituído por ataúdes antropomórficos e coberturas de múmia, em fase de estudo e publicação pelo signatário desta apresentação. Apesar dos esforços da Casa Museu Teixeira Lopes e do Museu de História Natural que editaram em 2008, por ocasião da exposição *Mistérios do Além no Antigo Egipto*, uma publicação de divulgação organizada pelas duas instituições, este importante núcleo museológico carecia ainda de um estudo científico rigoroso que documentasse a totalidade dos seus objectos. Integrada no Centenário da Universidade do Porto, a decisão de publicar o catálogo foi em boa hora acompanhada pela

ideia de criar um novo espaço museológico no seio do magnífico edifício da Reitoria exclusivamente reservado ao núcleo egípcio. É justo aqui sublinhar o rasgo e a visão estratégica da Reitoria da Universidade do Porto que reconheceu a importância deste núcleo patrimonial para cimentar a vocação da Instituição como matriz produtora e geradora de conhecimento. O resultado está à vista de todos: uma nova sala condigna para a exposição permanente do núcleo egípcio, bem como um catálogo escrupuloso sobre o qual as futuras gerações de investigadores poderão com segurança edificar os seus estudos.

De resto, para além de estudioso das coleções egípcias conservadas em Portugal, o Autor é justamente reconhecido como o fundador da egiptologia científica em Portugal. Enquanto muitos continuavam a seguir uma prática empírica adaptando acriticamente, mais ou menos ao sabor do acaso, expressões traduzidas directamente das tradições egiptológicas mais antigas, como é o caso da inglesa ou da francesa, coube ao Autor a tarefa decisiva de constituir laboriosamente, ao longo de mais de vinte anos de trabalho, um vocabulário técnico próprio da egiptologia portuguesa. A delimitação de uma terminologia científica própria é, como sabemos, indispensável no trabalho das Ciências Sociais e foi Luís Manuel de Araújo o investigador que deu o passo decisivo para afirmar a autonomia da egiptologia portuguesa e assegurar uma base de trabalho indispensável para alicerçar a investigação neste domínio.

Por todas as razões já apontadas, o presente catálogo deve ser justamente reconhecido como um marco importante da egiptologia portuguesa. Com um trabalho gráfico de excelência, da autoria de Rui Mendonça, o volume

é, antes de mais, uma obra bibliográfica sofisticada e muito cuidada.

Do ponto de vista técnico, o volume conta com uma sucinta e muito esclarecedora «Introdução» e uma apresentação do interessante e acidentado percurso que o núcleo egípcio conheceu até ser entregue à guarda do Museu de História Natural. O capítulo «Arte e história do Egipto faraónico» cumpre a função pedagógica bem pertinente que consiste em facilitar o entrosamento na obra dos leitores menos familiarizados com a terminologia egiptológica, uma preocupação de resto também patente na inclusão de um valioso Glossário no final do volume. O catálogo propriamente dito ocupa as secções I-X:

- I. Recipientes de cerâmica
- II. Recipientes de pedra
- III. Modelos periféricos
- IV. Objectos do quotidiano
- V. Estatuetas funerárias
- VI. Amuletos
- VII. Escaravelhos
- VIII. Mumificação
- IX. Bronzes figurativos
- X. Terracotas greco-romanas

Seguindo a linha adoptada pelo Autor em catálogos publicados previamente, o actual trabalho afirma-se, antes de mais, como um repositório documental escrupuloso. Tomando as estatuetas funerárias como exemplo, na secção V, o Autor procede a uma apresentação sucinta relativa à terminologia, características morfológicas e decorativas e valor simbólico

destes objectos, assim como à breve explanação da sua evolução na cultura material do antigo Egipto. Segue-se a descrição de cada um dos objectos desta secção, recorrendo a uma metodologia descritiva segura e exaustiva, bem como a notas e comentários, sempre que pertinente. O valor documental do catálogo é valorizado pelo excelente registo fotográfico de cada objecto, normalmente apresentado em três perspectivas, também da autoria de Rui Mendonça. Também é de salientar o contributo do egiptólogo Telo Canhão na edição em fontes hieroglíficas dos textos patentes nos objectos. Acresce-se ainda o valor do índice remissivo que, somado ao seu valor documental inegável, fazem este catálogo num valioso instrumento de trabalho e um trabalho modelar neste domínio.

Com a presente edição, está portanto, lançada uma base segura que, estamos em crer, contribuirá decisivamente para alicerçar o trabalho de investigação deste espólio, sobretudo no que toca à sua contextualização no quadro das crenças religiosas do antigo Egipto, um trabalho que se adivinha promissor, principalmente no que toca ao estudo do ataúde antropomórfico e às valiosas máscaras funerárias da coleção que constituem ricos suportes de iconografia. Salienta-se ainda que este espólio é o único que em Portugal é enquadrado por uma instituição universitária. O Museu de História Natural tem assim uma responsabilidade acrescida na sua dignificação e estudo, tarefas essas que a comunidade científica não deixará de acompanhar atentamente e com expectativa.

ROGÉRIO SOUSA  
 (INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE SAÚDE – NORTE,  
 BOLSEIRO FCT. CITCEM)

# NOTÍCIAS

## OFICINAS DE INVESTIGAÇÃO DO CITCEM 2011

Em Fevereiro de 2011, o CITCEM iniciou a realização regular das suas *Oficinas de Investigação*, visando criar um espaço dinâmico de divulgação e de debate científico entre todos os seus investigadores e colaboradores, em especial em torno dos projetos de investigação dos estudantes de mestrado, doutoramento ou pós-doutoramento, organizados em conferências temáticas, podendo associar investigadores convidados de outros centros ou universidades nacionais ou estrangeiras.

Ao longo do ano, realizaram-se 14 sessões das *Oficinas de Investigação*, com a apresentação de 46 comunicações ou projetos, seguidas de debates entre os participantes, abrangendo problemáticas de investigação diversificadas, no sentido de cruzar informações, questões teóricas e metodológicas e resultados de pesquisa. As *Oficinas de Investigação do CITCEM* são organizadas pela Comissão Executiva do centro em colaboração com um Grupo de Trabalho pluridisciplinar, constituído por Carla Sequeira (História Contemporânea), Susana Castro (Literatura), Elsa Pereira (Literatura), Joana Sequeira (História Medieval) e Marta Miriam Ramos Dias (História da Arte).

Na primeira sessão das *Oficinas de Investigação do CITCEM*, realizada em 28 de Fevereiro de 2011, o debate centrou-se nas *Questões de política económica, entre a Regeneração e o Estado Novo*, a partir das comunicações apresentadas por Carla Sequeira (*Entre o livre-cambismo e o proteccionismo: o Douro e o vinho do Porto, entre a Regeneração e o Estado Novo*), Hugo José Silveira da Silva Pereira (*Política ferroviária nacional, 1845-1892 – uma abordagem*) e Fernando Sottomayor (*A indústria fosforeira portuguesa, antes do monopólio, 1868-1895*). A sessão de 11 de Março debruçou-se sobre *Questões da História e da Cultura Brasileira*, a partir das apresentações de Maria das Graças

Andrade Leal, da Universidade da Baía (*Sociedade dos artífices: pioneirismo de associação mutualista na Baía escravista, 1832-1862*), Ana Catarina Oliveira Marques (*Cadernos do obscuro – a ficção transgressora de Hilda Hilst*) e Alexandre Donato Carvalho (*Os manuais escolares de história e a cidadania no período de redemocratização do Estado brasileiro: o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – entre 1997 e 2011*). *Questões de Arqueologia* foi o tema da Oficina realizada a 25 de Março, tendo o debate sido precedido pelas intervenções de José Manuel Amaral Branco Freire (*A Celtização do Ocidente Peninsular – a case study entre duas cronologias culturais: Proto-História e Idade Média*), Paulo Costa Pinto (*A rede de castros no Noroeste Peninsular*) e Pedro Abrunhosa Pereira (*O vinho na Lusitânia*). A sessão de 29 de Abril versou a temática das *Elites intelectuais e políticas: da Academia de Ciências ao Estado Novo*, a partir das comunicações de Eurico Gomes Dias (*As dinâmicas da construção historiográfica nos primeiros tempos da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1792-1814*), Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira (*Construções da Memória e da Identidade na Revista de História, 1912-1928: Observações teórico-metodológicas sobre uma observação em curso*) e Eliana Brites Rosa (*A elite municipal do Porto, 1933-1945: para uma análise política e social do Estado Novo*). A primeira das duas *Oficinas* dedicadas a *Questões de História da Educação* (3 de Junho) incluiu intervenções de Fernando José Monteiro da Costa (*O manual escolar: Alvo, Espelho e Tela*), Bruno Pinheiro (*História, o ensino e a religião: concepções pedagógicas, políticas, historiográficas do programa de História do Ensino Liceal no Estado Novo*), Marcelo Magalhães (*Entre o balcão e a carteira: notas para a compreensão do ensino técnico comercial no século XX*) e Eva Maria Silva Ferreira (*Os professores e modelos de profissionalização no Estado Novo*) e a segunda, realizada a 16 de

Dezembro, envolveu a discussão dos temas de doutoramento de Maria Amélia Vasconcelos Faria (*De onde vêm? Roteiro geográfico e social dos alunos da Escola Secundária Coelho e Castro*), Basílio Manuel Marques de Almeida (*Educação e formação de adultos – das lógicas da alfabetização à lógica da gestão dos recursos humanos*), Rebeca Helena André (*Ensino de História em Angola: contexto político e educacional e cooperação*) e Tiago Santos Reigada (*O espaço do cinema nos programas e manuais de História do 3º ciclo do Ensino Básico*). A sessão de 17 de Junho discutiu *Crítica Textual na Literatura dos séculos XVII-XX*, com base nas intervenções de Cidália Dinis (*Francisco de Vasconcelos Coutinho: edição crítica da obra de um poeta madeirense*), Elsa Pereira (*Des/Venturas de um crítico afortunado: a edição das obras de João Penha*) e Cristiana Pires (*Primeiros versos de António Nobre: edição crítica*). *Novas leituras da Literatura Contemporânea foi o tema do encontro de 1 de Julho*, animado pelas comunicações de José Rui Teixeira (*Guilherme de Faria: um poeta neo-romântico redescoberto*), Otilia Lage (*Correspondência(S) Mécia e Jorge de Sena: um diário a quatro mãos*) e Susana Guimarães e Castro (*Uma Herança bem Moderna: a oculta sedução da música barroca na construção polifónica em dois romances de António Lobo Antunes*). Lino Tavares Dias e David Ferreira introduziram o tema da Oficina *Desafios actuais de investigação sobre a paisagem*, realizada em 16 de Setembro, com as intervenções *Indicadores para unidades de paisagem património: reptos e perspectivas* e *A paisagem cultural na avaliação de impactes: ponto de situação e perspectiva*. A sessão de 30 de Setembro, sobre *Economia Medieval de Portugal: temas, fontes, métodos e problemas*, reuniu um bom número de medievalistas, que discutiram as comunicações apresentadas por Joana Sequeira (*Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média: um percurso de investigação*), Sérgio Carlos Ferreira (*As múltiplas faces da moeda portuguesa na Baixa Idade Média*), Rodrigo Dominguez (*O financiamento da coroa Portuguesa no século XV, 1438-1495*) e Flávio

Miranda (*O comércio atlântico de Portugal na Idade Média: fontes, problemas e hipóteses*).

Até ao final de 2011, realizaram-se ainda as Oficinas *A morte e o além: representações materiais, liturgia e culto* (28 de Outubro), com comunicações de Marta Dias (*Uma nova interpretação da Arte Funerária Medieval no contexto de um projecto de doutoramento*), Inês Afonso Lopes (*O Purgatório – características de um sistema estruturado e estruturante*) e Rogério Sousa (*A Morte e o Além: representações iconográficas no Antigo Egipto*) e *Redes – problemas e métodos* (25 de Novembro). Esta última Oficina abriu com uma sessão animada por intervenções de colegas de outros centros e universidades, nomeadamente: de Joaquim Carvalho (Universidade de Coimbra – Equipa do Timelink) sobre *Ferramentas e métodos em análise de redes – o timelink e suas aplicações*; de Leonor Freire Costa (ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão) / Marta Varanda (ICS – Instituto de Ciências Sociais) e Tanya Araújo (UECE – Unidade de Estudos da Complexidade e Economia), sobre *Risco em espaços sociais não coesos: metodologia e problemas para rever o conceito de redes na historiografia económica*; de Jorge Pacheco (Departamento de Matemática e Aplicações – U. Minho)/Francisco Santos/Flávio Pinheiro/João Moreira (ATP-Group/CMAF), sobre *Cooperation in complex networks*. Foram ainda apresentados projectos de estudantes de doutoramento em História da FLUP e colaboradores do CITCEM, designadamente, Ana Sofia Ribeiro (*Comportamentos de cooperação em redes de comércio do século XVI – o caso da rede de Simon Ruiz*), Sara Pinto (*Redes económicas e redes espaciais: intersecções e retro projecções*) e Rosa Capelão (*A configuração e reforço de redes sociais mediante um sistema de crenças compartidas: O negócio de relíquias*).

A importância das *Oficinas de Investigação do CITCEM*, como espaço de debate científico e de diálogo interdisciplinar, justifica a sua prossecução em 2012, estando já a ser preparado o respectivo programa pelo mesmo Grupo de Trabalho que coordenou as Oficinas de 2011.

## CEPIHS – CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL – TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

ADÍLIA FERNANDES  
(CITCEM/DIREÇÃO DO CEPIHS)

O CEPIHS – Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social –, com sede em Torre de Moncorvo, fundado em Setembro de 2010, incide a sua actuação nas regiões transmontana e alto-duriense. Este projecto convocou, desde logo, o interesse de conceituados especialistas de diferentes áreas do saber e de outros com responsabilidades culturais. Todos partilham da necessidade de desenvolver o conhecimento destas regiões à luz de uma análise conceptual e crítica do património cultural, mas, também, dos processos e das potencialidades que se lhe associam.

Nesta acepção, o Centro de Estudos congrega recursos humanos e materiais, desenvolve parcerias locais e regionais, adopta práticas de trabalho colaborativo. Aos investigadores oferece uma grande variedade de campos temáticos, numa linha multi e interdisciplinar, e a fruição de um acervo acautelado pelos arquivos, museus e bibliotecas, públicos e particulares. O CEPIHS, afirma-se, por isso, como um espaço privilegiado de pensar a cultura e os seus territórios, um espaço de referências e de diferenciação, um espaço gerador de dinâmicas e do equacionar de questões. O discurso crítico e argumentador resultante dos vários e válidos contributos traduz-se num amplo e rico leque de explicações e de representações.

O conhecimento assim construído, ampliado ou aprofundado, local e regional mas inserido na realidade nacional, fica disponível através da sua divulgação, quer em encontros e colaborações científicas, quer através de publicações como a *Revista do CEPIHS*. Centrado na

Primeira República e enquadrado na celebração do centenário da sua implantação, o primeiro exemplar, de Janeiro de 2011, reúne um conjunto de artigos que fomentam uma importante reflexão sobre esta realidade, ao porem em jogo distintos ângulos de análise. Encontramos, entre eles, os que nos trazem a especificidade deste período histórico no concelho de Torre de Moncorvo, trabalhos que patenteiam uma pertinente abordagem das fontes locais, nomeadamente, da imprensa.

A existência do Centro de Estudos conta, ainda, com a celebração recente, de um protocolo com o Instituto Piaget, de Macedo de Cavaleiros, sinónimo de uma tarefa que em comum se partilha: a de se reflectir a nossa herança cultural – que se resguarda e lega – e que não é mais do que a necessidade de se preservar uma memória que dê um sentido de continuidade ao presente e consistência à produção futura.

Ancorado o CEPIHS neste ciclo temporal, figuramo-lo como a participação de construções e de modelos que se vão modificando ao sabor das interpretações de novos dados. Não há um saber último. A história das culturas, das civilizações, das ideias e sensibilidades que se foram sucedendo, tem na sua essência um constante fazer e desfazer ao classificar, interpretar e diferenciar os objectos e as matérias, que admite como os do seu estudo, numa tarefa para sempre interminável. Neste sentido, e em última instância, o CEPIHS está em relação com o mais vasto pano de fundo – a nossa própria identidade.

## O CLERO SECULAR MEDIEVAL E AS SUAS CATEDRAIS. NOVAS PERSPECTIVAS E ABORDAGENS

MARIA CRISTINA CUNHA (FLUP/CITCEM)

«O Clero Secular Medieval e as suas catedrais. Novas perspectivas e abordagens» é o título de um Encontro Internacional promovido pelo Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), organizado em duas sessões temporalmente distintas, mas que se completam mutuamente. A primeira sessão do Encontro, decorrida em Outubro de 2010, reuniu especialistas que se debruçaram sobre espaços, símbolos e poderes do mundo catedralício. Já a segunda sessão, na qual participou a signatária, teve lugar em 1 e 2 de Abril de 2011, e dedicou-se especialmente ao mundo das culturas material e intelectual do clero das catedrais.

O primeiro painel de conferências versou sobre a cultura material, tendo sido apresentados estudos sobre liturgia, inventários de espólio (nomeadamente no que se refere a vestuário, habitação, mobiliário, etc.), paramentaria e ourivesaria conservadas em museus. O debate que se lhes seguiu abriu caminho para um *workshop* sobre o quotidiano dos clérigos seculares nos séculos XIV e XV, no qual foram brevemente expostas tanto hipóteses de trabalhos a desenvolver, como investigações em curso. Será de salientar a participação de estudiosos mais experientes ao lado de outros menos conhecidos, bem como o facto de alguns não pertencerem a centros universitários mas a instituições ligadas à conservação do património, como museus.

A cultura intelectual do clero constituiu o

tema de enfoque do segundo painel. Tema que, como não podia deixar de ser, se centrou essencialmente no ensino realizado nas catedrais medievais, na escrita, nas bibliotecas individuais ou institucionais e nos arquivos dos cartórios capitulares. As dificuldades que se colocam ao estudioso do ensino nas catedrais hispânicas; os elementos que os vários manuscritos avulsos oferecem para uma abordagem sobre os diversos níveis de literacia e práticas escreventes dos autores dos textos; e o recurso a bibliografia existente nas catedrais, nomeadamente de índole jurídica, alimentaram a discussão entre os presentes permitindo trazer à luz do dia uma série de questões que têm estado subjacentes às análises que urge fazer.

Com este evento pretendeu-se, por um lado, dar a conhecer trabalhos de investigação que se têm vindo a desenvolver no nosso país sobre o clero secular português na Idade Média, e, por outro, apontar novas perspectivas de estudo. Por essa razão, o Encontro revelou-se da maior importância, até porque, além de historiadores *tout court*, reuniu especialistas nacionais e estrangeiros oriundos de áreas científicas distintas, como é o caso da Museologia, da Arqueologia e da História da Arte. Tornou-se patente deste modo a importância do cruzamento de dados obtidos por estudos específicos, que se completam com o conhecimento do que se investiga em disciplinas afins.

## TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO CASTELO DE CRESTUMA (Crestuma, Vila Nova de Gaia) – Campanha de 2011

PEDRO PEREIRA  
(CITCEM / UMR 5138 ARCHÉOMÉTRIE ET ARCHÉOLOGIE - ULLI/CNRS)

A escavação do sítio do Castelo de Crestuma foi iniciada em 2010. Todavia, o local é já referido por diversas fontes desde o século XVIII<sup>1</sup> como um possível castelo, torre ou castro, com referências, pelo menos desde a década de 1940 a vestígios arqueológicos<sup>2</sup>.

A primeira visita de um dos arqueólogos ligados a este projecto, Gonçalves Guimarães, terá sido realizada em 1986. A partir deste momento, uma série de contactos deste investigador e de António Manuel Silva com o local leva a que o mesmo seja referido várias vezes em publicações da sua autoria<sup>3</sup>. O contacto da Junta de freguesia de Crestuma com G. Guimarães, no ano de 2000, ocasionou uma deslocação ao sítio durante trabalhos de construção de uma estrutura sanitária, visita

que deu azo ao primeiro artigo monográfico sobre o sítio<sup>4</sup>. Todavia, será apenas em 2010 que se iniciarão os trabalhos de escavação, desenvolvidos pelo Gabinete de História, Arqueologia e Património da Confraria Queirosiana e financiados pelo Parque Biológico de Gaia (actualmente Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM), contando ainda com o apoio da Junta de Freguesia de Crestuma e da Gaianima, EEM.

Os trabalhos arqueológicos são dirigidos por uma equipa coordenada por António Manuel Silva e Joaquim A. Gonçalves Guimarães, integrando os arqueólogos Filipe Pinto, Laura Sousa, Paulo Lima e Pedro Pereira. O trabalho de campo tem sido realizado por uma equipa profissional que inclui ainda outros arqueólogos, assistentes de arqueólogo e alunos da licenciatura em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Estendendo-se pelo interior e imediações do actual Parque Biológico de Crestuma (freguesia de Crestuma, Vila Nova de Gaia), o sítio ocupa um esporão rochoso sobranceiro ao rio Douro, a jusante da confluência com o Rio Uima. A área que revela ocupação humana anterior à modernidade delimita-se geograficamente entre o Monte do Outeiro (onde vestígios de ocupação antiga foram também detectados), a Sul e separado por um fosso artificial do promontório, e o Rio Douro, a Norte. Trabalhos relativamente recentes de construção terão destruído eventuais vestígios a Este do Parque Biológico e a Oeste do areal de Favaio, as duas zonas actualmente intervencionadas.

O estudo do sítio prende-se sobretudo com a sua história entre o Baixo-império Romano e

<sup>1</sup> CARDOSO, Luis (1747) – *Dicionário Geográfico*. T. II, p. 155.

<sup>2</sup> SOUSA, Arlindo de (1957) – *Antiguidades do Município de Gaia: Civilizações Pré-romanas, Romana e Romana Portuguesa*. Estudos de Arqueologia, Etnologia e História. Rio de Janeiro; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho, desde as origens até 1220*. Trabalho complementar para apresentação de provas de doutoramento em História da Arte apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Texto dactilografado; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1989) – *Castelos e cercas medievais, séculos X a XIII*. In *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* ( direcção de Rafael Moreira) Lisboa: Publicações Alfa, p. 38-54.

<sup>3</sup> GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993) – *Alguns materiais arqueológicos de estações da margem sul do Rio Douro: as tegulae*. «Lvcerna, Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos», 2.ª série, vol. 3 (Actas do VI Colóquio Português de Arqueologia, 1987). Porto, p. 217-235; SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Texto policopiado; e SILVA, António Manuel S. P. (2007) – *Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia: Património Arqueológico; Património Geomorfológico*. Relatório Final. Vila Nova de Gaia. Texto dactilografado.

<sup>4</sup> GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; GUIMARÃES, Susana Gonçalves (2001) – *O Castelo de Crestuma, uma estação arqueológica quase desconhecida*. «Al-madam», 2.ª série, 10 (Dezembro). Almada, p. 43-47.





a Alta Idade Média. No sector correspondente à praia de Favaio, os vestígios construídos são muito difusos, como aliás, no resto do arqueossítio. Todavia, a existência de derrubes e de diversas reutilizações de blocos de granito, material exógeno à zona, demonstram a anterior existência de estruturas. Igualmente, a vasta amostragem de materiais exumados, sobretudo dos séculos V e VI, constituem uma boa base de estudo para o sítio. A opção de realizar uma intervenção neste areal deve-se a uma série de factores, nomeadamente a presença de abundantes cerâmicas arqueológicas visíveis à superfície. Os resultados das primeiras campanhas, a detecção de grandes silhares almofadados aparecidos nas perfurações relacionadas com a instalação do gasoduto e os dados preliminares de prospecções por geo-radar, levam-nos a crer que poderá ter existido uma estrutura portuária nesta zona, o que poderá justificar a grande quantidade de

materiais de importação do levante mediterrânico e de outras áreas da Hispânia.

Na zona relativa ao interior do Parque Biológico de Crestuma, junto à Casa da Eira, as evidências de construções são igualmente vestigiais, sendo constituídos sobretudo por numerosas estruturas negativas, escavadas em fragas. Também aqui encontramos diversos blocos de granito reutilizados em construções recentes. Este tipo de vestígios encontram-se um pouco por toda a área do cabeço do promontório e até cotas relativamente baixas (até ao momento, foram detectadas inúmeras estruturas negativas de diversos tipos e feitos e blocos aparelhados em granito, reutilizados em muretes de contenção de terras e edifícios recentes). Devido à fraca potência estratigráfica, este tipo de estruturas estão, na maior parte das vezes, demasiado violadas para ser possível determinar os momentos de utilização. Todavia, através de uma cuidadosa escavação

estratigráfica e dos primeiros estudos do espólio algumas hipóteses sobre o faseamento da ocupação começam a emergir. A escolha da zona intervencionada decorre da presença de numerosos entalhes visíveis nos afloramentos rochosos aflorantes, para além de espólio superficial, o que poderia relacionar-se com o a existência de um castelo, «Castr’uima», referido pelas fontes históricas na zona, o que poderá remeter para a instalação de dispositivos defensivos e/ou áreas habitacionais entre o Baixo Império e o período da reconquista cristã.

Na campanha de 2011 continuaram-se os trabalhos de escavação nas duas zonas intervencionadas em 2010, ampliando-se as áreas de escavação. No sector da Praia de Favaios, o

alargamento da área de escavação permitiu definir os limites totais de um derrube detectado na campanha anterior, o seu registo e posterior desmonte. No sector localizado no interior do Parque Biológico de Crestuma, os trabalhos deste ano permitiram o alargamento da área de escavação e a continuação de trabalhos do ano anterior. No alargamento a Noroeste, foram descobertas estruturas, com uma continuidade cronológica semelhante à da zona escavada em 2010.

Os dados provenientes da escavação de Crestuma prometem, assim, ajudar a desmistificar muitas teorias aceites pela historiografia tradicional para o período da transição entre o Baixo-império Romano e Alta Idade Média na bacia do Douro.



## II ENCONTRO DO CITCEM O MAR – PATRIMÓNIOS, USOS E REPRESENTAÇÕES. PORTO, 20-22 OUTUBRO 2001

COMISSÃO ORGANIZADORA DO II ENCONTRO

O CITCEM organizou, no passado dia 20 a 22 de Outubro de 2011, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o seu segundo encontro, subordinado ao tema *O MAR – patrimónios, usos e representações* (<http://www.citcem.org/encontro/>) que se insere no quadro das actividades científicas estabelecidas desde 2010, de dinamização da investigação e conhecimento científico programadas no seu plano de actividades.

O encontro procurou convocar a comunidade científica com o objectivo de organizar um debate interdisciplinar, historicamente orientado, sobre o Mar, os seus patrimónios, usos e representações, em torno de temas propostos e debatidos em painéis temáticos:

*Paisagens marítimas e ordenamento marítimo;*  
*Portos e actividades portuárias;*  
*Recursos marítimos;*  
*A economia do mar e os usos económicos do mar;*  
*Populações marítimas;*  
*Patrimónios marítimos;*  
*Memórias e identidades marítimas;*  
*Dinâmicas marítimas e globalização;*  
*Urbanismo em frentes de mar;*  
*Viagem, turismo e lazer;*  
*e Representações do mar.*

Esta iniciativa inseriu-se, por um lado, numa estratégia definida pelo CITCEM, no sentido de criar espaços de debate que permitam o cruzamento dos investigadores e da investigação que se tem desenvolvido nas diferentes linhas de investigação que o estruturam: a) Paisagens, Fronteiras e Poderes; b) História das Populações; c) Sociabilidades, Práticas e Formas de Sentimento Religioso; d) Multiculturalidade e Diálogo Internacional; e) Memória, Património e Construção de Identidades.

Por outro lado, justificou-se por se tratar de uma temática oportuna numa época em que as Ciências Sociais e Humanas deverão desempenhar um papel crescente na transversalidade da investigação em torno do Mar e dos seus usos. Refira-se que, já em 16 a 19 de Junho de 2011, o CITCEM participou no Fórum do Mar, que decorreu na EXPONOR, com o apoio da Reitoria da Universidade do Porto e inserido no pavilhão que apresentava a investigação científica realizada na Universidade do Porto (<http://www.forumdomar.exponor.pt/apresentacao.aspx>), no qual se propôs um *slogan* de fundo, pelo seu significado semântico e historiográfico plural: «EM REDE: relemos o passado, projectamos o futuro».

O Congresso atraiu a comunidade científica internacional (46 investigadores) e nacional (73 investigadores), que submeteu painéis temáticos ou enviou comunicações individuais, num total de 90 comunicações apresentadas. Investigadores de outras áreas do conhecimento, que não a História, foram interlocutores. Em termos de propostas de apresentação de comunicações e de participação dos debates, em ordem a promover um desejável e necessário diálogo multidisciplinar, contaram-se investigadores de Geografia, Etnografia, Antropologia, Sociologia, Demografia, História da Arte, Cinematografia e Fotografia, Museologia, Cultura e Literatura, Arqueologia Marítima, Urbanismo, Biologia.

Incentivou-se, em particular, a participação de jovens investigadores (39 com comunicação e 42 sem comunicação). Sessões específicas foram, ainda, dedicadas à apresentação de projectos de I&D (3 sessões), assim como à apresentação de *posters* que decorreu em paralelo.

Cinco sessões plenárias/conferências foram de relevante interesse para proceder à abertura de reflexões e debates científicos. Logo na aber-

tura, uma reflexão interdisciplinar, realizada por um biólogo, o Professor Mário Ruivo, Presidente da Comissão Oceanográfica Intersectorial do Ministério Português da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior COI/MCTES, subordinado ao título *O Oceano: de espaço misterioso e desconhecido a património comum da humanidade*. A segunda sessão, pelo historiador Poul Holm (University of Dublin, Trinity College), responsável pela participação das Ciências Sociais e Humanas no projecto *Census of Marine Life (Past, present and future)*, que reflectiu sobre a evolução das *Marine resources*. A terceira sessão plenária, no segundo dia, debateu *Os usos económicos do mar*, sendo a abordagem de Ana Maria Rivera Medina (Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid), que propôs a abordagem micro *Del paisaje natural al paisaje transformado: mutaciones y adaptaciones de los puertos vizcaínos, Ss. XIV-XVI*. Numa quarta sessão, Gelina Harlaftis, investigadora grega da Ionian University, procedeu a uma abordagem das dinâmicas marítimas com a conferência *Changes in the Mediterranean trade and shipping of the 18th century: The dynamics of the 'maritime city' of the Ionian and Aegean Seas*. Finalmente, na manhã do terceiro dia, Juan Alegret, da cátedra de Estudos Marítimos e da equipa que lidera o Museu de Pálamos, Girona, Província da Catalunha, apresentou o resultado

da investigação e da divulgação mediadora do conhecimento científico, no seu discurso que versou a *Producción patrimonial marítima en contextos neo-museograficos. El ejemplo del proceso de patrimonialización del «pescado de poco precio» en el Espai del Peix de Palamós*.

Os painéis organizados em 31 sessões paralelas ao longo dos três dias de realização do Encontro, demonstraram a dinâmica gerada.

As conclusões apresentadas na sessão de encerramento, para além de salientarem a elevada produtividade do Encontro, a sua notória internacionalização e o cumprimento cabal do objectivo da pluridisciplinaridade a que se propunha, projectaram também uma série de desafios para investigações futuras. Foi, em particular, salientada a necessidade de se desenvolverem projectos de investigação colectiva, de natureza efectivamente inter e transdisciplinar, bem como a de se promoverem programas de estudos pós-graduados, a nível de mestrado e doutoramento, em ordem a criar *Escola*, no sentido académico do termo, nas áreas científicas envolvidas pelos Estudos do Mar. Foi ainda sublinhada a pertinência e a necessidades de realização de Encontros desta mesma natureza, tendo o Mar como objecto, em tempos em que a Universidade do Porto e os planos estratégicos nacionais e europeus promovem o Mar como uma das suas prioridades centrais.

## CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS. UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 26-29 OUTUBRO 2011

RUI MANUEL PINTO COSTA (CITCEM/CEIS20)

Teve lugar na Universidade de Coimbra o Congresso Luso-Brasileiro da História das Ciências, evento que decorreu de 26 a 29 de Outubro, realizado no âmbito do projecto HC/0119/2009 – História da Ciência na Universidade de Coimbra (1547-1933), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Promovido pelo Museu da Ciência da Uni-

versidade de Coimbra (UC), resultou de uma organização conjunta de especialistas portugueses e brasileiros, com o objectivo de promover a História da Ciência na UC desde a edificação do Colégio Jesuíta, em 1547, até à altura em que teve início o Estado Novo, em 1933. Foi ainda um momento de celebração dos 100 anos da Faculdade de Ciências de Coimbra, que resultou

da fusão das Faculdades de Filosofia e Matemática, criadas pela Reforma Pombalina.

O volume algo inusitado de comunicações englobou mais de 200 trabalhos apresentados e discutidos nos vários auditórios disponibilizados simultaneamente para o efeito, uma vez que a adesão manifestada pela elevada quantidade de inscrições ultrapassou as expectativas iniciais.

As sessões plenárias contaram com a presença de personalidades de destaque ligadas à História das Ciências, em áreas tão latas e distintas entre si como a matemática, a filosofia, as ciências da vida, a astronomia e as ciências da Terra, passando ainda pela incontornável intersecção de relações entre ciência e política. Entre os oradores convidados para as conferências de fundo destacamos António Augusto Passos Videira (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ), Henrique Leitão (Universidade de Lisboa), Jaime Benchimol (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ), Fernando Catroga (Universidade de Coimbra), João Lobo Antunes (Universidade de Lisboa), Ugo Baldini (Università degli Studi di Padova), Marina Massimi (Universidade de São Paulo), Robert Halleux (Université de Liège) e Robert Friedman (Universidade de Oslo). Não faltou ainda uma justa homenagem póstuma a Manuel Serrano Pinto da Universidade de Aveiro, um dos membros da comissão organizadora entretanto falecido alguns meses antes da abertura do Congresso.

Privilegiando a História das Ciências relacionada com a Universidade de Coimbra e as relações luso-brasileiras, as diferentes áreas de discussão temática estenderam-se do «Conhecimento científico nos séculos XVI e XVII» à «Filosofia e teoria da ciência», passando pelo «Ensino das ciências pelos Jesuítas», «As ciências no Iluminismo», «O desenvolvimento científico nos séculos XIX e XX», «As ciências matemáticas e a astronomia», «As ciências médico-farmacêuticas no universo lusófono», «As instituições científicas e o património histórico-científico», os «Cem anos das Facul-

dades de Ciências», as «Fontes da ciência portuguesa e brasileira», e ainda a «Arte, ciência e tecnologia na História».

Estas onze áreas pelas quais se dividiram as 131 comunicações orais e 72 posters, ilustram bem a multiplicidade e o interesse associado à História das Ciências, objecto em crescendo contínuo e invulgar na produção historiográfica dos últimos anos, tanto em Portugal como no Brasil. O maior número de comunicações apresentadas centrou-se no âmbito das «Ciências médico-farmacêuticas no universo lusófono» e nas «Instituições científicas e o património histórico-científico», se bem que a secção relativa às «Fontes da ciência portuguesa e brasileira: caminhos e descaminhos» tivesse igualmente reunido uma fatia considerável das intervenções. Tanto nas sessões plenárias como nas comunicações em sessões paralelas, seguiu-se o modelo da apresentação seguida de debate final, moderado por um especialista, colocando no mesmo plano os trabalhos de investigadores jovens e seniores, num diálogo que se mostrou proveitoso e potenciador de ensaios futuros.

Produzidos essencialmente por investigadores dedicados à História, muitos dos estudos apresentados foram também elaborados por cultores de outras áreas disciplinares, com sejam a Física, a Química, a Matemática, a Medicina e outras, mostrando o carácter agregador que a História tem na interligação que consegue proporcionar entre os cultores das ciências ditas exactas e as ciências sociais e humanas.

No caso português, não faltou a presença massiva de investigadores e respectivos trabalhos afectos aos principais centros dedicados à História e/ou Filosofia das Ciências, como é o caso do Centro Inter-universitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT), do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi) ou do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), este último representado em larga medida pelo Grupo de Investigação de História e Sociologia da Ciência. Foi inserido numa sessão afecta às «Ciências médico-farmacêuticas no universo lusófono»

moderada por Maria de Fátima Nunes (CEHFCi) que o Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM) esteve representado, quando Rui Manuel Pinto Costa apresentou uma comunicação intitulada «Câmara Pestana e o Micróbio do Carcinoma: um caso de oncologia experimental em Portugal no último quartel do século XIX».

Uma palavra acerca do livro de Actas; apresentado em formato CD e adossado internamente ao Livro de Resumos, foi disponibilizado desde o início do Congresso e trata-se de um instrumento de trabalho riquíssimo e de extrema utilidade. Este é apenas mais um

ponto a favor do trabalho desenvolvido por uma comissão organizadora que soube estar ao nível do esperado, destacando-se o papel desempenhado pela coordenação de Carlos Fiolhais, Carlota Simões e Décio Martins.

Pode afirmar-se, sem correr o risco de se parecer superlativo, que se tratou do maior evento dedicado à História das Ciências realizado no país em 2011 (e até dos últimos anos), onde a multiplicidade de olhares de ambos lados do Atlântico se entrecruzaram e conciliaram para enriquecer de modo significativo o panorama cultural e historiográfico no universo lusófono.

## CONGRESSO INTERNACIONAL «AS CIDADES NA HISTÓRIA: POPULAÇÃO» GUIMARÃES, 24-26 DE OUTUBRO DE 2012

NORBERTA AMORIM (UM/CITCEM)

Promovido pela Câmara Municipal de Guimarães e inserido na programação da Capital Europeia da Cultura, realiza-se em Guimarães, de 24 a 26 de Outubro de 2012, no Centro Cultural Vila Flor, o I Congresso Internacional «As cidades na História», subordinado ao tema População.

A história das cidades é fulcral na investigação histórica, qualquer que seja a abordagem escolhida, População, Economia, Sociedade, Cultura, ou Arte. Foi lançado um desafio aos diferentes parceiros europeus de aprofundamento da história das suas cidades na longa duração, constituindo-se como uma importantíssima ocasião de diálogo e de encontro de raízes culturais comuns, com consequências que podem ultrapassar os objectivos científicos de partida.

Numa lógica de construção de um saber integrado, o I Congresso Internacional «As Cidades na História» incide sobre a temática da População, primeira distinção entre mundo urbano e mundo rural. Neste Congresso

abordar-se-á a evolução da população urbana em contextos históricos e geográficos distintos, desde a Cidade Antiga à Cidade do Presente a caminho do Futuro. Serão temas em análise a evolução de quantitativos populacionais, o regime demográfico próprio das cidades, comparações entre demografia urbana e demografia rural no que respeita a comportamentos de nupcialidade, fecundidade, mortalidade ou mobilidade. Dar-se-á relevo à mobilidade campo-cidade e cidade-campo, à distribuição espacial dos imigrantes dentro do mundo urbano, ao papel da cidade como destino e fonte de redistribuição das migrações internacionais, às diferentes respostas a momentos de crise demográfica, à «penalização urbana» em matéria de saúde e fecundidade, ao peso político da cidade e suas instituições face à população. O Congresso dividir-se-á em cinco grandes áreas temáticas: a cidade no mundo antigo, na época medieval, moderna, industrial e transição demográfica e, finalmente, a cidade na época actual.

Cada uma destas áreas terá uma sessão plenária estruturada em torno de dois conferencistas, um português e outro estrangeiro, e um conjunto de sessões paralelas de apresentação de trabalhos sobre as respectivas temáticas. O Congresso finalizará com uma mesa redonda sobre a cidade do futuro.

O Congresso é co-organizado por: CITCEM, Asociación de Demografía Histórica (ADEH), Società Italiana di Demografia Storica (SIDES),

Société de Démographie Historique (SDH) e Associação Portuguesa de Demografia (APD). Presidente Honorário do Congresso: Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral; Presidente do Congresso: Prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos; Coordenadores da Comissão Científica os Professores David Reher (Universidade Complutense de Madrid) e Maria Norberta Amorim (GHP/CITCEM/ /Universidade do Minho).

## PRÉMIO CITCEM/AFRONTAMENTO «TESES UNIVERSITÁRIAS»

O CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória» integra mais de uma centena de investigadores que se encontram a preparar as suas provas de doutoramento, constituindo a articulação com a formação avançada um dos principais eixos estratégicos de desenvolvimento do centro. Para esses investigadores, o projecto de investigação da sua tese concentra, ao longo de vários anos, a maior parte da sua actividade científica.

A integração, visibilidade e valorização do trabalho desses investigadores passa pela participação regular em diversas actividades do centro, desde a inserção em equipas de projectos à apresentação de comunicações em encontros científicos no país ou no estrangeiro, organizados pelo CITCEM ou por outras entidades, à colaboração nas revistas e publicações colectivas da unidade. Porém, muitas dessas actividades, bem como o reconhecimento que decorre da obtenção do título através da aprovação da tese apresentada em provas públicas, ficam, frequentemente, confinadas ao universo académico. Para estimular uma maior visibilidade pública desses trabalhos entendeu a Comissão Executiva do CITCEM instituir, em colaboração com as Edições Afrontamento, o

PRÉMIO CITCEM/AFRONTAMENTO «TESES UNIVERSITÁRIAS».

O Prémio, a atribuir com a periodicidade anual, visa distinguir as melhores teses de doutoramento apresentadas por investigadores do CITCEM em qualquer universidade portuguesa ou estrangeira no ano transacto ao da sua atribuição.

Valorizando as teses aprovadas com classificação máxima, que melhor traduzam o espírito transdisciplinar do CITCEM, o Prémio pretende, ainda, dar maior visibilidade pública às teses de doutoramento realizadas por investigadores do centro, através da respectiva publicação em colecção própria, co-editada pelo CITCEM e pelas Edições Afrontamento.

Na sua edição de 2011, a que se candidataram diversas teses defendidas no ano de 2010, o júri do PRÉMIO CITCEM/AFRONTAMENTO 2011 atribuiu o primeiro *lugar ex-aequo* aos trabalhos *O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista*, da autoria de Ana Maria dos Santos Marques; *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo*, da autoria de Carla Maria Sequeira Ferreira; e *Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1889-1974)*, da autoria de Rui Manuel Pinto Costa.

## TESES DEFENDIDAS POR INVESTIGADORES DO CITCEM EM 2010 E 2011

### Teses de Mestrado:

Alexandre Ferreira Marinho – «Barthes. Texto. Japão». Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes – Ramo de Teoria da Literatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Celina Silva.

Ana Dolores Leal Anileiro – «O Linho no Concelho de Penafiel». Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Teresa Soeiro.

Christophe Nascimento da Costa Santos – «A análise de *cartoons* e de mapas nas aulas de História e Geografia». Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, Universidade do Minho. Orientador: Maria do Céu Melo Esteves.

Cristina Maria Vilas Boas Braga – «Rituais funerários de Bracara Augusta». Mestrado em Arqueologia, Universidade do Minho. Orientador: Maria Manuela Reis Martins; co-orientador: Rui Morais.

Fernanda Puga de Magalhães (Bolsista FCT) – «Arquitectura doméstica em Bracara Augusta». Mestrado em Arqueologia, Universidade do Minho. Orientador: Maria Manuela Reis Martins.

Fernando Carlos Cerqueira Gomes Sottomayor – «A indústria dos ‘phosphoros’: 1868-1926. Das origens ao monopólio. O caso do Porto». Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Gaspar Martins Pereira.

Gabriel Rocha Pereira – «Dinâmicas culturais e influências meridionias no NW peninsular». Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Armando Coelho Ferreira da Silva.

Paulo Jerónimo Pereira de Almeida – «A Maçonaria no Porto na Primeira República». Mestrado em História Contemporânea,

Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Gaspar Martins Pereira.

Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de Almeida – «Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)». Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Gaspar Martins Pereira.

Pedro Miguel Reis da Silva – «Proto-História e Romanização do Alto Tâmega». Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Armando Coelho Ferreira da Silva.

Rebeca Helena André – «O Ensino de História em Angola: balanço (1975-2009) e prospectiva». Mestrado em História e Educação, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Luís Grosso Correia.

### Teses de Doutoramento:

Alexandra Patrícia Lopes Esteves (Bolsista FCT) – «Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade do Alto Minho (1732-1870)». Doutoramento, Universidade do Minho. Orientador: Marta Araújo.

Álvaro de Brito Moreira – «*Castellum Madiae*. Formação e desenvolvimento de um «aglomerado urbano secundário no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave». Doutoramento em Geografia e História, Universidade de Santiago de Compostela. Orientador: José Caamaño Gesto.

Ana Maria dos Santos Marques – «O anacronismo no romance histórico oitocentista português». Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas – Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Maria de Fátima Marinho Saraiva.



- Ana Sofia Ribeiro (Bolseira FCT) – «Mecanismos e critérios de cooperação em redes mercantis no século XVI – o caso da rede de Simon Ruiz (1557-1597)». Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Amélia Polónia.
- Anabela Silva de Deus Godinho – «Lisboa Pré-Pombalina: A Freguesia da Sé Demografia e Sociedade (1563-1755)». Doutoramento em História, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Orientador: Magda de Avelar Pinheiro.
- Ângela Ferreira Campos – «Silence and shame? An oral history of the Portuguese Colonial War (1961-1974)». Doutoramento em História, University of Sussex (Brighton, Inglaterra). Data prevista para conclusão: Setembro 2011.
- Carla Maria Sequeira Ferreira (Bolseira FCT) – «O Alto Douro entre o livre-cambismo e o protecçãoismo». Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Jorge Fernandes Alves; co-orientador: Gaspar Martins Pereira.
- Cristina Maria Ferreira da Costa Ribeiro Maia – «Guerra Fria e manuais escolares – Distanciamentos e aproximações». Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Luís Alberto Marques Alves.
- Edite Maria da Conceição Martins Alberto (Bolseira FCT) – «Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal, na época Moderna». Doutoramento em História Moderna, Universidade do Minho. Orientador: Maria Augusta Lima Cruz.
- Isabel Maria Botelho de Gusmão Dias Sarreira Cid da Silva – «O Foral de Évora. Estudo diplomático, codicológico e paleográfico. Subsídios para uma arqueologia da cultura escrita em Portugal no tempo de Dom Manuel I». Doutoramento em História, Universidade de Évora. Orientador: Saul António Gomes.
- Luciana Cabral Pereira – «Proposta de novas matrizes didácticas da literatura: Novas solicitações, novos lugares e novos papéis da Literatura e da Didáctica da Literatura». Doutoramento em Didáctica da Literatura, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Orientador: José Nunes Esteves Rei.
- Maria de Fátima Pereira Machado – «Os órfãos e os enjeitados da cidade e termo do Porto (1500-1580)». Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Luís Miguel Duarte.
- Maria João Oliveira e Silva (Bolseira FCT) – «A chancelaria episcopal do Porto até ao século XV». Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Maria Cristina Cunha.
- Ricardo Nuno de Jesus Ventura (Bolseira FCT) – «Conversão e conversabilidade: missão portuguesa e encontro de culturas (séculos XVI e XVII)». Doutoramento em Estudos de Cultura, área de especialização de Cultura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Orientador: Carlos Margaça Veiga.
- Rui Carlos Morais Lage – «A Elegia Portuguesa nos Séculos XX e XXI: Perda, Luto e Desengano». Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Arnaldo Baptista Saraiva.
- Rui Manuel Pinto Costa – «Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839-1974)». Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Jorge Fernandes Alves.
- Susana Cristina Guimarães e Castro – «O Lobo que vestiu a pele – a chama dupla da polifonia nos romances de António Lobo Antunes». Doutoramento em Literaturas e Culturas Românica, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientador: Maria de Fátima Marinho Saraiva.

# PUBLICAÇÕES DO CITCEM

## REVISTAS

### CEM

*CEM/cultura, espaço & memória.*  
Porto: CITCEM, n.º 1 (2010).  
Dossier temático «Viagens e viajantes».



### *Via Spiritus*

*'Via Spiritus'. Pregação e Espaços Penitenciais.* Porto: CITCEM, n.º 16 (2009).



*'Via Spiritus'. A infância de Cristo.* Porto: CITCEM, n.º 17 (2010).



## MONOGRAFIAS

BETTENCOURT, Ana M. S.; ALVES, Lara Bacelar (ed.) – *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade.* [S. l.]: CITCEM/APEQ – Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, 2009.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XVIII).* Braga: CITCEM, 2010.



MORAIS, Rui; DELGADO, Manuela – *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta.* Braga: CITCEM, 2009.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra (org.) – *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX).* [Braga]: CITCEM, 2010.



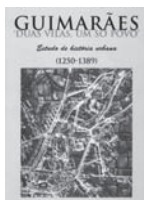
SERÉN, Maria do Carmo – *Uma espada de brilhantes para o General Silveira.* [S.l.]: Governo Civil do Distrito de Vila Real/CITCEM, 2009.



FERREIRA, Fátima Moura – *BRAGA nos tempos da I República: ressonâncias socioculturais*» (catálogo). [S.l.]: Câmara Municipal de Braga/CITCEM, 2010.



FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM/ICS-Universidade do Minho, 2010.



MARTINS, Carla Maria Braz (coord.) – *Mineração e povoamento na Antiguidade e no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM, 2010.



TOPA, Francisco; MARQUES, Marco de Oliveira (org.) – *‘E agora sei que oiço as coisas devagar’. Evocação e escuta de Daniel Faria*. Porto: CITCEM/sombra pela cintura, 2010.



ESTRADA, Rui – *On rorty and other ethical issues*. Munique: Martin Meidenbauer, 2010. (CITCEM – Studies in Literature, 9).



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*. Braga: CITCEM, 2011.



FERREIRA, Fátima Moura; MENDES, Francisco Azevedo; CAPELA, José Viriato (coord.) – *Justiça na Res Publica (sécs. XIX-XX). Ordem, direitos individuais e defesa da sociedade*. Braga: CITCEM, 2011, vol. II.



MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da construção – Os construtores*. Braga: CITCEM, 2011.



SANTOS, Cândido dos – *Jansenismo e antijansenismo nos finais do antigo regime*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



### No prelo:

DIAS, Geraldo Coelho – *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, alma e corpo*.

MORUJÃO, Isabel; SANTOS, Zulmira C. (coord.) – *Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil – Homenagem a Arnaldo Saraiva*.

NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato – *O mundo continuará a girar*. «Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011)».

PEIXOTO, Fernando Costa – *Do corporativismo ao modelo profissional. O Instituto do Vinho do Porto e a evolução do sector do vinho do porto (1933-1995)*.

SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Património*.

## FONTES

BARROS, Amândio Jorge Morais – *Cartas da Índia. Correspondência privada de Jorge de Amaral e Vasconcelos (1649-1656)*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 1).



SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de – *Um diálogo epistolar. D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 3).



SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de – *A Aurora da Quinta Monarquia*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 2).



## TESES UNIVERSITÁRIAS

SEQUEIRA, Carla – *O Alto Douro entre o livre cambismo e o protecçãoismo: a «questão duriense» na economia nacional*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Teses Universitárias», n.º 1).



## No prelo:

COSTA, Rui Pinto – *Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1819-1974)*.

MARQUES, Ana Santos – *O anacronismo no romance histórico português*.

RIBEIRO, Ana Sofia – *Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de Setecentos (1750-1772)*.



# REFEREES 2011

Engrácia Leandro (Universidade Católica Portuguesa)  
Maria de Fátima Nunes Ferreira (Universidade de Évora)  
Maria de Fátima Outeirinho (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Fátima Sequeira Dias (Universidade dos Açores)  
Fernanda Alegria (Universidade de Lisboa)  
Francisco Ribeiro da Silva (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Hilário Casado Alonso (Universidad de Valladolid)  
João Bernardes (Universidade do Algarve)  
João Veloso (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
José Augusto Sottomayor Pizarro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
José d'Encarnação (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)  
Luís Araújo (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)  
Luísa Malato (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Marinha Carneiro (Escola Superior de Enfermagem do Porto)  
Mário Barroca (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Rosário Morujão (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)  
Shawn Parkhurst (University of Louisville)  
Susana Serpa Silva (Universidade dos Açores)  
Tereza Siza (Especialista em fotografia)







